UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Bruno Aidar Costa

A VEREDA DOS TRATOS

Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808

Versão corrigida

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Bruno Aidar Costa

A VEREDA DOS TRATOS

Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Econômica

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Dolhnikoff

Versão corrigida

De acordo

Prof.^a Dr.^a Miriam Dolhnikoff

São Paulo

2012

Nome: Bruno Aidar Costa

Título: A vereda dos tratos: fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo (1723-1808)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta tese concorreram diversas pessoas que ajudaram na reflexão sobre este tema, mas principalmente na minha formação acadêmica e evolução pessoal. Não se passa incólume por dois campos do saber e por duas instituições, nem por um tema e uma pesquisa tão complexos, por isso agradeço a confiança que depositaram em mim para enfrentar os labirintos e as esfinges deste trajeto.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Miriam Dolhnikoff pelas observações, sugestões e alterações no texto, por seu caráter sempre muito correto e pela liberdade de trabalho. Destaco também a importância do diálogo entre as questões historiográficas do período colonial e independente em um contexto acadêmico cada vez mais especializado.

Sou grato sobretudo à Profa. Dra. Wilma Peres Costa pelo convite feito há cerca de sete anos para analisar as relações entre Estado e grupos sociais a partir da fiscalidade, bem como pelo carinho e pelos conselhos de mestra e amiga. Certamente o estudo que apresento só existe por conta de uma perspectiva interdisciplinar por ela alentada, embora os equívocos sejam fruto de minha própria teimosia.

Entre os poucos estudiosos da fiscalidade colonial no país, agradeço especialmente a Profa. Dra. Marcia Eckert Miranda pela amizade e convívio intelectual. Sou também grato aos Profs. Drs. Angelo Carrara, Carlos Gabriel Guimarães e Luiz Antônio Silva Araújo, por acompanharem e incentivarem meu trabalho em vários congressos nos últimos anos, bem como gentilmente me fornecerem dados dos arquivos portugueses antes da minha visita a Lisboa. No exterior, tive a boa oportunidade de conversar com professores e doutorandos com pesquisas na área, especialmente os membros do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Instituto José María Luis Mora (Cidade do México), Universidad Nacional de Salta (Argentina) e Universitat Pompeu Fabra (Barcelona). Entre eles, gostaria de agradecer a atenção dos Profs. Drs. Leonor Freire Costa, Rita Martins de Souza, Johanna von Graffenstein e Ernest Sánchez Santiró.

Sou profundamente grato aos professores na graduação e no mestrado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas pelo ensino e dedicação acadêmica, particularmente os Profs. Drs. Ligia Osório Silva, Fernando Novais, Jorge Biton Tapia (*in memoriam*), Hernani Maia Costa, Nelson Prado, Plínio de Arruda Sampaio

Jr., Maria Carolina Azevedo de Souza e Paulo Davidoff. Conservo com carinho uma formação ampla e histórica sobre a economia brasileira e uma visão crítica dos processos econômicos, que não os desvincula das estruturas de poder.

No programa de pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, agradeço ao Prof. Dr. Pedro Puntoni, pelas observações pertinentes na qualificação, e à Profa. Dra. Vera Ferlini, pela resolução de eventuais percalços burocráticos e pelo incentivo contínuo aos estudos sobre a capitania de São Paulo. Neste último aspecto, espero talvez contribuir para a fecunda e diversificada tradição uspiana sobre São Paulo colonial cultivada desde Affonso Taunay.

As pesquisas necessárias a esta tese, sobretudo as realizadas no Rio de Janeiro e em Lisboa, bem como a divulgação dos resultados de pesquisa em congressos nacionais e internacionais, nunca teriam sido possíveis sem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à qual agradeço pelo profissionalismo e prontidão durante três proveitosos anos. Também sou grato ao parecerista anônimo que leu longos relatórios anuais e cujas apreciações favoráveis estimularam o caminho da presente pesquisa.

Agradeço aos diversos professores e alunos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas que me acolheram em diferentes momentos da tese. Sou grato aos amigos que fiz na USP, pela cordialidade e coragem acadêmicas: Ana Flora Murano, Felipe Loureiro, Hernán Saéz e Vitor Marcos Gregório.

Aos amigos e amigas de longa data, mesmo que muitos morem longe, agradeço as conversas sérias e bobas, as afinidades eletivas, a hospitalidade irrestrita e o afeto mútuo: Andréa Bertelli Peres, Erika Ferreira Gomes, João Calis Neto, Lia Gama e o grupo de Yoga, Luciana Buchala, Luís Henrique Junqueira, Marcela Guimarães del Monde, Marcus Vinicius Ozores, Mariana Jansen, Michel Marson, Michelle Hallack, Rafael Cagnin, Renata Feldman, Renata Zambelli e Renato Morita (*in memoriam*). Agradeço também aos meus familiares das extensas famílias Aidar e Costa.

Todos os citados fazem parte da minha vida, mas gostaria de dedicar este estudo com afeto e gratidão a minha mãe Clara, meus irmãos Pedro e Thaís e minhas avós Marina (*in memoriam*) e Zezita.

RESUMO

COSTA, Bruno Aidar. *A vereda dos tratos: fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. 2012. 517 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Este estudo busca compreender a importância da fiscalidade colonial enquanto locus privilegiado para a análise da construção e o desenvolvimento do poder regional na América portuguesa no longo século XVIII. Escolheu-se a capitania periférica de São Paulo como objeto principal de investigação, uma região marcada por um menor desenvolvimento econômico e por pesados encargos militares. Neste estudo, o poder regional é entendido em sua dupla dimensão estatal, a construção de uma esfera de governo na capitania, e privada, a formação de uma elite colonial propriamente regional. Esta análise considerou aspectos informais (redes) e formais (instituições), bem como dimensões cognitivas expressas por distintas culturas fiscais. Foram privilegiados três eixos de investigação: os processos de negociação fiscal, as instituições de administração fazendária e a arrematação dos contratos. Adotando-se um ponto de vista complementar e intermediário das diferentes posições no debate contemporâneo sobre o governo político na América portuguesa, a preocupação principal voltou-se para os diferentes arranjos, com conflitos e negociações, entre a Coroa portuguesa e as elites mercantis do reino e dos domínios. Entre as principais conclusões observa-se que a formação do poder regional seria marcada por dificuldades e limitações na primeira metade do século XVIII, pela construção efetiva de configurações relativamente estáveis durante o reinado absolutista de d. José I e pelo surgimento de tensões na década de 1790, decorrentes de pressões vindas do centro e dos poderes locais subjacentes.

Palavras-chave: fiscalidade colonial, capitania de São Paulo, império português, poder regional, elites mercantis, arrematação de contratos, negociação fiscal, administração fazendária.

ABSTRACT

COSTA, Bruno Aidar. *The Lane of Deals: Fiscality and Regional Power in the Captaincy of São Paulo, 1723-1808*. 2012. 517 f. Thesis (Doctor of Science) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2012.

This study aims to understand the importance of colonial fiscality as an opportune place to analyze the building and the development of the regional powers in Portuguese America in the long Eighteenth century. The peripheral captaincy of São Paulo, burdened by heavy military expenses and a lower economic importance, was chosen as the core research object. In this study, the regional power is understood in its double dimension. One side relates to the government with the construction of a state sphere in the captaincy. The other side is private, the formation of a regional colonial elite. The analysis considered informal (networks) and formal aspects (institutions) as well as cognitive dimensions expressed by different fiscal cultures. Three axis of research were highlighted: the processes of fiscal negotiation, the Treasury administration institutions and the leasing of tax contracts. The thesis supported a complementary and intermediary point of view about the different arguments in the current debate on the political government in Portuguese America. The main concern was to study the different dealings between the Portuguese Crown and the kingdom and colonial elites. These arrangements involved conflicts and negotiations. In the conclusion, it is observed that the formation of regional power was marked by difficulties and restrictions in the first half of Eighteenth century, by an effective construction of relatively stable configurations in the absolutist government of d. José I and by the awakening of tensions in the decade of 1790 provoked by central and local powers.

Keywords: colonial fiscality, captaincy of São Paulo, Portuguese Empire, regional Power, merchant elites, tax farming, fiscal negotiation, Treasury administration.

LISTA DE TABELAS

Tabela II.1. Embarcações entradas na vila de Santos provenientes de Lisboa (1742-1756)	81
Tabela II.2. Contribuições das câmaras para o ordenado do ouvidor-geral (1723)	113
Tabela II.3. Cargos e remunerações da Provedoria da Fazenda de São Paulo (1724)	129
Tabela II.4. Contratos arrematados no Conselho Ultramarino, 1671-1789	142
Tabela II.5. Principais contratadores dos contratos da capitania de São Paulo, 1723-1765	151
Tabela II.6. Rendimentos da capitania de São Paulo, décs. 1720-1750: médias anuais	162
Tabela III.1. População e riqueza nas localidades mais ricas da comarca de São Paulo, 1765	175
Tabela III.2. Embarcações entradas e saídas na vila de Santos, 1773-1788	180
Tabela III.3. Remessas em réis da consignação do Rio de Janeiro (1734-1765)	192
Tabela III.4. Cobrança do novo imposto (cidade de São Paulo)	208
Tabela III.5. Estimativa do peso fiscal do novo imposto (cidade de São Paulo)	209
Tabela III.6. Cobrança do novo imposto (vila de Santos)	213
Tabela III.7. Estimativa do peso fiscal do novo imposto (vila de Santos)	215
Tabela III.8. Rendimentos e despesas das câmaras da capitania de São Paulo, 1763-1765	217
Tabela III.9. Receitas da capitania de São Paulo (1755, 1767 e 1776)	227
Tabela IV.1. Despesas da capitania de São Paulo (1762-1768, 1776)	282
Tabela V.1. Produção de aguardente na capitania de São Paulo, 1779-1789	338
Tabela V.2. Evolução das exportações para Lisboa a partir do porto de Santos, 1790-1801	340
Tabela V.3. Embarcações saídas da vila de Santos com destino ao reino, 1789-1807	342
Tabela V.4. Embarcações entrada e saída de Santos com destino a Angola e Benguela, 1789-1795	343
Tabela V.5. Dados sobre a produção de açúcar na região de serra acima, 1793-1799	344
Tabela V.6. Rendimento dos cruzados do sal da capitania de São Paulo, 1700-1804	360
Tabela V.7. Contribuição literária	388
Tabela V.8. Nova pauta da contribuição literária (1801)	393
Tabela V.9. Receitas e despesas do Erário Régio, 1762-1833	405
Tabela V.10. Animais entrados no registro de Curitiba, 1734-1801	451

LISTA DE GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

Gráfico II.1. Redes de arrematantes e fiadores dos contratos leiloados no Conselho Ultramarino, 1671-1789	148
Gráfico III.1. Relações de parentesco e sociedade mercantil entre os agentes fiscais na capitania de São Paulo (décs. 1770-1780)	260
Gráfico IV.1. Sociedades para arrematação de contratos da capitania de São Paulo, 1761-1790	307
Mapa II.1. Vilas criadas na capitania de São Vicente até 1705	73
Mapa II.2. Principais rotas de transporte na capitania de São Paulo no século XVIII	75
Mapa II.3. Rotas do “Caminho Velho” e “Caminho Novo” para Minas Gerais	77
Mapa III.1. Vilas criadas na capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII	173
Mapa V.1. Principais localidades de atuação de Jacinto Fernandes Bandeira	414
Quadro III.1. Composição da Junta da Fazenda de São Paulo	247

ABREVIATURAS DE ARQUIVOS

AESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo (São Paulo)
AHTC	Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Fundo Erário Régio (Lisboa)
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Fundo Conselho Ultramarino, Avulsos (Lisboa)
ANRJ	Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
ANTT	Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa)
BNRJ	Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

ABREVIATURAS DE DOCUMENTOS

cód.	Códice
cx.	Caixa
dilig.	Diligência
doc.	Documento
fl.	Fólio
HOC	Habilitação da Ordem de Cristo
HSO	Habilitação do Santo Ofício
liv.	Livro
mç.	Maço
mss.	Manuscrito
pct.	Pacote
supl.	Suplemento
[fl.]v.	Verso do fólio

ABREVIATURAS DE PUBLICAÇÕES

ABNRJ	<i>Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro</i>
ACMSP	<i>Atas da Câmara Municipal de São Paulo</i>
ADF	<i>Arquivo do Distrito Federal</i>
Apont. Hist.	MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. <i>Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo</i> . Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Edusp, 1980. 2v.
BAMC	<i>Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba</i>
Blut.	BLUTEAU, Raphael. <i>Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...</i> Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8v.
CCLP	SILVA, José Justino de Andrade e (Comp.). <i>Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa</i> . Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-1859. 11v.
CLP	SILVA, António Delgado da (Org.). <i>Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações</i> . Lisboa: Typografia Maigrense, 1828-1844.
Col. Reg.	SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho (Comp.). <i>Systema ou Collecção dos Regimentos Reais</i> . Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783-1791. 6v.
DH	<i>Documentos Históricos da Biblioteca Nacional</i>
DI	<i>Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo</i>
Gen. Paul.	LEME, Luiz Gonzaga da Silva e. <i>Genealogia Paulistana</i> . São Paulo: Duprat, 1903-1905. 9v.
Mss. Cad.	RAU, Virgínia; SILVA, Maria Fernandes Gomes da Silva (Eds.). <i>Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil</i> . Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1956. 2v.
Neg. Col.	LISANTI FILHO, Luís (Ed.). <i>Negócios coloniais</i> (uma correspondência comercial do século XVIII). Brasília; São Paulo: Ministério da Fazenda; Visão Editorial, 1973. 5v.
Ord. Fil.	ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.). <i>Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I</i> . 14. ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870.
RGCMSP	<i>Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo</i>
RIHGB	<i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1. Debates e questões	9
1. Caminhos para o Estado moderno.....	10
2. Dois modelos imperiais	30
3. Poder regional e fiscalidade colonial	46
Capítulo 2. A arquitetura fiscal joanina, 1723-1760	71
1. São Paulo na retaguarda das Minas	71
2. Tributar o império.....	85
As câmaras coloniais e o sustento do império.....	98
3. As negociações fiscais das câmaras paulistas	112
4. Poderes e limites da Provedoria da Fazenda	123
5. A arrematação dos contratos da capitania	136
Conselho Ultramarino vs. Provedorias da Fazenda	139
Origem e trajetória de alguns contratadores	147
6. A longa crise da Provedoria	160
7. Considerações finais.....	167
Capítulo 3. O arranjo pombalino, 1761-1789.....	171
1. A capitania restaurada	171
2. A política do novo imposto.....	184
O sustento das fortificações e tropas	185
O reordenamento das milícias	198
Criação e redirecionamento do “novo imposto”	205
Resistências locais.....	222
3. Projetos e ordenamento da Junta da Fazenda	229
Antecedentes das Juntas de Fazenda	232
Objetivos e composição da Junta da Fazenda	237
A dinâmica da junta	267
4. Considerações finais.....	275
Capítulo 4. Poder regional e contratadores, 1761-1789	279
1. Diferenciação interna: os contratos dos dízimos	281
2. Diferenciação externa: o caso dos meios direitos	309
Disputas entre fluminenses (e alguns paulistas).....	311
Contendas menores no sul	316
3. Variedades do poder local: o caso das passagens	320
As passagens do caminho de Goiás.....	321
As passagens do vale do Paraíba	327

As passagens do eixo Sorocaba-Curitiba e do Cubatão de Santos	330
4. Considerações finais.....	334
Capítulo 5. Novas regras, 1790-1808.....	336
1. Novos rumos para a capitania	336
2. As câmaras e a negociação fiscal.....	354
A extinção do estanco do sal.....	354
A contribuição literária	383
3. Conflitos entre contratadores no império	401
O retorno das arrematações para Lisboa.....	401
Conflitos no contrato dos dízimos.....	410
Conflitos no contrato dos meios direitos	444
4. Considerações finais.....	454
Conclusão	459
Fontes.....	463
1. Documentos manuscritos	463
2. Documentos impressos.....	477
Bibliografia	483
Anexo: Relação de contratos da capitania de São Paulo (1700-1808).....	497

Introdução

A sua ideia de escrever uma história dos capitães-generais de São Paulo é simplesmente infeliz. Que lembrança desastrosa a de preferir um período desinteressante, quando a grande época dos paulistas é o século XVII! Deixe este encargo ao... ou ao... Isto lhes vai a calhar. Que encham as páginas da Revista com tão desenxabido assunto. Reserve você para si o melhor naco, deixe os miúdos para quem deles gostar.

Capistrano de Abreu a Affonso Taunay¹

Na época moderna, as regiões fronteiriças e periféricas adquiriram singular relevo na história dos impérios europeus no próprio continente ou nas colônias do ultramar. Do Franco-Condado à Milão, de Cuba ao Rio da Prata, estudiosos das mais variadas linhagens historiográficas buscaram decifrar as especificidades criadas por pesados encargos militares, elites pouco servis e escassos recursos econômicos. Em diversos momentos, estas regiões abrigavam desafios externos, face aos impérios concorrentes, e internos, na busca pelo difícil ordenamento dos vassalos e da frágil articulação entre o centro e as partes. Situações-limite, pontos críticos, as fronteiras seriam verdadeiros campos de testes quanto ao alcance dos poderes estatais e ao predomínio das forças locais. De maneira similar à Espanha, o caso português mostrou-se bastante fecundo para tais tipos de estudos com seus domínios na Ásia, África e América. Embora neste último aspecto o exemplo rio-grandense seja mais explorado pela historiografia, outras regiões meridionais, para não falar das setentrionais, também oferecem amplo campo de análise. Neste sentido, a capitania de São Paulo no século XVIII apresenta-se como um caminho profícuo para a compreensão dos processos de construção do poder, seja aqueles do próprio governo, seja aqueles referentes às elites

¹ Carta de Capistrano de Abreu a Affonso Taunay, dia de São Bertoldo e São Columbado [1904?]. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 1, p. 276.

regionais. No entanto, esta perspectiva pouco condiz com as apreciações que moldaram a própria historiografia paulista.

Em 1895, os editores do primeiro tomo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* iniciavam a publicação afirmando que a história de São Paulo era a própria história do Brasil. Decerto, a história colonial paulista foi muitas vezes compreendida na apologia erudita das bandeiras, especialmente na dilatação das fronteiras do império português na América. Herdados da colônia, os incertos limites eram tomados como a definição das fronteiras da nação, um atestado da contribuição paulista à formação do país. A história paulista inscrevia-se na história geral da nação por meio de suas especificidades, sobretudo pela ênfase no alegado caráter dinâmico e destemido dos primeiros povoadores do planalto. Com o tempo, uma visão mais crítica incumbiu-se de desfazer estas ilusões de grandeza, deixando de pés descalços os nobres bandeirantes.

Para o bem ou para o mal, as bandeiras marcaram os destinos da história colonial paulista e, como dotadas de vida própria, curiosamente a separaram de um quadro mais geral dos estudos sobre a colonização. Outros historiadores recusaram esta dimensão mais provinciana, intentando perspectivas que melhor dimensionassem o particular e o geral. Como incessantemente procurou mostrar Sergio Buarque de Holanda, a história de São Paulo, aluvial e cambiante, era a história de outro caminho da colonização, distante da estabilidade da grande lavoura açucareira nordestina. Assim, o ideal dos colonizadores era o mesmo, mas diversos seus meios. Estudiosos recentes contribuíram para esta interpretação, indicando a singularidade da ampla utilização da escravidão indígena.²

Logo nos primeiros estudos sobre São Paulo colonial, um efeito paralelo à ênfase nas bandeiras paulistas foi a valorização excessiva da “liberdade individual” e das “autonomias municipais” que haviam caracterizado o período de capitania donatária. A força dos poderes locais e a débil capacidade de controle do governo metropolitano teriam marcado os dois primeiros séculos vicentinos, fomentando a “liberdade individual dos cidadãos republicanos paulistas”. Por sua vez, o surgimento da capitania-geral, com seus correspondentes governadores e capitães-generais, estaria vinculada à

² HOLANDA, Sergio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 25-26. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

imagem de decadência do poder paulista: pobreza e atraso econômico, desmembramento territorial, pesados encargos militares e intenso “despotismo colonial”. Cada governador, salvo o morgado de Mateus, recebia um epíteto negativo.³ De forma geral, a formação da elite colonial paulista e a construção do governo na capitania caminhavam em mãos opostas. Como dizia o presidente e historiador Washington Luís a respeito do governo de Luís César de Menezes: “Após seu governo não há mais paulistas, há apenas capitania de São Paulo”.⁴ Com alguma generalização, no discurso dos estratos dominantes da época, o movimento republicano ao final do império e a “revolução” constitucionalista dariam, de uma ponta a outra da nascente historiografia, a perspectiva negativa sobre os poderes estatais no período colonial. Assim, durante muito tempo, como atestava o conselho de Capistrano de Abreu ao jovem Taunay, São Paulo setecentista seria um assunto desinteressante e infeliz, percorrido pela monotonia das cartas administrativas na sombra de glórias passadas.

Em um momento seguinte, nas décadas de 1940 e 1950, abriram-se outros caminhos, vinculados a uma percepção mais ampla, inclusive teórica, acerca da inserção paulista no conjunto imperial português. Diversos historiadores passaram a valorizar o século XVIII paulista, enfatizando os vínculos econômicos que uniam São Paulo ao núcleo minerador, ao comércio de animais sulinos, às rotas das monções, à produção de açúcar. Entre eles, destacam-se as pesquisas de Lucila Hermann, Mafalda Zemella, Aluísio de Almeida, Alfredo Ellis Jr., Myriam Ellis e Sergio Buarque de Holanda.⁵ Nas décadas de 1960 e 1970, especialmente sob orientação dos dois últimos, foram lançados estudos inovadores sobre a economia e a sociedade paulistas, a exemplo das obras sobre a economia canavieira, as instituições militares e as irmandades religiosas.⁶

³ PIZA, Antonio de Toledo. *Chronicas dos tempos coloniaes. O militarismo em São Paulo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 4, p. 296-320, 1899, ver p. 303-304, 308.

⁴ LUÍS, Washington. *Capitania de São Paulo*. Governo de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typ. Casa Garraux, 1918. p. 165

⁵ HERMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. ALMEIDA, Aluísio de. *Abertura da estrada São Paulo-Curitiba. Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 85, p. 197-204, 1942. ALMEIDA, Aluísio de. *Estradas e impostos do sul do Brasil. Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 153, p. 73-83, 1952. ALMEIDA, Aluísio de. *Os caminhos do Sul e a feira de Sorocaba. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, p. 96-173, 1946. ELLIS JR., Alfredo; ELLIS, Myriam. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do muar, o ciclo do açúcar*. 2. ed. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979. (Biblioteca Academia Paulista de Letras, v. 11). HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁶ PETRONE, Maria Thereza Schörrer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968. LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo*:

Aprofundando tendências anteriores, estas dissertações e teses defendidas na Universidade de São Paulo permitiram uma renovação da história da capitania de São Paulo no século XVIII, enfatizando as articulações entre mercado interno, geopolítica imperial, elites coloniais e reordenamento administrativo.⁷ Estes estudos estiveram marcados por uma relação mais distanciada e crítica a respeito dos colonizadores paulistas, fruto da profissionalização do ofício, de uma maior especialização e da utilização de outros critérios de legitimidade histórica. Influenciados por esta historiografia e a partir de diferentes critérios, algumas pesquisas passaram a utilizar o termo elite para se referir aos estratos superiores da capitania, principalmente na segunda metade do século XVIII.⁸

Não se pretende realizar aqui o levantamento ou a análise de toda esta produção historiográfica, apenas indicar que o presente estudo vincula-se a esta longa transformação da historiografia paulista, valorizando os aspectos construtivos das ações governativas na capitania, os vínculos destas com as políticas mais amplas do império e a compreensão dos interesses materiais que norteavam os diferentes sujeitos históricos. Ao contrário da percepção de Capistrano de Abreu, ela mesmo fruto de um determinado contexto historiográfico, a história administrativa paulista está longe da monotonia e da insipidez, quando perscrutada com outras perguntas. No presente estudo, busca-se investigar o processo de construção e desenvolvimento do poder regional nas capitanias-gerais da América portuguesa ao longo do século XVIII. A construção deste poder não é compreendida apenas nos termos dos agentes e instituições do Estado imperial, como também da formação de uma elite colonial de alcance regional. A perspectiva empregada baseia-se fundamentalmente na sociologia fiscal de cunho histórico, não sendo o objetivo da tese a realização de uma história quantitativa da fiscalidade na capitania.

as milícias. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979. MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

⁷ Um excelente exemplo pode ser encontrado em: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

⁸ RABELO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980. ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza: contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

Com relação à periodização, as transformações ocorridas na administração fazendárias foram o critério principal de delimitação. Escolheu-se como data inicial o ano de 1723 quando principiou a centralização das arrematações dos contratos no Conselho Ultramarino, embora no capítulo correspondente se tenha procedido a incursões no século XVII para uma melhor perspectiva e compreensão dos assuntos abordados. O estudo termina em 1808, ano da vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, que marcaria uma nova inserção da capitania paulista no mosaico do Centro-Sul da América portuguesa devido às novas perspectivas de inserção econômica e política. Além disso, com a recriação do Erário Régio no Rio de Janeiro alteram-se substancialmente as relações entre o centro e as partes fiscais do império.

Embora algumas das questões expostas tenham sido trabalhadas na minha dissertação de mestrado, optei por limitar sua utilização devido à consulta de novas fontes que trouxeram diversas reformulações.⁹ Outras vezes, também busquei corrigir interpretações com as quais já não concordava. Adotou-se uma ênfase maior na própria dinâmica de poder da capitania, deixando de lado um estudo mais amplo e teórico das modificações no pensamento ilustrado sobre as questões fiscais, como havia realizado para d. Rodrigo de Souza Coutinho. Em todo caso, ao final do mestrado tive a impressão de que aquela pesquisa abordava apenas a ponta de um *iceberg*, que agora é apresentado. Ainda assim, nem toda a documentação consultada e transcrita foi utilizada, selecionando-se os aspectos da fiscalidade que eram mais pertinentes às questões colocadas pela pesquisa, bem como se escolhendo os contratos que eram mais importantes. Ademais, ainda restam outros temas que não foram explorados neste estudo, especialmente a questão dos bens dos jesuítas, a cobrança do quinto do ouro, o contrato da pesca da baleia, o subsídio literário, os donativos para o caminho da serra do Mar, os ofícios de justiça e fazenda, a dinâmica dos gastos e a escrituração por partidas duplas.

Quanto às principais fontes consultadas, os conjuntos documentais mais utilizados foram os numerosos códices da Junta da Fazenda paulista existentes no Arquivo Nacional, assim como os códices do Erário Régio referentes à capitania de São Paulo depositados no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. O Arquivo Público do

⁹ AIDAR, Bruno. *A tessitura do fisco: a política ilustrada de d. Rodrigo de Souza Coutinho e a administração fiscal da capitania de São Paulo, 1797-1803*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico – Área de História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Estado de São Paulo contém uma ampla coleção de ofícios das câmaras paulistas aos governadores, fonte importante para o estudo das relações com os poderes locais. Neste aspecto, também se recorreu à documentação do Conselho Ultramarino e à documentação impressa da câmara de São Paulo. Para a caracterização dos agentes mercantis envolvidos nas arrematações dos contratos e na administração fazendária, além da documentação impressa e da bibliografia, pesquisei os processos de habilitação para ordens militares e para agentes da inquisição existentes na Torre do Tombo e alguns censos realizados na capitania. Ao lado das fontes fazendárias, o estudo do cotidiano administrativo foi complementado pela correspondência dos governadores, já publicada, e pela documentação avulsa paulista existente no Arquivo Histórico Ultramarino.

Com os diversos dados compilados sobre os agentes atuantes na arrematação dos contratos e na administração fazendária foi possível cruzar informações e obter representações gráficas das redes informais por meio dos softwares *Ucinet 6 for Windows* e *NetDraw 2.118*, ambos da Analytic Technologies. Ademais, foram organizados dois bancos de dados sobre os contratos encontrados. O primeiro, restrito aos contratos relativos à capitania de São Paulo no período entre 1700 e 1808, é apresentado no anexo desta tese para auxílio de outros estudiosos. Esta divulgação me parece importante também devido ao caráter fragmentário e disperso das fontes consultadas para realizar a compilação. O segundo banco de dados está baseado em fontes homogêneas do Conselho Ultramarino existentes nos códices da secretaria da instituição contendo os termos de arrematação e as fianças dos contratos leiloados em Lisboa entre 1671 e 1793. Incluir mais um banco de dados com pouco mais de quinhentos contratos seria uma medida excessiva, mas não se descarta a possibilidade de uma posterior divulgação destas informações. Para se evitar a multiplicação das notas de rodapé, todas as informações sobre os contratos baseadas nestes dois bancos de dados foram colocadas diretamente no texto sem recurso às notas. Optou-se por não incluir nenhum documento transcrito pela dificuldade em selecionar quais seriam os mais relevantes, deixando de lado outros de igual importância importantes. A transcrição dos documentos apenas manteve a pontuação original, modernizando-se a ortografia, inclusive dos nomes próprios e localidades, e desdobrando-se as abreviaturas para uma maior fluidez do texto.

Com relação às divisões do trabalho, o capítulo inicial apresenta um balanço do debate luso-brasileiro mais recente sobre as relações entre o Estado imperial português e as elites coloniais, destacando-se a existência de dois modelos políticos em discussão, especialmente a partir da contribuição de António Manuel Hespanha. Também são enfatizadas a dimensão do poder regional e do estudo da fiscalidade colonial para a análise da extensão e transformação destes paradigmas de poder. Ao final do capítulo, são apresentados os pressupostos conceituais que nortearam boa parte do trabalho.

Os capítulos restantes foram organizados em diferentes seções que contemplam os aspectos de negociação fiscal, administração fazendária e arrematação dos contratos, sendo precedidos de uma exposição sobre as mudanças ocorridas na capitania de São Paulo em cada período estudado.

O segundo capítulo aborda o papel da capitania paulista na arquitetura fiscal do reinado de d. João V. Por um lado, destaca-se a importância de práticas negociadas fundadas sobre a ideia de justiça fiscal existente já desde o século anterior. Por outro, aponta-se o fortalecimento do Conselho Ultramarino tanto na negociação dos tributos quanto na arrematação dos contratos. No plano da capitania, indicam-se os avanços e limites do processo de concentração do poder no plano regional, especialmente nas Provedorias da Fazenda. Estas mudanças caminhavam junto com os desafios colocados pelo declínio do modelo pré-estadualista de governo, sem que houvesse uma ruptura ou transição completa em direção a um novo paradigma.

O terceiro e o quarto capítulos são dedicados ao estudo da construção fiscal de um novo modelo absolutista de poder na capitania de São Paulo na época pombalina. A questão da criação, conservação e redirecionamento do novo imposto permite analisar as tentativas de controle das forças centrífugas, sobretudo das câmaras e milícias, existentes na capitania. Do ponto de vista das instituições fazendárias, observa-se a criação da Junta da Fazenda paulista, dotada de um novo arcabouço e dinâmica institucionais, bem como sujeita às influências de membros da elite colonial na gestão administrativa. Devido ao amplo escopo das transformações observadas, reservou-se um dos capítulos apenas para o estudo da formação de um grupo paulista de contratadores de impostos, aspecto inexistente no período anterior.

O último capítulo indica as alterações ocorridas ao final do século XVIII, com uma nova inserção da capitania paulista, bem como novas diretrizes reformistas para o império. As tensões do governo da capitania com os poderes locais são estudadas por meio da análise da extinção do estanco do sal e da criação da contribuição literária. Os conflitos entre o poder regional, tanto público quanto o dos estratos privados, e o centro do império são observados pelo estudo dos contratos de impostos, especialmente dos dízimos e dos meios direitos.

Com exceção do primeiro capítulo, os restantes possuem uma conclusão parcial que sintetiza os principais argumentos expostos para cada período. Ao final, há uma conclusão geral que retoma a hipótese principal da tese e as conclusões parciais antecedentes.

Capítulo 1. Debates e questões

Nas últimas décadas, a compreensão dos Estados modernos e dos impérios coloniais alterou-se profundamente, trazendo novos elementos ao debate entre os historiadores. Especialmente no Brasil e em Portugal, esta renovação ocorreu de forma mais aguda do que em outros países, notando-se uma alegada inversão de perspectivas. Para além da importância das grandes interpretações que nortearam o estudo da administração colonial, em particular entre os estudiosos brasileiros, o debate atual mostra-se suficientemente complexo e fecundo. Dados os limites deste trabalho, na impossibilidade de tratar adequadamente todas as questões do debate atual e das interpretações clássicas, optou-se pelo levantamento de alguns pontos mais recentes. As novas posições da historiografia, especialmente no tocante ao Estado moderno, indicam a adoção de outros fundamentos conceituais que exigem uma análise mais detida.

Assim, na próxima seção é apresentada, em linhas gerais, a evolução recente das discussões sobre o sistema político do Antigo Regime em Portugal e seus impactos sobre o debate acerca do governo colonial. Na seção seguinte, aponta-se como o poder regional foi discutido na historiografia sobre a América portuguesa no século XVIII, bem como a importância do estudo da fiscalidade para um dimensionamento do alcance e limites do governo e das elites coloniais nas capitanias. Por fim, é apresentada uma avaliação da recente historiografia sobre a fiscalidade colonial em São Paulo e os pressupostos conceituais que nortearam esta investigação.

1. Caminhos para o Estado moderno

Desde meados do século XX, a historiografia sobre os Estados modernos europeus percorreu caminhos bastante diversos daqueles que haviam caracterizado as diversas correntes nacionais desde o século XIX. A despeito de grandes diferenças entre os países, pode-se dizer que muito desta antiga historiografia esteve orientada pela busca das origens da nacionalidade, do território, da unificação e da centralização políticas. Em muitos países, este recorte nacionalista permitiu o nascimento da moderna historiografia. Na escrita destas histórias nacionais, havia uma grande preocupação em situar o papel da burguesia e da nobreza, o que conduzia a uma avaliação mais ou menos pessimista, dependendo da orientação política do autor, sobre as antigas “liberdades” em relação à “centralização” estabelecida pelo poder régio. Muitas vezes, liberais e conservadores, republicanos e monarquistas tornavam a história o campo de batalha para a avaliação do passado e o posicionamento nos debates de sua época.¹

Já no início do século XX, observar-se-ia outra perspectiva de análise. A tardia unificação política alemã, o processo de modernização acelerado, o surgimento da classe trabalhadora como mais um protagonista político e, principalmente, o militarismo estrutural do Estado prussiano e do império alemão colocaram as questões da formação dos Estados nacionais no centro da nascente sociologia, com fortes bases na história comparativa. Neste aspecto, deve-se a Max Weber e a Otto Hintze a construção de eixos interpretativos para análise da formação estatal, destacando o papel da violência, do exército, da burocracia, da constituição e da justiça, o que permitia explicar as diferenças entre formas administrativas e regimes políticos ao longo da história. Ademais, para além da esfera estatal, a ênfase nas relações clientelares e na sociedade de ordens seria pontos de apoio para o estudo das relações de poder no feudalismo e no Antigo Regime. Outro autor de grande importância, mas no campo da história das ideias políticas, seria Friedrich Meinecke com seu estudo sobre o desenvolvimento do conceito de razão de Estado. Posteriormente, entre as interpretações sociológicas sobre a formação do Estado

¹ Tomando-se a historiografia francesa como exemplo, ver a análise bastante elucidativa de: CARBONELL, Charles-Olivier. Les origines de l'État moderne: les traditions historiographiques françaises (1820-1990). In: BLOCKMANN, Wim; GENET, Jean-Pierre (Orgs.). *Visions sur le développement des États européens*. Théories et historiographies de l'État moderne. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990). Roma: École Française de Rome, 1993. p. 297-312. (Publications de l'École française de Rome, 171).

moderno, destacar-se-iam os trabalhos de Norbert Elias, ainda que, de fato, só tivessem projeção internacional a partir da década de 1970 com a tradução para outras línguas. Exceto por sua influência na investigação das Cortes europeias, esta difusão tardia contribuiu para a exclusão dos estudos de Elias nas correntes historiográficas contemporâneas sobre o Estado, que permaneceram geralmente fiéis ao legado weberiano.²

Com o desenvolvimento dos outros campos da história econômica e social, a escrita da antiga história política sobre os Estados modernos sofreu um esgotamento do seu modelo oitocentista e uma redução na produção das grandes interpretações entre as duas guerras mundiais. É verdade que em alguns países como na França, houve até mesmo certo desprezo por parte da escola dos *Annales* pela história política, mas ela nunca deixou de ser produzida, sem adquirir, contudo, a proeminência de outrora. Contra o pessimismo de vários intérpretes, em nenhuma década do século XX a formação dos Estados nacionais deixou de ser estudada em suas múltiplas relações entre história, sociologia e política. Mesmo em períodos de menor ênfase na grande narrativa histórica sobre a construção dos Estados nacionais, houve em outros campos, como na história social, uma valorização das questões da sociologia alemã desde a década de 30, como, por exemplo, nos estudos de Federico Chabod e Roland Mousnier sobre a venalidade dos ofícios e sua relação com o patrimonialismo no Estado moderno. Entre nós, é desnecessário lembrar a influência weberiana sobre Sergio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.³

A despeito da crescente importância da história econômica e social, em meados do século XX, o Estado moderno voltaria a ter um papel destacado nas discussões da

² Max Weber (*Economia e sociedade*, 1922); Friedrich Meinecke (*A ideia de razão de Estado*, 1924); Norbert Elias (*A sociedade de corte*, 1933, 2. ed. 1969, trad. franc. 1974, trad. ital. 1980, trad. esp., 1982, trad. ingl. 1983, trad. port. 1987; *O processo civilizador*, 1939, 2. ed. 1969; trad. franc. 1973-1975, trad. ingl. 1978-1982, trad. ital. 1982-1983, trad. esp. 1987, trad. port. 1989-1990). A partir do final da década de 1960, foram publicadas em geral coletâneas de artigos e ensaios de Otto Hintze na Espanha, Itália, Inglaterra e França: *Historia de las formas políticas* (1968), *Stato e società* (1971-1974), *The historical essays of Otto Hintze* (1975), *Storia, sociologia, istituzioni* (1990), *Féodalité, capitalisme et État moderne* (1991).

³ Federico Chabod (*Lo stato di Milano dell'impero di Carlo V*, 1934; *Lo stato di Milano nella prima metà del secolo XVI*, 1955; *Y a-t-il un État de la Renaissance?*, 1956; *Alle origini dello stato moderno*, 1957; *Stipendi nominali e busta paga effettiva dei funzionari dell'amministrazione milanese alla fine del Cinquecento*, 1958; *Usi e abusi nell'amministrazione dello stato di Milano a mezzo il '500*, 1958); Roland Mousnier (*La venalité des offices sous Henri IV et Louis XIII*, 1945; *La plume, la faucille et le marteau*, 1970; *Les institutions de la France sous la monarchie absolue 1598-1789*, 1974-1980). Na mesma corrente interpretativa, vale lembrar o artigo de Jaime Vicens Vives (*Estructura administrativa estatal en los siglos XVI y XVII*, 1961).

história e da sociologia. Nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo no universo anglo-saxão, boa parte das preocupações concentrar-se-ia na natureza de classe deste Estado, no interior do debate marxista sobre o caráter das revoluções e a transição do feudalismo ao capitalismo. Dentro desta perspectiva, um dos melhores estudos, com toques weberianos, seria produzido um pouco tardiamente por Perry Anderson. Na mesma época, também a sociologia norte-americana passaria a contar com diversos trabalhos que realizavam estudos comparados sobre as relações militares, econômicas e políticas entre Estado e grupos sociais, apontando suas diferentes trajetórias institucionais, entre os quais se destacam as obras de Samuel Huntington, Barrington Moore Jr. e Reinhard Bendix. Independentemente da posição ideológica dos seus autores, estes estudos eram marcados pela preocupação com distintos padrões de desenvolvimento político e social conduzidos pela passagem de sociedades agrárias e “tradicionais” à sociedade industrial e “moderna”.⁴

Nos anos 70, seria a vez de retomar a questão da formação dos Estados nacionais com base nas perspectivas abertas principalmente por Weber. Da mesma forma que o sociólogo alemão, tais estudos rompiam com a historiografia do século XIX na utilização de conceitos das ciências sociais, o que alterava a ideia empirista e positivista, e nas abordagens comparativas, que ultrapassavam a perspectiva nacionalista. Porém, à diferença de Weber que buscava tipos ideais, coube aos historiadores a tarefa de explicar as transformações de longa duração entre as formas políticas e a diversidade institucional dos Estados europeus. Apesar da presença de outros autores, considero a influência de Weber de caráter fundamental para estas investigações, daí o emprego do adjetivo neoweberiano.

A formação de grupos de pesquisa, apesar das diversas posições metodológicas dos autores, e o desenvolvimento de congressos e encontros na área seriam de vital importância para esta nova historiografia. Nos Estados Unidos, teve importância, a partir de 1969, o Comitê de políticas comparativas, pertencente ao Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais, que financiaria o projeto sobre a construção do Estado e

⁴ Perry Anderson (*Lineages of the Absolutist State*, 1974); Samuel Huntington (*The Soldier and the State*, 1957); Reinhard Bendix (*Nation-Building and Citizenship*, 1964; *Kings or People*, 1978); Barrington Moore Jr. (*Social Origins of Dictatorship and Democracy*, 1966; *Injustice: the Social Bases of Obedience and Revolt*, 1978).

da nação na Europa Ocidental. Deste projeto resultaria a obra *The Formation of National States in Western Europe* (1975), dirigida por Charles Tilly.⁵

A partir de 1988, outro grande conjunto de pesquisas seria financiado pela Fundação Europeia de Ciência no projeto sobre as origens do Estado moderno na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Os resultados do extenso grupo seriam divulgados na segunda metade dos anos 90 com a publicação na Inglaterra e na França de sete volumes cobrindo as áreas estudadas: guerra e competição estatal, sistemas econômicos e finanças governamentais, instrumentos jurídicos do poder, classes dirigentes e agentes do Estado, representação, resistência e pertencimento à comunidade, o papel do indivíduo na prática e na teoria políticas e, por fim, o tema da iconografia, propaganda e legitimação.

Na Europa, o surgimento de novos estudos sobre a formação dos Estados europeus viria justamente ao encontro das incertezas criadas pelos desafios da globalização e da unificação europeia, bem como do fim da União Soviética. Também dentro dos países europeus, diferentes políticas neoliberais ou conservadoras tendiam a reduzir com maior ou menor impacto as funções anteriormente atribuídas ao legado do *Welfare State*. Assim, além do interesse acadêmico, no momento em que os Estados nacionais europeus mais se viam pressionados por diferentes forças econômicas e políticas que delimitavam sua crise, ou mesmo desmonte, observa-se uma busca coletiva dos historiadores por explicações gerais sobre a formação estatal que procuravam ultrapassar as culturas acadêmicas nacionais, as barreiras linguísticas, os limites de periodização e as fronteiras entre as disciplinas.⁶

Embora talvez pouco seguido pela miríade de contribuições de diversos investigadores, outro aspecto bastante interessante era uma nova abordagem das antigas noções de “absolutismo”, “modernidade” e “centralização”, mediante critérios mais precisos e comparativos que levassem em consideração as relações entre o centro, as regiões e as localidades nos Estados, a formação de um oficialato permanente e especializado, a construção de uma hierarquia de jurisdição estatal e o poder de

⁵ TILLY, Charles (Org.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

⁶ Com algumas adições, sigo aqui os comentários de Wim Blockmanns. BLOCKMANN, Wim. Les origines des états modernes en Europe, XIII^e-XVIII^e siècles: état de la question et perspectives. In: BLOCKMANN, Wim; GENET, Jean-Pierre (Orgs.). *Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies de l'État moderne. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990)*. Roma: École Française de Rome, 1993. p. 1-14. (Publications de l'École française de Rome, 171).

representação política face ao aparelho de Estado. Esta abordagem mais precisa desvinculava-se das preocupações originais da historiografia oitocentista e alinhava-se às raízes da sociologia histórica comparativa.⁷

Assim, em termos gerais, estas perspectivas norte-americanas e europeias estavam interessadas em uma valorização *positiva* dos fatores que haviam contribuído para a construção dos Estados europeus, bem como explicavam as suas diferentes trajetórias institucionais. Estas análises não descartavam as questões da formação do absolutismo e da centralização, mas sim os antigos instrumentos analíticos da historiografia nacionalista e empirista do século XIX. Tais autores estavam preocupados com as *descontinuidades* e as *rupturas* que haviam conduzido à redução da multiplicidade das inúmeras formas políticas do final do período medieval para apenas alguns Estados territoriais ao final do século XVIII.

Também desde a década de 1970, nota-se, especialmente na Europa latina (Itália, França, Espanha e Portugal), outras correntes historiográficas bastante críticas à ideia de Estado absolutista. Nos estudos sobre o Estado francês, em particular, estas críticas eram endereçadas principalmente pelos pesquisadores da história social e política que estudavam *práticas* de governo pouco condizentes com a *representação* política do poder que se depreendia das ideias de soberania, do cerimonial da corte, da teoria do direito divino dos reis e da razão de Estado. Embora vários autores continuassem a destacar o papel da exclusão das ordens (*états*) no governo régio e da construção do oficialato e instituições reais na centralização do poder, outros passaram a discutir as diversas formas de oposição nobres e plebeias, institucionais e informais que percorriam a monarquia. Neste sentido, o absolutismo francês assemelhava-se cada vez mais como uma interminável obra em construção, nunca alcançada. Pretensiosa em teoria, mas na prática pouco efetiva. Esta posição cética transformou-se para muitos historiadores em provas vivas da inexistência do absolutismo.⁸

Entre as diversas críticas à ideia de absolutismo, uma das mais interessantes, até mesmo por suas ramificações com a historiografia luso-brasileira recente, dizia respeito às redes clientelares na monarquia francesa. Por um lado, se os ministros utilizavam amplamente estas redes para o controle das províncias e cidades; por outro, o poder

⁷ BLOCKMANN, Les origines des états modernes en Europe, XIII^e-XVIII^e siècles: état de la question et perspectives, op. cit., p. 13-14.

⁸ COSANDEY, Fanny; DESCIMON, Robert. *L'absolutisme en France*. Histoire et historiographie. Paris: Seuil, 2002. (L'Histoire en débats).

régio estava envolto no jogo de fidelidades estabelecido com a nobreza, não se podendo pensar mais, como outrora, em uma domesticação da aristocracia. Assim, o rei era absoluto em teoria, porém na prática estava preso aos laços de fidelidade estabelecidos com os diversos grupos sociais, sendo mais um ator entre outros agentes do que propriamente o grande ordenador da sociedade.

Muitos destes historiadores passaram a enfatizar os aspectos informais e pessoais da administração monárquica, ao contrário daqueles que destacavam as instituições formais e o avanço da “monarquia administrativa”. Entendia-se que a eficácia ou ineficácia das políticas da Coroa estavam submetidas ao controle das casas nobres sobre as províncias. Em particular, os pesquisadores regionais e locais tiveram um papel essencial na produção de uma historiografia que alegava a incapacidade da Coroa em estender sua autoridade ao interior da monarquia. Embora não seja explícito, estas diferentes abordagens compreendiam o absolutismo francês não em termos de ruptura e centralização, mas em suas semelhanças com o feudalismo (não por acaso se gerou a expressão *bastard feudalism*), o que igualmente trazia à tona a necessidade de explicar as diferenças nas formas de governo.⁹

Especialmente no universo acadêmico anglo-saxão, esta perspectiva crítica do absolutismo francês constituiu-se, na expressão de William Beik, em uma “nova ortodoxia” professada pela recente geração de historiadores. Segundo o autor, teria surgido um paradigma analítico de colaboração social entre o rei e as diversas elites da monarquia, no qual o governo seria exercido pelo “compromisso, negociação e repartição de recursos de forma a conservar e manter as diferenças hierárquicas”,¹⁰ atuando o rei como defensor de uma sociedade tradicional, em vez de se constituir como uma força contrária e modernizadora tal como descrita pela antiga historiografia. A colaboração ocorreria tanto pela ênfase nos interesses comuns do Estado e dos grupos sociais, quanto pela fraqueza do Estado em fazer valer seus interesses nas sociedades locais e pela existência de perspectivas governamentais bastante tradicionais. Entre os vários problemas desta nova ortodoxia, segundo Beik, estaria o de conciliar os aspectos tradicionais da monarquia com o surgimento de aspectos inovadores do desenvolvimento estatal. Em alguns autores, haveria mesmo a rejeição explícita das

⁹ COSANDEY; DESCIMON, *L'absolutisme en France, op. cit.*, p. 226-230, 239, 289, 292.

¹⁰ BEIK, William. The absolutism of Louis XIV as social collaboration. *Past and Present*, Oxford, n. 188, p. 195-224, 2005, ver p. 195.

“teorias de modernização” do Estado moderno, contribuindo para uma visão mais arcaica da monarquia do que ela realmente era. Por sua vez, a ênfase excessiva na ideia de colaboração e negociação acabava por criar uma perspectiva unilateral que excluía os conflitos e o exercício de autoridade nas relações entre o rei e as diversas elites.¹¹

Além desta visão, primeiro crítica, depois cética, do absolutismo francês, os estudiosos das monarquias ibéricas e dos diversos governos italianos trouxeram outra contribuição significativa para uma nova abordagem do Estado moderno que ultrapassava os limites do debate sobre o absolutismo. O argumento principal destes historiadores era a renovação de uma perspectiva cara à historiografia alemã e desenvolvida posteriormente pelo austríaco Otto Brunner: a ideia de sociedade de ordens (*ständische Gesellschaft*).¹² Enquanto uma categoria histórica geral, que admite variações espaciais e temporais, a sociedade de ordens teria sido o modelo de organização dos poderes de *uma fase de transição entre o sistema feudal e o Estado moderno*, existente entre os séculos XII e XVI. A ideia de ordem corresponderia ao “conjunto de pessoas que gozam, pela condição comum em que se encontram da mesma posição com relação aos direitos e deveres políticos”¹³ e que possuem um caráter coletivo de obrigação política, em contraponto à concepção individualista.

Outro aspecto desta historiografia seria a ênfase nas diferenças com relação ao Estado moderno, na qual se sobressai *a ausência do monopólio legítimo da violência*, visto que esta se encontra dispersa em inúmeros pontos da organização social exercida com maior ou menor eficácia direta. Assim, há a ausência da concentração de poder em uma única sede, pois o poder estaria presente em diferentes fontes e seria exercido por diferentes ordens. Pela impossibilidade de se isolar o poder, não há uma separação entre Estado e sociedade civil ou entre público e privado, como na teoria política moderna. No entanto, com relação ao sistema feudal, as diferenças da sociedade de ordens eram mais

¹¹ BEIK, The absolutism of Louis XIV as social collaboration, *op. cit.*, p. 195, 197, 199, 208 e 216.

¹² SCHIERA, Pierangelo. Sociedade por categorias. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília; São Paulo: Ed. UnB; Imprensa Oficial do Estado, 2000. v. 2, p. 1213-1217. Otto Brunner, especificamente, emprega o termo *altständische Gesellschaft*, o que poderia ser traduzido como antiga sociedade de ordens. Utilizo aqui o termo sociedade de ordens ao invés de sociedade de estados, o que seria mais próximo à origem latina *status* como tradução da palavra alemã *Stand*, para evitar qualquer confusão com o termo Estado. Também não utilizo o termo sociedade por estamentos, como muitas vezes se divulgou a obra weberiana no Brasil por uma adaptação da tradução mexicana de *Economia e sociedade*. Tampouco se adota a tradução desastrosa da versão brasileira do dicionário de Bobbio, Mateucci e Pasquino de *società per ceti* por “sociedade por categorias”. Ademais, cabe lembrar o uso corrente do termo *société d'ordres* na historiografia francesa.

¹³ SCHIERA, Sociedade por categorias, *op. cit.*, p. 1214.

tênuas do que àquelas estabelecidas face ao Estado moderno. Segundo Schiera, por um lado, há a superação da base personalista, e mormente jurídica, de poder, com a passagem da ênfase militarista das relações políticas para outra de caráter mais impessoal. Por outro lado, a transformação das estruturas econômicas feudais também altera os vínculos do poder.¹⁴

Além da antiga historiografia austro-alemã sobre a sociedade por ordens, outros arcabouços conceituais tornaram-se importantes recursos metodológicos nesta perspectiva. Ancorados no giro linguístico nas ciências humanas, estes autores enfatizavam a construção de outras representações do poder político na pré-modernidade. Neste sentido, o trabalho de Otto Brunner foi bastante pioneiro ao estudar, ainda na década de 1930, o imaginário da casa e da nobreza, das relações de senhorio e dos laços de fidelidade. De vital importância para esta corrente foi a valorização da história do direito, na qual se destaca a fundação em 1972 na cidade de Florença do “Centro de estudos para a história do pensamento jurídico moderno”. De forma geral, os estudos de diversos pesquisadores vinculados a esse centro tendem a enfatizar a pluralidade jurídica do período medieval e do Antigo Regime em oposição à unidade do direito moderno e sua concepção unidimensional.¹⁵

Outra influência perceptível era a ideia de um exercício difuso e fragmentado do poder, desenvolvida por Michel Foucault até a primeira metade dos anos 70, em contraponto à teoria política clássica e marxista que elegia o Estado como pólo principal de poder. Esta valorização das “microfísicas” do poder encaixava-se perfeitamente à ideia de sociedade por ordens, unindo curiosamente “pós-modernidade” e “pré-modernidade”. Também a perspectiva de Foucault permitia vincular o exercício do poder a um conhecimento e a certas representações da ordem sócio-política, que encontravam respaldo nos saberes jurídicos da época.

De forma geral, era bastante interessante nesta historiografia a existência de outra periodização, na qual não haveria uma passagem direta do feudalismo ao absolutismo, mas um sistema intermédio de poderes que não era considerado nem na historiografia marxista, nem na historiografia neoweberiana sobre a formação do Estado moderno. Haveria mesmo uma outra leitura da obra de Weber, centrada nos aspectos

¹⁴ SCHIERA, Sociedade por categorias, *op. cit.*

¹⁵ HESPANHA, António Manuel. O debate acerca do Estado moderno. *Working Paper*, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, n. 1, 1999, p. 5.

tradicionais e patrimonialistas da organização política europeia, enquanto que boa parte dos estudos neoweberianos esteve preocupada com sua face moderna e burocrática.

Por outro lado, alguns autores acabaram tornando-se reféns de uma perspectiva de *continuidade* com relação ao feudalismo, especialmente quanto às representações do poder e à estratificação social. Ademais, esta corrente historiográfica concebia o sistema feudal dentro de uma visão primordialmente política, excluindo a questão da formação do capitalismo mercantil e suas inter-relações com a sociedade de ordens. Em outras palavras, a ideia da formação de um modo de produção capitalista, unindo economia, política e cultura, seria completamente alheia a esta perspectiva. Por fim, cabe considerar o enfoque pouco dinâmico tomado por esta historiografia, pois caberia explicar tanto a passagem do feudalismo para a sociedade de ordens, quanto desta para o Estado moderno, processos que obrigam a um diálogo ainda irrealizado com as perspectivas marxistas e neoweberianas.

Desde a década de 1970, a perspectiva historiográfica da sociedade de ordens teria especial influência na chamada Europa do Sul. Deve-se lembrar a presença de tradições corporativistas no governo desses países ao longo do século XX, como também as dificuldades na separação entre as esferas pública e privada e entre sociedade civil e Estado, que traziam uma perspectiva menos gloriosa e mais crítica da formação estatal do que em outros países da Europa ocidental. Em particular, a marcada historiografia laudatória do Estado nas ditaduras salazarista e franquista era amplamente rejeitada pelos novos historiadores durante e após a redemocratização. No caso da Espanha, havia ainda a força dos historiadores regionais, especialmente os da Catalunha, que clamavam por uma história consciente das tensões e conflitos da unificação e integração nacionais, bem como do poder das elites locais e regionais com relação à Coroa. Ademais, cabe lembrar a forte presença histórica da Igreja tanto enquanto poder aliado e concorrente ao Estado, quanto como matriz de representações políticas e sociais com forte influência naqueles países. Logo, a escrita da história do Estado deveria levar em consideração as concepções corporativas, a diversidade regional, o poder das elites e da Igreja.

No caso de Portugal, a partir de meados da década de 1980, toda uma nova geração de historiadores tomaria por base os estudos de Joaquim Romero Magalhães e de António Manuel Hespanha para a reavaliação do Antigo Regime português. De alguma inspiração braudeliana, a obra de Romero Magalhães inscrevia-se em uma abordagem

do espaço regional do Algarve em sua totalidade geográfica, econômica, social e política. Para além desta obra, uma das maiores contribuições do autor foi no fomento aos estudos sobre os poderes concelhios, em uma dimensão até mesmo “anti-regional”, que atestava a permanência e força das localidades na época moderna.¹⁶

Por sua vez, a obra de António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan* (1986), aportava uma nova periodização política do Antigo Regime português, bem como uma interpretação inovadora acerca dos poderes que constituíam e rodeavam o próprio governo. Sua análise concentrava-se especialmente na administração do reino, desconsiderando, portanto, os domínios, e temporalmente restringia-se, em boa parte, à primeira metade do século XVII. Contrário às perspectivas historiográficas “estadualistas”, o autor recusava tanto uma visão anacrônica que tendia a atribuir uma centralização absolutista precoce ao reino português, quanto uma visão teleológica que encadeava os condicionantes de uma centralização inexorável e inevitável do Estado ao longo do Antigo Regime português.¹⁷

Em particular, o autor colocava em suspensão uma pressuposta centralização do poder, desvendando os limites à ação estatal que decorriam tanto de características materiais quanto daquelas relativas ao imaginário da sociedade e do poder. A coexistência de outros poderes concorrentes à Coroa, especialmente os elementos senhoriais, eclesiásticos e concelhios, era particularmente analisada em sua obra. Assim, não cabia falar em poder, mas em poderes: da Coroa, da Igreja, dos senhores, das famílias e das corporações. Do ponto de vista das condições materiais dos aparelhos de poder, Hespanha sustentava que as estruturas demográficas, político-geográficas, fiscais e do oficialato político-administrativa apontavam limites ao exercício do poder centralizado.

No entanto, é principalmente em sua visão acerca do imaginário político-social que Hespanha desvela uma nova perspectiva sobre o funcionamento do Estado português. O argumento principal de Hespanha é que a monarquia possuía destaque no

¹⁶ Entre as obras de Joaquim Romero Magalhães, destacam-se *O Algarve económico, 1660-1773* (1988); “As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de antigo regime: os concelhos” (1994); junto com Maria Helena da Cruz Coelho: *O poder concelhio. Das origens às Cortes constituintes* (1986). Ainda que já um tanto desatualizada para os dias atuais, para uma avaliação da historiografia portuguesa recente sobre a época moderna, ver: SCHAUB, Jean-Frédéric. Novas aproximações ao Antigo Regime português. *Penélope*, Lisboa, n. 22, p. 119-140, 2000.

¹⁷ HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994. Ver particularmente p. 277-294, 527-528. A primeira edição, custeada pelo próprio autor, é de 1986.

sistema português de poder do século XVII, mas não representava a totalidade do sistema, compartilhando sua proeminência com outros poderes políticos, dotados, por sua vez, de ampla autonomia. Em outras palavras, o universo político não estava polarizado em uma entidade única. Havia uma unidade (a monarquia) e uma hierarquia governativas, mas estas não haviam sido construídas pela destruição da autonomia das partes, antes a pressupunha e a conservava, exercendo o governo apenas uma função reguladora.

O quadro político descrito pelo autor apoiava-se em um paradigma jurisdicionalista de ação político-administrativa, que estruturava as ações de poder em torno da ideia de *iurisdictio*, e no governo polissinodal enquanto modelo de organização, a enquadrar o desenho institucional dos atores envolvidos. Na concepção medieval corporativa, a função do rei era “manter as jurisdições dos restantes corpos políticos no equilíbrio estabelecido pela constituição (natural) da sociedade”.¹⁸ O governo devia conservar uma ordem sócio-jurídica preestabelecida, ou seja, atuar de maneira passiva. A ciência do governo fundava-se na jurisprudência, no primado da justiça e da *ratio* (em oposição ao *arbitrium*, a decisão arbitrária). Fazer justiça era, portanto, conservar a autonomia das partes.

Ademais, a ordem processual ordinária seguia uma série de formalidades, contrárias à rapidez e prontidão modernas. Outro aspecto fundamental referia-se ao processo decisório, baseado na consulta das partes e na argumentação constante com os conselheiros. Uma decisão tomada sem consulta, sem ouvir os detentores do saber jurídico, era considerada arbitrária. As ideias de *iustitia* e *iurisdictio* partilhavam a visão de pluralidade de interesses e de alteridade de poderes, na qual o poder régio não era considerado preponderante. O universo jurídico, por sua vez, era consideravelmente ampliado sobre os outros campos de governo (guerra, graça, consciência, fazenda, economia etc.), ainda indiferenciados daquela primeira matriz.

Para o autor, o governo sinodal ou polissinodal era o desenho institucional dos poderes caracterizado pela existência de conselhos, tribunais ou juntas, que permitiam expressar todos os pontos de vista. Cada conselho possuía autonomia sobre seu funcionamento e sobre questões vinculadas aos seus membros. Nesse sentido, é que o autor recorre à ideia de “descerebração”, entendida como a ausência de unidade de

¹⁸ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 278.

direção e a falta de coordenação entre as instituições, inclusive com prejuízo do próprio Conselho de Estado. Cada qual tendia a defender sua própria esfera de competência, paralisando e tornando ineficaz a administração central. O rei buscava reduzir esta falta de coordenação, participando dos despachos dos tribunais e aumentando seu poder decisório. A criação das secretarias das câmaras e, posteriormente, das secretarias de Estado também exerceriam um poder contrário à ausência de direção.

A grande força da obra de Hespanha é destacar o vínculo, na vereda foucaultiana, entre o exercício dos poderes e a ordem dos saberes. O poder se exerce através de um conhecimento e de uma representação da ordem social e política. Nesse sentido, o governo e os poderes não-estatais (igreja, família, senhorios, conselhos etc.) compartilham saberes presentes na concepção corporativa da sociedade e na ideia de conservação de justiça. Ademais, entende-se que a Coroa é presa da sua própria representação de poder. No fundo, todos são “vítimas” de um paradigma pré-estadualista de distribuição de poderes, que limita as maneiras de pensar e agir. De forma radical, esta abordagem permitiria, segundo seus defensores, expurgar todo o anacronismo das vivências políticas contemporâneas e assim ter uma chave de interpretação do universo político do Antigo Regime.

Por outro lado, esta abordagem pode incorrer em alguns equívocos das antigas perspectivas sobre o absolutismo, tomando a norma como a prática e impedindo os historiadores de analisarem as transformações do modelo pré-estadualista e as ações desviantes desse paradigma, por mais flexível que esse fosse às particularidades dos “arranjos da vida”, como notou Hespanha.¹⁹ Como alerta Nuno Gonçalo Monteiro, há o risco de “cair com frequência numa fetichização de alguns textos, reputados matriciais, em óbvio detrimento de outros terrenos de análise”.²⁰ O distanciamento entre práticas e normas era uma questão aberta no governo das colônias, como também ressaltou Laura de Mello e Souza, porém não deixava de ser uma possibilidade no próprio reino. Em particular, não se tratava apenas das particularidades sociais, mas do impulso transformador das necessidades do nascente campo da política, em contraponto à justiça, que atingia todo o império. Observa-se que a crítica de Mello e Souza pode ser

¹⁹ HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 5, p. 55-66, 2007, ver p. 57.

²⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Temas e problemas. In: OLIVEIRA, César (Dir.). *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates, 1996. p. 19-27, ver p. 26.

lida de duas formas, em um sentido mais restrito ao campo jurídico, conforme interpretado por Hespanha, e em outro mais amplo, referente ao modelo político jurisdicionalista. No primeiro caso, Hespanha contra-argumenta a flexibilidade das práticas jurídicas aos casos particulares. O segundo caso, aqui enfatizado, não é o considerado pelo autor.²¹

Em 1994, com a publicação do volume sobre o Antigo Regime sob coordenação de António Manuel Hespanha na *História de Portugal*, a nova perspectiva historiográfica tornar-se-ia o padrão hegemônico para o estudo da época moderna portuguesa. Os temas e as abordagens propostos ancoravam-se nos estudos de Hespanha e de diversos outros historiadores sob sua influência. De modo geral, a análise do Antigo Regime é realizada dentro do paradigma pré-estadualista, que pode ser visto como seu condicionante estrutural. Entretanto, são dadas poucas explicações sobre o surgimento de um novo paradigma que se possa denominar de estadualista, fundado sobre o absolutismo de raiz contratualista, a administração ativa, especialmente a ciência de polícia, e a distinção entre Estado e sociedade civil. Segundo Hespanha, com o despotismo iluminista: “A coroa vai pretender constituir-se em centro único do Poder e da ordenação social, esvaziando os centros políticos periféricos e pondo, com isto, fim à constituição política da monarquia pluralista”.²² Esta mudança é situada na segunda metade do século XVIII, especialmente com a criação de novas instituições, como o Erário Régio e a Intendência Geral de Polícia no governo central, e do surgimento de novos cargos (inspetores, intendentes e superintendentes) no governo periférico.²³

O último capítulo do volume apresenta uma síntese geral das transformações políticas entre 1621 e 1807, o que foge da regra geral da obra, com uma visão mais estrutural, mas também por outros motivos, que aportam nuances ao caráter geral do trabalho. Em parte deste capítulo, escrito por Pedro Cardim, lê-se as tensões às quais seria submetido o modelo político pré-estadualista durante a administração de Olivares nas décadas de 1620 e 1630, inclusive com o surgimento de medidas políticas que

²¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 55-56.

²² HESPANHA, António Manuel. A punição e a graça. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 223.

²³ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 113-132. SUBTIL, José. Os poderes do centro: governo e administração. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 141-173.

contrariavam esta forma de governo. Embora no reinado de d. João V (1640-1656) tenha havido uma tendência ao fortalecimento dos grupos sociais, especialmente da nobreza, e dos poderes locais, o governo seguinte do conde de Castelo Melhor (1656-1668) apontava diversas medidas no sentido de reduzir o sistema polissinodal de decisões, além de outras que remetiam à época de Olivares. Ainda que não houvesse nenhuma tendência definida de centralização política, também não se pode dizer que o modelo pré-estadualista estivesse amparado em bases sólidas e imutáveis.²⁴

Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, a partir do reinado de d. Pedro II (1668-1706), nota-se a emergência de uma esfera política bem definida, porém sem “políticas” amplas e contínuas, além do surgimento de uma sociedade de corte e da consolidação da elite aristocrática. Também no plano da administração central, há uma organização do processo de tomada de decisões, especialmente com a Guerra de Sucessão da Espanha e a organização da América e do Atlântico portugueses. Por fim, no mesmo reinado, ocorreria o declínio das reuniões das cortes. O governo de d. João V (1706-1750) prossegue e aprofunda as tendências anteriores, notadamente com o reforço da Corte, a menor importância e depois abandono do Conselho de Estado e, por fim, o surgimento das Secretarias de Estado. De grande importância, é o “inequívoco declínio do ‘governo dos conselhos e tribunais’” combinado ao “indiscutível reforço da administração periférica da coroa”. Mesmo assim, se afirma que “estes novos instrumentos não são ainda potenciados” e que “as reformas sistemáticas estavam ainda por vir”. Diante de tantos fatos, resulta algo paradoxal que somente o reinado de d. José I seja designado por José Subtil como o “crepúsculo do corporativismo”.²⁵

Nesse último capítulo, parecem estar condensadas e latentes as críticas posteriores de historiadores influenciados pelo próprio Hespanha à periodização do declínio do sistema de poderes pré-estadualista. As críticas ao modelo geral adotado por Hespanha seriam melhor observadas na década seguinte. Ainda que pareça trivial, outro aspecto a se ressaltar é a distinção que deve ser feita entre declínio do modelo pré-estadualista e a formação de um modelo estadualista. Nem sempre de forma explícita, as

²⁴ CARDIM, Pedro. D. Filipe III (1621-1640). Do consenso à rebelião; D. João IV (1640-1656). A luta por uma causa rebelde; D. Afonso VI (1656-1668). A “privação” do conde de Castelo Melhor. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 401-410.

²⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. D. Pedro II regente e rei (1688-1706). A consolidação da dinastia de Bragança; D. João V (1706-1750). O ouro, a Corte e a diplomacia. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 410-415.

críticas da historiografia tendem a dissociar e a matizar o declínio de um e a formação de outro, de forma distinta à de Espanha, que associa o declínio do modelo pré-estadualista à emergência do paradigma estadualista.

Com o surgimento destas críticas, as questões outrora rechaçadas do “absolutismo” e da “centralização”, para as quais se haviam trancado as portas, entravam pelas frestas no edifício conceitual do Antigo Regime, abrindo outras janelas e perspectivas para a análise de dois modelos políticos. Como afirma Nuno Gonçalo Monteiro, em um comentário à obra de Pedro Cardim, “a velha problemática do ‘absolutismo’ (joanino, designadamente) acaba por reaparecer, apesar de exorcizada vários momentos”.²⁶ Nesse aspecto, cumpre observar o papel pioneiro de um ensaio de Luís Ferrand de Almeida publicado em 1995, mas com uma versão inicial apresentada em 1989, na revalorização da questão do “absolutismo” de d. João V para além do antigo debate centrado no declínio das reuniões das Cortes. Confrontando a perspectiva pré-estadualista, Ferrand de Almeida perguntava-se sobre a “continuidade ou ruptura relativamente às formas políticas dos séculos XVI e XVII” no reinado joanino.²⁷

A proposta de Ferrand de Almeida visava à análise dos fundamentos práticos do absolutismo no reinado de d. João V, quando ainda inexistia uma doutrina oficial clara e definida, buscando principalmente “a apreensão dos meios com que o poder real se podia concretamente efetivar e também dos obstáculos e limites que de fato encontrava”.²⁸ Sem considerar o absolutismo necessariamente como um despotismo, o autor ressaltava as resistências ao fortalecimento do poder régio, seja na persistência de antigas ideias, como as lembranças da reunião das Cortes ou o próprio caráter paternalista das relações entre o rei e seus vassalos, seja pela existência de descontentamentos e contestações em diversos níveis, de sátiras e pasquins a motins urbanos e rurais. O final do reinado é descrito pela crise nos órgãos superiores de governo, indicando o caráter ainda frágil das mudanças políticas. Assim, Ferrand de Almeida propunha uma nova história política e institucional vinculada à história social e uma perspectiva de análise que considerava as incertezas e oscilações da continuidade e

²⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino. *Análise Social*, Lisboa, v. 35 (157), p. 961-987, 2001, ver p. 966.

²⁷ ALMEIDA, Luís Ferrand de. O absolutismo de d. João V. In: *Páginas dispersas*. Estudos de história moderna de Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1995. p. 183-207, ver p. 198.

²⁸ ALMEIDA, O absolutismo de d. João V, *op. cit.*, p. 196.

descontinuidades dos modelos políticos. Ao separar teoria e prática do absolutismo, o autor também escapava das amarras das representações do poder tal como formulada por Hespanha.

Com o surgimento das críticas à persistência do paradigma pré-estadualista, o artigo de Ferrand de Almeida seria citado periodicamente na produção mais recente, ainda que esta não seguisse exatamente a proposta do autor. Com relação às críticas da última década, dependendo do historiador, a maioria delas focaria na progressiva perda do aspecto polissinodal da monarquia e nas feições de administração ativa adquiridas antes da segunda metade do século XVIII, como defendia Hespanha. Pedro Cardim aponta a periodização mais antiga quanto ao declínio do modelo pré-estadualista. Para o autor, a partir de meados do século XVII a Corte exerceria um papel disciplinador e organizador da nobreza, seja nos ofícios da Casa Real, seja nos ofícios de “governo do reino”. Ademais, vários fatores alteravam o governo por conselhos característico do modelo pré-estadualista: a formação de juntas de governo e de grupos restritos, a criação e composição da Secretaria de Estado e da Secretaria Geral de Mercês, o surgimento de novos cargos como o secretário de Estado, o escrivão da Puridade e a presença de validos do rei. Cardim também ressalta o papel das novas estratégias de seleção de oficiais do “governo do reino” que minavam a patrimonialização dos cargos pela nobreza, impondo outros critérios como a objetividade, o pragmatismo e a funcionalidade, em direção a um modelo ditado por uma concepção instrumental de governo. Não obstante todos esses fatores, de forma alguma o autor interpreta esse período como o surgimento do paradigma estadualista.²⁹

Desde o final da década de 90, as diversas análises empreendidas por Nuno Gonçalo Monteiro resultariam em uma revisão da hegemonia do modelo pré-estadualista no período posterior à restauração. Segundo Monteiro, o declínio dos poderes corporativos teria se iniciado com a estabilização da dinastia bragantina e da paz com a Espanha (1667/68). Segundo autor, escrevendo em 1997/98:

²⁹ CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. *Tempo*, Niterói, v. 7, n. 13, p. 13-58, 2002.

A ausência de instituições regionais, o declínio do poder senhorial, a erosão de todos os corpos intermédios serão marcas distintivas da história portuguesa no século XVIII. Dificilmente se pode descrever já a monarquia como uma constelação de poderes, como fez António Hespanha, reportando-se ao século XVII. Não se trata de sugerir a onipresença da coroa e da centralização ou, noutro sentido, de afirmar a existência precoce de um sentimento nacional generalizado. Mas de reconhecer entre as marcas peculiares da realidade portuguesa do Antigo Regime tardio a escassa expressão política de qualquer tipo de corpos, para além de instituições estritamente locais.³⁰

Assim, após a independência, os modelos políticos não teriam retornado ao pluralismo corporativo, mas se afastado dele em uma “efetiva viragem” com o reordenamento das relações entre a Coroa e as elites. Segundo Monteiro, ao contrário de outras monarquias como a francesa e a espanhola, Portugal não sofrera as resistências e exigências de corpos políticos intermédios, notadamente os regionais. Também a partir desta homogeneidade, o autor recusa o epíteto de monarquia compósita, como na Espanha, para caracterizar Portugal. A única oposição era dos poderes locais. A formação de uma sociedade de Corte centralizada em Lisboa, o declínio das reuniões das cortes, que cessariam em 1697, e a redução dos poderes nobiliárquicos e suas clientelas trariam enorme poder à Casa de Bragança.

Da mesma forma que Cardim, Monteiro ressalta os conflitos entre os conselhos e as secretarias de governo. Já no período joanino, aponta que o declínio do Conselho de Estado não trouxe grande poder às secretarias de Estado, indicando, a meu ver, que na interpretação do autor o declínio do modelo polissinodal não correspondia exatamente ao fortalecimento de novos paradigmas, aspecto bastante claro quando Monteiro afirma que os instrumentos da administração periférica da Coroa ainda não haviam sido “potenciados”. É bastante interessante a observação do autor acerca do surgimento de um campo da “grande política” – uma “esfera bem definida da ação e da disputa política” – no reinado de d. João V, impulsionada particularmente pelo envolvimento português na Guerra de Sucessão, na qual eram discutidas as questões diplomáticas, a guerra, a política ultramarina, a nomeação para cargos e ofícios superiores, a política tributária e a forma dos despachos régios. Entretanto, o autor não parece explorar suficientemente como esse espaço da “alta política”, ainda que limitado e pouco sistemático como afirma, alterava os quadros do governo polissinodal e jurisdicionalista. São pouco elucidadas as

³⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder: o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003. p. 35-36.

relações entre as transformações políticas e institucionais operadas no governo joanino e aquelas do período josefino, as quais o autor reputa como sendo as de maior efeito a longo prazo na monarquia portuguesa. Assim, não parece haver um equacionamento muito claro entre o declínio do modelo pré-estadualista e a ascensão do paradigma estadualista.³¹

Na contramão das críticas de Cardim e Monteiro, José Subtil mantém-se fiel à periodização inicial de Hespanha, reservando a segunda metade do século XVIII para o surgimento do paradigma estadualista. Para tanto, o autor descreve o reinado de d. João V como o “ensaio fracassado de transição para o modelo de governo político [i.e., o paradigma estadualista]” e a “continuidade do domínio político do modelo jurisdicional e corporativo”.³² Apesar do surgimento da Corte enquanto pólo organizador do poder e do declínio do Conselho de Estado, a grande ameaça possível ao regime polissinodal era o desenvolvimento das Secretarias de Estado. Subtil refere-se mesmo à valorização política “abusiva” desta última questão. O autor aponta que já no período do governo do conde de Castelo Melhor a primeira experiência das secretarias em direção a um governo mais político e direto havia fracassado. No governo de d. João V, os secretários de Estado não teriam conseguido organizar suas próprias redes clientelares e, assim, esvaziar o poder dos conselhos e tribunais. Com a morte dos titulares das secretarias, não houve uma renovação capaz de empreender uma reforma do sistema de poderes. Por sua vez, a análise da composição dos conselhos e tribunais indica igualmente que não ocorreu nenhuma mudança ou inovação, mantendo-se o mesmo tipo de elite – os titulares da alta nobreza do reino e os grandes magistrados – desde meados do século XVII. Em alguns momentos, o autor aponta uma continuidade desde o século XVI. Em suma, Subtil recusa completamente a ideia de que o período joanino teria permitido antecipar a instauração do Estado moderno de cariz estadualista em Portugal.³³

Embora o autor tenha outra interpretação acerca da reforma das secretarias, não parece discordar da importância dada à formação da Corte, como destacam Cardim e Monteiro. Ainda que na análise elaborada por Subtil a composição dos conselhos e

³¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008. (Reis de Portugal). p. 35-47, 325-326. MONTEIRO, Identificação da política setecentista, *op. cit.*

³² SUBTIL, José. *O terramoto político (1755-1759)*. Memória e poder. Lisboa: Ed. Universidade Autónoma de Lisboa, 2007. p. 53-54.

³³ SUBTIL, *O terramoto político (1755-1759)*, *op. cit.*, p. 28, 39, 53-54, 57, 72, 80, 84, 104.

tribunais, por um lado, e das secretarias, por outro, seja um fator importante na avaliação das relações de continuidade e ruptura do modelo político polissinodal, esta perspectiva não permite avaliar corretamente se houve uma mudança qualitativa no conteúdo das discussões destas instituições em direção aos temas de “alta política”, apontados por Monteiro. Assim, embora as elites políticas fossem as mesmas, pode-se questionar se diversos eram os temas. Não obstante esse aspecto, o autor aponta uma dimensão relevante quanto à persistência dos conselhos e tribunais na vida política portuguesa da primeira metade do século XVIII, impedindo generalizar a situação do Conselho de Estado para todos os outros conselhos e tribunais da monarquia.

De forma geral, estas diferentes abordagens das continuidades e rupturas entre formas políticas pré-estadualistas e estadualistas buscam novos critérios que permitam equacionar outras perspectivas sobre a antiga questão do “absolutismo” e da “centralização”: as práticas políticas, as resistências sociais, a sociedade de Corte, o surgimento de novas instituições, a inexistência de corpos políticos intermédios, a formação de novos temas, ditos “políticos”, e a composição das instituições. Ao historiador caberia manejar os diferentes instrumentais da história institucional, social e das ideias para lidar com estas questões. Nesse aspecto, não se compreende a recusa da historiografia, mais ou menos explícita, em adotar uma perspectiva neweuberiana que enfatize a acumulação de poder fiscal e militar pelo governo e seu papel na transformação dos modelos políticos.

Escrevendo em 1996, Nuno Gonçalo Monteiro aponta ser visível na abordagem neweuberiana “o acento tônico na mudança e na transição e o horizonte do Estado-Nação como meta de chegada”, ou seja, que se entendia como uma história teleológica. Para o autor, embora o ponto de vista adotado pela historiografia portuguesa fosse menos sensível para explicar as mudanças sociais e institucionais, ganhava-se enquanto abordagem hermenêutica capaz de decifrar a cultura político-institucional da época. Em 1998, Pedro Cardim apontava o “relativo fracasso” do projeto europeu para o estudo da formação dos Estados nacionais, a falta de consenso sobre o tema e a persistência de problemas por esclarecer. De modo geral, cabe lembrar também que o estudo de Portugal ficou praticamente marginalizado no projeto europeu.³⁴

³⁴ MONTEIRO, Temas e problemas, *op. cit.*, p. 25-26. CARDIM, Pedro. Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. *Nação e Defesa*, Lisboa, 2. sér., n. 87, p. 129-158, 1998, ver p. 133, 156-157.

Em alguns aspectos, tal perspectiva seria capaz de iluminar as inúmeras questões relativas à transformação do paradigma pré-estadualista. Na proposta de pesquisa aqui enfocada, entende-se que a fiscalidade estava no centro das transformações operadas no primeiro modelo político do Antigo Regime, na ruptura de uma monarquia de caráter judiciário e colegiado para outra de cariz burocrático e administrativo. Ademais, para além do declínio ou persistência do governo por conselhos, as tensões entre o ideal de conservação da justiça e as necessidades fiscais e militares constituem um campo privilegiado para se pensar as continuidades e rupturas entre esses dois sistemas de organização do poder. Como ressalta François Monnier para o caso francês, a criação do *Contrôle Général de Finances* (1661) era indicativa da ruptura da monarquia francesa tradicional em direção à monarquia administrativa. A oposição entre uma forma de gestão judiciária, contenciosa, colegiada, representada pelo Parlamento e pelo conselho régio, e outra hierárquica, burocrática e moderna, representada pelo *Contrôle*.³⁵

³⁵ MONNIER, François. L'administration des finances au XVIIIe siècle. In: HAMON, Philippe *et alia*. *L'administration des finances sous l'Ancien Régime*. Colloque tenu à Bercy les 22 et 23 février 1996. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière, Ministère de l'Économie et des Finances, 1997. p. 31-42, ver p. 31 e 39.

2. Dois modelos imperiais

A renovação da historiografia portuguesa sobre o sistema de poderes no Antigo Regime teve importância crucial na nova historiografia sobre o período colonial brasileiro, permitindo a construção efetiva de outro paradigma de análise em oposição à ideia de antigo sistema colonial. Tendo por base as contribuições anteriores de Maria Yedda Leite Linhares e Ciro Flamarion Cardoso, em um primeiro momento esse novo modelo esteve calcado em uma interpretação sócio-econômica dos determinantes endógenos da acumulação e da reprodução do poder das elites coloniais, destacando-se traços de continuidade com o caráter arcaico e tradicionalista da sociedade portuguesa. O acesso ao tráfico de escravos e à ampla oferta de alimentos e terras permitiria às elites coloniais obter uma *autonomia relativa* face às flutuações do mercado externo, em contraponto, segundo os autores, às interpretações de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais que postulavam a dependência da economia colonial aos determinantes externos. Segundo os autores:

O mosaico descrito [de produções internas], conjugado a uma estrutura peculiar da produção da mão de obra e aos baixos custos do fator terra, permite às flutuações da economia assumirem uma relativa autonomia frente às do mercado externo.³⁶

No entanto, a crítica dos autores não parece condizer com alguns aspectos das obras estudadas. Sem pretender nem de longe esgotar o assunto, podem ser feitas algumas observações muito breves que divergem da leitura realizada por Fragoso e Florentino. Com relação à obra de Fernando Novais, por exemplo, a ideia de antigo sistema colonial não implica uma concepção funcionalista tal como lida pelos seus críticos, mas dialética das relações entre a economia metropolitana e a colonial. Já em sua obra original, por exemplo, o autor indicava que o próprio desenvolvimento da colonização conduzia ao surgimento de comerciantes, no caso na Bahia e no Rio de Janeiro, envolvidos no tráfico de escravos e no comércio. Segundo Novais, esse desenvolvimento contrariava o sistema colonial e “ia invertendo as posições”. Assim como Fragoso e Florentino, o autor reconhece a tendência ao crescimento econômico e à

³⁶ Por seu caráter de síntese, utilizo aqui: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. 3 ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 67.

autonomização dos colonos face às diretrizes metropolitanas com o aprofundamento da colonização.

No entanto, de maneira diversa à historiografia atual, o autor destacava a importância dos mecanismos econômicos e dos controles políticos detidos pela Coroa, o que aqui se interpreta como as tendências extrativas da colonização. As medidas da Coroa tentavam controlar esse desenvolvimento fora do sistema mercantilista, mas apenas aumentavam a consciência e a crítica dos colonos acerca dos limites do regime de exclusivo. Diversamente da interpretação posterior de Fragoso e Florentino, Novais destaca a ideia marxista de contradição entre tendências extrativas e centrífugas de acumulação de poder, que iam se tornando cada vez mais aguçadas com o desenvolvimento do mercado interno e dos vínculos inter-coloniais. Para evitar o caminho da revolta, adotava-se a reforma de inspiração liberal e fisiocrata que restringia a elementos mínimos a sustentação do aparato mercantil de extração de recursos.³⁷ Conforme um texto posterior do autor, seguindo o já apontado por Caio Prado Jr., a economia colonial ainda que voltada para o mercado externo, precisava desenvolver o mercado interno para funcionar, sendo daí decorrente a sua contradição principal.³⁸

Assim, Fragoso e Florentino parecem mais aprofundar os estudos sobre a dinâmica do mercado interno colonial do que efetuar uma ruptura radical a respeito das interpretações criticadas.³⁹ Não obstante estas distorções nas críticas realizadas, é evidente que os estudos sobre a acumulação econômica endógena inspirados em Fragoso e Florentino permitiram um maior refinamento na abordagem das fontes empíricas e no detalhamento das formas de acumulação na economia colonial, especialmente na compreensão da influência das representações mentais do Antigo Regime português sobre os padrões econômicos coloniais. Também cabe recordar que os estudos sobre o mercado interno apresentam uma longa tradição na historiografia

³⁷ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 191-197.

³⁸ NOVAIS, Fernando. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 368.

³⁹ Para outras críticas ao modelo de economia colonial proposto por Fragoso e Florentino, ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. O império tripolar: Portugal, Angola, Brasil. In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars (Orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009. p. 509-531. MARIUTTI, Eduardo; DANIELI NETO, Mário; NOGUEROL, Luiz Paulo. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001. ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da colônia: revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru; São Paulo; Portugal: Edusc; Ed. Unesp; Instituto Camões, 2000. (Coleção História). p. 169-187.

brasileira, com, por exemplo, os trabalhos de Sergio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Jr., Mafalda Zemella, Myriam Ellis, Alice Canabrava, José Roberto do Amaral Lapa e Maria Schörer Petrone, o que impede uma visão da obra de Caio Prado Jr. como hegemônica nos círculos acadêmicos após a década de 1940.

A despeito da contribuição para o estudo da dinâmica econômica, a interpretação de Fragoso e Florentino carecia ainda de um modelo político adequado. Se se havia pensado a autonomia relativa da economia colonial, cabia enfrentar a questão da autonomia relativa, ou mesmo absoluta, dos poderes políticos coloniais face ao controle da Coroa. Ademais, cumpria elucidar o papel ativo das elites coloniais no governo da América portuguesa e na conformação do império. Para os autores, havia um projeto de desconstruir a historiografia que pretendia enxergar o império de forma hierarquizada e rígida.

Nesse aspecto, os estudos de Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa sobre a câmara do Rio de Janeiro, divulgados a partir de 1997, trariam uma importante contribuição para aqueles autores, bem como a adesão à renovada historiografia portuguesa sobre a época moderna, o resgate da historiografia institucional anglo-saxã sobre as colônias portuguesas e a aproximação com a historiografia norte-americana sobre as colônias inglesas, da qual se destaca a obra de Jack Greene. Ainda assim, apenas em 2000, com a publicação de diversos artigos, e em 2001, com a coletânea *O Antigo Regime nos trópicos*, é que se pode verificar o surgimento de outro paradigma de análise, com perspectivas alternativas que dessem conta do período colonial em sua totalidade.⁴⁰

Por outro lado, contra a ideia de uma historiografia anterior monolítica e unidimensional, é igualmente salutar recordar a existência de uma longa e variada tradição do pensamento político e social brasileiro que continuamente sustentou a tese da proeminência do poder privado no período colonial, sobretudo Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. Evidentemente, estes autores possuem chaves interpretativas muito diferentes entre si e os conceitos e

⁴⁰ FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João Luís; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, Lisboa, v. 23, p. 67-88, 2000. BICALHO, Maria Fernanda. Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial. *Leituras*, Lisboa, 3ª sér., n. 6, p. 17-39, 2000. FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122, 2000.

análises utilizados hoje em dia são bastante diversos aos da primeira metade do século XX, sendo necessário um estudo aprofundado sobre as similitudes e diferenças entre as perspectivas atuais e aquelas obras. Porém, nunca é demais lembrar que as mudanças nas interpretações históricas raramente são feitas *ex-nihilo*.

O artigo “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império” pode ser tomado como um manifesto e uma síntese das ideias do grupo capitaneado por Fragoso. A crítica principal dos autores residia no caráter dicotômico ou dual na abordagem da historiografia sobre as relações entre a metrópole e a colônia, por um lado, e a visão centrada sobre a exploração e a dominação metropolitanas, por outro. Segundo os autores, seria preciso superar a oposição entre colonizadores e colonos. Desta forma, colocavam as ideias de pacto, consenso, negociação e reciprocidade no centro de sua análise.

Nota-se, também, outra conceituação sobre a economia colonial, que a subjugava ao primado da política, indo um pouco mais além da análise da dinâmica econômica endógena. Os autores recorrem à ideia de “economia do bem comum” e, no campo político, ao conceito de “economia política de privilégios”. No primeiro caso, haveria uma série de bens e serviços obtidos por meios políticos, ou seja, fora dos mecanismos de mercado. Os monopólios detidos pelas câmaras, no plano local, ou pelo rei, no plano imperial, seriam “retirados” do mercado e colocados à disposição de setores privilegiados das “elites senhoriais”. A utilização destes bens e serviços permitiria a esses grupos manterem redes clientelares hierarquizadas pela formação de alianças com seus favorecidos, proporcionando, assim, uma posição de destaque às elites na hierarquia social. Trata-se, portanto, de pensar os mecanismos não-concorrenciais e clientelísticos presentes na dinâmica econômica colonial.

Em outro artigo, João Fragoso define melhor o que entende por economia do bem comum:

A Câmara, os ofícios da coroa e as mercês, em geral, criavam para seus titulares possibilidades de acumulação de riquezas à margem da produção e do comércio. Isto formava o que chamo de economia do bem comum, ou seja, em nome da República, uma elite se apropriava de recursos do público, não somente dos escravos, mas também dos lavradores e dos comerciantes, entre outros grupos sociais. Por meio destes mecanismos, a nobreza da terra foi capaz de adquirir parte do excedente colonial e realizar suas fortunas.⁴¹

Ao contrário do primeiro conceito de “economia do bem comum”, a ideia de “economia política de privilégios” não se encontra tão bem definida pelos autores, mas pode ser compreendida em seu contexto. Da mesma forma que a primeira ideia, o conceito de “economia política de privilégios” enfatiza as relações de reciprocidade, porém entre o rei e as “elites senhoriais”. Em um primeiro momento, os colonos foram membros ativos na conquista, povoamento e defesa da colônia. Posteriormente, o ônus converteu-se em moeda de troca com a Coroa na obtenção de honras, mercês e privilégios. Decorreria desta concessão um “pacto” entre o rei e as “elites senhoriais”, formando redes de reciprocidade que sustentavam o império e aumentavam sua coesão. Neste processo, as câmaras seriam os principais espaços de negociação e órgãos de representação das elites em suas relações com a Coroa. Pode-se mesmo dizer que às câmaras se reduz a abordagem dos autores, concebendo-se um império formado apenas por instituições do poder local em relação com as do poder central, sendo estas últimas bastante enfraquecidas frente às primeiras.

Nos dois conceitos, a governabilidade do império seria garantida por uma lógica recíproca de prestação de serviços e de concessão de mercês e privilégios. Na interpretação dos autores, as câmaras seriam pilares essenciais de boa parte da estruturação do poder político e econômico do universo colonial. Os vínculos intercoloniais entre a América, África e Ásia, tanto nas relações mercantis das “elites senhoriais” quanto nas trajetórias dos administradores coloniais, apenas reforçariam a ênfase e ampliariam a extensão dos vínculos consensuais existentes no império. Ademais, há um grande esforço para se pensar a cultura econômica e política colonial nas especificidades do Antigo Regime português.

Esta perspectiva centrada na força dos poderes locais e na lógica das negociações e consensos buscava deliberadamente abandonar a análise dos poderes centrais, em

⁴¹ FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 11-35, 2003, ver p. 16.

particular o estudo dos conflitos e contradições que permeavam as relações entre colônia e metrópole. Em última instância, tomava-se a colônia em suas relações de convergência com o modelo pré-estadualista reinol tal como descrito por Hespanha, sustentando-se a continuidade das práticas políticas. Assim, não era incomum nesta perspectiva que a colônia fosse lida como uma extensão espacial do Antigo Regime português.

Em 2007, a coletânea *Conquistadores e Negociantes* manteria o mesmo tom do início da década, aprofundando algumas questões sem alterações significativas. Os autores passam a distinguir as elites coloniais entre uma nobreza principal da terra, cuja legitimidade residiria na conquista, e os negociantes de grosso trato, com maior atuação no século XVIII. Os modelos sociais e de representação oriundos do reino encontrariam ressonância e difusão na colônia, nas ideias de conquista, casa e bando, redesenhando de forma mais ampla a hierarquia da sociedade de ordens do Antigo Regime português.⁴²

Em 2010, uma nova coletânea, intitulada *Na trama das redes*, traria outros conceitos e algumas modificações à proposta de interpretação divulgada no início da década. Aprofundando perspectivas anteriores, os autores buscavam pensar o papel da agência dos diversos indivíduos e das instituições locais no processo negociado de tomada de decisões nas configurações do império. Neste sentido, a obra completa um longo percurso de refutação da ideia de estrutura como instrumento de compreensão das relações coloniais, para além da ênfase na autonomia da política colonial como expressa na obra anterior.

Diversamente d'*O Antigo Regime nos trópicos*, esta coletânea não reitera a ideia de continuidade entre o modelo pré-estadualista reinol e o sistema de poderes na América portuguesa. Embora ainda considerem o predomínio da concepção corporativa da sociedade e autonomia do poder local tal como existente no reino, admite-se a influência dos grupos sociais, em particular africanos e indígenas, na configuração de um modelo político *sui generis* na América portuguesa. A inclusão desta participação na moldagem do governo imperial leva a crer na assimilação da crítica de Laura de Mello e Souza à

⁴² FRAGOSO, João Luís; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

aplicação irrestrita da análise de Hespanha à América portuguesa sem considerar o papel da escravidão.⁴³

Em segundo lugar, Fragoso e Gouvêa recorrem à ideia de monarquia pluricontinental, formulada inicialmente por Nuno Gonçalo Monteiro e distinta à ideia de monarquia compósita, desenvolvida por John H. Elliot para o estudo da monarquia hispânica. Ao contrário desta última, a monarquia pluricontinental seria composta por apenas um reino, uma única aristocracia e diversas conquistas, unificadas por leis, regras e diversas corporações. Se na monarquia compósita, a autonomia local e regional decorria da anterioridade de reinos e instituições à união imperial, no caso da monarquia pluricontinental, onde inexistiam poderes senhoriais, esta autonomia era assegurada pelo primado do auto-governo dos poderes locais, expresso pela ideia de “república”. As câmaras municipais, em particular, deviam cuidar da administração do abastecimento, do comércio externo e da justiça ordinária. Porém os autores consideram que o governo da “república” podia abarcar o escopo mais amplo e geral do império. Por sua vez, este poder era reforçado pela dependência da Coroa e da nobreza do reino dos proventos materiais da colônia. Assim, na monarquia pluricontinental, a Coroa seria incapaz de se impor pela coerção devido à fraqueza do poder central, “mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas”.⁴⁴

Enfatizando uma tendência anteriormente observada, outro aspecto de importância na obra *Na trama das redes* é a compreensão do império a partir das redes, ou seja, dos vínculos interpessoais estabelecidos entre diversos agentes e instituições da monarquia. Reflexo do prestígio internacional do estudo das redes entre os historiadores, este enfoque permitiria avançar nas dinâmicas relacionais que denotavam trajetórias diversas na construção do império. Fátima Gouvêa ainda aponta a ideia de “rede governativa entendida como uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito

⁴³ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – De *O Antigo Regime nos trópicos* a *Na trama das redes*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-40. SOUZA, *O sol e a sombra*, *op. cit.*, p. 56-57.

⁴⁴ Além da introdução ao livro *Na trama das redes*, ver também: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 49-63, 2010, citação da p. 55.

da administração”,⁴⁵ articulação esta dependente de trajetórias administrativas e atribuições de jurisdição.

Implicitamente, o estudo das redes aprofundava a crítica de um império rígido, formalizado e hierarquizado, substituindo-o por uma monarquia com relações de poder plásticas, informais e relativamente igualitárias. Ressoando certa influência de Foucault, o poder já não seria mais exercido em um local determinado, mas se encontrava disperso por todo o império e acessível a todos os seus integrantes. Também é bastante interessante como as redes são vistas como algo mais duradouro do que as instituições, ressaltando a fraqueza do Estado em relação à força dos vínculos interpessoais. Embora de fato a abordagem de redes permita compreender melhor os aspectos informais do poder, fica em suspenso se tal perspectiva permite investigar adequadamente as instituições formais e os respectivos processos de decisão política. Há o risco de uma visão bastante parcial, ao substituir a ideia de um império composto por instituições pela ideia de um império de redes interpessoais.

Nesta nova coletânea, nota-se o surgimento de algumas preocupações anteriormente bastante criticadas na historiografia. Em outro texto, também causa enorme estranheza o retorno da questão da “transferência do excedente colonial para a sociedade reinol”. Ainda que Fragoso e Gouvêa busquem explicar o tema de outra perspectiva, a partir das redes ultramarinas, o tema havia sido mais do que condenado por Fragoso em textos anteriores.⁴⁶ Na introdução da coletânea *Na trama das redes*, um primeiro aspecto é relativo à existência de conflitos, incoerências e fraturas na organização dos poderes nas sociedades “ultramarinas”.⁴⁷ Assim, por exemplo, Gouvêa ressalta a importância das dinâmicas de negociação e conflito nos domínios e entre o centro e a periferia do império.⁴⁸ Já em um texto publicado em 2006, Fragoso e Gouvêa enfatizavam a necessidade de compreender “as tensões e as negociações existentes entre os dois lados do Atlântico” das redes ultramarinas, bem como a ideia de que estas

⁴⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c.1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 155-202, ver p. 179. Grifos originais.

⁴⁶ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João et alia. *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa: Edufes; IICT, 2006. p. 25-72, ver p. 25-26.

⁴⁷ FRAGOSO; GOUVÊA. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens, *op. cit.*, p. 14-15.

⁴⁸ GOUVÊA, Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, *op. cit.*, p. 158, 181.

redes podiam apresentar-se como “dísparos e conflitantes”.⁴⁹ Contudo, na prática, prevalece a perspectiva da negociação e do consenso. Quando há espaço para os conflitos, especialmente os de jurisdição, estes são posteriormente harmonizados pelos agentes de governo, em particular, ou pela Coroa, em geral, restaurando-se a antiga ordem corporativa.⁵⁰ Assim, os conflitos e fissuras não alteram os pressupostos do modelo pré-estadualista aplicado à análise da América portuguesa, apenas introduzem desequilíbrios temporários.

Também se observa que a transformação do sistema de poderes pré-estadualista no reino, a partir do reinado de d. Pedro II e com maior ênfase no governo de d. João V, é percebida como uma questão a ser debatida pela historiografia colonial. Neste sentido, ao lado da crescente afirmação do poder régio no reino, passam a ser considerados o papel dos conflitos platinos em torno da Colônia de Sacramento, das descobertas das minas e das invasões estrangeiras ao início do século XVIII na transformação do modo de governar a América portuguesa.

Há uma divergência de opiniões entre os autores sobre o alcance destas mudanças. Gouvêa, por exemplo, diferencia entre uma política de centralidade régia e outra de centralização ao comentar o papel das conquistas na transformação dos vínculos entre o soberano e a alta nobreza no governo de d. Pedro II. A autora nega o segundo aspecto (a centralização), mas também esvazia a primeira acepção de qualquer “afirmação de um poder, de um domínio, de um exclusivismo, ou coisa parecida, por parte da coroa”.⁵¹ Embora de fato, na interpretação de Hespanha, a busca pelo poder exclusivo da Coroa encontre respaldo teórico apenas na segunda metade do século XVIII, isto não significa a inexistência de um processo de afirmação e fortalecimento do poder régio conforme apontado por Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro e Luís Ferrand de Almeida.

Por sua vez, com base nestas últimas tendências da historiografia portuguesa e em outras dimensões dos seus próprios estudos anteriores, a interpretação de Maria Fernanda Bicalho ressalta o surgimento de uma nova cultura política no reinado de d.

⁴⁹ FRAGOSO; GOUVÊA. Nas rotas da governação portuguesa, *op. cit.*, p. 66.

⁵⁰ Para um exemplo de análise de conflitos, ver: COSENTINO, Francisco Carlos. Governo-Geral do Estado do Brasil: governação, jurisdição e conflitos (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 401-430, especialmente p. 423.

⁵¹ GOUVÊA, Redes governativas portuguesas e centralidades régias..., *op. cit.*, p. 184.

João V que contrapunha o governo ministerial por juntas e secretarias ao modelo sinodal dos conselhos e tribunais, considerado hegemônico até o final do século XVII.⁵² Em outro artigo, publicado em 2007, a autora analisa com maior detalhe as consequências desta mudança para o governo do império. Segundo Bicalho, as ameaças de invasões estrangeiras e os perigos dos motins e rebeliões dos vassalos americanos impulsionaram uma reformulação da política imperial na primeira metade do século XVIII. Esta inflexão resultaria em conflitos com a antiga maneira de governar, como, por exemplo, nas disputas entre o vice-rei e o Conselho Ultramarino. O reordenamento da política imperial seria acompanhado, no entender da autora, do apoio de grupos sociais das diversas capitanias, bem como não prescindiria dos antigos canais de negociação, sobretudo com as câmaras, para o êxito das mudanças.⁵³

Os principais eixos ordenadores desta nova política imperial são analisados por Mônica da Silva Ribeiro em seus estudos sobre o governo de Gomes Freire de Andrade. A dissertação de mestrado e parte do doutorado da autora foram orientadas por Maria de Fátima Gouvêa o que indicava uma abertura para outra perspectiva sobre o governo da América portuguesa. Segundo Ribeiro, as transformações da cultura política na América portuguesa estiveram orientadas pelo surgimento de práticas governativas fundamentadas em uma nova razão de Estado. Estas práticas envolveriam os aspectos territoriais, econômicos, fiscais e administrativos da colônia. Também de grande relevância era formação de novas redes governativas no Centro-sul envolvendo principalmente militares, governadores interinos e subordinados. Esta mudança teria se iniciado ainda na década de 1720, aprofundando-se durante o período pombalino. A autora também destaca a importância crucial do governador na mediação e arbítrio de interesses e conflitos.⁵⁴

⁵² BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 343-372.

⁵³ Segundo a autora, este trabalho e o anterior resultaram da pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa sob supervisão de Nuno Gonçalo Monteiro no período entre 2006 e 2007. BICALHO, Maria Fernanda. *Inflexões na política imperial no reinado de d. João V. Anais de História do Além-Mar*, Lisboa, v. 8, p. 37-56, 2007.

⁵⁴ RIBEIRO, Mônica da Silva. *"Se faz preciso misturar o agro com o doce": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. RIBEIRO, Mônica da Silva. *"Razão de Estado" e administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

Tendo em conta estas últimas contribuições, observam-se algumas dificuldades de compreensão do “Antigo Regime nos trópicos” para além do modelo político pré-estadualista. De fato, não se pode responsabilizar Hespanha por esta perspectiva, dado que o autor aponta claramente a existência de um paradigma estadualista. Porém, no esforço da crítica brasileira ao império “rígido e hierarquizado”, este último modelo foi obliterado. Com o surgimento das críticas em Portugal ao trabalho de Hespanha, propondo uma nova periodização e interpretação sobre o século XVIII, tornou-se evidente aos historiadores brasileiros a necessidade de enfrentar a famigerada questão do “absolutismo”, a qual se acreditava expurgada do debate. As contribuições mais recentes, por sua vez, apresentam limites em sua capacidade de explicação tanto da decadência do modelo pré-estadualista quanto do surgimento do paradigma estadualista. Estas dificuldades decorrem da ausência conceitual de uma análise dos conflitos, tensões, rupturas e hierarquias, bem como do pressuposto da inexistência de mecanismos de extração do poder político e econômico por parte da Coroa e das elites reinóis.

Em contraponto às contribuições desta nova corrente, há uma postura crítica com relação à perspectiva da recente historiografia, principalmente quanto à obra *O Antigo Regime nos trópicos*, que está vinculada a uma vertente de renovação na interpretação sobre o antigo sistema colonial. Na breve análise aqui realizada a escolha dos autores, apenas alguns dos historiadores influenciados por Fernando Novais, restringiu-se à crítica da utilização do paradigma pré-estadualista para o estudo do período colonial. Esta mudança, que possui raízes ainda nos anos 80, está voltada para uma visão mais flexível, processual e ampla da colonização, sobretudo em seus aspectos sociais, políticos e culturais. Também são visitadas outras épocas que não haviam sido trabalhadas em maior profundidade na abordagem originária de Novais, especialmente o século XVII e a primeira metade dos setecentos. Por outro lado, nota-se uma redução da escala dos fenômenos observados, frequentemente com a utilização da micro-história, e uma menor preocupação com a história econômica. Assim, mais do que o exercício crítico, as intervenções no debate atual decorrem também das questões desenvolvidas pelos próprios trabalhos dos diversos historiadores vinculados a esta mudança.

Não obstante, há semelhanças com a nova historiografia, uma vez que também foi influenciada pelos novos quadros da história moderna em Portugal, porém em uma

leitura mais suscetível às críticas, mediações e alterações para uma análise da América portuguesa. Não raro, estas análises têm empreendido investigações originais que reconhecem, tal como a nova historiografia, a autonomia relativa das partes do império, sem, contudo, deixar de vinculá-las a um centro ou a um sentido ordenador.

A despeito das variadas influências e temas, tais autores não prescindem da ideia de colonização como chave interpretativa para a compreensão *dialética* de formas específicas de ordenamento econômico, social e político, em nítido contraste com a aproximação da colônia com as sociedades europeias do Antigo Regime. Em particular, destaca-se o distanciamento entre o paradigma pré-estadualista do reino e a prática de governo na América portuguesa, bem como a transformação dos significados e concepções originais. Busca-se compreender como os domínios ultramarinos representavam *descontinuidades* e *alteridades* das formas políticas e sociais reinóis.

Para estes autores, os conflitos e tensões seriam uma via privilegiada para a compreensão desta inversão. Assim, enquanto a perspectiva do Antigo Regime nos trópicos teria uma leitura pela produção da ordem e da integração, seus críticos procuravam ler os fracassos, descaminhos e subversões do paradigma pré-estadualista. Na análise de Laura de Mello e Souza, os perigos externos e internos adquiriam proeminência na construção de uma forma de governar, que se ainda não possuía a designação de “política colonial”, estabelecia ao menos critérios distintos para o exercício do poder nos domínios ultramarinos. A busca de uma ordem política pelos governadores abrangia diversas estratégias, desde o castigo exemplar, no caso de motins, até a contemporização com as elites locais.⁵⁵

Esta mutação do modelo político, também seria observada com relação aos padrões societários, mas gerando diferenças regionais de inserção das elites coloniais na monarquia portuguesa. Segundo Mello e Souza, não se pode generalizar, por exemplo, as condições relativamente consolidadas do *status* dos senhores de engenho nordestinos a outras regiões, como em Minas Gerais, suscetíveis a uma maior mobilidade econômica e maior flexibilidade dos padrões sociais. Também se destaca a distância entre as aspirações à condição de nobreza da terra e a construção social efetiva de aristocracias

⁵⁵ SOUZA, *O sol e a sombra*, op. cit., p. 11-12, 57, 78-108, 234, 297.

regionais, o que não raro conduzia a uma “nobreza de fumaça” na qual se esvaíam principalmente as pretensões de pureza de sangue.⁵⁶

Mais do que estes aspectos citados, a autora destaca a importância crucial da escravidão para se pensar a alteridade da formação política da América portuguesa, na “recriação perversa” do universo de poder do Antigo Regime, que destoava da “assimilação pura e simples”.⁵⁷ As respostas a esta crítica seguiram dois caminhos. Hespanha argumentou que havia uma compatibilidade entre a escravidão e as doutrinas corporativas da sociedade europeia, tanto na ideia de governo da casa, quanto pela utilização do direito romano. Assim, não haveria dissonância entre a escravidão e os princípios de governo do Antigo Regime português, de resto a espelhar a mesma exclusão social e política do reino. O outro argumento, já citado na análise de *A trama das redes*, referia-se à capacidade de africanos e indígenas de alterarem o modelo político reinol.⁵⁸

Por outro lado, as críticas de alguns autores à nova historiografia colonial destacam uma série diversa de questões que passam longe da adequação do paradigma pré-estadualista à escravidão. Os estudos de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo têm buscado desvendar a linguagem política das revoltas coloniais, compreendendo-as em suas lógicas próprias e não como antevisões nativistas. Em particular, o autor procura entender como a colonização impunha limites ao funcionamento de um paradigma pré-estadualista, na qual o jogo dos poderes era transmutado pelos sentimentos dos colonos de desamparo e injustiça causados pela distância da figura régia, pela morosidade da justiça e pelas dificuldades de representação junto ao rei, assim como pelos “despotismos” e “excessos” dos administradores do império. A decepção das expectativas fomentadas pelos vassalos americanos com base no ideal da “república cristã e justa” era canalizada para a condenação dos governadores, ministros da justiça e fazenda que, conforme se acreditava, agiam contra os preceitos do bom governo.

⁵⁶ SOUZA, *O sol e a sombra*, op. cit., p. 76, 155-156, 159, 168, 179, 461.

⁵⁷ SOUZA, *O sol e a sombra*, op. cit., p. 56-57, 68-69.

⁵⁸ HESPANHA, *Depois do Leviathan*, op. cit., p. 65-66. Ver também a recente tese de Rodrigo Bonciani que, creio, confirma em parte a ideia de Hespanha no tocante à utilização do direito romano, mas em completa oposição à hipótese sustentada por Fragoso e Gouvêa. BONCIANI, Rodrigo. *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico: da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493-1615)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Estas dificuldades de aplicação compunham um conjunto de critérios de delimitação entre a legitimidade e a ilegitimidade do império português que permitia aos súditos aderirem à monarquia ou rebelarem-se. Desta maneira, a fidelidade e a lealdade dos colonos eram matérias ambíguas e transitórias. As formas de representação do poder não aparecem como pré-configurações de um ordenamento e de integração dos vassalos americanos na monarquia, mas como estímulos ao conflito pelo distanciamento entre os ideais jurídico-teológicos de bom governo e a experiência prática do viver, e ser governado, em colônias. Desta forma, o autor realiza uma leitura do modelo pré-estadualista pelo seu avesso, indicando o seu potencial de transformação da ordem social em decorrência das especificidades coloniais. Neste sentido, as ideias de pacto e de consenso, postuladas pela nova historiografia colonial, não podem ser definidas *a priori*, uma vez que eram colocadas em perigo a todo o momento. Por sua vez, a própria perspectiva de um pacto rompido, ao qual se deveria estabelecer novamente, era recorrente nos discursos dos motins e revoltas.

Desta forma, Figueiredo ressalta como a colonização aprofundava o distanciamento com relação ao modelo político reinol, gerando contradições que se espelhavam no cotidiano dos colonos e nos conflitos em torno da tributação, do pagamento dos militares, do combate aos índios ou do abastecimento das cidades e vilas. Estas experiências provenientes, por um lado, dos encargos da conquista e da defesa e, por outro, de pactos e lutas dos vassalos americanos com relação à Coroa contribuiriam para a construção de identidades coloniais, ou seja, da construção de subjetividades coletivas, geralmente de cariz regional. Também a interpretação do autor consegue analisar a construção de um campo de oposições entre colonos e reinóis, que ocorre não pela formação de um estatuto colonial próprio, mas pelo distanciamento das condições de governo dos domínios face ao vigente no reino. Neste sentido, o autor reconsidera a dicotomia metrópole-colônia não como um pressuposto de pesquisa, mas como uma construção histórica a partir das experiências próprias dos vassalos americanos.⁵⁹

⁵⁹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Tensões e rebeliões: a nobreza da terra à sombra do Novo Mundo. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, Lisboa, 2011, *Atas...*, p. 1-9. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Narrativa das rebeliões: linguagem política e ideias radicais na América Portuguesa. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 6-27, 2003. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 197-254. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de

Por motivos diferentes, outros estudos têm destacado as dificuldades em aplicar um modelo político pré-estadualista ao estudo da América portuguesa ainda no século XVII. Neste aspecto, as pesquisas de Pedro Puntoni sobre o Estado do Brasil têm enfatizado as diferenças com relação ao reino e mesmo face à organização administrativa da Índia portuguesa. A inexistência de poderes senhoriais e de jurisdições autônomas nos domínios permitiria o exercício direto do poder do príncipe. A ausência destas restrições estimularia o desenvolvimento de aspectos reprimidos no modelo pré-estadualista reinol, como a utilização do poder extraordinário pelos governadores-gerais e a proeminência das suas funções militares. Para o autor, o governo-geral representaria a formação de um espaço intermédio de poder, com um território e uma jurisdição delimitados, mas nem por isso bem definidos, o que causava diversos conflitos institucionais.

A organização da justiça, guerra e fazenda, além do próprio sistema de abastecimento, permitiria a formação de um conjunto particular de políticas, ao qual se poderia definir como de colonização. As exigências da produção mercantil e da defesa do território, na defesa dos estrangeiros e na conquista dos territórios dos indígenas, aparecem como influências transformadoras no caráter jurisdicionalista e polissinodal que poderia ser atribuído ao governo-geral. Assim, as necessidades da colonização atuariam como determinantes na metamorfose da herança reinol e na criação de uma arquitetura institucional própria.

Este processo não prescindia das práticas de negociação e da formulação de consensos que abrigavam os interesses das elites no reino e nos domínios. No século XVI e em parte do seguinte, haveria um relativo equilíbrio entre as tendências centralizadoras e as dinâmicas locais, rompido na segunda metade do século XVII com as tendências de expansão dos poderes do governo-geral sobre as câmaras, em particular na questão do “conchavo da farinha”. Assim, o autor nota uma tendência secular em reduzir as constrições impostas pelo respeito às jurisdições de cada membro do corpo social, tal como formulado pelo modelo político pré-estadualista.⁶⁰

Almeida. Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 81-95, 2000.

⁶⁰ PUNTONI, Pedro. O governo-geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720). In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars (Orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009. p. 39-73. PUNTONI, Pedro. “Como coração no meio do corpo”: Salvador, capital do Estado do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 371-387. PUNTONI, Pedro. O conchavo da

Tais estudos permitem avançar na crítica à adoção limitada e à transformação do modelo pré-estadualista reinol na América portuguesa, bem como consideram uma perspectiva que abarca conflitos e tensões. Por outro lado, esta visão crítica possui limites à incorporação da análise de processos institucionalizados de negociação e de formação de consenso, assim como das forças de acumulação endógena do poder político e econômico pelas elites coloniais. Creio que estas dificuldades têm sido reconhecidas pelos próprios autores, com tentativas de assimilação de um ou outro elemento. Ademais, a despeito dos inegáveis ganhos para outros períodos, ainda é preciso uma perspectiva renovada do surgimento e peculiaridades do paradigma estadualista na América portuguesa ao longo do século XVIII.

farinha: espacialização do sistema econômico e o Governo Geral na Bahia do século XVII. In: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, 2., São Paulo, 2008, *Anais...* PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 68, p. 107-126, 2004. PUNTONI, Pedro. O Estado do Brasil: poderes médios e administração na periferia do Império Português. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão. (Org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru; São Paulo: Edusc; Fapesp, 2001. p. 251-269.

3. Poder regional e fiscalidade colonial

A historiografia sobre os poderes regionais na América portuguesa é bastante diversa, mas mesmo assim é possível delimitar algumas tendências gerais. A primeira delas refere-se à negação da importância destes poderes. Uma redução implícita pode ser vista no debate atual, pela grande ênfase aos poderes locais, sobretudo câmaras, misericórdias e milícias, o que é tanto mais desconcertante pelo destaque dado à dimensão econômica dos poderes regionais. Outras vezes, a esfera estatal regional é simplesmente descartada, a despeito da afirmação da existência de elites regionais: “as diferenças ou singularidades das elites regionais só podem emergir ao ser resgatada a complexidade das relações entre poder central e poder local”.⁶¹ Outra ideia corrente é a perspectiva das capitanias como um somatório de poderes locais, como em Fragoso e Gouvêa, ou como um campo relativamente neutro a mediar as relações entre o poder central e os poderes locais, como expresso por Bicalho.⁶² Estas visões reduzem a complexidade da administração colonial, na qual o surgimento de outra esfera de poder poderia conduzir a opiniões diversas a respeito da proeminência dos poderes locais. Se seguirmos o raciocínio dos próprios autores, a dinâmica de negociação e conflito no império teria mais um elemento, formando uma tríade poder central-poderes regionais-poderes locais.

Um argumento mais sutil é fornecido pela interpretação de Caio Prado Jr. Segundo o autor, a administração colonial era caracterizada pela inexistência de poderes separados e distintos como nos governos liberais modernos (legislativo, executivo, judiciário; poder geral, provincial, local). Assim, esta fluidez de jurisdições impedia a existência de distintas esferas de poder. Não haveria “uniformidade e simetria”, “funções bem discriminadas, competências bem definidas, disposição ordenada, segundo um princípio uniforme de hierarquia e simetria, dos diferentes órgãos administrativos”. Assim, por exemplo, as câmaras possuíam jurisdições de ordem geral e local e atuavam

⁶¹ BICALHO, Maria Fernanda. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Coord.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. (Estudos e investigações; 36). p. 73-97, ver p. 96.

⁶² Para Fragoso e Gouvêa, os poderes locais “no limite, se organizaram como capitanias”. FRAGOSO; GOUVÊA. *Desenhando perspectivas e ampliando abordagens*, *op. cit.*, p. 18. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). p. 307, 322. BICALHO, Centro e periferia..., *op. cit.*, p. 26.

como “órgãos inferiores da administração geral das capitanias”.⁶³ Seguindo-se a argumentação de Prado Jr., não haveria sentido pensar em poderes regionais. No entanto, este estudo busca sugerir outro entendimento, ao defender a existência de um campo de poder propriamente regional, na qual a alegada fluidez de jurisdições tanto abria espaço para o avanço da esfera estatal das capitanias sobre outros poderes, quanto era fonte de conflitos com os poderes locais. Desta forma, o quadro frouxo das jurisdições tornava-se um componente importante dos atores nos diferentes arranjos de poder e na própria construção de esferas de poder distintas.

Sem negar a importância dos poderes regionais, outras interpretações recentes sustentam um estudo atomizado dos agentes estatais. Sobretudo com relação aos governadores, mas também bispos e ouvidores, este recorte trouxe ganhos historiográficos com um maior conhecimento destes agentes quanto à sua origem e evolução social, à construção de vínculos na Corte e na colônia e ao funcionamento prático da economia das mercês. Enquadramentos mais amplos também não são incomuns, especialmente quanto à importância dos fatores geopolíticos, às estratégias de reprodução social da nobreza reinol ou às políticas coloniais nas ações dos governadores. Certamente, os estudos pormenorizados da trajetória destes agentes são válidos e necessários, porém não constituem o melhor observatório para a análise específica do poder regional e de suas dimensões relacionais. Ao centrar sobre um dos atores envolvidos, estes estudos não permitem avaliar a correlação de forças centrífugas e centrípetas de cada capitania, ainda que evidentemente contribuam para elucidar outras questões. As ações dos governadores, em particular, podem ser percebidas de forma unilateral sem o estudo das negociações e conflitos existentes no plano regional e mesmo local. Neste sentido, é preciso mergulhar na dinâmica institucional das capitanias, seja em suas instituições formais, seja nas redes informais envolvendo os diversos grupos sociais.⁶⁴

⁶³ PRADO JR., *Formação do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 309, 322.

⁶⁴ Conforme, por exemplo, os seguintes estudos: SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. SOUZA, *O sol e a sombra*, op. cit., parte II. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 93-115. BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. *Tempo*, Niterói, v.7, n. 13, p. 79-109, 2002. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT,

Bastante antiga, uma terceira vertente é representada por uma interpretação renovada do período pombalino que trouxe outra visão sobre a importância dos poderes regionais na esfera estatal ou nas elites coloniais. Longe de construir algo completamente novo, esta tese busca explorar muitos aspectos aportados por esta corrente da historiografia, sobretudo contribuir, dentro dos seus limites, na construção de outra perspectiva sobre a formação de um paradigma estadualista na América portuguesa. Dentro desta linhagem, destacam-se inicialmente as contribuições de Dauril Alden e Kenneth Maxwell a partir do final da década de 1960. O pouco apreço dos historiadores anglo-saxões por aportes teóricos talvez tenha reduzido a importância destes trabalhos para uma revisão teórica da historiografia colonial. Sobretudo no debate atual, ao contrário de Charles Boxer, bastante citado pela sua ênfase nos poderes locais, estes dois outros autores são ainda pouco utilizados.

A minuciosa obra de Dauril Alden aponta um quadro amplo de análise das políticas de governo do marquês do Lavradio no Rio de Janeiro. Não se pode dizer que se trate uma obra estrita sobre o poder regional, devido ao estatuto de vice-reinado e à subordinação das capitanias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul ao governo fluminense. No entanto, Alden retoma de forma arguta a história diplomática e militar, tão ao estilo de Varnhagen, para introduzir questões novas como a organização econômica e fiscal do vice-reino. Todos os dilemas, sucessos e fracassos do marquês são descritos com pormenores, assim como os diversos conflitos com diferentes oficiais e instituições: governadores, capitães-generais, mestres-de-campo, juízes de fora, ouvidores, câmaras, o Tribunal da Relação e a Igreja. Não obstante a impressionante abrangência dos temas estudados pelo autor, a participação da elite colonial fluminense no governo ainda precisaria esperar novos estudos para ser avaliada.

No que diz respeito à fiscalidade, além do autor enfatizar a importância das reformas fazendárias, Alden descreve um amplo sistema de remessas fiscais dentro da colônia, mormente para as capitanias subalternas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Alden traça um perfil bastante completo dos dilemas enfrentados pelos governadores no financiamento das despesas de guerra dentro do mosaico inter-regional da região centro-sul da América portuguesa. Parece evidente na análise de Alden o emprego de boa parte do excedente fiscal para o pagamento das próprias

Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998. v. 3, p. 169-192.

despesas para sustento do império colonial, ao invés da ideia usual de remessas constantes para a metrópole.⁶⁵

Dauril Alden também é um dos poucos autores a indicar a importância das capitanias-gerais enquanto esferas do poder regional, sob o declínio da autoridade dos governadores-gerais, depois designados como vice-reis. Destaca o autor, o tratamento detalhado da Coroa portuguesa quanto ao exercício de poderes dos governadores-gerais e dos capitães-mores, sugerindo que as minúcias do regulamento eram mais provas de desvio do que controle. Segundo Alden, o progresso da conquista do Brasil e suas sucessivas reorganizações administrativas conduziram à redução da autoridade efetiva do governador-geral na Bahia, tendo em vista uma melhor defesa do litoral, a diminuição do tempo entre as ordens de Lisboa e sua execução nas capitanias, bem como a necessidade de criar formas de controle próprias nas possíveis regiões mineradoras. As subdivisões do Estado do Brasil e a longa guerra com os holandeses enfraqueceram ainda mais a autoridade do governador-geral. Ademais, o impedimento de o governador-geral ausentar-se da Bahia trouxe maior liberdade aos governadores subordinados, especialmente no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

De acordo com Alden, a reorganização administrativa em linhas regionais ocorreria a partir do último quartel do século XVII até meados do seguinte. O termo capitão-general, antes reservado ao governador-geral, foi empregado inicialmente no Rio de Janeiro em 1697, sendo depois disseminado. A reorganização em capitanias-gerais significou uma redução ainda maior do poder dos governadores-gerais e, ao mesmo tempo, os capitães-gerais passaram cada vez mais a se comunicar diretamente com Lisboa, sem a intermediação de Salvador. Os vice-reis não podiam mais intervir nos assuntos internos das capitanias, realizar indicações ou remoções, dar instruções a autoridades locais ou conceder sesmarias e graças honoríficas. Embora em tese fossem subordinados ao vice-rei, as patentes dos capitães-gerais também davam grande liberdade frente às ordens do vice-rei sob a alegação de servirem aos ditames do Conselho Ultramarino, da Secretaria dos Domínios Ultramarinos e aos interesses régios. Exceto em alguns casos, notadamente na união militar, a autoridade dos vice-reis ficou restrita às suas próprias capitanias. Para o autor, o Estado do Brasil era composto por capitanias-gerais administradas separadamente e unidas pela Coroa. Nota ainda o autor

⁶⁵ ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil* with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. Berkeley: University of California Press, 1968.

que o crescimento das despesas militares levou os vice-reis e capitães-generais do século XVIII a estarem muito mais envolvidos em questões econômicas e fiscais do que os primeiros governadores.⁶⁶

Seguindo argumentação semelhante à de Alden, Pedro Puntoni indica o novo modelo de organização da administração colonial no século XVII. Diversamente da análise de Nuno Gonçalo Monteiro para o reino, Puntoni destaca a existência de poderes políticos intermédios que teriam expressão no governo-geral e nas instituições do Estado do Brasil, permitindo a mediação entre os poderes metropolitanos e os poderes locais. No século XVIII, com o governo das capitanias haveria “um novo desenho destes corpos intermédios de poder, cada vez mais regionalizados, cada vez mais centralizados”.⁶⁷

Nos anos 70, o estudo de Kenneth Maxwell abordaria a importância dos contratadores de tributos, e de suas dívidas para com a Real Fazenda, entre as causas antecedentes da Inconfidência mineira. Outro aspecto enfatizado dizia respeito ao envolvimento das elites coloniais na administração fazendária, especialmente na criação da Junta da Fazenda. Para além destes aspectos, a obra do autor contém elementos para uma reavaliação das políticas absolutistas, contra a ideia de que estas se fizeram sem o apoio extenso dos colonos, seja de maneira formal, por intermédio da administração, seja informal, por meio das redes de poder. Também de forma muito interessante, que se contrapõe à análise coetânea de Fernando Novais, Maxwell mostra que o período pombalino longe de ser o ápice da “dominação metropolitana” correspondeu a um período de abertura e reforma do império, fortalecendo as elites coloniais em vez de enfraquecê-las. Por outro lado, o autor destaca a década de 1780 como uma reorientação das políticas imperiais face ao relativo fracasso do projeto de modernização fazendária.⁶⁸

Além dos trabalhos de Alden e Maxwell, os estudos recentes sobre a fiscalidade colonial ao longo do século XVIII também contribuem para uma periodização dos alcances e limites dos poderes regionais na América portuguesa, bem como uma avaliação das tensões entre tendências extrativas e centrífugas de acumulação do poder político e econômico.

⁶⁶ ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, *op. cit.*, p. 30-44.

⁶⁷ PUNTONI, “Como coração no meio do corpo”, *op. cit.*, p. 384, 387.

⁶⁸ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Uma forma de avaliar estas diferentes tendências consiste na análise quantitativa da fiscalidade das diferentes partes da América portuguesa. Os estudos de Angelo Carrara trazem importantes evidências sobre Minas Gerais, Pernambuco e Bahia no século XVIII, especialmente na questão das remessas fiscais para Lisboa. Além destas remessas, uma parte importante dos recursos permanecia nas capitanias para o sustento da própria administração colonial de caráter militar, civil e eclesiástico. Desta forma, tais pesquisas apresentam critérios objetivos para a avaliação das tendências extrativas e centrífugas na gestão econômica da monarquia. Outro aspecto importante refere-se à diversidade fiscal da América portuguesa. Carrara aponta como a desigualdade material das capitanias traduzia-se em diferentes fontes de tributação, pressão fiscal e utilização dos recursos.⁶⁹ Assim, estes dados permitem realizar um estudo comparativo entre as diversas capitanias, aspecto também ressaltado por Carlos Gabriel Guimarães.⁷⁰

Certamente o maior número de trabalhos sobre a fiscalidade colonial aborda a atuação dos contratadores de impostos. O tema da arrematação dos contratos não é novo na historiografia brasileira, em particular pelos esforços de Myriam Ellis e seus orientandos em traçar um grande panorama dos contratos de tributos em seus aspectos técnicos, administrativos e jurídicos. Especialmente na análise da pesca da baleia e do estanco do sal, a autora realizou um estudo pormenorizado das instituições e agentes que permitiam a construção dos mecanismos coloniais de monopólio comercial e fiscal. A autora adota uma perspectiva da análise dos contratos a partir do centro, na qual os colonos vinculados ao comércio, muitos deles qualificados como “luso-brasileiros”, aparecem como agentes, emissários e testas-de-ferro dos comerciantes metropolitanos. Assim, destaca-se a importância dos contratos na acumulação de capital comercial da burguesia mercantil metropolitana e como expressão do Estado absolutista centralizado. Por outro lado, a mesma autora aponta caminhos que diferem dos pressupostos iniciais de pesquisa, a exemplo da formação de contratos dependentes da dinâmica do mercado

⁶⁹ CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII* (Minas Gerais, Bahia e Pernambuco). Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

⁷⁰ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O rendimento da capitania das Minas Gerais no período 1795-1800: uma comparação com as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Seminário sobre a Economia Mineira, 11., Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 2004, *Anais...* Acesso em: 9 mar. 2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A032.pdf>.

interno, especialmente vinculada ao abastecimento das minas, e o caráter essencialmente privado da colonização portuguesa em sua dimensão fiscal, que não condiz muito com a ideia de centralização estatal.⁷¹

Na década de 90, o crescente número de estudos sobre as elites mercantis coloniais trouxe novamente a questão da importância dos contratos nas estratégias de acumulação mercantil no Antigo Regime, mas também como um fator de construção social a definir hierarquias dentro do corpo de comércio ainda bastante fluído. Neste aspecto, a tese de Jorge Pedreira sobre os grandes negociantes lisboetas inspirou os historiadores brasileiros a investigarem questões semelhantes para a América portuguesa.⁷² Embora sem influência no debate brasileiro, deve-se lembrar o estudo de Fernando Dores Costa que aborda, talvez sem grande ênfase, a participação dos grandes arrematantes do tabaco nos contratos do Brasil na década de 1790 e início da seguinte, destacando o favorecimento destes arrematantes, em particular com relação à prorrogação dos contratos, face às dificuldades de financiamento da Coroa portuguesa.⁷³

Com base nestes estudos anteriores, podem ser observados dois caminhos igualmente profícuos na historiografia recente sobre os contratadores. De um lado, seguindo os passos de Ellis e Pedreira, há a retomada da importância dos contratadores reinóis, particularmente os lisboetas, na dinâmica dos contratos do império ao longo do século XVIII, o que por sua vez criava mecanismos fiscais de extração do excedente colonial. Entre outros aspectos, a tese de doutorado de Luiz Antônio Silva Araújo aponta a preponderância dos comerciantes lisboetas e do Conselho Ultramarino na arrematação dos contratos da América portuguesa durante o reinado de d. João V, indicando outra

⁷¹ ELLIS, Myriam. Comerciantes e contratadores do passado colonial: uma hipótese de trabalho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 24, p. 97-122, 1982. ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969. ELLIS, Myriam. *O monopólio do sal no estado do Brasil (1631-1801)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1955. LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil colonial (1640-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970. GAMA, José Mário. *O patrimônio da Companhia de Jesus na Capitania de São Paulo: da formação ao confisco, 1750-1775*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

⁷² PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Tese (Doutoramento em Sociologia e Economia Históricas) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

⁷³ COSTA, Fernando Dores. *Crise financeira, dívida pública e capitalistas (1796-1807)*. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia Históricas) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992.

periodização na história da fiscalidade colonial. A construção desta hegemonia ao início do século XVIII alterou o quadro imperial até então dotado de amplas práticas de negociação fiscal, especialmente no tocante às finanças das câmaras ultramarinas. Analisando a arrematação de contratos, o autor defende que os espaços de negociação dependiam de conjunturas específicas, entre as quais o esforço de conquista e consolidação de novas áreas e épocas de enfraquecimento da metrópole. Seguindo a análise de Ferrand de Almeida, Araújo caracteriza a primeira metade do século XVIII como um período absolutista.⁷⁴

Por outro lado, consoante com a renovação geral da historiografia, há trabalhos que ressaltam o papel dos contratos na formação das elites mercantis, favorecendo a acumulação endógena na colônia. Entre estes estudos, destacam-se as dissertações de mestrado de Fernando Gaudareto Lamas e de Luiz Antônio Silva Araújo sobre a capitania de Minas Gerais, ambas sob orientação de Carlos Gabriel Guimarães.⁷⁵ Alicerçados na rica documentação dos arquivos mineiros, estes estudos trouxeram a importante questão da formação das redes sociais existentes na arrematação dos contratos: entre os próprios sócios, entre estes e seus procuradores e fiadores, e mesmo entre testas-de-ferro e os verdadeiros arrematantes dos contratos. Também são analisadas as relações mais verticalizadas entre os sócios e administradores/caixas dos contratos. Sob o predomínio dos comerciantes de origem portuguesa nos contratos brasileiros, estas investigações destacaram a formação de redes de influência das quais participavam diversos colonos, sobretudo na administração cotidiana dos contratos ou na formação de sociedades mercantis, especialmente com mineradores e grandes proprietários residentes em Minas Gerais. No entanto, os mesmos autores enfatizam a permanência dos vínculos destes negociantes com o reino, ainda que estabelecidos no ultramar. Assim, evitam a ideia de que estes contratadores tivessem apenas uma atuação

⁷⁴ ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: direitos e tributos régios nas minas setecentistas (1730-1789)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

⁷⁵ Entendo que há diferenças interpretativas entre a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Luiz Antônio Silva Araújo. Ao enfatizar os poderes mercantis e governamentais do centro, a tese indica a revisão de uma postura mais próxima à interpretação de acumulação endógena existente na dissertação do autor. ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. LAMAS, Fernando Gaudareto. *Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

regional, alcançando o centro do império. Por outro lado, como mostra o estudo mais recente de Felipe Rodrigues de Oliveira sobre os administradores do contrato das entradas, os contratadores necessitavam assentar raízes na vida local e cotidiana, sendo de vital importância para o seu sucesso a atuação de intermediários com conhecimento dos fluxos mercantis (lícitos e ilícitos) e dos comerciantes que passavam pelos postos de cobrança, especialmente para a concessão de créditos fiscais.⁷⁶

Na mesma busca pelas redes de sociabilidade formadas pelos contratadores em Minas Gerais, o estudo de Sofia Antezana amplia o escopo das investigações anteriores destacando a importância das relações de compadrio estabelecidas entre os contratadores e membros de potentados locais. Além do compadrio, a autora enfatiza os fatores de inserção e enraizamento social destes contratadores por intermédio de distribuição de ofícios, patentes militares e doação de sesmarias na capitania, o que é ainda mais importante devido à origem reinol de vários dos arrematantes. De particular interesse para este estudo, é a ênfase dada pela autora às redes formadas entre os contratadores e o governador da capitania, especialmente na defesa da conservação dos contratos nas mãos da Provedoria da Fazenda em vez de serem leiloados pelo Conselho Ultramarino, em Lisboa. Desta forma, o estudo da autora indica a necessidade de se considerar não apenas as redes formadas pelos contratadores e agentes mais próximos, mas também outros atores sociais de importância nas capitanias, tanto os membros proeminentes da sociedade local quanto os agentes da administração régia. Para além da ideia de redes mercantis exploradas por Lamas e Araújo, esta abordagem da autora aproxima-a da ideia de redes clientelares, proposta por António Manuel Hespanha e Ângela Xavier Barreto.⁷⁷

Paralelamente aos estudos sobre a atuação dos contratadores em Minas Gerais, alguns historiadores, como Helen Osório, Carlos Gabriel Guimarães e Fábio Pesavento, têm destacado a relevância dos contratos na atuação dos homens de negócio do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. O breve estudo de Guimarães e Pesavento indica a formação de um grupo de contratadores, muitos de origem reinol, no Rio de

⁷⁶ OLIVEIRA, Felipe Rodrigues de. *Por homens e caminhos: o contrato das entradas e o comércio nas Minas, 1762-1789*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. p. 96-120.

⁷⁷ ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. *Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas Setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Janeiro na época pombalina, processo este vinculado à intensificação do comércio dentro e fora da colônia. A presença e atuação nítida destes homens de negócio na região Centro-Sul, especialmente nos contratos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo (Curitiba), são vistas como parte de estratégias mercantis mais amplas que envolviam as regiões meridionais, Lisboa, Angola e Rio de Janeiro.⁷⁸ Dentro da análise das redes de negócios, a tese de doutorado de Fábio Pesavento trouxe uma contribuição relevante ao identificar redes transimperiais (agentes estrangeiros atuantes no império português), redes extra-imperiais (agentes operando além do espaço português) e, o caso mais trabalhado na historiografia, redes intra-imperiais (agentes operando dentro do império português em diversas regiões). O estudo de Pesavento concentra-se nas procurações e escrituras em Lisboa e Rio de Janeiro, mas esta tipologia também pode ser aplicada facilmente à questão dos contratos e negócios adjacentes.⁷⁹

Por sua vez, o trabalho de Helen Osório ressalta o monopólio dos homens de negócio fluminenses nos contratos mais importantes da capitania subordinada de São Pedro do Rio Grande, inclusive o contrato de abastecimento das tropas, desde a década de 1760. Ainda que houvesse a realização de diversas arrematações, os mesmos contratadores adquiriam o contrato, reforçando suas posições monopolistas. Os comerciantes rio-grandenses teriam um papel subordinado na aquisição dos ramos dos contratos, notadamente dos dízimos, ou atuariam como administradores. Além destes fatores, a autora também aponta as formas de ganho mercantil advindas da defasagem entre a evolução do preço dos contratos e dos gêneros tributados.⁸⁰

Estes estudos ao delimitarem a expansão, e eventual monopólio, das redes mercantis fluminenses sobre os contratos de outras capitanias aportavam uma nova questão no debate sobre a fiscalidade colonial vinculada à construção de hierarquias mercantis inter-regionais no espaço da América portuguesa. Assim, para além das relações entre o centro e as partes do império, entre Lisboa e as capitanias,

⁷⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PESAVENTO, Fábio. Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro colonial, 1769-1779: estudo de uma sociedade mercantil. In: Congreso Latinoamericano de Historia Económica, 1., Montevideu, 2007. *Anais...* CD-Rom.

⁷⁹ PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 101-102.

⁸⁰ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 225-256, 324.

acrescentavam-se as relações de associação e conflito mercantil entre as várias partes dos domínios americanos.

Além dos movimentos econômicos, outros pesquisadores têm enfatizado o papel da guerra na construção das elites regionais por intermédio dos contratos de tributos e de fornecimento das tropas. Neste sentido, a obra de Marcia Eckert Miranda relativiza o alegado predomínio dos negociantes fluminenses sobre a elite colonial rio-grandense, seja pela ideia de que esta exclusão não foi completa, devido à existência de sociedades com os homens de negócio do Rio de Janeiro, seja pela divisão e venda dos ramos dos dízimos, adquiridos pelos comerciantes menos abastados e estancieiros da capitania e que lhes facultava a ampliação dos seus poderes econômicos. Este movimento centrífugo adquiria maior vitalidade nas épocas de guerra, quando a Coroa necessitava do apoio dos estancieiros e comerciantes da capitania, retraindo-se nos momentos de paz, com a defesa dos interesses mercantis das praças de Lisboa e do Rio de Janeiro. Em sentido contrário ao observado na formação dos Estados europeus, na fronteira meridional da América portuguesa a guerra fomentava a dispersão e compartilhamento dos poderes fiscais e militares que poderiam ser detidos pela Coroa. A autora ressalta a limitação do exercício de poderes fiscais e militares nas fronteiras imperiais, adquirindo as capitanias e suas elites autonomia relativa frente aos ditames do centro. Assim, a análise da autora traz outra perspectiva ao fortalecimento dos poderes regionais na época pombalina, como defendido por Maxwell. Outro aspecto importante aportado pela autora é a ideia de que a construção de um modelo político estadualista na América portuguesa, especialmente nas áreas de fronteira, não se processou de uma maneira centralizadora, mas pela articulação e cooperação com as elites coloniais.⁸¹

Desta forma, a bibliografia recente sobre os contratadores revela o diversificado mosaico fiscal do império no século XVIII, especialmente da região Centro-Sul da América portuguesa, a descortinar redes mercantis entre os próprios arrematantes e seus agentes e outras redes de sociabilidade com potentados locais e governadores. Assim, o comércio e a guerra teciam alianças e conflitos entre as diferentes facções mercantis. Além da questão da influência dos negociantes lisboetas sobre os contratos ultramarinos, nota-se o elevado grau de indeterminação das relações entre as partes

⁸¹ MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. (Estudos Históricos, 71). p. 63-109.

fiscais do império, especialmente durante a época pombalina, aspecto que desvanece qualquer ideia pré-concebida de uma dominação por apenas uma elite regional.

A atuação das elites coloniais não se limitava à arrematação dos contratos, também de grande interesse era a sua participação na administração fazendária, como salientado pioneiramente por Maxwell. Wilma Peres Costa e Luciano Figueiredo apontam o caráter apaziguador desta inserção, seja pela convergência entre os interesses metropolitanos e coloniais, seja pela alteração do padrão de tensões e conflitos fiscais anteriores.⁸² Defende-se aqui que este equilíbrio e cooptação eram tão prováveis quanto a criação de novas disputas, assim como a distância entre as intenções harmônicas da política pombalina e as práticas fazendárias nas capitanias. Alexandre Mendes Cunha apresenta conclusões semelhantes às de Maxwell, reiterando a inserção institucional dos grandes comerciantes da capitania na composição da Junta da Fazenda mineira, mas acrescentando também o envolvimento em cargos militares. No entanto, a análise do autor deixa por explicar os vínculos entre a inserção administrativa e a arrematação de contratos na capitania.⁸³

Ainda no último quartel do século XVIII, nem todas as capitanias, sobretudo as subalternas, contavam com as Juntas da Fazenda. Em São Pedro do Rio Grande seria mantida a provedoria. O estudo de Paula Arpini indica as redes de sociabilidade formadas pelo provedor Inácio Osório Vieira, de origem reinol, no meio local por intermédio das relações de compadrio e da participação em ordens religiosas. As relações pacíficas ou tensas com os governadores rio-grandenses e as dificuldades na supervisão dos provedores, sobretudo devido às redes clientelares, também seriam destacadas pela autora. Assim, além dos contratos, o governo das fronteiras traduzia-se em uma aquiescência da Coroa quanto à ampliação da autoridade dos agentes administrativos. Este pequeno estudo indica a necessidade de analisar o enraizamento de elementos reinóis nas tramas da administração e da sociedade locais, que talvez

⁸² COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 143-193, ver p. 161. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa* – Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1540-1761. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. v. 1, p. IV; v. 2, p. 500.

⁸³ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 256-289.

pouco diferisse da atuação dos próprios colonos pertencentes às instituições fazendárias.⁸⁴

A criação das Juntas de Fazenda também aportava o fortalecimento da esfera estatal regional nas capitanias. Este aspecto tem sido comumente pouco enfatizado pela bibliografia. Uma exceção a este panorama é a observação de Wilma Peres Costa, quando afirma que as reformas pombalinas “consagravam a capitania como uma jurisdição fiscal dotada de autonomia em relação a outras esferas da administração colonial e fora dela”. Neste sentido, a criação das juntas atuava como uma força descentralizadora na própria política absolutista para a América portuguesa. A autora também ressalta o esvaziamento da administração vice-régia no Rio de Janeiro e a ampliação da autonomia das capitanias frente a ela. Além do aspecto sugerido pela autora, esta pesquisa busca também compreender a dimensão “interna” das juntas no fortalecimento do poder regional, ao exercer um poder disciplinador sobre os aspectos centrífugos e localistas até então existentes nas capitanias.⁸⁵

Por fim, outro aspecto a ser considerado quanto às Juntas da Fazenda refere-se às continuidades e descontinuidades com relação ao sistema pré-existente das Provedorias da Fazenda. O trabalho de Mozart Vergetti Menezes indica a proeminência secular de linhagens familiares nos cargos da Provedoria da Fazenda na Paraíba desde o século XVII, quando os ofícios haviam sido concedidos como retribuição de serviços prestados durante a guerra contra os holandeses. Assim, dependendo do contexto de cada capitania, a inserção das elites coloniais na administração fazendária não representou uma novidade preconizada pela criação das juntas. Outro aspecto a se reter diz respeito ao declínio do governo-geral e à formação das capitanias-gerais com competências fazendárias próprias ao início do século XVIII. Desta forma, ainda que sem o mesmo vigor, um processo mais atenuado de formação de jurisdições regionais e de descentralização das esferas estatais parece anteceder as reformas pombalinas.⁸⁶

⁸⁴ ARPINI, Paula Dombkowitsch. *Do provedor à rede de sociabilidade: trajetória de Inácio Osório Vieira (1760-1798)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

⁸⁵ COSTA, Wilma Peres. *Do domínio à nação, op. cit.*, p. 161. COSTA, Wilma Peres. Revisitando a questão da centralização fiscal no século XIX. In: Congresso Latinoamericano de Historia Económica, 1., Montevideu, 2007. *Anais...* CD-Rom. p. 8.

⁸⁶ MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba (1647-1755)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 68-112.

Além da arrematação dos contratos e da administração fazendária colonial, os processos de negociação fiscal também têm sido recentemente estudados. Há duas vias principais para este tema, que permitem abordá-lo de forma complementar. A primeira decorre do aprofundamento da análise dos conflitos de origem fiscal no império português no período entre a restauração e o governo pombalino, notadamente as pesquisas conduzidas por Luciano Figueiredo. Trata-se de uma visão da negociação fiscal de viés, a partir dos seus limites e da sua insuficiência nos domínios ultramarinos, destacando-se a subversão das regras de “justiça fiscal” presentes no reino. Neste sentido, o aprofundamento da colonização seria responsável pelo desgaste e esgarçamento dos ideais reinóis de administração e arrecadação fazendária. Assim, a negociação fiscal é negada pelo próprio desenrolar da experiência colonial. Por sua vez, o período pombalino é apontado como uma época de arrocho fiscal prudente e cauteloso, baseado em uma nova cultura política com relação aos tributos, pouco sensível à distribuição desigual e desproporcionada da carga fiscal.⁸⁷

Outro conjunto de pesquisas igualmente recentes considera a negociação fiscal a partir da sua positividade. A dissertação de mestrado de Letícia Ferreira aponta como a tributação no século XVII ainda estava vinculada a uma lógica de serviços dos vassalos na qual o imposto surge como um donativo e um fenômeno contingente e extraordinário. A autora mostra como o donativo era um sinal de fidelidade e de amor dos súditos pelo soberano, embora ainda contivesse um caráter obrigatório. No processo de negociação, as câmaras adquiram um papel proeminente no arranjo das quantidades e prazos do donativo. A autora mostra o tensionamento da cultura política na Bahia, na qual a lealdade transmutava-se em sacrifício, o que contribui para a ideia dos limites e esvaziamento desta forma de extração fiscal ao final do século XVII, aproximando-se da análise de Figueiredo.⁸⁸

⁸⁷ FERRO, Carolina Chaves. *Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia: um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa (1755-1757)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Derrama e política ilustrada em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 41, p. 5-20, 2005. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Equilíbrio distante: o Leviatã dos Sete Mares e as agruras da Fazenda real na província fluminense, séculos XVII e XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 32, p. 144-175, 2004.

⁸⁸ FERREIRA, Letícia dos Santos. *Amor, sacrifício e lealdade. O donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a paz de Holanda (Bahia, 1661-1725)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Em um texto bastante recente, Joaquim Romero Magalhães indica a importância das câmaras e dos processos de negociação fiscal na escolha das formas de arrecadação do ouro em Minas Gerais. Em um primeiro momento, de grande instabilidade e desordem política, utiliza-se amplamente o recurso aos poderes locais para a consolidação do governo da capitania, ainda que este uso tivesse resultados ambíguos. A partir da década de 1730, uma maior estabilização social e política da capitania mineira e o aparelhamento da burocracia fiscal, judiciária e militar permitiriam a adoção de métodos impositivos que demandassem uma maior sujeição dos vassalos, tal como apresentado pela capitação. Romero Magalhães aponta a recusa das câmaras mineiras em aceitarem este último método, fazendo-se escutar por diversas representações junto ao Conselho Ultramarino que contribuiriam para a derrubada do novo método. O autor mostra que mesmo na época do absolutismo a autoridade régia necessitava da alguma aquiescência dos poderes locais para o êxito da cobrança fiscal, embora o próprio rei não tenha deixado de consultar a nova burocracia fazendária presente na figura dos intendentess no encaminhamento do fim da capitação. Além disso, o autor indica como os princípios de equidade e justiça fiscal também eram colocados em discussão pelos poderes locais em suas demandas ao rei.⁸⁹

No caso da capitania de São Paulo, a maior parte dos estudos concentra-se sobre a questão dos contratadores. Com a exceção de um texto bastante breve sobre a Junta da Fazenda de São Paulo escrito por Heloísa Liberalli Bellotto em 1984, a administração fazendária e os processos de negociação fiscal na capitania paulista são temas ainda a serem investigados.⁹⁰

Alternando considerações mais gerais e outras específicas sobre a capitania de São Paulo, a dissertação de Maria de Lourdes Viana Lyra foi pioneira no tratamento do contrato dos dízimos, apresentando as condições e localidades das arrematações, o pagamento de taxas sobre os contratos (“propinas”) aos funcionários régios, os arranjos e combinações entre os contratadores e a administração colonial e entre os próprios contratadores e, por fim, os interesses mútuos da Coroa e dos contratadores nas

⁸⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. As câmaras municipais, a Coroa e a cobrança dos quintos do ouro nas Minas Gerais (1711-1750). In: *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 85-171. Para uma versão anterior, abreviada deste texto, ver: MAGALHÃES, Joaquim Romero. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1750. *Tempo*, v. 14, n. 27, Rio de Janeiro, p. 135-149, 2009.

⁹⁰ BELLOTTO, Heloísa Liberali. A administração fazendária no Brasil colonial: a Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo (1762-1808). In: Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 3., São Paulo, 1984, *Anais...*, p. 121-124.

arrematações. A despeito do grande interesse destas questões, a análise mantém-se em um plano bastante geral. Além disso, a autora reitera a imagem de decadência e pobreza da capitania ao enfatizar os pequenos lucros dos dízimos e baixos preços do contrato paulista, havendo uma “relativa ascensão” no último quartel do século XVIII vinculada ao crescimento da lavoura canavieira. A autora parece pouco considerar a influência da economia de abastecimento sobre as rendas da capitania.⁹¹

Diversos trabalhos ao final da década de 1970 e início da seguinte sobre a elite colonial paulista destacariam a importância dos contratos na formação da riqueza dos seus membros mais proeminentes.⁹² No entanto, estas informações apareciam de forma marginal sem considerar um estudo mais aprofundado. Apesar de tratar já dos últimos anos do período colonial, o estudo seminal de Maria Tereza Schörer Petrone sobre Antonio da Silva Prado, futuro barão de Iguape, lançaria as bases para as pesquisas subsequentes sobre os contratos, destacando os vínculos entre economia de abastecimento, contratos de arrematação e fortalecimento das elites mercantis. A intenção principal de Petrone era enfatizar a importância do mercado interno, por meio do estudo do comércio da criação, condução, comércio e tributação do gado na província de São Paulo. Os contratos de arrematação de impostos aparecem vinculados de forma complementar ao comércio de gado, permitindo a acumulação de riqueza em áreas com agricultura de exportação menos desenvolvida.⁹³

No mesmo caminho aberto por Petrone, outros historiadores estudaram recentemente a importância do comércio de animais e a arrematação dos contratos dos meios direitos. Os novos estudos propiciam uma visão mais ampliada, enfatizando a

⁹¹ LYRA, *Os dízimos reais na capitania de São Paulo*, op. cit.

⁹² KUZNESOF, Elizabeth Anne. The role of merchants in the economic development of São Paulo 1765-c.1850. *The Hispanic American Historical Review*, v. 60, n. 4, p. 571-592, 1980. RABELO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980. LEONZO, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luís Antonio de Souza. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 30, p. 241-254, 1980/81. LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979. ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza: contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

⁹³ PETRONE, Maria Thereza Schörer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Nacional, 1976. (Coleção Brasileira, 361). p. 151-159. Além deste trabalho, ver também o interesse da autora por assuntos fiscais em: PETRONE, Maria Thereza Schörer. Considerações sobre a tributação do açúcar e da aguardente paulista (1765-1851). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 5, p. 23-30, 1968. Antes de Petrone, Aluísio de Almeida havia redigido algumas notas sobre os tributos em Sorocaba e Curitiba. ALMEIDA, Aluísio de. Estradas e impostos do sul do Brasil. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 153, p. 73-83, 1952.

integração entre a capitania de São Paulo e as regiões meridionais ainda na primeira metade do século XVIII. Entre outros aspectos, a dissertação de Martha Hameister aponta a relevância do comércio de animais e dos ganhos fiscais no processo de diferenciação e hierarquização da nascente sociedade rio-grandense, destacando-se o registro de Curitiba. A autora aprofunda pontos importantes como a trajetória de Cristóvão Pereira de Abreu e a composição das tropas passadas no registro de Curitiba. Por outro lado, se havia uma relação de complementaridade entre a capitania de São Paulo e o povoamento da região meridional na primeira metade dos Setecentos, como apontado por Hameister, no período posterior as relações entre os grupos mercantis das duas regiões seriam pautadas por disputas em torno das oportunidades propiciadas pelos lucros da arrecadação fiscal.⁹⁴

Nas sendas abertas pelo trabalho de Hameister e avançando para o último quartel do século XVIII e início do seguinte, Tiago Luís Gil também toma as potencialidades de pesquisa oferecidas pela rota mercantil entre São Paulo e Rio Grande de São Pedro. Ainda que o objeto central da tese de Gil não seja a formação da comunidade mercantil paulista, seu estudo traz elementos importantes para a compreensão dos vínculos estabelecidos entre os diferentes agentes no comércio e tributação de animais desde Viamão até Sorocaba. O autor busca entender a lógica própria do funcionamento dos sistemas de crédito e fianças desta rota comercial nos quais a confiança era construída pelo parentesco e pelas políticas de reciprocidade fundadas no caráter católico e corporativista da sociedade colonial. Nesta investigação sobre as formas de crédito, o autor traz informações importantes sobre os principais homens de negócio vinculados à administração dos meios direitos, especialmente na porção detida pela Casa Doadá. As redes mercantis em Sorocaba e Curitiba são descritas com grande precisão, utilizando-se inclusive a análise gráfica. Tomando-se o estudo de Gil como exemplo e consoante às dimensões abertas pelas pesquisas sobre os contratadores de Minas Gerais, esta tese

⁹⁴ HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Outro estudo enfocando a composição das tropas passadas nos registros de Sorocaba e Curitiba na segunda metade do século XVIII seria desenvolvido em: MARCONDES, Renato Leite; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 47-69, 2007.

também procura compreender a relevância destas redes informais na construção da elite colonial paulista.⁹⁵

Aprofundando seu estudo sobre a elite paulistana na primeira metade do século XIX, Maria Lucília Viveiros Araújo contribuiu com uma série de breves estudos, resultantes da sua pesquisa de pós-doutorado, destacando a importância dos contratos de tributos para a formação e ascensão da elite mercantil paulista na segunda metade do século XVIII e início do seguinte. A autora ressalta a especificidade da arrecadação fiscal da capitania de São Paulo, dependente dos fluxos gerados pelo mercado interno, mas também pela inexistência de dívidas avultadas dos contratadores com a Real Fazenda, como no caso mineiro, e pela adoção de políticas fiscais diferenciadas na América portuguesa. Além de apontar os grandes contratadores, a autora traz à tona as redes familiares e a participação em cargos administrativos e militares destes arrematantes, aspectos condizentes com a historiografia mineira. Esta ampla inserção social estendia-se na administração da Junta da Fazenda paulista e facilitava a continuidade das sociedades mercantis. O conhecimento dos inventários de alguns contratadores permitiu à autora calcular a rentabilidade, por exemplo, do contrato dos meios direitos ao início do século XIX.⁹⁶

Além destes aspectos, a maior contribuição da autora reside na periodização proposta, que já havia sido indicada, mas não analisada, por Fernando Dores Costa e Helen Osório. Segundo Araújo, a arrematação dos contratos régios seria realizada na própria capitania durante o período pombalino, estimulada, ademais, pela criação da Junta da Fazenda que reforçaria tanto o poder dos comerciantes locais quanto do capitão-general. Após 1790, o Erário Régio teria reduzido as competências de jurisdição da junta paulista com o retorno às arrematações dos contratos em Lisboa, favorecendo

⁹⁵ GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

⁹⁶ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. A política tributária na periferia do império português. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 8., Campinas, 2009. *Anais...* CD-rom. ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Contratos régios e contratadores da capitania de São Paulo, 1765-1808. Seminário Interno, Núcleo de Pesquisa Hermes & Clio, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 28 set. 2009. Disponível em: http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/Maria_28.09.09.pdf. Acesso em: 15 nov. 2009. ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. José Vaz de Carvalho, contratador da capitania de São Paulo. In: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, 4., São Paulo, 2008, *Anais...* Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Araujo_Maria_Lucilia_Viveiros.pdf. Acesso: jul. 2009. ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Rede de negócios no registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX. In: Simpósio Nacional de História, 24., São Leopoldo, 2007, *Anais...* CD-Rom.

os negociantes de grosso trato da capital. A despeito deste aspecto, não se teria impedido o surgimento de “dezenas de médios e pequenos contratadores” na capitania. Esta periodização traz outra perspectiva para a análise institucional da arrematação dos contratos e aponta limites quanto à difundida concepção progressista sobre as reformas imperiais de cariz liberal.⁹⁷

Partindo de outro marco interpretativo, a tese de Ana Paula Medicci aponta de maneira fecunda os vínculos entre as práticas administrativas dos governadores e o fortalecimento econômico e político dos grupos locais paulistas entre o governo do morgado de Mateus e os pródromos da independência. A autora elege a arrematação dos contratos, especialmente os dízimos, e a organização das tropas como eixos estruturantes de sua análise das influências mútuas entre as redes de poder e as redes de negócio. De forma bastante interessante, Medicci consegue avaliar os efeitos políticos e sociais dos reordenamentos econômicos da capitania paulista visando a uma maior integração nos circuitos do império, especialmente nas décadas de 1760 e 1790.⁹⁸

Retomando a ideia desenvolvida por Laura de Mello e Souza de um pêndulo da administração colonial, a oscilar entre a repressão e a contemporização de interesses, entre a centralização e a autonomia, Medicci ressalta o amplo escopo de poder detido pelos governadores em suas relações com os grupos de poder locais. Por sua vez, estes grupos buscavam construir seu poder com base nos contratos e nos altos cargos nas milícias, contribuindo para a compreensão da fiscalidade e da guerra como partes integrantes da construção das elites coloniais, em concomitância à própria construção do Estado imperial como já apontado pelo estudo de Marcia Eckert Miranda. Em um tom diferente ao de Maria Lucília Araújo, a autora destaca o menor poder dos negociantes de São Paulo face aos seus concorrentes em Lisboa e no Rio de Janeiro, a existência de tensões entre a administração central e os interesses locais e uma menor ênfase na coesão do grupo mercantil paulista. Também argumenta que a concorrência com os negociantes lisboetas na década de 1790 foi acompanhada da associação de alguns

⁹⁷ OSÓRIO, *O império português no sul da América*, op. cit., p. 235. Sobre o poder renovado dos contratadores lisboetas sobre os contratos brasileiros nas décadas de 1790 e 1800, ver COSTA, Fernando Dore. Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII. *Análise Social*, Lisboa, v. 27, n. 116-117, p. 441-460, 1992.

⁹⁸ MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

comerciantes paulistas, sobretudo os da praça de Santos, aos homens de negócios de Lisboa.

Não obstante os avanços realizados pelas interpretações de Maria Lucília Viveiros Araújo e Ana Paula Medicci, muitas questões sobre o papel dos contratos na formação da elite mercantil paulista ainda estão por responder. Em primeiro lugar, é necessário entender como algumas elites locais transformaram-se em uma elite regional, uma diferenciação ausente nos trabalhos das autoras. Este estudo tem uma visão menos homogênea sobre o interior da capitania, ou seja, parte da ideia da diferenciação entre suas micro-regiões ou sub-regiões na qual a construção de uma elite regional implicou um processo de hierarquização e exclusão mercantil dentro da própria capitania. Por outro lado, é preciso aprofundar a questão das relações entre a formação da elite paulista e das outras elites da América portuguesa, particularmente seus vínculos com Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por fim, esta investigação procura oferecer uma visão mais completa da formação do poder regional do que a formulada pelas autoras, ao incluir a construção de uma esfera estatal da capitania, no tocante à administração fazendária, e os processos de negociação fiscal envolvendo as câmaras. Também resulta em uma análise do enquadramento institucional sobre o alcance e os limites da jurisdição dos governadores sobre a arrematação dos contratos, bem como um estudo da dinâmica de funcionamento da Junta da Fazenda. Do ponto de vista da cronologia, as primeiras manifestações de desenvolvimento do poder regional são situadas com a própria criação da capitania independente de São Paulo em 1720, embora não avance para o período até 1822, como no estudo de Medicci. Outras divergências pontuais, por vezes decorrentes da utilização de outras fontes, são indicadas ao longo do próprio texto.

* * *

Esta tese procura contribuir com o debate historiográfico apresentado ao investigar o entrelaçamento entre as transformações dos modelos políticos imperiais e a análise dos poderes regionais. Ao contrário do reino, e mesmo das ilhas atlânticas, os domínios americanos teriam assistido ao surgimento de corpos de poder intermédio, dotados de instituições próprias nas áreas administrativa, fiscal, judicial e militar, que conformavam unidades políticas essenciais na construção de um novo paradigma de poder da monarquia.⁹⁹ Estes poderes intermédios eram distintos do modelo de governo-geral dos séculos XVI e XVII. Não se tratava de comunidades político-institucionais, e mesmo culturais, com direitos regionais próprios, como as existentes no caso espanhol ou francês. Assim, estes poderes regionais não atuaram como freios ao absolutismo como nestes últimos exemplos, senão muitas vezes como seus propulsores, dotados de aspectos específicos decorrentes do aprofundamento da colonização. Sustenta-se a hipótese de que o desenvolvimento dos poderes regionais ao longo do século XVIII estaria vinculado à crise do paradigma pré-estadualista e, posteriormente, à formação de um paradigma estadualista na América portuguesa.

A segunda contribuição almejada por este estudo é uma análise complementar e intermediária das diferentes posições no debate sobre as relações de poder no império colonial português. Entende-se que as tendências de acumulação endógena econômica e política, por parte das elites coloniais, e exógena, por parte da Coroa e das elites reinóis, eram dependentes das diversas configurações institucionais formais e informais distantes de um único padrão de ordenamento. Os diferentes arranjos, divergentes tanto no tempo quanto no espaço, poderiam privilegiar uma ou outra tendência, porém é difícil avaliar um sentido geral *a priori*. O ordenamento das tendências extrativas e centrífugas na monarquia dependia das diversas configurações de poderes que percorriam o império, especialmente nos planos central, regional e local. Estas configurações possuíam direções que eram inerentes aos conjuntos específicos de relações estabelecidas entre os agentes privados e a Coroa. Assim, estas tendências de ordenamento não podiam ser definidas de maneira externa, ou seja, à margem da dinâmica destes vínculos.

⁹⁹ MONTEIRO, *Elites e poder*, op. cit., p. 113. SOUSA, Paulo Silveira e. O lugar dos arquipélagos da Madeira e dos Açores no espaço político e administrativo português durante o Antigo Regime. In: OLIVEIRA, César (Dir.). *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates, 1996. p. 105-113.

Em terceiro lugar, busca-se contribuir para uma perspectiva da fiscalidade colonial que permita observar a construção, desenvolvimento e crise de instituições e grupos sociais em suas relações interdependentes, destacando-se em especial o papel da cultura e das redes para a formação dos agentes históricos. A fiscalidade é analisada enquanto um campo de poder dependente da estrutura social e das constelações políticas internas e externas, como afirmava o pioneiro da sociologia fiscal Rudolf Goldscheid, mas também como um observatório privilegiado para se pensar a construção, o desenvolvimento e a crise das instituições estatais e dos grupos sociais, como apontam os estudos de Rudolf Braun e Wilma Peres Costa.¹⁰⁰

Parte-se da ideia de que o estudo da fiscalidade colonial permite compreender os laços de interdependência que uniam e desagregavam as instituições e os grupos sociais na formação de um novo espaço de poder em sua dupla dimensão estatal (a capitania-geral de São Paulo) e privada (uma elite regional própria). Dentro da contribuição de Norbert Elias à sociologia contemporânea, a ideia de interdependência relaciona-se estritamente à de configuração, que pode ser descrita como as relações de dependência recíprocas estabelecidas entre os homens. Estas relações não podem ser analisadas de forma estática, mas estão sujeitas ao equilíbrio móvel e flutuante de tensões decorrente da distribuição desigual de capital econômico, social, cultural e simbólico. Logo, cada configuração é dotada de forças centrífugas e centrípetas nas relações estabelecidas entre os agentes. Com maior ênfase do que a ideia de estrutura, a concepção de configuração percebe as relações entre os agentes envolvidos como uma matéria plástica, fluída e transitória. Assim, longe de significar inflexibilidade, entende-se a estabilidade destas relações como a sedimentação das estratégias dos agentes com uma duração indeterminada e suscetível a mudanças diversas. Neste sentido, uma configuração é um complexo de tensões apenas parcialmente estável, estando sujeito à desestabilização e ruptura das relações de interdependência.¹⁰¹

¹⁰⁰ GOLDSCHIED, Rudolf. A sociological approach to problems of public finance (1925). In: MUSGRAVE, Richard A.; PEACOCK, Alan T. (Eds.). *Classics in the Theory of Public Finance*. London; New York: MacMillan; St. Martin's Press, 1967. p. 202-213, ver p. 206-207. BRAUN, Rudolf. Taxation, Sociopolitical Structure, and State-Building: Great Britain and Brandenburg-Prussia. In: TILLY, Charles (Org.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975. p. 243-327. COSTA, Do domínio à nação, *op. cit.*

¹⁰¹ ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980. KRIEKEN, Robert van. Norbert Elias and Process Sociology. In: RITZER, George; SMART, Barry (Eds.). *Handbook of Social Theory*. London: Sage, 2001. p. 353-367.

Por sua vez, estas relações de interdependência são essenciais na construção histórica dos atores sociais. Como há muito se tem destacado no debate sobre as classes sociais, estas não podem ser compreendidas como existentes pela nomeação *a priori* de suas características, mas pela observação de processos sociais, políticos e culturais de longo prazo que conduziram à sua formação. Por outro lado, a análise das organizações formais, em geral, e do Estado, em particular, também exige uma perspectiva construtivista, que não os aborde como objetos criados por categorias nominais do observador, mas pensando-os como agentes historicamente construídos em suas dimensões econômicas, políticas e culturais.¹⁰²

Desta forma, este estudo pressupõe que a análise do Estado e dos grupos sociais deve levar em consideração os processos históricos de longa duração que os estruturam enquanto sujeitos históricos dentro de determinadas configurações de poder, por sua vez cambiantes e sem um sentido pré-determinado. Acredita-se ademais que estes dois processos estão intimamente relacionados, pois não se pode explicar a formação do Estado sem compreender a formação dos grupos sociais e vice-versa. Não se trata de uma simples questão de considerar um fundo composto pelo Estado ou pela “sociedade”, mas de entender que a formação histórica destes atores sociais não pode ser analisada fora de um contexto relacional de exercício de poder.

Parte-se também da ideia de que a vida material, o que inclui a fiscalidade, possui também uma dimensão intersubjetiva e cognitiva. Desta forma, considera-se que todo processo econômico, enquanto fato social total, carrega uma representação cultural. Neste sentido, entende-se a relevância das práticas e culturas fiscais enquanto *experiências* essenciais, no sentido dado por Thompson, na formação e no exercício de poder destes agentes. Assim, as diferentes culturas fiscais, especialmente aquelas ativadas pelos processos de negociação de tributos, representam uma dimensão compreensiva fundamental para a experiência e o aprendizado institucional dos atores sociais na construção de suas relações de poder e de si mesmos. Como afirma Luciano Pezzolo, havia uma espécie de economia moral do fisco na época moderna (“una sorta de

¹⁰² THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses (1965). In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 75-179, ver p. 169.

moral economy fiscal”), termo que remete diretamente a outro conceito central na historiografia thomponsiana.¹⁰³

Outro aspecto deste estudo é a importância das redes na construção dos grupos sociais e das instituições estatais. Não se partilha aqui a ideia de que o conceito de rede possa substituir outras categorias do pensamento sociológico, especialmente a ideia de grupo social definido por critérios econômicos (classes) ou de *status* (ordens), sendo uma ferramenta complementar para se compreender a formação dos atores sociais. A ênfase excessiva na agência e nos laços individuais, gerando uma concepção atomista do universo social, pode se tornar tão prejudicial quanto a visão anterior centrada apenas em estruturas e no sistema social. Ademais, entende-se que a ideia de rede ainda carece de um arcabouço conceitual mais sólido e de uma linguagem comum por parte dos historiadores.¹⁰⁴ Bernd Hausberger, por exemplo, entende o conceito de rede como “a associação informal de um grupo de pessoas baseada nas relações de confiança e no intercâmbio contínuo de serviços ou favores dentro de um sistema de reciprocidade”.¹⁰⁵ Já para Michel Bertrand, “rede consiste em um complexo sistema de vínculos que permitem a circulação de bens e serviços, materiais e imateriais, no marco das relações estabelecidas entre seus membros”.¹⁰⁶

Além disso, as redes podem ser vistas como aproximações à posse de capital social pelos agentes. Desta forma, elas captam apenas uma dimensão das relações sociais gerais. Uma análise focada exclusivamente neste aspecto conduz a uma visão distorcida dos vínculos de poder, desvalorizando o peso do capital econômico e simbólico, por exemplo. Adoto aqui a ideia de capital social, desenvolvida por Bourdieu, como “o conjunto de recursos presentes ou potenciais que estão vinculados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuos”. Assim, capital social seria a propriedade imaterial de possuir

¹⁰³ PEZZOLO, Luciano. La storiografia più recente sulla finanza italiana della prima età moderna: gli studi sulla fiscalità. *Rivista di Storia Finanziaria*, Napoli, v. 10, p. 33-77, 2003, p. 74.

¹⁰⁴ Para uma apreciação geral da historiografia sobre redes na América espanhola colonial, e dos problemas do uso deste conceito, ver: PONCE LEIVA, Pilar; AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio de poder em la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, v. 34, p. 15-42, 2008. BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2009. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/57505>. Acesso em: 24 abr. 2012.

¹⁰⁵ HAUSBERGER, Bernd. La conquista del empleo público en la Nueva España. El comerciante gaditano Tomás Tuiz de Apodaca y sus amigos, siglo XVIII. *Historia Mexicana*, México DF, v. 56, n. 3, p. 725-778, 2007, ver p. 728.

¹⁰⁶ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, México DF, v. 61, n. 2, p. 107-135, 1999. p. 120.

relações estáveis em um grupo, utilizando este atributo como um recurso estratégico de poder.¹⁰⁷

Desta forma, observa-se a importância do capital social, expresso pelas redes, como um aspecto relevante, mas não o único, na formação dos grupos sociais. Com relação a esta questão, segue-se a perspectiva defendida pelo historiador britânico Mike Savage, para o qual o estudo das redes permite contemplar o aspecto espacial na formação das classes. Para o autor, as redes mais amplas e tênues estabeleceriam vínculos mais apropriados à mobilização organizacional e política, enquanto que as redes mais densas permitiriam criar laços identitários e culturais comuns. Assim, pelo estudo das redes, seria possível conectar a dimensão política e sócio-cultural da formação de classe. A proposta desta pesquisa é bem mais modesta do que apresentada por Savage, buscando evidenciar o papel das redes apenas na mobilização organizacional relativa à arrematação dos contratos e à participação das elites nas instituições fazendárias. Ademais, toma-se a ideia espacial de redes para diferenciar entre as elites locais e uma elite propriamente regional.¹⁰⁸

Com relação ao papel das redes na construção das instituições estatais, entende-se que estas possuem uma dimensão enquanto organização formal e outra baseada em redes informais. Considera-se aqui que formação dos Estados exigiu não apenas a expansão das instituições formais, como também dos vínculos informais para o sustento de sua legitimidade. Por sua vez, do ponto de vista dos grupos sociais, a expansão destas redes informais é fundamental para sua construção enquanto sujeitos históricos. Esta dimensão informal interfere no desenho, condução e implementação das políticas estatais. Longe de se reduzir à questão da apropriação de recursos estatais por agentes privados, estas relações informais conformam uma zona permeável e transitória, legitimando duplamente instituições estatais e grupos sociais, bem como alterando mutuamente suas disposições e estratégias de poder.¹⁰⁹

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 31, p. 2-3, 1980, ver p. 2. Grifos originais.

¹⁰⁸ SAVAGE, Mike. Space, networks and class formation. In: KIRK, Neville (Ed.). *Social class and Marxism: defences and challenges*. Aldershot; Brookfield: Scholar Press; Ashgate, 1996. p. 58-86.

¹⁰⁹ Sobre a ideia de uma zona permeável de influências mútuas entre Estado e grupos sociais ver: MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 15-41, 2006. MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

Capítulo 2. A arquitetura fiscal joanina, 1723-1760

Nunca se duvidou do livre uso e exercício de todos os direitos majestáticos, à exceção do de impor novos tributos, em que o povo queria sempre ser ouvido.

Pascoal de Melo Freire

(...) a experiência tem mostrado que muitos contratos das conquistas têm crescido muito as suas arrematações nesta Corte, se há de seguir nesta parte o que tenho resoluto.

d. João V

1. São Paulo na retaguarda das Minas

A capitania de São Paulo e Minas do Ouro, criada em 9 de novembro de 1709, originou-se dos territórios das capitanias de São Vicente e as de Santo Amaro e Santana. Estas últimas foram compradas pela Coroa portuguesa ao marquês de Cascais e conde de Monsanto, herdeiro de Pero Lopes de Sousa, seu donatário original. Segundo Myriam Ellis, as contendas entre paulistas e emboabas foram a principal causa da criação da capitania. Em 1720, as regiões de São Paulo e Minas foram separadas em capitanias distintas e com governos próprios. No mesmo ano, foram incorporadas à nova capitania as vilas do litoral (Santos, Paraty, Ubatuba e São Sebastião) que ainda permaneciam sob o governo do Rio de Janeiro. A existência de um governador próprio e a conservação de remessas fluminenses para a fortificação da praça seriam traços do caráter extraordinário da vila de Santos ao menos até o governo do morgado de Mateus.¹

Segundo as estimativas de Maria Luiza Marcílio para a população paulista, o período de 1690 a 1765 foi marcado pelo crescimento do número de habitantes ao contrário do que afirmava a historiografia tradicional e a percepção dos governadores

¹ ELLIS, Myriam. São Paulo, de capitania a província. Pontos de partida para uma história político-administrativa da capitania de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 147-191, 1975, ver p. 148-154. Ver as principais vilas criadas na capitania até 1705 no MAPA II.1.

coevos. A partir dos dados da autora, obteve-se a taxa média anual de crescimento demográfico para a capitania. Entre 1650 e 1690, a população cresceu 3,7% ao ano e, no período seguinte, entre 1690 e 1765, a proporção elevou-se para 5,6% ao ano. Sem considerar os impulsos externos à capitania, para o Estado português e os contratadores, o simples aumento populacional significava um número maior de milicianos e de contribuintes.²

Além da própria região das Minas Gerais, a descoberta do ouro nas minas de Coxipó-Mirim, ponto inicial para Cuiabá, em 1718, e depois em Goiás, em 1725, transformaram a capitania de São Paulo em um pólo distribuidor de mercadorias que unia o Atlântico, o Rio da Prata e o centro da América portuguesa. Como ocorria em outras partes da América portuguesa, o aumento do valor dos contratos da capitania de São Paulo estava vinculado ao crescimento da produção agrária e do comércio terrestre e marítimo, estimulado pela demanda de mercadorias e de escravos pelas minas auríferas. No caso paulista, o ouro das minas haveria de influir sobre as finanças da capitania de forma real, pela arrecadação do quinto de Goiás e Mato Grosso, mas também de maneira especulativa, favorecendo valores mais elevados para os contratos.

Nem todo o dinamismo econômico decorria das minas, existindo fatores mais antigos na organização produtiva vicentina. A capitania de Santos e São Vicente não se encontrava completamente isolada mesmo no século XVII, sobretudo devido ao fornecimento de alimentos de subsistência para outras regiões do império.³ Em 1639, saíram da capitania 12 navios para Angola e outros portos do Brasil carregados de trigo, açúcar e conservas. A pequena vila de Cananeia, por exemplo, abastecia o Rio de Janeiro e Angola com farinha de guerra em meados dos Seiscentos.⁴ Em 1674, o secretário do Conselho Ultramarino afirmava que a vila de São Paulo e outras circunvizinhas proviam o “Rio de Janeiro e mais capitanias de farinhas, carnes, algodões, legumes, e outros gêneros até a Bahia”.⁵

² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2000. p. 71, 213. A autora, contudo, não cita as fontes de suas estimativas para o período anterior a 1765.

³ PETRONE, Maria Tereza Schörer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968. p. 10-11. Ainda sobre a economia paulista no século XVII, ver MONTEIRO, *Negros da terra*, *op. cit.*

⁴ ABNRJ, v. 39, p. 53. Ant. 13 out. 1646. Parecer de Salvador Corrêa de Sá, em que sustenta a conveniência de tornar a capitania do Rio de Janeiro independente do governador do Estado do Brasil.

⁵ ABNRJ, v. 39, p. 133. Lisboa, 6 jun. 1674. Informação do secretário do Conselho Ultramarino acerca dos moradores da vila de São Paulo.

Mapa II.1. Vilas criadas na capitania de São Vicente até 1705

Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas em BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009, ver p. 254-255.

Aquela época de ouro seria lembrada ao final do século XVIII sob o renascimento da agricultura e comércio da capitania. Segundo frei Gaspar da Madre de Deus, a capitania de São Vicente era como o “celeiro do Brasil”, por dali “saírem trigos, carnes, e outros muitos víveres para todas as povoações do Estado”. Ainda de acordo com o douto beneditino, havia também alguma navegação entre o porto de Santos e os reinos de Portugal e Angola.⁶

Boa parte da historiografia tem destacado a importância do impulso minerador sobre a dinâmica econômica da capitania. Plantava-se milho e feijão para as monções do Cuiabá, tangiam-se bois, cavalos e mulas dos campos meridionais para as Minas Gerais e o Rio de Janeiro, criavam-se porcos para a feitura do toucinho e de carne salgada, cultivava-se um pouco de fumo e arroz. Os mercadores do planalto lucravam com o envio de aguardente, azeite, sal, ferro, mulas, açúcar e vinho de São Paulo para Goiás, por exemplo. Os comerciantes do planalto obtinham seus ganhos, tudo queriam vender para as minas, sem se preocupar com a carestia que afetava os habitantes da capitania. Não obstante, o aumento dos preços indicava também algum consumo da própria capitania.⁷

Sob o estímulo dos fluxos comerciais no litoral e serra acima, houve o crescimento do número de homens de negócio habilitados para a aquisição dos contratos régios. Na cidade de São Paulo, as conexões dos negociantes, muitos deles reinóis, atingiam Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande (ver MAPA II.2). Até mesmo em regiões mais afastadas, como a vila de Curitiba, havia ao início da década de 1730 alguns poucos mercadores que negociavam fazendas secas, especialmente aos mineradores das lavras adjacentes.⁸

⁶ ALMEIDA, M. Lopes de. *Uma carta de Fr. Gaspar da Madre de Deus*. Coimbra: Coimbra Editora, 1952. (Separata de “Biblos”, v. 28). p. 21.

⁷ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 109-119. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 101.

⁸ BORREGO, *A teia mercantil, op. cit.*, p. 101. BAMC, v. 10, p. 85-108. Cartas de Guias do Ouro extraído em Curitiba remetido à Casa de Fundação de Paranaguá, 1730-1732. São citados três mercadores, dois deles seguramente residentes em Curitiba: Miguel Rodrigues Ribas, Pedro de Goveja e João da Cruz Borges.

Mapa II.2. Principais rotas de transporte na capitania de São Paulo no século XVIII

Fonte: Elaboração própria.

“Retaguarda das minas”, segundo a expressão de Mafalda Zemella, a bonança da capitania paulista foi maior nas primeiras décadas do século XVIII. O impedimento dos caminhos adjacentes transformava São Paulo na principal porta de acesso para atender a demanda das regiões auríferas, especialmente a rota do “caminho velho” que passava por Mogi das Cruzes, Taubaté, Guaratinguetá e a passagem do Hepacaré (atual Lorena) para desembocar em dois caminhos, um para Ribeirão do Carmo e Vila Rica (Ouro Preto) e outro para o Rio das Velhas.

A Bahia estava proibida de comerciar com Minas Gerais, exceto nos negócios de gado, e o Rio de Janeiro encontrava-se destituído de um caminho direto com o núcleo urbano minerador até o início da década de 1730. Ademais, o próprio trajeto fluminense por Paraty acabava por confluir em Taubaté com o “caminho velho” paulista. Mesmo depois da abertura do “caminho novo”, permitindo o acesso direto do Rio de Janeiro com as Minas, São Paulo ainda manteve a primazia sobre o comércio com Goiás e Mato Grosso, além do negócio das tropas vindas do sul da colônia (ver MAPA II.3).⁹

Algumas localidades tornaram-se bastante dependentes do arranjo econômico com as regiões auríferas. Por esta razão, quando as vilas mineiras passaram a contar com sua própria produção de subsistência, houve protestos por parte das localidades paulistas em meados do século XVIII. Em especial, as vilas do vale do Paraíba foram as mais afetadas pela diversificação mineira, uma vez que estavam integradas economicamente tanto ao Sul de Minas quanto ao litoral meridional da capitania do Rio de Janeiro, especialmente Paraty, onde se embarcava o ouro para o reino. O exemplo de Guaratinguetá, notado pelo conde de Azambuja em 1751, indicava estes vínculos mercantis:

A vila de Guaratinguetá (...) é já mais rica que as outras [de Taubaté, Jacareí e Pindamonhangaba] por ser passagem para as Minas daqueles que vêm buscar estrada para Paraty, pela qual me asseguram andarem 1.300 cavaleiros na condução de cargas.¹⁰

⁹ ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990. (Estudos Históricos, 19). p. 62-63, 115-117.

¹⁰ Relação da viagem, que fez o conde de Azambuja, d. Antonio Rolim, da cidade de São Paulo para vila de Cuiabá em 1751. RIHGB, v. 7, p. 469-697, 1866, ver p. 471.

Mapa II.3. Rotas do “Caminho Velho” e “Caminho Novo” para Minas Gerais

Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas em BUENO, Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822), *op. cit.*, p. 270, nota 47.

Com relação aos protestos paulistas, os oficiais da câmara de Pindamonhangaba pediram no mesmo ano de 1751 a extinção das plantações de fumo em Minas Gerais, conservando a antiga “divisão regional do trabalho”: os homens das Minas deveriam “ocupar-se em tirar ouro, e deixar a fatura dos fumos, para estas vilas que não têm gênero algum de negócio”.¹¹ Denunciava no mesmo ano a câmara de Guaratinguetá “o inconveniente que se nos tem seguido a todos depois que os habitantes das minas entraram nas culturas de fabricarem fumos, dissipando por este meio a conveniência que adquiriríamos com a mesma”.¹² A câmara de Mogi das Cruzes escreveu uma representação semelhante ao rei d. José I, com o pedido da extinção da fumicultura. Em termos desesperados, alegava-se a pobreza da vila, desprovida de “comércio algum, para que possa ser aumentada”. Sem o negócio do fumo, os habitantes da vila continuaram presos à pobreza, temendo-se mesmo o despovoamento da localidade.¹³ Muito tempo depois, em 1777, reclamavam à rainha os edis da mesma vila de Guaratinguetá em termos similares aos anteriores: “Este povo, Senhora, geme oprimido de pobreza e falta de comércio para as Minas Gerais para a apuração dos seus limitados efeitos, por haver quase contínuo impedimento nos seus registros”.¹⁴

Os lavradores, criadores e comerciantes paulistas eram atraídos não apenas pelas possibilidades de ganhos nas vendas para as vilas das Minas Gerais, Cuiabá e Goiás. Na região meridional, o trato com os castelhanos, por intermédio da Colônia de Sacramento, era uma oportunidade de bons lucros que cabia explorar, antes que os conflitos ibéricos da década de 1760 tornassem o comércio interdito. O “negócio com os castelhanos, e índios tapes, e minuanos” era uma das utilidades que a Fazenda Real poderia obter com o povoamento do Rio Grande de São Pedro, conforme uma relação da segunda metade da década de 1720.¹⁵ Na mesma época, os paulistas percebiam alguma valia naqueles

¹¹ DH, v. 2, p. 128. Pindamonhangaba, 25 abr. 1751. Representação dos oficiais da câmara da vila de Pindamonhangaba ao rei d. José.

¹² AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 20, doc. 1924. Guaratinguetá, 25 abr. 1751. Representação dos oficiais da câmara da vila de Guaratinguetá, também em nome dos das câmaras vizinhas a d. José I.

¹³ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 19, doc. 1922. Santa Ana das Cruzes de Mogi, 12 abr. 1751. Representação dos oficiais da câmara de Santa Ana das Cruzes de Mogi a d. José I.

¹⁴ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 32, doc. 2795. Guaratinguetá, 8 dez. 1777. Representação dos oficiais da Câmara de Guaratinguetá a d. Maria I. Sobre a diversificação agrária em Minas Gerais, ver: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p. 186-214.

¹⁵ AHU-SP, cx. 1, doc. 45. S.l., 1726-27. Relação das vilas litorâneas desde o Rio Grande de São Pedro até a praça de Santos, feita pelo tenente de mestre de campo, David Marques Pereira por ordem do governador e capitão general da capitania de São Paulo, d. Rodrigo César de Meneses.

“poucos couros” menosprezados pelo duque de Cadaval quando se fundara Colônia, interessado unicamente nas barras de prata e nas patacas de Buenos Aires.¹⁶

Havia, ainda, motivações próprias ao governo da capitania. O capitão-general de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, impressionado com o grande fluxo de gente, gados e bestas para as novas minas do Mato Grosso e de Goiás, resolvera abrir um caminho de Curitiba para o Rio Grande de São Pedro que permitisse ao menos obter novas “cavalgadas”. Ademais, conforme assegurava o governador, “Sua Majestade e seus vassalos lucrar[iam] nos gêneros que pude[ssem] introduzir aos castelhanos e recebe[ssem] deles os seus”.¹⁷ Em 1727, o governador nomeara o sargento-mor Francisco de Souza e Faria para a abertura de um caminho terrestre que ligasse Rio Grande de São Pedro aos campos de Curitiba, por este oficial ter “conhecimento e amizade de todos os índios com quem têm comecado, como fazem algumas pessoas das bandas castelhanas”. Os vizinhos da fronteira conduziam gados e cavalgadas até Laguna, mas que daí não passavam pela ausência de um caminho até outras partes da capitania paulista.¹⁸

Pouco depois, o governador Pimentel seria ainda mais explícito aos vereadores da vila de N. Sra. da Luz dos Pinhais (Curitiba), relatando inclusive as mercadorias que poderiam ser transacionadas:

Vossas Mercês se devem empenhar neste serviço a Sua Majestade considerando igualmente que abrir-se a estrada e entrando gados cavalgadas fazendas e prata com os mais gêneros que podem introduzir os castelhanos virá a ser essa vila a mais populosa e rica desta capitania porque como podem ir por mar ao porto de Paranaguá todas as fazendas secas e as holandas cambraias bretanhas e o... panos de... [sic] que todos estes gêneros são muito apetevidos dos castelhanos.¹⁹

Neste processo de crescente mercantilização da economia paulista, impulsionado pelas minas auríferas e pelo tráfico meridional, o comércio marítimo de Santos é uma questão que deveria ter mais destaque na historiografia, que tende apenas a ressaltar as

¹⁶ Mss. Cad., v. 2, p. 231. Lisboa Ocidental, 16 jan. 1719. Parecer do duque de Cadaval sobre as cartas de d. Luís da Cunha.

¹⁷ BAMC, v. 9, p. 47-48. Santos, 23 out. 1728. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, aos oficiais da câmara da vila de N. Sra. da Luz dos Pinhais.

¹⁸ BAMC, v. 9, p. 63-64. Registro de uma ordem do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, ao sargento-mor Francisco de Souza e Faria.

¹⁹ BAMC, v. 9, p. 53-55. São Paulo, 6 mai. 1730. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, aos oficiais da câmara da vila de N. Sra. da Luz dos Pinhais.

rotas terrestres e fluviais. Um dos indícios da importância da vila foi a necessidade de construir uma fortaleza que protegesse a barra de piratas e invasões. Conforme dizia o governador do Rio de Janeiro, em 1698, a vila de Santos estava “mui rica” e era o “receptáculo de todas as fazendas que v[inham] das capitanias do sul para o Rio de Janeiro e das do Rio de Janeiro que [iam] para as mesmas capitanias, cresce[ndo] o negócio e aumenta[ndo]-se os cabedais”.²⁰ No ano seguinte, uma consulta do Conselho Ultramarino apontava a importância do comércio de cabotagem entre a vila de Santos e o Rio de Janeiro, onde aportavam “grande quantidade de ouro que traz[iam] hoje das capitanias do sul, como de outros gêneros de que se compõe a sua carga”.²¹

Por resolução régia de 20 de fevereiro de 1720, a vila de Santos passou a ter liberdade de comércio com os navios vindos do reino nas frotas do Rio de Janeiro, permitindo um alargamento do comércio de cabotagem.²² Segundo Zemella, a medida autorizou a entrada de escravos e de mercadorias europeias e asiáticas pelo porto rumo às minas.²³ Entre 1739 e 1763, 15 embarcações saídas da frota fluminense, algumas delas corvetas e galeras pequenas, foram direcionadas ao porto de Santos. As naus retornavam pelo Rio de Janeiro no ano posterior à saída de Lisboa (TABELA II.1). Até mesmo a economia insular do reino buscou algum ganho no novo porto, ainda que sem grande êxito. Em 1733, um navio da ilha da Madeira, carregado de bacalhau e farinha do norte, não conseguiu vender toda sua carga em Santos e rumou para o Rio de Janeiro, onde esperava encontrar melhor saída para os gêneros.²⁴ Com relação aos navios estrangeiros, há o registro oficial de apenas duas embarcações francesas arribadas no porto de Santos, os navios *La Sutil* (1718) e *L'Aspirant* (1721), carregadas de sal, marfim e escravos.²⁵

²⁰ ABNRJ, v. 39, p. 240. Rio de Janeiro, 28 mai. 1698. Carta do governador Artur de Sá e Menezes, sobre a conveniência de construir uma fortaleza na barra da vila de Santos.

²¹ ABNRJ, v. 39, p. 247. Lisboa, 26 set. 1699. Consulta do Conselho Ultramarino.

²² DH, v. 1, p. 62. Lisboa, 4 mar. 1720. Ofício do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Correia de Góis.

²³ ZEMELLA, *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, op. cit., p. 62, 109.

²⁴ DH, v. 1, p. 217. Lisboa, 19 mai. 1733. Ofício do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, Antonio Francisco Lustosa.

²⁵ DH, v. 1, p. 69-70. Lisboa, 24 set. 1721. DH, v. 1, p. 73. Lisboa, 17 mar. 1722. DH, v. 1, p. 76-77. Lisboa, 24 abr. 1722. DH, v. 1, p. 94-95. Lisboa, 4 set. 1723. Ofícios do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Correia de Góis.

Tabela II.1. Embarcações entradas na vila de Santos provenientes de Lisboa (1742-1756)

	Galera	Navio	Curveta	late	Bergantim	Sumaca	s.i.	Total
1742							3	3
1743							1	1
1744								0
1745								0
1746			1					1
1747	1						1	2
1748							2	2
1749							1	1
1750							2	2
1751								0
1752							1	1
1753							1	1
1754								0
1755								0
1756							1	1
								15

Fontes

ANTT, Junta do Comércio, liv. 74. "Livro de lembrança das entradas e saídas das frotas portuguesas, e de outros navios para a América e Estados da Índia". 158 fls. S. l., s. d. [1739-1763]

No entanto, do ponto de vista dos negociantes reinóis que enviavam suas mercadorias para Santos, o comércio paulista era insuficiente para manter um tráfico regular como ocorria em outras localidades mais abonadas da costa, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, ávidas pelo consumo de produtos europeus, com maior população urbana e mais próximas de Lisboa. Segundo informava o negociante Francisco Pinheiro ao final da década de 1720, na vila de Santos: "ha[via] tão pouco consumo as fazendas (...) e [eram] tão fracas as vendas das que aqui [Lisboa] [havia] saído a que nos mete pouco ânimo continuarmos em remetermos fazenda".²⁶ Ademais, sempre restava a possibilidade de abastecer Santos por intermédio do porto fluminense, desencorajando o fluxo direto entre o reino e a capitania paulista. Na mesma época, um representante de Francisco Pinheiro dizia que além da terra ser miserável, não chegara à vila "gente nenhuma abaixo de São Paulo nem das Minas que muitas tinham ido para o Rio de Janeiro antes da nossa chegada a esta vila a comprarem fazenda".²⁷ Em uma época na qual as possibilidades de lucro eram realizadas principalmente pela escassez

²⁶ Neg. Col., v. 5, p. 386. Lisboa Ocidental, 4 dez. 1728. Carta de Francisco Pinheiro para Pedro Francisco de Andrade.

²⁷ Neg. Col., v. 4, p. 26. Santos, 19 set. 1727. Carta de João de Rosa a Francisco Pinheiro.

dos gêneros, o representante do comerciante reinol exasperava-se ante a abundância de fazendas e de sal devido à notícia da chegada de outras cinco ou seis sumacas à vila.

Além do comércio de uma ponta a outra do Atlântico, também havia o transporte de mercadorias enviadas por homens de negócio da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro para a praça de Santos, conforme se percebe pela questão da dupla tributação da dízima da alfândega no porto paulista.²⁸ As embarcações não eram de grande porte, assim como as carregações, pois afirmava, em 1736, o governador da praça de Santos: “ao porto desta vila não vêm embarcações de artilharia, somente sumacas, e barcos que navegam por esta costa transportando gêneros de fazendas secas, e comestíveis”.²⁹

Se o ouro era o principal produto desembarcado na vila de Santos, por ali entravam uma miríade de outras mercadorias: sal, escravos, fazendas secas, bacalhau, farinha, aguardente, cera, panos de linho, meias de seda, aniagens cruas, calções de aniagem, camisas e fardas, estas últimas possivelmente para os soldados da praça.³⁰ Por sua vez, a inexistência de um grande produto de exportação tornava este comércio marítimo estritamente dependente das remessas auríferas por Santos, sobretudo do ouro de Goiás e Mato Grosso. A partir da década de 1730, a abertura do caminho direto entre Minas Gerais e Rio de Janeiro reduziria os fluxos comerciais que vicejavam na capitania. Contudo, se havia fraquezas no transporte marítimo direto entre o reino e a capitania paulista, o mesmo não ocorria com o comércio de cabotagem, particularmente com o Rio de Janeiro.

Não obstante, o comércio com o Rio de Janeiro não foi suficiente para manter o padrão econômico da vila ante as perspectivas de redução dos veios auríferos. Em 1765, muito desta riqueza havia passado, ainda que a vila de Santos conservasse alguma dinâmica econômica pelos gastos das tropas ali estabelecidas, a existência de uns poucos comerciantes com “pequeno negócio” e o comércio regular com o interior da capitania, dependente do sal comprado no porto. Este comércio “de meses a meses transporta[va] alguns pequenos navios”. Segundo o morgado de Mateus, havia apenas um lustro da riqueza anterior estimulada pelas exportações de ouro:

²⁸ DI, v. 24, p. 91-92. Lisboa Ocidental, 7 fev. 1732. Ofício de d. João V ao mestre-de-campo e governador da praça de Santos.

²⁹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 12, doc. 1152. Santos, 26 out. 1736. Carta do mestre de campo e governador da praça de Santos, João dos Santos Ala, para d. João V.

³⁰ Além das notas anteriores, ver Neg. Col., v. 4, p. 27. Santos, 24 ago. 1727. Carta de Francisco Marques a Francisco Pinheiro.

Os seus edifícios [de Santos] ainda mostram em parte, a riqueza que tiveram os seus antepassados, no tempo em que o ouro das minas corria por este canal, porém ao depois que o dito ouro passou pelo Rio de Janeiro, aonde é mais conveniente, porque se evita o risco do mar, que não é tão pequeno, que corre deste aquele porto, sendo a riqueza do ouro que aqui ficou uma felicidade transitória para aqueles em cujas mãos estava, pois não podia permanecer não havendo em que se empregasse de sorte que o rendimento fizesse círculo ou retrocese [sic, trouxesse] outra vez para seu próprio dono; pouco a pouco se foi diminuindo com os quotidianos gastos da vida, até que de todo se veio a extinguir de maneira que até hoje se não acha aqui dinheiro, se não nas mãos de uns comerciantes, que ainda hoje conservam um pequeno negócio.³¹

Outro tema pouco explorado relativo ao crescimento da capitania na primeira metade do século XVIII refere-se ao tráfico de escravos. Enquanto no século XVII, a presença africana em São Paulo foi bastante esporádica, já ao início da centúria seguinte, observa-se uma demanda crescente por escravos africanos. Um alvará régio, elaborado em 1701, permitiu a entrada de 200 negros de Angola para a capitania paulista a partir do Rio de Janeiro. Em 1711, aprovou-se o compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos na cidade de São Paulo, indicando o adensamento da população negra, ao menos na capital.³² Segundo John Monteiro, a demanda por escravos decorria tanto do incremento do tráfico negreiro para as minas, quanto do emprego da mão de obra escrava nas grandes propriedades rurais paulistas ao início do século XVIII. A substituição da escravidão indígena pela africana processava-se de forma bastante incompleta, sendo realizada integralmente apenas ao final do século, com o advento da lavoura açucareira.³³

Ainda que sem rotas diretas com os portos africanos, o tráfico de escravos era realizado por intermédio do Rio de Janeiro, por via marítima, e de Minas Gerais, pelos caminhos terrestres. Neste lucrativo comércio, a Coroa cobrava 4\$500 réis. por escravo entrado no porto de Santos e o escrivão da alfândega e o meirinho recebiam emolumentos no valor de 960 réis por escravo.³⁴ A câmara de São Paulo determinou o

³¹ DI, v. 72, p. 70-71. Santos, 13 ago. 1765. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, ao conde de Oeiras.

³² SILVA, Maria Beatriz Nizza da *et alii*. *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 75, 84.

³³ MONTEIRO, *Negros da terra*, *op. cit.*, p. 220-226.

³⁴ DI, v. 12, p. 67-72. São Paulo, 16 jul. 1722. "Registro de um regimento, que se mandou para na alfândega da vila de Santos se cobrar os direitos de escravos que vierem, e forem para as Minas". DI, v.

pagamento de dez tostões (800 réis) por escravo vindo do Rio de Janeiro ou Minas Gerais para o donativo régio, estabelecido para financiar o casamento dos príncipes e princesas portuguesas com seus pares espanhóis.³⁵ Há também indicações, na segunda metade da década de 1720, da prática de contrabando de escravos em Paranaguá e Paraty, de onde seguiam para Taubaté e Guaratinguetá rumo às minas.³⁶

Por sua vez, os inventários setecentistas revelam a presença crescente de escravos africanos. Os dados apresentados por John Monteiro permitem observar o aumento no número de escravos africanos e a redução dos índios nos inventários de São Paulo e Santana do Parnaíba entre 1710 e 1725.³⁷ Maria Aparecida Borrego, pesquisando os inventários dos negociantes paulistanos entre 1725 e 1793, concluiu que boa parte dos escravos era proveniente das regiões de Benguela, Angola, Mina e Congo. Os proprietários possuíam plantéis de médio e grande porte, de 10 a 29 escravos, empregando os escravos em atividades urbanas e agrícolas.³⁸ Também eram utilizados esporadicamente em obras públicas. Em 1723, Rodrigo César de Meneses escreveu às câmaras de São Paulo, Santos e São Vicente, pedindo o auxílio de escravos para as obras do caminho da serra.³⁹ No mesmo ano, diversos moradores de Curitiba ofereceram um ou dois escravos para a feitura de uma ponte.⁴⁰ Ao lado do crescimento do número de escravos nas atividades produtivas, havia também a presença concomitante de escravos fugidos. Em 1728, apontava-se, entre os riscos e perigos que assolavam os viajantes na capitania, os “facinorosos escondidos e negros fugidos que uns e outros vivem de roubos, mortes e insultos”.⁴¹

24, p. 125. Lisboa Ocidental, 27 ago. 1733. Ofício do rei d. João V ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas.

³⁵ ACMSP, v. 10, p. 53. São Paulo, 18 jun. 1730. Termo de vereança.

³⁶ DI, v. 18, p. 216. Lisboa Ocidental, 12 out. 1726. Ofício do rei d. João V ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. DI, v. 18, p. 240. Lisboa Ocidental, 6 mar. 1728. Ofício do rei d. João V ao governador e mestre de campo da praça de Santos, Antonio Gaioso Noguerol.

³⁷ MONTEIRO, *Os negros da terra, op. cit.*, p. 222-223.

³⁸ BORREGO, *A teia mercantil, op. cit.*, p. 224-231.

³⁹ DI, v. 20, p. 53. São Paulo, 3 mai. 1723. Bando do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, à câmara da vila de Santos.

⁴⁰ BAMC, v. 10, p. 39-40. N. Sra. da Luz dos Pinhais, 26 jul. 1723. Lista que fizeram os oficiais da câmara para a feitura da ponte do rio Grande.

⁴¹ DI, v. 18, p. 248. Lisboa Ocidental, 14 jun. 1728. Ofício do rei d. João V ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel.

2. Tributar o império

Antes de prosseguir na análise das transformações fiscais observadas na capitania de São Paulo, é necessária uma breve discussão sobre os fundamentos que legitimavam a criação de tributos no império português, aspectos essenciais nas práticas de negociação fiscal bem como na compreensão do poder detido pelas câmaras ao longo do século XVII.

Como ocorre de forma semelhante com os termos “justiça”, “polícia”, “exército” e “administração”, a nossa compreensão atual da fiscalidade do Estado cria enormes barreiras à especificidade da organização tributária do Antigo Regime. Assim, é necessário procurar compreender como os homens da época pensavam estas questões em seus próprios termos, até mesmo para melhor entender os jogos do poder entre os atores envolvidos. Além dos pré-conceitos quanto às representações do que vem a ser um imposto ou tributo, há também um véu que nos dificulta perceber que o exercício das jurisdições fiscais não se encontrava exatamente no Estado. Havia incertezas quanto ao direito de impor tributos e uma inversão completa, face à nossa situação atual, sobre como eles deveriam ser arrecadados. Desta forma, é necessário refletir sobre outra fiscalidade que não a nossa, sem dúvida alguma um exercício prévio para se pensar, como convida Hespanha, a “especificidade e alteridade do modelo de estruturação do poder nas sociedades não-estatais, nomeadamente, no Antigo Regime europeu”.⁴² Assim, cabe antes de tudo dizer fiscalidades, pois não apenas a Coroa possui poderes fiscais, mas também os senhores e a Igreja, quando não as próprias cidades protegidas por seus direitos de forais. Esta última questão não será abordada aqui por não representar uma questão significativa na América portuguesa do século XVIII a despeito de uma ou querela envolvendo os direitos fiscais das capitanias donatárias.

Além disso, o direito de tributar estava vinculado a uma legitimidade que cabe elucidar minimamente. Como afirma Luciano Pezzolo, retomando o conceito de Thompson, havia uma espécie de “economia moral do fisco”.⁴³ Assim, nada mais irreal do que acreditar que as relações entre o rei e os vassalos eram de natureza arbitrária e

⁴² HESPANHA, António Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*: colectânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 9-89, ver p. 30.

⁴³ PEZZOLO, La storiografia più recente sulla finanza italiana, *op. cit.*, p. 74.

despótica. Por outro lado, também nada mais ilusório do que as conceber a partir de uma visão integracionista, na qual inexistam conflitos e tensões. Descobrir as regras do jogo fiscal é entender os limites tênues que circunscreviam a legitimidade e a ilegitimidade dos tributos. Compreender a ideia de justiça fiscal ajuda a qualificar melhor os motins e sedições detonados pela “injustiça”, “arbitrariedade” e “excessos”. Assim, não se busca refutar a existência de conflitos, mas entendê-los melhor a partir da metamorfose da legitimidade em ilegitimidade. O foco deste trabalho não é a análise destas revoltas, ademais já bem estudadas por Luciano Figueiredo, senão avançar na análise dos processos institucionalizados de construção da legitimidade dos tributos nas diversas camadas do império.⁴⁴

Antes de tudo, cumpre entender de forma mais geral como era concebida a ideia de justiça fiscal. Em um artigo muito interessante, o historiador italiano Gaetano Sabatini, opondo-se à ideia de que a fiscalidade do Antigo Regime estivesse orientada pelos padrões contemporâneos de eficiência, utilidade ou racionalidade, próprios da teoria econômica atual, defende que se deve compreendê-la a partir das suas próprias categorias. Para Sabatini, na monarquia espanhola do século XVII, o soberano atuava como um *rey justiciero*, sendo o sistema fiscal um instrumento de negociação do rei com as diferentes ordens sociais e o patriciado urbano. Estas negociações atuavam tanto no sentido de suprir as exigências de financiamento do Estado quanto de manter um equilíbrio de poderes nas comunidades. No contexto da monarquia, haveria um processo contínuo de negociação e de busca de equilíbrio político entre as exigências da Coroa espanhola e os corpos estamentais do reino de Nápoles.⁴⁵

Para o autor, havia diversos tipos de fidelidade em jogo: a fidelidade ao rei e à Coroa, a fidelidade à comunidade e seus interesses e a fidelidade ao corpo territorial e seus privilégios. Depreende-se do texto de Sabatini que a melhor política quanto aos tributos era aquela que conseguisse abarcar todos estes interesses. Neste sentido, observa-se a centralidade da justiça na consecução deste objetivo. A justiça na imposição de tributos em nada se assemelhava ao conceito atual de igualdade tributária ou de correção das desigualdades sociais por intermédio da tributação progressiva, mas dizia respeito à conservação dos privilégios dos corpos, aos quais pertenciam os indivíduos.

⁴⁴ FIGUEIREDO, *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa, op. cit.*

⁴⁵ SABATINI, Gaetano. La fiscalità d'Antico Regime tra assolutismo regio e processi di negoziazione. Il caso di Napoli spagnola (secc. XVI-XVII). *Illes i Imperis*, Barcelona, v. 13, p. 27-49, 2010.

Desta forma, a justiça fiscal possuía uma função de conservação e manutenção das jurisdições, portanto, dos privilégios, de cada corpo social, preservando a ordem hierárquica da sociedade.

Por outro lado, a ênfase do autor na visão de equilíbrio e negociação deixa pouco espaço para a análise dos conflitos e tensões decorrentes da contradição entre o príncipe como distribuidor da justiça fiscal e as exigências de aumento dos tributos, ocasionada pelas despesas militares do Estado imperial espanhol submerso em conflitos bélicos. A ausência deste enquadramento é tanto mais incompreensível, quando é o próprio autor quem levanta esta oposição.⁴⁶ Estas tensões são importantes porque permitem compreender os limites efetivos da negociação e do respeito às jurisdições, que, em última análise, fundamentavam a existência social, política e identitária das ordens sociais, ou que aspiravam à sua formação, no Antigo Regime. Ademais, ao considerar tais aspectos evita-se a tendência a observar a dinâmica da fiscalidade a partir da prescrição que lhe era subjacente, derivando a prática social das normas consideradas ideais pela literatura jurídico-teológico da época.

Por sua vez, em uma interpretação bastante original, José Javier Ruiz Ibáñez aponta que o declínio das assembleias representativas tradicionais, ou seja, as cortes dos diversos reinos na monarquia hispânica, ao final do século XVII não pode ser visto como o indício de uma diminuição das práticas de negociação fiscal pré-existentes. Pelo contrário, para o autor, esta cultura de negociação seria reforçada e reconfigurada ao conceder, ou mesmo devolver, aos diversos escalões jurisdicionais menores, tais como as cidades ou as corporações de ofícios, um papel central na condução dos processos de negociação fiscal. Ao articular e fortalecer outros espaços de poder, o soberano abriria oportunidades políticas e simbólicas aos novos representantes e contribuintes das localidades envolvidas, em prejuízo dos interlocutores tradicionais reunidos nas Cortes.⁴⁷ A análise de Ruiz Ibáñez leva a reconsiderar o declínio das Cortes no surgimento de um modelo político absolutista, ressaltando a persistência das antigas negociações em outras escalas do poder.

⁴⁶ SABATINI, La fiscalità d'Antico Regime tra assolutismo regio e processi di negoziazione, *op. cit.*, p. 32.

⁴⁷ RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. Logiques et espaces de la négociation fiscale dans la monarchie espagnole (XVIe-XVIIe siècles). In: DUBET, Anne (Coord.). *Les finances royales dans la monarchie espagnole (XVIe-XIXe siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006. p. 245-257.

Em Portugal, a ideia de justiça fiscal parece ter sido igualmente relevante na criação de tributos que caminhavam lado a lado com a ampliação dos domínios ultramarinos. Estes últimos eram distintos do domínio régio primitivo da Coroa. De início, os monarcas portugueses na época moderna caracterizavam-se pela singularidade de dependerem muito pouco ou quase nada de seu patrimônio régio original.⁴⁸ Este patrimônio era denominado “próprios da Coroa” e consistia em uma enorme variedade de propriedades fundiárias e rendas diversas, algumas até mesmo auferidas em espécie: reguengos, jugadas, matas reais, montarias, coutadas, pinhais, relegos, fornos, estalagens, foros e laudêmios.⁴⁹ Ao final do século XVI e ao longo do século XVII, estes rendimentos eram de pouco valor, gastando-se boa parte deles nas despesas de sua própria administração. Muitos deles também estavam adjudicados a terceiros, não sendo desfrutados pela Coroa, conforme criticava um arbítrio seiscentista quanto à alienação e dispersão do patrimônio régio a diversos donatários.⁵⁰ A formação do Estado português esteve vinculada à expansão dos tributos, configurando diversas tentativas de construir um Estado fiscal, e de vários rendimentos ultramarinos vinculados aos estancos e rendas do padroado, que alargavam e atualizavam a ideia de domínio régio para além dos bens originários do patrimônio real. Hespanha aponta a proximidade conceitual entre os próprios da Coroa e os estancos, rendas de minas de metais e rendas de padroado.⁵¹ Assim, pode-se dizer, que a Coroa portuguesa caracterizava-se por uma modernização e racionalização do domínio régio, paralelas à formação de um Estado fiscal, que adotou características próprias face à continuidade de suas características dominiais.

Com relação aos tributos, ao contrário da época atual, o rei era apenas mais um a cobrar direitos dos vassalos, que igualmente eram onerados com contribuições para os poderes senhoriais e eclesiásticos. Nas vilas e cidades, párocos e curas recebiam

⁴⁸ Sobre a distinção entre Estado dominial e Estado fiscal, ver o trabalho clássico de Schumpeter: SCHUMPETER, Joseph Alois. *The Crisis of the Tax State* (1917/1918). In: SWEDBERG, Richard (Org.). *Joseph A. Schumpeter: the Economics and Sociology of Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 99-140. Para a análise do caso português, consultar: COSTA, Do domínio à nação, *op. cit.*

⁴⁹ Sobre estes termos fazendários de pouco uso, consultar: GODOY, José Eduardo Pimentel de; MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. *Tributos, obrigações e penalidades pecuniárias de Portugal Antigo*. Brasília: Escola de Administração Fazendária, 1983.

⁵⁰ SANTOS, Catarina Madeira. Os refluxos do império, numa época de crise. A câmara de Lisboa, a armadas da Índia e as armadas do Brasil: quatro tempos e uma interrogação (c. 1600-1640). *Anais de História do Além-Mar*, Lisboa, v. 7, p. 81-105, 2006, ver p. 103.

⁵¹ HESPANHA, António Manuel. A fazenda. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4, p. 181-213, ver p. 190.

proventos de cômguas e conhecenças cobrados sobre os fiéis. Em particular, os rendimentos dos direitos de foral foram de grande importância para as casas nobres e instituições eclesiásticas portuguesas até a revolução liberal. Embora a Coroa não pudesse revogar os direitos de foral, previa que não excedessem sua jurisdição com o estabelecimento de outros pedidos. Assim, por exemplo, ao início do século XVII, diziam as Ordenações Filipinas que nenhum prelado ou pessoa de qualquer “estado” ou condição poderia lançar “peitas, pedido, empréstimo, serviços de coisas algumas, ou outra ajuda”. No entanto, persistiam todos os outros direitos senhoriais e eclesiásticos originários da época feudal.⁵²

Em um duplo processo, a construção da legitimidade dos tributos no Estado moderno apoiava-se na herança feudal, especialmente na definição histórica de *regalia*, e na redescoberta do direito romano. Na Idade Média, as relações feudais previam que os vassallos deveriam prestar ajuda material e militar ao senhor, constituindo uma primeira aproximação à formação dos tributos modernos. Na origem dos donativos para os casamentos régios, estava a antiga obrigação dos vassallos arcarem com as despesas do casamento da filha do senhor. Por sua vez, o renascimento e difusão do direito romano permitiram às antigas monarquias feudais na época moderna o recurso a uma extensa fonte de justificativas para a concentração de recursos materiais e simbólicos vinculados ao poder governativo. Os atributos do poder régio poderiam ser divididos entre regalias essenciais e acidentais. De acordo com o *Vocabulário português e latino* de Bluteau:

As regalias essenciais são fazer leis, investir magistrados, eleger ministros dignos, e beneméritos, bater moeda, pôr tributos, e a seus tempos publicar guerra, e fazer pazes. As regalias acidentais [trazer coroa e cetro, vestir púrpura e falar ajoelhado ao rei] são as que sem diminuir a soberania, nem aumentar o poder supremo, se variam mais, ou menos ao passo que se diferenciam com as nações os seus costumes.⁵³

Ao rei, cabia garantir a justiça e a paz externa e interna, além de concentrar a distribuição dos símbolos reais e do reino. Ainda mais quando se considera a existência de poderes concorrentes à Coroa, competia fazer-se distinguir. Como dizia Bluteau sobre

⁵² Ord. Fil., liv. 2, tít. 46, §1.

⁵³ Blut., v. 7, p. 193. Bluteau apenas repetia o tratado de António de Freitas Africano AFRICANO, António de Freitas. *Primores políticos e regalias do nosso rei (1641)*. Lisboa: Instituto de História do Direito e do Pensamento Político, 2005. p. 36-37.

a ideia de regalia, ela era “um sinal exterior, demonstrativo da autoridade, e majestade real”.⁵⁴ Estas fronteiras do poder proeminente delimitavam uma jurisdição que se equilibrava entre direitos e deveres, posto que fossem atributos que não poderiam ser utilizados arbitrariamente pelo príncipe, como bem ressalva Hespanha.⁵⁵ Não obstante, o exercício das regalias apresentava-se como necessário à manutenção da soberania. As regalias essenciais, escreve António de Freitas Africano, em seu *Primores políticos e regalias do nosso rei* (1641), estavam “tão intimamente unidas com a soberania, e embebidas no poder supremo, que não é possível conservar-se esta se lhe faltasse aquela: donde nasce que estas são comuns a todos os Príncipes”. Logo, tributar era exercer e preservar a soberania, em meio a poderes concorrentes à Coroa.⁵⁶

Como aponta Hespanha, nesta jurisdição suprema do poder régio incluía-se o domínio geral e eminente, que correspondia a “um poder geral e virtual de disposição” sobre as “coisas abandonadas, de uso comum (como os rios e as estradas) ou sem dono, existentes dentro das fronteiras do reino, quer impor sobre as coisas dos particulares certos ônus e tributos”.⁵⁷ Assim, parte da ideia de tributo originava-se do conceito de domínio eminente, ideia mais abstrata e ampla do que a de patrimônio ou domínios físicos do poder real. Ao final do século XVIII, o jurista Pascoal de Mello Freire reconhecia claramente que o direito de impor tributos decorria da “natureza do domínio eminente”. Citava, ademais, um capítulo das Ordenações Filipinas sobre a apelação nas terras das ordens militares, prelados e fidalgos, que dizia que em todas as doações feitas pelo rei: “sempre fica resguardado ao rei as apelações e justiça maior, e outras coisas, que fica ao rei em sinal e reconhecimento de universal e supremo senhorio”.⁵⁸ Senhorio, como informa Bluteau, era o mesmo que domínio.⁵⁹

Uma série de outras prerrogativas régias fundamentava o direito de cunhar moeda, lançar pedidos de donativos para casamentos régios, cobrar tributos nas passagens dos rios caudalosos, arrecadar direitos alfandegários nos portos marítimos,

⁵⁴ Blut., v. 7, p. 193.

⁵⁵ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 487-491.

⁵⁶ AFRICANO, *Primores políticos e regalias do nosso rei* (1641), p. 36.

⁵⁷ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 491.

⁵⁸ FREIRE, Pascoal de Mello. Instituições de direito civil e criminal português (1789). In: *Antologia de textos sobre finanças e economia*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais, 1966. (Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, 40). p. 13. (Grifos meus). Ord. Fil., liv. 3, tít. 71, §2. Em destaque, o trecho citado por Pascoal de Melo Freire.

⁵⁹ Blut., v. 7, p. 583.

cobrar rendas da pesca marítima e fluvial, obter rendas das portagens,⁶⁰ cobrar de tributos sobre o sal transportado e o quinto dos metais preciosos. O domínio eminente sobre o uso comum dos mares, rios e estradas justificava a instituição de portagens, passagens, direitos alfandegários e rendas na pesca das baleias. As minas de sal e metais preciosos, enquanto bens jacentes e sem dono, eram consideradas como parte do domínio eminente. Os bens da Coroa do reino incluíam, segundo Pascoal de Mello Freire, “os caminhos públicos e os rios perenes (...) os portos de mar e dos rios (...) os tesouros, os bens jacentes e todos aqueles que não estão ocupados em particular”. Somava-se ainda às rendas dos tributos e de estancos aquelas obtidas devido à existência do padroado em Portugal, que permitiam ao rei auferir uma série de rendimentos eclesiásticos como os rendimentos das capelas, a bula da cruzada e as receitas das comendas nas quais o rei era o grão-mestre. Uma vez que o rei de Portugal era o grão-mestre da ordem de Cristo ele poderia arrecadar os dízimos, de vital importância na América portuguesa. Por fim, nas épocas de guerra era permitido ao rei obter mantimentos, bestas, meios de transporte e serviços dos súditos.⁶¹

É muito importante ressaltar, como o faz Hespanha, que as ideias de “direitos reais” ou “regalia” não eram vistas como competências decorrentes do próprio conceito de Estado, com caráter inalienável e irrenunciável, tal como entendido atualmente. Os direitos e rendas do rei eram considerados face à “constituição tradicional e variável de cada reino”, ou seja, dependente de uma tradição histórica construída.⁶² Desta forma, o rei poderia alienar ou renunciar estes direitos, que não eram inseparáveis de sua pessoa. Esta concepção estava intimamente vinculada à ideia de superioridade da Coroa com relação aos outros poderes, mas não de exclusividade do poder como ocorrerá posteriormente com as doutrinas absolutistas. Desta forma, pode-se pensar que cabia à Coroa um papel de ordenamento do sistema fiscal, prevista pela próprio princípio de cabeça do reino, com a participação de uma série de corpos menores que exerciam as prerrogativas fiscais em nome do rei.

⁶⁰ Portagem era um direito gravado sobre as mercadorias entradas nas povoações. Alexandre Herculano considerava que também era cobrado na saída. Era um dos direitos mais antigos e generalizados em Portugal, sendo mencionado já em 1289. GODOY, MEDEIROS, *Tributos, obrigações e penalidades pecuniárias de Portugal Antigo*, *op. cit.*, p. 104-105.

⁶¹ Ord. Fil., liv. 2, tít. 26. FREIRE, Instituições de direito civil e criminal português, *op. cit.*, p. 12.

⁶² HESPANHA, Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime, *op. cit.*, p. 35, 38.

Se a ideia de domínio eminente e a instituição do padroado explicam uma boa parte dos tributos e estancos cobrados pela Coroa, havia outras contribuições que não se enquadravam nesta situação. Em particular, o alcance e os limites do poder régio sobre a fiscalidade eram explicitados nos momentos nos quais o soberano precisava recorrer aos súditos. Nestas situações, era evidente o caráter intermitente, incerto e provisório, sobretudo em sua legitimidade, que adquiria o nascente Estado fiscal, revelando, ademais, a importância recebida pelo domínio régio estendido.

Além dos donativos para os casamentos régios, as ordenações filipinas indicavam como direito régio o “lançar pedidos, e pôr imposições *no tempo de guerra*, ou de qualquer outra semelhante *necessidade*”.⁶³ Ao fazer estes pedidos e imposições, o rei avançava sobre os bens e direitos dos súditos, alterando sua função principal de “fazer justiça”, entendida como a de manter e conservar os direitos dos corpos e particulares. Segundo Hespanha, para poder violar o funcionamento normal da justiça, e com ela os direitos adquiridos dos particulares, o rei deveria ser dotado de uma prerrogativa extraordinária. O uso da *potestas extraordinaria* exigia uma causa de suprema utilidade pública, parcimônia no seu uso e um caráter temporário.⁶⁴ Era justamente na criação de tributos que se mostravam com toda a clareza os mecanismos deste recurso.

Assim, toda a tributação não legitimada pela ideia de domínio régio estava vinculada a uma necessidade extraordinária e a uma duração limitada. O julgamento desta necessidade tornou-se crescentemente matéria posta fora de pauta nas negociações entre o rei e seus súditos. Como afirma um arbítrio do século XVII: “Coisa certa é que não podem os povos julgar da justiça ou injustiça dos tributos, que seus príncipes lhes impõem”. Ademais, preconizava-se que “os vassallos t[ínham] obrigação de acudir a seu rei, quando o patrimônio não [fosse] bastante para acudir às necessidades da Coroa”.⁶⁵ Percebe-se como ajudar financeiramente ao rei era um dever de todo vassalo e, neste sentido, toda contribuição era considerada, inicialmente ao menos, como um ato voluntário.

Se cabia ao rei lançar tributos, não significava que lhe fosse permitido aprová-los sem consulta. A questão da criação de impostos alicerçava-se sobre dois pilares: o consentimento dos “povos” e a ideia de tributo justo. Na Baixa Idade Média, a

⁶³ Ord. Fil., liv. 2, tít. 26 (grifos meus).

⁶⁴ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 493-494.

⁶⁵ *Apud* SANTOS, Os reflexos do império, op. cit., p. 102, 103.

recuperação e difusão do direito romano forneceram elementos que tanto permitiam o fortalecimento do Estado quanto a capacidade de resistir aos seus intentos. Em particular, retomou-se uma fórmula do código de Justiniano, “*Quod omnes tangit, ab omnibus tractari et approbari debet*”: o que a todos toca, por todos deve ser discutido e aprovado. Inicialmente a máxima havia sido empregada para limitar os poderes do papado, sendo depois transposta para os poderes seculares.⁶⁶

Na Europa ocidental, desde o final da Idade Média, o declínio do consentimento dos “povos” ou dos “estados” no levantamento de novos tributos foi visto como um sinal de fortalecimento do poder régio, e, de forma mais geral, como o indício de um novo paradigma de poder de cariz absolutista. Este consentimento esteve basicamente atrelado à vitalidade das Cortes, restringido sua discussão unicamente a este pólo de poder. A reunião das Cortes definia a forma, duração e montante do imposto, bem como a aplicação do dinheiro ao estrito fim que se destinava.⁶⁷

Em Portugal, no século XVII ocorreria uma alteração secular no relativo equilíbrio entre a Coroa e as Cortes quanto à tributação, sendo inicialmente favorável à segunda. Entre os séculos XIII e XV, como aponta Gama Barros, o mais comum era um embate de forças entre a administração central e as Cortes, nem aquela arrogava para si todo o poder, nem estas conseguiam impedir o lançamento de tributos gerais ou suspender os já existentes, sendo as sisas o exemplo mais notável.⁶⁸ A máxima de Justiniano foi claramente transcrita por frei Pantaleão Pacheco em meados do século XVII ao enfatizar a regra “a que todos atinge, por todos deve ser aprovada”.⁶⁹

A necessidade de consentimento dos povos, reunidos em Cortes, para a criação de tributos foi matéria sujeita a controvérsias ao longo de todo o século XVII e nas primeiras décadas do seguinte. Domingos Antunes Portugal defendia o consentimento nas Cortes, enquanto que Jorge Cabedo possuía posição contrária.⁷⁰ Frei Pantaleão Rodrigues Pacheco, professor de cânones na universidade de Coimbra e depois destacado na embaixada de Roma, apontava a necessidade de reunião das Cortes como

⁶⁶ COSANDEY; DESCIMON. *L'absolutisme en France*, op. cit., p. 113.

⁶⁷ CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998. p. 95, 101, 173-174.

⁶⁸ BARROS, Henrique de Gama. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. v. 1, p. 556-560.

⁶⁹ AMZALAK, Moses Bensabat. *Frei Pantaleão Rodrigues Pacheco e o seu “Tratado da justa exacção do tributo” (1650)*. Lisboa: s.ed., 1957. p. 75, 84.

⁷⁰ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 492 (nota 47).

uma tradição estranha aos portugueses. Segundo Pacheco, o consentimento dos povos era prática comum no reino de Castela, mas não em Portugal.⁷¹ Contudo, atestando a natureza controversa da matéria, é importante observar que ainda nas primeiras décadas do século XVIII persistia a ideia de que “para tributos novos eram necessárias Cortes”, conforme informava um parecer do Conselho da Fazenda em 1720. Até 1723, falava-se na necessidade de se convocar as Cortes em caso de matérias gerais. Igualmente notável era a recusa da reunião em Cortes. Para um membro do Conselho da Fazenda cabia ao rei decidir da pertinência ou não de convocar os estados.⁷²

Ao final do século XVIII, mesmo alguns juristas que defendiam o poder régio entendiam que o consentimento das cortes quanto à criação dos tributos era uma tradição da monarquia portuguesa, de resto caracterizada como sem peias semelhantes às que vigoravam na Espanha e na França. Conforme dizia Pascoal de Melo Freire em 1789, a despeito de Portugal ser considerada, pelo jurista, como a “monarquia mais absoluta e independente” da Europa:

Nunca se duvidou do livre uso e exercício de todos os direitos majestáticos, à exceção do de impor novos tributos, em que o povo queria sempre ser ouvido, advertindo porém, que os direitos das alfândegas e portagens das mercadorias por mar e por terra, e das feiras, e em geral os impostos sobre compras e vendas sempre foram privativos do rei.⁷³

A despeito destas contendas de opinião favoráveis e desfavoráveis às reuniões, na prática a perda de importância das Cortes na obtenção do consentimento fiscal é observável ao início dos Setecentos. A última reunião das Cortes ocorreria em 1697-8. No início do século XVIII, o ouro e o tabaco do Brasil propiciariam facilidades à Coroa, liberando-a da consulta aos Três Estados em matéria fiscal. Em 1706 houve o

⁷¹ AMZALAK, Frei Pantaleão Rodrigues Pacheco e o seu “Tratado da justa exacção do tributo” (1650), *op. cit.*, p. 75, 84.

⁷² Lisboa, 4 dez. 1720. Voto de José da Cunha Brochado no Conselho da Fazenda sobre impostos e Corte. In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. O absolutismo de d. João V. In: *Páginas dispersas*. Estudos de história moderna de Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1995. p. 205-206.

⁷³ FREIRE, Pascoal de Melo. Resposta que deu o desembargador Pascoal José de Melo Freire dos Reis às censuras, que sobre o seu plano do novo código de direito público de Portugal fez, e apresentou na Junta da Revisão o dr. Antonio Ribeiro dos Santos. In: *Notas ao plano do novo código de direito público de Portugal, do dr. Pascoal José de Melo, feitas e apresentadas na Junta da Censura e Revisão pelo dr. Antonio Ribeiro em 1789*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1844. p. 62-100, ver p. 87.

lançamento de um novo tributo e no ano seguinte d. João V foi aclamado rei sem a convocação das Cortes, dois pontos centrais que justificavam as reuniões.⁷⁴

Segundo Pedro Cardim, de acordo com os tratados jurídicos seiscentistas, um tributo justo dependia de uma necessidade considerada urgente por todos, deveria visar ao “bem comum”, ser proporcional à riqueza de cada pessoa, não incidir sobre bens de primeira necessidade e respeitar as distinções corporativas.⁷⁵ Em meados do século XVII, frei Pantaleão Rodrigues Pacheco indicava em um tratado sobre o tema os requisitos que justificavam a imposição de um tributo: o poder daquele que o impõe, ou seja, o rei de Portugal, a justa causa do tributo e uma proporção equilibrada do peso fiscal sobre os contribuintes.⁷⁶

Estes princípios de tributação possuíam origem na interpretação de São Tomás de Aquino e depois difundida pelos escolásticos, especialmente a escola de Salamanca. Um deles, Francisco Suárez, é abundantemente citado por frei Pantaleão. O imposto considerado justo deveria obedecer três princípios calcados na metafísica e na ética de Aristóteles: *causa finalis*, *causa efficiens* e *causa formalis*. A *causa finalis* referia-se à finalidade legítima do imposto, uma vez que cessasse a causa o imposto deveria ser suspenso. A *causa efficiens* estava relacionada à soberania fiscal, o que dentro do direito romano era um direito exclusivo do imperador, ainda que pudesse ser consentido a comunidades ou pessoas privadas. Por último, a *causa formalis* referia-se à proporcionalidade do tributo, pois o peso fiscal deveria ser repartido igualmente segundo a capacidade de contribuir da riqueza de cada um, sem produzir o empobrecimento.⁷⁷

Em resumo, “poder, causa e proporção”, como dizia um manuscrito português do século XVII, que também acrescia no rol um quarto critério, a saber, a distinção entre os tributos pesados aos súditos, ainda que de causa justa, e aqueles úteis e sem dano aos vassalos. A ausência de uma destas qualidades conduzia, ao menos teoricamente, à desobrigação fiscal: “faltando algum destes, não obrigará o tributo, e será pecado impô-lo em matéria de restituição”, afirmava-se no mesmo documento. Assim, se por um lado

⁷⁴ ALMEIDA, O absolutismo de d. João V, *op. cit.*, p. 183-189.

⁷⁵ CARDIM, *Cortes e cultura política...*, *op. cit.*, p. 95, 101, 173-174.

⁷⁶ AMZALAK, *Frei Pantaleão Rodrigues Pacheco...*, *op. cit.*, p. 75, 84.

⁷⁷ ISENMANN, Eberhard. Les théories du Moyen Age et de la Renaissance sur les finances publiques. In: BONNEY, Richard (Dir.). *Systèmes économiques et finances publiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. p. 3-35, ver p. 14-20.

os argumentos jurídico-teológicos facilitavam a construção de um discurso legítimo da expansão do poder régio, por outro forneciam elementos de dissuasão popular e circunscrição da autoridade dos reis em relação à extração de recursos dos súditos.⁷⁸

Embora existissem algumas rendas não consignadas, o lançamento de tributos estava, na maioria das vezes, vinculado estritamente a uma justificativa legítima, sua *causa finalis*. Segundo António de Oliveira, ao tratar do Portugal seiscentista, todo imposto era considerado extraordinário e temporal, “devia ser suspenso logo que fosse atingido o quantitativo fixado ou terminada a causa que lhe deu origem, mesmo que a contribuição não estivesse toda satisfeita”.⁷⁹ A ideia contemporânea de uma receita geral aplicada para o pagamento de despesas indiscriminadas, ou de forma mais precisa, a de que seria possível manipular livremente os recursos em caixa, era completamente estranha à fiscalidade do Antigo Regime. Segundo Hespanha, ao tratar da fiscalidade portuguesa do século XVII, “a fazenda se repartia numa pluralidade de fundos dotados de grande autonomia e afetados a certas finalidades ou despesas pré-fixadas”.⁸⁰ As razões para assim se proceder residia tanto na própria lógica de criação dos tributos, quanto no peso das formas variadas de coleta e administração de cada tributo, como indica William Beik para o caso francês.⁸¹

Ademais, os rendimentos estavam atrelados a um molde fixo, que tornava aguda a falta de recursos específicos, mesmo quando havia alguma abundância geral. Apenas a partir desta lógica é possível compreender um trecho do já citado parecer do Conselho da Fazenda que afirmava, em 1720, não existirem “rendas livres que sofram ou importem esta nova maior despesa, ou que possam divertir-se de suas antigas consignações”.⁸² Desta forma, por exemplo, a receita excedente de um tributo utilizado para o pagamento das despesas eclesiásticas não poderia ser aplicada ao sustento de fortificações e guarnições militares que porventura estivessem em agruras financeiras. A alteração do destino dos rendimentos estava sujeita à autorização régia, constituindo matéria grave a malversação das rendas pelos governadores ou pelas câmaras no pagamento de outros dispêndios.

⁷⁸ SANTOS, Os reflexos do império, *op. cit.*, p. 102.

⁷⁹ OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990. p. 107.

⁸⁰ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, *op. cit.*, p. 243.

⁸¹ BEIK, William. *Absolutism and Society in Seventeenth-Century France*. State Power and Provincial Aristocracy in Languedoc. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 246.

⁸² ALMEIDA, O absolutismo de d. João V, *op. cit.*, p. 205.

Para além das peculiaridades portuguesas, deve-se notar que muitos destes aspectos estavam vinculados a uma cultura fiscal compartilhada pelas monarquias católicas da Europa ocidental, especialmente no século XVII. Na França, mesmo na segunda metade da centúria, o lançamento de tributos era visto de maneira circunstancial, insistindo-se na ideia de que a Coroa deveria sobreviver com as rendas do domínio público. Como em Portugal, era comum na época a concepção de que todo tributo deveria ser necessário e justo, tão logo extinto por ocasião do término das circunstâncias que haviam permitido sua criação. Mesmo Luís XIV, tido por absolutista, insistia no carácter provisório dos tributos e houve algum *frisson* quando Vauban ao final do século propôs a capitação, imposto que, além de direto, seria mantido nos tempos de paz.⁸³

Enquanto as semelhanças entre Portugal e França ocorriam no campo da ideia de *causa finalis*, as similitudes entre Portugal e Espanha eram ainda mais notáveis devido à união dinástica e aos intercâmbios culturais entre os dois reinos. Assim como em Portugal, os teólogos e jurisconsultos espanhóis fundamentavam suas opiniões sobre o tributo justo nas correntes escolásticas desde o final do século XVI. Da mesma forma, havia controvérsias entre aqueles que defendiam o consentimento dos povos para a aprovação dos tributos, denominados de constitucionalistas ou republicanos, e outros contrários ao procedimento, tidos por pró-absolutistas.⁸⁴

⁸³ MEUVRET, Jean. Comment les Français du XVIIe siècle voyaient l'impôt. In: *Études d'histoire économique*: recueil d'articles. Paris: Armand Colin, 1971. (Cahiers des Annales, 32). p. 295-308, ver p. 296-298.

⁸⁴ JAGO, Charles J. Tributes and political culture in Castile, 1590-1640. In: KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey (Ed.). *Spain, Europe, and the Atlantic world: essays in honour of John H. Elliot*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 48-72.

Como já observado, o rei poderia delegar o direito de lançar tributos a terceiros, mas segundo uma ordem bastante hierárquica. De acordo com o douto frei Pantaleão Pacheco, “as cidades inferiores não pod[iam] impor coletas, precisamente porque reconhec[iam] superior, cuja autoridade [eram] obrigadas a esperar”, ou seja, as cidades só poderiam impor tributos, caso lhes fosse concedida essa faculdade pelo soberano.⁸⁵ Na gestão da América portuguesa, a Coroa podia conceder alguns dos seus direitos, entre eles o de lançar tributos, às corporações. É importante notar que não se tratava de uma adjudicação permanente e estrutural presente em todo o período da colonização. Segundo a interpretação de Viveiros de Castro, as câmaras nunca tiveram liberdade no lançamento de novos tributos, apenas na obtenção de fintas extraordinárias para a realização de obras. O rei reservara para si o direito de tributar e não pedia o consentimento dos povos para realizar os lançamentos.⁸⁶ Mesmo um ardente defensor do estudo das câmaras como Charles Boxer notou os limites do poder municipal em inovações fiscais não-autorizadas que afetassem as finanças da Coroa. Segundo Charles Boxer: “*The decisions of the Camara [sic] in municipal matters could not be set aside or revoked by superior authority, save only if they involved unauthorized innovations which might adversely affect the Crown’s finances*”.⁸⁷

Em tese, a propriedade de criar tributos, direito real como afirmavam as ordenações, deveria ser sancionada por medida régia, após permissão do soberano. Em 1692, por exemplo, uma carta régia indicava que

(...) os povos de todo o Estado do Brasil tomaram para si, como meios de sua conservação sustentar os presídios, necessários para a sua defesa, *dando-lhe eu a permissão* de lançarem aqueles tributos que fossem precisos para o pagamento das milícias e mais suaves a seus vassalos, sem concorrer a minha fazenda para este mais, que com as fardas.⁸⁸

⁸⁵ AMZALAK, Frei Pantaleão Rodrigues Pacheco..., *op. cit.*, p. 75, 84.

⁸⁶ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. História Tributária do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 78, parte I, p. 7-283, 1915, ver p. 12-16.

⁸⁷ BOXER, Charles Ralph. *Portuguese Society in the Tropics: the Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965. p. 9.

⁸⁸ ABNRJ, v. 46, p. 14. Lisboa, 21 dez. 1692. “Carta régia pela qual se autorizou o aumento do efetivo da infantaria da guarnição da praça do Rio de Janeiro e se permitiu a criação de impostos para o pagamento das respectivas despesas”. Grifos meus.

A jurisdição sobre o lançamento dos tributos tocava em um ponto essencial das relações entre o poder da Coroa e das câmaras. Portanto, cabe analisar com mais vagar as razões pelas quais se observa nos Seiscentos, primeiro no reino, depois nos domínios, uma delegação deste poder para as edilidades.

A trajetória de Lisboa, neste aspecto, parece exemplar. Segundo Catarina Madeira Santos, nas primeiras décadas do século XVII, as disputas e guerras entre o império espanhol e a Holanda, o declínio do comércio português e a necessidade de financiamento das armadas da carreira da Índia e do Brasil, antes realizadas por instituições da administração central ultramarina, conduziriam a uma nova distribuição de poderes no reino que redefiniria os atributos jurisdicionais da câmara de Lisboa tendo em vista o financiamento dos custos imperiais. Em uma situação de falência das rendas reais, especialmente após 1627, Lisboa tornar-se-ia a “banqueira da Coroa”, mas também, enquanto cabeça do reino, um pólo mediador importante entre Madrid e as outras cidades portuguesas, além de um espaço alternativo de representação política concorrente às reuniões das Cortes, então em refluxo nas décadas de 1620 e 1630. A incursão da administração lisboeta no financiamento do império representava uma ruptura na antiga ordem que previa apenas a manutenção de gastos da cidade, ao tomar por ideal o paradigma da administração da casa (o sentido original do termo economia) e a provisão de necessidades comuns à localidade.⁸⁹

Do outro lado do Atlântico as coisas tomavam rumo semelhante, expandindo as jurisdições camarárias para além do modelo tradicional, pautado na manutenção da ordem político-social e na conservação dos poderes detidos pelos súditos e instituições. Se Lisboa era a banqueira da Coroa, as câmaras do ultramar eram seus pequenos capitalistas. O aumento da jurisdição fiscal das câmaras na América portuguesa não era um fato fortuito, mas decorrente da expansão de suas atribuições jurisdicionais na manutenção do império colonial. Esta política foi utilizada de forma deliberada pela Coroa portuguesa que abdicava temporariamente da prerrogativa régia no lançamento de tributos, conservando, contudo, uma função primordialmente supervisora e regulatória.

Esta mudança na jurisdição das câmaras coloniais é perceptível antes e depois dos conflitos bélicos no nordeste brasileiro. Antes da guerra com os holandeses, o

⁸⁹ SANTOS, Os reflexos do império, *op. cit.*

lançamento de tributos dependia da aprovação régia, após o envio de petição das câmaras ao rei. Em 1619, permitiu-se à câmara do Rio de Janeiro tributar o vinho tendo em vista o transporte de água da “Carioca” e as obras do conselho municipal. Na mesma época, primeiro em Pernambuco (1618), depois na Bahia (1619), foram acordados donativos locais de quatro vinténs (80 réis) por caixa de açúcar pelo tempo de cinco e seis anos para o custeio de uma armada que defendesse a costa. O processo não era tão pacífico, rendendo divergências quanto ao valor e à duração do donativo em Salvador. Ademais, a câmara de Salvador não aceitou a oferta do donativo feita por alguns lavradores, senhores de engenho e mercadores. Houve atritos entre os edis e o governador-geral quanto à conveniência do tributo que, arguiam os primeiros, resultaria mais em dano do que proveito.⁹⁰ Um século depois, os homens de negócio soteropolitanos ainda procuram dissuadir o rei de um novo tributo, considerado injusto pela falta de convocação e audiência dos “povos”, com o legítimo ajuste em Cortes.⁹¹ No entanto, são súplicas reduzidas à capital letrada, que indicam as raras referências explícitas à necessidade de consentimento do lançamento de tributos pelos vassalos americanos.

As razões que teriam levado a Coroa a permitir a criação de tributos pelas câmaras ultramarinas eram de ordens distintas. A primeira delas refere-se às próprias dificuldades financeiras do reino, aliada ao declínio das rendas da Índia portuguesa, que o impediram de levar a cabo o custo de toda a defesa colonial. A segunda razão, de caráter político, era o temor de novas revolta fiscais, como ocorrera entre o período de 1629 e 1638, que desestabilizassem a incerta legitimidade de uma casa senhorial recém-empossada como família real. A despeito da tão citada criação da décima, havia certo pacto no reino que imobilizava os impulsos extrativos da dinastia de Bragança sobre seus súditos europeus, medida, aliás, que trazia à memória o famigerado governo filipino. Assim, explica-se certo desafio das câmaras do reino após a independência de Castela e a transferência dos custos do império para as câmaras ultramarinas.

A partir de 1641 e até bem depois da guerra da Restauração, os conflitos bélicos com os holandeses, a guerra dos Bárbaros e a defesa da recém-criada Colônia de

⁹⁰ SALGADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (Eds.). *Livro 1º do governo do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de História e Documentação Diplomática/Ministério de Relações Exteriores, 2001. p. 304, 310-311, 328-329, 334-335, 341-346.

⁹¹ FIGUEIREDO, Narrativas das rebeliões, *op. cit.*, p. 13.

Sacramento ocasionaram uma intensa criação de novos tributos administrados pelas câmaras, além de fintas e donativos, enquanto as provedorias mantiveram em seu domínio administrativo os contratos dos dízimos e da pesca da baleia.⁹² Entre 1642 e 1714, a câmara de Salvador arcou inteiramente com o sustento da guarnição da cidade, depois ainda mais onerada com o dote de casamento e a paz da Holanda, por meio da tributação do vinho, aguardente e açúcar. Não por acaso, o peso fiscal, ao lado da fidelidade ao novo príncipe da casa de Bragança, tornou-se uma moeda de troca com a Coroa ao pedir a extensão dos privilégios do Porto para a câmara soteropolitana, medida obtida em 1646. No caso do Rio de Janeiro, os tributos também incidiam sobre o comércio de azeite, tabaco e escravos, em geral com destino ao pagamento de tropas e fortificações, mas depois podiam ser revertidos para obras em aquedutos e no pagamento dos governadores.⁹³ Parte do donativo da paz da Holanda e do dote da rainha da Inglaterra foi direcionada para o socorro das naus da Carreira da Índia, a construção de embarcações e de um estaleiro em Salvador e para o sustento da Colônia de Sacramento. Além disso, muitos deixaram de ser subsídios temporários para se transformarem em impostos permanentes.⁹⁴

Por fim, para além do ônus da guerra e da paz holandesa, cabe considerar que o fortalecimento do poder fiscal das câmaras ultramarinas representava, em tese, um crescimento considerável da capilaridade tributária do Estado português. Propõe-se na época da ocupação holandesa, a extensão da décima para o Estado do Brasil visando à arrecadação da quantia elevada de quase 903.000 cruzados (361:200\$000 réis) para o resgate de Brasil, Angola e São Tomé.⁹⁵ Poucos anos depois, o dote da rainha custaria

⁹² GUIMARÃES, Vitorino. *As finanças na guerra da Restauração (1640-1658)*. Lisboa: s.ed., 1941. (Separata da "Revista Militar"). CARRARA, Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, *op. cit.*, p. 9-11. CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII*, *op. cit.*, p. 61-72. ARAÚJO, *Em nome do rei e dos negócios*, *op. cit.*, p. 131-133. Em Pernambuco e na Bahia, o complexo financiamento da guerra, antes, durante e após os conflitos holandeses foi tratado por Evaldo Cabral de Mello e Wolfgang Lenk. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007. p. 143-176. LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada, área de História Econômica), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. p. 193-276.

⁹³ BOXER, *Portuguese Society in the Tropics*, *op. cit.*, p. 74-80. FIGUEIREDO, Equilíbrio distante, *op. cit.*, BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do império. In: FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 189-221, ver p. 199-200.

⁹⁴ FERREIRA, *Amor, sacrifício e lealdade*, *op. cit.*, p. 104, 133-134.

⁹⁵ Mss. Cad., v. 1, p. 356-357. S.l., s.d. Proposta de lançamento da décima no Brasil.

320.000 cruzados (128:000\$000 réis) e a paz holandesa 1.920.000 (768:000\$000 réis), perfazendo 2.240.000 cruzados (896:000\$000 réis) a serem pagos ao longo de dezesseis anos.⁹⁶ Já em 1656, um membro do Conselho de Estado apontava a necessidade do Estado do Brasil, restaurado apenas dois anos antes, contribuir com o que fosse preciso para pagar à Holanda, pois do reino não se podia “tirar um vintém”.⁹⁷ Nos cálculos de uma dinastia recém-empossada, antes que o ouro tornasse o Brasil a vaca leiteira de Portugal, o açúcar, o pau-brasil e as drogas do sertão seriam um lastro seguro para o lançamento de impostos, poupando o reino.

A visão de um opulento Brasil, manancial fácil para uma monarquia fragilizada na Europa, não condizia exatamente com a prática. As tendências centrífugas expressas pelas câmaras foram em parte subestimadas pela Coroa portuguesa no século XVII, pois não bastava criar impostos, era preciso fazer com que eles fossem aplicados no destino certo, quando gastos nos próprios domínios, ou enviados para o reino, caso do donativo da paz da Holanda e do dote da rainha da Inglaterra. Na época do governo de d. Luís de Sousa (1617-1621), reclamava-se que os edis pernambucanos, além de criarem uma imposição por vontade própria sem ordem régia, aplicavam as rendas “em uso e proveito próprio” na construção de fontes, pontes, igrejas e calçadas, gastando os moradores “por sua própria ordem e sem intervenção de ministro algum de [Sua] Majestade”.⁹⁸ A ideia de que o rei não tirava nenhum rendimento do Estado do Brasil, pois tudo se gastava lá, para sua defesa, também não era incomum. Quase seis décadas depois, em 1685, condenava-se a mesma câmara de Olinda, dizendo-se que os vereadores tratavam como próprias as rendas reais, gastando e destinando a bel prazer o que restava depois de pagos os dois terços de soldados e o forte de Brum. Sugeriu-se a indicação de um vedor-geral, que limitasse os gastos da câmara, e a supervisão das contas pelo ouvidor-geral.⁹⁹

Também incomodava muitíssimo o caráter fragmentário da tributação, bem próxima da imagem apresentada por António Manuel Hespanha de uma monarquia polissinodal. Mas a liberdade de meios permitidos às câmaras quanto à cobrança dos

⁹⁶ FERREIRA, *Amor, sacrifício e lealdade*, *op. cit.*, p. 98.

⁹⁷ Mss. Cad., v. 1, p. 165-166. S.l., 21 fev. 1656. Consulta do Conselho de Estado.

⁹⁸ Livro 1º do governo do Brasil, *op. cit.*, p. 304-305.

⁹⁹ Mss. Cad., v. 1, p. 277. Recife, 13 ago. 1685. Carta para el-rei em que relata o que se passava na câmara da cidade de Olinda.

impostos, tida por “monstruosa” pelo conde de Óbidos em 1667, reduzia-se à univocidade do fim:

Pois já na consideração da diversidade dos negócios, e inclinações dos habitantes de cada capitania, se deixou a princípio livre a cada uma a forma em que se devia cobrar o que lhe tocava. E vem verdadeiramente a ser monstruosa, em todas as do Estado; porque, nenhuma se ajusta com outra, e nesta variedade de todas, se não atina com a que pode ser comum a todo o Estado. *O fim é pagar-se.* O tempo há de ser quem aprove o meio que for mais acertado, e esse se seguirá.¹⁰⁰

Não obstante a ampliação das jurisdições camarárias quanto à fiscalidade, os donativos da paz da Holanda e casamento da rainha representavam uma viragem nas relações entre a Coroa e seus súditos americanos conforme delineada no período bélico. Os donativos seriam a primeira grande pulsão extrativa amplamente organizada sobre a colônia, bem como a primeira intervenção fiscal significativa do Conselho Ultramarino nos domínios americanos. Entre as inovações, destaca-se a tentativa de ordenamento da finalidade dos tributos, estabelecendo uma hierarquia entre meios, definidos pelos membros do corpo político, e fins, definido pela cabeça régia, perspectiva que persistirá até a criação do donativo para a reedificação de Lisboa após o terremoto de 1755. Como afirmava o conde de Óbidos, não importavam os meios, apenas os fins, sobre os quais era preciso ter controle.

Cabe considerar, assim, a capacidade de ordenamento da Coroa nos domínios ultramarinos. Mesmo em sistema de poderes concorrentes da monarquia pré-estadualista (polissinodal e corporativa), as conquistas apresentavam-se como um território livre dos pesos jurisdicionais que deviam ser respeitados no reino. No ultramar, comparado à península, a Coroa era o poder preeminente e sem rivais à altura, especialmente após a incorporação das capitanias donatárias, que possuíam atributos senhoriais. Na América, a Coroa exercia a justiça, enquanto manutenção da ordem, mas sobretudo dispunha de um enorme espaço para intervenção régia, liberto das restrições particularistas que afetavam sua ação no reino. No ultramar, a Coroa podia articular e direcionar minimamente as ações das câmaras coloniais e dos agentes privados em torno de algumas finalidades cambiantes.

¹⁰⁰ DH, v. 6, p. 25-27. Bahia, 7 abr. 1664. Carta do conde de Óbidos ao governador da capitania do Rio de Janeiro, Pedro de Mello. Grifos meus.

Decerto estas intenções eram reduzidas pela eficácia restrita dos instrumentos de disciplina e controle, mas não se pode obliterar as potencialidades abertas pelo império para a afirmação do poder régio. Cabe considerar, ainda, os efeitos deste fortalecimento da Coroa sobre o equilíbrio de poderes no reino, mitigando os efeitos da doutrina jurisdicionalista na restrição do poder governamental. Como afirma Hespanha, a expansão ultramarina criara uma enorme fonte de remunerações: ofícios e cargos civis e militares, direitos ao comércio com as Índias, novas rendas para distribuir tenças e padrões de juros e novas recompensas para a nobreza reinol. Em suma, os domínios constituíam um gigantesco fundo de capital territorial, econômico e simbólico à disposição da Coroa.¹⁰¹

Ao final do século XVII e nas primeiras décadas do seguinte, os conflitos quanto ao destino da Colônia de Sacramento, a descoberta das minas auríferas, os motins e revoltas em pontos vitais do império (Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro), além da vulnerabilidade do império português durante a Guerra da Sucessão espanhola aos ataques estrangeiros fomentariam outras mudanças no modelo político seguido até então.¹⁰² No novo século, os vínculos do Reino com seus domínios americanos passarão a depender crescentemente de estratégias fundadas na ideia de império, em contraponto ao auto-governo praticado anteriormente pelas câmaras.¹⁰³ O povoamento, o aumento da Real Fazenda e a defesa militar direcionados pela Coroa, e não mais deixados a cabo dos colonos, farão parte dos argumentos apresentados pelos membros do Conselho Ultramarino, órgão central nos novos destinos do império.¹⁰⁴ Ainda que boa parte destas atividades continue a ser feita pelos colonos, haveria uma preocupação crescente em lhes dar um sentido e uma direção articulada pelo rei e pelo Conselho.

No tocante às câmaras, a mudança do sistema de eleição dos vereadores, a nomeação de ouvidores régios e a intervenção dos juízes de fora na década de 1690 são tomadas tradicionalmente como limites aos poderes locais. Do ponto de vista

¹⁰¹ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 496.

¹⁰² PUNTONI, O governo-geral e o Estado do Brasil, op. cit. BICALHO, Inflexões na política imperial no reinado de d. João V, op. cit. SOUZA, *O sol e a sombra*, op. cit., p. 78-108.

¹⁰³ FRAGOSO; GOUVÊA, Monarquia pluricontinental e repúblicas, op. cit.

¹⁰⁴ Entre os argumentos do Conselho Ultramarino, conferir, por exemplo: AHU, Conselho Ultramarino, cód. 239, fl. 107. Lisboa Ocidental, 25 fev. 1743. Consulta do Conselho Ultramarino. “Sobre a conta, que dá o governador da capitania de São Paulo da oposição em que se acham o ouvidor daquela comarca e o juiz de fora da vila de Santos, e da necessidade que há de se mandarem famílias deste reino para povoação daquelas minas”.

exclusivamente fazendário, diversas tendências opuseram-se ao crescimento da autonomia dos poderes locais observado no século XVII. No Estado do Brasil, já a própria formação do governo-geral não prescindiu em utilizar as câmaras, incorporando-as à estrutura geral de poder, para financiar e abastecer os terços criados. O Conselho Ultramarino, não tanto quando da sua criação, mas após 1661, tendeu a controlar mais as câmaras, além de aumentar o peso fiscal com o donativo para a paz da Holanda e para o dote de casamento da rainha da Grã-Bretanha, reduzindo a autonomia financeira da primeira metade do século. Após 1696, a introdução dos juízes de fora possuía também motivações fiscais, quanto ao controle dos descaminhos e prejuízos à Real Fazenda ocasionados pela alegada má gestão das câmaras. Conforme informava uma consulta do Conselho Ultramarino ao final do século XVII:

(...) desde a Bahia fizera presente a Vossa Majestade quanto convinha não só à boa administração e aumento dos direitos reais que as câmaras administram, haver naquela cidade, nas de Olinda e Rio de Janeiro juízes de fora e era sem dúvida, que mais perdia a Fazenda Real com a falta destes ministros nas câmaras do que podem importar muito copiosos que dela se lhes dessem.¹⁰⁵

Por fim, o que não é apontado na historiografia, o crescimento das rendas da alfândega e da Casa da Moeda a partir do início do século XVIII libertou a fazenda fluminense da estrita dependência da câmara para arcar com os custos da defesa imperial. Dispondo destas rendas, as negociações com a elite local e as perigosas sublevações fiscais seriam menos frequentes. Ademais, como será analisado posteriormente de forma mais detida, desde o início do século XVII até a década de 1720, vários tributos antes arrecadados e administrados pelas câmaras passaram para as provedorias e tiveram seus contratos leiloados em Lisboa pelo Conselho Ultramarino, notadamente no caso do Rio de Janeiro e de Olinda, em claro processo de centralização dos poderes fazendários. Na década de 1750, outro golpe no poder local ocorreria com a transferência do controle camarário sobre a fixação de preços do açúcar, tabaco e outros gêneros para as mesas de inspeção.¹⁰⁶

¹⁰⁵ ABNRJ, v. 39, p. 252. Lisboa, 10 nov. 1699. Consulta do Conselho Ultramarino, acerca de diversas informações sobre a criação de lugares de juízes de fora em Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande.

¹⁰⁶ ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, op. cit., p. 422-424. PUNTONI, O conchavo da farinha, op. cit., p. 5.

Na América portuguesa, o declínio do modelo pré-estadualista na primeira metade dos Setecentos não se afigurou como uma renúncia completa às antigas práticas, tampouco como o surgimento pleno de outro paradigma de poder ou como a afirmação irrestrita da centralidade do poder régio. Não obstante os novos ventos, ainda perduravam diversos atenuantes da tradição corporativista na gestão imperial: o governo por conselhos, a consulta aos povos, a busca por adequações locais e a intermediação das câmaras. Ainda havia espaços, embora não tão amplos, para a atuação municipal, como atestavam os pedidos de isenção fiscal dirigidos ao rei e ao Conselho Ultramarino alegando pobreza. Como praticado desde a década de 1660, não era incomum o alongamento dos prazos dos donativos e a alteração das alíquotas de cada capitania. Além disso, as câmaras podiam escolher os meios de arrecadação e os gêneros a serem tributados. Também criticavam se os rendimentos dos tributos não eram aplicados aos fins previstos, o que era desastroso quando se tratava da defesa, e buscavam insistentemente reorientar os tributos existentes para outros destinos. Ademais, podiam resistir aos impulsos extrativos de Lisboa ao reterem por anos o envio dos rendimentos e dos documentos comprobatórios das remessas correspondentes.

Mesmo sob uma perspectiva governamental, a determinação da Coroa não significava necessariamente inflexibilidade na primeira metade do século XVIII. A ideia de um controle ponderado parece dominar o ideário dos homens de governo. De maneira um tanto simplificada, buscava-se evitar os extremos da ordem e da desordem: a pecha de governo despótico e o perigo dos motins. O despotismo era amiúde associado aos impérios orientais, como afirmava Alexandre de Gusmão ao governador de Angola, acusando-o de governar à maneira dos paxás da Turquia. “Faça justiça, favoreça o comércio, respeite a religião, e procure favorecer os interesses dos povos, sem prejuízo do Estado” é uma síntese do conselheiro a ser seguida pelos governadores no ultramar.¹⁰⁷ Todos os procedimentos que fomentassem “queixas ao trono” deveriam ser evitados. Por outro lado, como aponta Laura de Mello e Souza em sua análise sobre o conde de Assumar, os vassalos deviam obediência ao soberano, sendo o recurso ao temor plenamente justificado durante as sublevações, nas quais se recorria ao castigo como remédio para o perigo da sedição.¹⁰⁸ Em ambos os casos, havia o pressuposto de

¹⁰⁷ Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, Coleção Lamego, Col. ML, 136.22, doc. 41. Lisboa, 21 mar. 1747. Ofício de Alexandre de Gusmão ao governador de Angola.

¹⁰⁸ SOUZA, *O sol e a sombra*, op. cit., p. 185-252.

que os excessos dos representantes régios e dos vassallos, mas nunca o rei, colocavam em risco a estabilidade almejada pelo soberano.

A linguagem política da época contém algumas expressões que indicavam a necessidade de auscultar os anseios locais, sem que tal abertura implicasse uma desistência dos fins almejados pela Coroa. Quanto à fiscalidade imperial, um tópico recorrente era a ideia da suavidade dos tributos, disseminada ainda no século XVII. Com ou sem ilusões, os homens do governo imperial acreditavam na justiça que permeava suas escolhas fiscais, por mais desiguais que estas possam parecer ao julgamento hodierno. Nas Índias de Castela, havia indícios, ao menos no plano normativo, de que as diretrizes de governo apontassem em semelhante direção. O cuidado e diligência dos vice-reis e governadores com a cobrança e a administração da *Real Hacienda* andavam de mãos dadas com a recomendação de não prejudicar os vassallos:

(...) *que consiguiendose los buenos efectos, que confiamos, por ninguna via sean molestados los Españoles, ni Indios, antes bien tratados los unos, y los otros, por ser esto de lo que depende el mayor aumento, y segura conservacion de aquellos Reynos.*¹⁰⁹

O capítulo sobre a *alcabala*, um dos tributos mais importantes, aconselhava que os vice-reis continuassem a cobrá-la “*con suavidad, y buenos medios*”.¹¹⁰ Segundo Ruiz Ibáñez, os pedidos fiscais nunca eram apresentados de forma arbitrária ou gratuita, expondo o soberano o caráter inevitável do seu apelo financeiro aos súditos para superar “os infortúnios e perigos do presente”. No entanto, face à inevitável exação, o soberano sempre buscava o meio mais suave para realizar esta cobrança.¹¹¹

Por sua vez, na América portuguesa, por “suavidade” de tributos compreendia-se a busca por moderação e igualdade, bem como se evitar “queixa alguma do povo”, no estabelecimento de contribuições. Conforme um parecer do Conselho Ultramarino, escrito em 1653, “ser[ia] justo que os meios [fossem] os mais suaves, e a que eles voluntariamente se acomod[assem]”.¹¹² Na mesma época, denunciava-se o peso

¹⁰⁹ *Recopilación de las Leyes de las Indias*. Liv. 3, tít. 3, lei 55; Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/ntley/LeyIndiaP.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

¹¹⁰ *Recopilación de las Leyes de las Indias*, liv. 8, tít. 13, lei 1.

¹¹¹ RUIZ IBÁÑEZ, Logiques et espaces de la négociation fiscale..., *op. cit.*

¹¹² *Apud* LENK, *Guerra e pacto colonial*, *op. cit.*, p. 262, ver também outras citações sobre os tributos “suaves” nas p. 61, 195, 220, 259 e 260.

intolerável dos tributos pela falta de conhecimento acerca da realidade local, propondo-se uma tributação mais suave:

E porque as coisas da Bahia vão em grande declinação, por serem menos considerados os meios que tomaram para o pagamento do presídio, e outras ocorrências, assim militares, como políticas, sendo quase intolerável o gravame das fazendas e pessoas, pelo pouco conhecimento que devia ter das qualidades da terra que arbitrou os tributos; ele Gaspar de Brito se oferece a apontar novos meios, para remédio das necessidades presentes; de que resultem sem comparação maiores aumentos à Fazenda Real, sendo mais suave ao povo, e em grande benefício daqueles vassalos e do serviço e fazenda de Vossa Majestade.¹¹³

É verdade que não havia um conceito muito preciso, mas uma orientação geral quanto ao comedimento no lançamento e cobrança dos tributos, procurando soluções negociadas com as elites locais. Instrui-se, por exemplo, o capitão-mor da Paraíba em 1713 a introduzir com suavidade a dízima da alfândega, que fora mal recebida em todo o Estado do Brasil, segundo o procurador da fazenda: “como os tributos são odiosos aos povos é necessário introduzi-los com suavidade, e depois fica mais fácil qualquer alteração”. A suavidade no caso era se estimar a alíquota sobre o preço pago na Paraíba, ao invés do valor do reino, e permitir a cobrança da dízima dos donos ou comissários das fazendas em prazos maiores, de 3 a 6 meses.¹¹⁴

Um parecer do Conselho da Fazenda, emitido em 1720, indicava a presença da mesma ideia para o governo do reino, evitando o que se considerava como “violenta e inútil exação” na justa apreciação da renda dos contribuintes:

¹¹³ ABNRJ, v. 39, p. 41. Lisboa, 13 jan. 1645. Consulta do Conselho Ultramarino, sobre os alvitres apresentados por Gaspar de Brito Freire para o desenvolvimento do comércio e dos rendimentos da Fazenda Real do Estado do Brasil.

¹¹⁴ DH, v. 98, p. 170-172. Lisboa, 13 fev. 1713. Consulta do Conselho Ultramarino. Para dois exemplos do século XVII, conferir: DH, v. 4, p. 82-83. Bahia, 21 mai. 1658. “Provisão que se enviou à capitania do Espírito Santo para os oficiais da câmara dela suprirem o que faltar aos direitos dos vinhos, por contribuição do povo”. DH, v. 4, p. 130. Bahia, 2 jun. 1665. “Alvará acerca do que se abateu nos subsídios dos vinhos, e avisos que se enviaram à ilha da Madeira, e passou o presente para ir por via de Pernambuco”.

(...) se devem considerar e propor a Vossa Majestade os meios de que com mais suavidade se possam tirar as somas que forem conformes à importância da despesa ou proporcionadas a sustância dos povos, sem que se omitam as dificuldades que se encontrarem para a multiplicação desta novas imposições e que podem, na prática delas com violenta e inútil exação, diminuir consideravelmente o mesmo produto que se imagina em pequeno ou nenhum aumento da Fazenda de Vossa Majestade, mas sempre em notória e precisa ruína dos vassalos.¹¹⁵

Em outra abordagem, Wolfgang Lenk indica que a ideia de suavidade, contemplada pela política fiscal da câmara de Salvador na época das invasões holandesas, indicava em parte a presença de uma distribuição desigual da carga tributária, sobretaxando os escalões médios e baixos da sociedade, e, em parte, a obtenção de privilégios pela câmara soteropolitana como forma de compensação pelo sustento financeiro. Como aponta o autor, uma tributação mais suave, ou mais fácil como se dizia, estava longe da ideia de justiça. No entanto, talvez a distância se encontre entre o conceito atual de justiça, ou mesmo o de igualdade fiscal, e o empregado na época.¹¹⁶

Longe de constituir mera matéria tributária, a ideia de suavidade encontrava ressonância na linguagem política do reinado de d. João V. Suavidade, dizia Bluteau, “no sentido moral, vale o mesmo que abrandar, mitigar, moderar”. Curiosamente, nas acepções de abrandar, entre elas a de reduzir a ira dos homens e a se de “fazer mais tratável”, Bluteau citava como exemplo uma frase atribuída a Cícero: “Abrandar com boas palavras o rigor dos impérios”. Um verbete do *Dictionnaire Royale de Langue Française et Latin* (1664), escrito pelo jesuíta François Pomey, mostra a mesma citação, embora a tradução francesa fosse menos rigorosa do que a de Bluteau que conservava a noção de *imperatorum*: “Adoçar a severidade do comando, com palavras cheias de bondade”.¹¹⁷

Se a ideia de suavidade estava vinculada a um jugo mais doce, o sentido de moderar atrelava-se ao comedimento das paixões humanas. Não cabe aqui entrar na polissemia do termo “paixão” no reino ou nos domínios ultramarinos, mas cabe lembrar sua importância na análise política da época. A paixão remetia ao verbete perturbação no dicionário de Bluteau, representando uma alteração da “tranquilidade natural” do

¹¹⁵ Lisboa, 4 dez. 1720. Voto de José da Cunha Brochado no Conselho da Fazenda sobre impostos e Corte. In: ALMEIDA, O absolutismo de d. João V, *op. cit.*, p. 205

¹¹⁶ LENK, *Guerra e pacto colonial*, *op. cit.*, p. 254, 281-282.

¹¹⁷ POMEY, François. *Dictionnaire Royale des Langues Française et Latine...* Lyon: chez Antoine Molin, 1664. suplemento, p. 1. No original: “Addoucir la sévérité du commandement, par des paroles pleines de bonté”.

homem “ocasionado da imaginação de um bem, ou de um mal aparente, ou verdadeiro”. Em seus aspectos negativos, as paixões causavam sentimentos como ira, desesperança e medo. Perturbações e incertezas, ainda mais as aparentes, eram tudo o que o soberano não deveria despertar em seus súditos. Nota-se ainda como a ideia de paixão possuía forte caráter político, uma vez que rebeliões e motins eram espécies de perturbações. Em Bluteau, rebelião era uma perturbação premeditada e motim uma perturbação súbita.¹¹⁸

Desta forma, as orientações régias sobre lançamento e arrecadação de tributos estavam intimamente entrelaçadas à tensão entre o ocultamento do controle e os impedimentos à perturbação dos vassalos. Os tributos deveriam ter uma função conservadora na sociedade, posto que não alterassem as posições e disposições dos súditos e, desta forma, conservassem a ordem política vigente. Neste sentido, entrelaçava-se às concepções gerais do modelo político pré-estadualista no seu respeito às jurisdições das partes.

Na criação de novos tributos, não bastava “suavidade”, era preciso ainda “prudência” por parte dos governadores. A prudência, entendida como o “reto modo de obrar” e distinguir entre o bem e o mal como ensina Bluteau, era uma virtude cardeal na organização da vida dos homens e no governo no Antigo Regime português. A prudência política, segundo Bluteau, procurava o “bem público por meio da observação das leis humanas e divinas”. Era sobretudo um cálculo e uma previsão dos atos realizados pelos governantes: “A prudência mais se conhece em impedir o dano, que em o reparar”.¹¹⁹

Estas tensões e limites existentes na definição das palavras do dicionário de Bluteau desciam as abstrações do universo letrado setecentista, estando bem presentes no cotidiano dos governadores e administradores do império, que almejavam uma ação política comedida e circunspecta. A busca pela prudência estava fundamentada em parte pelo temor a revoltas, em parte pela ausência de poderes coercitivos suficientes para impor a obediência.

Um parecer do duque de Cadaval, no mesmo ano de 1713, condenava o procedimento do governador da Bahia, Pedro de Vasconcelos, onde se seguiram motins após a imposição de novo tributo. A conduta era recriminável devido à importância dos domínios americanos – “a conquista mais necessária e importante para o reino” – mas

¹¹⁸ Blut., v. 1, p. 39-40; v. 5, p. 529; v. 6, p. 188; v. 7, p. 755.

¹¹⁹ Blut., v. 5, p. 93, 605; v. 6, p. 811.

também pela falta de forças militares capazes de obrigar os vassallos a aceitarem a ordem régia – “só se tributaria os habitantes da Bahia existindo força suficiente para os obrigar a obedecer”.¹²⁰

Na mesma época em Minas Gerais, o rei não deixara aos “povos” a escolha da forma de arrecadação dos quintos, a despeito da realização de quatro juntas de governo, e impusera a cobrança por bateias. O governador d. Brás Baltasar da Silveira confessava não ter tropas para subjugar-los após três ameaças de motim. O governador pedia ao vice-rei que obtivesse a aprovação régia de outra forma de arrecadação, pois era “receber trinta arrobas de ouro, ou não receber nada”.¹²¹

¹²⁰ Mss. Cad., v. 2, p. 112. Muge, 4 jan. 1713. Parecer do duque de Cadaval sobre vinte consultas do Conselho Ultramarino.

¹²¹ Mss. Cad., v. 2, p. 132-133. S.l., 22 mar. 1715. Carta do governador das Minas, d. Brás Baltasar da Silveira, para o vice-rei do Estado do Brasil, o marquês de Angeja.

3. As negociações fiscais das câmaras paulistas

A primeira impressão sobre as finanças das câmaras paulistas é de desolação aliada a um limitado poder. Retórica ou efetiva, a pobreza municipal é uma constante na documentação escrita pelos edis na primeira metade do século XVIII. Em 1706, reclamam os oficiais da câmara da vila de Santos ao rei a falta de rendas para suprir as despesas com as festas reais, a cadeia, a ponte e a fonte pública. Em 1718, segundo informação do juiz de fora, a câmara da mesma vila, destituída do contrato do subsídio e novo imposto, deixara de realizar as festas régias e seus procuradores são apontados como “muito pobres”. Fala-se até em indigência.¹²² Em 1732, a câmara de São Paulo, certamente a mais rica de todas na capitania, diz não ter rendas suficientes, excedendo suas despesas às receitas auferidas.¹²³ Na mesma época, os oficiais de Itu afirmam ser “a vila pobríssima”. A razão, segundo os edis, era a vila “estar situada terra dentro sem mais negócio que quatro ou cinco léguas de pouca fazenda que os mercadores vendem aos pobres lavradores que só do seu trabalho se vestem e sustentam”.¹²⁴ Em Jacareí, fica-se devendo de um ano para o outro, após se pagar as despesas com as festas reais, alguns reparos na câmara, gastos com a correição dos ouvidores e ordenados dos serventuários. Tudo aponta para a “limitação e pobreza” da câmara.¹²⁵

A denúncia geral de pobreza esconde a diversidade das vilas da capitania. É possível perceber as diferenças de riqueza entre as localidades da comarca de São Paulo, o que exclui Paranaguá, a partir de uma relação elaborada em 1723, contendo os valores a serem pagos por cada câmara ao ouvidor-geral (TABELA II.2). A cidade de São Paulo aparece como a mais abonada de todas, circundada pelo crescimento de Itu, Sorocaba e Parnaíba. Depois, nota-se a riqueza do litoral norte da capitania (Paraty, Taubaté, Guaratinguetá e São Sebastião). O segundo lugar ocupado por Paraty e o litoral norte deve-se certamente à importância do escoamento do ouro mineiro e seu impulso econômico. Santos aparece em quarto lugar na ordem dos valores, apontando uma preponderância de São Paulo já naquela época.

¹²² DH, v. 18, p. 15. Lisboa Ocidental, 27 nov. 1719. Ofício do rei d. João V ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro.

¹²³ ACMSP, v. 10, p. 192. São Paulo, 27 ago. 1732. Termo de vereança.

¹²⁴ AHU, Conselho Ultramarino, cód. 239, fl. 61-61v. Lisboa Ocidental, 4 nov. 1735. Consulta do Conselho Ultramarino.

¹²⁵ AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 4, doc. 21. Jacareí, 20 fev. 1734. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

Tabela II.2. Contribuições das câmaras para o ordenado do ouvidor-geral (1723)

(em réis)

Localidade	Valor
São Paulo	50\$000
Paraty	35\$000
Itu, Mogi, Taubaté e Guaratinguetá	30\$000
Santos	25\$000
Parnaíba, Sorocaba e São Sebastião	20\$000
Jacareí e Pindamonhangaba	15\$000
São Vicente	12\$000
Ubatuba	10\$000
Jundiaí	8\$000

Fonte: DI, v. 18, p. 75-76.

Na outra comarca da capitania, Paranaguá é a principal vila e com maior rendimento, 250\$000 réis, de acordo com uma relação das rendas das câmaras elaborada em 1732. Curitiba vem em seguida, com 60\$000 réis. As câmaras de Iguape, Cananéia e Rio de São Francisco possuem rendimentos entre 25\$000 e 35\$000 réis. Laguna detém apenas 15\$000 réis e a vila da ilha de Santa Catarina nada possui até então.¹²⁶

Na composição das receitas da capitania ao longo do século XVIII, nota-se a presença de dois tributos que foram criados por iniciativa das câmaras paulistas ao final dos Seiscentos: os cruzados do sal (1698) e o subsídio dos molhados e novo imposto da praça de Santos (1700). O método de instituição destas contribuições é particularmente interessante, pois houve uma atuação conjunta entre as câmaras e o governador do Rio de Janeiro e capitanias meridionais. Sob formas ainda rudimentares, já ao final do século XVII, podem ser observadas tentativas de articulação regional, antes mesmo da criação das capitanias-gerais. Outro exemplo marcante seria a junta realizada em 1751 com Gomes Freire de Andrada e os procuradores das câmaras de Minas Gerais para o retorno à cobrança do quinto.¹²⁷ Conforme será visto, estas configurações intermitentes de poder representadas pelas juntas de governo vinculavam-se a práticas políticas consultivas do universo ibérico.

¹²⁶ AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 4, doc. 21. "Rendimento que tem as câmaras desta comarca de Paranaguá cada um ano com o de 1732 com pouca diferença aos demais anos atrasados".

¹²⁷ MAGALHÃES, A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais, *op. cit.*, p. 146.

Com o declínio do governo intermédio do Estado do Brasil, os espaços possíveis para negociação fiscal desdobraram-se em um plano regional de caráter extraordinário, com a existência das juntas de governo, e outro permanente e central no Conselho Ultramarino, para o qual as câmaras poderiam recorrer. Exemplos dos dois tipos podem ser observados na capitania paulista.

Tema ainda raro na historiografia colonial, as juntas de governo permitem analisar acordos envolvendo diversas autoridades coloniais e representantes locais sobre temas extraordinários, ou seja, não contemplados nos regimentos, nas áreas fiscal, militar e judicial. Sua origem pode ser observada no 56º capítulo do regimento do governador-geral de 1677, seguido ao longo de todo o século XVIII. De acordo com o capítulo, os aspectos de governo que não fossem providos no regimento deveriam ser encaminhados para consulta em conselho composto pelo governador-geral, os ministros da Relação, o provedor-mor da Fazenda e “mais pessoas” escolhidas pelo governador que pudessem aconselhar. Havendo diferentes pareceres, caberia ao governador determinar a resolução da junta. No capítulo não há nenhuma indicação quanto à responsabilidade da convocação da junta, o número exato de participantes, o envio de procuradores pelas câmaras, a duração das consultas ou o poder efetivo das decisões tomadas. O único ponto claramente definido é o poder de árbitro em última instância conferido ao governador-geral.¹²⁸

Segundo Edmundo Zenha, de início somente os governadores poderiam convocar juntas sobre assuntos políticos e administrativos mais graves, sendo tal privilégio partilhado posteriormente com as câmaras. A composição das juntas envolvia as autoridades superiores em matéria militar, eclesiástica, judiciária e fiscal, sendo posteriormente admitido um representante das câmaras.¹²⁹ Para Rodolfo Garcia, as juntas possuíam apenas caráter consultivo. Da mesma forma que Zenha, Garcia reconhece que o poder de convocar juntas, na prática, já não era mais uma prerrogativa dos governadores, sendo permitida também a funcionários mais graduados e cidadãos no decorrer do século XVII. É interessante a observação de Garcia quanto à

¹²⁸ DH, v. 6, p. 452-453. Regimento de Roque da Costa Barreto (1677).

¹²⁹ ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p. 108.

disseminação desta prática no meio colonial, em contraponto ao reino, onde não teria frutificado.¹³⁰

Ao lado destas juntas que abarcavam autoridades máximas da colônia, outro tipo parece ter se desenvolvido, contando com participação majoritária das câmaras, de grande interesse no caso paulista. Zenha refere-se às “assembleias das câmaras”: cada vila enviava seu procurador correspondente a uma vila principal, onde seria realizado o congresso destinado à resolução de pautas sobre a capitania ou temas considerados graves. Segundo o autor, era prática corrente no lançamento de impostos gerais. O exemplo citado por Zenha refere-se justamente ao pagamento do ordenado do ouvidor para a capitania de São Paulo acordado em 1700.¹³¹

A confluência entre diversas autoridades da colônia expressa pelo caráter colegiado das juntas de governo, aliada à consulta aos “povos” em uma monarquia do Antigo Regime, pode ser vista como uma constituição embrionária de esferas de legitimidade fiscal na colônia. A formação das juntas internalizou, no plano regional, alguns aspectos importantes na tomada de decisões necessárias à construção e conservação do império colonial português. Estes acordos não se limitaram à capital do Estado do Brasil, sendo realizados entre a Restauração portuguesa e a primeira metade do século XVIII em Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, por exemplo.

Desta forma, estes acordos contribuíram para o crescimento de pólos regionais de poder fiscal, especialmente nas capitanias-gerais, diferenciando-se tanto dos poderes locais, expressos pelas câmaras, quanto do poder central representado pelo Conselho Ultramarino. Vale lembrar que em locais de escassa autoridade política e pontuados por várias rebeliões, tais como Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, as juntas de governo abriam espaços institucionais de negociação e diálogo, permitindo alguma ordenação dos interesses entre os agentes da Coroa e os potentados locais. Por outro lado, o caráter intermitente e extraordinário das juntas contribuiu para debilitar seu alcance, mas é preciso ainda maiores investigações para um correto equacionamento do poder destas juntas face a outras esferas de poder no império.¹³²

¹³⁰ GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil: 1500-1810*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975. (Documentos brasileiros, v. 84). p. 51.

¹³¹ ZENHA, *O município no Brasil, op. cit.*, p. 128.

¹³² Entre a documentação impressa, há exemplos abundantes deste tipo de junta ainda no século XVIII para a capitania do Rio de Janeiro. Termos de Junta, 1734-1753, *Publicações do Arquivo Público*

No caso da capitania de São Vicente, depois da fundação de Sacramento, acirrando as disputas ibéricas ao sul, e da descoberta das minas de ouro, conjugada ao crescente declínio das bandeiras, tornou-se cada vez mais preciso o recurso às tropas pagas e à fortificação do litoral, sujeito recorrentemente aos furtos de piratas e corsários. Em 1698, foram destacadas duas companhias da guarnição do Rio de Janeiro para a praça de Santos, possivelmente em decorrência da subordinação da capitania ao governo do Rio de Janeiro, e não mais ao governo-geral na Bahia, efetivada no mesmo ano. Ainda em 1698, após a convocação do capitão-mor da capitania de São Vicente, o cruzado sobre o sal foi negociado entre o governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, e as câmaras de São Vicente, Santos, São Paulo e Conceição de Itanhaém, esta última vila representando o conde de Vimieiro, donatário da capitania de Itanhaém. O rendimento do tributo, que era de 400 réis ou um cruzado sobre cada alqueire de sal, serviria ao pagamento de uma fortaleza e do presídio de soldados na barra de Santos. A contribuição era cobrada apenas na vila de Santos devido à entrada do gênero pelo porto. Apesar das resistências das câmaras de Santos e de Conceição de Itanhaém, o que foi representado ao rei em 1699, a contribuição passou com o apoio das câmaras de São Vicente e de São Paulo e a recriminação do rei, que contestou as dúvidas das outras duas câmaras.¹³³

A descrição de Artur de Sá e Menezes contém pontos interessantes sobre a lógica de negociação fiscal que acabava de ser instaurada na capitania. O governador primeiro dirigiu-se à vila de Santos, onde convocou a câmara e expôs sua inquietação com os ataques de piratas que infestavam a costa, tendo os exemplos de ilha Grande e São Sebastião, sob a conjuntura de crescimento das receitas auríferas. Era necessário

Nacional, Rio de Janeiro, v. 7, 1907, p. 117-234. Para a relação das 22 juntas de governo realizadas em Minas Gerais entre 1710 e 1735, ver: COELHO, João José Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais. RIHGB, v. 15, 3ª sér., 1852, p. 257-476, ver p. 323-341, 364-366. Para outras capitanias, ver alguns exemplos na documentação do Conselho Ultramarino: AHU, Bahia, Luísa Fonseca, cx. 17, doc. 1952. Bahia, 29 ago. 1663. Carta dos oficiais da câmara da Bahia para Sua Majestade, sobre a junta que se fez em presença do vice-rei conde de Óbidos acerca de se diminuir a imposição dos vinhos e se extinguirem as bebidas da terra. AHU, Pernambuco, cx. 11, doc. 1042. Olinda, 7 dez. 1675. Carta dos oficiais da câmara de Olinda ao príncipe regente d. Pedro sobre o recebimento da carta régia, aliviando aquela capitania de cobrança das livranças do vinho, e da ordem para formar uma Junta, com presença de várias autoridades, a fim de se resolver o subsídio dos vinhos de cada convento. AHU, Goiás, cx. 13, doc. 818. Vila Boa, 20 dez. 1756. Carta do juiz ordinário e presidente da câmara da Vila Boa de Goiás, Brás Seixo de Brito, ao rei d. José, remetendo cópia do termo da Junta e conferência feita pelos oficiais da câmara e vogais sobre a contribuição literária na capitania de Goiás.

¹³³ ELLIS, São Paulo, de Capitania a Província, *op. cit.*, p. 150. CLETO, Dissertação sobre a capitania de São Paulo..., *op. cit.*, p. 34-35. MAGRO, A legião de São Paulo..., *op. cit.*, p. 13, nota 20. ELLIS, *O monopólio do sal no estado do Brasil*, *op. cit.*, p. 164-165.

construir uma fortaleza para o controle da entrada de navios pela barra de Santos, naturalmente desprotegida, bem como prover uma guarnição militar para sua defesa. O governador pediu então aos edis que encontrassem meios para o pagamento dos soldados e oficiais, tendo-se escolhido a tributação do sal por ser o “meio mais suave” a gravar os gêneros. Após o acerto com a câmara de Santos, Sá e Menezes dirigiu-se à câmara de São Paulo, onde fez “tudo quanto foi possível por conciliar os ânimos daqueles homens, e insinuar-lhes que se, convinha muito terem guarnecido a vila de Santos e *fortificada pelo risco que corriam as suas fazendas*”. Nos cálculos realizados, o tributo sobre o sal renderia 6.000 cruzados (2:400\$000 réis) anualmente, quantia insuficiente no entender do governador. Para completar o montante, as câmaras ofereceram a dízima da alfândega pertencente às vilas.¹³⁴

Alguns pontos podem ser observados nestas reuniões. Em primeiro lugar, as práticas de negociação eram pontuais, realizadas de forma individual com cada localidade, o que contribuía para impedir resistências coletivas. Em segundo lugar, o apelo do governador à câmara paulistana fazia-se aos interesses privados – o risco de perda de “suas fazendas” – sem qualquer referência a um ideal abstrato de Estado. Por fim, a contribuição restante indicava o caráter voluntário nas relações entre o rei e seus vassalos, na qual os tributos eram vistos como donativos ofertados pelos povos ao soberano.

Se o sustento da defesa estava assegurado com os cruzados do sal, a ordem interna da capitania vicentina andava convulsionada por “mortes e crimes escandalosos”, possivelmente atizados pelas descobertas auríferas poucos anos antes. Os próprios oficiais de diversas câmaras pediram a El-Rei um “ministro que lhes administrasse justiça porque só dessa sorte poderiam viver sossegados e livres de violências”. Como dizia uma petição da futura vila de Curitiba em 1693, o próprio desenvolvimento das localidades elevava o número de tumultos e roubos: “quanto mais cresce a gente levam fazendo mores [maiores] desaforos”.¹³⁵ O uso generalizado de armas apenas piorava a situação. Inicialmente, em 1698, as câmaras vicentinas pediram a criação de cargos de diversos ministros de justiça, devido às grandes distâncias da

¹³⁴ ABNRJ, v. 39, p. 240-241. Rio de Janeiro, 28 mai. 1698. Carta do governador Artur de Sá e Menezes sobre o tributo do cruzado do sal para a construção da fortaleza da barra de Santos. Grifos meus.

¹³⁵ BAMC, v. 7, p. 35. Povoação de N. Sra. Da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, 24 mar. 1693. Petição do povo para criação de justiça e câmara.

capitania e à incapacidade de um único ministro atender todas as vilas.¹³⁶ Por sua vez, o Conselho Ultramarino autorizou a criação do cargo de ouvidor-geral, dado que o ouvidor do Rio de Janeiro e seus antecessores não fossem em correição para as vilas de São Paulo. O conselho considerava que um único ouvidor seria capaz de realizar toda a administração de justiça na capitania. Ainda em 1698, após o governador do Rio de Janeiro afirmar que a Real Fazenda não possuía rendimentos suficientes, as câmaras da capitania ofereceram-se para “lançar entre si um tributo nas bebidas de aguardente da terra e vinho” destinado ao pagamento dos ordenados dos ministros.¹³⁷

Desta forma, o pagamento de 200 mil réis de ordenado do ouvidor-geral ficou sob responsabilidade das câmaras. Poucos anos depois, a contribuição de cada câmara foi acordada em reunião realizada em fevereiro de 1700, na qual participaram o já citado governador do Rio de Janeiro e nove procuradores das vilas da capitania vicentina (São Paulo, Santos, São Vicente, Mogi, Parnaíba, Jundiaí, Taubaté, Itu e Sorocaba). Bebidas alcoólicas, azeite, vinagre e óleo de peixe foram os gêneros sobre os quais incidia o subsídio. No entanto, durante a reunião, apenas foram decididas as alíquotas a serem pagas na vila de Santos, particularmente a entrada daquelas mercadorias na capitania. Devido à existência do porto, os santistas contribuiriam com 75\$000 réis, sendo o montante restante distribuído de forma desigual entre as diversas vilas.¹³⁸

A criação dos cruzados do sal e do subsídio dos molhados indica duas mudanças fundamentais quanto a uma maior interferência régia nos assuntos da capitania, antes mesmo da criação da capitania-geral. Percebe-se que longe de ter sido refutada pelos poderes locais, a nova situação social e política, causada pelas descobertas auríferas, gerava maiores instabilidades internas e externas que conduziavam ao fortalecimento da administração da justiça e do governo militar. Esta transformação contava com o apoio político e fiscal das câmaras, que incapazes de conservar a ordem a partir da esfera local, fomentaram as bases da justiça e da defesa já em outro plano de governo, agora em uma dimensão proto-regional. Esta compreensão das câmaras quanto à necessidade de uma

¹³⁶ ABNRJ, v. 39, p. 286. Rio de Janeiro, 24 mai. 1698. Carta do governador Artur de Sá e Menezes, acerca da representação da câmara da vila de São Paulo, em que pede a nomeação de novos ministros que administrassem justiça aos moradores daquela capitania.

¹³⁷ ABNRJ, v. 39, p. 288. Lisboa, 23 out. 1698. Consulta do Conselho Ultramarino, em que propõe a criação do lugar de ouvidor-geral da capitania de São Paulo.

¹³⁸ AESP, ordem 355, cx. 105, doc. s.i. São Paulo, 25 fev. 1700. Termo do subsídio dos vinhos e aguardentes para pagamento do ouvidor-geral da capitania.

organização política ampliada certamente contribuiu para o êxito institucional da criação da capitania-geral alguns anos depois.

A administração da maior parte destes rendimentos criados pelas câmaras foi incorporada pela Provedoria da Fazenda. Ao que parece, os cruzados do sal sempre foram cobrados pelo provedor. Quanto ao subsídio dos molhados, a parte de Santos foi agregada à provedoria antes de 1703 e nas outras vilas continuou a ser cobrado pelas câmaras, perfazendo um importante contrato leiloado aos agentes mercantis locais.¹³⁹

Após as juntas reunidas ao final do século XVII, não haverá na capitania de São Paulo semelhante reunião em matéria fiscal até o governo do morgado de Mateus. Por outro lado, se no campo regional a dinâmica fazendária envolvendo diversas câmaras não se mantém, no plano central haverá na década de 1730 um intenso diálogo entre os poderes locais e o Conselho Ultramarino referente à suspensão do “real donativo”. Tratava-se de uma contribuição para os dotes de casamento do príncipe d. José e da princesa d. Maria Bárbara com herdeiros do trono espanhol, introduzida na administração de Antonio da Silva Caldeira Pimentel e arrecadada entre 1729 e 1735.

Cada câmara deveria estabelecer com seus oficiais os gêneros tributáveis, as formas de arrecadação e a execução dos devedores. Quando não era possível efetuar a cobrança do donativo devido à resistência dos contribuintes, apelava-se para a execução dos devedores pelos oficiais de justiça. Em 1734, já ao final da cobrança do donativo, estipulou-se até mesmo a penhora ou prisão dos inadimplentes dos anos anteriores. Houve ainda o estabelecimento de guias, atestando o pagamento do donativo sobre escravos transportados entre diferentes cidades da capitania. A medida intentava evitar principalmente a sonegação do tributo, sendo o problema da dupla tributação deixado à parte. Apesar dos cuidados das câmaras, não se podia evitar a eventual fuga dos contribuintes para outras paragens, livres de contribuições forçadas.¹⁴⁰

O donativo pesou amargamente sobre as câmaras das vilas despovoadas e pobres. Em Itu, os homens venderam suas ferramentas de cultivo e algumas mulheres desfizeram-se de seus vestidos para pagarem o donativo de 10:000\$000 réis que haviam

¹³⁹ Sobre a arrematação do contrato do subsídio dos molhados na cidade de São Paulo ver: BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002. p. 176-182, 276-283.

¹⁴⁰ Todas estas práticas referem-se à experiência da câmara de São Paulo. ACMSP, v. 10, p. 288-289. São Paulo, 29 nov. 1733. Termo de vereança. ACMSP, v. 10, p. 320-321. São Paulo, 30 jan. 1734. Termo de vereança. ACMSP, v. 10, p. 67-69. São Paulo, 19 ago. 1730. Termo de vereança. ACMSP, v. 10, p. 32. São Paulo, 1º abr. 1730. Termo de vereança.

prometido ao governador, sendo que nem haviam pago a metade ainda. A câmara pediu ao rei a isenção do donativo, tendo em conta sua pobreza, assim como a câmara de Mogi-mirim na mesma época. D. João V, por sua vez, aconselhou-se com o conde de Sarzedas, governador da capitania. As câmaras de Itu e a de Santana das Cruzes de Mogi, igualmente pobre, obtiveram êxito na isenção em 1735.¹⁴¹

A câmara de São Paulo, mais abonada, prometeu contribuir com 24:000\$000 réis (60.000 cruzados, sendo pagos 10.000 a cada ano), obtidos com a tributação das reses, escravos e gêneros secos e molhados. A câmara, porém, não contava com o despovoamento dos que haviam partido para as minas de Goiás, deixando os cidadãos restantes sobrecarregados. Nada mais justo, no entender dos edis, do que mandar cobrar um terço do donativo aos que estavam em Goiás, o que foi atendido por d. João V. Por fim, a dívida de 20.000 cruzados (8:000\$000 réis) foi perdoada pelo rei.¹⁴² De fato, a dispersão populacional dos paulistas na mesma época é atestada pelo governador da capitania, durante a invasão de Colônia do Sacramento pelos espanhóis. Segundo o conde de Sarzedas, não havia meios para conduzir ou transportar o equipamento das tropas portuguesas pela capitania rumo ao sul, pois os paulistas “se acha[vam] todos dispersos pelas minas deste Estado e os poucos que achei nesta capitania foram para o Cuiabá [na expedição organizada contra os paiaguás]”.¹⁴³

Em 1734, outro donativo foi imposto para a edificação de um Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, o que efetivamente ocorreu apenas em 1751, a fim de evitar as despesas dos moradores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com o recurso às apelações judiciais na Bahia. O governador enviou uma carta circular às câmaras para que oferecessem suas quantias.¹⁴⁴ Os oficiais de Jacareí responderam que, limitados pela sua pobreza, se aceitasse a quantia de 8\$000 réis por ano, valor completamente abaixo dos 2:800\$000 réis anuais oferecidos pelas câmaras de Ouro Preto e de Ribeirão das

¹⁴¹ DI, v. 24, p. 146-147. Itu, 9 nov. 1732. Representação da câmara da vila de Itu ao rei d. João V. DI, v. 24, p. 95-96. Lisboa ocidental, 2 mai. 1733. DI, v. 24, p. 132-133. Lisboa ocidental, 10 nov. 1733. DI, v. 24, p. 142. Lisboa ocidental, 6 ago. 1734. DI, v. 24, p. 206. Lisboa ocidental, 30 dez. 1735. Ofícios do Conselho Ultramarino para o conde de Sarzedas.

¹⁴² BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 88, 307.

¹⁴³ DI, v. 41, p. 308. Santos, 16 nov. 1735. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, a Gomes Freire de Andrade.

¹⁴⁴ DI, v. 41, p. 151-152. São Paulo, 30 jan. 1734. Carta circular do conde de Sarzedas dirigida a todas as câmaras da capitania.

Minas Gerais, na capitania vizinha.¹⁴⁵ Em 1735, o conde de Sarzedas informava que nenhuma das câmaras da capitania, com exceção de Cuiabá, poderia contribuir com o donativo, por não terem “rendimento algum em que p[udessem] segurar a mais leve contribuição”.¹⁴⁶

Uma representação da câmara ituana ao Conselho Ultramarino pedindo a isenção do donativo para os casamentos reais elucida diversos pontos da dinâmica fiscal do período joanino. Em um primeiro momento, em 1728, a câmara dobrara-se aos intentos do governador Caldeira Pimentel. De início, os oficiais de Itu ofereceram voluntariamente 6.000 cruzados (2:400\$000 réis) a serem pagos durante seis anos, devido à pobreza da vila. O governador achara pouco, cobrando primeiro o dobro da quantia e, depois de um dia inteiro pressionando os edis, conseguira obrigá-los a pagar 25.000 cruzados (10:000\$000 réis). Na mesma consulta, os oficiais de Itu apontam que o governador logrou vencer resistências intimidando-os com uma possível denúncia ao rei pelo pouco que ofereciam. Parte dos edis recuou diante das ameaças e outro tanto apoiou o governador, o que indicava alguma anuência local às medidas do capitão-general. Com a saída do governador da capitania, os edis encaminharam ao Conselho Ultramarino o pedido de isenção do tributo, posto que já houvessem contribuído com 13.000 cruzados (5:200\$000 réis) e a vila estivesse miserável e despovoada. Os oficiais ituanos apelaram para a clemência do soberano, vinculando-se diretamente às instituições do poder central, no caso o Conselho, e praticamente anulando o poder intermédio do governador sobre as câmaras.¹⁴⁷

Por este episódio, pode-se notar como a tênue estruturação do poder regional da capitania na primeira metade do século XVIII esteve limitada não apenas pelas resistências do poder local, como também pelo recurso à apelação ao Conselho Ultramarino, que podia anular as medidas tomadas pelos governadores. Portanto, a despeito da incapacidade das câmaras lançarem tributos na época, havia ainda a possibilidade de prolongamento, modificação e suspensão dos tributos, configurando práticas de negociação fiscal com o soberano. Joaquim Romero Magalhães apresenta importantes argumentos quanto ao papel das câmaras na discussão sobre o fim da

¹⁴⁵ AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 4, doc. 21. Jacareí, 20 fev. 1734. Carta dos oficiais da câmara ao governador da capitania de São Paulo.

¹⁴⁶ DI, v. 40, p. 175-176. São Paulo, 5 abr. 1735. Ofício do conde de Sarzedas ao rei d. João V.

¹⁴⁷ AHU, Conselho Ultramarino, cód. 239, fl. 61-61v. Lisboa Ocidental, 4 nov. 1735. Consulta do Conselho Ultramarino.

capitação. Destaca ainda a atuação conjunta das câmaras na contestação ao tributo. Assim como em São Paulo, alegava-se a miséria dos moradores nas súplicas ao rei.¹⁴⁸ Ao conceder isenções o soberano atuava dentro do paradigma corporativo e cristão, encarnando a figura do rei paternal e misericordioso com seus vassalos. Extendendo a análise de Fernanda Olival,¹⁴⁹ não seria descabido analisar a suspensão dos tributos como um duplo sinal de liberalidade régia e de justiça distributiva, uma vez que indicava a abundância e largueza da Coroa, contra a imagem de um príncipe avaro que dilapidava seus súditos, assim como representava um prêmio régio concedido aos vassalos. Tal prática dependia do aparato institucional proporcionado pelo Conselho Ultramarino, eixo central de articulação da fiscalidade ultramarina tanto com relação aos contratos, quanto à gestão dos tributos.

¹⁴⁸ MAGALHÃES, A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais, *op. cit.*, p. 142-144.

¹⁴⁹ OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. (Thesis, 3). p. 15-22.

4. Poderes e limites da Provedoria da Fazenda

Com a criação do governo-geral do Estado do Brasil, o cargo de provedor-mor da fazenda representava o braço direito do governador-geral em matérias fiscais. No regimento de 1548, argumentava-se que as rendas e direitos régios no Brasil não eram “arrecadad[os] como cumpriam, por não haver quem comprovesse nel[es]”. O cuidado e diligência do cargo foram entregues a Antonio Cardoso de Barros, cavalheiro fidalgo da Casa Real. As mostras de zelo tentavam minorar a ignorância do próprio soberano, que ordenara ao provedor-mor um relato das rendas e direitos existentes em cada capitania, bem como a forma como eram arrecadados. Livros para receitas e despesas, registros de arrendamentos dos contratos, forais e regimentos dos funcionários davam algum arranjo ao conjunto administrativo, ao menos para a alfândega em Salvador. Apelações e agravos referentes à Real Fazenda no valor acima de dez mil réis estavam sob a alçada jurisdicional do provedor-mor, mas também questões referentes a sesmarias e datas de terras.

Com o regimento, a capital do governo-geral tentaria exercer uma pulsão extrativa, quanto ao controle das informações fazendárias, sobre as capitanias. Todos os anos, os provedores nelas existentes deveriam remeter uma certidão das receitas e despesas e apontar as dívidas existentes. As contas coligidas pelo provedor seriam enviadas à Casa dos Contos no reino. Cabia também ao provedor-mor ordenar o levantamento de alfândegas e “Contos” nas capitanias, prover livros para registros e proceder à arrematação das rendas e direitos de cada capitania por ramos ou em conjunto. O regimento previa que, a cada cinco anos, os almoxarifes prestassem contas pessoalmente na Casa dos Contos na Bahia. Também se entendia que o provedor-mor deveria realizar visitas às capitanias para tirar inquirições e devassas sobre os oficiais da fazenda. O funcionamento efetivo das relações fiscais entre Salvador e as capitanias donatárias nos séculos XVI e XVII ainda carece de estudos, sendo precipitado indicar qualquer direção apenas pela análise do regimento do provedor-mor.¹⁵⁰

Ao longo do tempo, com a sobreposição de jurisdições, houve uma tendência ao acúmulo de funções exercidas pelo provedor para além do disposto no regimento original. Em 1768, o provedor da fazenda aparecia como contador da Fazenda Real, juiz

¹⁵⁰ DH, v. 78, p. 221-234. Regimento do provedor-mor da Fazenda (1548).

da alfândega de Santos, juiz privativo dos reais contratos, vedor-geral das gentes de guerra e conservador dos contratos do sal e da pesca de baleias. Embora possivelmente à custa da eficiência do seu trabalho, este acúmulo trazia *status* ainda mais elevado ao ofício de provedor.¹⁵¹

Deve-se atentar para as diferenças do cargo de provedor, no reino, e de provedor da fazenda, nos domínios. Na península, o cargo de provedor, sistematizado nas Ordenações Filipinas, estava vinculado à fiscalização de disposições testamentárias, à administração dos bens dos órfãos e ausentes e à administração, gestão financeira e obras pias de capelas, hospitais, albergues e confrarias. O escopo de atuação do provedor era a comarca, geralmente agregando diversas vilas e cidades. No tocante às finanças dos concelhos, os provedores deveriam supervisionar a arrecadação da terça régia, sisas e bens concelhios, bem como a aplicação correta dos outros dois terços de rendimentos. As atas de adjudicação de rendas e apresentação de fiadores, por exemplo, eram conferidas pelos provedores. Outra parte da supervisão era realizada pelos corregedores. Com a lei de criação do Erário Régio, em 1761, a supervisão da cobrança das sisas foi transferida dos provedores para os corregedores, mas ainda manteriam a responsabilidade sobre a terça régia, o subsídio literário (criado somente na década de 1770) e o imposto do real d'água. Assim, enquanto no reino, o cargo de provedor esteve vinculado à administração real periférica das comarcas, nos domínios americanos os provedores da fazenda atuavam em extensões mais amplas das capitanias, que podiam ser compostas por diversas comarcas.¹⁵²

Antes da criação da capitania-geral de São Paulo e Minas em 1709 já existia uma provedoria da fazenda, cujas atividades são pouco conhecidas. No período da capitania donatária de Santos e São Vicente, houve 30 ocupantes titulares ou substitutos do cargo de provedor da Fazenda Real e de juiz da alfândega de Santos entre 1532 e 1690. Muitos deles eram membros das elites locais da capitania, como Brás Cubas (que exerceu o cargo entre 1552 e 1592), Amador Bueno da Ribeira (1633-1636), André de Góis de Siqueira (1666-1670) e Pedro Taques de Almeida (1670-1672). Já no século XVIII, com a criação da capitania-geral a permanência nos cargos foi maior: Timóteo Correia de Góis ocupou o cargo entre 1690 e 1732 e José de Godói Moreira entre 1734 e 1765. O último

¹⁵¹ DI, v. 19, p. 78. 29 mar. 1768. Atestação do provedor José Honório de Valadares e Aboim.

¹⁵² FONSECA, Teresa. *Absolutismo e municipalismo*. Évora 1750-1820. Lisboa: Colibri, 2002. p. 484, 487, 493.

provedor, José Honório de Valadares e Aboim, permaneceu entre 1765 e 1775. Desta forma, comparando-se o período da capitania donatária com a capitania-geral, percebe-se uma maior estabilidade e permanência dos ocupantes no cargo de provedor da fazenda no século XVIII.¹⁵³

Como em outras partes da América portuguesa, o cargo de provedor da fazenda era tido como uma conquista importante para as famílias da terra, sendo ofício de valor na concessão de mercês pelo soberano. Até mesmo em períodos mais tardios, observa-se, de forma paradoxal, a ideia de que o ofício de provedor era tanto uma remuneração de serviços prestados à Coroa quanto um serviço importante realizado à mesma. Em 1751, um contratador dos dízimos da capitania de Minas Gerais, Manuel Ribeiro dos Santos, também envolvido nas remessas de ouro para a Casa de Moeda lisboeta, pedia uma mercê do hábito de Cristo, um foro de moço fidalgo da Casa Real e uma mercê de propriedade do ofício de provedor da Fazenda em Minas ou de escrivão na sua provedoria. Por outro lado, os extensos serviços do bacharel Domingos Pinheiro na administração fiscal mineira entre 1738 e 1757, que incluía ser provedor da fazenda em Minas Gerais, permitiram-lhe angariar dois hábitos de Cristo para seus sobrinhos em 1766.¹⁵⁴

Na capitania de São Paulo, teve menor adesão a ideia de serviço prestado à Coroa, sendo mais comum a patrimonialização do ofício, enquanto mercê recebida e transmitida aos herdeiros. Neste aspecto, São Paulo não parecia destoar do observado em outras capitanias. Na capitania da Paraíba, o ofício de provedor da fazenda foi ocupado pela família Dourado entre 1682 e 1733. No caso, o ofício foi pedido como mercê pelos serviços de Luís Quaresma na guerra contra os holandeses, falecendo aquele, o ofício foi herdado por seu filho primogênito Salvador Quaresma Dourado.¹⁵⁵

¹⁵³ BRASIL. Ministério da Fazenda. “Alfândega – Santos”. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/catalogo/letraA/alfandegas/alf_s.htm. Acesso em: 27 fev. 2010. A listagem não inclui os provedores e tesoureiros dos quintos do ouro em São Paulo, entre os quais constava Sebastião Fernandes do Rego, célebre pelo cunho falso e pelo roubo dos quintos, protegido de Rodrigo César de Menezes e acusado no governo seguinte. Sobre o envolvimento deste provedor e de Rodrigo César de Menezes em fraudes na arrecadação dos quintos do ouro de Cuiabá ver JESUS, Nauk Maria de. As versões do ouro em chumbo: a elite imperial e o descaminho do ouro na fronteira oeste da América portuguesa (1722-1728). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 525-548.

¹⁵⁴ STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. p. 159-160, 198.

¹⁵⁵ MENEZES, *Colonialismo em ação, op. cit.*, p. 73, 86.

No Rio de Janeiro, a despeito de inúmeras denúncias sobre cobranças extorsivas e arrematações ilícitas, o ofício de provedor ficou nas mãos da família Frazão de Souza entre 1639 e 1687.¹⁵⁶ Nota-se, assim, como o caráter patrimonial do ofício estava entrelaçado à lógica de concessão de mercês angariadas por famílias importantes das capitanias.

Na capitania de São Vicente, além de ser capitão-mor governador, alcaide-mor e cavaleiro fidalgo, o célebre Brás Cubas foi o primeiro a receber a mercê do cargo de provedor da fazenda, embora outros houvessem ocupado o cargo anteriormente desde 1532. Por volta de 1540, Pedro Henriques, escrivão particular do rei d. João III, recebeu o ofício de provedor da capitania, mas nunca chegou a ocupá-lo. O ofício havia sido concedido em mercê pelo donatário Martim Afonso de Sousa. O cargo foi ocupado por Brás Cubas entre 1552 e 1592, sendo depois transmitido para seu filho, Pedro Cubas, que nele permaneceu como titular até 1615. Não obstante, o ofício foi exercido por terceiros durante certos períodos.¹⁵⁷

Para se ter acesso ao cargo de provedor e contador da Fazenda Real era preciso ser membro das famílias proeminentes da capitania, não ter servido em ofícios mecânicos e ter limpeza de sangue, ou seja, não ter antepassados mouros e judeus. Uma vez que a posse do cargo fosse adquirida, poderia ser passado de pai para filho, caso este tivesse condições de se habilitar para o ofício. Em alguns períodos, especialmente quando o ocupante era ainda menor de idade, o cargo podia ser exercido por serventuários nomeados por seu representante e aprovados pelo capitão-mor e governador da capitania. Em 1644, a mercê do ofício foi concedida a Sebastião Fernandes Correia, casado com Ângela de Siqueira. Ambos eram naturais de São Paulo e moradores em Santos. A concessão realizada em 1644 apenas parecia corroborar o exercício do cargo, pois Correia já havia permanecido no cargo entre 1636 e 1639, retomando-o depois em 1640 e conservando-o em seu poder até 1657. A morte de Correia permitiu a transmissão do cargo para seu filho, Timóteo Correia de Góis. Timóteo casou-se com Maria Leme das Neves, da família dos Godói Moreira e dos Leme. O filho mais velho do casal seria justamente José de Godói Moreira, provedor por longo

¹⁵⁶ FRAGOSO, A nobreza da República, *op. cit.*, p. 79.

¹⁵⁷ LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 25). p. 124. BRASIL. Ministério da Fazenda. "Provedorias da Fazenda Real". Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/provedfazreal.asp>. Acesso em: 3 abr. 2012.

tempo da fazenda paulista (1734-1765). Assim, entre 1644 e 1765, com pequenas exceções, a posse do ofício de provedor da fazenda ficou nas mãos de uma única família paulista.¹⁵⁸

Ocupar o cargo de provedor da fazenda era envolver-se em uma trama de vínculos dos potentados locais da capitania. Ângela de Siqueira havia se casado em segundas núpcias com Pedro Taques de Almeida, permitindo o acesso do jovem Timóteo Correia de Góis a toda às famílias Taques e Almeida. Ademais seus tios maternos eram pertencentes à família dos Barros, incluindo o sertanista Fernão Pais de Barros. A força destas relações mostra-se por ocasião da tomada dos direitos pertencentes a Timóteo sobre mercadorias desembarcadas em Santos pelo comerciante José Pinheiro, protegido de Diogo Pinto do Rego, capitão-mor da vila de Santos. As disputas desembocaram em conflito armado na vila de Santos, para os quais concorreram cerca de mil pessoas do lado do provedor da fazenda e apenas cem para a defesa de Diogo Pinto do Rego.¹⁵⁹

Além dos vínculos com outras famílias, os Godói Moreira, descendentes de Baltazar de Godói e Paula Moreira, detiveram cargos importantes em toda a capitania ao longo do século XVII e nas primeiras décadas do seguinte, especialmente em Atibaia, Jacaré, Mogi das Cruzes, Nazaré, Parnaíba e São Paulo. O capitão de Mogi das Cruzes, Manuel Pimenta de Abreu, casado com Maria de Godói de Almeida, ajudara na defesa da praça de Santos, sustentando com recursos próprios seus soldados, durante a ocupação do Rio de Janeiro pelos franceses. Também teve importância nesta defesa, Tomé Moreira Velho, no cargo de sargento-mor dos auxiliares. O coronel Jorge Moreira de Godói foi coronel de ordenanças em São Paulo, ocupando altos cargos no governo da cidade. Seu irmão, Gaspar Gonçalves Moreira fez grande fortuna.¹⁶⁰

Falecendo Timóteo Correia de Góis ao final de 1732, o governador da capitania, o conde de Sarzedas, nomeou Antonio Francisco Lustosa para provedor interino da fazenda, enquanto o rei não nomeasse outro para o cargo. Os critérios do governador baseavam-se na “idoneidade, cabedais e capacidade”, entendendo-se esta última como o

¹⁵⁸ RICHÁ, Lênio Luiz. Estado de São Paulo: os títulos perdidos. Disponível em: http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptfreitas.htm. Aces-so em: 3 abr. 2012. DI, v. 13, p. 208-214. Anexo D. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 12, doc. 1148. São Paulo, 16 ago. 1736. Carta do ouvidor-geral da comarca de São Paulo, João Rodrigues Campelo, para d. João V. Gen. Paul., v. 6, p. 111. RGCMSP, v. 3, p. 487-489. Santos, 14 ago. 1685. Registro da provisão de provedor da fazenda real passada a Gaspar Gonçalves.

¹⁵⁹ Gen. Paul., v. 7, p. 192-199.

¹⁶⁰ Gen. Paul., v. 6, tit. Godoys.

conhecimento de operações contábeis. Lustosa permaneceu no cargo ao menos até 1735.¹⁶¹ No entanto, José de Godói Moreira acabou pleiteando o ofício de provedor conforme petição ao Conselho Ultramarino. Os critérios de sua defesa fundavam-se na tradição, notabilidade e limpeza de sangue. Era filho legítimo e primogênito do provedor da fazenda anterior e pertencia às famílias Godói Moreira e Leme com certa nobreza na capitania.¹⁶²

É interessante notar que a afirmação de limpeza de sangue baseava-se na declaração do pretendente ao cargo, porém não se tem notícia de uma correta apuração pelo Conselho Ultramarino para a nomeação de Godói Moreira. Talvez nem mesmo tenha sido realizada, uma vez que no processo de habilitação a familiar do Santo Ofício, efetuado depois da nomeação ao cargo de provedor, constassem rumores a respeito da legitimidade do seu nascimento e de não ser completamente cristão-velho por parte paterna e materna. Porém a despeito dos boatos, em seu processo constava que fosse “pessoa de bons procedimentos, vida e costumes”, vivendo “limpa e abastadamente” com uma fortuna avaliada entre 4:000\$000 réis e quase 5:000\$000 réis, segundo a descrição do reitor do Colégio de Santos, encarregado da diligência na vila. Portanto, para ocupar o cargo de provedor da Fazenda era necessário mais limpeza de sangue do que capacidade técnica, mesmo que a pureza dos candidatos não fosse tão evidente. Porém, um critério comum para a ocupação do ofício de forma interina ou permanente era a existência de posses, possivelmente para se evitar o risco de dilapidação das rendas da provedoria pelos oficiais.¹⁶³

¹⁶¹ DI, v. 40, p. 36-37. São Paulo, 23 nov. 1732. DI, v. 40, p. 45-46. São Paulo, 21 set. 1733. Ofícios do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, ao rei d. João V.

¹⁶² AHU-SP, cx. 2, doc. 35. Anterior a 3 jan. 1735. Requerimento de José Godói Moreira ao rei d. João V.

¹⁶³ ANTT, HSO, mc. 50, dilig. 797, José Godói Moreira. fl. 3v.

Tabela II.3. Cargos e remunerações da Provedoria da Fazenda de São Paulo (1724)

(em réis, por ano)

	Ordenado	Emolumentos
Vedor geral	-	-
Provedor e contador da Fazenda e juiz da alfândega	80\$000	50\$000
Escrivão da Fazenda Real e almoxarifado	6\$400	32\$000
Escrivão da alfândega	-	48\$000
Escrivão da matrícula	10\$000	80\$000
Escrivão dos contos (cargo anexo ao de escrivão da matrícula)	-	-
Meirinho da alfândega	-	36\$000
Almoxarife da Fazenda Real	20\$000	-
Guarda-mor da alfândega	-	1\$600

Fonte

DI, v. 18, p. 124-126. Santos, 17 ago. 1724. "Relação dos ordenados e emolumentos dos oficiais da Fazenda Real desta praça de Santos".

A estrutura da Real Fazenda paulista na primeira metade do século XVIII era bastante simples. Em 1724, havia apenas nove funcionários: vedor geral, provedor e contador da fazenda (que acumulava o cargo de juiz da alfândega), escrivão da Fazenda Real e almoxarifado, escrivão da matrícula, escrivão dos contos, almoxarife da Real Fazenda, escrivão da alfândega, meirinho da alfândega e guarda-mor da alfândega. A remuneração dos cargos dependia dos ordenados e de emolumentos cobrados sobre despachos de sumacas, mercadorias, escravos e arrematações dos contratos, sendo que alguns cargos não recebiam ordenados, apenas emolumentos, e outros não recebiam nenhum dos dois (ver TABELA II.3).

O provedor era o funcionário que recebia maiores vencimentos: 80\$000 réis de ordenado e 50\$000 réis de emolumentos. Após consulta no Conselho Ultramarino, o ordenado foi elevado para 320\$000 réis em 1744, uma vez que o provedor da fazenda alegasse grande trabalho devido ao crescimento da jurisdição da capitania.¹⁶⁴ Apesar do acréscimo, o valor era inferior ao ordenado de juiz de fora (360\$000 réis) ou dos ouvidores das comarcas (440\$000-600\$000 réis) presentes na folha de despesas da capitania em 1747.¹⁶⁵ Mesmo antes, o valor pago ao provedor era um vigésimo do

¹⁶⁴ DH, v. 1, p. 466-467. Lisboa, 15 abr. 1744. Ofício do rei d. João V ao provedor da fazenda da praça de Santos, José de Godói Moreira.

¹⁶⁵ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 19, doc. 1831. Santos, 23 fev. 1749. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira, a d. João V.

ordenado do provedor da capitania vizinha de Minas Gerais (1:600\$000 réis, entre 1722 e 1727), ainda que próximo ao ordenado pago ao provedor da Paraíba (70\$000 réis., até 1733).¹⁶⁶

Por sua vez, compensava-se o baixo ordenado de provedor da fazenda com as rendas, nem sempre lícitas, dos emolumentos. Após denúncia do governador, d. João V recriminara fortemente a cobrança ilegal e extorsiva de emolumentos pelo provedor sobre as cartas de guia daqueles que passavam com seus escravos da capitania de São Paulo ao Rio de Janeiro. Por fim, é preciso considerar ainda o valor considerável das propinas recebidas pelos contratos arrematados na Provedoria.¹⁶⁷

Outro aspecto que trazia grande prestígio social ao provedor era a extensa malha de dependentes dos gastos da Real Fazenda. Ainda que o provedor apenas cumprisse ordens régias, obrigatoriamente entrava em contato com toda a rede da administração colonial existente na capitania: o capitão-general, o governador da praça de Santos, o oficialato superior das tropas, os soldados, os ministros da justiça, os outros oficiais da fazenda, o bispo, os vigários e os coadjutores. Em 1725, os dependentes representavam 229 pessoas e, em 1747, 353 pessoas, apresentando um crescimento de 54%. Os soldados formavam o maior contingente, com 60 e 50% do total de dependentes nos dois períodos. Em conjunto com os artilheiros e os cabos de esquadra constituíam 76%, em 1725, e 67% do total, em 1747. A quantidade de oficiais de justiça e fazenda era bastante reduzida, apenas 3% do total nos dois períodos. O número de religiosos na capitania apresentou o maior crescimento, passando de 8 para 18% do total entre 1725 e 1747, devido, sobretudo, à criação do bispado na capitania.¹⁶⁸

As denúncias contra os abusos dos provedores são particularmente marcantes ao final do século XVII. Além do descaminho de mercadorias, o provedor do Rio de Janeiro não realizava os pagamentos integrais dos contratos, mantendo para si parte das prestações. Ademais, aponta-se que o provedor interferia na realização dos leilões, permitindo-se inclusive escolher os lançadores e impedindo, desta forma, o crescimento do preço dos contratos. Conta-se que até mesmo um criado do provedor da fazenda

¹⁶⁶ CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII*, op. cit., p. 42. MENEZES, *Colonialismo em ação*, op. cit., p. 164.

¹⁶⁷ DI, v. 40, p. 109-110. Lisboa, 5 fev. 1734. Ofício do rei d. João V ao conde de Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

¹⁶⁸ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 4, doc. 510. Santos, 30 jan. 1726. Carta do provedor da fazenda da vila de Santos, Timóteo Correia de Góis, a d. João V. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 19, doc. 1831. Santos, 23 fev. 1749. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira a d. João V.

Tomé de Sousa Correia, que aparece como provedor em 1680, havia arrematado o contrato da pesca das baleias no Rio de Janeiro. Por fim, não era incomum que o próprio provedor da fazenda atuasse como arrematante nos contratos, nem sempre cumprindo os pagamentos, conforme os exemplos da pesca da baleia no Rio de Janeiro no último quartel do século XVII. Quando agiam como arrematantes, seguramente os provedores limitavam o crescimento dos preços dos contratos. A Coroa protegia-se destes conluíus, promovendo devassas, realizadas após denúncias das autoridades locais. Não era incomum ver um antigo provedor e contratador, mesmo que bem alicerçado na sociedade local, ser preso e degredado para a Colônia de Sacramento.¹⁶⁹

Tendo em vista a influência dos provedores sobre as arrematações, a acumulação indevida de emolumentos e o amplo contingente de dependentes dos dispêndios da Provedoria, a Coroa buscou aumentar o grau de supervisão sobre os provedores da fazenda na primeira metade do século XVIII. Muito antes da criação do Erário Régio, o Conselho Ultramarino tomou medidas de controle das finanças dos domínios. Em 1717, determinou-se o envio de uma relação das rendas da capitania paulista ao Conselho.¹⁷⁰ Três anos depois, ordenou-se ao provedor da fazenda a feitura de um livro no qual se registrassem “dívidas antigas, restos de contratos, e outras quaisquer parcelas quanto da importância do ano atual”, a relação de receitas e despesas efetuadas no ano e uma conta separada das despesas bélicas (munições, artilharias, armas, pólvora e balas).¹⁷¹ A partir de 1721, uma conta das receitas e despesas da provedoria, inclusive discriminando entre despesas militares e eclesiásticas, ordinárias e extraordinárias, deveria ser remetida anualmente ao rei e ao Conselho.¹⁷²

Além do controle de informações, havia também a supervisão das despesas. A partir de 1732, os gastos com o pagamento de ordenados, côngruas e ajudas de custo deveriam passar pela secretaria de governo da capitania, sendo apresentadas obrigatoriamente ao capitão-general. Os pagamentos efetuados sem autorização seriam

¹⁶⁹ Mss. Cad., v. 1, p. 245-246. Rio de Janeiro, 5 mar. 1676. Carta de Matias da Cunha. Mss. Cad., v. 1, p. 440. S.l., s.d. [último quartel séc. XVII]. “Relatório sobre o que rendia o contrato das baleias e dos açúcares do Rio de Janeiro”. DIAS, Camila Baptista. *A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 79-80, 107, 112-114.

¹⁷⁰ CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII, op. cit.*, p. 25.

¹⁷¹ DH, v. 1, p. 60-61. Lisboa, 19 jan. 1720. Ofício do rei d. João V ao provedor da fazenda da praça de Santos, Timóteo Correia de Góis.

¹⁷² DI, v. 18, p. 31-32. Lisboa, 15 mar. 1721. Carta régia de d. João V ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Pedro Alves Cabral.

descontados do patrimônio do provedor.¹⁷³ Sem dúvida alguma, tratava-se de uma mudança no poder concedido anteriormente aos capitães-mores da capitania donatária, uma vez que ao governador da praça de Santos só cabia ordenar as despesas com fortificações ao início do século XVIII, e este tampouco possuía jurisdição alguma sobre os provedores.¹⁷⁴

Todas estas medidas retiravam a supervisão de contas do controle intermédio da Provedoria-Mor da Fazenda do Estado do Brasil, conforme instituído desde 1548, estabelecendo, a partir de então, uma conexão direta entre a administração fazendária das capitanias e a Coroa, e contribuindo para o declínio do governo-geral. Desta forma, o controle de informações sobre os provedores ao início dos Setecentos favorecia o Conselho Ultramarino e as capitanias-gerais enquanto instâncias legítimas de poder no império. Além disso, cabe considerar o impulso racionalizador que tais medidas exerceram sobre ofícios baseados em um modelo patrimonialista, ainda que, com efeito, não tenham sido suficientes para produzir uma ruptura do paradigma político seiscentista. De forma similar aos argumentos de Michel Bertrand para o caso da Nova Espanha, a gestão fiscal dos domínios americanos da monarquia portuguesa assiste nas décadas iniciais dos Setecentos a uma primeira racionalização da estrutura e dos agentes administrativos no período anterior à segunda metade do século XVIII.¹⁷⁵

O fortalecimento da supervisão da Coroa sobre as provedorias da fazenda, tanto pelo poder central, quanto pelos poderes concorrentes ao dos provedores nas capitanias, caso do capitão-general, foi acompanhado pela crescente importância das rendas geridas pelas provedorias à custa do poder local. Nas primeiras décadas dos Setecentos, observa-se a transferência de diversas rendas, anteriormente sob controle das câmaras, para as provedorias. O primeiro período de apropriações de contratos pela Coroa ocorre na década de 1700. Transfere-se para a Real Fazenda o subsídio pequeno dos vinhos no Rio de Janeiro (1701), o subsídio das aguardentes da terra e vinhos de mel (1709) e a dízima do tabaco, aguardente da terra e mais gêneros (1713) na Bahia. O final

¹⁷³ DI, v. 22, p. 9-10. São Paulo, 12 set. 1732. Portaria do conde de Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, ao Timóteo Correia de Góis, provedor da fazenda da capitania de São Paulo.

¹⁷⁴ DH, v. 1, p. 29. Lisboa, 21 jul. 1706. Ofício régio do conde de Alvor ao provedor da fazenda de Santos, Timóteo Correia de Góis.

¹⁷⁵ BERTRAND, Michel. Une siècle de réformes dans l'administration des finances aux Amériques: rationalisation et professionnalisation (XVIIe-XVIIIe siècles). In: DUBET, Anne (Coord.). *Les finances royales dans la monarchie espagnole (XVIe-XIXe siècles)*. Rennes: Presses Universitaires des Rennes, 2008. (Collection "Histoire"). p. 159-212.

da década de 1720 e início da seguinte marcam outras passagens: o subsídio do açúcar (1727) e a pensão de 80 réis por caixa de açúcar e 40 réis por feixe embarcado para fora da capitania (1727) em Pernambuco; a imposição de quatro vinténs (80 réis) sobre cada alqueire de sal (post. 1729), o contrato do azeite doce (1730), o subsídio grande dos vinhos (1731), o subsídio da aguardente da terra (1731), todos no Rio de Janeiro,¹⁷⁶ e por fim o subsídio da carne (1732) na Paraíba.¹⁷⁷ Na capitania de São Paulo, o subsídio das bebidas foi o único rendimento que se tem notícia haver sido transferido do poder local, no caso a câmara de Santos, para a Real Fazenda antes de 1703.¹⁷⁸

Os motivos foram bastante variados. Na capitania da Paraíba, em 1704, foi a própria câmara que solicitou ao rei a transferência do subsídio do açúcar para a alçada da provedoria, livrando-a do ônus da coleta.¹⁷⁹ Em 1709, os vereadores da câmara de Salvador pediram ao rei a incorporação do imposto das aguardentes e vinhos de mel e da dízima do tabaco, aguardente e mais gêneros da terra pela Real Fazenda.¹⁸⁰ As rendas incorporadas representavam 21,1% da receita total da provedoria baiana no ano fiscal de 1713-1714.¹⁸¹ Nestes dois casos, observa-se que a transferência não se efetuou contra a vontade das câmaras, usurpando seus poderes, mas pela consideração dos edis quanto aos custos envolvidos na arrecadação. Por outro lado, nos períodos posteriores os argumentos baseavam-se no fortalecimento do poder régio face aos poderes locais.

Em Pernambuco, após a guerra dos mascates, temia-se a utilização dos recursos da câmara de Olinda para o financiamento de novas sublevações. Em consulta do Conselho Ultramarino, Antonio Rodrigues da Costa afirmava que convinha que se tirasse a administração das mãos da câmara, posto que “é máxima infalível que a milícia é de quem a paga e nas dissensões segue sempre o partido de quem recebe os soldos”, além de ser notório que a câmara administrava mal as rendas, “com grandes descaminhos”.

¹⁷⁶ CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII*, op. cit., p. 198-199, 227-229. ARAUJO, *Em nome do rei e dos negócios*, op. cit., p. 131. AHU, Conselho Ultramarino, cód. 219, fl. 427. Livro de assentos e fianças dos contratos reais do Conselho Ultramarino, 1671-1731. ABNRJ, v. 46, p. 13. Lisboa Ocidental, 12 nov. 1729. Consulta do Conselho Ultramarino.

¹⁷⁷ MENEZES, *Colonialismo em ação*, op. cit., p. 133.

¹⁷⁸ DH, v. 1, p. 29-30. Lisboa, 21 fev. 1707. Ofício do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Correia de Góis.

¹⁷⁹ MENEZES, *Colonialismo em ação*, op. cit., p. 125.

¹⁸⁰ SOUZA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas: Bahia século XVIII*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 345.

¹⁸¹ CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII*, op. cit., p. 75.

Desta forma, tiravam-se “os meios de poderem empregar a Fazenda Real em fazerem guerra aos vassallos, como se experimentou na que fizeram ao Recife”.¹⁸²

Além do enfraquecimento de possíveis revoltas, na medida também se nota uma tentativa de circunscrever a esfera de atuação das câmaras ao governo local, separando-as de questões mais gerais que envolvessem toda a capitania, especialmente em questões militares. No Rio de Janeiro, alegava-se a retirada de diversos contratos do poder municipal, afirmando-se que a câmara só deveria administrar os contratos “cujos rendimentos se h[ouverem] de despender por ela em as despesas econômicas pertencentes à cidade, como consertos de calçadas, fontes, pontes, e outras semelhantes, e que propriamente são bens do Conselho”. Os gastos com fortificações, pagamentos militares e o soldo dos governadores ficariam a cargo da Provedoria da Fazenda. Ademais, como no caso de Pernambuco, reclamava-se novamente da má gestão, “desordens e confusões” na administração das rendas pelas câmaras.¹⁸³ Conforme expressava um parecer do Conselho dois anos antes, os problemas ocorriam na “passagem do dinheiro que produzem [os contratos]”. Na retórica do Conselho, para remediar o possível desconsolo dos oficiais das câmaras aconselhava-se ao rei: “(...) ser servido suavizar-lh[es] mandando-lhe escrever, que atendendo ao trabalho que eles têm desnecessariamente na administração destes contratos de que lhe não tocam utilidades”, “aliviando” os oficiais da câmara daquele ônus.¹⁸⁴ O mesmo argumento reaparece em 1731 em uma provisão régia para a provedoria fluminense:

(...) atendendo ao trabalho que os oficiais da câmara dessa cidade têm desnecessariamente na administração dos contratos que até aqui se administravam por aquele senado de que lhe não tocam utilidades sendo as suas obrigações mais precisas aplicarem-se ao governo econômico dessa cidade aonde tenho oficiais da minha fazenda para cuidarem nela a quem incumbe a sua arrecadação.¹⁸⁵

Em suma, importa destacar nas primeiras décadas do século XVIII o declínio da idéia de auto-governo das câmaras quanto à fiscalidade colonial. A antiga autonomia dos

¹⁸² DH, v. 98, p. 196. Lisboa, 12 mai. 1713. Consulta do Conselho Ultramarino.

¹⁸³ DH, v. 94, p. 40. Lisboa Ocidental, 20 fev. 1731. Consulta do Conselho Ultramarino.

¹⁸⁴ ABNRJ, v. 46, p. 13. Lisboa Ocidental, 12 nov. 1729. Consulta do Conselho Ultramarino.

¹⁸⁵ ANRJ, Vice-Reinado, cx. 750, pct. 1, fl. 37v. Lisboa, 22 fev. 1731. “Provisão de 22 de fevereiro de 1731 [ao provedor da Fazenda Real da capitania do Rio de Janeiro, Bartolomeu de Siqueira Cordovil] porque Sua Majestade que Deus guarde foi servido mandar que os contratos cuja administração corria por conta do senado da câmara passasse para a Provedoria da Fazenda Real”.

poderes e a visão do monarca enquanto conservador de um equilíbrio de poderes seria pouco a pouco contraposta pelo ordenamento dirigido pela Coroa e pelo rei. É curioso perceber como as necessidades de defesa atuaram em sentidos diversos. Se no século XVII, conduziram ao fortalecimento do poder fiscal camarário, na centúria seguinte, a defesa do ouro justificará sua restrição. Por outro lado, a fim de se evitar uma valorização excessiva da questão, cabe considerar que a transferência das rendas das câmaras para a Real Fazenda no século XVIII foi mitigada tanto pela preexistência de tributos ou estancos que sempre pertenceram à Coroa, quanto pela criação de outras fontes de receitas, como a dízima da alfândega e os ganhos de senhoriagem das Casas da Moeda, completamente alheias ao poder local, porém constitutivas de boa parte das receitas de capitâneas importantes como Rio de Janeiro e Bahia.

5. A arrematação dos contratos da capitania

Nas primeiras décadas do século XVIII, o governo da Real Fazenda estava sujeito a um conjunto de conselhos e tribunais que caracterizavam o modelo polissinodal da monarquia portuguesa. Na *Descrição corográfica do reino de Portugal* (1739), Antonio de Oliveira Freire relacionava o Conselho da Fazenda, o Tribunal dos Contos, a Junta do Tabaco, a Junta dos Três Estados e o Tribunal da Alfândega como as principais autoridades fiscais do reino, as quais também se deve acrescentar o Conselho Ultramarino.¹⁸⁶

Criado em 1591, o Conselho da Fazenda possuía “absoluta jurisdição em todos os negócios, e matérias tocantes, à fazenda de Sua Majestade”. Vários tribunais fazendários estavam sob sua sujeição: o Tribunal dos Contos, a Alfândega de Lisboa, a Casa da Índia e Mina, os Armazéns de Guiné e da Índia, as Sete Casas, o Paço da Madeira, a Casa dos Cincos e portos secos e a Casa da Moeda. Com relação aos oficiais da Real Fazenda (tesoureiros, almoxarifes, contadores e provedores da fazenda) a atuação do Conselho da Fazenda abarcava o Reino e as ilhas adjacentes. Ademais, os oficiais fazendários dos mestrados das três Ordens Militares também estavam sob a alçada do Conselho da Fazenda.¹⁸⁷

Originalmente, o conselho possuía três tipos de atribuições: administrativa, jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa. As atribuições de natureza administrativa consistiam em arrecadar rendas reais, administrar o comércio ultramarino, realizar a tomada de contas aos almoxarifes e contadores das comarcas, administrar os bens próprios do rei, conceder condicionalmente rendas reais, dar ofícios das sisas e direitos reais e, por fim, preparar assuntos de graça relativos à fazenda, como tenças, ordenados, padrões etc. As atribuições de jurisdição voluntária referiam-se ao arrendamento e aforamento de propriedades, ao arrendamento de rendas e ao despacho de cartas sobre a fazenda. Por último, havia as atribuições de jurisdição contenciosa: recursos quanto às sisas, feitos envolvendo os rendeiros das rendas da Coroa, erros dos oficiais fazendários e apelações quanto às decisões dos almoxarifes, recebedores e rendeiros e, de modo geral, de todas as coisas pertencentes à fazenda. Deve-se observar, contudo, que a

¹⁸⁶ FREIRE, Antonio de Oliveira. *Descrição corográfica do reino de Portugal...* Lisboa Ocidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.

¹⁸⁷ FREIRE, *Descrição corográfica do reino de Portugal...*, op. cit., p. 101-102.

jurisdição contenciosa era partilhada e disputada com a Casa de Suplicação que retirou quase toda esta atribuição ao conselho devido à criação do cargo de juiz dos feitos da fazenda nas Ordenações Filipinas (1603), fato que gerou inúmeros conflitos ao longo do século XVII.¹⁸⁸

A composição do conselho dividia-se entre vedores e conselheiros, sendo estes últimos alguns de origem nobre e outros escolhidos no corpo de magistrados. O cargo de vedor já havia sido criado por um regimento de 1516, sendo incorporado ao Conselho da Fazenda. Segundo um relato do tesoureiro-mor do Erário Régio, apresentado em 1777, era costume do reino despachar as matérias de fazenda diretamente com os vedores. Com a criação do conselho, “se introduziu o sistema forense na arrecadação da fazenda, assim como em todas as partes do governo”. A prática tratava indiscriminadamente assuntos de maior ou menor importância dentro das formalidades da consulta. Nas reuniões do conselho, os togados adquiriram preeminência sobre os demais membros, tanto os conselheiros de capa e espada, como os vedores. Como apontava acidamente o tesoureiro-mor, “foi abraçado como coisa muito científica o método da rabulice, ou das papeladas” adotado em todos os tribunais régios e mesmo pelos leigos. A despeito do tom preconceituoso das críticas, pode-se tirar como verídica a difusão de um padrão de resolução de questões no Conselho da Fazenda fundado sobre um modelo político jurisdicionalista. Neste sistema, os magistrados adquiriam amplo poder de tal forma que a justiça constitui o principal saber na resolução das matérias fiscais. Por outro lado, o método das consultas não contribuía para a rapidez e eficiência da administração fiscal.¹⁸⁹

Como é sabido, desde 1642, com exceção das questões eclesiásticas, sob responsabilidade da Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Ultramarino dispunha de toda a jurisdição sobre os territórios ultramarinos, mormente sua administração fazendária. Também estavam excluídas da jurisdição do Conselho Ultramarino as conquistas da África e as ilhas da Madeira e Açores, embora na prática a administração dos contratos de Angola tenha caído posteriormente em sua alçada. Boa parte da estrutura do Conselho Ultramarino espelhava e ampliava as anteriores atribuições do Conselho da Fazenda quanto aos domínios, pois anteriormente, sobretudo a partir da

¹⁸⁸ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 237-239.

¹⁸⁹ Academia de Ciências de Lisboa, Série Vermelha, cód. 483. “Lembranças oficiosas a respeito do pagamento das Dividas Reais; e da reforma da Administração da Real Fazenda. Por João Henriques de Sousa Tesoureiro-Mor do Real Erário”. S.l., [1777]. fl. 8v-9v, 19.

década de 1620, as matérias relativas à fiscalidade e à defesa do Brasil eram tratadas no próprio Conselho da Fazenda. Após 1642, este conselho apenas manteria jurisdição sobre as frotas para Índia e Brasil. Depois da criação do Conselho Ultramarino, as relações entre os dois conselhos foram bastante ambíguas, havendo tanto conflitos quanto associações. Logo ao seu início, a presidência do Conselho Ultramarino foi entregue ao marquês de Montalvão, d. Jorge de Mascarenhas, um dos vedores da fazenda do Conselho da Fazenda e responsável pela administração fazendária da Índia. A medida procurava reduzir os possíveis atritos entre as duas instituições. Não obstante estes conflitos, não era uma relação entre iguais. Com relação aos domínios, cabia ao Conselho da Fazenda operar sob as sombras do novo protagonista, como conclui o estudo de Joseph Joyce Jr.¹⁹⁰

A partir da década de 1660, a proeminência do Conselho Ultramarino sobre a administração do império alterava, ao menos no além-mar, o feitiço equilibrado entre as jurisdições sinodais. O governo do ultramar não espelhava a fragmentação e a pulverização de forças que se esperava encontrar no reino. Em primeiro lugar, a criação do conselho afastou e delimitou outro circuito de atuação para os conselhos restantes da monarquia. Assim, o governo imperial a partir de Lisboa já não era *polissinodal*, mas vinculado a apenas um conselho, com a ressalva observada nas questões religiosas. Em segundo lugar, o exercício da própria jurisdição do conselho era uma força aglutinadora e centrípeta, que não se assemelhava muito ao modelo restrito de administração passiva, centrado na conservação da justiça. Enquanto este último paradigma vinculava-se à continuidade e ao restabelecimento constante de equilíbrios, o exercício de poder no ultramar fundava-se em situações de conflitos e rupturas. Ademais, os domínios não continham o peso secular da tradição e dos costumes que escoravam a conservação dos corpos políticos do reino. A plasticidade e precocidade dos privilégios ultramarinos tornavam mais dúctil o governo dos vassalos ultramarinos. Assim, a partir do modelo político inicial do reino originaram-se transformações que conduziam à hipertrofia do Conselho Ultramarino. Não obstante sua força, este processo ocorreu com vagar, percalços e resistências, sem atingir, ao menos no tocante à arrematação dos contratos, grande sucesso no período anterior ao segundo quartel do século XVIII.

¹⁹⁰ Col. Reg., v. 4, p. 478. “Regimento do Conselho Ultramarino” (14 jul. 1642). JOYCE JR., Joseph Newcombe. *Spanish Influence of Portuguese Administration: a Study of the Conselho da Fazenda and Habsburg Brazil, 1580-1640*. Tese (Doutorado em História) – University of Southern California, Los Angeles, 1974. p. 285, 397-402, 421.

Embora o regimento do Conselho Ultramarino previsse a jurisdição sobre a administração da fazenda dos domínios,¹⁹¹ a ascensão do conselho sobre as finanças do além-mar foi longa e descontínua, arrastando-se por toda a segunda metade do século XVII e início do seguinte. Esta interpretação é um pouco distinta à de Luciano Figueiredo quanto à periodização e à avaliação da força do Conselho Ultramarino sobre a fiscalidade colonial.¹⁹² Enquanto o conselho não tivesse controle sobre as finanças das câmaras e a arrematação dos contratos, a supervisão sobre a Real Fazenda exercia-se de forma pouco sistemática, não abarcando todos os tributos. Restava o controle sobre as rendas e despesas geridas pelas provedorias, tarefa difícil quando vários contratos eram arrematados no ultramar e havia a intermediação do governo-geral no cargo do provedor-mor. Neste sentido, a arrecadação do donativo para a paz da Holanda e do dote para o casamento da rainha da Inglaterra foi um verdadeiro teste de forças entre o Conselho e as câmaras. Os atrasos nas remessas, a prorrogação dos prazos e a redefinição dos montantes a serem pagos pelas capitanias atestavam a vitalidade dos poderes locais, ainda que de modo algum o rei permitisse a suspensão do donativo suplicada pelas câmaras. Em 1725, a Bahia ainda devia 59:000\$000 réis pelo donativo criado seis décadas antes.¹⁹³

Como já apontou Laura de Mello e Souza, somente nas primeiras décadas dos Setecentos é que se percebe uma visão integrada das diversas partes da América portuguesa, gestada na alta burocracia régia, face aos desafios externos e internos ao império. Uma concepção mais integrada do funcionamento da fiscalidade imperial e a busca de mecanismos mais eficazes de controle também tendem a tomar corpo apenas no século XVIII. Simultaneamente ao processo já descrito de transferência de diversos tributos das câmaras para as provedorias da Real Fazenda, assiste-se ao maior grau de intervenção do Conselho Ultramarino sobre as arrematações dos contratos.¹⁹⁴

Neste sentido, devido à descoberta das minas auríferas, o final do século XVII representou uma mutação quantitativa no volume de remessas do Brasil para o

¹⁹¹ “Regimento do Conselho Ultramarino” (14 jul. 1642). Col. Reg., v. 4, p. 478.

¹⁹² FIGUEIREDO, *Equilíbrio Distante*, op. cit..

¹⁹³ FERREIRA, *Amor, sacrifício e lealdade*, op. cit., p. 133-135. CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII*, op. cit., p. 79.

¹⁹⁴ SOUZA, *O sol e a sombra*, op. cit., p. 107-108.

Conselho da Fazenda e o Conselho Ultramarino. Entre 1682 e 1688, as remessas equivaliam a míseros 640\$000 réis por ano. A partir de 1688, este montante elevava-se a 8:528\$000 réis por ano e alcançara 12:177\$000 réis entre 1694 e 1700. As transformações no volume de recursos exigiam outras medidas destinadas ao ordenamento e controle dos contratos régios.¹⁹⁵

A formação de conluíus entre oficiais régios e contratadores, inutilmente proibida pela Coroa, também favoreceria a centralização das arrematações no Conselho Ultramarino a partir de 1723. Naturalmente, contribuía para tal desfecho os interesses dos mercadores reinóis, em busca de ganhos fiscais na economia vitalizada pela mineração. Com esta medida, as Provedorias da Fazenda nas capitanias tornar-se-iam meras caixas da Real Fazenda, sem controle sobre o leilão dos contratos. Anteriormente, as arrematações ocorriam por meio das provedorias de cada capitania sob a supervisão da Provedoria-Mor, sediada em Salvador. Os contratos eram divididos por capitanias, caso dos dízimos e da pesca da baleia, visando-se, desta forma, à obtenção de preços mais elevados na venda aos arrematantes. Os dízimos, por exemplo, inicialmente formaram um contrato unificado do Estado do Brasil, sendo depois desmembrado em diversos contratos.¹⁹⁶

A partir da decisão régia de 1723 os contratos deveriam ser arrematados por três anos em Lisboa,¹⁹⁷ fato que fortalecia tanto a administração central do império, o Conselho Ultramarino, quanto os negociantes reinóis, conforme apontou a interpretação consistente de Luiz Antônio Silva Araújo.¹⁹⁸ Ainda assim, era possível aos membros das elites coloniais o recurso às procurações para participarem dos leilões, quando não pudessem estar presentes. Por motivos ainda pouco claros, retornou-se ao final de 1731 para o sistema anterior, deixando-se a cargo das autoridades nas capitanias (governadores, provedores da fazenda, ouvidores e procuradores da fazenda) a feitura das arrematações que deveriam ocorrer “sem dolos, nem conluíus”.¹⁹⁹

¹⁹⁵ Mss. Cad., v. 1, p. 457-458. S.l., s.d. Relatório que afirma o aumento no contrato dos dízimos reais e nos rendimentos dos Conselhos da Fazenda e Ultramarino durante o governo de d. João de Lencastre no Brasil (1694-1700).

¹⁹⁶ LYRA, *Os dízimos reais na capitania de São Paulo*, op. cit., p. 45-46. DIAS, *A pesca da baleia no Brasil colonial*, op. cit., p. 98-99.

¹⁹⁷ DH, v. 1, p. 93. Lisboa Ocidental, 9 jul. 1723. Ofício do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Correia de Góis.

¹⁹⁸ ARAÚJO, *Em nome do rei e dos negócios*, op. cit., p. 78-183.

¹⁹⁹ DH, v. 1, p. 188. Lisboa, 19 nov. 1731. DH, v. 1, p. 195. Lisboa, 17 nov. 1731. Ofícios do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Correia de Góis.

Novamente, ao início de 1736, por decisão pensada no Conselho Ultramarino, as arrematações retornaram para Lisboa. Nas capitanias, os provedores deveriam notificar com editais as arrematações futuras. A medida foi tão súbita que nem se esperou o término de vários contratos, ordenando-se a arrematação provisória por apenas um ano. Também houve resistências por parte dos provedores, que continuaram a realizar as arrematações nas capitanias, prática a ser penalizada com a perda do ofício, conforme se depreende de uma reprimenda de d. João V.²⁰⁰ Assim, parece correto destacar que a ascensão do Conselho Ultramarino sobre a arrematação dos contratos dos domínios foi lenta até 1722 e errática entre 1723 e 1735, estando completamente assegurada apenas no período de 1736 a 1761.

A TABELA II.4 apresenta as principais diferenças na evolução dos contratos arrematados pelo Conselho Ultramarino entre 1671 e 1789 de acordo com os períodos nos quais as arrematações procederam em Lisboa ou nos domínios. A única exceção é o período entre 1751 e 1761, que não seguiu tal critério, pois se desejava avaliar a evolução dos contratos após o fim da capitação, também ápice da arrecadação aurífera em Minas Gerais, até a criação do Erário Régio. Ademais, esta divisão impede uma distorção muito grande nos resultados por concentrar um número muito elevado de tributos em apenas um período.

A distribuição dos contratos, tanto em seu número, quanto pelos valores acumulados, indica a concentração das arrematações entre 1737 e 1761, quando foram leiloados 67% do número total de contratos, o que representa 66% do valor total de todos os contratos arrematados entre 1671 e 1789. Também foram as épocas que indicaram a maior média anual quanto aos valores dos contratos. Em seguida, há o período de 1723 a 1731, quando foram vendidos 18% de todos os contratos (17% do valor total), além de ter sido o terceiro melhor desempenho da média anual do valor total dos contratos.

²⁰⁰ DH, v. 1, p. 289-290. Lisboa, 3 mar. 1736. DH, v. 1, p. 312-313. Lisboa, 21 abr. 1737. Offícios do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, José de Godói Moreira.

Tabela II.4. Contratos arrematados no Conselho Ultramarino, 1671-1789

	Período (anos)	Número de contratos	Contratos ilegíveis	Valor total dos contratos (em réis)	Média de contratos ao ano	Média anual do valor total (em réis)	Valor médio por contrato (em réis)
1671-1722	52	26	6	1.476:163\$000	0,5	28:387\$750	73:808\$150
1723-1731	9	89	2	6.000:780\$000	9,9	666:753\$333	68:974\$483
1732-1736	5	7	0	1.271:312\$000	1,4	254:262\$400	181:616\$000
1737-1750	14	223	19	15.239:357\$196	2,5	1.088:525\$514	74:702\$731
1751-1761	11	109	6	8.331:437\$000	9,9	757:403\$364	80:887\$738
1762-1789	28	39	3	3.452:970\$780	1,4	123:320\$385	95:915\$855
Total	119	493	36	35.772:019\$976	3,8	300:605\$210	78:275\$755

	Distribuição		Variação quanto ao período anterior		
	Número contratos	Valor dos contratos	Média dos contratos	Média anual	Valor médio dos contratos
1671-1722	5%	4%			
1723-1731	18%	17%	1880%	2249%	-7%
1732-1736	1%	4%	-86%	-62%	163%
1737-1750	45%	43%	79%	328%	-59%
1751-1761	22%	23%	296%	-30%	8%
1762-1789	8%	10%	-86%	-84%	19%

Notas

- (1) A fonte principal utilizada foram os *Livros de assentos e fianças*, complementando-se com alguns contratos que constavam apenas nos *Livros de termos*. Não foram incluídos os contratos após 1790, pois não há a série completa dos dados.
- (2) Estão inclusos os contratos africanos, mas não foram incluídos os contratos dos diamantes, ausentes na documentação consultada.
- (3) Os valores não foram deflacionados e as médias não incluem os contratos ilegíveis.
- (4) Adotou-se a data da arrematação e não a do início do contrato para a divisão dos contratos.
- (5) Os preços dos contratos em pesos de ouro foram convertidos para réis, segundo os critérios adotados em CARRARA, *Minas e currais, op. cit.*, p. 72-74.

Fontes

AHU, Conselho Ultramarino, cód. 215-216. Livros de termos de arrematação de contratos reais do Conselho Ultramarino, 1744-1792. 2v.

AHU, Conselho Ultramarino, cód. 219-222. Livros de assentos e fianças dos contratos reais do Conselho Ultramarino, 1671-1790. 4v.

As médias permitem perceber a velocidade com que os contratos eram vendidos, porém não é ponderada pelos valores dos contratos. Os períodos de 1723 a 1731 e de 1751 a 1761 apresentaram uma média bastante elevada, com quase dez contratos arrematados anualmente. Em compensação, houve períodos de baixo dinamismo entre 1732 e 1750 e após 1761 (1,4-2,5 contratos/ano), incomparáveis, ainda assim, com a morosidade anterior a 1723 (0,5 contrato/ano). O valor médio dos contratos seria um bom indicador se fosse possível deflacionar os dados, porém uma avaliação justa acaba sendo prejudicada pelos valores nominais.

De modo geral, as cifras obtidas apontam a vitalidade do Conselho Ultramarino, sobretudo entre 1738 e 1755, mesmo após a criação da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1736. Ao menos no tocante à fiscalidade imperial, o Conselho continuava a ser a principal instituição de articulação e controle dos domínios.

Com relação à arrematação dos contratos na capitania de São Paulo, pode-se considerar que a incorporação ao Conselho Ultramarino só ocorreu completamente a partir de 1738. Entre 1726 e 1731, apenas nove contratos da capitania foram arrematados em Lisboa: o subsídio das aguardentes de Santos (1726 e 1727), os dízimos de Santos e São Paulo (1726, 1728 e 1730), os dízimos das minas de Cuiabá (1726), as passagens de São Paulo para as minas de Cuiabá (1727 e 1731) e o estanco da pesca da baleia (1729). O montante dos valores pagos aos contratos totalizou 89:505\$000 réis. O reinício das arrematações dos contratos de São Paulo em Lisboa ocorreria somente em 1738, dois anos depois da promulgação da primeira ordem régia. Entre 1738 e 1748, ano de extinção da capitania, foram arrematados 21 contratos, que totalizaram 631:135\$829 réis. Tal montante representava o sétuplo do valor acumulado entre 1726 e 1731. A média anual dos valores acumulados de 1738 a 1748 equivalia a 2,8 vezes a média para o período de 1726 a 1731. Considerando-se o valor médio por contrato para cada período, percebe-se que no segundo momento os contratos valiam o dobro do primeiro. Tais dados indicam que houve tanto um crescimento do montante anual arrematado, quanto dos valores dos contratos, em que pese a inflação do período.²⁰¹

²⁰¹ Para o período 1726-1731 não se obteve os valores de 3 contratos e para o de 1738-1748 de um dos contratos. Os valores foram suprimidos do cálculo da média. Com exceção do ano de 1732, não se encontrou a documentação de todos os contratos arrematados entre 1732 e 1736 pela provedoria paulista. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 8, doc. 916. Santos, 15 ago. 1733. Carta do provedor da Fazenda Real da praça de Santos, Antonio Francisco Lustosa.

É interessante notar as razões pelas quais não ocorreu uma incorporação de todos os contratos ao Conselho entre 1723 e 1731. A primeira das dificuldades decorria do próprio atraso do Conselho, o que acabou sendo uma escusa para os defensores das arrematações em São Paulo. Até meados de 1724, o provedor da fazenda ainda não havia recebido as ordens necessárias para a arrematação dos contratos em Lisboa, sendo que vários deles já estavam findando e, caso não fossem arrematados logo, causariam grande prejuízo à Real Fazenda pela descontinuidade na arrecadação. O governador Rodrigo César de Meneses e o provedor da fazenda opunham-se aos leilões em Lisboa, pois nenhum dos interessados nos contratos e residentes na capitania possuía fiadores na Corte. Tampouco se acreditava que houvesse algum negociante no reino interessado nos contratos da capitania devido à grande distância para se efetuar a cobrança, crença que depois se provou completamente infundada. Ademais, como argumentava Meneses em carta ao rei em 1725, era vantajoso arrematar os contratos aos habitantes da capitania, que eram pessoas com conhecimento suficiente das terras e do seu rendimento, ao contrário do que ocorria com os naturais do reino.

Pouco tempo depois, Meneses escrevia novamente ao rei informando a realização de uma junta extraordinária com os oficiais da fazenda (o provedor da fazenda) e justiça (o procurador da Coroa e fazenda e o juiz de fora, dado que o ouvidor-geral estava ausente), além dos governadores (o próprio Meneses e o governador da praça de Santos). Como não havia interessados na capitania de São Paulo em arrematar os contratos paulistas em Lisboa, com início em abril de 1725, as autoridades acreditavam ser mais conveniente proceder-se à arrematação na própria capitania, pois os tributos não poderiam ficar sem arrecadação até a resolução régia. Desta forma, leiloaram-se em São Paulo os contratos dos dízimos de Santos e São Paulo, os dízimos das minas de Cuiabá e as passagens dos rios Pacaré e Jacaré.²⁰² A resposta de d. João V e dos membros do Conselho Ultramarino à decisão tomada pela junta indica a anuência régia por conta do aumento dos contratos e pela crença de que os contratos sempre deveriam ser arrematados, e nunca correr por administração direta da Coroa. Porém, no triênio

²⁰² AESP, ordem 242, cx. 15, pasta 1, doc. 53. Santos, 18 ago. 1724. Carta do provedor da Real Fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Corrêa de Góis, ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 4, doc. 491. DI, v. 32, p. 122-123. São Paulo, 15 mai. 1725. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, a d. João V.

seguinte, quando não ocorressem tais atrasos, não haveria como furtar-se às arrematações em Lisboa.²⁰³

Ainda com relação às estas arrematações realizadas em 1725, duas observações de Rodrigo César de Meneses indicam o interesse de membros da elite da capitania na continuidade dos leilões na capitania. A primeira refere-se ao crescimento do valor do contrato dos dízimos de Santos e São Paulo em quase 8:000\$000 réis (32:400\$000 réis. pelo contrato em 1725, 24:500\$000 réis pelo anterior). O governador notava que o contrato “subira a tanto por piques [disputas, segundo Bluteau] que houve entre os lançadores”, ou seja, já havia algum envolvimento das elites locais, possivelmente mercantis, no negócio dos contratos, bem como havia concorrência entre seus membros. A segunda observação referia-se às desvantagens que os contratadores paulistas teriam com a transferência das arrematações para Lisboa, além da necessidade de fiadores, pois “ainda que mand[assem] lançar pelos seus procuradores [seria] com preço certo e limitado que eles não pode[riam] exceder”.²⁰⁴

Portanto, a mudança trazia condições desiguais de concorrência entre os contratadores residentes na colônia frente aos negociantes reinóis. Diversamente das primeiras advertências à decisão da junta convocada por Meneses no ano anterior, a resposta régia foi seca e resoluta: as arrematações seriam realizadas definitivamente em Lisboa, pois mostrava a experiência “que muitos contratos das conquistas t[inham] crescido muito as suas arrematações nesta Corte”. Ao governador caberia apenas enviar as condições anteriores dos contratos para se proceder aos leilões em Lisboa.²⁰⁵

No caso de Minas Gerais, Sofia Antezana também identificou resistências por parte do governador da capitania d. Lourenço de Almeida em realizar as arrematações em Lisboa durante a década de 1720. Na interpretação da autora, a transferência acarretaria o rompimento das redes clientelares estabelecidas pelos governadores, que envolviam o provedor da fazenda e os contratadores. A mudança das arrematações para Lisboa reduziria “o envolvimento dos governadores e demais ministros nas arrematações dos contratos”, evitando a formação de conluíus nos leilões.²⁰⁶

²⁰³ DI, v. 18, p. 180-182. Lisboa, 20 out. 1725. Carta régia de d. João V ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses.

²⁰⁴ DI, v. 32, p. 122-123. São Paulo, 15 mai. 1725. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, a d. João V.

²⁰⁵ DH, v. 1, p. 116-117. Lisboa Ocidental, 26 ago. 1726. Ofício do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Correia de Góis.

²⁰⁶ ANTEZANA, *Os contratadores dos caminhos do ouro...*, op. cit., p. 85-86, 145.

Certamente, as resistências na capitania mineira foram maiores do que em São Paulo, pois apenas os contratos dos dízimos de Minas, divididos em três comarcas, foram arrematados pelo Conselho Ultramarino em 1727 e 1730. Por outro lado, deve-se considerar de igual importância das redes clientelares tecidas entre os negociantes reinóis, o Conselho Ultramarino e a burocracia reinol, que muitas vezes se contrapunham àquelas existentes nas capitanias. Outro aspecto a considerar, porém ainda pouco estudado, refere-se às disputas pelas propinas dos contratos entre os membros do Conselho Ultramarino e os oficiais régios da fazenda das capitanias, além do próprio governador.

Em 1726 e 1727, foram realizadas as primeiras arrematações em Lisboa dos contratos da capitania de São Paulo. Havia ainda uma pequena brecha permitida pela voracidade do Conselho. Contratos de pequena monta, como os das passagens, poderiam ser leiloados na capitania de São Paulo, caso não houvesse lances em Lisboa. Tal situação ocorreu em 1729 com o contrato das entradas das minas de Paranapanema, que não atraía arrematantes no Conselho pela redução de sua produção aurífera, tendo “já desertado a maior parte da gente”. No mesmo ano, o contrato da passagem dos rios Atibaia, Jaguari, Mogi, Pardo e Sapucaí, todas situadas no caminho para as minas de Goiás, também foi arrematado na própria capitania, medida tomada pelo governador e o provedor da fazenda, posteriormente aquiescida pelo rei.²⁰⁷

Se antes havia titubeios quanto aos rumos dos contratos, o período de 1738 a 1765 marca o declínio efetivo das arrematações pela Provedoria da Fazenda e da participação de membros da incipiente elite paulista nos leilões, ou seja, a decadência de um incipiente poder regional. Porém, quando se consideram apenas os valores dos contratos da capitania, nota-se que eles ainda suscitavam interesse do Conselho Ultramarino e dos mercadores reinóis. Como já se apontou anteriormente, o período de 1738 a 1748 foi mais promissor do que o período de 1726 a 1731. Até mesmo após a extinção da capitania, a média anual dos preços dos contratos arrematados no Conselho entre 1748 e 1765 manteve-se regular, 6% acima da média do período anterior.

²⁰⁷ DH, v. 1, p. 151-152. Lisboa Ocidental, 8 mar. 1729. DH, v. 1, p. 169. Lisboa Ocidental, 27 mai. 1730. DH, v. 1, p. 170-171. Lisboa Ocidental, 31 mai. 1730. Ofícios do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Correia de Góis.

A partir de 1723, ao lado da centralização dos contratos em Lisboa, fortalecendo o Conselho, é preciso averiguar o quanto a medida vinculou-se ao fortalecimento exclusivo dos negociantes da capital imperial. Como indicado anteriormente, havia brechas que poderiam ser exploradas pelos homens de negócio atuantes nas capitanias. Em tese, bastava possuir um procurador em Lisboa para poder competir com os comerciantes residentes no reino.

Ademais, na primeira metade do século XVIII, a amplitude dos investimentos possíveis aos grandes negociantes portugueses, e alguns estrangeiros, residentes no reino também contribuía para atenuar o caráter hegemônico reinol que o sistema de arrematação de contratos poderia adquirir. Além do comércio marítimo, dos seguros e fretes ou do comércio de dinheiro e letras de câmbio, por exemplo, os grandes negociantes portugueses, e alguns estrangeiros, residentes no reino possuíam uma ampla “carteira de aplicações” vinculadas à fiscalidade régia para se aventurarem. Esta escolha dependia da jurisdição das instituições que regiam os contratos que poderiam ser adquiridos, o que ademais delimitava determinados espaços de acumulação fiscal-mercantil. Se escolhesse o Conselho da Fazenda, havia os contratos do reino e das ilhas atlânticas. Se recorresse à Junta dos Três Estados, haveria de regatear os contratos de fornecimento às tropas militares na península. Se tivesse cabedal suficiente, poderia investir nos contratos do tabaco, gerido pela junta correspondente. Por fim, havia os contratos da África e do Brasil sob supervisão do Conselho Ultramarino. Desta forma, pode-se dizer que nem todos os grandes comerciantes portugueses procuravam os contratos deste Conselho devido à concorrência de outras oportunidades lucrativas oferecidas pelas instituições sinodais restantes.²⁰⁸

²⁰⁸ COSTA, Fernando Dore; OLIVAL, Fernanda. Elites económicas. In: LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Orgs.). *História económica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. v. 1, p. 323-343. Ver p. 326-327.

Gráfico II.1. Redes de arrematantes e fiadores dos contratos leiloados no Conselho Ultramarino, 1671-1789

Visão geral

Corpo principal

Observação: São consideradas apenas as arrematações realizadas em Lisboa. Quanto mais espessa a linha, maior o número de contratos arrematados em conjunto pelos sócios.

Por sua vez, os dados para o Conselho Ultramarino apontam uma tendência expressiva à concentração dos recursos e à interdependência entre os agentes mercantis envolvidos. O GRÁFICO II.1 apresenta as redes estabelecidas entre os contratadores e fiadores nas arrematações do Conselho Ultramarino entre 1671 e 1789. São consideradas apenas as sociedades mercantis, sem se recorrer a outros indicadores como os laços familiares, apadrinhamento ou pertencimento a instituições. Também não são considerados outros vínculos econômicos além das arrematações, tais como relações de crédito, procurações, fretamento de navios etc. Assim, trata-se de um panorama inicial e restrito. Mesmo com tais limites, pode-se observar que havia um corpo principal de vínculos seguido por redes mais limitadas e pouco extensas entre os agentes mercantis. No grupo principal de arrematantes e fiadores, havia uma grande centralização das relações mercantis, permitindo a concentração dos contratos em um número bastante limitado de agentes. Como não foi possível averiguar a origem da maioria destes contratadores, não é possível tirar conclusões acerca da composição mais ou menos favorável aos comerciantes do reino com relação aos existentes na América portuguesa.

Ademais, outros atenuantes contribuíram para tornar menos excludente a seleção dos contratadores atuantes no ultramar. Em primeiro lugar, havia mudanças espaciais ao longo da carreira destes homens de negócio, que impedem uma divisão completamente nítida entre os residentes em Lisboa e os moradores nas capitanias. Não era incomum que um homem de negócio, saído pequeno ou jovem do reino e ainda caixeiro, fizesse fortuna no ultramar e depois de algumas décadas retornasse para a pátria-mãe. Ciente das dificuldades de classificação, Luiz Antonio Araujo, seguindo Luiz Filipe de Alencastro, qualifica tais contratadores como “negociantes do ultramar”, sem os vincular a alguma praça específica na América portuguesa. Segundo o autor, considerando o caso de José Bezerra Seixas: “a abrangência territorial dos contratos nos quais se envolve e a necessidade de articulações na corte, inclusive nas disputas pelas arrematações, que aparece de forma clara, permite pensá-lo naquela condição de um negociante do ultramar”.²⁰⁹ Em segundo lugar, havia aqueles comerciantes portugueses que, apesar de conservarem residência em terras americanas depois de deixarem o reino, ainda mantiveram fortes vínculos mercantis e familiares com os negociantes de

²⁰⁹ ARAUJO, *Em nome do rei e dos negócios*, op. cit., p. 137.

Lisboa, articulando estratégias por todo o império. No primeiro caso, pode-se pensar nos exemplos de José Ferreira da Veiga, José Bezerra Seixas e José Álvares de Mira, no segundo caso, os irmãos José e Domingos Ferreira da Veiga. Nos parágrafos seguintes, serão investigados alguns destes homens de negócio.

Na capitania de São Paulo, enquanto vigorou o regime de arrematações em Lisboa entre 1726 e 1764 (com exceção do período de 1732 a 1737) podiam ser observadas três possibilidades quanto ao destino do controle dos contratos: a arrematação por homens de negócio residentes no reino, pelos residentes em outras capitanias ou por aqueles da própria capitania paulista. O primeiro e segundo casos foram predominantes na capitania, enquanto o terceiro parece ter sido bastante marginal. Desde o final do século XVII, podiam ser observadas com grande frequência as arrematações realizadas nas vilas pelos comerciantes paulistas. O objeto da arrematação eram os estancos de aguardente da terra, comércio de carne e obras públicas, sendo abundantes os registros para São Paulo e Curitiba, por exemplo.²¹⁰

Após uma primeira listagem dos contratos arrematados no Conselho, a detecção da origem dos contratadores foi averiguada a partir das informações contidas nas inquirições dos processos de nobilitação para cavalheiro da Ordem de Cristo ou familiar do Santo Ofício. Foram selecionados alguns arrematantes que participaram como sócios ou fiadores em dez ou mais contratos, incluindo necessariamente ao menos um contrato paulista, ou que se destacaram pelo número de contratos relativos à capitania. Com base nestes critérios foram selecionados 17 contratadores (TABELA II.5). Uma vez que não foi possível verificar a origem e a trajetória de vida de todos os contratadores e fiadores envolvidos, os dados apresentados referem-se aos perfis mais completos.

²¹⁰ Para os exemplos de São Paulo, ver: BLAJ, *Trama das tensões*, op. cit., p. 282. Para os exemplos de Curitiba, ver: BAMC, v. 1, p. 86-87. N. Sra. da Luz dos Pinhais, 29 jan. 1696. Termo de vereança. Arrematação do estanco de aguardente da terra ao capitão Antonio da Costa Veloso por 1 ano. BAMC, v. 1, p. 89-90. N. Sra. da Luz dos Pinhais, 3 fev. 1697. Termo de vereança. Contrato das obras da cadeia dando em troca estanco da aguardente. BAMC, v. 1, p. 92. 15 dez. 1697. Termo de vereança. Contrato das obras da cadeia dando em troca estanco da aguardente. BAMC, v. 1, p. 93-94. 24 fev. 1698. Termo de vereança. Contrato do estanco de aguardente. BAMC, v. 1, p. 96. 1º mar. 1699. Termo de vereança. Contrato do estanco de aguardente. BAMC, v. 7, p. 63-64. N. Sra. da Luz dos Pinhais, 26 fev. 1714. Termo de vereança que se faz do estanco de aguardente da terra a Antonio Luiz Cordeiro. BAMC, v. 7, p. 83-84. N. Sra. da Luz dos Pinhais, 28 jan. 1720. Termo de arrematação do estanco desta vila, de todas as bebidas. BAMC, v. 7, p. 98-99. N. Sra. da Luz dos Pinhais, 2 fev. 1721. Termo de arrematação da obra da cadeia e casa do Conselho.

Tabela II.5. Principais contratadores dos contratos da capitania de São Paulo, 1723-1765

Sócios nos contratos

	SP	SP/RJ/SC	RJ	MG	GO	BA	PA	PB	PE	PE/PB	PE/BA/RJ	IT	MA	BR
Agostinho Pinheiro	3		1											4
Gastão da Silva Oliveira	2		1											3
Manuel Carneiro Rangel														0
José da Costa Guimarães	2													2
Antonio Marques Gomes	3													3
Estevão da Silva Castelo Branco	1		3		1	1								6
José Bezerra Seixas			5			1								6
João Francisco	3		4	2		28	1	1			1	1	4	45
Manuel Cordeiro	2													2
Afonso Genabel				1										1
Pedro Gomes Moreira	4	2	2	1										9
Caetano do Couto Pereira			6											6
Calixto Rodrigues Torres	1		1		1				2					5
Claro Francisco Nogueira	3													3
João Luís de Oliveira	1					7								8
José Álvares de Mira	3		2										1	5

Fiadores nos contratos

	SP	SP/RJ/SC	RJ	MG	GO	BA	PA	PB	PE	PE/PB	PE/BA/RJ	IT	MA	SC	BR
Agostinho Pinheiro			1	3											4
Gastão da Silva Oliveira															0
Manuel Carneiro Rangel	2		1												3
José da Costa Guimarães						1									1
Antonio Marques Gomes	2		4	1		7			1		1				16
Estevão da Silva Castelo Branco															0
José Bezerra Seixas	3		6		3	3					1				16
João Francisco	3		1	9	2	1		3				2	1	1	23
Manuel Cordeiro															0
Afonso Genabel	2														2
Pedro Gomes Moreira			3	5		2			1						11
Caetano do Couto Pereira	3	2	10			2			1	1				1	19
Calixto Rodrigues Torres			7		1	1									9
Claro Francisco Nogueira															0
João Luís de Oliveira						2									2
José Álvares de Mira	1														1

Fontes: idem às da Tabela II.4.

O maior arrematante do período foi **Pedro Gomes Moreira** (c.1714-1754), sócio em quatro contratos da capitania de São Paulo entre 1747 e 1753, abrangendo os dízimos da capitania e os subsídios dos molhados e novo imposto da praça de Santos. O contrato da pesca da baleia, que incluía a capitania do Rio de Janeiro, foi arrematado duas vezes por Pedro, porém na segunda não teve efeito devido à sua morte precoce. Nascido em Lisboa, fora ainda pequeno, com oito ou dez anos, para o Rio de Janeiro onde se encontrava seu pai. Em 1734, com apenas vinte anos, já se destacava como homem de negócio da capital fluminense. O pai, Tomé Gomes Moreira, era natural de Lisboa e a mãe, Ana Josefa de Castro, do Rio de Janeiro. Segundo inquirição realizada em 1736, atuava realizando negócios do Rio de Janeiro para Minas Gerais. Morava junto com os pais e era casado havia pouco tempo. A avaliação de sua fortuna é bastante diversa, possivelmente devido à inclusão do legado paterno. Os valores abrangem de 2:400\$000 réis, segundo o depoimento de um comerciante da cidade, a 8:000\$000 réis, conforme ele próprio confessava. Em 1750, obteve o hábito de familiar do Santo Ofício.²¹¹

O filho seguia com mais sucesso os passos do pai, que desde 1739 arrematara os contratos dos dízimos do Rio de Janeiro por dois triênios consecutivos (1739-1742, 1742-1745), os contratos da pesca da baleia do Rio de Janeiro, São Sebastião, Santos e São Paulo (1743-1748) e de Santa Catarina (1742-1750, 1750-1754).²¹² Ao total, entre 1738 e 1754, Pedro arrematou nove contratos e foi fiador em onze contratos. Além do Rio de Janeiro, atuou como sócio em São Paulo e Minas Gerais e como fiador em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Possivelmente, os Gomes Moreira buscaram novas oportunidades de lucros com os contratos de outras capitanias. À primeira vista, eles parecem ter sido expulsos do negócio dos dízimos no Rio de Janeiro pela concorrência de grandes contratadores, como João Francisco e Calixto Rodrigues Torres, que aparecem respectivamente como sócio e fiador nos dois triênios seguintes. Contudo, a concorrência no Rio de Janeiro não significava ausência de alianças em outras localidades, pois Pedro Gomes Moreira era fiador de João Francisco no contrato da dízima da chancelaria (1748-1750) e na dízima da alfândega em navios soltos (1751-1753), ambos na Bahia. João Francisco, por sua vez, era fiador de Pedro nos contratos do

²¹¹ ANTT, HSO, mc. 28, dilig. 513, Pedro Gomes Moreira. ELLIS, Comerciantes e contratadores do passado colonial, *op. cit.*, p. 109.

²¹² ARAUJO, *Em nome do rei e dos negócios*, *op. cit.*, p. 165.

subsídio dos molhados de Santos (1747-1750) e da passagem do rio das Mortes em Minas Gerais (1753-1756).

Entre os grandes fiadores de contratos envolvendo a capitania de São Paulo, encontram-se José Bezerra Seixas, Caetano do Couto Pereira e João Francisco com três contratos cada um. Este último, também participou como sócio em outros três contratos da capitania. Apenas a respeito de **José Bezerra Seixas** (c.1713-1758) foi possível coligir informações nas habilitações para a Ordem de Cristo. Nasceu em Lisboa, onde foi batizado em 1713. Seu pai, Manuel Bezerra Seixas, era natural de Viana e sua mãe, Josefa Maria dos Anjos, de Lisboa. José cresceu em Viana após a morte do pai ocorrida em 1714. Provinha de uma família mercantil enriquecida em duas gerações. O pai foi caixeiro, o avô materno pedreiro e a avó materna possuía loja no Terreiro do Paço. O pai depois evoluíra nas lides mercantis, alcançando o ofício de homem de negócio de grosso trato em Lisboa e servira como procurador geral da mesa dos homens de negócio da cidade. Tais impedimentos de ofício mecânico na família, além da suspeita que recaía sobre o próprio José Bezerra Seixas, a de embarcar com fazendas alheias para o Brasil, contribuíram para a recusa inicial da Mesa de Consciência e Ordens ao seu pedido de habilitação à Ordem de Cristo.

Seixas retornou à Lisboa em 1731, onde passou a negociar e sete anos depois já figurava como homem de “grande crédito e grosso trato”. Consta que José Bezerra Seixas havia, quando jovem, embarcado com fazendas para o Brasil. José Ferreira da Veiga, testemunha na inquirição de Seixas, afirmava tê-lo conhecido na Bahia, onde, vindo do Rio de Janeiro, fora comprar fazendas da nau da Índia em 1732, confirmando a atuação de Seixas na colônia, antes mesmo de ter fixado residência em terras americanas. Em 1738, arrematou o contrato do tabaco do Rio de Janeiro, onde foi se estabelecer, tendo antes passado alguns meses na Bahia na residência de um tio. Mesmo morando no Rio, Seixas continuou a realizar viagens periódicas para Lisboa.

Na capital fluminense, consta que residira na casa de Gaspar de Caldas Barbosa, homem de negócio da praça e que como contratador da dízima da alfândega do Rio de Janeiro para o triênio de 1732 a 1734. Havia boatos de que Seixas fora caixeiro de Gaspar. Outro nome recorrente na arrematação dos contratos, Estevão da Silva Castelbranco, homem de negócio residente em Lisboa, figura como procurador de Seixas em 1738 na arrematação do estanco do tabaco no Rio de Janeiro. A partir do Rio de

Janeiro, Seixas realizava negócios em Minas Gerais, especialmente na comarca do Rio das Mortes, vendendo fazendas e escravos provenientes do litoral. Seixas permaneceu no Rio de Janeiro ao menos até 1747, mas é possível que entre indas e vindas tenha residido novamente em Lisboa por pouco tempo no decorrer da década. Em 1753, Seixas aparece como morador em Lisboa. O poderio do negociante é atestado pela participação como acionista na Companhia Geral do Grão-Pará, onde possuía dez ações em 1758. Pelos privilégios concedidos aos acionistas, a Mesa de Consciência e Ordens foi obrigada a conceder a Seixas o hábito da ordem de Cristo no mesmo ano, revogando, assim, os impedimentos mecânicos da recusa anterior.²¹³

Além do negócio dos contratos, Seixas adquiriu diversas serventias de ofícios entre 1753 e 1757 no Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais: administrador dos guindastes da alfândega do Rio de Janeiro (1750, 1755), escrivão da câmara, almotaçaria e tabelião de Angra dos Reis da Ilha Grande (1753), escrivão da Fazenda Real e matrícula do Rio de Janeiro (1753, 1757), tesoureiro dos defuntos e ausentes da comarca de Goiás (1755), meirinho, guarda e porteiro da alfândega do Rio de Janeiro (1755), inquiridor, contador e distribuidor de São João Del Rei (1757), escrivão das execuções da Vila do Príncipe (1757) e escrivão da Conservatória da Casa da Moeda do Rio de Janeiro (1757).²¹⁴ Certamente boa parte destes ofícios não foi ocupada pelo próprio Seixas, mas por terceiros, por ele indicados, ou mesmo revendidos. Os ofícios na alfândega e na Casa da Moeda fluminenses colocavam Seixas em contato direto com informações essenciais sobre as finanças da capitania, a movimentação geral das mercadorias e os fluxos do ouro e talvez informações sigilosas sobre outros comerciantes. Com relação aos ofícios em Minas e Goiás, podem ter sido revendidos a pessoas interessadas ou permitir o acesso a informações daquelas localidades.

Mesmo a arrematação por contratadores alheios à capitania acabou por favorecer de forma secundária o envolvimento dos homens de negócio paulistas no trato com as coisas do fisco. Fato invariavelmente observado nas empresas modernas, com a separação entre gestão e propriedade, o fortalecimento dos contratadores reinóis implicou a criação de cargos de administradores dos contratos nas capitanias, que envolviam membros das elites locais. O registro destes administradores não é tarefa das

²¹³ ANTT, HOC, letra J, mc. 13, n. 6. José Bezerra Seixas. A residência de Seixas em Lisboa em 1753 também foi atestada por Luiz Antonio Araújo, ver ARAÚJO, *Em nome do rei e dos negócios*, op. cit., p. 135.

²¹⁴ RIBEIRO, “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”, op. cit., p. 200-201. Obtive o ano da morte de Bezerra Seixas pelos dados apresentados pela autora.

mais fáceis, pois se tratava de matéria privada, ausente da correspondência oficial dos governadores. Cabendo aos contratadores a sua escolha, conforme prerrogativa dos seus contratos, pouco se sabe sobre as atividades e responsabilidades destes administradores.

Alguns administradores depois figurariam como os próprios arrematantes dos contratos, por ocasião do estabelecimento das Juntas da Fazenda nas capitanias. O futuro contratador Manuel de Oliveira Cardoso, por exemplo, aparece como administrador do contrato dos meios direitos de Curitiba para o triênio de 1756 a 1759 e do contrato dos dízimos no triênio de 1757 a 1760 respectivamente em nome dos arrematantes Caetano Diogo Parreira e Silva e Manuel Gil.²¹⁵ Ser administrador permitia o aprendizado da cobrança dos tributos, para muitos um passo importante para o domínio do negócio.

Outro caso menor envolvia Sebastião de Alvarenga Braga, fiador do contrato dos meios direitos do registro de Curitiba no triênio 1765-1768. Ele aparece como administrador do contrato da pesca da baleia, arrematado por Francisco Pereira de Sousa, durante o período de 1755 a 1757.²¹⁶ Um provável irmão de Sebastião, Miguel, morava no Rio de Janeiro e figurava como um dos contratadores de impostos na economia fluminense entre as décadas de 1750 e 1770, onde arrematara junto com outros sócios quatro contratos no valor de 104:000\$000 réis.²¹⁷ Em 1765, Sebastião de Alvarenga Braga foi recenseado como comerciante em Santos, com cabedal de 6:000\$000 réis. A vila de Santos, aliás, parece ter sido um bom local para a escolha dos administradores devido aos contatos marítimos frequentes com o reino ou mesmo com a nova capital do Estado do Brasil. Em diferentes épocas, João Ferreira de Oliveira e Manuel Ângelo Figueira de Aguiar ocuparam o posto de administradores do contrato da pesca das baleias. No censo de 1765, não aparecem como comerciantes, mas “vivem dos seus negócios” e pertencem à elite da vila.²¹⁸

²¹⁵ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 22, doc. 2116. Santos, ca. 15 mar. 1759. Relação dos contratos pertencentes à Provedoria da Fazenda Real de Santos.

²¹⁶ ANTT, Junta do Comércio, mc, 67, cx. 215. Lisboa, 27 out. 1768. “Balanço das contas do contrato da pesca das baleias no Rio de Janeiro, e suas anexas (...)”.

²¹⁷ PESAVENTO, *Um pouco antes da Corte*, op. cit., p. 141.

²¹⁸ SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. S. Paulo: Typographia Piratininga, 1922. v. 2, cap. 2; v. 3, p. 7, 30. DI, v. 68, p. 20. São Paulo, 11 nov. 1767. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Sousa, para o sargento-mor Manuel Ângelo Figueira de Aguiar, administrador do contrato das baleias. DI, v. 68, p. 20-21. São Paulo, 11 nov. 1767. Ofício do governador e capitão-general da

Após 1755, há duas exceções ao predomínio dos contratadores sediados em Lisboa nas arrematações da capitania de São Paulo. É possível que as perdas econômicas decorrentes do terremoto de Lisboa, sobretudo as falências comerciais, tenham atingido a continuidade dos homens de negócio nos contratos do Brasil, abrindo oportunidades a alguns comerciantes das capitanias, que, por intermédio de seus procuradores em Lisboa, conseguiram obter os contratos leiloados no Conselho Ultramarino. Um indicador do declínio do Conselho antes mesmo da criação do Erário Régio é a queda no número de contratos arrematados na década de 1750. Entre 1745 e 1749, foram arrematados 84 contratos, ápice atingido pelo Conselho até 1789. No quinquênio seguinte, entre 1750 e 1754, arremataram-se 67 contratos. Entre 1755 e 1759, foram a leilão 48 contratos, quase metade do primeiro período (1745-1749).

Em São Paulo, Claro Francisco Nogueira aparece como arrematante de dois contratos do subsídio dos molhados e novo imposto de Santos adquiridos em 1755 e 1763. O sócio de Claro Francisco neste último contrato foi João Luís de Oliveira, possivelmente residente na Bahia, onde era arrematante de sete contratos e fiador em outros dois no período de 1763 a 1767. O outro contratador reinol residente na capitania paulista era José Álvares de Mira, arrematante de quatro contratos das entradas de Minas Gerais (1733, 1736)²¹⁹, do contrato do estanco do sal do Estado do Brasil (1763), do subsídio dos molhados e novo imposto de Santos (1767) e dos dízimos da capitania paulista (1768). Também arrematou dois contratos dos dízimos do Rio de Janeiro (1763 e 1768). Com exceção dos contratos das entradas de Minas Gerais, arrematados na Provedoria da Fazenda mineira, todos os contratos restantes foram leiloados no Conselho Ultramarino.

Os dois contratadores aparecem como arrematantes de diferentes contratos dos dízimos para triênios sobrepostos. O contrato de José Álvares de Mira e sócios foi arrematado em 1º de julho de 1763, compreendendo o triênio de 1º de agosto de 1763 a 31 de julho de 1766. O contrato de Claro Francisco Nogueira foi arrematado ao final do mesmo mês, em 28 de julho, e abrangia o período de 1º de agosto de 1764 a 31 de julho de 1767. Não foi possível detectar, a partir da documentação consultada, qual dos

capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Sousa, para o sargento-mor João Ferreira de Oliveira, administrador que foi do contrato das baleias.

²¹⁹ Dois contratos do caminho novo e velho do Rio de Janeiro e São Paulo (1733-1736), um contrato do caminho do sertão da Bahia (1733-1736) e um contrato do caminho do sertão da Bahia e Pernambuco (1736-1739). ANTEZANA, *Os contratadores dos caminhos do ouro...*, op. cit., p. 81-82.

contratos prevaleceu. A questão é ainda mais intrigante, pois o contrato dos dízimos também passou a ser arrematado na capitania de São Paulo a partir de 1765. Porém, mesmo que os contratos não tenham sido efetivados, é possível perceber que existiam dois grupos locais concorrentes na disputa pelos contratos da capitania leiloados em Lisboa.

Com relação à prevalência dos contratos, Ana Paula Medici aventa duas hipóteses: a suspensão do contrato leiloados a Claro Francisco Nogueira e sócios, validando o contrato realizado em São Paulo, ou o trespasse do ramo do contrato pertencente aos primeiros para Manuel de Oliveira Cardoso. A primeira hipótese é mais plausível, pois a segunda não incluiria um contrato redigido em nome de Manuel de Oliveira Cardoso e com um período menor de vigência. Ademais estas vendas de ramos não pertenciam à jurisdição da Junta da Fazenda, sendo realizadas por agentes privados e, por vezes, registradas em cartório.²²⁰

Claro Francisco Nogueira (1708-post.1765) era reinol natural da freguesia de São João de Nogueira, termo de Viana, cujos pais e avós haviam trabalhado na lavoura. Ao final da década de 1730, residia em Santos, onde ocupava o cargo de sargento-mor. Vivia de “negócio grande” e era alfabetizado. As estimativas quanto à sua fortuna ao final da década de 1730 divergiam entre 10:000\$000 réis e 20:000\$000 réis. É provável que tenha perdido muito da sua riqueza, pois em 1765 sua esposa declarou apenas 1:6000\$000 réis no recenseamento da vila de Santos. Nogueira conseguiu obter o hábito de familiar do Santo Ofício por volta de 1749.²²¹

Por intermédio do seu casamento em Santos, as relações familiares de Claro Francisco Nogueira aproximaram-no de mercadores, militares e administradores da praça. Na vila santista, casou-se em 1737 com Felícia de Araújo Bueno, de mãe natural da terra, Mariana Bueno, e pai reinol também de Braga, Manuel Gonçalves de Araújo. Felícia era bisneta, por parte de mãe, do famoso Amador Bueno de Ribeira, que havia sido capitão-mor e ouvidor da capitania de São Vicente, depois aclamado rei em São Paulo em 1641. O avô de Felícia, Manuel Lobo Franco, natural de Portugal obteve o governo da terra em Santos. As primas de Felícia eram casadas com outros comerciantes importantes de Santos. Maria Bueno casou-se com **João Ferreira de Oliveira** (1708-?), sargento-mor que “vivia de seus negócios” com cabedal de 16:000\$000 réis, o que lhe

²²⁰ MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 53.

²²¹ ANTT, HSO, doc. 1121. Claro Francisco Nogueira. SOUSA, *Os Andradas*, v. 3, p. 9.

tornava o homem mais rico da vila em 1765. Sua outra prima, Mariana Rodrigues Silva casou-se com Francisco de Carvalho Silva (1717-?), que possuía loja de negócio e cabedal de 1:600\$000 réis no mesmo ano. O irmão de Felícia Bueno, Bernardo, era casado com Ana Francisca Leite, filha do Fernando Leite Guimarães (1711-?), que seria mestre-de-campo e depois capitão de infantaria em Santos, com cabedal de 2:000\$000 réis em 1765.²²²

A prima em segundo grau de Felícia, Maria da Silva, casara-se com Gaspar Teixeira de Azevedo, que fora capitão-mor governador da capitania vicentina e designado provedor dos quintos do ouro das minas de Paranaguá e Iguape. A filha de Gaspar e Maria da Silva, Catarina da Silva Teixeira, desposou Gaspar Leite César, um reinol natural de Santa Maria de Zerere que viria a ser comerciante na praça de Santos e familiar do Santo Ofício, além de sargento-mor da fortaleza de Itapema e membro da governança da vila (provavelmente um cargo na câmara). Outra filha de Gaspar e Maria da Silva, com o mesmo nome da mãe, casaria-se com Estevão Fernandes Carneiro, natural de Viana do Minho e homem de grande cabedal em Santos. Estevão seria designado provedor da real casa de fundição a ser criada na vila em 1704, mas que ficara apenas no projeto, conservando-se a de São Paulo. Além do ramo dos Bueno Ribeira estabelecidos em Santos, descendentes de Maria Bueno e de Isabel de Ribeira, havia aqueles com vínculos no planalto, especialmente na cidade de São Paulo, onde se juntariam à família Leme.²²³

Por sua vez, **José Álvares de Mira** (1701-1770) também viera do norte de Portugal, da freguesia de Santa Eulália do Cerdal, termo de Valença do Minho, tendo igualmente pais e avós lavradores. Em 1739, aparece como homem de negócio residente na cidade de São Paulo. Passara para o Brasil ainda rapaz, após ter morado em Lisboa. Na colônia, ficara rico, vivendo “limpo e abastadamente” dos “lucros do seu negócio e contratos”. Constava que conduzia fazendas do Rio de Janeiro para Minas e tivera uma loja na região mineradora. Era também alfabetizado e estimava-se sua riqueza entre 16:000\$000 réis e 28:000\$000 réis na mesma época à de Claro Francisco Nogueira.

Apesar de Mira obter o hábito de familiar do Santo Ofício por volta de 1739, teve dificuldades em conseguir a mercê da Ordem de Cristo por ter trabalhado pessoalmente em sua loja estabelecida em Minas. Tentou conseguir dispensa pela oferta de dez

²²² Gen. Paul., v. 1, p. 418-428. SOUSA, *Os Andradas*, v. 3, p. 9, 30, 33.

²²³ Gen. Paul., v. 1, p. 418-428.

marinheiros para a Índia, mas a Mesa de Consciência e Ordens exigiu uma contribuição maior. Assim como outros grandes comerciantes que fizeram fortuna no Brasil, a exemplo de Manuel Bastos Viana, provavelmente retornou a Lisboa antes de 1748, quando aparece como testemunha do processo de habilitação para a ordem de Cristo de José Bezerra Seixas.²²⁴ Jorge Pedreira classifica Mira entre os cem grandes negociantes do período pombalino. Segundo o autor, Mira participou em 17 contratos no valor de 428:000\$000 réis e era sócio na Companhia Geral de Pernambuco, com 12 ações, e na Companhia de Vinhas do Alto Douro.²²⁵ O comerciante ocupa o quinto lugar na lista elaborada por Fábio Pesavamento dos maiores arrematantes que atuaram na economia fluminense entre as décadas de 1750 e 1770, com contratos, obtidos em conjunto com outros sócios, no valor total de 418:000\$000 réis.²²⁶ Quando Mira faleceu, em 1770, detinha várias propriedades luxuosas, casas de aluguel e lojas na capital portuguesa, além do contrato do sal de Lisboa e o do peixe seco.²²⁷

²²⁴ ANTT, HOC, letra J, mç. 99, n. 14. José Álvares de Mira. ANTT, HSO, mç. 44, dilig. 707. José Álvares de Mira. ANTT, HOC, letra J, mç. 13, n. 6. José Ferreira da Veiga. fl. 13.

²²⁵ PEDREIRA, *Os homens de negócio da praça de Lisboa*, op. cit., p. 165.

²²⁶ PESAVENTO, *Um pouco antes da Corte*, op. cit., p. 141.

²²⁷ ELLIS, *Comerciantes e contratadores do passado colonial*, op. cit., p. 105-106.

6. A longa crise da Provedoria

Além do retorno às arrematações em Lisboa a partir de 1736, medida postergada na capitania de São Paulo por dois anos, a Provedoria iria sofrer com a perda progressiva de várias fontes de receitas vinculadas aos territórios de Mato Grosso e Goiás. Por medida régia de 26 de janeiro de 1736 foram criadas as provedorias da fazenda de Goiás e Cuiabá, separadas da antiga provedoria de Santos e São Paulo. Com os conflitos pela Colônia de Sacramento e o envio de tropas paulistas para o Rio Grande em 1737 e 1738, somados à criação de novas intendências, a provedoria paulista viu-se em apuros com o pagamento dos oficiais militares e civis. Na década seguinte, os gastos com a criação do bispado agravariam ainda mais a situação financeira da capitania. Para remediar a falta de recursos da provedoria, foi decidido no Conselho Ultramarino, ao final de 1740, a remessa das sobras das provedorias de Goiás e Cuiabá para cobrir as despesas da provedoria paulista. Para Goiás, estipulou-se o envio anual de 8.000 oitavas de ouro ou 12:000\$000 réis.²²⁸

A medida foi empregada apenas em 1746 e 1747, mas depois da criação da capitania de Goiás, desmembrando-a de São Paulo em 1748, a prática foi completamente abandonada.²²⁹ Segundo relato do provedor da fazenda, as remessas foram suspensas pela divisão do novo governo e da necessidade de dinheiro alegada pelo governador de Goiás, d. Marcos de Noronha, premido tanto pela decadência das minas quanto pelas despesas com uma nova casa de fundição para arrecadação do quinto.²³⁰ Em 1760, o governador de Goiás alegava a necessidade de cobrir as suas próprias despesas, não podendo remeter nada para São Paulo. O morgado de Mateus tentou inutilmente recuperar estas transferências durante o seu governo.²³¹

²²⁸ AHU-SP, cx. 3, doc. 3. Lisboa Ocidental, 12 nov. 1740. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei d. João V sobre o limitado rendimento da Provedoria da Fazenda Real de São Paulo, depois da criação das Provedorias de Goiás e de Cuiabá.

²²⁹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.2.6, Co. Ultr. v. 32, fl. 277v-280. Lisboa, 14 out. 1761. “Pede o provedor da Fazenda Real de São Paulo, que da Provedoria de Goiás, se lhe remetam cada ano duas arrobas de ouro”.

²³⁰ AHU-SP, cx. 4, doc. 18. Santos, 15 out. 1753. Representação do provedor da fazenda de Santos, José Godói de Moreira, ao rei d. José I.

²³¹ DI, v. 72, p. 111. Santos, 20 out. 1765. DI, v. 35, p. 153-156. São Paulo, 6 ago. 1773. Offícios de d. Luís Antonio de Sousa ao governador e capitão-general de Goiás.

Embora o provedor da fazenda reclamasse em 1752 a redução de 26:000\$000 réis ao longo do quinquênio anterior, as perdas foram menores do que o alardeado.²³² A diferença da receita entre 1748 e 1754 foi de 13:431\$455 réis, portanto metade do valor declarado pelo provedor. Ainda assim, considerando-se a média anual das décadas de 1740 e 1750, houve uma grande perda dos rendimentos auríferos provenientes das novas capitanias, equivalente a 35% da receita total na primeira década (TABELA II.6). Em 1756, o provedor da fazenda queixava-se “que h[avia] muito que daquela do Rio de Janeiro se não remet[ia], e nem das minas dos Goiás, e Cuiabá v[inha] remessa alguma”. O resultado era o acúmulo de déficits, como o de 1755, quando se registrou a diferença negativa de 10:130\$101 réis, o que representava 37% da receita total da provedoria naquela ano.²³³

Após a criação do Erário Régio, ao final de 1761, o destino das provedorias da fazenda nas capitanias sofreria dois processos concomitantes, embora deva ser ressaltado que a lei não previsse a extinção das provedorias. O primeiro ponto referia-se à inspeção das contas dos contratos anteriores, um fato talvez secundário na reorganização contábil da fiscalidade imperial portuguesa sob o modelo das partidas duplas, mas que permitiu um maior apuro no controle exercido sobre as dívidas dos contratos arrematados nas décadas antecedentes. Desta forma, ocorreria, nas décadas de 1760 e 1770, uma investigação em massa das atividades de todos os oficiais da fazenda nas capitanias. Além da pulsão extrativa por informações fiscais, as provedorias teriam seus poderes gradualmente dissipados e incorporados às Juntas da Fazenda.

²³² AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 20, doc. 1958. Santos, 23 ago. 1752. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira, a d. José I.

²³³ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 21, doc. 2084. Santos, 24 jul. 1756. Carta do provedor da Fazenda Real de São Paulo e Santos, José de Godói Moreira, para d. José I. O déficit apresentado pelo provedor é maior, pois não considera a remessa da provedoria do Rio de Janeiro em 1755, cf. DI, v. 14, 22 set. 1765, p. 63-67. No entanto, não foi possível averiguar se os valores das remessas registrados em 1765 referiam-se a quantias atrasadas.

Tabela II.6. Rendimentos da capitania de São Paulo, décs. 1720-1750: médias anuais

(em réis)

	1720	1730	1740	1750	Geral
Dízimos	14:822\$222	8:351\$667	9:505\$000	7:615\$000	10:415\$606
Passagens	961\$220	1:908\$940	1:837\$910	1:675\$000	1:615\$044
Contrato dos subsídios	1:128\$889	1:372\$222	733\$333	1:505\$000	1:165\$598
Rendimentos do sal	1:967\$607	1:810\$579	1:855\$335	4:822\$807	2:801\$761
Direitos da metade das cavalgaduras	-	-	3:165\$020	4:803\$333	2:039\$920
Contribuições do Rio de Janeiro	533\$333	2:133\$333	3:200\$000	2:800\$000	1:781\$818
Novos direitos e donativos de ofícios	97\$788	250\$673	141\$495	274\$601	201\$396
Consignação do contrato das baleias	-	-	-	1:333\$333	363\$636
Ouro	-	6:518\$033	12:576\$493	-	4:451\$205
Outros	659\$223	2:422\$141	3:017\$661	-	840\$372
Total	20:170\$282	24:767\$588	36:032\$247	24:829\$074	25:676\$357

(%)

	1720	1730	1740	1750	Geral
Dízimos	73	34	26	35	41
Passagens	5	8	5	8	6
Contrato dos subsídios	6	6	2	7	5
Rendimentos do sal	10	7	5	22	11
Direitos da metade das cavalgaduras	0	0	9	22	8
Contribuições do Rio de Janeiro	3	9	9	11	7
Novos direitos e donativos de ofícios	0	1	0	1	1
Consignação do contrato das baleias	0	0	0	6	1
Ouro	0	26	35	0	17
Outros	3	10	8	0	3
Total	100	100	100	100	100

Notas

(1) Os valores foram obtidos a partir das médias simples para cada década de acordo com o número de observações encontrado.

(2) Os valores não foram deflacionados.

(3) Corrigi os valores para as remessas do Rio de Janeiro nos anos de 1754 e 1755, ausentes na documentação do Conselho Ultramarino.

(4) Uma vez que não havia uma estrutura normatizada de receitas, algumas rubricas foram agrupadas, contendo diferentes tipos de rendimentos:

Dízimos – dízimos da capitania de São Paulo e anexas e contrato dos dízimos de Cuiabá. *Passagens* – contrato das passagens, contrato das passagens antigas e contrato das passagens novas. *Rendimentos do sal* – sal de particulares e cruzados do sal. *Contribuições do Rio de Janeiro* – consignação do Rio de Janeiro, contribuição da Fazenda Real do Rio de Janeiro e contribuição da alfândega do Rio de Janeiro. *Ouro* – ouro das minas de Cuiabá e Paranapanema, ouro dos dízimos de Goiás e das minas do caminho de Cuiabá, ouro dos dízimos, novos direitos e chancelaria de Cuiabá. *Outros* – rendimento do subsídio cobrado pela Fazenda Real em 1725, dinheiro da Casa de Fundação de São Paulo por empréstimo pertencente às terças partes dos ofícios, dinheiro de pistolas, espingardas, barretes, direitos de escravos, confisco em Goiás, sobras do ano anterior, contribuição à Fazenda Real, dinheiro proveniente da Câmara de São Paulo e dinheiro reposto pelo ouvidor-geral.

Fontes

AHU-SP. Mendes Gouvêa: 1724/1725 – cx. 4, doc. 510. Santos, 30 jan. 1726. Carta do provedor da fazenda da vila de Santos, Timóteo Correia de Góis, a d. João V. 1726 – cx. 5, doc. 598. Santos, 8 jul. 1727. Carta do provedor da fazenda da vila de Santos, Timóteo Correia de Góis, a d. João V. 1731 – cx. 7, doc. 815. Santos, 20 fev. 1732. Carta do provedor da fazenda da vila de Santos, Timóteo Correia de Góis, a d. João V. 1732 – cx. 8, doc. 919. Santos, 20 ago. 1733. Carta do provedor da Fazenda Real da praça de Santos, Antonio Francisco Lustosa, enviando a d. João V a relação da receita e despesa da Fazenda Real dessa praça. 1733 – cx. 9, doc. 979. Santos, 24 fev. 1734. Relação feita pelo escrivão da Fazenda Real, José Ribeiro de Andrada, dos rendimentos da Provedoria da vila e praça de Santos, no ano de 1733. 1747/1748 – cx. 19, doc. 1831. Santos, 23 fev. 1749. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira a d. João V. 1754 – cx. 21, doc. 2047. Santos, 8 mai. 1755. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira para d. José I. 1755 – cx. 21, doc. 2084. Santos, 24 jul. 1756. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira para d. José I. AHU-SP: 1757 – cx. 4, doc. 40 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 5, D. 298). Santos, 15 jun. 1757. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira, para o rei d. José I. Remessas do Rio de Janeiro: DI, v. 14, 22 set. 1765, p. 63-67. DI, v. 69, 6 dez. 1772, p. 344-347.

A criação das Juntas da Fazenda retirava das Provedorias seu principal componente – o provedor – ao elegê-lo como mais um membro do corpo colegiado pertencente à instituição, a disputar sua influência com o governador, o ouvidor-geral e o tesoureiro-geral. Desta forma, praticamente extinguiu a antiga administração fazendária. Tendo permanecido as arrematações dos contratos e as despesas a cargo da Junta, pouco restara à Provedoria a não ser alguma influência sobre a indicação de funcionários. Em 1770, transferiu-se para a Junta o poder de nomeação dos oficiais de cobrança e administração dos direitos dos contratos.²³⁴ A extinção da Provedoria foi promulgada em 1774 juntamente com outras ações. Os livros e papéis da Provedoria, inclusive aqueles dispersos nas casas dos oficiais da fazenda ou justiça, foram arquivados na Junta. Além disso, os cargos relativos à administração e arrecadação das rendas, que fossem considerados desnecessários pela Junta, poderiam ser suprimidos.²³⁵

Se o legado institucional das provedorias foi facilmente incorporado ao novo modelo pombalino, tarefa mais difícil era o controle sobre os inúmeros contratos arrematados no Conselho Ultramarino. A insolvência dos contratadores e a permanência de dívidas são temas caros à historiografia fiscal sobre Minas Gerais. No caso da capitania de São Paulo, houve outros problemas com os contratos antigos. Embora os contratos estipulassem fiadores e a penhora dos bens dos contratadores em caso de insolvência das prestações anuais, a responsabilidade secundária pela cobrança dos contratos recaía sobre os oficiais da fazenda, especialmente os almoxarifes, que recebiam as parcelas pagas por cada contrato. Não consta da documentação consultada para a capitania de São Paulo nenhum exame das contas dos oficiais da fazenda antecedentes quando um novo provedor ocupava o cargo. Uma averiguação massiva das contas anteriores somente ocorreria com a criação do Erário Régio, embora tenha sido um processo bastante moroso, efetuado durante o período pombalino.

A lei fundamental de criação do Erário Régio ordenava aos contadores-gerais a entrega de dois balanços anuais ao inspetor-geral do tesouro, cargo inicialmente ocupado pelo próprio conde de Oeiras: um indicando as receitas e despesas das contadorias e outro as quantias existentes em caixa (tít. XV, §1). A medida incluía

²³⁴ AHTC, cód. 4061, fl. 55-56. Lisboa, 4 jul. 1770. Carta do conde de Oeiras, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

²³⁵ AHTC, cód. 4061, fl. 88-89. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 33, doc. 2894. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 103. Lisboa, 6 jul. 1774. Provisão do marquês de Pombal, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

obrigatoriamente os domínios ultramarinos, ficando a cargo dos provedores a remessa das contas.²³⁶ No entanto, percebeu-se que em São Paulo, as receitas e as despesas recebidas nas contadorias-gerais não estavam separadas anualmente, sendo que várias rubricas incluíam diversos anos, prática que inviabilizava a feitura dos balanços anuais. Em 1766, ordenou-se ao provedor da fazenda paulista, seguindo recomendação igualmente empregada em outras capitanias, que refizesse as contas referentes aos quatro anos anteriores. A medida abrangia ainda a averiguação de parcelas devidas pelos contratadores. Mesmo as parcelas pagas deveriam conter os respectivos almoxarifes que as haviam recebido.²³⁷

Desta forma, procedeu-se a um inquérito inédito que revelava as “falhas” na forma de gestão dos contratos no período anterior ao Erário Régio. É interessante observar que, diversamente do caso mineiro, o maior problema enfrentado na capitania de São Paulo encontrava-se nos desvios realizados pelos almoxarifes da fazenda e não na insolvência dos contratadores. Uma vez que boa parte das receitas auferidas pela provedoria acabava sendo despendida na própria capitania, os mecanismos de controle do Conselho Ultramarino sobre os descaminhos dos almoxarifes eram muito débeis. Estes oficiais pouco conhecidos contavam com a anuência direta do provedor da fazenda e dos edis da câmara, que elegiam os almoxarifes e deveriam exigir fiança.

Ao longo de toda a sua carreira, a única grande denúncia feita contra o provedor José de Godói Moreira foi a de ter pago cômguas a párocos e coadjutores inexistentes em 1762. A acusação havia sido realizada pelo governador da praça de Santos, Alexandre Luís de Sousa Meneses, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Apesar da denúncia, não houve consequências negativas para a carreira do provedor. Ademais, este viria a falecer em 1764, impedindo qualquer retaliação pelo Erário Régio.²³⁸

²³⁶ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Erário Régio no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Serviço de Documentação, 1968. p. 189.

²³⁷ AHTC, cód. 4061, fl. 1-4. DI, v. 14, p. 221-223. Lisboa, 12 jul. 1766. Provisão do conde de Oeiras, inspetor geral do Erário Régio, para o provedor da Fazenda Real de Santos e São Paulo.

²³⁸ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 23, doc. 2172. Santos, 8 jun. 1762. Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José de Godói Moreira, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 23, doc. 2174. Santos, 25 jun. 1762. Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José de Godoi Moreira, para o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Após a morte de Moreira, o reinol José Honório de Valadares e Aboim foi indicado para ocupar o cargo, chegando à vila de Santos em 16 de outubro de 1765. Os bens do antigo provedor, dos almoxarifes e dos camaristas da vila, por elegerem almoxarifes sem fianças, foram sequestrados até que se procedesse à averiguação das contas anteriores pelo novo oficial. A medida incluía também os herdeiros de todos os envolvidos, caso os espólios não alcançassem as dívidas existentes. Segundo a maior estimativa encontrada, houve o desfalque de 53:319\$603 réis entre 1737 e 1752. Os responsáveis pela maior parte do desvio eram os almoxarifes Bento de Castro Carneiro, Matias de Couto Reis e Pedro Fernandes de Andrade.²³⁹

Embora não tenha sido possível averiguar todos os contratos envolvidos, inicialmente o maior responsável pelos desfalques foi Bento de Castro Carneiro, cujas fraudes atingiram 37% do montante total devido pela provedoria. Dois contratos dos dízimos por triênios consecutivos e arrematados por Cosme Damião de Gouvêa e Manuel de Bastos Viana estiveram sob sua supervisão entre 1738 e 1744. Bento também foi fiel dos cruzados do sal, onde igualmente cometeu irregularidades. Apenas quanto ao contrato das passagens antigas de São Paulo entre 1744 e 1750 há dívidas dos contratadores, notadamente Francisco da Silva Lisboa e João Francisco. No entanto, estas dívidas representavam apenas 13% do montante avaliado.²⁴⁰

Injustamente, boa parte das dívidas ficou a cargo da herdeira e irmã do antigo provedor, Francisca de Siqueira, pois muitos dos devedores faleceram sem bens, ou então, ficaram impunes. Segundo um requerimento da representante de Francisca, eram “os principais devedores pessoas poderosas por si, e seus parentes; sendo esta a razão de se não proceder contra eles”. Um dos devedores, dizia, era procurador dos outros e servia de escrivão da Junta da Fazenda, “aonde por se salvar a si não cuida[va] no pagamento da Fazenda Real”.²⁴¹

²³⁹ ANRJ, cód. 456, fl. 4. Rio de Janeiro, 6 set. 1764. Ofício do vice-rei do Estado do Brasil ao governador da praça de Santos, Alexandre Luís de Sousa Meneses. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 133-136v. s.l., ant. 14 out. 1774. Requerimento de Ana Bárbara Ribeiro Leite, tutora de seus filhos menores e herdeiros de Francisca de Siqueira, herdeira a benefício de seu irmão José de Godói Moreira, à Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁴⁰ Ver nota anterior e também ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 69-70. Lisboa, 21 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras à Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 71-71v. Lisboa, 22 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras à Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 75-76v. Lisboa, 28 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras à Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁴¹ ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 135v-136. s.l., ant. 14 out. 1774. Requerimento de Ana Bárbara Ribeiro Leite, tutora de seus filhos menores e herdeiros de Francisca de Siqueira, herdeira a benefício de seu irmão José de Godói Moreira, à Junta da Fazenda de São Paulo.

Segundo o ouvidor da comarca de São Paulo, Salvador Pereira da Silva, os antigos almoxarifes da provedoria não buscavam o ofício pelo ordenado recebido, apenas 20\$000 réis, mas para “negociarem, e distraírem os dinheiros de Sua Majestade, aplicando-os com dolo, e em grande prejuízo das partes para que eram destinados”. Conforme apontado pelo ouvidor, com a transferência do cofre da provedoria para a Junta na cidade de São Paulo não houve mais interesse em se ocupar o cargo de almoxarife.²⁴²

Por último, cabe observar que a nomeação de um reinol letrado para ocupar o cargo de provedor da fazenda representava uma mudança na política secular da Coroa portuguesa que tendia a privilegiar as famílias principais da terra. Faltam, contudo, informações a respeito de outras capitanias que permitam verificar a generalização desta prática. Em todo caso, os primeiros anos da década de 1760 são um momento crítico para a transformação na forma da Coroa lidar com os provedores, reduzindo sua autonomia e aumentando a supervisão sobre eles.

²⁴² DI, v. 15, p. 43. Santos, 28 jan. 1766. Parecer do ouvidor e corregedor da comarca de São Paulo, Salvador Pereira da Silva, sobre o termo de junta sobre a mudança da provedoria, o cofre e seus oficiais para a cidade de São Paulo.

7. Considerações finais

Como observado neste capítulo, o crescimento das rendas da Coroa portuguesa sobre o ultramar fundamentava-se tanto na expansão do domínio régio, quanto do nascente Estado fiscal. Parte das dificuldades deste último processo foi suprimida com a aplicação do modelo dominial, especialmente da ideia de domínio eminente, para a criação de tributos. No entanto, o lançamento de novos impostos seguiu também um paradigma consensual bastante adequado ao modelo político pré-estadualista. Assim, contribuições e pedidos eram criados somente em caso de necessidade urgente. Os critérios de julgamento desta necessidade e a exigência de consentimento de povos para a tributação foram matérias sujeitas a controvérsias doutrinárias, mas ao início do século XVIII houve, na prática, um fortalecimento do poder da Coroa com o término das reuniões das Cortes. Ainda assim, os tributos continuaram sendo considerados temporários, exigindo uma causa legítima para o seu lançamento (*causa finalis*).

Assim, parte da extração do excedente da América portuguesa ocorreria de maneira negociada, segundo princípios próprios de justiça fiscal desenvolvidos pela escolástica ibérica. Os limites tênues entre a legitimidade e a ilegitimidade no lançamento e arrecadação de tributos não raro conduziam a conflitos e tensões entre a Coroa e seus vassalos. Não obstante estes aspectos, estas práticas permitiram a construção de canais institucionais legítimos de negociação, envolvendo principalmente as câmaras municipais. Neste último ponto, houve um grande crescimento do poder fiscal camarário no século XVII decorrente das dificuldades geradas pelos conflitos bélicos, bem como uma custosa paz, com a Holanda e a Espanha, além da própria instabilidade política do reino após o término da União Ibérica. Os custos da defesa e aprofundamento da colonização, como nos ataques aos grupos indígenas, seriam transferidos para as câmaras, que receberam a adjudicação temporária do direito régio de tributar. Este fortalecimento fiscal dos poderes locais contribuiu para a existência de tendências centrífugas e de uma tributação fragmentada, consoante os arranjos de cada vila ou cidade.

Já na segunda metade do século XVII, observam-se transformações nas relações da Coroa com os colonos baseadas em uma maior pulsão, intervenção e organização na extração fiscal. Ademais, comparadas ao reino, as conquistas eram livres de peias

jurisdicionais e sem poderes concorrentes à altura da Coroa, o que permitia a abertura de um enorme espaço de afirmação do poder régio, distanciando-se do modelo pré-estadualista vigente no velho mundo. Nas primeiras décadas dos Setecentos, as descobertas das minas auríferas, os motins e revoltas em pontos centrais da monarquia conduziram ao fortalecimento do governo imperial em detrimento do auto-governo das câmaras. Houve o surgimento de políticas que articulavam povoamento, crescimento da Real Fazenda e defesa militar e eram direcionadas principalmente pelo rei e pelo Conselho Ultramarino. Assiste-se também a um aumento da supervisão e intervenção sobre as câmaras, bem como à redução dos seus poderes fiscais, pela transferência de diversos tributos anteriormente sob responsabilidade local para as Provedorias da Fazenda.

A rapidez e profundidade das transformações foram atenuadas pela persistência de práticas corporativistas na gestão imperial. Mantinham-se espaços para atuação municipal. Moldavam-se os interesses locais em torno de objetivos mais gerais da Coroa. Os governadores eram orientados a evitar práticas despóticas que conduzissem a revoltas e motins. A ideia de suavidade de tributos indicava como os interesses locais eram contemplados e inseridos na política mais ampla da Coroa, abrandando o rigor dos impérios, como dizia Cícero. O próprio lançamento de tributos estava envolto em diretrizes de comedimento e prudência.

Assim, quanto ao poder local, se as câmaras perderam o poder de criar tributos ou assistiram à transferência de suas rendas para as provedorias, não decorria necessariamente um enfraquecimento dos processos de negociação fiscal articulados no Conselho Ultramarino. Na perspectiva do Conselho, negociar era expandir sua influência sobre todos os rincões da América portuguesa, aproximar-se dos diferentes “povos” da monarquia, absorver conflitos e conceder quando necessário. Por outro lado, a continuidade de revoltas e motins fiscais atestava os limites do poder régio de canalizar e negociar insatisfações, trazendo à tona a face violenta da monarquia.

O exemplo da capitania de São Paulo era bastante indicativo quanto à inserção fiscal de novas e antigas regiões do império em um modelo imperial distinto ao do século XVII. Enquanto “retaguarda das minas”, a recém-criada capitania atestava o desenvolvimento de uma economia voltada para o abastecimento das regiões auríferas, mas também as interligava com as regiões meridionais e o Rio da Prata. Também de

alguma relevância era o tráfico marítimo com o reino e o Rio de Janeiro por meio das frotas. Este dinamismo econômico favoreceu ainda o surgimento de agentes mercantis nas principais vilas da capitania.

A inserção dos paulistas ocorreria por meio das práticas de negociação fiscal e da arrematação dos contratos. Quanto ao primeiro aspecto, estes acordos possuíam dois planos. Um temporário e ainda fracamente regional, articulado em torno das juntas de governo como se percebe nos casos dos cruzados do sal e do subsídio dos molhados e novo imposto de Santos, criados nos últimos anos do século XVII. As vilas enviavam procuradores que se reuniam com o governo para a resolução de temas graves e extraordinários, entre eles o lançamento de tributos. A criação destes tributos vinculava-se à necessidade de maior ordenamento jurídico e militar face às desordens internas e aos possíveis ataques externos gerados pelas descobertas auríferas. Os tributos eram vistos como donativos ofertados pelos povos ao soberano, em parte como uma extensão da lógica de serviços com a oferta da riqueza (as “fazendas”) dos vassalos ao rei.

Com relação à negociação fiscal no Conselho Ultramarino, os debates ocorreriam na década de 1730 com o donativo para os casamentos dos príncipes ibéricos e com outro donativo para Tribunal da Relação no Rio de Janeiro. As câmaras paulistas pediam o prolongamento, modificação, redução e suspensão dos tributos, alegando pobreza e despovoamento. Por sua vez, o rei atuava dentro da ideia de liberalidade régia e de justiça distributiva do paradigma pré-estadualista. Deve-se notar que o fortalecimento das negociações fiscais no Conselho Ultramarino acabava por enfraquecer e suplantiar esta dimensão no poder regional.

Outro eixo essencial de fortalecimento do Conselho Ultramarino era a arrematação de contratos. Conforme apontado, a partir de 1723, houve o fortalecimento dos poderes centrais do império, tanto no plano institucional com o Conselho Ultramarino, quanto dos negociantes reinóis envolvidos na arrematação dos contratos. A atuação destes últimos não foi completamente excludente, permitindo algum desenvolvimento das elites mercantis na América portuguesa que possuísem cabedal suficiente para manter procuradores e disputar contratos em Lisboa. No caso de São Paulo, com raras exceções, não houve tal espaço, sendo seus contratos adquiridos por homens de negócio de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista institucional, o fortalecimento do poder regional da capitania paulista foi fragilizado pelas limitações da Provedoria da Fazenda no tocante à arrematação dos contratos. A partir de 1736, assiste-se à perda dos rendimentos para Goiás e Mato Grosso, à passagem definitiva dos leilões dos contratos para Lisboa e à extinção do governo próprio da capitania, subordinando-o ao Rio de Janeiro. Com instituições e agentes enfraquecidos, ou mesmo anulados, apenas com a restauração da capitania haverá outra oportunidade para a consolidação de uma esfera regional de governo.

O declínio do Conselho Ultramarino, decorrente da redução do número de contratos arrematados após o terremoto de Lisboa e da criação do Erário Régio, abalaria completamente o sistema fiscal articulado no reinado anterior. Além da própria reorganização da administração central da fiscalidade imperial, já não estaria assegurada a continuidade hegemônica dos negociantes do reino na arrematação dos contratos. Tal movimento iria ainda afetar as câmaras em suas negociações fiscais com o rei ao esvaziar o Conselho Ultramarino, obrigando-as a buscar outros espaços de articulação. A extinção das Provedorias da Fazenda em 1774 foi o último passo do longo desmonte da arquitetura fiscal do reinado de d. João V. Aos olhos do governo mariano, por exemplo, nada sobrava de bom quanto a estas instituições, apenas uma memória negativa sobre a “notória transgressão em que se constituíram a maior parte das provedorias da minha Real Fazenda dos domínios ultramarinos e ilhas”.²⁴³

²⁴³ ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 80v-81. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 12 jun. 1779. Provisão régia para a Junta da Fazenda de São Paulo.

Capítulo 3. O arranjo pombalino, 1761-1789

O juízo intrépido destes paulistas é hoje o mesmo que o foi em outro tempo, só com a diferença de hoje viverem mais sujeitos às leis, e de lhe terem diferente respeito de que então tinham, e por esta razão, estão hoje uns vassalos mais capazes de fazerem um serviço útil ao seu e nosso soberano.

Marquês do Lavradio

1. A capitania restaurada

A restauração da capitania de São Paulo esteve vinculada a processos mais amplos e vigorosos de reordenamento do império, relacionados aos processos de incorporação territorial e defesa militar da América portuguesa, bem como à produção de excedentes agrícolas destinados para a exportação. A participação em outro paradigma de colonização conduziu, ademais, à formação de outras relações entre o governo imperial e os grupos sociais na capitania, especialmente as elites mercantis e a população pobre e livre. Cuidava, antes de tudo, em tornar mais maleáveis seus “habitantes excessivamente inquietos e revoltosos”.¹

Quando o morgado de Mateus iniciou seu governo na capitania restaurada, São Paulo já era uma economia mercantil. Dois aspectos tendem a confirmar esta percepção: a pré-existência de uma proporção razoável de escravos na população paulista e a formação de elites mercantis locais na primeira metade do século. A presença da escravidão africana na capitania de São Paulo já era visível no último quartel do século XVIII. Os dados indicam que o impulso da lavoura açucareira teve um papel relevante no

¹ FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 237-250, 2009, ver p. 239-241 e 244. Para a criação de novas vilas na capitania paulista a partir do governo do Morgado de Mateus ver MAPA III.1.

aumento da escravidão somente nas primeiras décadas do século seguinte. Por outro lado, o razoável contingente pré-existente de escravos aponta que o início da africanização da mão-de-obra paulista ocorrera antes, pelo menos, de 1777. Este aspecto é ainda mais interessante devido à tardia inclusão de São Paulo no tráfico direto e regular com os portos africanos. Em 1777, os escravos representavam 22% da população paulista. A título de comparação, pode-se observar as estimativas de Dauril Alden para o período de 1772 a 1780. No Rio de Janeiro, havia 49,3% de escravos, provavelmente negros em sua maioria. Outras localidades, como Pará e Rio Grande de São Pedro estavam no mesmo patamar dos paulistas. Na primeira, havia apenas 20,6% de população escrava e, na segunda, 28,5%.²

Por sua vez, os vínculos comerciais com as regiões adjacentes haviam permitido a formação de elites mercantis locais ainda na primeira metade do século XVIII. Estes agentes, quando incumbidos do comércio de longa distância, transacionavam mercadorias entre Rio de Janeiro e Mato Grosso, entre os campos sulinos e Minas Gerais. A existência destas transações de longo alcance não indicava, contudo, a formação de sociedades mercantis duradouras entre diferentes localidades. Certo arrojo comercial paulista contrastava, aparentemente, com as formas de nobilitação local almejadas pelos membros mais destacados da sociedade. Pertencer a câmaras, irmandades de misericórdias e milícias era muitas vezes suficiente para contentar seus desejos de ascensão social. Apenas os vínculos familiares, cultivados de forma secular entre os descendentes dos povoadores vicentinos, ultrapassavam o espírito comezinho e localista. Mesmo neste aspecto, a tendência mais provável era à desagregação do que efetivamente à união, fomentando rivalidades entre seus componentes. Desta forma, os limites locais da ascendência social e mercantil, por um lado, e as rivalidades familiares, por outro, contribuíam para a inexistência de uma elite colonial paulista coesa e duradoura até meados do século XVIII. Em outras palavras, havia certamente elites locais, mas não algo que se pudesse classificar como pertencente à dimensão regional na época da restauração da capitania paulista.

² LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006. p. 148. Cálculos próprios com base nos dados informados pelos autores. ALDEN, Dauril. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: a Preliminary Study. *Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, 1963, ver p. 196-197.

Mapa III.1. Vilas criadas na capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII

Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas em BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009, ver p. 254-255.

Alguns dados coletados no primeiro recenseamento realizado na capitania são um bom ponto de partida para se pensar os avanços e limites das elites locais paulistas. O primeiro quadro perceptível era a intensa concentração de renda entre as localidades da capitania, acrescida de forte desigualdade no seu interior. Entre 1765 e 1767, a cidade de São Paulo e as vilas de Itu, Santos e Sorocaba detinham juntas 61% da riqueza declarada pelos homens livres na comarca de São Paulo. Somente a cidade de São Paulo possuía um quarto do montante total. Nestas localidades residiam apenas 30% da população da comarca, permitindo que sua riqueza *per capita* fosse 132% superior à riqueza média geral na comarca.

A capitania de São Paulo, portanto, possuía uma distribuição de renda bastante desigual entre suas vilas. Os dados coletados por Alice Canabrava não incluem a comarca de Paranaguá, o que permitiria traçar um quadro mais acurado. Além disso, a concentração de renda era altíssima também nestas localidades que detinham boa parte do poder econômico, tanto com relação à população que a compunha (índice de Gini de 0,89), quanto somente nos estratos que possuíam bens (índice de Gini de 0,76). Recordando-se que quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda expressa pelo índice de Gini, e quanto mais próximo de zero, menor a concentração. Pode-se dizer que havia tanto uma concentração face aos estratos inferiores, quanto entre os superiores. De forma geral, nestas localidades 4,3% da população, com cabedal superior a um conto ou mais de réis, controlavam 63,5 % da riqueza declarada. Ademais, 50,9% da população nestas vilas eram completamente desprovidas de bens (TABELA III.1).

Comparada a outras regiões mais abonadas da América portuguesa, a concentração de riqueza em São Paulo ocorria uma sociedade relativamente pobre. Na comarca de São Paulo, poucos habitantes possuíam cabedal igual ou superior 1:000\$000 réis. Em quatro localidades (20%), não havia nenhum estrato da população com esta quantia. Em outras sete vilas (35%), a fração que possuía este valor não ultrapassava 1% da população. Nas nove localidades restantes, cinco possuíam de 1 a 2% de sua população com aquela quantia e as restantes vilas uma proporção superior a 2%.³

³ CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767 (1972). In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Unesp; ABPHE, 2005. p. 169-202, ver p. 189.

Tabela III.1. População e riqueza nas localidades mais ricas da comarca de São Paulo, 1765

	Riqueza total (em réis)		População livre		Riqueza <i>per capita</i>
		(%)		(%)	
São Paulo	266:243\$000	25,2	3.854	8,8	69\$082
Itu	139:430\$200	13,2	2.728	6,3	51\$111
Santos	136:004\$600	12,9	1.627	3,7	83\$592
Sorocaba	103:063\$500	9,8	4.895	11,2	21\$055
Subtotal	644:741\$300	61,0	13.104	30,1	56\$210 (*)
Total da comarca	1.056:088\$530	99,9	43.576	99,9	24\$233 (*)

	Índice de Gini		Riqueza igual ou superior a 1:000\$000 réis		População sem riqueza
	Pop. Total	Pop. com riqueza	Riqueza (%)	População (%)	(%)
São Paulo	0,88	0,7	67,2	4,8	51,6
Itu	0,88	0,8	66,3	3,8	48,7
Santos	0,89	0,8	77,2	7,0	50,2
Sorocaba	0,89	0,7	43,4	1,7	52,9
Média	0,89	0,76	63,5	4,3	50,9

(*) Média.

Fonte

CANABRAVA, Uma economia de decadência, *op. cit.*, p. 173, 175, 177, 187, 189.

Por sua vez, pertencer ao comércio não significava necessariamente pertencer aos altos estratos sociais. No censo da cidade de São Paulo, embora os termos “homem de negócio” e “negociante” fossem empregados para as faixas superiores, o termo “mercador” era aplicado indiscriminadamente, tanto para os seus membros mais ricos (com 4:000\$000 réis ou 6:000\$000 réis), quanto para aqueles que detinham cabedais modestos de menos de 1:000\$000 réis e, mesmo entre estes últimos, a quantia variava entre 100\$000 e 800\$000 réis. No censo da vila de Santos, também se observa o mesmo problema.

No entanto, é preciso também estar atento à relatividade dos dados apresentados por estes censos. Não há indicativa nos censos de que o termo “cabedal” representasse bens móveis ou imóveis. É provável que muitos declarassem apenas a riqueza líquida, não incorporando propriedades fundiárias ou bens semoventes. Se tal hipótese estiver correta, ocorreria uma correspondente sobrevalorização da posição econômica dos

agentes vinculados às transações mercantis. Em todo caso, trabalhou-se aqui com tendências de organização da riqueza, sem as considerar como valores irrefutáveis.

Tendo em vista estas precauções e alguma generalização, a riqueza em São Paulo e Santos estava concentrada no comércio ao início do governo do morgado de Mateus. No censo de 1765 da cidade de São Paulo, observa-se a existência de 44 habitantes com cabedal igual ou superior 1:000\$000 réis, montante que se considerou suficiente como indicativo de maior riqueza. Havia homens de negócio, mercadores, negociantes, capitães-mores, coronéis, sargentos-mores, bacharéis, viúvas e órfãos ricos e, curiosamente, boticários. Muitos destes agentes não devem ser vistos isoladamente, pois era comum o acúmulo de funções econômicas e militares. Em suas mãos estavam concentrados dois terços da riqueza total da cidade declarada naquele ano. A idade média da elite paulistana era de 53 anos, ou seja, eram homens e mulheres nascidos por volta de 1712. A riqueza desta elite era bastante antiga, provavelmente acumulada a partir da década de 1730.⁴

Na vila de Santos, no mesmo ano de 1765, observa-se a presença de 46 agentes com cabedal semelhante. A concentração da riqueza é maior, pois estes agentes detêm 78% da riqueza da cidade, da qual três quartos estão envolvidos com atividades comerciais. A alta concentração da riqueza não significava que a vila fosse fechada completamente à ascensão social, pois se nota três pardos forros nesta elite. Dois possuíam loja de mercador e outro vivia de suas lavouras. Mais do que em São Paulo, havia a presença maciça de mercadores, com ou sem loja, e que haviam se formado sob o regime restrito das frotas. Apenas quatro agentes viviam de suas lavouras. Havia capitães, sargentos-mores, familiares do Santo Ofício e apenas um bacharel. A idade média desta elite santista era de 46 anos, nascida por volta de 1719, um pouco mais nova do que seus pares paulistanos.⁵

A idade avançada destas elites de São Paulo e Santos indica um aspecto importante da renovação dos quadros do poder econômico na capitania. As petições assinadas por comerciantes das duas localidades em 1781 para melhorias do caminho de Cubatão para São Paulo são documentos relevantes para o estudo da composição mercantil local. É verdade que um ou outro comerciante paulistano, cujas atividades

⁴ Cálculos com base em DI, v. 62, Recenseamento da cidade de São Paulo (1765), p. 7-246.

⁵ Cálculos com base em SOUSA, *Os Andradas, op. cit.*, v. 3, p. 5-88, Recenseamento da vila de Santos (1765).

fiscais e mercantis são conhecidas na década de 1780 (especialmente Manuel de Oliveira Cardoso, Manuel Antonio de Araújo e Antonio Fernandes do Vale), não havia assinado a petição de 1781. Mas a representação envolvia um conjunto importante dos negociantes paulistanos e tratava de um ponto essencial ao comércio da cidade. Comparando-se as petições com as listas nominativas de 1765, nota-se que apenas um agente mercantil naquele ano, Domingos Fernandes Lima, aparece na petição enviada por São Paulo. Para os agentes restantes das duas localidades não há mais nenhum registro de continuidade entre 1765 e 1781. Por outro lado, comparando-se as petições de 1781 com o censo paulistano de 1798 e uma representação do corpo de comércio de Santos de 1803, observa-se uma mudança brutal no sentido de um quadro mais estável e contínuo nas duas últimas décadas do século XVIII. Na petição da cidade de São Paulo, 62% dos comerciantes listados permaneceram ativos entre 1781 e 1798. Em Santos, a proporção alcança o valor um pouco inferior de 56%. A cifra de Santos não é tão acurada, pois a petição de 1781 inclui alguns signatários não vinculados ao comércio.⁶

Feitas as ressalvas acima apontadas, há amplos indícios de uma renovação das gerações mercantis em Santos e São Paulo ao início da década de 1780. Esta mudança resultava, em primeiro lugar, do falecimento dos comerciantes enriquecidos na primeira metade do século XVIII e vinculados à economia mineradora. Em segundo lugar, a inserção de novos negociantes, seja pelos próprios descendentes diretos e indiretos daqueles antigos comerciantes, seja pela vinda de mercadores de origem reinol, contribuía para o quadro de renovação dos agentes mercantis da capitania.

Ainda que não completamente, a economia paulista da primeira metade do século XVIII permanecera bastante voltada para o interior da América portuguesa, dependendo da demanda das economias mineradoras de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Até mesmo os vínculos com os campos meridionais e com o comércio atlântico das frotas eram em grande parte subordinados àquele consumo. As mudanças experimentadas pelas regiões auríferas, e consequentemente do papel de São Paulo neste arranjo, não

⁶ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 45, doc. 3518. [São Paulo], 1781. Ofício dos comerciantes da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha. [Santos], 1781. Ofício dos negociantes e moradores da vila de Santos ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha. AESP, Maços de População, São Paulo (1798). AHU-SP, cx. 18, doc. 1. Santos, 13 jan. 1803. Representação dos comerciantes de Santos ao príncipe regente d. João.

condiziam com a representação do mundo material paulista até uma época avançada, quando só restava um brilho fugaz da época áurea.

É comum a citação de um trecho de Manuel Cardoso de Abreu, na qual são descritas as atividades dos comerciantes paulistanos ao início da década de 1780 em um circuito mercantil bastante amplo que abrangia Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande de São Pedro:

Os habitantes da cidade [de São Paulo] vivem de várias negociações: uns se limitam a negócio mercantil, indo à cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nela venderem; outros da extravagância de seus ofícios; outros vão a Viamão buscar tropas de animais cavaleiros ou vacuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade e seu continente como também aos andantes das Minas Gerais, e exercitam o mesmo negócio vindo comprar os animais em São Paulo para os ir vender a Minas, e outros, finalmente, compram alguns efeitos da mesma capitania, como são panos de algodão e açúcar, e vão vender às Minas, labutando nesta forma todos naquilo a que se aplicam.⁷

Outro trecho do *Divertimento admirável*, a respeito da vila de Santos, indicava o adensamento das suas relações com o Rio de Janeiro e as capitanias de Mato Grosso e Goiás:

Os moradores da vila de Santos são mais abastados [do que os de São Sebastião e Ubatuba] em razão de ser este o porto de mar onde desembarcam as fazendas que vêm do Rio de Janeiro para a capitania e minas de Cuiabá e Mato Grosso. Juntamente ali se acha o distrito do sal, onde forçosamente se vai buscar (...).⁸

Escrita em 1783, a narrativa de Abreu indicava uma certa harmonia na distribuição das mercadorias e nos vínculos paulistas com as capitanias adjacentes que não representava um retrato muito fiel das incertezas e dificuldades pelas quais passavam seus habitantes.

A verdade é que a restauração da capitania trouxera novas tensões de uma inserção mais aprofundada da economia paulista nas trocas marítimas do Atlântico. A abolição do regime de frotas e o estímulo ao tráfico inter-regional em 1765 e 1766 foram

⁷ ABREU, Manoel Cardoso de. *Divertimento admirável* para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso (1783). In: CLETO, Marcelino Pereira *et alii*. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977. (Coleção paulística, v. 1), p. 53-87, ver p. 83-84.

⁸ ABREU, *Divertimento admirável*, *op. cit.*, p. 85.

medidas propulsoras de uma orientação marítima da economia paulista.⁹ Na realidade, tal abertura ocorreu com muitas dificuldades, indicadas, por exemplo, pelo lamento do governador Martim Lopes por “não encontrar homem de negócio [nesta capitania] que tomasse a sua conta dar carga aos navios, que viessem da Corte trazer a fazenda desse porto [de Santos]”.¹⁰ As maiores dificuldades ocorriam na saída de navios do porto de Santos para Lisboa. Entre 1773 e 1782, 20 embarcações aportaram na vila paulista, mas somente cinco embarcações foram enviadas para a capital do império entre 1774 e 1788 (TABELA III.2). As consequências desta abertura atlântica eram bastante incertas para os contemporâneos. Os produtores e comerciantes paulistas do terceiro quartel do século XVIII sofreram as agruras da reconversão da economia paulista para novos mercados. Para eles era necessário restaurar a antiga ordem das coisas, na qual a mineração fornecia o equilíbrio entre as economias regionais do Centro-Sul da América portuguesa.

Além da maior liberdade no comércio marítimo, a diversificação da pecuária e agricultura das economias mineradoras conduziu, talvez com até maior vigor, à reconfiguração dos laços mercantis paulistas, ainda que de forma involuntária pelos mineiros. A economia de Minas Gerais já apresentava traços de diversificação na primeira metade do século XVIII, ao menos quando se observa a questão da aguardente. A despeito de inúmeras proibições desde 1715, mais ou menos severas, mas todas ineficazes, prosseguia o levantamento de novos engenhos de aguardente. A cachaça era acusada de causar inquietações nos negros e de divertir os trabalhadores da faina aurífera.¹¹ No entanto, a partir da metade do século, não apenas as minas possuíam demanda insuficiente para os produtos paulistas, como também se ampliara a diversificação de outros gêneros, com destaque para a lavoura de tabaco.¹²

⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007. p. 191.

¹⁰ DI, v. 81, p. 197. São Paulo, 12 jul. 1779. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao juiz de fora da vila de Santos, Marcelino Pereira Cleto.

¹¹ COSTA FILHO, Miguel. Engenhos e produção de açúcar em Minas Gerais. *Revista de História da Economia Brasileira*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 42-50, 1953.

¹² CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p. 186-214.

Tabela III.2. Embarcações entradas e saídas na vila de Santos, 1773-1788

Embarcações entradas na vila de Santos provenientes de Lisboa

	Galera	Navio	Curveta	Iate	Bergantim	Sumaca	s.i.	Total
1773	1							1
1774			1	1	1			3
1775	1	1		1				3
1776		1	1					2
1777	1					1		2
1778	1	2	2					5
1779		1	1					2
1780								0
1781								0
1782		2						2
								20

Embarcações saídas da vila de Santos destinadas a Lisboa

	Galera	Navio	Curveta	Iate	Bergantim	Sumaca	s.i.	Total
1774				1				1
1775				1				1
1776								0
1777								0
1778								0
1779								0
1780								0
1781								0
1782								0
1783								0
1784								0
1785			1					1
1786	1							1
1787								0
1788	1							1
								5

Notas

Quando existente, adotei a data de chegada da embarcação como ano de referência.

Fontes

1773-1782: ANTT, Junta do Comércio, mç. 50, cx. 165-166. Licenças concedidas pela Junta de Comércio às embarcações saídas de Lisboa.

1772-1788: MATTOS, *Política, administração e negócios, op. cit.*, p. 90-97, 137-139, 161-165.

No pacto pombalino da monarquia portuguesa, os paulistas sentiam-se traídos, pois haviam “a custa das suas vidas e fazendas penetra[do] os mais incultos sertões desta América com a qual diligência conseguiram o fruto de fazerem os descobrimentos das Minas Gerais, Goiás e Cuiabá”. Além da cidade de São Paulo, a região mais afetada foi o vale do Paraíba, especialmente sua produção de fumo, aguardente e algodão. Os vínculos valeparaibanos não se davam apenas com a região mais próxima de Minas Gerais, como também com Goiás e Mato Grosso. Até 1775, os paulistas acalentavam a esperança de que uma medida régia pusesse fim às “artimanhas” dos mineiros que haviam abandonado

(...) o exercício da extração de ouro, e cuidaram em levantar engenhos e feitorias das ditas aguardentes, e fumos, em tanta abundância, que não só supr[ia]m hoje nas referidas minas os tais gêneros, como superabundam de tal sorte que hoje não lhe entra[va]m mais desta ou outra capitania.¹³

Até mesmo as autoridades mineiras se compadeciam deste destino, lamentando, como Teixeira Coelho, que o certo era a aguardente de cana ir das capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro para Minas Gerais, uma vez que naquelas não havia ouro. Outros, como o memorialista José Elói Ottoni, eram mais conformados com a nova situação, dizendo ao final do século que a “necessidade como que t[inha] obrigado aos povos promover[em] a cultura das canas de açúcar e do tabaco”.¹⁴

Segundo os mapas de exportação e importação da capitania em 1801, o comércio paulista de açúcar era deficitário com Minas Gerais e Goiás na ordem de pouco mais de duas mil arrobas de açúcar. Houve ao longo da segunda metade do século XVIII uma inversão na qual algumas regiões mineradoras passaram de consumidoras a fornecedoras de açúcar para as regiões paulistas limítrofes. No entanto, este déficit foi compensado com as exportações por Santos, São Sebastião e Paraty, que eram direcionadas principalmente para o Rio de Janeiro. Ademais, o déficit comercial era de pequena monta, representando apenas 1,7% do comércio de açúcar em 1801.¹⁵

¹³ AHU-SP, cx. 6, doc. 13. São Paulo, 7 dez. 1775. Representação da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha. Cita-se aqui apenas a carta da câmara de São Paulo, mas no mesmo sentido, e quase idêntico conteúdo, foram encaminhadas representações das vilas de Mogi das Cruzes, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Jacareí, São Luiz do Paraitinga e Taubaté.

¹⁴ *Apud* COSTA FILHO, Engenhos e produção de açúcar em Minas Gerais, *op. cit.*, p. 46-47.

¹⁵ ANRJ, cód. 111.

A criação de animais nas minas também afetou o negócio do gado e dos cavalos comercializados pelos paulistas não apenas do vale, mas principalmente os de Sorocaba. Já em 1767, escrevia d. Luís Antonio de Souza, governador da capitania paulista, que o “negócio da passagem dos animais da Curitiba e Viamão” encontrava-se “totalmente arruinado, e decadente, pelo grande número de estabelecimentos de fazendas de criação, que se tem fundado em os caminhos de minas, de onde se provêm”.¹⁶ A auto-suficiência das minas causava prejuízos não somente aos comerciantes e produtores paulistas, como também à arrecadação fiscal completamente dependente deste tráfico. Assim, perdia a Coroa, uma vez que os animais criados em Minas não pagavam direitos à Coroa. Segundo o governador, até mesmo o povoamento da fronteira meridional estava em risco, caso seus habitantes não conseguissem tirar lucros com a venda dos muares, ainda mais em um contexto de acirramento dos conflitos bélicos no rio da Prata. Ao início da década de 1770, o morgado de Mateus tentou impedir a criação de animais em Minas Gerais, proibindo a introdução na rota paulista de bestas muares de São Pedro do Rio Grande na capitania mineira.¹⁷

Ao contrário da percepção dos paulistas coevos, a historiografia recente indica o aumento da integração comercial do sul e sudoeste de Minas Gerais com o norte paulista e o Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Os mineiros importavam sal, mulas, cavalos e escravos e exportavam fumo, reses e porcos para o Rio de Janeiro. Era justamente esta nova posição de Minas enquanto produtora de fumo e criadora de reses que incomodava os paulistas, anteriormente incumbidos destas tarefas na arquitetura econômica do centro-sul. Ademais, as críticas dos paulistas parecem remeter ao quadro do terceiro quartel do século XVIII. Os dados de alguns registros, posteriores àquele período, são na verdade contrários às reclamações paulistas. Na década de 1770, há a entrada crescente de aguardente e sal pelo registro de Itajubá e de muares e cavalos provenientes de São Paulo em direção a Minas Gerais pelo registro de Jaguari. Não obstante estes fatos, a inexistência de maiores informações para a primeira metade do

¹⁶ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 25, doc. 2373. São Paulo, 5 jan. 1767. Ofício n. 4 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras.

¹⁷ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 27, doc. 2522. São Paulo, 14 nov. 1770. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 28, doc. 2619. São Paulo, 20 out. 1772. Ofícios do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro.

século impede averiguar corretamente a acuidade das denúncias das câmaras valeparaibanas na década de 1770.¹⁸

No período posterior, a única fonte paulista mais fidedigna seria produzida apenas ao início do século XIX. Em 1801, nota-se que as regiões mineradoras (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) ainda constituíam um importante destino das exportações paulistas, concorrendo com 39% do mercado. Por outro lado, essas regiões pouco vendiam para São Paulo, apenas 3% das importações paulistas, todas de vilas de Minas Gerais. Ainda que as minas comprassem muitos produtos de São Paulo, não era suficiente para manter o dinamismo de toda a economia paulista. A questão principal era contrabalancear a participação mineira, goiana e mato-grossense, mais modestas do que em sua época áurea, com o comércio marítimo e terrestre para o Rio de Janeiro. Juntos estes últimos representavam 58% dos destinos das exportações paulistas.¹⁹

¹⁸ CARRARA, *Minas e currais*, op. cit., p. 132-133, 142-143.

¹⁹ ANRJ, cód. 111.

2. A política do novo imposto

Ao início da década de 1760, a situação nas fronteiras ibéricas no rio da Prata tornou-se crescentemente instável devido aos desacordos diplomáticos e às ambições do governador de Buenos Aires. A revogação do acordo anterior com o tratado de El Pardo (1761) trouxe nova indefinição quanto aos limites entre os impérios coloniais. Mais preocupante, porém foi a ocupação de Cevallos da Colônia do Sacramento (1762), dos fortes de Santa Teresa e de São Miguel e da vila de Rio Grande (1763). Apesar de Sacramento ter sido recuperada ainda em 1763, a vila de Rio Grande permaneceria ocupada pelos castelhanos até 1776. Não por acaso, logo após a morte de Gomes Freire de Andrade, ao início de 1763, a capital do vice-reino do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro.²⁰ Em agosto de 1764, o novo vice-rei d. Antonio Álvares da Cunha, conde de Cunha, manifestava inquietação com o estado da capitania de São Paulo. Sua dilatada extensão e a carência de tropas militares eram pontos de debilidade frente aos interesses dos castelhanos na expansão de suas fronteiras e na presumida conquista de terras auríferas. Além disso, a falta de controle sobre os vassallos paulistas era mais um motivo para que a capitania tivesse um governador próprio.

Logo ao início de 1765, o conde de Oeiras nomeava d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão para governador e capitão-general da capitania de São Paulo, então restaurada. O novo governador chegaria à vila de Santos ao final de julho para tomar as primeiras providências de governo.²¹ A situação enfrentada pelo morgado de Mateus prolongou-se ao longo de todo o período pombalino: desafios externos (a guerra e a paz armada com os castelhanos) e internos (o reordenamento dos vassallos paulistas) constituíram sem dúvida alguma os temas principais dos novos governadores da capitania. Porém os meios da política exigiam o financiamento destes empreendimentos imperiais, abrindo-se um leque de combinações possíveis, nas quais também se construiu uma esfera de poder regional do Estado na capitania, âmbito mal delimitado em períodos anteriores. O objetivo desta seção é analisar de que forma as sucessivas transformações fiscais da capitania, premida por gastos militares intermitentes,

²⁰ CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970. (Coleção Província). p. 165-175.

²¹ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial, op. cit.*, p. 43, 77.

ajudaram a forjar um campo de poder no plano da capitania entre os governadores e as câmaras municipais.

O SUSTENTO DAS FORTIFICAÇÕES E TROPAS

A primeira ruptura da política do morgado de Mateus relacionava-se à busca por novas formas de financiamento do sistema militar da capitania paulista. Assim, nesta sub-seção são avaliadas as práticas das antigas formas de financiamento que haviam surgido ainda nos últimos anos do século XVII sob o peso das descobertas auríferas e das rivalidades imperiais no Rio da Prata. Estas formas de financiamento eram restritas às tropas pagas e às fortificações, enquanto que na década de 1760 a principal questão seria como sustentar as tropas auxiliares ou milícias. Assim, cabe investigar quais os limites das antigas formas de financiamento que impediram que o morgado de Mateus recorresse a elas durante seu governo.

Ao início do século XVIII, a defesa da nova capitania de São Paulo e Minas Gerais encontrava-se bastante precária. O mestre-de-campo e governador da praça de Santos alertava o rei sobre o “miserável estado” da vila, assolada pela “falta de munições e apetrechos, e de gente que a guarneça”. Sem a ajuda militar e pecuniária do governador do Rio de Janeiro e sem as remessas do contrato do sal, Santos era suscetível aos ataques de piratas e corsários que rondavam a costa, como já havia notícias no porto do rio de São Francisco, próximo às minas de Paranaguá ao sul da capitania. Assim como na Bahia e no Rio de Janeiro, justificava-se o gasto com as fortalezas pela defesa do império às invasões estrangeiras. O rei d. João V tudo prometeu ajudar.²²

Duas décadas depois, o conde de Sarzedas, governador da capitania, afirmava a necessidade de grande cuidado com as fortalezas de Santos, “chave da capitania de São Paulo”, logo de todas as minas. Os intentos da Coroa, porém, não condiziam com seus fundos. Em 1733, havia apenas três companhias na capitania, faltas de “mais de metade da gente”, reclamava o governador. Assim entre a intenção e o gesto, havia muitos meandros e reveses. No reinado do monarca, a militarização da nova capitania seria um

²² BAMC, v. 1, p. 78. Lisboa, 6 nov. 1710. Ofício do rei d. João V ao mestre-de-campo e governador da praça de Santos.

movimento descontínuo e irregular, sendo um ponto essencial deste processo a invenção de formas de financiamento das tropas pagas.²³

Não obstante a incerteza do crescimento militar paulista, houve uma mudança fundamental com relação ao século XVII. Os grandes conflitos bélicos com os holandeses ocorriam no nordeste e norte, envolvendo no máximo o Rio de Janeiro, sem que a região vicentina sofresse qualquer influência a não ser o fornecimento de alimentos para as regiões atingidas. Em 1607, as despesas com a capitania de São Vicente e Santo Amaro acusavam 406\$200 réis, sendo a maior parte dos gastos consumidos pelo clero (60%), seguido dos oficiais administrativos (24%) e militares (16%). Em 1626, as despesas eram predominantemente eclesiásticas (295\$680 réis), referente ao pagamento de vigários em Santos, São Vicente, São Paulo e Conceição de Itanhaém, e havia algumas despesas com oficiais da fazenda (32\$800 réis), para o provedor, escrivão e almoxarife, resultando em um total de 328\$480 réis. Uma despesa pequena quando comparada às outras capitanias meridionais do Rio de Janeiro (1:806\$520 réis) e Espírito Santo (694\$040 réis). Vinte anos antes, as despesas do Rio eram de 405\$000 réis e igualavam-se às da capitania de São Vicente.²⁴ Ademais, boa parte da defesa estava em mãos particulares. Possivelmente os encargos militares da capitania de São Vicente foram transferidos para as bandeiras, reduzindo os gastos da Coroa com a defesa.

Contudo, a situação se alterou bastante ao final do século. Depois da fundação de Sacramento, acirrando as incursões espanholas no sul, e da descoberta das minas de ouro, conjugada ao crescente declínio das bandeiras, tornou-se cada vez mais preciso o recurso às tropas pagas e à fortificação do litoral nas terras vicentinas. Desde 1698, foram destacadas duas companhias da guarnição do Rio de Janeiro. Com a fundação da capitania de São Paulo e Minas Gerais, foi acrescida uma terceira em 1709, deixando as companhias de serem subordinadas ao Rio de Janeiro.²⁵

Na época da fundação de Montevidéu (1726), havia cinco companhias de tropas, sendo deslocada uma delas para Santa Catarina durante o cerco de Colônia (1735-37).

²³ AHU, Conselho Ultramarino, cód. 239, fl. 44v. Lisboa Ocidental, 29 mai. 1733. Consulta do Conselho Ultramarino.

²⁴ PEDREIRA, Jorge M. Costs and Financial Trends in the Portuguese Empire, 1415-1822. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Ed.). *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 49-87, ver p. 78. ABNRJ, v. 27, p. 360-363. "Registo da Folha Geral do Estado do Brazil" (1627).

²⁵ DH, v. 1, p. 32-33. Lisboa, 12 jul. 1710. Ordem do rei d. João V ao mestre-de-campo Manuel Gomes Barbosa, governador da praça de Santos.

Gomes Freire de Andrade compensou esta perda criando mais duas companhias. Apesar destas mudanças o número de soldados destacados (300 homens) não se alterou de 1710 a 1753, sendo que anteriormente havia 100 soldados.²⁶ Um pouco antes da chegada de d. Luís Antonio de Sousa à capitania de São Paulo, esta contava com seis companhias de tropas pagas. Meses antes haviam sido formadas quatro novas companhias de aventureiros no governo de Alexandre Luís de Sousa e Meneses, para que rumassem para o sul. Estas tropas deveriam ser pagas com os recursos advindos do imposto sobre o cruzado do sal e com a consignação da alfândega e da provedoria do Rio de Janeiro.²⁷

Por sua vez, o número efetivo do contingente militar dependente das despesas da Real Fazenda aponta um lento crescimento na primeira metade do século XVIII após um impulso inicial. Em 1725, com exceção do capitão-general e do governador da praça de Santos, havia 203 beneficiários do escalão militar da capitania, sobretudo infantaria e artilharia.²⁸ Em 1747, o número elevou-se para 277 dependentes. Enquanto em 1725 havia 138 soldados, duas décadas depois a proporção aumentaria para 178 componentes, configurando um crescimento de 29%.²⁹

Ainda assim, as tropas pagas precisavam ser complementadas com a atuação das milícias e ordenanças da capitania, certamente em número muito mais elevado, embora com menor preparo militar. Ao final da década de 1720, havia terços organizados nas vilas de Jacareí, Mogi, Taubaté, Pindamonhangaba, Itu, Porto Feliz, Sorocaba e Guaratinguetá.³⁰ Segundo uma estimativa escrita em 1726/7, essa organização militar estendia-se ao litoral sul, desde Santos até Laguna. Em toda esta faixa litorânea, havia 862 homens com armas que poderiam ser mobilizados pela Coroa, ou seja, o quádruplo

²⁶ DH, v. 1, p. 357. "Relação da despesa que se fez com as fardetas dos 300 soldados da Capitania de Santos as quais se remeteram na frota que partiu desta cidade a 7 de abril de 1753". MAGRO, Osmar Simões. A Legião de São Paulo e o Regimento de Infantaria nas Campanhas do Sul. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 24, p. 3-113, 1936. p. 13-14.

²⁷ PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. (Série Teses). p. 69-70.

²⁸ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 4, doc. 510. Santos, 30 jan. 1726. Carta do provedor da fazenda da vila de Santos, Timóteo Correia de Góis, a d. João V.

²⁹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 19, doc. 1831. Santos, 23 fev. 1749. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira a d. João V.

³⁰ RODRIGUES, José Wasth. *Tropas paulistas de outrora*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Paulística, 10). p. 56-57.

das tropas pagas em 1725. Santos e Paranaguá, sendo as vilas mais povoadas do litoral, naturalmente apresentavam os maiores contingentes.³¹

De acordo com os contratos do estanco, o rendimento do sal que vinha para o Brasil deveria ser empregado para o sustento dos presídios militares e na manutenção da infantaria nas praças de Salvador, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro, sendo que o maior quinhão cabia à Bahia, que recebia 1:300\$000 réis do pagamento anual do contrato, seguido pelo Rio de Janeiro, com 500\$000 réis. Mas desde cedo o valor era insuficiente para cobrir todos os gastos.³² A tributação sobre o sal era vista como “suave” pelos contemporâneos, a despeito de recair sobre um gênero de primeira necessidade. Na opinião de Pereira Cleto, o cruzado ao recair apenas sobre o comércio de sal era menos gravoso do que o novo imposto e as passagens que pesavam sobre a agricultura e o comércio, não excluía os mais pobres e abrangiam todos os gêneros, tanto o açúcar e aguardente quanto os de primeira necessidade.³³ Em termos modernos, dizia que o novo imposto e as passagens eram tributos regressivos. Com relação à arrecadação, o fiel cobrador recebia 2% do rendimento dos cruzados como remuneração, sendo o restante consignado para o pagamento das tropas pagas. Entretanto, um documento da contadoria da fazenda paulista ao final da década de 1760 notava que o rendimento podia ser empregado nas despesas gerais quando fosse necessário.³⁴

O rendimento dos cruzados, por sua vez, dependia da boa vontade dos contratadores do estanco remeterem as quantias suficientes para a capitania, ao menos para cumprir a obrigação contratual de seis mil alqueires, entre 1700 e 1732, e de sete a oito mil alqueires partir de então. Já em 1703, os pagamentos da infantaria da praça de Santos sofreram com a falta do sal. A despeito das ordens régias, os contratadores resistiram a um aumento das remessas com base nas condições do contrato. Na época, devido ao impulso da demanda das regiões auríferas, a carestia dos gêneros era notória, mas a do sal exorbitante, sendo o valor do alqueire 12 até 16 vezes maior do que o afixado no contrato (960 réis por alqueire). Em 1710, haveria a famosa invasão de Bartolomeu Fernandes de Faria aos armazéns do sal em Santos.

³¹ SILVA *et alii*, *História de São Paulo colonial*, *op. cit.*, p. 94.

³² ELLIS, *O monopólio do sal no estado do Brasil*, *op. cit.*, p. 68, 160-164.

³³ CLETO, Marcelino Pereira. Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la (25 out. 1782). In: *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado, 1977. (Coleção Paulística, 1). p. 11-52, ver p. 34-35.

³⁴ BNRJ, Mss. 21, 3, 21, doc. 1. Livro de registro de contas das despesas realizadas na capitania de São Paulo. 1762-1768. fl. 33v.

Entre 1708 e 1714 e, depois em 1720, verificou-se que os contratadores não haviam remetido nenhuma carga de sal para a praça. Entre 1700 e 1724, foi enviado apenas 22% do sal estipulado no contrato. A falta de pagamento das tropas se fazia cada vez mais presente, a ponto dos soldados rebelarem-se em 1718.³⁵ Em 1724, Rodrigo César de Meneses pedia ao rei que ordenasse ao contratador do sal a colocação de mais 20.000 alqueires de sal em Santos, visando ao aumento dos recursos dos cruzados para a criação de uma nova companhia de infantaria, necessária para a defesa das minas do Cuiabá frente a possíveis ataques estrangeiros, bem como para reduzir a carestia de sal dos habitantes de serra acima.³⁶ O rei, porém, não concordou com o governador, protelando a criação de uma nova companhia e afirmando que não poderia alterar as condições do contrato para enviar mais sal.³⁷

A prática da transferência de rendas entre capitanias para gastos com fortificações já era presente ao início do século XVII. Em 1606, indica-se que o rendimento da imposição da capitania de Pernambuco no montante de 20.000 cruzados (8:000\$000 réis), depois de terminadas as obras da fortificação do porto de Recife, fosse aplicado nas obras da Bahia.³⁸ Na capitania de São Vicente, há a notícia de uma consignação, sem origem indicada, para a fortificação do Mont Serrath, na vila de Santos, em 1652. A módica consignação era de 300 cruzados (120\$000 réis).³⁹ Dinheiro burlado, pois três anos depois se diz que as fortificações encontravam-se nas “mesmas ruínas”.⁴⁰ É bem possível que a remessa tenha sido esporádica, dada a ausência de fontes posteriores a seu respeito. O tema da defesa do litoral vicentino só voltaria à tona ao início do século XVIII. A fortaleza defendia a praça de Santos, tida então por uma “das principais das capitanias do sul do Rio de Janeiro, a qual se compõe de muita gente,

³⁵ AHU-SP, cx. 1, doc. 39. [Santos], 9 mar. 1725. “Conta do sal que tem metido os contratadores nesta vila de Santos; rendimento, e falta desde a era de 1700, até 1724”. AHU-SP, cx. 2, doc. 33. Santos, 20 nov. 1734. Carta do provedor da Fazenda da praça de Santos, Antonio Francisco Lustosa, ao rei d. João V. ELLIS, *O monopólio do sal no Estado do Brasil*, op. cit., p. 76. MONTEIRO, John Manuel. Sal, justiça social e autoridade régia. São Paulo no início do século XVIII. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 23-40, 1999.

³⁶ DI, v. 32, p. 113. São Paulo, 20 dez. 1724. Ofício de Rodrigo César de Meneses a rei d. João V.

³⁷ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 25, doc. 2371. Lisboa ocidental, 27 jul. 1725. Provisão de d. João V a Rodrigo César de Meneses.

³⁸ DH, v. 78, p. 346-350. 6 mar. 1606. Alvará por que Sua Majestade manda dar vinte mil cruzados do dinheiro da imposição para se fortificar esta cidade, e porto do Recife que os provedores da Fazenda, saberão como se procede na tal arrecadação.

³⁹ DH, v. 3, p. 218. Bahia, 5 out. 1652. Ofício do conde de Atouguia para o provedor da fazenda da capitania de São Vicente.

⁴⁰ DH, v. 3, p. 270-271. Bahia, 27 abr. 1655. DH, v. 3, p. 282-285. Bahia, 2 out. 1655. Ofícios do conde de Atouguia para o capitão-mor de São Vicente.

assim de moradores como de infantaria paga”. Em 1702, os membros do Conselho Ultramarino aconselharam ao rei a utilização das receitas de senhoriagem da Casa da Moeda fluminense, uma vez que a Fazenda Real da capitania de São Vicente achava-se bastante gravada.⁴¹

No Rio de Janeiro, desde 1699 o rendimento da dízima das mercadorias que entravam pela alfândega servia ao pagamento da infantaria da guarnição carioca. Inicialmente acordado pelas câmaras, sempre foi arrecadado pela Fazenda Real. Depois de 1721, passou a ser arrematado a particulares, em geral por triênios, no Conselho Ultramarino. Além das fortificações do Rio de Janeiro (1715), também foi empregado como rendimento para a Colônia de Sacramento (1716), especialmente o pagamento dos soldos de sua guarnição, a Santa Casa de Misericórdia (1717) e a subsistência da guarda-costa (1725). Uma vez que a guarnição de Santos havia sido destacada da do Rio de Janeiro, que era financiada pela dízima, a alfândega desta cidade contribuía, apesar dos atrasos, para a manutenção, fardamento e municiamento das tropas pagas em Santos, mesmo depois da criação da capitania de São Paulo e Minas Gerais em 1709.⁴²

Com o desmembramento de Minas Gerais, a consignação da dízima foi novamente promulgada por carta régia de 22 de março de 1721 para o pagamento das obras das fortalezas da praça de Santos, segundo o projeto de João Massé realizado depois da invasão francesa de 1711. Como os rendimentos da Fazenda Real da praça de Santos eram insuficientes para a obra, utilizou-se o expediente de transferência de rendas, sendo antes tentado, sem sucesso, o incentivo privado das mercês. Inicialmente as obras haviam sido encarregadas em 1715 a Manuel de Castro de Oliveira em troca do hábito de Cristo para si e seu filho, além de um ofício nas minas com as tenças correspondentes. Porém, dois anos depois nada se fizera e as fortalezas continuavam em estado precário.⁴³

A fortificação do litoral era cada vez mais necessária para a defesa das regiões mineradoras e para resistir a possíveis ataques, que não eram improváveis conforme a

⁴¹ DH, v. 93, p. 130-131. Lisboa, 4 jan. 1702. Consulta do Conselho Ultramarino

⁴² ARAÚJO, *Em nome do rei e dos negócios*, op. cit., p. 131. MAGRO, A Legião de São Paulo e o Regimento de Infantaria nas Campanhas do Sul, op. cit., p. 14. POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 151.

⁴³ DI, v. 50, p. 13-14. Lisboa ocidental, 22 mar. 1721. “Carta régia mandando consignar 4.000 cruzados anualmente, pelo contrato da dízima da alfândega do rio de Janeiro, para as obras de fortificação da praça de Santos (...)”. LUÍS, *Capitania de São Paulo*, op. cit., p. 12-13.

lembrança de Duclerc e Duguay Trouin no Rio de Janeiro uma década antes. Nem mesmo a anexação da praça de Santos, antes subordinada diretamente ao Rio de Janeiro, à recém-separada capitania de São Paulo em 1722 romperia com as remessas da alfândega fluminense. A medida, tomada pelo Conselho Ultramarino e assinada por João Teles da Silva e Antonio Rodrigues da Costa, foi justificada pelo costume do Rio de Janeiro de ajudar a praça de Santos não apenas com remessas de dinheiro, mas também de soldados, munições e apetrechos militares, e pelo temor de que nem mesmo as rendas dos novos descobertos das minas de Cuiabá fossem suficientes para cobrir as despesas da praça.⁴⁴ Ao final de 1733, a consignação da alfândega dobrou de valor, passando a 8.000 cruzados (3:200\$000 réis), seguindo as recomendações do Conselho Ultramarino.⁴⁵ No entanto, com relação à consignação da provedoria, contabilizada após 1739, não se encontrou a ordem régia que a instituiu. Pelas fontes consultadas, percebe-se que desde o início não havia uma distinção clara entre os pagamentos que eram feitos para as tropas pagas e aqueles para as obras das fortificações. Pelo que se pode constatar por um parecer do Conselho Ultramarino de 1734, parte da consignação era aplicada no pagamento das três companhias da guarnição e parte na conservação de duas fortalezas (Santo Amaro e Santo Antonio) e de um fortim (Itapema) na praça de Santos.⁴⁶

Na TABELA III.3, que contém os valores remetidos pela alfândega e pela provedoria fluminense entre 1734 e 1765, pode-se verificar que cerca de 60% das remessas foram efetuadas no período e que em alguns anos foram remetidos valores atrasados. Nota-se que a partir de 1739 é contabilizada a consignação da provedoria, sendo que a da alfândega já era presente desde 1721.

⁴⁴ DI, v. 18, p. 49-51. Lisboa ocidental, 6 mai. 1722. "Carta régia mandando anexar a praça de Santos à capitania de São Paulo".

⁴⁵ DI, v. 14, p. 68. Lisboa, 30 out. 1733. Ordem régia ao juiz da alfândega do Rio de Janeiro.

⁴⁶ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 8, doc. 902. Lisboa ocidental, 27 out. 1734. Parecer do Conselho Ultramarino. DI, v. 24, p. 170. Lisboa ocidental, 17 dez. 1734. Ofício do Conselho Ultramarino ao conde de Sarzedas.

Tabela III.3. Remessas em réis da consignação do Rio de Janeiro (1734-1765)

(em réis)

	Alfândega	Provedoria
1734	1:600\$000	
1735	1:600\$000	
1736	1:600\$000	
1740	3:598\$720	
1747		1:600\$000
1749	2:000\$000	
1750		4:000\$000
1751	3:200\$000	1:600\$000
1752		800\$000
1753	3:200\$000	
1754		6:000\$000
1755		2:400\$000
1758	4:800\$000	1:600\$000
1759	1:600\$000	
1760	1:600\$000	
1761	3:200\$000	
1762	1:600\$000	1:699\$616 ¹
1763	1:600\$000	4:800\$000
1764		2:000\$000
Total efetivo	31:198\$720	26:499\$616
(%)	61%	61%
Total a ser recebido até 1765	51:200\$000	43:200\$000 ²

Notas

(1) Pagamento feito com o dinheiro da contribuição da vila de Santos para o ouvidor da comarca de São Paulo.

(2) Valor contado a partir de 1739.

Fontes

DI, v. 14, 22 set. 1765, p. 63-67. DI, v. 69, 6 dez. 1772, p. 344-347.

Durante a administração do morgado de Mateus, as dificuldades em obter o recurso das consignações parecem ter sido maiores. Em 1767, foi enviada apenas a remessa da provedoria.⁴⁷ Em agosto de 1771, foram enviados 6:400\$000 réis pelo vice-rei, provavelmente valores em atraso.⁴⁸ O governo seguinte de Martim Lopes Lobo de Saldanha teve mais sorte, pois em 1776, 1778, 1779 e 1780 há documentos que indicam que a realização de remessas integrais da provedoria e da alfândega fluminenses.⁴⁹

Em 1777, é possível que não tenha havido nenhuma remessa devido à alarmante situação no sul, exigindo grandes dispêndios do vice-rei, que reclamava não ter nenhuma ajuda pecuniária da Bahia e de Pernambuco. Os vice-reis conde de Azambuja e marquês do Lavradio deixaram patente a prioridade dos gastos para as outras capitanias do sul, atrasando ou mesmo suspendendo suas remessas para São Paulo.⁵⁰ A situação ficaria mais grave ao final do século, pois em agosto de 1797 o governador Melo Castro e Mendonça reclamava que o Rio de Janeiro havia mais de nove anos não ajudava com a defesa meridional.⁵¹

Por outro lado, o peso das remessas era bastante elevado para o Rio de Janeiro. As riquezas das minas de ouro indiretamente contribuíram, pelo crescimento do comércio e pela cunhagem de moedas, para as despesas fluminenses e meridionais ao gerar receitas alfandegárias e ganhos de senhoriagem sobre o metal quintado. Em Minas Gerais, as remessas para Lisboa foram elevadas ao longo de todo o século XVIII e no rol das despesas não constava nenhuma consignação para outras capitanias.⁵² Procedendo desta forma, a América portuguesa seguia caminho distinto ao da administração espanhola, que usou largamente o expediente de suprir diretamente as regiões de defesa militar no Caribe (Havana, São Domingos, Porto Rico, Cumaná, Trinidad e Cartagena),

⁴⁷ AHU-SP, cx. 5, doc. 28. São Paulo, 22 fev. 1769. Ofício do Morgado de Mateus a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

⁴⁸ BNRJ, Mss. 21, 4, 7, fl. 28. Rio de Janeiro, 22 ago. 1771. Carta do escrivão da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, João Carlos Corrêa Lemos, a d. Luís Antonio de Sousa. DI, v. 14, p. 304. Rio de Janeiro, 20 ago. 1771. Ofício do marquês do Lavradio a d. Luís Antonio de Sousa.

⁴⁹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 31, doc. 2740. São Paulo, 18 dez. 1776. Relação do Estado da Fazenda dirigida a Martinho de Melo e Castro. Biblioteca Nacional de Portugal, Mss. Reservados, cód. 10631, fl. 103. Rio de Janeiro, 25 abr. 1777. Carta do marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 37, doc. 3077. São Paulo, 31 out. 1783. Representação da Junta da Fazenda de São Paulo à Junta da Fazenda do Rio de Janeiro.

⁵⁰ DI, v. 14, p. 232. Rio de Janeiro, 15 mai. 1769. Ofício do conde de Azambuja a d. Luís Antonio de Sousa. DI, v. 14, p. 286. Rio de Janeiro, 27 fev. 1771. Ofício do marquês de Lavradio a d. Luís Antonio de Sousa.

⁵¹ DI, v. 29, p. 14-15. São Paulo, 19 ago. 1797. Ofício de Melo Castro e Mendonça a d. Rodrigo de Sousa Coutinho.

⁵² CARRARA, Angelo Alves. Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1808. Congresso Latinoamericano de Historia Económica, 1., Montevideu, 2007. *Anais...* Cd-rom. p. 22-24.

América do Norte (Texas, Louisiana e Flórida) e Rio da Prata (Buenos Aires), em geral deficitárias e de baixo dinamismo econômico, com consignações diretas e específicas provenientes das ricas minas de prata do Peru e da Nova Espanha ou mesmo de menor abundância como o interior de Nova Granada.⁵³

Na América portuguesa, não se contava com uma rede tão interligada entre as caixas reais, dificultando a administração centralizada dos recursos, a ponto da frequência das remessas realizadas ser correspondente às reclamações do atraso e da falta de pagamentos. Ademais, a dificuldade da Coroa em obter recursos levou ao fortalecimento das elites locais que realizavam a arrematação dos contratos e, no caso do Rio Grande, também o fornecimento para as tropas,⁵⁴ processo contrário à tendência geral de burocratização crescente do império espanhol no século XVIII: abandono da arrecadação por contratadores, amplo uso da administração direta, centralização dos ramos dos tributos e estancos e, por fim, a reforma dos intendentés. Destacadas estas diferenças, é bem verdade que o mecanismo português de manutenção das guarnições militares, a despeito da precariedade da ajuda, assemelhava-se em parte ao modelo espanhol dos “situados” quando se considera os exemplos de Santa Catarina, Rio Grande e Colônia de Sacramento, mas creio não se aplicar corretamente ao caso paulista.

Não contando diretamente com o ouro das minas, as finanças fluminenses dependiam da sorte de suas próprias receitas e do maior ou menor grau de dispêndio militar realizado no Rio de Janeiro e nas capitanias subalternas. Em 1743, o governador Gomes Freire de Andrade informava que o montante de 130:000\$000 réis a 140:000\$000 réis (52-56%) dos quase 250:000\$000 réis da receita fluminense era remetido para os presídios de Santa Catarina, Rio Grande e Colônia do Sacramento. O restante do valor era empregado para suprir as despesas da capitania do Rio de Janeiro, que estranhamente incluíam as remessas para as fortificações em Santos. Sendo a maior parte da receita proveniente da alfândega, a ausência de frotas durante quatro anos havia levado a uma queda de 40:000\$000 réis no rendimento da provedoria, que além

⁵³ MARICHAL, Carlos; SOUTO MANTECÓN, Matilde. Silver and Situados: New Spain and the Financing of the Spanish Empire in the Caribbean in the Eighteenth Century. *Hispanic American Historical Review*, v. 74, n. 4, p. 587-614, 1994. MEISEL, Adolfo. *Crecimiento a través de los subsidios: Cartagena de Indias y el situado, 1751-1810*. Cuadernos de Historia Económica y Empresarial, Centro de Estudios Económicos Regionales – Banco de la Republica, Cartagena, n. 9, abr. 2002. HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino (1791-1850)*. 2. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005. p. 28-51.

⁵⁴ MIRANDA, *A estalagem e o império*, op. cit., p. 63-80.

de precisar satisfazer as remessas para o sul, estava sobrecarregada com dívidas no valor de mais de 150:000\$000 réis.⁵⁵

A longo prazo, um fator agravante para as finanças do vice-reino foi a queda na quantidade de metal amoedado na Casa da Moeda carioca, estabelecida definitivamente em 1702-03, reduzindo os ganhos de senhoriagem (5% do valor do metal cunhado).⁵⁶ Na primeira metade do século, a Casa da Moeda realizou alguns empréstimos para o resgate da cidade, os destacamentos de Montevideu e Sacramento e o custeamento da guarda-costa, que juntos somavam 203:000\$000 réis.⁵⁷ Após atingir um pico na década de 1750 (319.295 marcos), a produção decenal acumulada da instituição caiu para 258.037, 241.056, 182.500 e 139.076 marcos de ouro nas quatro décadas seguintes respectivamente. Assim, na década de 1790 o volume monetário cunhado na instituição era pouco menos da metade (44%) alcançada em meados do século.⁵⁸

A dízima da alfândega apresentou uma evolução menos drástica. Entre 1757 e 1760, a dízima alcançou a média de 203:646\$691 réis, um acréscimo de 63% ao valor médio observado no triênio de 1732 a 1734. Nas décadas seguintes, a despeito de grandes flutuações entre os anos, a média da dízima apresentou uma estagnação, mostrando um acréscimo de apenas 20% face ao triênio da década de 1730. Comparando-se os valores médios das décadas de 1760 e 1780, que são os que apresentam cifras mais confiáveis para ambas as séries, os ganhos com senhoriagem foram reduzidos em 30%, enquanto que a dízima estagnou, indicando um ligeiro aumento de 4%.⁵⁹

Entre 1768 e 1778, época de Lavradio, a receita média era de 490:000\$000 réis e as despesas 600:000\$000 réis. Na mesma época, as receitas médias de senhoriagem eram de 169:000\$000 réis e a alfândega rendia 137:000\$000 réis, perfazendo 62% da

⁵⁵ DH, v. 94, p. 98-100. Lisboa, 25 fev. 1743. “O governador do Rio de Janeiro representa novamente ser diminuto o primeiro cálculo que se fez para a conservação das fortificações da Colônia, Rio Grande de São Pedro e ilha de Santa Catarina (...)”.

⁵⁶ ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, op. cit., p. 318-321.

⁵⁷ COSTA, Grasiela Frago da. *A Casa da Moeda do Rio de Janeiro: a instituição e seus membros, c.1694 a c.1750*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 53.

⁵⁸ SOETBEER, Adolf. *Edelmetall-Produktion und Werthverhältniss zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerika's bis zur Gegenwart*. Gotha: Justus Perthes, 1879. p. 87.

⁵⁹ Valores da dízima: 1732-1734: CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII*, op. cit., p. 277-278. 1757-1761: RIHGB, v. 65, parte I, p. 92, 115. 1762-1791: AHTC, cód. 4057. Rendimento da dízima da alfândega do Rio de Janeiro.

receita total.⁶⁰ Em 1790, a situação não melhorara, posto que os rendimentos da Casa da Moeda e da dízima da alfândega eram ainda menores, 85:940\$765 réis e 118:500\$398 réis respectivamente, representando juntas 55% da renda total de 372:360\$014 réis e incapazes de suprir as despesas totais de 403:777\$668 réis.⁶¹ Entre 1795 e 1799, a média da receita anual correspondia a 476:000\$000 réis e as despesas a 612:000\$000 réis, sendo que apenas em 1795 e 1796 foi possível cobrir o déficit.⁶² Ao final da década, o vice-rei conde de Resende encontrava-se em tal apuro financeiro que foi obrigado a realizar um empréstimo de 800:000\$000 réis em 1797 e três anos depois tentaria, sem sucesso, obter outro pedido de auxílio no valor de 120:000\$000 réis junto aos comerciantes e senhores de engenho locais.⁶³

Entre 1768 e 1778, apenas considerando o Rio de Janeiro, as despesas militares médias representavam 53% dos gastos da capitania. No cômputo geral, as remessas para Santa Catarina e Rio Grande constituem 21% dos gastos totais do vice-reino ou o equivalente a 27% dos gastos totais do Rio de Janeiro. Portanto, uma proporção bem menor do que a apresentada na época de Gomes Freire. Durante o governo de Lavradio, Santa Catarina possuía uma despesa 4,8 vezes maior do que sua receita e Rio Grande 6,6 vezes maior, o que mostra amplamente a maior dependência destas capitanias das remessas fluminenses frente à situação de São Paulo. No Rio Grande, as remessas e letras sacadas pela tesouraria geral do Rio de Janeiro constituíam 27% (1784), 30% (1785) e 40% (1788) das receitas da provedoria. Em Santa Catarina, o quadro era pior ainda, 66% da receita da provedoria devia-se a remessas do Rio em 1763, pois contava apenas com algumas parcelas do contrato dos dízimos e da pesca de baleias. Pelos poucos anos apurados, pode-se perceber que as remessas eram maiores do que as de São Paulo (3:200\$000 réis), perfazendo 16:000\$000 réis no caso do Rio Grande e 11:000\$000 réis em Santa Catarina. Contudo, estas transferências não impediram o crescimento das dívidas destas capitanias ao longo da década de 1780.⁶⁴

⁶⁰ ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, *op. cit.*, p. 318-321.

⁶¹ ANRJ, cx. 486, pct. 2. Rio de Janeiro, 23 mai. 1792. "Mapas dos diversos rendimentos da Fazenda Real, que entram anualmente nos cofres da Tesouraria Geral do Rio de Janeiro, regulando pelo total dos rendimentos, e despesas do ano de 1790".

⁶² GUIMARÃES, O rendimento da capitania das Minas Gerais, *op. cit.*, p. 10.

⁶³ Rio de Janeiro, 12 mai. 1797, 25 e 29 nov. 1800. Ofícios do conde de Resende. In: *Ofícios dos vice-reis do Brasil (1763-1808)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1970. v. 2.

⁶⁴ Além do supracitado trabalho de Alden, ver SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. (Brasiliense, 379). p. 162-167. SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme*:

No caso da Colônia de Sacramento, as remessas foram mais relevantes ao início do século XVIII. Em 1700, os gastos com Sacramento representavam 12,8% das despesas totais do Rio de Janeiro.⁶⁵ Entre 1732 e 1734, a média de dispêndios realizados em Sacramento alcançava 14,8%.⁶⁶ No entanto, o sistema de remessas funcionou muito mal. Na década de 1720, o governador da praça contava com a ajuda dos empréstimos de comerciantes locais, que eram depois saldados pelo provedor da Fazenda do Rio de Janeiro. Mesmo assim, os soldos atrasavam-se, levando até mesmo os soldados a venderem suas “camisas” para comprar alimentos. A crise em parte ocorria porque o governador Vahia Monteiro precisava manter simultaneamente as guarnições do Rio e de Colônia. As agruras continuaram na década seguinte, o que pode ter contribuído para o cerco dos espanhóis.⁶⁷

Face aos envios para Colônia, Santa Catarina e Rio Grande, as remessas para as fortificações em Santos eram bastante exíguas. Entre 1732 e 1734, elas representavam 1,4% das despesas totais do Rio de Janeiro, elevando-se para 2,7% entre 1768 e 1778.⁶⁸ Com relação ao envio de rendas de outras capitanias para São Paulo, um expediente utilizado muito brevemente foi a remessa de duas arrobas de ouro da provedoria de Goiás. A medida foi empregada apenas em 1746 e 1747, mas depois da criação da capitania, desmembrando-a de São Paulo em 1748, a prática foi completamente abandonada. Em 1760, o governador de Goiás alegava a necessidade de cobrir as suas próprias despesas, não podendo remeter nada para São Paulo.⁶⁹ O morgado de Mateus tentou inutilmente recuperar estas transferências logo no início do seu governo.⁷⁰

estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008. p. 203.

⁶⁵ ABNRJ, v. 39, p. 262. Ant. 21 out. 1700. Relação da despesa que se faz pela Fazenda Real, por conta dos seus efeitos, na capitania do Rio de Janeiro.

⁶⁶ CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII*, op. cit., p. 278-230.

⁶⁷ POSSAMAI, *O cotidiano da guerra*, op. cit., p. 149-159.

⁶⁸ CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII*, op. cit., p. 278-230. ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, op. cit., p. 320-321.

⁶⁹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.2.6, Co. Ultr. v. 32, fl. 277v-280. Lisboa, 14 out. 1761. “Pede o provedor da Fazenda Real de São Paulo, que da Provedoria de Goiás, se lhe remetam cada ano duas arrobas de ouro”.

⁷⁰ DI, v. 72, p. 111. Santos, 20 out. 1765. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao governador de Goiás.

Criadas em Portugal durante a Restauração (1641) e depois difundidas na colônia, as milícias eram compostas pelos excluídos do recrutamento das tropas regulares, seus membros não eram remunerados e deveriam auxiliar as tropas de primeira linha na defesa territorial. Porém, o comando, instrução e disciplina destas tropas estavam entregues a oficiais dos corpos regulares (mestre-de-campo e sargento-mor). Na capitania de São Paulo, o crescimento destas tropas ocorreu apenas no século XVIII, havendo terços organizados nas vilas de Jacareí, Mogi, Taubaté, Pindamonhangaba, Itu, Porto Feliz, Sorocaba e Guaratinguetá ao final da década de 1720.⁷¹

A carta régia de 22 de março de 1766 buscou regularizar a alegada falta de disciplina destas tropas.⁷² A lei instituiu o alistamento obrigatório dos colonos nas tropas auxiliares e sem qualquer exceção de nobreza ou cor (“sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos ingênuos e libertos”). Além disso, todos os oficiais milicianos passaram a ter os mesmos privilégios concedidos às tropas pagas, e semelhantes punições, pois os desertores não poderiam mais participar das câmaras e seriam remetidos para as galés em Santos. Os privilégios incluíam a permissão de utilizar uniformes, chapéus e divisas. Os oficiais de infantaria deveriam ter a suas custas espadas e armas, e os da cavalaria seus próprios cavalos e escravos. A punição aos desertores não constava da carta régia original, sendo obra do próprio morgado de Mateus em um bando separado.

Por fim, um ponto muito importante informava que um sargento-mor das tropas pagas deveria ser escolhido para disciplinar as milícias, sendo seus vencimentos pagos pelas câmaras dos respectivos distritos. Em 1768, o vice-rei conde de Azambuja já notava as dificuldades das câmaras fluminenses, algumas de vilas miseráveis, em pagar os sargentos-mores e ajudantes dos 12 regimentos existentes no Rio de Janeiro, sendo aqueles pagos diretamente pela Fazenda Real, quadro que perdurava ainda no início do

⁷¹ RODRIGUES, *Tropas paulistas de outrora, op. cit.*, p. 56-57.

⁷² AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 24, doc. 2354. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 22 mar. 1766. Carta régia de d. José.

século XIX.⁷³ Contudo, não foi esta a situação que prevaleceu na capitania de São Paulo, onde o governador fez valer a determinação régia.⁷⁴

Houve uma confluência entre a medida régia e a reorganização das tropas auxiliares intentada por d. Luís Antonio de Sousa meses antes da determinação de d. José. Em 8 de dezembro de 1765, o governador enviava ao conde de Oeiras um ofício no qual informava a inclusão de três sargentos-mores para disciplinar os corpos de milícias da capitania: dois para as tropas de serra acima (um para cavalaria, outro para infantaria) e um terceiro oficial para o governo de Paranaguá, com jurisdição sobre toda a infantaria da parte do sul.⁷⁵ Em Santos, ao que parece, já havia um sargento-mor destacado da guarnição da praça e que cuidava das milícias do litoral sul antes de Paranaguá. Também dizia o governador que as poucas rendas da provedoria não seriam suficientes para se colocar um oficial em cada tropa milicianas, por isso havia nomeado sargentos-mores e ajudantes que cuidassem de várias companhias. Ademais, conforme informou depois ao vice-rei conde de Cunha, não havia o costume de se pagar o soldo do sargento-mor.⁷⁶

Para as tropas de serra acima foram nomeados o sargento-mor José de Macedo Souto Maior e seu ajudante Teotônio José Zuzarte (14 companhias) e o sargento-mor Manuel Caetano Zuniga e seu ajudante Manuel José Alberto Pessoa (14 companhias), depois envolvidos na fundação do presídio do Iguatemi.⁷⁷ Para as tropas de Paranaguá, foram nomeados Francisco José Monteiro e seu ajudante Manuel da Cunha Gamito (nove companhias). Para as tropas de Santos, foi destacado o sargento-mor Manuel Meneses (sete companhias). Ao todo, portanto, havia 44 companhias de milicianos. Em 1782, o número de sargentos-mores e ajudantes havia aumentado para seis, um para cada terço de auxiliares, que recebiam respectivamente 369\$600 réis e 144\$000 réis por ano,

⁷³ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. As capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. p. 146-147.

⁷⁴ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, *op. cit.*, p. 92-93.

⁷⁵ AHU-SP, cx. 24, doc. 2278. Santos, 8 dez. 1765. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa para o conde de Oeiras.

⁷⁶ DI, v. 72, p. 168-169. Santos, 5 jan. 1766. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao vice-rei conde de Cunha.

⁷⁷ Sobre o envolvimento dos sargentos-mores e ajudantes no Iguatemi, há uma nota de rodapé em DI, v. 19, p. 70.

resultando em uma despesa anual de pouco mais de 3:000\$000 réis para a Real Fazenda.⁷⁸

Ao final de 1765, a capitania contava com 2.640 alistados nas tropas auxiliares, 1.740 nas 29 tropas de infantaria, 840 nas 14 tropas de cavalaria e 60 em uma companhia de uzares de Curitiba. Paranaguá, São Paulo, Jundiá, Santos, Guaratinguetá e São Sebastião eram as localidades que possuíam mais de duas companhias. Cada companhia possuía no mínimo 60 oficiais e no máximo 300, caso da infantaria de Paranaguá.⁷⁹ A política militar do morgado teve efeito, pois dois anos depois, em 1767, havia cerca de 4.000 alistados nas tropas auxiliares.⁸⁰ No início do século XIX, a capitania contava com 8.212 oficiais divididos em dez regimentos milicianos.⁸¹

Do ponto de vista político, a nomeação dos sargentos-mores para as tropas milicianas significava uma interferência do poder do governador nos poderes locais armados da capitania, vigiando e cerceando sua liberdade anterior. Ao contrário das ordenanças, a nomeação dos oficiais superiores dos corpos auxiliares (mestres-de-campo, capitães, sargentos-mores e ajudantes) realizava-se por indicação direta do capitão-general, contudo durante a subordinação da capitania ao Rio de Janeiro esse controle foi afrouxado. Nas ordenanças, por sua vez, a indicação dos cargos de capitão-mor, sargento-mor e capitão-de-companhia era inicialmente efetuada pelo rei. Entre 1709 e 1739, as câmaras podiam indicar três nomes para serem escolhidos pelo rei. Na década seguinte, a indicação passou a ser incumbência do governador-geral. Após 1749, os cargos eram escolhidos pelo governador a partir de uma lista tríplice enviada pelas câmaras em conjunto com o ouvidor ou provedor da comarca.⁸²

Embora se tenha interpretado que a criação das tropas auxiliares na capitania representava o fim das disputas das oligarquias locais, a questão certamente possuía raízes mais antigas.⁸³ Desde o governo de Rodrigo César de Meneses o controle dos

⁷⁸ CLETO, Dissertação sobre a capitania de São Paulo, *op. cit.*, p. 39.

⁷⁹ DI, v. 72, p. 114-117. Santos, 10 nov. 1765. "Lista das companhias auxiliares de infantaria que tem a capitania de São Paulo".

⁸⁰ PEREGALLI, *Recrutamento militar no Brasil colonial*, *op. cit.*, p. 67.

⁸¹ MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e. Memória econômico-política da capitania de S. Paulo. 1ª parte. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, p. 81-247, 1961, ver p. 142.

⁸² SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985. (Publicações históricas, v. 86). p. 312-313, 404-405. MELLO, *Os corpos auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 67.

⁸³ Para um exemplo desta forma de interpretação conferir: KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004. (Estudos Históricos, 56). p. 53.

potentados locais era percebido como uma condição *sine qua non* para a instauração do governo estatal na capitania, o que foi evidenciado com a morte dos irmãos Leme. O abrandamento das elites locais foi tentado ao longo de toda a primeira metade do século XVIII com a participação nas câmaras e ordens religiosas, bem como a nobilitação por meio da concessão de mercês do Santo Ofício e do hábito de Cristo.⁸⁴ As mercês ao exigirem o atestado de bons serviços prestados à Coroa, fosse nas câmaras ou nas ordenanças, direcionaram e selecionaram os membros da elite local, tornando-os mais próximos aos interesses do governo imperial. Contudo, a meu ver, estas tendências de subordinação e direcionamento resultaram insuficientes até a chegada do morgado de Mateus em parte porque as câmaras e mercês acabavam por se tornar estratégias locais e pontuais de governo, em parte porque outros fatores haviam contribuído para o enfraquecimento do poder dos governadores junto aos notáveis da capitania antes de ser restaurada: a extensão dilatada da capitania, que em diferentes momentos desde 1722 chegou a incluir Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande; a residência dos governadores em Minas Gerais durante certo período e, por fim, a subordinação da capitania ao Rio de Janeiro a partir de 1748.

Assim, caberia ao governo de d. Luís Antonio de Sousa dobrar e moldar os interesses dos estratos dominantes da capitania aos interesses régios. A antiga liberdade e autonomia dos paulistas deveriam agora ser contidas e enquadradas, como foi percebido pelos contemporâneos. Em 1772, o marquês do Lavradio notou que ainda que o caráter arredo dos paulistas não tivesse mudado, seu entorno era bem distinto:

O juízo intrépido destes paulistas é hoje o mesmo que o foi em outro tempo, só com a diferença de hoje viverem mais sujeitos às leis, e de lhe terem diferente respeito de que então tinham, e por esta razão, estão hoje uns vassallos mais capazes de fazerem um serviço útil ao seu e nosso soberano.⁸⁵

Opinião semelhante a destacar os poderios locais era partilhada por Martim Lopes Lobo de Saldanha, posterior capitão-general da capitania, cujo raciocínio não atentava para o novo aparato institucional de dimensão regional:

⁸⁴ BORREGO, *A teia mercantil, op. cit.*, p. 132-186.

⁸⁵ Rio de Janeiro, 6 nov. 1772. Ofício do marquês do Lavradio ao brigadeiro José Custódio. In: D'ALMEIDA, d. José. *Vice-Reinado de D. Luiz D'Almeida Portugal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Brasileira, 214). p. 170.

É certo, que não há em toda esta capitania povoação nenhuma, que não tenha um séquito particular dos homens mais poderosos, que nelas vivem, para que metendo-se no governo delas o queiram sujeitar às suas paixões estranhas, fazendo sinédrios particulares.⁸⁶

Também é verdade que o reordenamento das milícias na capitania alterou não apenas a relação com os grupos dominantes, mas também com os dominados: os “vadios” deveriam ser enquadrados fosse na faina agrícola, mas não aquela dos sítios volantes; fosse no serviço militar. Foge aos limites deste texto explorar esta questão já abordada por outros autores.⁸⁷

Se o morgado de Mateus desejava governar a capitania paulista deveria intervir não apenas nas milícias, com a indicação dos sargentos-mores e ajudantes, mas também influir nas câmaras, o outro pilar do poder local. Os vereadores de São Paulo interferiam nas devassas e na justiça. A câmara de Taubaté, por sua vez, atrapalhava o recrutamento das tropas e a revista das ordenanças. Em suma, para o governador, conforme escreve ao conde de Oeiras em 1768, o grande problema era que os “republicanos” queriam cuidar do governo geral da capitania, indo além das prerrogativas do poder local.⁸⁸ Porém, escreve o capitão-general dois anos antes, em outras localidades ocorria um grande revezamento do poder e muitas vezes seus vereadores moravam longe das povoações governadas. Em São Paulo, os Pires e os Camargo, que se alternavam no controle da câmara paulistana ao longo do século XVIII, já tinham seus nomes tão espalhados e utilizados por outras pessoas, que era difícil verificar se realmente descendiam das ditas famílias. Era preciso, continuava d. Luís Antonio, mudar o sistema de governo das câmaras para que estas contribuíssem no fomento das riquezas da capitania.⁸⁹

Logo ao início de seu governo, d. Luís Antonio de Sousa enviou uma representação aos contratadores do estanco para socorrerem com sal a capitania de São Paulo, a fim de cumprirem a obrigação anual dos 20.000 alqueires. Não havendo

⁸⁶ AHU-SP, cx. 8, doc. 18. São Paulo, 9 out. 1780. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha d. Maria I.

⁸⁷ SOARES, Lucas Jannoni. *Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América portuguesa*: São Paulo (1765-1775). Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. MEDICCI, Ana Paula. *Entre a “decadência” e o “florescimento”*: a capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 33-79.

⁸⁸ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, op. cit., p. 220-221.

⁸⁹ DI, v. 73, p. 68-69. São Paulo, 11 dez. 1766. DI, v. 19, p. 25-26. São Paulo, 15 mai. 1768. Ofícios de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

comunicação direta, a sumaca que vinha da Bahia terminava chegando na capitania já sem o sal, após ter vendido tudo antes pelo trajeto, fato que obrigava os paulistas a irem comprar o gênero no Rio de Janeiro.⁹⁰ A pressão sobre os contratadores fez efeito, pois no ano de 1766 houve a entrada de 24.717 alqueires de sal provenientes de Pernambuco (13.400 alqueires), Bahia (9.800 alqueires), Rio de Janeiro (1.400 alqueires) e portos desconhecidos (117 alqueires). Desta forma, o governador obteve um rendimento mais alto dos cruzados do que nos três anos anteriores. Comparando-se a média do rendimento entre 1763 e 1765 (4:297\$657 réis) com a do período de 1766 a 1768 (6:172\$933 réis), percebe-se um aumento de 44% no rendimento dos cruzados do sal. Em 1762, o valor havia sido ainda mais baixo 3:737\$110 réis, situação preocupante pois em 1755 havia rendido 4:804\$940 réis.⁹¹

Logo que chegou à capitania, os oficiais das companhias de aventureiros representaram ao novo governador a falta de pagamento dos seus soldos e fardamentos, há quase um ano e três anos, respectivamente. Aqueles que haviam servido nas campanhas do sul estavam muito necessitados, pois além dos soldos serem insuficientes, não podiam utilizar os rendimentos das roças que possuíam. D. Luís Antonio de Sousa pouco pôde fazer, uma vez que o antigo provedor da Fazenda, José de Godói Moreira, havia morrido e outro ainda não tomara posse, impedindo a utilização dos recursos da Provedoria. Quando pôde contabilizar as rendas existentes na provedoria, esta contava com apenas uns “sessenta e tantos mil réis”, quantia ínfima para as despesas da capitania.⁹²

Segundo os cálculos do governador, as sete companhias de aventureiros, suposta cada uma com 60 homens, exigiam o gasto de 21:245\$040 réis por ano, sendo a maior rubrica o pagamento dos soldados (14:112\$000 réis, 66% do valor total). Mas a conta deve ser reduzida, visto haver apenas seis companhias, ao invés das sete computadas

⁹⁰ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, op. cit., p. 197.

⁹¹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 25, doc. 2371. São Paulo, 2 jan. 1768. Ofício n. 1 de d. Luís Antonio de Sousa para o conde de Oeiras. (S.l., s.d.) “Relação do sal que tem entrado para o estanco desta vila de Santos do primeiro de Janeiro até, o último de Dezembro do presente ano de 1766 remetido dos estancos dos contratos de Pernambuco Bahia e Rio de Janeiro”. São Paulo, 15 mar. 1765. “Extrato do rendimento dos cruzados do sal no estanco da vila de Santos nos anos de 1763 // 1764 // 1765 // e 1766 tirado depois do exame geral, que se está fazendo para as contas do Erário”.

⁹² DI, v. 72, p. 52-54. Santos, 4 ago. 1765. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras. DI, v. 72, p. 104-105. Santos, 5 out. 1765. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Cunha. Para os valores dos cruzados do sal ver BNRJ, Mss. 21, 3, 21, doc. 1, Livro de registro de contas das despesas, fl. 33v-39. AHU-SP, cx. 4, doc. 40. Santos, 15 jun. 1757. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira, para o rei d. José I.

pelo morgado de Mateus. Só a guarnição da praça de Santos, com seus 350 soldados exigia o gasto anual de 16:964\$960 réis e as quatro companhias de aventureiros daquela praça consumiam 8:097\$600 réis. Os valores seriam maiores se cada companhia tivesse cem homens como era habitual, conforme nota d. Luís Antonio de Sousa. Já considerava o governador ser o gasto excessivamente grande para o pouco rendimento da provedoria, porém os aventureiros eram precisos e úteis para as campanhas do Rio Grande “donde, se se abri[sse] a guerra [seriam] indispensavelmente necessários pela qualidade de ataques e estratégias com que ofen[diam] o inimigo”.⁹³

O rendimento dos cruzados do sal era a fonte principal para o pagamento das tropas da capitania, porém insuficiente. Segundo d. Luís Antonio de Sousa, as despesas militares chegavam a 24:060\$920 réis, entretanto até agosto de 1765 a receita dos cruzados não passava de 1:075\$000 réis, sem esperança de que a situação melhorasse muito até o final daquele ano. Apenas em 1766, com uma pressão sobre os contratadores, depois reforçada pelo conde de Oeiras ao vice-rei, haveria um aumento nas entradas do sal no porto de Santos. Devido a essa insuficiência de rendas, o novo governador acordara com o vice-rei conde de Cunha, que as despesas das seis companhias seriam pagas com a receita de 3:200\$000 réis proveniente das consignações da Provedoria e Alfândega do Rio de Janeiro. Já no momento da criação das quatro companhias novas em Santos, o vice-rei havia prometido ao ex-governador Alexandre Luís de Sousa e Meneses o pagamento das tropas destacadas com remessas do Rio de Janeiro, segundo relato do provedor da fazenda.⁹⁴

Como foi observado, o rendimento dos cruzados do sal e as consignações fluminenses (desde 1765) serviam especificamente ao pagamento das tropas pagas, embora outras rendas não consignadas, tais como os meios direitos dos animais que passassem pelo registro de Curitiba e Viamão, a renda do contrato do subsídio dos molhados da alfândega de Santos e os rendimentos das passagens pudessem ser utilizadas para este fim. No entanto, a reorganização militar empreendida por d. Luís

⁹³ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 23, doc. 2239. Santos, 4 ago. 1765. Ofícios n. 3-4 de d. Luís Antonio de Sousa para o conde de Oeiras. Uma versão incompleta deste documento foi publicada em DI, v. 72, p. 49-50.

⁹⁴ DI, v. 72, p. 67-68. Santos, 16 ago. 1765. DI, v. 72, p. 69-70. Santos, 18 ago. 1765. Ofícios de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras. DI, v. 23, p. 263-265. Santos, 13 fev. 1766. Ofício de José Honório de Valadares e Aboim ao rei d. José I. BNRJ, Mss. II – 35, 26, 11. Lisboa, 23 jul. 1766. Ofício do conde de Oeiras ao conde de Azambuja.

Antonio de Sousa incluía as tropas milicianas, exigindo outras formas de financiamento, distintas das empregadas para as companhias pagas.

CRIAÇÃO E REDIRECIONAMENTO DO “NOVO IMPOSTO”

Ainda que as riquezas auríferas tenham propiciado a d. João V uma ampla autonomia no governo, seu herdeiro não teria tanta sorte assim quando o ouro das minas já escasseava, sendo parte dele levado pelos ingleses em decorrência dos déficits comerciais. O reinado anterior somara dívidas e d. José foi obrigado a tomar um empréstimo de 160:000\$000 réis em 1754.⁹⁵ Além da pressão já exercida sobre as minas, a imensa rede de extração do excedente fiscal foi colocada novamente em ação em meados dos Setecentos para cobrir os custos de uma catástrofe.

Em 1º de novembro de 1755, o fatídico terremoto arruinou os edifícios particulares, eclesiásticos e públicos de Lisboa, inclusive a rica alfândega e a Patriarcal. Não atingiu apenas Lisboa, como também a costa do Algarve e da Andaluzia, além de partes do norte da África. Na capital portuguesa, muito do que não foi reduzido pelo tremor foi consumido pelos incêndios. Logo após o terremoto, a câmara de Lisboa, prejudicada com a diminuição do rendimento dos seus contratos e pela perda de suas propriedades, não possuía recursos nem mesmo para desentulhar os escombros da cidade, sendo obrigada a utilizar os rendimentos da obra das Águas-livres. Os homens de negócio da cidade ofereceram um donativo voluntário de 4% imposto nos direitos alfandegários das mercadorias entradas no porto de Lisboa. O donativo duraria enquanto fosse necessário para a reedificação das alfândegas, servindo não apenas a este fim, mas também à construção das praças do Comércio e do Rossio, além de arsenais e outros edifícios públicos.⁹⁶

Do outro lado do império, em 16 de dezembro de 1755, d. José convocou o auxílio das câmaras ultramarinas para contribuírem com a reconstrução da capital, legitimando seu pedido na “natural correspondência que todas as partes do corpo político têm sempre com a sua cabeça”, alusão clara ao paradigma corporativo da monarquia

⁹⁵ SMITH, John. *Memoirs of the Marquis of Pombal*. London: Longman, Brown, Green and Longmans, 1843. v. 1, p. 126.

⁹⁶ OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1908. v. 16, p. 188-192, 206-207.

portuguesa. Apesar de conferir uma função às câmaras (membros do corpo), a mensagem pressupunha um centro do corpo político (a cabeça). Ademais, o monarca deixava ao arbítrio das câmaras a eleição dos meios para se atingir o fim (a receita do donativo). Com a criação do tributo, d. José estabeleceria hierarquias no corpo político (cabeça/membros) e na própria política (fins/meios), nas quais cabia um espaço delimitado às câmaras. Como ocorria no século XVII, a liberdade franqueada aos edis residia na escolha dos meios empregados para se obter o donativo. Assim, a despeito da existência de espaços de negociação no império, tão destacados pela historiografia recente, estes não eram irrestritos, havendo limites ao poder de barganha das corporações. Como já deixava entrever a mensagem do conde de Óbidos em 1667, os *fins* da política, notadamente em questões de fazenda e defesa, e a posição inferior de membros não eram questões a serem negociadas. A Coroa agia assim no direcionamento da construção do império, hierarquizando os objetivos a serem perseguidos pelos poderes locais. Por outro lado, a atuação das câmaras na seleção dos *meios* fiscais conduzia ao reconhecimento da legitimidade do poder local e de seus “homens bons” pelo soberano, inserindo parte dos interesses e arranjos locais, inclusive seus ganhos pecuniários e simbólicos, como contribuições necessárias ao governo geral do Estado.⁹⁷

Todas as câmaras da América portuguesa foram convocadas a contribuir com seus recursos para Lisboa devastada, revelando diversas trajetórias e combinações de poder entre os governadores e os poderes locais nas capitanias. Aparentemente, o novo imposto assemelhava-se às antigas contribuições lançadas desde o donativo para a paz da Holanda e o casamento de Catarina de Bragança com Carlos II. Logo, configurava-se como uma continuidade. Contudo, conforme será visto no caso paulista, o novo imposto trazia mudanças no padrão de negociação fiscal até então vigente. No reino, como defende Luis Subtil, o terremoto suscitou uma ampla reorganização do poder que conduziu ao crepúsculo do modelo político corporativo e polissinodal e a ascensão de um novo paradigma de cariz estatualista e absolutista, organizado sob o grupo político vinculado ao conde de Oeiras. No entanto, na América portuguesa as resistências à mudança de modelo seriam senão maiores, ao menos mais extensas, prolongando-se por todo o período josefino. Ademais, as medidas de reordenamento fiscal, militar e comercial promovido por Sebastião José de Carvalho e Melo, compunham um conjunto

⁹⁷ DI, v. 19, p. 47-48. São Paulo, 16 dez. 1755. Carta de d. José I à câmara da cidade de São Paulo.

no qual atribuir um papel central ao reordenamento político ocasionado pelo terremoto parece reduzir sensivelmente o enquadramento das transformações em direção ao novo modelo político.⁹⁸

Na capitania subalterna de São Paulo, em meados da década de 1750, as câmaras não estavam tão pobres e despovoadas pelo abandono dos que haviam partido para as regiões mineradoras, como havia sido argumentado com relação ao donativo para o casamento dos príncipes das Casas Reais ibéricas duas décadas antes, podendo, desta forma, contribuir para a reconstrução de Lisboa. Em fevereiro de 1756, Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ordenou ao secretário de governo os primeiros preparativos para a arrecadação do novo imposto, prevendo a convocação e formação de juntas de governo, com os procuradores das comarcas da capitania.⁹⁹

Ao final de julho de 1756, os oficiais da câmara de São Paulo instituíram a imposição por dez anos, o que se previa que seria suspensa depois deste tempo. Ao contrário do donativo real, não havia um limite para a contribuição. Foram tributados as mulas, cavalos, gado e bois vindos do Rio Grande e Curitiba, bem como os fardos e cargas de mercadorias transportadas que entrassem na cidade, além do fumo e de molhados (aguardente do reino, vinho, vinagre, azeite doce e manteiga). Note-se que a jurisdição do registro de Sorocaba, mais precisamente a cobrança do novo imposto sobre o gado e bestas transitados, cabia à câmara de São Paulo. Também foi instituída uma alíquota a ser paga pelas tabernas da cidade. É interessante observar que os gêneros comestíveis destinados ao auto-consumo, indicados pela expressão “gasto de sua casa”, eram isentos do tributo.

⁹⁸ SUBTIL, *O terramoto político (1755-1759)*, op. cit.

⁹⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima. O impacto do terramoto de Lisboa na governação da América portuguesa. In: ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (Orgs.). *O terramoto de 1755: impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 247-255, ver p. 250.

Tabela III.4. Cobrança do novo imposto (cidade de São Paulo)

(em réis)

	Entrada	Saída	Alíquota
Mulas	x	x	300
Cavalos do Rio Grande e Curitiba	x	x	200
Gado		x	160
Bois do Rio Grande e Curitiba ¹	x	x	100
Fardo	x	x	100
Fumo (arroba)	x		60
Carga	x		20
Aguardente do reino, vinho, vinagre, azeite	x		20-40 (por barril)
doce ou manteiga (barril ou frisqueira) ²			408 (por pipa)
Tabernas de São Paulo (valor anual)			6\$400

Notas

(1) As crias de leite foram isentas do tributo.

(2) Sendo dez medidas, pagava-se 20 réis. A pipa era medida de grande variação, de 21 a 30 almudes (1 almude = 8 medidas). Cada pipa continha de 168 a 240 medidas, conforme aponta Iraci del Nero, adotou-se a média de 204 medidas. Se cada barril podia equivaler a 10 medidas, proporção mínima, conforme aponta o texto do novo imposto, então cada pipa correspondia a 20,4 barris. Cf. COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm. Acesso: 30 nov. 2012.

Fonte

DI, v. 19, p. 47-54. São Paulo, 31 jul. 1756. "Cópia do estabelecimento do novo imposto".

Tabela III.5. Estimativa do peso fiscal do novo imposto (cidade de São Paulo)

(em réis)

	Novo imposto	Preços ¹ (1760)	Preços ² (1801)	% (1760)	% (1801)
Fumo (arroba)	60	-	600	-	10
Gado (unidade)	160	1\$920	-	8,3	-
Bois (unidade)	100	2\$280	4\$000	4,4	2,5
Cavalos (unidade)	200	14\$500	9\$600	1,4	2,1
Mulas (unidade)	300	-	17\$000	-	1,8
Aguardente do reino (pipa)	408	-	195\$000	-	0,2
Vinho (pipa)		73\$440	122\$000	0,5	0,3
Vinagre (pipa)		65\$280	53\$200	1,1	0,8
Azeite doce (pipa)		142\$800	146\$000	0,3	0,3

Notas

(1) Os valores de 1760 estão baseados nos preços pagos pelo Mosteiro de São Bento, em São Paulo. Os preços dos líquidos, que estavam em medidas, foram convertidos para o equivalente em pipas. Considerou-se que o item “vaca” seja equivalente a gado.

(2) Adotou-se o preço médio dos gêneros importados e exportados pela capitania em 1801. O documento original copiado por Taunay encontra-se no ANRJ, cód. 111, fl. 110. Também se considerou que o item “bestas” correspondesse às mulas vindas do sul.

Fontes

Idem às da Tabela III.4. TAUNAY, Affonso d’Escragnolle. Um capitão general estatista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, p. 41-80, 1961. Ver p. 48-52.

A TABELA III.4 contém os valores a serem pagos por cada bem e pelas tabernas. Os valores pagos pelo comércio de animais como a principal fonte do novo imposto, tanto pelas alíquotas maiores, quanto pelo peso fiscal que onerava o negócio, 8,3% do preço do gado e 4,4% do preço do boi em 1760. Contudo, deve ser feita a ressalva que a maior alíquota recaía sobre o fumo, 10% sobre o preço da arroba em 1801 (TABELA III.5). O cálculo da estimativa do peso fiscal é relevante, pois indica os valores do imposto ponderados pelo preço de cada mercadoria, deixando claro que algumas vezes uma alíquota maior não representa o maior peso fiscal. Uma observação importante que deve ser feita é que as alíquotas eram valores nominais que não acompanhavam o crescimento dos preços dos bens, ou seja, havia uma tendência decrescente do peso fiscal do novo imposto sobre as mercadorias devido à inflação secular. Por outro lado, se o preço do bem caísse, como no caso dos cavalos, aumentava-se a contribuição exigida pelo novo imposto. Ademais, a tributação favorecia o oligopólio dos negociantes mais abonados que conseguiam obter preços maiores por seus produtos, sobrecarregando os pequenos comerciantes sem poder de estabelecer os preços.

A fiscalização ocorria por conta dos almotacés, que emitiam um bilhete ao contribuinte do novo imposto, indicando a quantidade de gêneros a serem vendidos. Caso o negociante vendesse mercadorias além do divulgado ao almotacé, estaria sujeito ao pagamento do sêxtuplo dos gêneros que não haviam sido manifestados. Os compradores que também não tivessem os bilhetes pagariam o dobro do valor das mercadorias adquiridas. Os valores do novo imposto eram depositados trimestralmente no cofre dos órfãos por seus recebedores, que eram eleitos anualmente pelos oficiais da câmara.¹⁰⁰

A câmara de Santos adotou uma postura dúbia: enviou uma representação ao rei em 1757 pedindo para serem isentos do novo imposto e estabeleceu o tributo sobre os gêneros dois anos depois. Desta forma, cumpria as ordens, mas com certa resistência e possibilidade de fuga da obrigação fiscal. Na representação, os oficiais alegavam que o povo da vila “não estava capaz de receber imposição alguma” e clamavam pela grandeza e clemência do soberano ao isentá-los da contribuição, mas ponderavam a impostura

¹⁰⁰ DI, v. 19, p. 47-54. São Paulo, 31 jul. 1756. “Cópia do estabelecimento do novo imposto”.

dizendo que se fosse realmente necessário, estabeleceriam o tributo, oferecendo seus “poucos cabedais” a Sua Majestade, como efetivamente o fizeram em 1759.¹⁰¹

Em 1760, o Conselho Ultramarino pediu a opinião do governador do Rio de Janeiro, que por sua vez consultou o governador de Santos. Este sugeriu o aumento do tributo sobre a aguardente da terra e o toucinho. A questão só foi resolvida no Conselho em 1764. O procurador da fazenda repreendeu a atitude do governador, pois não devia interferir no arbítrio das câmaras com respeito aos gêneros tributados. A permuta sugerida só podia ser realizada pelos edis, que consultariam se o povo poderia sofrer mais “opressão”. O procurador da Coroa não via motivo em desonerar a câmara do imposto já estabelecido e menos ainda para a troca dos gêneros, sem realizar consulta prévia.¹⁰²

Ao início da década de 1760, os mercadores de São Paulo opuseram-se ao pagamento do novo imposto na cidade, uma vez que seus produtos, vindos do Rio de Janeiro, já haviam sido tributados em Santos, ou seja, os gêneros sofriam dupla tributação. Uma forma de evitar este problema era utilizar guias que indicavam a tributação prévia, assinadas pelos juízes das vilas de onde saíram, conforme estipulava a décima condição do estabelecimento do novo imposto para a cidade de São Paulo. Contudo, as reclamações dos mercadores indicam que o sistema não funcionava muito bem.¹⁰³

Na vila de Santos, a pauta dos gêneros tributados era muito mais ampla do que o acordado pela câmara de São Paulo. Além das alíquotas maiores recaírem sobre os fardos de fazenda e os molhados, tributou-se o açúcar, a farinha do reino, a aguardente da terra, o comércio de escravos, porcos e reses abatidos no açougue, toucinho, fumo, milho, farinha de mandioca, feijão, galinhas e frangos, diversos tipos de madeiras, ferro e aço etc. Mestres de ofício e vendedores da vila também foram tributados, assim como as sumacas e lanchas que realizavam o transporte marítimo. É interessante notar que na década de 1780 diversos gêneros de primeira necessidade aparecem como isentos do novo imposto (TABELA III.6). Dos valores que se pode calcular, nota-se que o açúcar

¹⁰¹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 23, doc. 2186. Santos, 15 jun. 1757. Representação dos oficiais da câmara de Santos a d. José I.

¹⁰² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.2.6, Co. Ultr. v. 32, fl. 285-288v. Lisboa, 6 out. 1764. “Sobre a representação dos oficiais da câmara da vila de Santos a respeito de não poder aquele povo contribuir para a reedificação das obras públicas desta corte”.

¹⁰³ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 25, doc. 2367, item 15. São Paulo, 19 dez. 1767. Representação dos oficiais da câmara de São Paulo a d. José I.

sofria uma tributação bastante elevada (36% em 1760 e 29% do valor da caixa em 1801), sendo que o açúcar mascavo, pelo reduzido valor, pagava a maior proporção. O peso fiscal de reses, galinhas e porcos ficava entre 5 e 17% do preço dos bens, enquanto a farinha de mandioca, fumo, ferro e aguardente da terra pagavam proporções iguais ou menores do que 5% do preço (TABELA III.7). A fiscalização também era realizada pelos almotacés, mas também se buscou controlar os capitães de navios e mestres das embarcações que circulavam pelo porto e que deveriam ter guias assinadas pelo juiz de fora da vila.¹⁰⁴

Logo após chegar à capitania restaurada, d. Luís Antonio de Sousa ficou de olho nas rendas do novo imposto, que, acumuladas ao longo de dez anos, não haviam sido remetidas para Lisboa. A cidade de São Paulo, por exemplo, nada enviara ao reino até 1763.¹⁰⁵ A medida do governador fazia-se precisa frente à falta de “cabedais” da provedoria e as remessas fluminenses que nunca chegavam para o pagamento das tropas levantadas. Não se sabia o montante acumulado, sendo preciso realizar uma averiguação das contas junto ao depositário do novo imposto em Santos, Salvador Gomes Ferreira, também tesoureiro do cofre dos órfãos.¹⁰⁶

Na dúvida, o governador ordenou que se verificasse os livros de arrecadação e os cofres de todas as vilas da capitania e da cidade de São Paulo. Em Santos, não se achando as contas em dia, tampouco o dinheiro, apenas o roubo de cerca de 4:300\$000 réis, procedeu-se à prisão do depositário e do fiel da chave do cofre Salvador Gomes Ferreira. Além do novo imposto, Salvador havia levado parte do dinheiro do cofre dos órfãos e também de particulares. No cofre havia apenas 600\$000 réis pertencentes ao tributo, como depois se averiguou em devassa. O roubo havia sido evidente, pois o cofre não fora arrombado e apenas o tesoureiro possuía a chave. Os bens de Salvador foram confiscados e leiloados em hasta pública. A venda de duas casas por 5\$000 réis em nada compensou as perdas sofridas pela Real Fazenda.¹⁰⁷

¹⁰⁴ DI, v. 19, p. 55-67. Santos, 27 abr. 1759. “Cópia da carta régia, e da carta do governador do Rio de Janeiro que precederam a imposição do novo imposto, e estabelecimento dele”.

¹⁰⁵ BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 307.

¹⁰⁶ DI, v. 72, p. 67. Santos, 14 ago. 1765. DI, v. 72, p. 67-68. Santos, 16 ago. 1765. Ofícios de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

¹⁰⁷ DI, v. 65, p. 30-31. Santos, 4 dez. 1765. “Ordem [de d. Luís Antonio de Sousa] para o ouvidor da comarca que anda em correição tomar contas ao depositário do novo imposto e ver quanto está existente no cofre”. DI, v. 65, p. 31. Santos, 9 dez. 1765. “Ordem [de d. Luís Antonio de Sousa] para que o mesmo ouvidor achando alguma falta do dinheiro do cofre do depositário do novo imposto, faça apreensão nos livros e prenda ao depositário”. DI, v. 65, p. 31-32. Santos, 12 dez. 1765. “Ordem [de d.

Tabela III.6. Cobrança do novo imposto (vila de Santos)

(em réis)

	Entrada	Fabricada ou vendida no local	Saída	Alíquota em 1759	Alíquota em 1782
Fazenda que pagar dízima na alfândega	x			2,5%	2,5%
Fazenda (fardo grande)	x			640	640
Molhados de qualquer gênero (pipa) ²	x			480	480
Fazenda (fardo pequeno)	x			320	320
Açúcar (caixa)	x	x		320	320
Farinha do reino (barril)	x			320	320
Aguardente da terra (pipa)	x	x		320	320
Rês que se cortar no açougue (unidade)		x		320	-
Escravo (unidade)	x	x	x	320	320
Paus de mangue (centena)			x	300	-
Porco que se cortar no açougue (cabeça)		x		160	-
Ferro para ferreiros da vila (quintal)	x			160	160
Tabuado (dúzia)			x	120	-
“Cossoeiras” (dúzia)			x	120	-
Linho (pacote)	x			100	100
Fazenda seca (fardo de carga de cavalo)	x		x	100	100
Fazenda (caixa)	x		x	100	100
Casca de mangue (arroba)		x		100	-
Toucinho (pano)	x	x	x	80	-
Fumo (arroba)		x	x	80	-
Queijo (caixa)	x		x	80	80
Aço (caixa)	x		x	80	80
Ferro (quintal)	x			80	80
Farinha do norte (barril)	x			80	20
Caibros de mangue (dúzia)			x	80	-
Vigote (unidade)			x	40	-
Carga ¹	x	x	x	20	20
Farinha de mandioca (alqueire)	x			20	-
Milho ou feijão (alqueire)				20	-
Galinha (unidade)				10	-
Frango (unidade)				5	-
Mestres de ofício (ano) ³		x		640	-

Luís Antonio de Sousa] para o mesmo ouvidor mandar aviso às câmaras de todas as vilas da capitania e cidade de São Paulo para se tomarem as contas aos tesoureiros, ou depositários do novo imposto”. DI, v. 72, p. 170-171. Santos, 25 jan. 1766. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Cunha. DI, v. 65, p. 37. Santos, 26 jan. 1766. “Ordem [de d. Luís Antonio de Sousa] para o juiz de fora desta vila fazer arrecadar as dívidas que se devam a Salvador Gomes Ferreira e fazer arrematar os bens a ele pertencentes”. DI, v. 65, p. 51. Santos, 2 mar. 1766. “Portaria [de d. Luís Antonio de Sousa] para o doutor juiz de fora fazer arrematar as casas pertencentes ao sequestrado Salvador Gomes Ferreira e depositar o seu produto em mãos seguras”. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 24, doc. 2312. São Paulo, 4 nov. 1766. Devassa sobre furto do dinheiro do novo imposto na vila de Santos. DI, v. 65, p. 51. Santos, 2 mar. 1766. “Portaria [de d. Luís Antonio de Sousa] para o doutor juiz de fora fazer arrematar as casas pertencentes ao sequestrado Salvador Gomes Ferreira e depositar o seu produto em mãos seguras”.

Tabela III.6 (continuação)

	Entrada	Fabricada ou vendida no local	Saída	Alíquota em 1759	Alíquota em 1782
Vendedores (ano)		x		400	-
Sumaca descoberta com fazendas	x			1\$280	1\$280
Lanchas com fazendas ⁴	x			640	1\$280
Lanchas com mantimentos	x			0	640
Lanchas que vendem peixe	x			-	320

Notas

(1) Incluem frascadeiras e exclui sal e azeite de peixe.

(2) Exceto os molhados que iam diretamente do Reino para o porto de Santos, pois ficavam inclusos nas fazendas que pagavam a dízima da alfândega.

(3) Sapateiros, carpinteiros, pedreiros, corrieiros, tanoeiros e alfaiates.

(4) Exclui lanchas que trouxeram mantimentos.

Fontes

1759 – DI, v. 19, p. 55-67. Santos, 27 abr. 1759. “Cópia da carta régia, e da carta do governador do Rio de Janeiro que precederam a imposição do novo imposto, e estabelecimento dele”.

1782 – CLETO, Dissertação sobre a capitania de São Paulo, *op. cit.*, p. 43-44.

Tabela III.7. Estimativa do peso fiscal do novo imposto (vila de Santos)

(em réis)

	Alíquota do novo imposto	Preços ¹ (1760)	Preços ² (1801)	% (1760)	% (1801)
Açúcar (caixa)	320	880	1\$113	36,4	28,7
Fino			1\$400		22,9
Redondo			1\$200		26,7
Mascavo			800		40,0
Rês (unidade)	320	1\$930	-	16,6	-
Galinha (unidade)	10	120	120	8,3	8,3
Porco (cabeça)	160	2\$560	-	6,2	-
Milho (alqueire)	20	400	480	5,0	4,2
Feijão (alqueire)	20	400	-	5,0	-
Farinha de mandioca (alqueire)	20	480	1\$120	4,2	1,8
Fumo (arroba)	80	-	2\$000	-	4,0
Ferro (arroba)	20	-	2\$880	-	0,7
Aguardente da terra (pipa)	320	32\$640	38\$000	1,0	0,8

Notas

(1) Os valores de 1760 estão baseados nos preços pagos pelo Mosteiro de São Bento, em São Paulo. Os preços dos líquidos, que estavam em medidas, foram convertidos para o equivalente em pipas. Para o cálculo aproximando do valor de uma rês, procedeu-se à média do preço dos bois, vacas, vitelas e novilhos. Não consegui obter a proporção entre barris e alqueires (medida de volume) para o cálculo do peso fiscal na farinha do reino e do norte e entre um pano e um alqueire de toucinho.

(2) Adotou-se o preço médio dos gêneros importados e exportados pela capitania em 1801. Calculou-se um preço médio do açúcar com base nos preços das três variedades existentes.

Fonte

Idem Tabela III.6. TAUNAY, Um capitão general estatista, *op. cit.*, p. 48-52.

Se estes roubos de cofres por tesoureiros inescrupulosos eram comuns, o caso de Paranaguá era igualmente grave. A câmara nunca havia coletado o novo imposto, o que só se descobriu depois da ordem do morgado para que se verificassem os livros e cofres. Inicialmente se afirmou que o rei havia isento a vila do tributo devido à “pobreza, e limitação [da] comarca”, depois se disse que os edis nunca haviam recebido nenhuma carta de Sua Majestade a respeito da nova contribuição. Particularmente, não encontrei nenhuma representação de Paranaguá nos documentos do Conselho Ultramarino com o pedido de isenção.¹⁰⁸

A despeito do roubo, o montante arrecadado na capitania ao longo de dez anos equivalia a 29:637\$844 réis. Entre 1766 e 1768, havia ainda a quantia de 1:988\$575 réis. O valor era considerável, equivalia um pouco mais à receita total da capitania em 1757 de quase 27:000\$000 réis.¹⁰⁹ Mesmo sem os dados sobre o novo imposto coletado por cada câmara da capitania, uma relação das despesas e receitas municipais entre 1763 e 1765 permite realizar uma avaliação primária das diferenças entre as localidades. A cidade de São Paulo era a mais rica com rendimento de quase 670\$000 réis. Em seguida, havia Paranaguá (450\$000 réis) e Santos (312\$000 réis), mas com déficits de pouco mais de 30\$000 réis, o dobro de São Paulo. Com exceção de Guaratinguetá e Itu, que possuíam um pouco mais, as vilas de Sorocaba, Mogi das Cruzes, Taubaté, São Sebastião, Ubatuba, Parnaíba, Jundiaí e Iguape, em ordem decrescente, possuíam rendimentos entre 100\$000 e 150\$000 réis. Entre 50\$000 e 100\$000 réis, havia as vilas de Curitiba, Pindamonhangaba, Jacareí e Cananéia. Mais pobres, Itanhaém e São Vicente possuíam valores menores do que 50\$000 réis.¹¹⁰ A penúria podia ser um argumento importante. Jacareí, por exemplo, foi desobrigada ao pagamento do novo imposto, uma vez que o corregedor da comarca havia considerado a vila “tão sumamente pobre [que] se comiserou dela e a isentou do tal novo imposto”.¹¹¹

¹⁰⁸ DI, v. 19, p. 91-92. Paranaguá, 11 out. 1766. Ofício da câmara da vila de Paranaguá a d. Luís Antonio de Sousa.

¹⁰⁹ DI, v. 19, p. 46-47. São Paulo, 15 mar. 1768. Ofício de d. Luís Antonio de Souza ao conde de Oeiras. AHU-SP, cx. 4, doc. 40. Santos, 15 jun. 1757. Carta do provedor da fazenda José de Godói Moreira para o rei d. José I. A receita total foi corrigida e inclui a remessa da consignação do Rio de Janeiro (DI, v. 14, 22 set. 1765, p. 63-64).

¹¹⁰ DI, v. 19, p. 89-90. “Extrato da receita e despesa que cada ano percebe cada uma das câmaras da comarca de São Paulo, calculada pelas contas que cada uma delas mandou por extenso dos três anos sucessivos de 1763, 1764, 1765”. Creio que os valores apresentados sejam uma média do período e não valores acumulados.

¹¹¹ RGCMSP, v. 11, p. 212. Jacareí, 27 jan. 1766. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí aos oficiais da cidade de São Paulo.

Tabela III.8. Rendimentos e despesas das câmaras da capitania de São Paulo, 1763-1765

	A	B	A-B	A+B	C	D
	Receita (em réis)	Despesa (em réis)	(em réis)	(em réis)	Pop. Livre (1765-67)	Riqueza total (1765-67) (em réis)
São Paulo	666\$511	681\$685	-15\$174	1:348\$196	3.854	266:243\$000
Itu	154\$760	130\$363	24\$397	285\$123	2.728	139:430\$200
Santos	311\$966	342\$030	-30\$064	653\$996	1.627	136:004\$600
Sorocaba	137\$683	129\$902	7\$781	267\$585	4.895	103:063\$500
Guaratinguetá	163\$046	181\$070	-18\$024	344\$116	3.533	80:609\$200
Parnaíba	117\$941	109\$971	7\$970	227\$912	2.611	60:180\$100
Taubaté	137\$062	123\$964	13\$098	261\$026	3.521	38:256\$470
Jundiaí	107\$473	128\$721	-21\$248	236\$194	1.272	30:636\$920
Mogi das Cruzes	137\$683	129\$902	7\$781	267\$585	2.138	26:771\$200
São Sebastião	130\$153	164\$010	-33\$857	294\$163	1.783	18:315\$000
Ubatuba	126\$440	59\$180	67\$260	185\$620	1.191	15:329\$400
Pindamonhangaba	72\$833	67\$870	4\$963	140\$703	1.457	13:458\$800
Jacareí	69\$423	68\$533	890	137\$956	2.868	10:364\$500
São Vicente	38\$075	40\$760	-2\$685	78\$835	577	s.i.
Itanhaém	48\$036	56\$480	-8\$444	104\$516	716	s.i.
Paranaguá	450\$510	487\$312	-36\$802	937\$822	4.814	s.i.
Curitiba	94\$763	97\$272	-2\$509	192\$035	4.348	s.i.
Iguape	107\$023	83\$297	23\$726	190\$320	1.811	s.i.
Cananeia	65\$201	65\$879	-678	131\$080	901	s.i.
Total	3:136\$582	3:148\$201	-11\$619	6:284\$783	46.645	72:204\$838

Tabela III.8 (continuação)

	(1) Receita <i>per capita</i> (em réis)	(2) Despesa <i>per capita</i> (em réis)	(3) Riqueza <i>per capita</i> (em réis)	(2)/(1)	(1)/(3)	(2)/(3)
(A+B)/D	A/C	B/C	D/C			
São Paulo	0,5	173	177	69\$082	1,0	0,3
Itu	0,2	57	48	51\$111	0,8	0,1
Santos	0,5	192	210	83\$592	1,1	0,2
Sorocaba	0,3	28	27	21\$055	0,9	0,1
Guaratinguetá	0,4	46	51	22\$816	1,1	0,2
Parnaíba	0,4	45	42	23\$049	0,9	0,2
Taubaté	0,7	39	35	10\$865	0,9	0,4
Jundiaí	0,8	84	101	24\$086	1,2	0,4
Mogi das Cruzes	1,0	64	61	12\$522	0,9	0,5
São Sebastião	1,6	73	92	10\$272	1,3	0,7
Ubatuba	1,2	106	50	12\$871	0,5	0,8
Pindamonhangaba	1,0	50	47	9\$237	0,9	0,5
Jacareí	1,3	24	24	3\$614	1,0	0,7
São Vicente		66	71		1,1	
Itanhaém		67	79		1,2	
Paranaguá		94	101		1,1	
Curitiba		22	22		1,0	
Iguape		59	46		0,8	
Cananeia		72	73		1,0	
Média	0,8	72	71	27\$244	1,0	0,4

Observação

Não há indicação se os valores das receitas e despesas das câmaras referem-se a montantes acumulados entre 1763 e 1765 ou se correspondem a valores médios. Tomou-se a segunda hipótese como mais plausível.

Fontes

Dados A e B: DI, v. 19, p. 89-90. S. l., s. d. "Extrato da receita e despesa que cada ano percebe cada uma das câmaras da comarca de São Paulo, calculada pelas contas que cada uma delas mandou por extenso dos três anos sucessivos de 1763, 1764, 1765".

Dados C e D: CANABRAVA, Uma economia de decadência, *op. cit.*, p. 175.

A TABELA III.8 informa algumas estimativas sobre a capacidade de extração e redistribuição fiscal das câmaras paulistas. Considerando-se a riqueza total de cada vila, o montante movimentado pelas câmaras em suas receitas e despesas equivalia a apenas 0,8%. O valor pode parecer baixo, mas a riqueza total refere-se a todo o estoque acumulado ao longo dos anos, enquanto aquela proporção representava um fluxo anual. Em média, a receita das câmaras *per capita* era de apenas 0,4% da riqueza *per capita* paulista. Havia localidades com pesada tributação, como Ubatuba, São Sebastião e Jacaréí (0,7-0,8%), e outras que protegiam a riqueza dos cidadãos, como Itu e Sorocaba (0,1%). Entretanto, deve-se considerar também a taxa de retorno desta extração, isto é, a proporção entre a despesa *per capita* e a receita *per capita* das câmaras. Em média, as edilidades retornavam, por meio das despesas, tudo o que extraíam dos cidadãos. Obviamente, havia situações extremas. A câmara de Ubatuba gastava *per capita* apenas metade do que arrecadava, enquanto que a câmara de São Sebastião despendia um terço a mais do que recebia. De fato, uma conclusão mais apurada exigiria o estudo dos grupos sócio-econômicos contemplados na extração e redistribuição fiscal do excedente.

Em um ofício ao conde de Cunha, ao final de 1766, d. Luís Antonio de Sousa perguntava ao vice-rei se deveria utilizar o rendimento do novo imposto para o pagamento dos sargentos-mores e ajudantes das tropas auxiliares reorganizadas pela determinação régia de 22 de março daquele ano. A aplicação do novo imposto neste item não havia sido pré-determinada pela ordem do rei, mas frente à “grande pobreza” da capitania, d. Luís Antonio de Sousa foi obrigado a utilizá-lo. Conforme depois explicou ao conde de Oeiras, não sobrava nada dos gastos anuais das câmaras para se efetuar o pagamento dos ditos oficiais. Mesmo com relação ao donativo ainda não havia chegado nenhum aviso sobre como proceder, tampouco se deveria suspender o imposto findos os dez anos. O impasse estava formado: nem se podia obrigar as câmaras a continuar a arrecadação, nem havia consignação para os soldos. Esta carta revela pela primeira vez a intenção explícita de aplicar o novo imposto no pagamento dos oficiais milicianos. A proposta do morgado rompia com a ideia escolástica de “imposto justo” em um aspecto capital: a finalidade original do tributo foi modificada, quando se dizia que uma vez que cessasse a causa, o imposto deveria ser suspenso. Por outro lado, a alteração só poderia ser realizada com o consentimento obtido na reunião com as câmaras.¹¹²

¹¹² DI, v. 73, p. 31-32. São Paulo, 15 out. 1766. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa para o conde de Cunha.

No início do ano seguinte, o capitão-general convoca uma reunião com os procuradores das câmaras, que deveriam ser escolhidas as pessoas mais capazes entre os oficiais municipais ou entre os próprios “republicanos”. Os procuradores teriam plenos poderes para representarem as câmaras na reunião com o governador, além disso seria realizada votação. D. Luís Antonio de Sousa não aludiu à questão do novo imposto, nem a pontos específicos que seriam tratados no encontro, apenas dizia se tratar de “ordens de Sua Majestade (...) e outros pontos mais em benefício público dos povos desta capitania, e defesa, e segurança dela”.¹¹³

As reuniões foram realizadas com os representantes de cada comarca em separado. Contudo, das duas comarcas existentes (São Paulo e Paranaguá), não se encontrou o termo de junta realizada com as vilas de beira-mar, que eram Santos, São Vicente, Itanhaém, São Sebastião e Ubatuba, tampouco as procurações dos representantes destas localidades como foram encontradas das vilas restantes. Possivelmente não se procedeu à reunião com as vilas de beira-mar devido à preexistência de um sargento-mor já designado anteriormente para cuidar das milícias do litoral.

A primeira conferência foi realizada com as câmaras das vilas de serra acima (Mogi das Cruzes, Jacareí, Parnaíba, Guaratinguetá, Taubaté, Itu, Jundiaí, Sorocaba e Pindamonhangaba), além da cidade de São Paulo.¹¹⁴ No dia 25 de fevereiro de 1767, reuniram-se os procuradores das câmaras com o morgado na casa do próprio governador. Também estavam presentes o provedor da Real Fazenda, José Honório de Valadares e Aboim, e o ouvidor da comarca de São Paulo, Salvador Pereira da Silva, que havia auxiliado d. Luís Antonio no caso do roubo do cofre em Santos, mas depois de 1769 passou a ter desavenças com ele.¹¹⁵ Havia alguns membros de famílias tradicionais e poderosas da capitania entre os procuradores das vilas: Pedro Taques de Almeida Paes Leme (São Paulo e Pindamonhangaba), João de Toledo Piza (Taubaté) e Inácio Xavier

¹¹³ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 24, doc. 2354. São Paulo, 20 jan. 1767. Carta circular de d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão às câmaras da capitania. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 24, doc. 2354. São Paulo, 14 nov. 1767. Ofício n.º 3 de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras. As procurações originais de 14 vilas encontram-se em AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 1, doc. 35-A.

¹¹⁴ DI, v. 15, p. 44-48. São Paulo, 25 fev. 1767. “Termo de Junta que se fez com os procuradores das câmaras das vilas de Serra acima pertencentes a esta capitania para efeito de se estabelecer rendimento para se pagarem os soldos aos sargentos-mores de cavalaria e infantaria e seus ajudantes das tropas auxiliares desta capitania na forma da ordem de Sua Majestade de 22 de março de 1766”.

¹¹⁵ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, op. cit., p. 273-274.

Leme¹¹⁶ (Jundiaí). Na conferência, o governador expôs a ordem régia sobre a reorganização das milícias e a obrigação do pagamento dos sargentos-mores e ajudantes pelas câmaras. Os procuradores responderam que suas câmaras não possuíam receitas suficientes para realizarem obras públicas, tampouco para contribuírem com um novo subsídio, conforme evidenciavam as contas enviadas ao capitão-general. Mesmo assim, a despeito das dificuldades, haviam realizado a cobrança do novo imposto e, o que indicava submissão à Coroa, não haviam suspenso o tributo decorrido o tempo estipulado de dez anos, pois aguardavam “expressa determinação de Sua Majestade”.

Os procuradores aceitaram realizar o pagamento dos sargentos-mores e ajudantes, porém com algumas condições. A primeira, de que o subsídio fosse cobrado com moderação devido ao estado miserável dos povos, apelando os paulistas para o seu papel de descobridores das minas de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Em segundo lugar, desejavam que as sobras do rendimento do novo imposto fossem aplicadas no caminho da vila de Santos para a cidade de São Paulo, e mesmo outras obras públicas não especificadas. Com respeito à moderação do tributo, não houve alteração ou interferência por parte da Coroa nos gêneros e nas alíquotas instituídas anteriormente pelas câmaras. Quanto ao caminho da serra do mar, não se tem notícia de que o novo imposto tenha sido utilizado em suas obras, pois a despeito de alguns intentos do morgado, a reconstrução apenas tomou força em 1780 com donativos coletados entre militares, tropeiros, comerciantes e fazendeiros, sendo por fim pavimentada até 1792 no governo de Bernardo José de Lorena.¹¹⁷

A reunião com os procuradores da comarca de Paranaguá ocorreu em 29 de maio de 1767.¹¹⁸ Foi apresentada a mesma ordem régia e igualmente os representantes das câmaras alegaram a falta de rendas suficientes para o pagamento dos oficiais. No fim, acordou-se o *estabelecimento* do novo imposto, a ser cobrado sobre o sal desembarcado nas vilas de Paranaguá, Cananéia e Iguape, bem como portos contíguos à comarca. A alíquota era de 200 réis por alqueire. Além disso, também se contaria com os subsídios

¹¹⁶ **Inácio Xavier Leme**, natural de Jundiaí, era filho de Páscoa Leme do Prado e do capitão-mor Antonio da Costa Reis, reinol. Casou-se em 1753 em São Paulo com Ana Moreira da Silva, filha de Inácio Xavier César e Escolástica da Silva Bueno. Gen. Paul., v. 2, p. 230-4.

¹¹⁷ KUZNESOF, The role of merchants..., *op. cit.*, p. 586-587.

¹¹⁸ DI, v. 15, p. 50-53. São Paulo, 29 mai. 1767. “Termo de Junta que se fez com os procuradores das câmaras das vilas pertencentes a comarca de Paranaguá a que assistiu o ouvidor dela para efeito de se estabelecer rendimento para se pagarem os soldos do sargento-mor e ajudante do corpo de infantaria de Paranaguá na forma da ordem de Sua Majestade de 22 de março de 1766”.

da vila de Paranaguá sobre a aguardente de cana (aumentados em 1\$400 réis por pipa) e as bebidas do reino e molhados (800 réis por pipa), valores bem mais elevados do que os estabelecidos tempos antes por Santos e São Paulo (TABELAS III.4 e III.6). Por fim, os procuradores ofereceram mais 100\$000 réis por ano. As medidas precisavam ainda ser referendadas pelo rei, a quem cabia a “imposição deste, e outro qualquer tributo”, mas logo se realizaria a cobrança, pois os oficiais não podiam esperar.

RESISTÊNCIAS LOCAIS

As dificuldades começaram logo após a reunião com as vilas da comarca de Paranaguá. Ao final de julho, algumas câmaras da comarca de São Paulo suspenderam o recolhimento do novo imposto, alegando o final do prazo de dez anos, a despeito do acordado na reunião de fevereiro com d. Luís Antonio de Sousa, que, por sua vez, temia a generalização da atitude por outras câmaras. Em ofício ao conde de Oeiras, o governador evidenciava alguns pontos importantes. Os oficiais das câmaras não tinham em boa conta a conservação das tropas, provavelmente, o que não diz, devido aos privilégios que isentavam os milicianos de participarem nas câmaras e, por outro lado, à redução do poder local sobre as milícias com a indicação dos sargentos-mores e ajudantes. Em segundo lugar, o novo imposto pesava sobre os negociantes da capitania, especialmente o comércio de maior distância e “pouco [tocava] aos efeitos da terra”. Por último, o morgado culpava, como era recorrente em sua correspondência, os “vadios e peralvilhos” que impediam o crescimento da capitania. Ao mesmo tempo, ficaram mais nítidas as divergências escamoteadas pela reunião com d. Luís Antonio de Sousa.¹¹⁹ A câmara de São Paulo, por exemplo, quisera levantar o imposto já em 1766, mas fora impedida pelo ouvidor Salvador Pereira da Silva. Aceitara o acordo com o governador em fevereiro, mas meses depois enviou uma representação no Conselho Ultramarino, pedindo que se exonerasse a câmara do tributo. O mesmo argumento da câmara paulistana para suspensão do novo imposto foi utilizado pelas câmaras da capitania mineira, embora igualmente a Coroa não tenha atendido às súplicas, conservando o

¹¹⁹ DI, v. 19, p. 97-99. São Paulo, 6 dez. 1767. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

subsídio.¹²⁰ Por fim, a câmara de São Paulo passou a atrasar o envio das certidões do novo imposto.¹²¹

Por sua vez, a câmara de Paranaguá repudiou o acordado pelos procuradores e o governador, recebendo uma severa reprimenda de d. Luís Antonio de Sousa, que afirmou aos edis que deviam “em primeiro lugar aprender a obedecer antes de se intrometerem a aconselhar”.¹²² Não é difícil entender as razões da recusa, a vila possuía um dos maiores contingentes de milicianos da capitania (300 em 1766) e a comarca assistiu à maior taxa de crescimento das tropas auxiliares, 25% de 1765 a 1767, frente às outras regiões de São Paulo.¹²³ Ademais, era a segunda câmara mais rica da capitania, atrás apenas de São Paulo, pelas contas enviadas ao governador. Os notáveis locais não desejavam a interferência de homens de confiança do morgado nas suas milícias, tampouco sua influência nas contas da câmara.

Na resistência do poder local, o governador clamava pelas instâncias superiores, primeiro do vice-rei, depois do conde de Oeiras.¹²⁴ Alegava o morgado, que a câmara de Paranaguá não possuía ouvidor, dando sorte a abusos dos republicanos (com efeito, a comarca estava sem ouvidor desde 1748).¹²⁵ Ademais, era preciso urgentemente pagar o sargento-mor e seu ajudante, já em atraso há três anos, para se poder enviar as milícias para o sul, ainda mais depois do ataque espanhol a Rio Grande. A negociação cedia lugar à autoridade pura e simples: os interesses de Estado imperial eram mais importantes do que discordâncias locais. Com efeito, apesar das resistências, a câmara recuou e pagou. Entre 1767 e 1787, a média da receita do novo imposto arrecadado em Paranaguá foi de 781\$798 réis, quantia bem mais elevada do que a receita total da câmara para 1763-65

¹²⁰ SILVA, Marilda Santana. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 100.

¹²¹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 25, doc. 2367, item 4. São Paulo, 19 dez. 1767. Representação n.º 4 dos oficiais da câmara de São Paulo a d. José I.

¹²² DI, v. 67, p. 185-186. São Paulo, 24 jul. 1767. Ofícios de d. Luís Antonio de Sousa para a câmara de Paranaguá.

¹²³ PEREGALLI, *Recrutamento militar no Brasil colonial*, op. cit., p. 97.

¹²⁴ DI, v. 23, p. 213-214. São Paulo, 2 ago. 1767. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Cunha. DI, v. 19, p. 92-94. São Paulo, 5 dez. 1767. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

¹²⁵ PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 51.

(450\$510 réis) ou mesmo depois em 1800 (556\$739 réis). Ademais, a câmara não deixou de contribuir todos os anos com os 100\$000 réis adicionais.¹²⁶

O próprio governador da capitania tentou direcionar os recursos do novo imposto. A tentação era grande, pois restava praticamente intacta a maior parte do valor arrecadado desde o estabelecimento do tributo. O montante arrecadado entre 1766 e 1768 mais do que cobrira os gastos efetuados com os sargentos-mores e ajudantes, sobrando ainda por volta de 30:000\$000 réis.¹²⁷ Em julho de 1768, apertado pela falta de pagamento do contrato da pesca da baleia, dívida incobrável, que chegava a pouco mais de 10:000\$000 réis, pois os contratadores da pesca da baleia não podiam ser cobrados no Brasil,¹²⁸ e pelos poucos rendimentos da provedoria, d. Luís Antonio de Sousa tomou emprestado 6:000\$000 réis do cofre do novo imposto para realizar os gastos com as obras das fortificações no litoral e com preparativos para a expedição do Tibagi, onde se esperava encontrar minas de ouro. O dinheiro também foi aplicado na expedição do Ivaí e de Guarapuava, bem como na praça do Iguatemi.¹²⁹

Em agosto de 1769, o Real Erário, presidido por Carvalho e Melo, buscou reaver a quantia acumulada do novo imposto e exigiu que o provedor da fazenda enviasse tudo para o reino, inclusive as certidões do novo imposto que não eram recebidas em Lisboa desde 1762.¹³⁰ O governador contestou o conde de Oeiras: como poderia realizar tais expedições sem o dinheiro da pesca da baleia, da consignação do Rio de Janeiro e das duas arrobas de ouro de Goiás?¹³¹ Ao secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, o governador colocava duas opções: utilizar o dinheiro do novo imposto ou ordenar o pagamento das consignações atrasadas do Rio de Janeiro.¹³² Em solidariedade castrense, o vice-rei Lavradio apoiou a medida tomada

¹²⁶ SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memoria Historica Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu município*. 3. ed. (1. ed., 1850). Curitiba: Secção de História do Museu Paranaense, 1952. v. 1, p. 195-197.

¹²⁷ DI, v. 19, p. 46-47. São Paulo, 15 mar. 1768. Ofício de d. Luís Antonio de Souza ao conde de Oeiras. DI, v. 19, p. 70. “Relação de todas as parcelas de dinheiro que tem saído do cofre do produto do rendimento do novo imposto que se tem cobrado depois dos dez anos para pagamento dos soldos que tem vencido os oficiais de auxiliares desta comarca, e compra de seus cavalos na forma que abaixo se declara”.

¹²⁸ DI, v. 19, p. 128. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

¹²⁹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 25, doc. 2419. São Paulo, 7 jul. 1768. Ofício n. 7 de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

¹³⁰ ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 15. Lisboa, 23 ago. 1769. Ofício do conde de Oeiras ao provedor da Real Fazenda, José Honório de Valadares e Aboim.

¹³¹ DI, v. 34, p. 295-297. São Paulo, 4 dez. 1770. Ofício de d. Luís Antonio de Souza ao conde de Oeiras.

¹³² AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 27, doc. 2549. São Paulo, 21 jan. 1771. Ofício de d. Luís Antonio de Souza a Martinho de Melo e Castro.

por d. Luís Antonio de Sousa quanto ao empréstimo, mas era incapaz de realizar qualquer remessa para a capitania, devido às elevadas dívidas do vice-reino.¹³³

Não deixava de ser uma compensação para as câmaras importunadas pelo capitão-general que agora este fosse pressionado por instâncias superiores. Também a autonomia do governador mostrou-se menor quando destoou dos interesses da alta burocracia do Estado. Apesar do apoio inicial, a ideia de defesa simultânea das fronteiras ao sul e a oeste foi progressivamente abandonada pelo governo português, mas não por d. Luís Antonio de Sousa. O projeto de sustentação da defesa pelo oeste ao longo dos afluentes do Paraná, pelo estabelecimento do Iguatemi, e depois pelo Tibagi e pelo Ivaí, era cada vez menos apoiado por seus superiores, que continuaram a concentrar as forças militares nos campos meridionais, especialmente depois do reinício das ocupações dos espanhóis no Rio Grande de São Pedro em 1773.

As longas divergências com o Martinho de Melo e Castro e o marquês de Lavradio contribuiriam decisivamente para o afastamento do morgado de Mateus do governo da capitania, especialmente pela sua obstinação em manter o Iguatemi. Contudo antes mesmo do início dos conflitos com Melo e Castro, a partir de 1771, não seria absurdo interpretar essa retirada dos recursos fiscais do governador dois anos antes como uma recusa velada do conde de Oeiras em apoiar os planos de d. Luís Antonio de Sousa. Este último aspecto permite revisar um ponto da historiografia. Segundo Heloísa Bellotto, comentando a relação do governador com as autoridades metropolitanas, indica que a reação inicial foi de apoio e entusiasmo às ações do morgado, seguida pelo silêncio e posteriormente pela cobrança da assistência militar de São Paulo ao Rio Grande pelo governo central. Tanto Bellotto quanto Dauril Alden relatam abundantemente os conflitos do morgado de Mateus com Melo e Castro e Lavradio, mas apontam poucas evidências de conflito com o conde de Oeiras,¹³⁴ provavelmente porque seria uma autocrítica à indicação que havia realizado para a capitania paulista. Por outro lado, Melo e Castro não era mais tão ligado a Pombal desde que assumira a secretaria do ultramar, permitindo-se críticas mais incisivas a d. Luís Antonio.¹³⁵

¹³³ BNRJ, Mss. 21, 4, 7, fl. 34-35v. Rio de Janeiro, 2 jan. 1771. Carta do vice-rei marquês do Lavradio a d. Luís Antonio de Sousa.

¹³⁴ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, op. cit., p. 144, 224, 229-267. ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, op. cit., p. 459-471.

¹³⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 173-198. VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006. (Estudos Históricos, 58). p. 51.

A despeito da quantia acumulada encontrada pelo morgado em 1766 ter sido relevante para o pagamento dos sargentos-mores e ajudantes, bem como para as expedições realizadas pelo governador, no longo prazo os ganhos foram menores. Em 1776, o novo imposto representava apenas 6,6% das receitas totais naquele ano. A proporção eleva-se ligeiramente para 8,3% quando não se considera o rendimento dos quintos do ouro e escovilhas para o mesmo ano. Em 1767, pela TABELA III.9, vê-se que a renda do novo imposto ainda não havia sido integrada nas receitas totais da capitania. A média anual de cerca de 3:000\$000 réis para o período de 1756-1766 manteve-se na década seguinte, pelo que se constata pelo valor do novo imposto em 1776 (3:100\$000 réis).

O rendimento do contrato dos dízimos e dos meios direitos de Curitiba, bem como os cruzados do sal e os quintos do ouro representavam a maioria das receitas existentes (TABELA III.9). É bem verdade que os quintos só podiam ser utilizados em situações excepcionais, motivadas pelas necessidades da guerra. Considerando-se as receitas consignadas para a folha militar e fortificações, ou seja, as remessas do Rio de Janeiro, os cruzados do sal e o novo imposto, o déficit destes pagamentos específicos chegava a 6:099\$200 réis em 1776, tomando-se os gastos das tropas do sul elevava-se a 82:888\$696 réis. Mesmo em 1767, os cruzados do sal e a remessa da provedoria fluminense foram incapazes de cobrir as despesas militares, ocasionando o déficit de 11:664\$175 réis. Portanto, ao depender das receitas não-consignadas, notadamente os exemplos dos meios direitos, da consignação do contrato da pesca da baleia e das passagens dos rios, a prática fazendária na capitania paulista estava um tanto longe das ideias fiscais do Antigo Regime, que sempre relacionavam a criação de tributos a despesas específicas.

Tabela III.9. Receitas da capitania de São Paulo (1755, 1767 e 1776)

(em réis)

	1755	1767	1776	1755 (%)	1767 (%)	1776 (%)
Dízimos	7:615\$000	7:625\$000	8:813\$333	25,8	28,4	18,7
Meios direitos de Curitiba	7:205\$000	2:490\$000	5:583\$333	24,4	9,3	11,9
Cruzados do sal	4:804\$940	6:033\$200	7:589\$700	16,3	22,5	16,1
Consignação do contrato das baleias	4:000\$000	4:000\$000	4:000\$000	13,6	14,9	8,5
Novo imposto			3:100\$000			6,6
Quinto do ouro e escovilhas			9:600\$000			20,4
Entradas para Minas		1:099\$388	1:286\$033		4,1	2,7
Dízima da alfândega de Santos		1:472\$918	147\$900		5,5	0,3
Passagens dos rios	1:767\$000	842\$460	1:113\$000	6,0	3,1	2,4
1% para obra pia			65\$900			0,1
Chancelarias			12\$000			0,0
Subsídio da alfândega de Santos			930\$000			2,0
Donativo de ofícios		213\$362	1:472\$000		0,8	3,1
Novos direitos dos ofícios	218\$695	80\$865	177\$400	0,7	0,3	0,4
Rendimento dos dízimos dos índios das aldeias		84\$982			0,3	
Contrato do subsídio dos molhados	1:505\$000	1:278\$328		5,1	4,8	
Consignação da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro		-	1:600\$000			3,4
Consignação da Provedoria do Rio de Janeiro	2:400\$000	1:600\$000	1:600\$000	8,1	6,0	3,4
Total	29:515\$635	26:820\$503	47:090\$599	100,0	100,0	100,0

Fontes

1755 – AHU-SP, Avulsos, cx. 4, doc. 40. Santos, 15 jun. 1757. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira, para o rei D. José I. DI, v. 14, 22 set. 1765, p. 63-64. “Cópia da conta da contribuição de um conto e seiscentos mil réis que anualmente se remete da Provedoria do Rio de Janeiro para a fortificação da praça de Santos”.

1767 – AHU-SP, Avulsos, cx. 5, doc. 28. São Paulo, 22 fev. 1769. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

1776 – AHU-SP, Avulsos, Mendes Gouvêa, cx. 31, doc. 2740. São Paulo, 18 dez. 1776. Relação do Estado da Fazenda, assinada pelo secretário do governo da capitania de São Paulo, José Inácio Ribeiro Ferreira, constando de cinco ofícios enviados pelo governador e capitão-general da mesma, Martim Lopes Lobo de Saldanha, para o ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro.

Assim, com relação ao novo imposto, os ganhos políticos parecem ter sido muito mais relevantes do que as rendas fiscais extraordinárias auferidas no início. Considerando-se a estrutura precária, mesmo inexistente, no período anterior, o legado de d. Luís Antonio de Sousa foi a maior articulação do governo da capitania com as câmaras e as milícias, reduzindo suas tendências centrífugas de autonomia e fortalecimento de elites locais, quando não interferindo diretamente na sua composição, no caso das tropas auxiliares, ou retirando seus recursos econômicos, quanto às câmaras. Este novo arranjo institucional permite avançar a ideia de construção de um lócus de poder no plano da capitania, que não se confunde com as esferas locais existentes no período anterior à restauração, e mesmo lhes nega para afirmar seu espaço.

3. Projetos e ordenamento da Junta da Fazenda

Ao abarcar as esferas governativas das finanças, da “polícia” e da economia, a criação do Erário Régio, da Intendência Geral de Polícia e da Junta do Comércio constituiu-se, segundo José Subtil, em um núcleo de “instituições charneiras” da reforma pombalina distinguindo-se do governo corporativo e polissinodal, que teria caracterizado o sistema político português desde a Restauração.¹³⁶ No entanto, a política do marquês foi muito mais incerta, heterogênea e errática do que é geralmente apresentado pela historiografia.¹³⁷ Assim como nem tudo era novo no governo do marquês, a começar pela própria figura de Pombal atuando como valido do rei,¹³⁸ a criação das juntas representou a retomada de antigas *alternativas críticas* de governo corporativo, próprias ao Antigo Regime ibérico, dotando-as de um grande vigor na modernização administrativa do reino e seu império. Divergente tanto em sua temporalidade, quanto no espaço (cada capitania possuía regras próprias), o exemplo da criação das Juntas de Fazenda na América portuguesa indica justamente estes aspectos de *aprendizagem institucional* a partir do legado político corporativo.

A estrutura colegiada das juntas apresentava novos dilemas no governo do ultramar, alterando de forma significativa a distribuição de poderes dentro das capitanias-gerais, além de trazer novos atores ao espaço de poder regional, especialmente aqueles vinculados às elites da América portuguesa. Ao agruparem governadores, burocratas e magistrados do reino e proeminentes da terra, as juntas criavam um campo de poder aberto tanto à negociação quanto ao conflito entre seus membros. Ademais, como se pretende abordar posteriormente, o enquadramento dos poderes do governador no âmbito da instituição mostrou-se matéria sujeita a controvérsias, sendo um ponto fulcral na distribuição e no equilíbrio de poderes no funcionamento interno das juntas. De certa forma, tais conflitos apontavam os limites regionais ao programa pombalino de modernização fazendária, articulando, mais do que suprimindo, os interesses privados dos membros da junta e dos contratadores de tributos à racionalização das finanças régias.

¹³⁶ SUBTIL, *O terramoto político*, op. cit., p. 99-100.

¹³⁷ Sigo aqui as considerações pertinentes de: MAGALHÃES, *Labirintos brasileiros*, op. cit., p. 173-198.

¹³⁸ MONTEIRO, *D. José*, op. cit., p. 286-309.

Ainda que sem um plano regular e ordenado, a ascensão de d. José I representou uma nova inserção das elites mercantis da América portuguesa nos quadros do Estado imperial. As instituições criadas durante o seu reinado contavam com a participação crescente destas elites no processo decisório da administração colonial. Com relação aos períodos anteriores, podem ser observadas algumas diferenças marcantes. Em primeiro lugar, os cargos ocupados pelos colonos tiveram seu escopo ampliado. Se antes eram mais propriamente executores das ordens régias, com exceção obviamente da ampla malha institucional existente em Salvador, agora os colonos estavam envolvidos diretamente na tomada de decisões institucionais e na produção de conhecimentos locais que, por vezes, seriam incorporados pelos órgãos do poder central em Lisboa. Em segundo lugar, a participação dos colonos passara a atingir também as formas regionais de poder, que antes permanecia vinculada particularmente às esferas locais das câmaras, milícias e misericórdias. Por fim, as instituições criadas contrapunham-se às juntas de governo anteriores por seu caráter regular e ordinário, ou seja, permitiam às elites coloniais participarem do cotidiano administrativo das capitanias-gerais. Desta forma, percebe-se como a participação dos colonos nas Juntas da Fazenda era parte de um conjunto mais amplo de inserção das elites mercantis nas lides do governo imperial.

Em diferentes graus, a criação das Intendências e Casas de Fundição, das Mesas de Inspeção e das companhias de comércio aponta claramente a participação renovada das elites coloniais nos quadros administrativos do império. No regimento das Intendências e Casas de Fundição (1751), nota-se que os cargos de fiscal e tesoureiro eram nomeados exclusivamente pelas câmaras.¹³⁹ Quanto aos ofícios de escrivão da receita e despesa, escrivão da intendência e escrivão das fundições, procedia-se em cada cargo à listagem de três pretendentes pelas câmaras, sendo um deles escolhido pelo governador para ocupar o ofício. O fiscal deveria reunir-se diariamente com o intendente nas Casas de Fundição e “juntamente com ele visitar as oficinas, e cuidar no procedimento dos oficiais da dita Casa, e requerer as providências, que julgar necessárias a bem da Fazenda Real, dos povos, e da expedição das partes” (cap. IV, §3). Portanto, cabia a um oficial escolhido pelo rei e outro pelas câmaras deliberar sobre a administração das Casas de Fundição.

¹³⁹ Col. Reg., v. 4, p. 503-516. “Regimento das Intendências e Casas de Fundição” (4 mar. 1751).

As Mesas de Inspeção (1751) criadas na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão eram compostas por três inspetores. O primeiro era o intendente geral do ouro, na Bahia e no Rio de Janeiro, ou ouvidor, em Pernambuco e no Maranhão. Os dois inspetores restantes eram membros das elites coloniais, representando os interesses da produção agrícola e do comércio. Um deles deveria ser senhor de engenho ou lavrador de tabaco, sendo eleito pelas câmaras da capitania por pluralidade de votos. Outro era escolhido entre os homens de negócio, segundo decisão da comunidade mercantil (“pelo corpo dos da sua profissão”). No entanto, enquanto o cargo de inspetor letrado era permanente, os outros inspetores podiam servir apenas por um ano, podendo ser reeleitos apenas após três anos. Além de supervisionar a qualidade do açúcar e do tabaco, os inspetores reuniam-se duas vezes por semana “para ouvirem os requerimentos das partes, e para conferirem entre si o que lhes ocorrer sobre a agricultura, e comércio destes dois importantes gêneros”.¹⁴⁰ Na Bahia, estas reuniões possuíam votação na resolução dos tópicos, “sendo governada por maior número de votos”, conforme escrevia o vice-rei em 1757. As representações dos inspetores eram posteriormente encaminhadas à Junta do Comércio em Lisboa.¹⁴¹

Os estatutos das companhias de comércio, criadas poucos anos depois, também indicam uma mudança na participação dos homens de negócios da colônia. Enquanto a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) foi criada sob a égide dos comerciantes de Lisboa, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759) abarcava “os homens de negócio das praças de Lisboa, do Porto e de Pernambuco”. Na primeira, havia um corpo diretivo estabelecido em Lisboa composto por oito homens de negócio de Lisboa e um artífice da Casa dos Vinte e Quatro.¹⁴² Na segunda companhia, havia uma junta estabelecida em Lisboa, com um provedor, dez deputados, um secretário e três conselheiros, e duas direções formadas em Porto e Pernambuco, com um intendente e seis deputados cada uma. Os membros e conselheiros da junta e das direções deveriam ser comerciantes residentes nas cidades respectivas, diferindo, portanto, da primeira companhia que ficara restrita ao corpo mercantil lisboeta.¹⁴³

¹⁴⁰ Col. Reg., v. 4, p. 93-94. “Regimento das Casas de Inspeção” (1º ago. 1751).

¹⁴¹ ABNRJ, v. 31, p. 171. Bahia, 24 ago. 1757. Ofício do vice-rei conde dos Arcos para Tomé Joaquim da Costa Corte Real.

¹⁴² *Instituição da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1755. p. 3.

¹⁴³ *Instituição da Companhia Geral de Pernambuco, e Paraíba*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1759. p. 3-4. Grifos meus.

Neste sentido, a criação das Juntas da Fazenda nas décadas de 1760 e 1770 ampliava a estrutura colegiada e consultiva observada nas Mesas de Inspeção para todas as capitanias da América portuguesa e reconhecia, tal como a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a importância das elites mercantis da colônia na criação de novas instituições. Em suma, aplicava-se à dimensão fiscal do império as medidas articuladas à mineração, ao comércio e à produção na década de 1750.

ANTECEDENTES DAS JUNTAS DE FAZENDA

Nos domínios americanos da Coroa espanhola, a prática de se realizar juntas ou acordos relativos à Real Fazenda, reunindo os oficiais régios e o governador, teve início muito cedo, desde 1510. Tendo sucesso no vice-reino do Peru, posteriormente foi difundida na Nova Espanha. Inicialmente as juntas possuíam caráter informal, em geral semanal, mas pouco depois passaram a se dividir entre assuntos ordinários e extraordinários da administração fazendária. Com a criação das audiências, o fiscal e ouvidor mais antigos também passaram a ser convocados. No Peru, na segunda metade do século XVII, a Junta era composta pelo vice-rei (presidente), dois ou três ouvidores e um fiscal da audiência de Lima, um ou dois contadores do Tribunal de Contas e dois oficiais da Caixa da Real Fazenda de Lima.¹⁴⁴

Desta forma, nota-se como a autoridade do vice-rei escudava-se nos altos funcionários de justiça e fazenda, criando um campo difuso e colegiado de responsabilidades. Por esta razão, Céspedes de Castillo advoga que os vice-reis apoiaram a difusão das juntas para respaldar suas decisões e legitimar sua responsabilidade face à Coroa. Ressalta ainda o autor a amplitude e a imprecisão dos temas que poderiam ser discutidos nas juntas. Com relação às deliberações da junta, todos os membros possuíam voto decisivo, inclusive os oficiais régios.¹⁴⁵ Escobedo Mansilla, apoiado em um observador coetâneo, afirma que os votos adquiriram legitimidade pelo costume e conveniência, sem que houvesse decreto real que indicasse serem consultivos e decisivos. Apesar da periodicidade regular, apenas os acordos de maior importância

¹⁴⁴ SANCHEZ BELLA, Ismael. *La organización financiera de las Indias (siglo XVI)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1968. p. 90-91, 201-204.

¹⁴⁵ CÉSPEDES DE CASTILLO, Guillermo. Reorganización de la Hacienda virreinal peruana en el siglo XVIII. *Anuario de Historia del Derecho Español*, Madrid, v. 23, n. 1, p. 329-369, 1953, ver p. 335.

eram registrados em um livro próprio, sendo as opiniões discordantes expostas separadamente.¹⁴⁶

No caso da Nova Espanha, com o primeiro regulamento das intendências, promulgada em 1786, as juntas de fazenda foram reorganizadas, adotando-se o nome de Junta Superior de Fazenda. A junta era composta pelo regente da Audiência, o fiscal da Real Fazenda, o ministro mais antigo do Tribunal de Contas e o mais antigo da tesouraria-geral do exército e da Real Fazenda. Mantinha-se a periodicidade de dois encontros por semana. Talvez a maior diferença face aos regimentos anteriores seja a especificação das áreas de atuação da Junta. O controle sobre o departamento de guerra, as rendas das câmaras, os rendimentos dos *propios y arbitrios* e dos bens das comunidades indígenas indicavam uma maior capilaridade da administração fazendária sobre os poderes locais no vice-reinado. Ademais, nestas matérias os outros tribunais não poderiam alterar as decisões da junta, configurando uma divisão de poderes que alterava os contornos difusos das jurisdições fiscais anteriores.¹⁴⁷

Na América portuguesa, no período anterior ao governo pombalino, é possível distinguir entre as Juntas de Fazenda enquanto instituições e aquelas que envolviam acordos fiscais entre diversos agentes políticos e sociais,¹⁴⁸ o que no caso espanhol apresentava-se unificado. Na época, não havia essa separação, posto que se compreendesse junta apenas no segundo sentido, sendo a primeira acepção derivada daquela.

Segundo Bluteau, junta era “ajuntamento ou congresso de pessoas no mesmo lugar para consultar alguma matéria”. Os exemplos citados pelo jesuíta referiam-se ao significado de acordos e reuniões e não de instituições, especialmente “fazer uma junta em algum lugar” e “fazer juntas de noite”. Ademais, as juntas não eram realizadas com

¹⁴⁶ ESCOBEDO MANSILLA, Ronald. *Control fiscal en el virreinato peruano*. El Tribunal de Cuentas. Madrid: Alhambra, 1986. p. 16. Para exemplos de casos concretos destas juntas em Quito e Santo Domingo, ver: RUIGÓMEZ GÓMEZ, Carmen; RAMOS GÓMEZ, Luis. Rivalidades en la Junta de Real Hacienda de Quito ante la elaboración del quinquenio de 1727 a 1731. *Boletín Americanista*, Barcelona, v. 59, p. 239-264, 2009. VEGA BOYRIE, Wenceslao. Junta de Hacienda del 1661 en Santo Domingo para el pago de los lanceros del 1655. *Clío*, Santo Domingo, n. 165, p. 87-102, 2003.

¹⁴⁷ JÁUREGUI, Luis. *La Real Hacienda de Nueva España: su administración en la época de los intendentes 1786-1821*. México D.F.: Universidad Autónoma de México, 1999. p. 87.

¹⁴⁸ Uma breve descrição das juntas de governo na América portuguesa foi desenvolvida anteriormente, ver *supra*, cap. 2, seção 3. Comparando-se com a instituição espanhola, percebe-se uma organização similar do corpo colegiado, mas com duas diferenças essenciais: o governador possuía voto diferenciado, rompendo o equilíbrio de poderes existente nas juntas hispânicas, e era permitido convocar representantes das câmaras ou de estratos sociais da nobreza e clero para as reuniões, o que denotava caráter mais “democrático”.

quaisquer pessoas, pois congresso era um “ajuntamento ou junta de pessoas nobres ou doutas”. Também as juntas incluíam uma deliberação sobre a matéria, como indicava o termo consultar. Ao que parece, conselho e junta possuíam o mesmo significado no mundo português, pois conselho era uma “junta de conselheiros”, o Conselho de Estado era uma “junta que se compõe de eclesiásticos e seculares”, e o Conselho de Guerra uma “junta de ministros, fidalgos, versados na arte militar”.¹⁴⁹

Na Espanha, o termo junta possuía o mesmo significado que em Portugal. O *Tesoro de la lengua castellana* (1611) tinha lá as suas dúvidas, talvez pela novidade do termo: “*sinifica algunas veces congregacion de gentes, y allergarse en una. Iuntar, congregar, y allegar*”.¹⁵⁰ Já no primeiro dicionário publicado pela Real Academia Espanhola, em 1734, a acepção é exatamente à mesma de Bluteau: “*Ayuntamiento o congreso de varias personas en un mismo lugar, para consultar y resolver alguna materia*”.¹⁵¹ Na França, o significado mais próximo de junta era *assemblée*, mas que não carregava a necessidade ibérica de uma resolução e tampouco o significado de um grupo douto ou nobre como em Portugal. O dicionário da Academia Francesa, em sua primeira edição de 1694, aponta o termo como sendo um “*nombre, multitude de personnes assemblées por une mesme chose*”. A quarta edição, publicada em 1762, apresenta poucas alterações: “*nombre de personnes réunies dans un même lieu*”.¹⁵²

Os historiadores têm ressaltado, por sua vez, que a adoção do termo junta, em vez de conselho, para designar instituições em Portugal possuía origem espanhola. Durante a União Ibérica, propôs-se a difusão do governo por juntas, uma vez que o domínio dos Áustrias em Portugal buscava ancorar-se na formação de juntas que se contrapunham, por exemplo, ao Conselho da Fazenda. Assim, juntas e conselhos mostravam-se como dois modelos de administração, sendo o primeiro, conforme acreditavam os espanhóis, mais favorável a despachos rápidos e com menores resistências às pressões do governo. Empregadas principalmente nas áreas fazendária e comercial, as juntas possuíam uma grande capacidade decisória e uma jurisdição bastante vasta, expandida sob a

¹⁴⁹ Blut., v. 2, 464, 473, 488; v. 4, p. 225.

¹⁵⁰ COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611.

¹⁵¹ REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana....* Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1734. Letras G-N, p. 331.

¹⁵² UNIVERSITY OF CHICAGO. Department of Romance Languages and Literatures. *Dictionnaires d'autrefois*. French dictionaries of the 17th, 18th, 19th and 20th centuries. Disponível em: <http://artfl-project.uchicago.edu/node/17>. Acesso em: 22 mar. 2012.

argumentação das necessidades bélicas, e amiúde contrária às atribuições de outras instituições. Os cargos nas juntas possuíam caráter comissionado por oposição aos conselhos, onde os oficiais serviam em caráter permanente e por tempo indeterminado, tendendo à patrimonialização do ofício. Quando mudava o reinado, alterava-se a composição das juntas ao contrário do que ocorria nos conselhos. O rei poderia dispor do cargo comissionado, sujeitando-o ao seu arbítrio. As juntas também diferiam dos conselhos pela presença maciça de letrados e pelo maior controle régio sobre seus membros. As nomeações de natureza comissarial estavam baseadas em critérios de confiança e eficiência política, distinta, portanto, do critério de nobreza da família que conduziu ao poder diversos conselheiros. Em suma, as juntas favoreciam outro modelo de governo baseado na razão de Estado e em uma concepção instrumental da política. Ademais, tornaram-se uma crítica alternativa ao governo polissinodal e corporativo.¹⁵³

Possivelmente, os Habsburgo espanhóis, depois a casa de Bragança, perceberam as possibilidades de aplicar o modelo das juntas ao governo da América. Entre 1612 e 1616, destaca-se o funcionamento de uma Junta da Fazenda em Salvador encarregada de devassar as denúncias de contrabando, especulação e desvios fiscais, especialmente a respeito da cobrança dos direitos sobre o açúcar que envolvia a sonegação por senhores de engenho e comerciantes. Não apenas todas as receitas e despesas da Real Fazenda seriam investigadas, como também se averiguou a provisão desordenada de ofícios de justiça e fazenda, o que permitia o desenvolvimento de práticas clientelistas pelos governadores e membros do Tribunal da Relação. As fraudes no comércio de pau-brasil e o contrabando entre o Brasil e o Rio da Prata também foram objetos de investigação. Diversamente da congênere espanhola, esta Junta não era presidida pelo governador-geral, mas chefiada por André Farto da Costa, secretário da alfândega de Lisboa e autor de um arbítrio sobre a Fazenda Real do Brasil. A Junta era composta ainda por dois desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia e pelo provedor-mor do Estado do Brasil.

A supervisão exercida pela Junta desagradou às câmaras locais, especialmente as de Salvador e Pernambuco, governadores e até membros da própria Relação. Ainda assim, segundo Stuart Schwartz, havia complementaridade entre o Tribunal da Relação e a Junta, no plano local, e respaldo do Conselho da Fazenda às ações da Junta. Guida

¹⁵³ HESPANHA, *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 239. CARDIM, *A Casa Real e os órgãos centrais de governo...*, op. cit.

Marques, por sua vez, indica a autonomia da Junta até mesmo com relação aos poderes dos governadores-gerais, enfrentando Farto da Costa a oposição do governador Gaspar de Sousa, o que contribuiria para a extinção da Junta. Importa ainda ressaltar o cerceamento dos poderes do governador-geral face à jurisdição alargada da Junta, especialmente a nomeação para ofícios e a realização de despesas com a conquista do Maranhão. Desta forma, observa-se uma situação completamente diferente do funcionamento das Juntas da Fazenda na América espanhola, onde o poder dos governadores fora aumentado e ampliado em matérias fiscais.¹⁵⁴

Ainda que contivesse designação diversa, o Conselho da Fazenda do Estado do Brasil, criado antes de 1670 e extinto em 1769, apresentava organização semelhante à Junta da Fazenda da América espanhola. Sediado em Salvador, era composto pelo governador-geral, o juiz dos feitos da fazenda, o provedor-mor da fazenda, o procurador da fazenda e o escrivão da fazenda. Com exceção do governador e do provedor-mor, todos os outros membros eram vinculados ao Tribunal da Relação. Em tese, o conselho deveria reunir-se duas vezes por semana e deliberar sobre a arrematação dos contratos. Também era de sua alçada a observância muito geral de deliberar sobre todas as matérias pertencentes à Real Fazenda.¹⁵⁵

Na prática, os “assentos da Mesa de Fazenda”, como eram designadas as reuniões do conselho, eram menos frequentes, reunindo-se algumas vezes ao ano. Cada membro da mesa ou apenas um deles (juiz dos feitos, provedor-mor ou procurador) apresentava um parecer sobre o tema em questão. Na maioria das vezes, o governador-geral concordava com o parecer, sancionando a consulta. Os temas abordados nas reuniões referiam-se à arrematação dos contratos dos dízimos e da pesca da baleia nas diversas capitanias, ao envio do açúcar referente ao donativo do dote de Inglaterra e da paz da Holanda, ao estanco do tabaco do Rio de Janeiro, à cobrança de dívidas da Real Fazenda, à administração direta dos tributos quando os contratos não alcançavam lanços suficientes, à ajuda a naus estrangeiras e da Índia arribadas na costa, ao pagamento de fardas e socorros de farinha aos soldados, ao envio de socorro para Angola, à circulação

¹⁵⁴ Para este parágrafo e o antecedente, conferir SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte na Bahia e seus juizes, 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 128-130. MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. *Penélope*, Lisboa, n. 27, p. 7-35, 2002, ver p. 11-14. JOYCE JR., *Spanish Influence on Portuguese Administration*, op. cit., p. 272-285.

¹⁵⁵ SALGADO, *Fiscais e meirinhos*, op. cit., p. 273.

de moeda no Estado do Brasil e ao pagamento do terço de paulistas enviados para a guerra dos Bárbaros.¹⁵⁶

Possivelmente a influência do Conselho da Fazenda do Estado do Brasil foi ofuscada tanto pelo crescimento da intervenção do Conselho Ultramarino sobre os tributos e contratos do Brasil, quanto pelo surgimento das capitanias-gerais com estruturas fazendárias próprias e vinculadas diretamente a Lisboa, sem intermediação do governo-geral. Contudo, ao menos até 1723, quando a arrematação dos contratos foi centralizada no Conselho Ultramarino, o Conselho da Fazenda e o provedor-mor da Fazenda foram os pilares fiscais do governo intermédio do Estado do Brasil.

OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO DA JUNTA DA FAZENDA

O estabelecimento das Juntas da Fazenda foi um processo pouco linear devido às criações sucessivas destas instituições nas mesmas capitanias e à ausência de um corpo regulatório homogêneo que empregasse práticas fiscais idênticas para todas as regiões do império. Em Minas Gerais, a Junta da Fazenda foi criada em 1765, recebeu instruções apenas quatro anos depois e foi finalmente constituída em 1771.¹⁵⁷ Em São Paulo, uma junta foi estabelecida em 1761, sendo novamente criada em 1765 e recebeu instruções e composição efetiva somente em 1774/5.¹⁵⁸ As juntas do Rio de Janeiro e Bahia sofreram o mesmo processo, sendo criadas em 1760 e 1761 e reorganizadas respectivamente em

¹⁵⁶ Sobre a atuação prática do Conselho ver: DH, v. 64, p. 113-378. Registro do Conselho da Fazenda, 1670-1699. Graça Salgado aponta a data de 1695 como a fundação do Conselho da Fazenda, no entanto os *Documentos Históricos* referidos, contendo assentos a partir de 1670, indicam ser o segundo livro de registro do conselho.

¹⁵⁷ MAXWELL, *A devassa da devassa*, op. cit., p. 83.

¹⁵⁸ ANRJ, cód. 456, fl. 2-2v. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 24 out. 1761. “Registro de um decreto de Sua Majestade de 24 de outubro de 1761 sobre o novo estabelecimento da Junta que mandou criar nesta praça”. AHU-SP, cx. 5, doc. 35. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 mar. 1765. Ordem régia estabelecendo uma Junta da Fazenda Real na capitania de São Paulo. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 30, doc. 2672. DI, v. 43, p. 10-13. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jul. 1774. Carta de D. José I para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ordenando a criação de uma Junta de administração e arrecadação da Real Fazenda para a capitania.

1773 e 1770.¹⁵⁹ Em Goiás, a Junta da Fazenda foi criada em 1761 e reformulada em 1771.¹⁶⁰

Por sua vez, a lei de criação do Erário Régio (22 dez. 1761) não apresenta nenhuma menção à mudança institucional na administração fazendária das partes do império. O título quinto, sobre os contadores gerais, ainda faz menção expressa às “provedorias, tesourarias, recebedorias e contratos” de cada repartição.¹⁶¹ Portanto, a preocupação essencial do conde de Oeiras ao criar o Erário Régio era o aparelhamento da administração fazendária central do governo, não havendo quaisquer referências à criação das Juntas de Fazenda ou à extinção das Provedorias. A reforma fiscal das partes do império ocorreu como um projeto paralelo, ligeiramente anterior à criação do Erário Régio uma vez que as Juntas da Fazenda do Rio de Janeiro (16 ago. 1760), Bahia (21 abr. 1761), São Paulo (24 out. 1761) e Goiás (26 out. 1761) foram estabelecidas antes da lei de 22 de dezembro de 1761.¹⁶² Posteriormente, a coleta de informações sobre as provedorias do ultramar nos primeiros anos da década de 1760, devido à necessidade de colocar todos os registros fiscais em partidas dobradas, impulsionou a decisão de se proceder à extinção das provedorias e à criação de outras juntas com a constatação de inúmeras irregularidades.

Se a relação entre a criação do Erário Régio e das juntas não se afirma de forma tão direta como apresentado regularmente, é preciso observar alguns aspectos negligenciados nesta mudança institucional. Em particular, a busca por um maior controle da miríade de oficiais da Real Fazenda, tanto no Reino, quanto no império, apresenta-se de forma emblemática na década de 1750. Em 1751, um decreto do Conselho de Fazenda reclamava do descuido e negligência da tomada de contas dos oficiais da Real Fazenda que serviam nos domínios ultramarinos, instituindo, para remediar tal prejuízo, uma mesa separada na Casa dos Contos privativa das contas do ultramar.¹⁶³ Novamente, em 1756, desta vez por resolução do Conselho Ultramarino, pedia-se ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, e possivelmente para outras

¹⁵⁹ BRASIL. Ministério da Fazenda. Memória Receita Federal. Administração Fazendária. *Juntas da Fazenda*. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/juntasrealfazenda.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

¹⁶⁰ SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e coisas mais notáveis da capitania de Goiás (1812). RIHGB, 2. sér., v. 5, n. 16, p. 478-479.

¹⁶¹ MENDONÇA, *Erário Régio no Brasil*, op. cit., p. 176-177.

¹⁶² BRASIL, *Juntas da Fazenda*, op. cit.

¹⁶³ CLP (1750-1762), suplemento, p. 102-103. Lisboa, 13 jul. 1751. Decreto providenciando a se tomarem sem demora as contas dos oficiais de fazenda que servem no ultramar.

localidades, um censo anual das contas de receita e despesa cobradas pelos oficiais sob sua jurisdição. Os oficiais devedores que não honrassem suas dívidas seriam suspensos.¹⁶⁴

No reino, por sua vez, extinguiu-se em 1751 os ofícios de depositários da corte e cidade de Lisboa, criando-se, em seu lugar, uma Junta de Administração dos Depósitos Públicos. Como as juntas da fazenda posteriores, ela possuía estrutura colegiada e empregava a contabilidade por partidas duplas. Alguns anos depois, outro grande número de depositários foi extinto, inclusive as tesourarias dos juízos dos órfãos, que eram conhecida fonte de descaminhos.¹⁶⁵ Com o terremoto, houve o colapso do registro de informações sobre contratos arrematados e pagamentos aos inúmeros dependentes das folhas militar, religiosa e administrativa. Na pior das hipóteses, emperrava-se toda a estrutura de governo, “a subsistência dos tribunais, e ministros empregados”, além de causar descontentamento aos dependentes dos juros, tenças e ordinárias da monarquia. Golpear a Real Fazenda era prejudicar o próprio substrato da autoridade régia, por em risco seu poder. Assim, ordenou-se aos almoxarifes, tesoureiros, recebedores, rendeiros e administradores do reino que reunissem as folhas e títulos, comprovando as receitas e despesas pretéritas. Na falta de certidões, deveriam recorrer-se a testemunhas. Muitos oficiais da Fazenda justificavam a ausência de prestação de contas pela incapacidade de cobrarem contratadores, rendeiros e outros devedores, que, por sua vez, muniam-se de moratórias e remissões para justificarem suas dívidas.¹⁶⁶

Esta tendência à erradicação das inúmeras forças centrífugas que compunham a fiscalidade do Antigo Regime continuou com a criação do Erário Régio. Um militar francês, contemporâneo das reformas de Pombal, destacava com cores fortes a redução da multidão de tesoureiros com a criação do Erário:

¹⁶⁴ DH, v. 2, p. 214-215. Lisboa, 13 fev. 1756. Ofício de d. José I ao provedor da fazenda da praça de Santos.

¹⁶⁵ SUBTIL, Os poderes do centro: governo e administração, *op. cit.*, v. 4, p. 173.

¹⁶⁶ CLP (1750-1762), p. 683-687. 14 jun. 1759. Decreto dando a forma para se tomarem as contas aos almoxarifes e tesoureiros embaraçadas por causa do terremoto.

*(...) vingt-deux mille écrivains, repartis en une quantité considérable de tribunaux, dévoroient les revenus, embrouilloient la comptabilité, engloutissoient le trésor : le Ministre, par une seule ordonnance du mois d'Octobre [sic, dezembro] 1761, a réduit ce nombre énorme de sang-sues à trente deux personnes, bien examinées, bien épluchées, & qui ne peuvent faire que peu de tort.*¹⁶⁷

Em meados do século XIX, as palavras de John Smith, historiador de Pombal, possivelmente haviam sido calcadas no comentário de Dumoriez:

*Multitudinous collectors and receivers seized and appropriated the revenue, and while they impoverished the people, they plundered the treasury. At one stroke of the pen these devourers were annihilated.*¹⁶⁸

O próprio marquês de Pombal indica que antes da criação do Erário Régio as finanças reais corriam “por tão miúdos regatos, quantos eram os tesoureiros, e almoxarifes, que arrecadavam e distribuam tão precariamente”. Muitos destes oficiais estavam endividados, não possuíam cofre e “nenhum deles recebia vinte que não tivesse para despachar, e despender quarenta”.¹⁶⁹

Na criação da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, em 1760, a crítica aos tesoureiros e recebedores da Real Fazenda aparece claramente como a motivação principal para se formar a nova instituição. Segundo a carta régia de criação da junta, tais ofícios recaíam sobre pessoas “menos abonadas” que não podiam arcar com os custos da prestação de contas em Lisboa, resultando no acúmulo de dívidas nos domínios americanos e acarretando prejuízos àqueles que recebiam os pagamentos. Segundo a mesma carta régia, os “homens abonados e de casa estabelecida” das capitanias não desejavam servir de tesoureiros e recebedores da Real Fazenda pelo incômodo em prestar contas em Lisboa. Para remediar a desordem nas dívidas, os tesoureiros e recebedores passariam a prestar contas na própria junta recém-criada na capitania ao final de três anos, período em que serviriam.¹⁷⁰

¹⁶⁷ DUMOURIEZ, Charles-François. *État présent du royaume de Portugal, en l'année MDCCLXVI*. Lausanne: François Grasset & Comp., 1775. p. 233.

¹⁶⁸ SMITH, *Memoirs of the Marquis of Pombal*, op. cit., v. 1, p. 71-72.

¹⁶⁹ Academia de Ciências de Lisboa, Série Vermelha, cód. 483, fl. 45-45v. s.l., s.d. “Método, que El Rei dom José Primeiro de gloriosa memória mandou praticar no exercício do Erário Régio para o seu governo econômico; e para estar sempre instruído no seu real gabinete das forças, e estado do mesmo Erário. Seu autor o marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho, e Melo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino”.

¹⁷⁰ ADF, v. 4, p. 370-371. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 16 ago. 1760. Carta régia ao conde de Bobadela, governador e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, estabelecendo uma Junta da Fazenda no Rio de Janeiro.

No caso da capitania de São Paulo, as funções e objetivos da Junta da Fazenda seriam delineados de forma geral na década de 1760 e estabelecidos finalmente apenas em 1774/5. Segundo o decreto real de 1761, a fundação da junta decorria das desordens da provedoria da fazenda na arrecadação das receitas e realização das despesas, causa que se acreditava contribuir para o déficit anual da provedoria. A junta deveria reunir-se duas vezes por semana na boca do cofre para receber os rendimentos e pagar as despesas. A pontualidade e a exatidão das contas eram os objetivos principais dessa primeira fundação.¹⁷¹ Desta forma, nesta configuração inicial, a junta possuía pouca autonomia na tomada de decisões relativas ao fisco, cabendo-lhe uma função puramente supervisora. Ademais, não se previa a extinção da provedoria. A despeito disso, a arrematação pela junta de contratos anteriormente vendidos em leilão no Conselho Ultramarino passaria a ocorrer a partir de 1764.¹⁷²

Outra ordem para constituir Junta da Fazenda, emitida em 1765, pouco alterava a situação antecedente. Além das obrigações anteriores, o objetivo da nova junta era permitir que os tesoureiros e recebedores da Real Fazenda residentes na capitania fossem nomeados, servissem durante três anos e prestassem contas na instituição, posto que anteriormente fossem obrigados a fazê-lo em Lisboa. Criticava-se o atraso dos tesoureiros e recebedores que, sem fundos para realizarem a viagem à capital, atrasavam os pagamentos do fisco. Ademais, entre as atribuições, ao final do ano a junta deveria recensear as contas e ajustar as dívidas existentes com os devedores a cada triênio.¹⁷³ A medida era complementada com a ordem de lançar em um livro separado as receitas e despesas efetuadas durante o governo do morgado de Mateus, declarando-se o nome do rendeiro ou administrador e organizando as despesas entre folhas eclesiástica, civil e militar. As relações das finanças da capitania e das remessas da capitania para o Erário Régio seriam encaminhadas diretamente ao conde de Oeiras, então inspetor-geral do Erário.¹⁷⁴

¹⁷¹ ANRJ, cód. 456, fl. 2-2v. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 24 out. 1761. “Registro de um decreto de Sua Majestade de 24 de outubro de 1761 sobre o novo estabelecimento da Junta que mandou criar nesta praça”.

¹⁷² DH, v. 2, p. 369-371. Santos, 15 out. 1764. “Auto de arrematação da passagem de Jacaré na qual se compreende a da Cachoeira arrematada por tempo de um ano a Miguel Martins de Siqueira e a seu sócio Pedro Martins de Siqueira por preço e quantia certa de 355\$554 réis”.

¹⁷³ AHU-SP, cx. 5, doc. 35. DI, v. 15, p. 34-36. DI, v. 23, p. 60-62. DH, v. 2, p. 333-335. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 mar. 1765. Ordem régia estabelecendo uma Junta da Fazenda Real na capitania de São Paulo.

¹⁷⁴ DI, v. 15, p. 36-38. DI, v. 23, p. 63-64. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 mar. 1765. Ordem régia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão.

Em vez da questão dos tesoureiros e recebedores da Real Fazenda, a formação definitiva da junta em 1774 diferia das anteriores pela ênfase na arrematação dos contratos e na administração direta de tributos que não houvessem sido arrendados. Segundo a carta de formação, as obrigações da junta consistiam em:

*Primo, em fazer legalmente as arrematações dos contratos e reger as administrações que mandar fazer por conta da mesma Fazenda; Segundo, em promover a arrecadação dos preços dos mesmos contratos, encargos deles e dos produtos de todos os rendimentos não contratados.*¹⁷⁵

Ao início do ano seguinte, a junta recebeu uma série de instruções relativas à administração e arrecadação da Real Fazenda. Assinadas pelo próprio marquês de Pombal, estas normativas apresentam uma espécie de modelo ideal de governo a respeito da fiscalidade colonial, indicando a hierarquia de questões que permeavam a mentalidade do estadista. Nas instruções, a “boa administração” Real da Fazenda é entendida como o aumento dos rendimentos e a correta arrecadação deles. O primeiro tópico é bastante breve, pois o crescimento das receitas dependia apenas do incentivo à produção e ao comércio, particularmente marítimo.¹⁷⁶

Em que termos se compreendia a “boa” arrecadação da Real Fazenda? Em primeiro lugar, era um conhecimento exato dos rendimentos, expresso nos livros de contabilidade da junta. Sem estes saberes sobre o fisco, não seria possível avaliar a retidão da administração fazendária: se os lances ofertados pelos contratadores eram válidos, ou seja, se estavam acima da última arrematação; se havia a formação de conluíus entre os contratadores, buscando rebaixar o valor final da arrematação; se havia “dolos e descaminhos” na cobrança dos rendimentos e, por fim, se as dívidas contratuais dos arrematantes estavam em atraso. Sem a escrituração correta das contas, “nascer[ia] logo a confusão não se atalhar[iam] os erros”. Busca-se, sobretudo, arrematar os contratos por “seus justos preços”. Neste sentido, o governador enquanto presidente da junta constituía os olhos do rei e do Erário Régio. O governador era

¹⁷⁵ DI, v. 43, p. 11. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jul. 1774. Carta régia sobre a formação da Junta de Fazenda de São Paulo.

¹⁷⁶ DI, v. 43, p. 17-23. AHTC, cód. 4061, fl. 120-126. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jan. 1775. “Instruções, que El-Rei Meu Senhor manda dar pelo Real Erário ao Governador, e Capitão General da Capitania de São Paulo, a respeito da Administração e Arrecadação da Fazenda Real”. Os parágrafos seguintes são baseados neste documento.

instruído a visitar regularmente a contadoria “com um decente ar de familiaridade” para averiguar a correta escrituração das contas da capitania.

Toda esta busca por informações completas era mais um indício da ignorância parcial das autoridades fazendárias acerca dos contratos do que mostras de um controle efetivo, revelando algumas contradições da política pombalina. Em particular, a avaliação do preço dos contratos era bastante incerta. A junta apenas saberia claramente o rendimento exato dos tributos se os colocasse sob administração direta da Real Fazenda. Este não era o caso da maior parte dos tributos, apenas os contratadores conheciam a diferença de valor entre o montante arrecadado e o preço pago pelo contrato. Desta forma, a junta podia apenas conjecturar o “justo” preço dos contratos, o que certamente escapava aos olhos do marquês de Pombal.

O segundo pilar do ideal pombalino de administração fazendária era a atração de bons contratadores, arrendando-se os tributos “às pessoas mais abonadas e mais industriosas”, aos “melhores negociantes”. A exaltação dos contratadores nas instruções do marquês, reiterando concepções fiscais de governos anteriores, é manifesta pela crítica à administração direta dos tributos pela Real Fazenda. No entender de Pombal, um administrador nunca faria tantos esforços em arrecadar rendimentos difíceis e sujeitos a extravios quanto um contratador “que multiplica as vigias e faz as despesas a seu arbítrio, trabalhando em causa própria, *impelido pelo desejo de lucro e receio da perda*” (grifos meus). Apenas em casos muito específicos relacionados a incidentes casuais, como desastres naturais, as rendas deveriam ser administradas diretamente. Mesmo neste caso, a medida deveria vigorar por pouco tempo, aconselhando-se um ano, até que as rendas fossem arrematadas sob melhores condições.

Nota-se pelas instruções, que os bons negociantes não eram aqueles que não deviam à Real Fazenda, mas sim aqueles que por motivos circunstanciais, como atrasos na circulação de mercadorias (“empates”) e falta de cobranças, postergavam o pagamento das parcelas dos contratos à Junta da Fazenda. Neste caso, a junta não deveria afugentar os melhores negociantes com cobranças imprudentes, devendo “dissimular alguma prudente demora [na cobrança destas dívidas temporárias]”. O inverso destes bons negociantes eram aqueles que, “levados da ambição”, arrematavam contratos sem terem cabedal suficiente. Estes logo depois pediam o perdão de suas dívidas e, quando executados por seus débitos, acabavam atemorizando os outros

negociantes. Além de não pagarem suas dívidas, os arrematantes ambiciosos administravam mal o contrato e contribuíam para o descrédito do tributo. Ora, a distância entre bons e maus negociantes, abonados e ambiciosos, previdentes e imprudentes, era particularmente tênue e sujeita, como será visto, ao julgamento dos governadores enquanto presidentes da junta.

A jurisdição sobre contendas fiscais é outro aspecto sobre o qual se alicerçava os novos poderes da junta. Neste ponto, deve-se observar nuances na ideia de opressão dos colonos pelos contratadores, especialmente os arrendatários dos dízimos.¹⁷⁷ Não que ela não existisse, pelo contrário. No entanto, é preciso considerar que os conflitos eram submetidos a um processo jurídico, havendo, portanto, um sistema de negociação possível na disputa entre as partes, o que obviamente não impedia a possibilidade de execução dos devedores. Assim, a ideia simplificada da opressão dos produtores pelos contratadores deve ser matizada.

Durante o governo de Martim Lopes de Saldanha na capitania de São Paulo, foram enviadas diversas representações indicando como a lavoura havia sido obstada, “pelas desordens, injustiças e vexações com que os rendeiros e administradores oprimiam os mesmos povos com a multiplicidade de pleitos”. Os produtores eram não apenas oprimidos pelas dizimeiros, mas também pelas custas dos processos judiciais. Temia-se mesmo que os lavradores fossem extintos, trazendo ruína e despovoamento à capitania. Cabe lembrar que a política intensiva de recrutamento durante o governo de Martim Lopes, ocasionado pela retomada dos conflitos platinos, provavelmente afastou muitos lavradores de suas terras, temerosos de um serviço militar indigente. Desta forma, os lavradores encontravam-se entre a sanha militar e a dos dizimeiros, levando provavelmente a Coroa a conduzir uma política de redução da opressão destes últimos.

Para evitar os custos dos processos judiciais entre dizimeiros e produtores, a Coroa determinou que os litígios envolvendo rendeiros, administradores e lavradores fossem resolvidos como uma simples querela, ou seja, contendo apenas uma exposição do ofendido ou do seu representante legal para iniciar a ação judicial. O julgamento seria realizado de forma verbal pela Junta da Fazenda, que também verificaria as testemunhas destes processos. O que se ganhou em rapidez e redução dos custos representou uma

¹⁷⁷ PRADO, *Formação do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 329-330.

perda para os historiadores que não podem mais reconstituir os limites destes conflitos e negociações em torno dos dízimos.

Na mesma medida promulgada, outro aspecto sumamente importante quanto aos poderes judiciais da Junta foi a abolição dos conservadores do contrato dos dízimos e seus oficiais.¹⁷⁸ Segundo Bluteau, conservador é “aquele, que tem a seu cargo a conservação dos privilégios concedidos a uma comunidade, ou a alguma nação, e que tem autoridade para sentenciar as suas causas”.¹⁷⁹ Desta forma, transferia-se para a Junta, representando o poder da Coroa, poderes judiciais sobre os contratos, anteriormente dispersos e detidos pelos contratadores. Esta ação ia de encontro ao processo de concentração dos poderes jurídicos anteriormente dispersos em variados corpos estamentais e instituições em um único pólo estatal e de supressão dos direitos particulares e consuetudinários impulsionado no período pombalino, especialmente com a lei da Boa Razão (1769).¹⁸⁰

Apesar da carta régia de 1774 e das instruções de 1775, pode-se considerar que a formação completa da junta ocorreu apenas com o decreto relativo à realização de despesas pela instituição. O decreto de 12 de junho de 1779 assegurava que o Erário Régio e as Juntas da Fazenda eram os únicos tribunais responsáveis pelos despachos e ordens referentes a despesas e pagamentos da Real Fazenda.¹⁸¹ A medida isolava a fiscalidade imperial de outras instituições do poder central (Conselho Ultramarino, Desembargo do Paço, Mesa de Consciência e Ordens etc.) que porventura tentassem obter alguma influência sobre a jurisdição do Erário. Apenas as despesas determinadas por carta régia não necessitavam ter o aval do Erário Régio. Consolidava-se desta forma a preponderância do Erário Régio sobre o Conselho Ultramarino, que estava agora destituído não apenas da arrematação dos contratos, como também do recurso aos dispêndios no ultramar.

Esta situação, por sua vez, criou tensões com outras instituições do poder central, impedindo, por exemplo, que a Secretaria da Marinha e dos Domínios Ultramarinos dispusesse de meios financeiros para ações efetivas da sua própria jurisdição. Ao final

¹⁷⁸ AHTC, cód. 4061, fl. 151-152. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 29 jan. 1777. Carta régia ao governador da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha.

¹⁷⁹ Blut., v. 2, p. 476.

¹⁸⁰ HESPANHA, António Manuel. O direito. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4, p. 173-176.

¹⁸¹ AHTC, cód. 4061, fl. 187-188. ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 80v-82. Lisboa, 12 jun. 1779. Provisão do marquês de Angeja, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

do século XVIII, d. Rodrigo de Souza Coutinho reclamava da “incoerência que houve em separar a administração da fazenda dos domínios ultramarinos da repartição que é encarregada de dirigir todas as outras partes de seu regime anterior”.¹⁸² É verdade também que a secretaria expedia ordens de despesa sem passar pelo crivo do Erário, conforme observava o vice-rei d. Fernando José de Portugal, ao início do século XIX.¹⁸³ Prova das resistências, em 1803, o decreto sobre as despesas foi reiterado pelo presidente do Erário, ironicamente o mesmo Souza Coutinho, havendo-se acrescido a penalidade de que os vogais que não cumprissem a ordem pagariam com seus próprios bens as despesas não autorizadas.¹⁸⁴

A composição da junta da fazenda paulista variou de acordo com as instruções recebidas (QUADRO III.1). Em 1761, era presidida pelo governador, tendo como membros deputados o provedor da fazenda, o almoxarife e o escrivão da provedoria. Portanto, aliava o poder do governador aos funcionários da Provedoria da Fazenda.¹⁸⁵ Em 1765, permaneciam o governador e o provedor da fazenda, sendo acrescidos como membros o ouvidor da capitania e o procurador da Coroa e Fazenda.¹⁸⁶ Na Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, criada em 1760, mantinha-se a mesma organização com a diferença de que o chanceler do Tribunal da Relação assistia no lugar do ouvidor-geral.¹⁸⁷ A Junta da Fazenda de Goiás, organizada em 1761, contava com o governador, o ouvidor-geral, o provedor da fazenda e dois vereadores da câmara, escolhidos entre os mais antigos.¹⁸⁸

¹⁸² COUTINHO, Rodrigo de Souza. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798). In: SILVA, André Mansuy Diniz (Org.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2, p. 47-66, ver p. 64.

¹⁸³ DH, v. 6, Regimento de Roque da Costa Barreto, p. 387.

¹⁸⁴ AHTC, cód. 4061, fl. 464. Lisboa, 17 ago. 1803. Provisão de d. Rodrigo de Souza Coutinho, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo

¹⁸⁵ ANRJ, cód. 456, fl. 2-2v. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 24 out. 1761. “Registro de um decreto de Sua Majestade de 24 de outubro de 1761 sobre o novo estabelecimento da Junta que mandou criar nesta praça”.

¹⁸⁶ AHU-SP, cx. 5, doc. 35. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 mar. 1765. Ordem régia estabelecendo uma Junta da Fazenda Real na capitania de São Paulo.

¹⁸⁷ ADF, v. 4, p. 370-371. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 16 ago. 1760. Carta régia ao conde de Bobadela, governador e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, estabelecendo uma Junta da Fazenda no Rio de Janeiro.

¹⁸⁸ SOUSA, Memória sobre o descobrimento, governo, população, e coisas mais notáveis da capitania de Goiás (1812), *op. cit.*, p. 478-479.

Quadro III.1. Composição da Junta da Fazenda de São Paulo

1761	1765	1774
Governador (presidente)	Governador (presidente)	Governador (presidente)
Provedor da fazenda	Provedor da fazenda	Tesoureiro-geral
Almoxarife	Ouvidor-geral	Contador-geral
Escrivão da provedoria	Procurador da Coroa e Fazenda	Ouvidor-geral (juiz executor)
		Procurador da Coroa e Fazenda

A Junta da Fazenda da Bahia, em 1766, era composta pelo governador, o chanceler do Tribunal da Relação, o Provedor-mor da Fazenda e o desembargador procurador régio. Nota-se que, ainda nesta época, já haviam sido criados os cargos de tesoureiro-geral e de contador-geral, mas sem voto nas deliberações da Junta da Fazenda da Bahia.¹⁸⁹ Apesar das variações regionais, esta composição era a mais próxima à do Conselho da Fazenda do Estado do Brasil e também aquela que apresentava maior similitude ao modelo hispânico das juntas de fazenda. Deve-se observar que nesta composição todos os seus integrantes eram nomeados pelo rei, sendo em sua maioria reinóis. A exceção ficava por conta do cargo de provedor da fazenda, que amiúde pertenceu às elites locais da colônia. Sob a junta reuniam-se os poderes máximos das capitanias-gerais, fortalecendo a legitimidade dos seus representantes no campo militar (governador), fiscal (provedor da fazenda) e jurídico (ouvidor-geral).

Nesta configuração de poderes o Erário Régio não podia nomear nenhum dos membros da junta. Ademais, o posicionamento do provedor da fazenda como deputado da junta praticamente incorporava e extinguiu a jurisdição das antigas provedorias, colocando sob responsabilidade de um corpo colegiado funções anteriores reunidas na figura isolada do provedor. Assim não era de estranhar os conflitos intensos observados em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia entre os governadores e os provedores da fazenda, que assistiram à redução dos seus poderes e à descoberta dos seus desfalques.¹⁹⁰ Em Salvador, escreve o governador em 1766, o provedor da fazenda Manuel de Matos Pegado Serpa foi preso por descaminhos da Fazenda Real, como seu pai e avô, também

¹⁸⁹ ABNRJ, v. 32, p. 147. Bahia, 16 ago. 1766. Relatório do contador-geral Antonio Ferreira Cardoso.

¹⁹⁰ MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 41-43. MAGALHÃES, *Labirintos brasileiros*, op. cit., p. 185.

provedores. Serpa controlava as informações que poderiam chegar às mãos da Junta, atrapalhando seus trabalhos. Segundo o conde de Azambuja, os provedores atuavam com “grande independência de governo”, sendo praticamente senhores absolutos da Real Fazenda da capitania que impediam os oficiais da Provedoria de dirigirem representações a outras autoridades. Até mesmo a Junta da Fazenda estava à mercê dos provedores, pois “não ia petição alguma senão as que queria o provedor”.¹⁹¹

A nova composição da Junta da Fazenda paulista formada em 1774 apresentava uma diferença crucial.¹⁹² Extinguia-se o cargo de provedor da fazenda (assim como a própria provedoria), nomeando-se mais dois membros da junta: um tesoureiro-geral (um membro não-letrado da elite local escolhido pela junta) e um escrivão (o contador-geral, nomeado pelo Erário Régio). Curiosamente, a Junta da Fazenda de Goiás formada em 1771 não extinguiu o cargo de provedor da fazenda e não contava com a participação do ouvidor-geral. De resto, mantinha os cargos do governador enquanto presidente da junta, procurador da Coroa e Fazenda e escrivão-deputado (contador).¹⁹³ Em São Paulo a partir de 1774, assim como o tesoureiro-geral, o procurador da fazenda também passava a ser eleito localmente entre os magistrados existentes. Ao contrário de São Paulo, em outras localidades, o cargo era exercido por ministros do Tribunal da Relação (Rio de Janeiro e Bahia), pelo ouvidor da capitania (Minas Gerais)¹⁹⁴ ou pelo juiz de fora (Grão-Pará e Maranhão).¹⁹⁵ Por último, deve-se notar que o ouvidor da capitania teve sua função melhor especificada do que na forma anterior da junta, atuando agora como juiz executor (QUADRO III.1).

A nomeação para o cargo de tesoureiro-geral de membros da elite colonial foi claramente enfatizada na interpretação de Kenneth Maxwell sobre o impacto das reformas pombalinas na colônia. Para o autor, o fortalecimento da Junta da Fazenda aliava-se ao crescimento do poder da “plutocracia colonial” e dos governadores sobre o fisco. Sem contar com instituições rivais, a junta congregava os principais interesses

¹⁹¹ ABNRJ, v. 32, p. 159-160. Bahia, 23 dez. 1766. Ofício do governador conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

¹⁹² AHTC, cód. 4061, fl. 88-89. Lisboa, 6 jul. 1774. Provisão do marquês de Pombal, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

¹⁹³ SOUSA, Memória sobre o descobrimento, governo, população, e coisas mais notáveis da capitania de Goiás, *op. cit.*, p. 478-479.

¹⁹⁴ ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, *op. cit.*, p. 281, nota 8.

¹⁹⁵ AHU, Conselho Ultramarino, cód. 337, fl. 1-4v. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 jul. 1771. Carta do rei d. José para João Pereira Caldas, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

econômicos da capitania. Maxwell nota ainda a maneira contraditória que fundava as relações entre os governadores e os homens locais. Segundo o autor:

Como a Real Fazenda, as Juntas da Fazenda das capitanias deviam recrutar funcionários entre os 'homens abastados e prudentes' locais, especialmente os mais ricos comerciantes, que deviam ser estimulados mediante a fixação de soldos atraentes a colocar sua perícia comercial a serviço dos negócios públicos (...) De fato, pela primeira vez um órgão colonial, sob a presidência de um governador *que limitava e apreciava a participação local*, tornava-se o único responsável pela tesouraria regional e por todas as despesas e arrecadações, salvo o quinto real. (...) O envolvimento dos membros da plutocracia colonial nos órgãos administrativos e fiscais do governo era característico das reformas de Pombal no Brasil.¹⁹⁶

Ainda que a interpretação de Maxwell esteja correta em linhas gerais, é preciso algumas qualificações mais precisas. Em primeiro lugar, conforme foi visto no caso paulista, a incorporação de membros das elites coloniais nas juntas não ocorreu de imediato, mas em sua última organização durante a década de 1770 que lhes deu o formato final. Em segundo, é preciso analisar o peso dos outros membros na composição da junta, impedindo uma valorização excessiva da elite colonial nos quadros administrativos do fisco. Em terceiro lugar, cumpre verificar o processo decisório observado nas juntas, o que permitiria analisar o papel dos interesses dos membros da elite colonial nas deliberações da instituição. Por fim, a atuação dos procuradores da fazenda, ao menos no caso específico de São Paulo, também era uma via de acesso das elites coloniais à administração fazendária. Portanto, seria preciso aplicar os mesmos questionamentos feitos ao cargo de tesoureiro-geral.

Contador-geral

Embora pouco enfatizado pela historiografia, o cargo de contador-geral trazia para o centro da junta uma nova modalidade de funcionário régio, mais próxima do burocrata moderno pela sua formação técnica e pela desvinculação entre o ofício e seu servidor, abolindo a possibilidade de transmissão hereditária. Vale lembrar que, no espírito da época, também os ofícios de justiça e fazenda passaram a ter caráter

¹⁹⁶ MAXWELL, *A devassa da devassa*, op. cit., p. 83-84. Grifos meus.

amovível e transitório, além de critérios de mérito e desempenho profissional na promoção dos funcionários, alterando a visão patrimonial que vigorava sobre tais cargos. Com a lei da Boa Razão (1769) estes ofícios não poderiam mais ser passados de pai para filho, conforme ocorria anteriormente.¹⁹⁷

Ao contrário dos funcionários enviados pela Coroa portuguesa ao ultramar nos períodos anteriores, os contadores não eram magistrados, nem militares, mas homens dotados de um saber técnico e pragmático, provavelmente aprendido na Aula de Comércio, inaugurada em 1759. Sua função era promover a racionalização das contas do Erário pela introdução de um novo método contábil, a escrituração por partidas duplas, ponto fulcral da reforma pombalina. O objetivo destes contadores era não apenas “estabelecer uma regular e metódica contadoria”, como também ordenar as “contas antigas, e confusões da extinta Provedoria que nunca t[ivera] método, nem bons provedores”, conforme afirmava o capitão-general de São Paulo, em 1776.¹⁹⁸

Sob a direção do contador-geral estava a contadoria da Junta da Fazenda. Em 1779, havia apenas três escriturários na contadoria. Em 1799, o número elevou-se para cinco escriturários, mantendo-se até 1807. Neste último ano, indica-se que os escriturários eram auxiliados por quatro copistas e um cartorário. Por fim, em 1779, além dos membros da junta e do corpo da contadoria, havia mais três cargos que auxiliavam nas funções da junta: porteiro e contínuo, almoxarife e escrevão do almoxarifado.¹⁹⁹

O primeiro contador-geral indicado para a Junta da Fazenda paulista foi **Sebastião Francisco Betâmio**. O próprio marquês de Pombal, então inspetor-geral do Erário, afirma que Betâmio trabalhou no Erário Régio desde sua criação. Nomeado em 1767, ele fora responsável pela reforma contábil das finanças da capitania da Bahia. Em julho de 1774, foi designado para ocupar o mesmo cargo na junta recém-formada em São Paulo. Não chegou a exercer o ofício, uma vez que foi designado para ajudar na

¹⁹⁷ SUBTIL, *O terramoto político*, op. cit., p. 102-103.

¹⁹⁸ DI, v. 28, p. 183. São Paulo, 18 fev. 1776. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao marquês de Pombal.

¹⁹⁹ DI, v. 43, p. 237-238. São Paulo, 6 abr. 1779. “Relação dos ordenados, propinas, emolumentos e rendimentos que percebem anualmente o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, secretário e oficiais da secretaria do governo, ministros e oficiais de justiça e fazenda da dita capitania”. ANRJ, cód. 469, v. 2, s.f.. São Paulo, 2 jan. 1799. “Pertencente à folha civil. Ordens porque se pagam os respectivos ordenados...”. ANRJ, cód. 474, v. 3, fl. 44v-45v. São Paulo, 14 ago. 1807. “Relação dos oficiais da Contadoria Geral da Junta da Real Fazenda desta capitania de São Paulo, em consequência da régia provisão de 18 de janeiro de 1805”.

capital do vice-reinado com a criação de uma junta da fazenda no Rio Grande. Em 1784, encontrava-se em Luanda, servindo como auditor à contadoria.²⁰⁰

Na ausência de Betâmio, outro contador, **Matias José Ferreira de Abreu**, acabou servindo como contador-geral e escrivão deputado da junta. Em 1767, ele havia sido nomeado terceiro escriturário da Contadoria Geral dos territórios da relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, em Lisboa. Dois anos depois conseguiu o cargo de segundo-escriturário. Em 1774, foi designado contador na Junta da Fazenda de São Paulo. O governador reclamava do pouco zelo e pontualidade em seu trabalho, pedindo a nomeação do contador da Junta da Fazenda fluminense. Talvez por conflitos com o capitão-general, Matias José retornou em 1779 para a mesma contadoria em Lisboa. Em 1800, ainda conservava-se no cargo da contadoria, servindo com “ciência e préstimo”.²⁰¹

O próximo contador a servir como escrivão deputado da junta foi **Silvestre Henrique Aires da Cunha**. Ele foi nomeado capitão de milícias do terço existente na vila de Santos em 1788, sendo anteriormente capitão do regimento de dragões auxiliares da freguesia de Santo Amaro, na capital. Em 1790, foi designado terceiro escriturário da Contadoria Geral da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia portuguesa, tendo oito anos depois alcançado o posto de segundo escriturário. Consta que fosse assíduo e que “d[ava] conta do que se lhe encarrega[va]” na repartição. Um irmão de Silvestre, Joaquim, constava como praticante da contadoria da junta paulista, sendo elevado a escriturário em 1788. Outro provável irmão, Carlos Alberto, aparece como almoxarife da junta em 1804.²⁰²

²⁰⁰ DI, v. 43, p. 9-10. AHTC, cód. 4061, fl. 174-175. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 95. Lisboa, 4 jul. 1774. Ofício do marquês de Pombal ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha. ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, op. cit., p. 314-315.

²⁰¹ DI, v. 28, p. 183-184. São Paulo, 18 fev. 1776. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao marquês de Pombal. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 120. Lisboa, 7 jul. 1774. Ofício do marquês de Pombal a Junta da Fazenda de São Paulo. ANTT, Condes de Linhares, mç. 29, doc. 57. [Post. 29 jan. 1800]. “Relação de todos os oficiais e praticantes de que se compõe a Contadoria Geral dos territórios da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia portuguesa com a declaração das suas antiguidades, ciência, préstimo, atividade e efetiva assistência de cada um deles”. 4 fls. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 148. Lisboa, 9 mai. 1788. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira à Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁰² LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 77. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 147. Lisboa, 8 mai. 1788. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira à Junta da Fazenda de São Paulo. AESP, ordem 422, cx. 64, livro 175, fl. 93. Lisboa, 12 dez. 1804. Ofício do presidente do Erário Régio, Luís de Vasconcelos e Sousa, ao governador da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta. ANTT, Condes de Linhares, mç. 29, doc. 57. [Post. 29 jan. 1800]. “Relação de todos os oficiais e praticantes de que se compõe a Contadoria Geral dos territórios da relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia

Em 1789, tomou posse o escrivão **João Vicente da Fonseca** (1759-1827). Há registros de que serviria o cargo pelo menos até 1807. Em 1798, Fonseca, então com 39 anos, constava como coronel de milícia do regimento de sertanejos de Itu (nomeado em 1797), pai de dois filhos e senhor de três escravos na cidade de São Paulo. Ainda que tivesse ampla inserção na sociedade local, ele não se casou com nenhuma mulher paulista, mas teve um filho inicialmente considerado ilegítimo com uma mulher solteira. No ano de sua nomeação para a Junta, foi designado tenente-coronel agregado ao regimento dos dragões auxiliares da capitania. Também foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo entre 1795 e 1797. Consta ainda que obteve o hábito da Ordem de Santiago. Curiosamente, há a seguinte observação nos maços de população: “Vive de seu ordenado de escrivão da Junta da Real Fazenda, e presentemente não percebe ordenado algum do dito emprego”. O ordenado de contador-geral da junta (1:200\$000 réis) não era diminuto, indicando que, talvez, o escrivão obtivesse seus rendimentos de outras fontes na capitania.²⁰³

Em 1803, Fonseca seria apontado como o principal candidato para o cargo de contador-geral da Junta da Fazenda de Minas Gerais, mas foi preterido por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, protegido de d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Entre as qualidades advogadas ao contador de São Paulo, estavam a inteligência, a atuação incorruptível e o zelo nas coisas da Real Fazenda. Consta que não desejava retornar ao reino, mas continuar na América, mesmo sem expectativas de melhores postos e ordenados em Lisboa.²⁰⁴

Os serviços prestados por Betâmio e Ferreira do Abreu em diferentes pontos do império apontam a importância da circulação dos funcionários régios na difusão de novos critérios de racionalidade na administração fiscal. Indicam ainda que esses “técnicos” eram, de início, funcionários do próprio Erário Régio, que participaram da sua primeira década de operações. Os serviços no ultramar traziam perspectivas de

portuguesa com a declaração das suas antiguidades, ciência, préstimo, atividade e efetiva assistência de cada um deles”. 4 fls.

²⁰³ DI, v. 45, p. 44. São Paulo, 29 jan. 1790. Ofício de Bernardo José de Lorena, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, à rainha d. Maria I. DI, v. 94, p. 240-241. São Paulo, 14 jun. 1807. Ofício de Antonio José de Franca e Horta, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, a Luís de Vasconcelos e Souza. AESP, Maços de População, São Paulo, 1798, fl. 51. AHU-SP, cx. 22, doc. 9. Ant. 7 set. 1804. Requerimento de Manuel Rodrigues Sette, procurador do coronel João Vicente da Fonseca, ao príncipe regente d. João. LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 188. DI, v. 45, p. 178. São Paulo, 11 abr. 1796. Certificado de João Vicente da Fonseca.

²⁰⁴ CUNHA, *Minas Gerais, da capitania à província*, op. cit., p. 274.

melhores posições na carreira, em geral na mesma repartição onde haviam trabalhado, como nos casos de Ferreira de Abreu e Aires da Cunha, ou de algum engrandecimento honorífico na sociedade local, caso deste último funcionário e de João Vicente da Fonseca. Por outro lado, a longa permanência de Fonseca na junta indica uma maior estabilidade dos funcionários da fazenda após o período inicial de construção institucional do Erário Régio, a demandar a difusão de conhecimentos técnicos no império.

A obtenção de patentes nas milícias, a atuação como provedor da Misericórdia e a inserção de parentes em empregos da junta são outros fatores que atestam o enraizamento destes funcionários na capitania. O envolvimento destes servidores régios nas tramas dos poderes locais limitava amiúde a difusão na sociedade colonial de relações de cunho impessoal, da valorização de saberes técnicos e de vínculos desinteressados com o Estado. A difusão da racionalidade instrumental restringia-se às contas, o que afinal era o objetivo principal da reforma pombalina. Em seu entorno social os contadores régios agiam como os antigos magistrados da colônia, adaptando-se aos costumes da terra, em um processo “abrasileiramento da burocracia”, conforme a análise clássica de Stuart Schwartz.²⁰⁵

Procurador da Coroa e Fazenda

O cargo de procurador dos feitos da Coroa, Fazenda e Fisco foi criado com a instalação do Tribunal da Relação na Bahia, em 1609. O procurador deveria comparecer a todas as audiências realizadas pelo juiz dos feitos da Coroa e Fazenda, servir de promotor da justiça, investigar os casos de usurpação da jurisdição régia e tomar residência aos oficiais de justiça e fazenda das capitanias, procedendo contra os culpados. Pelas pesquisas conduzidas, não se teve notícia da existência um procurador da Coroa e Fazenda para cada capitania-geral no período anterior à criação das Juntas da Fazenda.²⁰⁶

²⁰⁵ SCHWARTZ, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, op. cit., p. 251-285.

²⁰⁶ SALGADO, *Fiscais e meirinhos*, op. cit., p. 190, 248.

Originalmente nas ordenações filipinas, os cargos eram separados em procurador dos feitos da Coroa e procurador dos feitos da Fazenda. O ocupante do primeiro cargo deveria

(...) requerer aos desembargadores do Paço, vedores da Fazenda, contadores, juízes, almoxarifes e quaisquer outros oficiais, que lhe deem as informações, que houverem de nossos direitos, nos feitos, que se tratarem perante os juízes dos nossos feitos da Coroa, ou que se houverem de ordenar por razão de nossas jurisdições, bens e direitos.²⁰⁷

Sobre o cargo de procurador dos feitos da Fazenda, há poucas informações sobre suas funções efetivas.²⁰⁸

Na Junta da Fazenda, cabia ao procurador averiguar e organizar todas as ordens relativas à administração e à arrecadação da Real Fazenda recebidas nas capitanias. O procurador escreveria um catálogo com datas e origens, a fim de evitar a dubiedade de ordens e os abusos pelos oficiais da fazenda e governadores, que poderiam jogar com a contradição entre diferentes ordens ou mesmo mantê-las em segredo, usando-as quando lhes parecesse mais apropriado. Em suma, o procurador atuaria de forma semelhante ao do contador-geral, aplicando ao corpo “legislativo” da administração fiscal os mesmos princípios racionais das técnicas contábeis empregadas nas finanças da capitania. Outra função do procurador era autorizar todos os despachos relativos às despesas realizadas pela junta. O procurador deveria averiguar a conformidade das despesas com as leis e ordens recebidas.²⁰⁹

Na capitania de São Paulo, o cargo de procurador da Coroa e Fazenda foi ocupado inicialmente pelo bacharel português **João de Sampaio Peixoto** (1716-?) entre 1774 e 1788. Já casado em Portugal e com idade avançada, o magistrado não estabeleceu vínculos familiares na capitania. Também não era muito abonado, a julgar pelo cabedal de 600\$000 réis declarado no censo em 1765. Além da Junta da Fazenda, Peixoto também participava da Junta da Justiça organizada na capitania. Estando Peixoto impossibilitado de exercer o ofício, e vindo a falecer logo em seguida, o então

²⁰⁷ Ord. Fil., liv. 1, tít. 12.

²⁰⁸ Ord. Fil., liv. 1, tít. 13.

²⁰⁹ ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 67-67v. Lisboa, 18 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras a Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 68-68v. ANRJ, cód. 447, v. 1, fl. 47. Lisboa, 20 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras a Junta da Fazenda de São Paulo.

governador da capitania frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo indicou, ao início de 1788, o bacharel Miguel Carlos Aires de Carvalho para ocupar o cargo.²¹⁰

Bacharel formado em Coimbra e natural do conselho de Cambra, comarca da Feira, **Miguel Carlos Aires de Carvalho** (1746-?) logo após receber seu título estabeleceu-se na cidade de São Paulo por volta de 1775, onde residia seu irmão José Vaz de Carvalho, também advogado. Todas as testemunhas de sua habilitação para a Ordem de Cristo atestam a nobreza de sua família (seu pai e avô paterno eram familiares do Santo Ofício) e a ausência de mácula de sangue. Em São Paulo, Miguel Carlos obtivera sucesso profissional, tendo na cidade “banca de letrado” e casara em 1778 com uma “mulher de distinto nascimento”: Francisca Xavier de Castro, filha do negociante reinol André Álvares de Castro e de Maria Ângela Eufrásia da Silva, da família dos Buenos de Ribera estabelecidos em São Paulo desde o século XVI. Em 1779, foi designado ministro interino da Junta de Justiça da capitania. No mesmo ano, aparece como almotacé da câmara de São Paulo. Em 1781, retornou para Lisboa a fim de obter despacho para a secretaria de governo de Goiás, mas não obteve sucesso em seu intento inicial, pois no ano seguinte foi designado para ocupar o mesmo cargo na capitania de São Paulo. Deve-se notar que este era ofício importantíssimo, tornando o bacharel praticamente o braço direito do capitão-general no governo da capitania.²¹¹

Aos trabalhos na secretaria de governo, somaram-se outros na Junta da Fazenda. Miguel Carlos exerceu interinamente o cargo de procurador na junta entre o final de 1786 e o início de 1789, quando teve sua nomeação confirmada pela rainha. O bacharel ocupou o posto durante duas décadas, tendo sido aposentado somente em 1808. Em seu lugar, foi indicado e nomeado no mesmo ano o bacharel de origem paulista José Arouche

²¹⁰ AHU-SP, cx. 6, doc. 13. São Paulo, 3 out. 1775. “Traslado dos autos da averiguação que se fez por testemunhas e documentos na Junta da Real Fazenda da capitania de São Paulo sobre a representação que fez o doutor ouvidor José Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o contrato dos dízimos; e de se dever ressarcir à Real Fazenda dos prejuízos que padeceu e dos lucros que lhe pertencem”. DI, v. 84, p. 167. São Paulo, 12 out. 1779. “Para o doutor Miguel Carlos Aires de Carvalho ser um dos ministros da Junta de Justiça”. DI, v. 31, p. 144-145. Ofício do frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, à rainha d. Maria I. DI, v. 62, p. 14. Censo da cidade de São Paulo (1765).

²¹¹ O vale de Cambra situa-se na região atual do Entre Douro e Vouga, próxima à cidade do Porto. ANTT, HOC, letra M, mc. 30, n. 59. Miguel Carlos Aires de Carvalho. Gen. Paul., v. 1, p. 430. ACMSP, v. 17. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 10. Lisboa, 8 mai. 1782. Ofício do marquês de Angeja à Junta da Fazenda de São Paulo. COUTINHO, Adolfo Tavares. *Castelonenses ilustres*. Vale de Cambra: Ed. do autor, 2010. v. 7, p. 57-59.

de Toledo Rendon (1756-1834)²¹², que desde 1804 já ocupava interinamente o cargo devido às moléstias do procurador antecedente.²¹³

Tesoureiro-geral

No Antigo Regime, os tesoureiros da Real Fazenda desempenhavam funções que iam além da noção contemporânea de administração fazendária. Conhecimento dos mecanismos financeiros, fidelidade ao príncipe e capacidade de fornecer crédito próprio ou alheio às exigências de uma Coroa geralmente deficitária eram atributos que conduziam a escolha dos tesoureiros: “inteligência, fidelidade e crédito”, segundo a fórmula do império espanhol ao início do século XVII. Do ponto de vista político, como aponta Marco Ostoni, a própria escolha dos tesoureiros alterava o equilíbrio entre a Corte e as elites locais, entre o centro e a periferia, assim como os laços entre os poderes governamentais e privados.²¹⁴

A função do tesoureiro enquanto credor mostrava-se de vital importância para a manutenção de empréstimos de curto prazo que pudessem saldar, em uma perspectiva otimista, as diferenças temporais entre a entrada e saída dos fluxos das caixas reais, ou, como era mais comum, atuar como credor da Fazenda. Assim, não era incomum que mercadores, banqueiros e capitalistas fossem chamados a participar diretamente da administração fazendária, gerando até mesmo uma era de “tesoureiros-financistas” no império espanhol. Na França de Luís XIV e na década de 1770, a Coroa dependia do crédito de curto prazo concedido pelos seus contadores.²¹⁵

²¹² Sobre Rendon, ver: LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 88. MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 164-166.

²¹³ O ordenado anual do procurador da fazenda era de 240 mil réis e sua aposentadoria 150 mil. ANRJ, cód. 474, v. 3, fl. 67v-68. São Paulo, 6 jul. 1808. Ofício dos membros da Junta da Fazenda de São Paulo ao príncipe regente d. João. ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 168. Lisboa, 17 jan. 1789. Provisão do visconde de Vila Nova da Cerveira, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 448, v. 14, fl. s.i. Rio de Janeiro, 26 set. 1808. Ofício de d. Fernando José de Portugal, presidente do Erário Régio, para a Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 448, v. 14, fl. s.i. Rio de Janeiro, 15 set. 1808. Ofício de d. Fernando José de Portugal, presidente do Erário Régio, para a Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 473, fl. 43. São Paulo, 11 abr. 1804. Ata de sessão da Junta da Fazenda de São Paulo.

²¹⁴ OSTONI, Marco. *Il tesoro del Re. Uomini e istituzioni della finanza pubblica milanese fra Cinquecento e Seicento*. Napoli: Istituto Italiano per Gli Studi Filosofici, 2010. (Ricerche di Storia Economica, 10). p. 14.

²¹⁵ OSTONI, *Il tesoro del Re*, op. cit., p. 67-69, 183. BOSHER, J. F. *French Finances 1770-1795: From Business to Bureaucracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 11-14.

Por outro lado, muitos tesoureiros utilizavam as receitas recebidas para efetuar empréstimos a terceiros, realizando os pagamentos às caixas reais no último momento e aproveitando-se da liquidez destes fundos para aventurarem-se em operações financeiras. Ademais, as receitas régias conferiam maior confiança aos tesoureiros no estreito mercado de crédito, alavancando a concessão de empréstimos. No Languedoc do século XVII, por exemplo, havia dois caminhos para se tornar um financista: a arrematação de contratos ou a compra de ofícios de fazenda, geralmente o cargo de recebedor ou tesoureiro, que permitia gerir empréstimos com dinheiro régio. A supervisão da Coroa sobre os tesoureiros, por sua vez, era bastante débil. Apenas em caso de falência ou prisão, as contas dos oficiais eram tornadas públicas, permitindo-lhes gerir as finanças da Coroa como se fossem negócios privados. Tendo por lastro os recursos das finanças régias, muitos oficiais colocavam em circulação notas de crédito que circulavam como quase-moedas.²¹⁶

Em Portugal, desde o reinado de Afonso II (1211-1223), havia a proibição, depois incorporada às Ordenações Afonsinas, dos tesoureiros e almoxarifes da Real Fazenda concederem empréstimos com os recursos da Coroa ou alterarem os prazos de pagamento. Entendia-se que tais agentes não possuíam o domínio ou uso da Real Fazenda, não podendo, tampouco, exceder os poderes que lhes haviam sido concedidos. A violação desta lei podia conduzir ao degredo na África por quatro anos.²¹⁷

No caso do império português, com exceção do estudo de Tiago Luís Gil, faltam diversos elementos que comprovem a existência ou não desta prática creditícia dos tesoureiros e recebedores da Real Fazenda. Infelizmente, estas atividades não aparecem nos escritos consultados sobre a Junta da Fazenda paulista. Não obstante, nota-se a importância do tesoureiro-geral enquanto conhecedor, muitas vezes parente, dos homens de negócio locais, potenciais arrematantes dos contratos régios. Assim, o critério da “inteligência” parece inicialmente sobrepor-se ao “crédito”. Na correspondência oficial, a função do tesoureiro-geral é definida com sendo a de receber e despender todas as rendas reais. Devido à importância das somas administradas, as

²¹⁶ BOSHER, *French Finances 1770-1795*, op. cit., p. 11-14. BEIK, *Absolutism and Society in Seventeenth-century France*, op. cit., p. 246-251.

²¹⁷ SAMPAIO, Francisco Coelho de Souza e. *Preleções de direito pátrio particular, oferecidas ao sereníssimo senhor d. João príncipe do Brasil, e compostas por...* 3a. parte. Em que trata do livro segundo das Ord. Filipinas pelo método sintético compedioso demonstrativo. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1794. p. 152-154.

despesas efetuadas pelo tesoureiro deveriam ser realizadas somente por despachos da Junta da Fazenda. O tesoureiro poderia nomear um fiel para auxiliá-lo, indicação que deveria ser aprovada pelo governador e pelo provedor da fazenda. Na década de 1770, com a extinção do cargo de provedor, possivelmente a aprovação passou a depender de outro membro do corpo colegiado da junta.²¹⁸

Uma análise mais detida indica algumas mutações do governo pombalino que buscavam restringir a capacidade creditícia do tesoureiro-geral, realizada de forma subreptícia. Dado que o tesoureiro só poderia realizar gastos com aprovação da Junta fica clara a sua impossibilidade de aproveitar-se da liquidez para realizar empréstimos com os fundos da Real Fazenda. É verdade que o antigo cargo de provedor da fazenda já se encontrava sob supervisão da secretaria de governo no tocante à realização de despesas, mas com a criação das Juntas da Fazenda o tesoureiro será posto sob a supervisão *cotidiana* de uma corporação que não pode controlar e que conhece o fluxo de receitas e despesas da capitania. Ademais, a vigilância era reforçada pelo Erário Régio pela remessa semestral de balanços no método contábil das partidas duplas. Mais uma vez, há continuidades com o cargo de provedor da fazenda, dado que havia igualmente uma supervisão exercida pelo Conselho Ultramarino sobre as contas da capitania. Por outro lado, a ruptura encontra-se na intensidade e eficiência desta vigilância proporcionada tanto pelo emprego da nova forma de escrituração, facilitando o ordenamento e verificação das contas, quanto pelo aumento no número de livros contábeis detalhando as operações.²¹⁹

O primeiro tesoureiro-geral da Junta da Fazenda foi o bacharel **Antonio Fernandes do Vale** (1720-1784), que exerceu o cargo entre 1775 e 1784, possivelmente pela experiência na lide com os contratos da capitania desde 1768. Era filho do capitão Antonio Fernandes do Vale e de Esperança Antonio de São José, ambos reinóis, mas não se sabe se o bacharel nasceu na capitania ou no reino. Vale foi o segundo marido da rica Francisca Xavier Maria de Matos, filha de Gaspar de Matos e Maria da Silva Leite, sendo que casaram em 1763. No censo da cidade de São Paulo de

²¹⁸ ABNRJ, v. 32, p. 148. Bahia, 16 ago. 1766. Relatório do contador-geral Antonio Ferreira Cardoso. DI, v. 34, p. 283-284. São Paulo, 9 nov. 1770. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, para o vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio.

²¹⁹ Uma avaliação sucinta e esclarecedora das mudanças provocadas pelas reformas contábeis encontra-se em ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, *op. cit.*, p. 288-294.

1765, ele aparece como homem de negócios, com cabedal de 5:600\$000 réis e dois caixeiros habitando em sua casa. A riqueza detida pelo casal aparece em oitavo lugar na cidade para o mesmo ano. Foi ainda provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1781-1782. Embora Antonio Fernandes do Vale não tenha ocupado nenhum cargo na câmara paulistana, seu irmão, Francisco Lucas do Vale, ocupou o cargo de almotacé em 1785.²²⁰

Em 1768, Vale aparece como procurador em São Paulo dos contratadores da pesca da baleia. Em 1769, constava como caixa e administrador em São Paulo do contrato das entradas arrematado por importantes negociantes fluminenses (Manuel de Araújo Gomes, Bernardo Gomes Costa e André Pereira de Meireles), além de ser procurador dos mesmos contratadores. Em 1776, aparece como procurador em São Paulo do coronel João de Souza Lisboa, caixa e administrador do contrato dos dízimos e entradas da capitania de Minas Gerais. Foi administrador das entradas do rio Pardo ao início da década de 1770. Arrematou junto com Costa e Meireles, o contrato dos meios direitos do registro de Curitiba para o triênio de 1772-1774 e para o ano avulso de 1775. Alguns tropeiros o acusaram de lhes cobrar indevidamente juros sobre a dívida fiscal dos meios direitos, após o prazo usual de seis meses para pagamento. Consta que emprestou dinheiro a Bartolomeu Bueno da Silva, contratador das passagens de Goiás.²²¹

O GRÁFICO III.1 apresenta as relações de parentesco e sociedade mercantil entre os membros das sociedades de arrematação e agentes da administração fazendária nas décadas de 1770 e 1780. No gráfico, pode ser observada a posição central ocupada por Antonio Fernandes do Vale na articulação direta com contratadores do Rio de Janeiro (três agentes), Minas Gerais (dois agentes) e São Paulo (quatro agentes), além de outro tesoureiro da Junta da Fazenda.

²²⁰ MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas, 3). p. 85. Gen. Paul., v. 2, p. 493-494. DI, v. 62, p. 106. Censo da população de São Paulo (1765). ACMSP, v. 17.

²²¹ DI, v. 19, p. 78. São Paulo, 10 jul. 1768. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, dom Luís Antonio de Sousa, ao conde de Oeiras. DH, v. 2, p. 360, 482-486, 531-535. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 67. Lisboa, 16 mai. 1786. Ofício do marquês de Angeja à Junta da Fazenda de São Paulo. BOSCHI, Administração e administradores no Brasil pombalino, *op. cit.*, p. 94-95, nota 33. GIL, *Coisas do caminho*, *op. cit.*, p. 147-152.

Gráfico III.1. Relações de parentesco e sociedade mercantil entre os agentes fiscais na capitania de São Paulo (déc. 1770-1780)

Sem articuladores principais

Pontos: Verde – Membros da administração fazendária da capitania de São Paulo. Azul – Contratadores da capitania de São Paulo. Amarelo – Contratadores de outras capitanias. Linhas: Espessura maior – irmãos. Espessura média – parentesco por casamento. Espessura menor – procuradores.

Após a morte de Vale em 1784, foi escolhido e nomeado oficialmente dois anos depois para ocupar o cargo um representante seleta da elite paulistana da época: **Francisco Xavier dos Santos** (c.1749/52-1822), filho do capitão e homem de negócio de grosso trato Lopo Santos Serra e de Inácia Maria Rodrigues. Em 1765, casou-se com Maria Teresa Vitória da Silva, filha de Manuel de Macedo e de Escolástica Maria de Matos. A esposa faleceu em 1769, sem deixar filhos. A soma dos cabedais declarados pelas duas famílias dos noivos permite dar uma ideia da riqueza amealhada pelo casal. Em 1765, os Serra e os Macedo detinham o sexto e o nono lugar entre as pessoas mais ricas da cidade. As duas famílias juntas possuíam 11:200\$000 réis, o que virtualmente lhes conferia o terceiro lugar entre os cabedais paulistanos.

Com relação às atividades econômicas, Francisco seguiu os passos do pai, era mercador de “fazendas atacadas, e de várias carregações para diversas partes”. Há notícia de que viajava frequentemente para o Rio de Janeiro, além de ter negócios nas minas de Cuiabá. Também era alfabetizado e possuía cabedal de 2:000\$000 a 2:400\$000 réis. Em 1762, foi almotacé da câmara de São Paulo. A respeito de sua carreira militar, foi cadete (1771), capitão do regimento de dragões auxiliares da capitania (1772), mestre de campo do terço de infantaria auxiliar (1788), coronel de milícia do regimento de infantaria miliciano (1797) e brigadeiro reformado (1813).

O avô materno de Francisco, o capitão-mor Luís Rodrigues Vilarés, natural de Braga e estabelecido em São Paulo, havia feito “muitos serviços a Sua Majestade com considerável despesa da sua fazenda, e isto nos caminhos, e incultos sertões do Cuiabá”. No entanto, nas inquirições para a Ordem de Cristo, o passado de exercício mecânico condenava todos os outros familiares, uma vez que o pai e o avô paterno haviam sido pedreiros e canteiros e a avó paterna “se servia de porta fora”, impedindo a habilitação do paulistano. Com relação aos serviços prestados à Coroa, Francisco contou com a doação daqueles realizados por seu pai, que lhe concedeu por escritura os serviços de capitão de ordenança, juiz ordinário, procurador do Conselho e tesoureiro do cofre dos órfãos na cidade de São Paulo. Contava-se apenas como serviço próprio de Francisco a condução, à sua custa e risco, dos quintos reais da capitania para o Rio de Janeiro em 1772, “o único que mostra[va] digno de atenção”, segundo o parecer da Mesa de Consciência e Ordens. Por fim, em 1778, com dispensa e multa conseguiu obter o hábito

da Ordem de Cristo. No entanto, devido à morte da esposa não pôde realizar as provanças para familiar do Santo Ofício.²²²

Nas outras capitanias, o cargo também foi ocupado por colonos, nascidos na própria América portuguesa ou imigrados desde cedo. Em Minas Gerais, o transmuntano Afonso Dias Pereira, há muito estabelecido na capitania onde atuava no comércio de cativos e de fazendas secas, ocupou o ofício de tesoureiro-geral. Assim como o paulista Francisco Xavier dos Santos, Dias Pereira foi condecorado com um hábito da Ordem de Cristo, obtido com muito custo e esforço nas 12 arrobas de ouro que colocou na Casa de Fundação de Vila Rica. Também possuía patente militar, sendo capitão de ordenança.²²³

O governador como presidente da Junta

Nos impérios ibéricos, percebe-se um movimento pendular no século XVIII fortalecendo o poder dos governadores sobre a Real Fazenda dos domínios americanos. No caso espanhol, a primeira medida de vulto foi a ordem régia de 1751 que conferia aos vice-reis as mesmas atribuições do superintendente geral da Real Fazenda na Espanha, permitindo-lhe arrecadar, administrar e arrendar as receitas da Nova Espanha. Embora a promulgação da *Ordenanza* dos intendentes em 1786 tenha transferido o cargo de superintendente para os intendentes, já no ano seguinte conferiu-se novamente aos vice-reis a autoridade máxima em matéria fiscal nos domínios americanos. Além do regimento dos intendentes, conservava-se o vice-rei no cargo de presidente da Junta Superior de Fazenda.²²⁴

Na América portuguesa, a provisão de 27 de fevereiro de 1673 proibia aos governadores e ministros da fazenda, justiça e guerra do Estado do Brasil a prática do comércio em geral. Destacava-se na provisão, a condenação da interferência sobre o comércio dos navios, o frete do açúcar, o comércio de lojas abertas, o atravessamento de fazendas, a intromissão nos lanços dos contratos da Real Fazenda e os descaminhos dos

²²² ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 67. AHTC, cód. 4061, fl. 249. Lisboa, 16 mai. 1786. Ofício do marquês de Angeja à Junta da Fazenda de São Paulo. Sobre a vida do tesoureiro foram consultadas as seguintes fontes: ANTT, HSO, mc. 109, doc. 1698. ANTT, HOC, letra F, mc. 20, doc. 4. Francisco Xavier dos Santos. Gen. Paul., v. 2, p. 488-489. DI, v. 62, p. 52, 54. Censo da população da cidade de São Paulo (1765). BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 138, 264. LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 76.

²²³ CUNHA, *Minas Gerais, da capitania à província*, op. cit., p. 257-258.

²²⁴ JÁUREGUI, *La Real Hacienda de Nueva España*, op. cit., p. 82-89.

donativos das câmaras. Outra medida, desta vez para todo o reino, foi promulgada em 10 de janeiro de 1678. Este alvará considerava nulos os contratos de sociedade nas rendas reais feitos pelos ministros ou oficiais de justiça, indicando que o problema atingia toda a monarquia e não somente os domínios ultramarinos.²²⁵

Maria de Lourdes Viana Lyra aponta alguns casos de conluio no século XVII nos quais os compradores dos contratos burlavam os leilões, conseguindo que as autoridades fazendárias não aceitassem os lances dos concorrentes. A autora indica também uma lei de 30 de outubro de 1649 que punia conluios graves com multa e degredo na África, mas não aponta se a medida foi aplicada.²²⁶

Em uma medida inédita, a resolução de 26 de novembro de 1709 permitiu a atividade mercantil aos governadores das conquistas. Contudo, em 1720, houve a promulgação de uma ordem régia proibindo o envolvimento comercial de vice-reis, ministros ou oficial de fazenda ou justiça, além de oficiais militares com patentes superiores à de capitão. Entre as proibições constava a interdição de “intrometer-se em lanços de contratos de minhas [d’el-rei] reais fazendas e donativos das câmaras nem desencaminhar direitos”, renovando a medida de 1673.²²⁷

É verdade que a medida mostrou-se claramente irreal. Na prática, os governadores envolveram-se em conluios tanto na arrematação de contratos, quanto na prática de descaminhos. O envolvimento indireto dos governadores e oficiais régios nas arrematações realizadas nas capitanias permaneceu ao longo de todo o século. Algumas vezes, houve provas vivas de envolvimento direto, chegando a figurar como arrematantes. Em Minas Gerais, o provedor da fazenda e o governador aparecem como sócios de contratos de entradas dos caminhos da capitania na década de 1720.²²⁸

Por outro lado, salvo o breve período de 1709 a 1720, a inserção dos governadores das capitanias como presidentes das juntas de fazenda alterava as recomendações da Coroa desde 1673. Os casos de interferência informal dos governadores nos contratos haviam sido provavelmente reduzidos com os leilões realizados em Lisboa. A partir da década de 1760, ao colocar os governadores como

²²⁵ CCLP (1683-1700), suplemento, p. 481. SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de um dicionário jurídico, teórico, e prático...* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825. v. 1, verbete “Contrato”.

²²⁶ LYRA, *Os dízimos reais na capitania de São Paulo*, op. cit., p. 52-54.

²²⁷ DH, v. 80, p. 269-274. Lisboa Ocidental, 29 ago. 1720. Ordem régia de d. João V.

²²⁸ ANTEZANA, *Os contratadores dos caminhos do ouro...*, op. cit., p. 81.

presidentes das juntas, a Coroa também procedia contra a tradicional separação de poderes da fazenda, justiça e defesa existente na organização inicial do Estado do Brasil. A gestão da Real Fazenda já era não mais jurisdição exclusiva dos provedores.

Também no âmbito do governo da justiça, houve o crescimento do poder dos governadores. Em 1775, ordenou-se a criação da Junta de Justiça na capitania de São Paulo. Ela era composta pelo governador, cinco juízes, que eram ministros letrados da cidade de São Paulo e arredores, e o ouvidor-geral de São Paulo, que atuava como juiz relator. Assim, como na Junta de Fazenda, o governador possuía voto de qualidade nas sentenças proferidas pela Junta de Justiça. A jurisdição desta junta abarcava uma grande quantidade de casos: desobediência formal aos superiores e deserção de soldados e oficiais, casos de sedição, rebelião e crimes de lesa majestade, crimes contra o direito natural e das gentes e resistências às justiças estabelecidas para a paz pública. A junta poderia processar e pronunciar os réus destes crimes. Ao que parece, tais julgamentos eram bastante rápidos, pois versavam sobre ações sumaríssimas, nas quais predominavam processos verbais, com prazos menores e dispensa de formalidades, inclusive quanto ao número de testemunhas nas devassas.²²⁹

Com a criação das Juntas da Fazenda, a própria figura de governador era agora transpassada pela sobreposição de funções, que geravam ambiguidades de jurisdição. Se houve um crescimento do poder dos governadores sobre as matérias fiscais, este poder somente poderia ser exercido no âmbito da corporação. O governador “separado da mesma Junta, nenhuma jurisdição tem nas dependências concernentes à Real Fazenda, mas sim nos negócios políticos, civis, e militares que são da sua competência, e nos quais se não deve intrometer a Junta”, escreve o marquês Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, em 1792.²³⁰ A importância das Juntas da Fazenda era tamanha nas capitanias que se lhes permitiu compartilhar o tratamento de “Majestade”, antes utilizado somente pelos governadores. Também havia a ideia de que a junta possuía jurisdição própria, na qual os governadores não poderiam se intrometer, segundo a orientação do próprio Erário Régio.²³¹ No entanto, o governador era simultaneamente o presidente da junta,

²²⁹ DI, v. 43, p. 27-29. Salvaterra de Magos, 14 jan. 1775. Carta régia sobre a criação de uma Junta de Justiça em São Paulo.

²³⁰ ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 175-175v. Lisboa, 17 jul. 1792. Ofício do marquês de Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda do Maranhão.

²³¹ APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil Colonial: a administração de Luís da Cunha Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788)*. Dissertação (Mestrado em História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1998. p. 157. LEITÃO,

indicando a ambiguidade jurisdicional existente nas representações das juntas contra os governadores, encaminhadas ao Real Erário.

Até mesmo operações bastante simples, como abrir o saco de cartas recebido do Erário Régio, deveriam ser realizadas no âmbito da junta. Luís da Cunha Meneses, quando governador de Goiás, foi repreendido por descumprir esta ordem. O mesmo capitão-general foi criticado por pagar os soldos vencidos de oficiais e militares com o dinheiro dos quintos, que sempre deveriam ser remetidos para Lisboa. Diante de tantos limites à sua ação, Meneses confessava-se ser, por vezes, “um inato espectador sem determinação alguma”, o que deve ser visto com suspeita devido às suas ações na junta da fazenda mineira.²³²

Em alguns casos específicos, quando os governadores encarnavam suas figuras de generais, podiam sobrepor-se às prerrogativas das juntas. Se por acaso os governadores recebessem instruções particulares, que eram dirigidas em segredo e geralmente relacionadas à defesa imperial, a junta somente poderia aquiescer a realização das despesas necessárias para as instruções recebidas.²³³ Promulgada inicialmente em 1771, a medida foi reiterada em 1792.²³⁴ Despesas de caráter extraordinário exigiam medidas de caráter similar, tornando a junta mera executora de ordens. A dubiedade dos governadores no governo das armas e na Real Fazenda de certa forma espelhava, no plano das capitanias, as incongruências já apontadas entre a separação da Secretaria da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e o Erário Régio.

Como tais medidas fossem excepcionais, os governadores em seu cotidiano administrativo tentavam burlar os controles e limites das juntas. O capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha foi acusado de realizar pagamentos de despesas sem despacho da junta, apenas por portarias ao almoxarife e tesoureiro das despesas miúdas, que eram seus criados. O autor anônimo de um libelo da época dizia que “o

Ruben Andresen. *A importância do fundo do Real Erário para a história do Brasil*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1972. (Subsídios para a história portuguesa, v. 11). p. 26.

²³² Vila Rica, 19 abr. 1784. Ofício de Luís da Cunha Meneses à rainha d. Maria I. In: APARÍCIO, *Governar no Brasil Colonial*, op. cit., p. 384-386.

²³³ DI, v. 14, p. 298. Rio de Janeiro, 14 jun. 1771. “Método, que se pratica nesta Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro (...)”.

²³⁴ ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 44. Lisboa, 24 jul. 1792. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

governador e seus criados eram senhores dos rendimentos da capitania, e que a Junta da Fazenda foi em seu tempo inútil”.²³⁵

Não era raro, tampouco, que os governadores, mesmo no curto período em que residiam na América, tivessem seus apadrinhados, direcionando os leilões dos contratos de acordo com seus interesses. No mesmo panfleto citado anteriormente, o capitão-general era acusado de querer reservar o contrato da passagem do Cubatão, próximo à vila de Santos, para Joaquim Manuel da Silva e Castro, “seu amigo e sócio”. A designação do contratador aponta laços de amizade e uma provável sociedade mercantil. Segundo a denúncia, Martim Lopes alterou as condições do contrato no dia do leilão, o que não foi aceito pela Junta da Fazenda, realizando-se a venda em outra ocasião. De fato, Silva e Castro, coronel das tropas auxiliares na cidade de São Paulo, aparece como arrematante do contrato da passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar para o triênio de 1778 a 1780. Contudo, o apoio não se manteve no triênio seguinte (1781-1783), quando o contrato da passagem foi arrematado por Bonifácio José de Andrada, capitão da vila de Santos e pai dos irmãos Andrada.²³⁶ Anos depois, em 1804, outro capitão-general reconhecia que os governadores, como presidentes da junta, buscavam “patrocinar afilhados”, em vez de procurar o aumento no preço dos contratos.²³⁷

Os poderes dos governadores sobre os leilões de contratos dependiam inclusive de regalias obtidas por algumas capitanias, conforme a carta régia e as instruções que formavam a base jurídica das respectivas Juntas da Fazenda. Em Minas Gerais, por exemplo, o capitão-general poderia escolher um dos arrematantes conforme lhe parecesse “mais capaz de arrematar”, ainda que por valor menor do que o obtido no contrato anterior.²³⁸ Em São Paulo, segundo as instruções de 1775, o presidente da junta poderia dar preferência a um negociante em detrimento de outro na arrematação de um contrato quando entendesse que o negociante preterido tivesse menos crédito e menos cabedais, ainda que tivesse oferecido um lance maior. A medida poderia ser empregada quando os lances já tivessem atingido o “justo preço”. Se o presidente da junta

²³⁵ BNRJ, Mss. I-29, 18, 12. São Paulo, 24 abr. 1782. “Comportamento de Martim Lopes Lobo de Saldanha, sendo governador de São Paulo”. fl. 8.

²³⁶ BNRJ, Mss. I-29, 18, 12. *Ibidem*, fl. 9v.

²³⁷ DI, v. 94, p. 221-222. São Paulo, 27 out. 1804. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, a Luís de Vasconcelos e Souza, presidente do Erário Régio.

²³⁸ Vila Rica, 6 mar. 1788. Ofício de Luís da Cunha Meneses a Martinho de Melo e Castro. In: APARÍCIO, *op. cit.*, p. 430.

concedesse o contrato ao negociante menos abonado, havia a possibilidade de que este administrasse mal e não pagasse suas dívidas para com a Real Fazenda.²³⁹

Percebe-se assim como o governador enquanto presidente da junta atuava como um elemento central na organização das arrematações. Em primeiro lugar, definindo o que era o “justo preço” a ser alcançado nos lances dos contratos. O próprio encerramento do leilão pelo governador, uma vez obtido o que se entendia por “justo preço”, poderia ocasionar a exclusão de outros comerciantes na obtenção de um contrato.²⁴⁰ Em segundo lugar, mesmo após realizado o leilão, era permitido ao governador excluir arrematantes na concorrência dos contratos. Assim, a ideia de que os contratos deveriam atingir um valor máximo durante os leilões não corresponde à realidade do funcionamento institucional das juntas. Em última instância, a solvência dos contratadores, conforme avaliada pelo presidente da junta, poderia ser um critério definidor na escolha dos arrematantes.

A DINÂMICA DA JUNTA

Na carta régia de 1774, que instituiu a Junta da Fazenda de São Paulo, havia apenas a indicação sobre a regularidade das sessões: duas sessões por semana para matérias deliberativas e sessões extraordinárias quando necessárias. As instruções dirigidas no ano seguinte ao novo governador da capitania também não esclarecem sobre este tópico.²⁴¹ Em realidade, a Coroa portuguesa criou um enquadramento regulatório apenas *a posteriori*, conforme se apresentavam os conflitos e dúvidas acerca do funcionamento das juntas. Outra forma de contornar a ausência normativa era aplicar resoluções estabelecidas para outras juntas. A junta paulista, por exemplo, seguiu alguns regulamentos da junta do Rio de Janeiro, em 1771, e até mesmo do Maranhão, em

²³⁹ DI, v. 43, p. 19. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jan. 1775. “Instruções que El-Rei manda dar sobre a administração e arrecadação da Fazenda Real na capitania de São Paulo”.

²⁴⁰ Este exemplo ocorreu na própria capitania de São Paulo, com a exclusão de Manuel de Oliveira Cardoso no leilão do contrato dos dízimos para o triênio de 1774 a 1777. Mesmo com os lances maiores deste último contratador, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, então governador da capitania, encerrou o leilão, dando o contrato a Manuel José Gomes. Ver *infra* cap. 4, seção 1.

²⁴¹ DI, v. 43, p. 11-12. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jul. 1774. Carta de D. José I para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ordenando a criação de uma Junta de administração e arrecadação da Real Fazenda para a capitania.

1804.²⁴² No entanto, não havia um regulamento geral para todas as juntas da América portuguesa, indicando a adequação a cada realidade local, como ocorrera na própria composição dos membros das juntas.

As sessões da junta deveriam sempre ser realizadas com assistência pessoal do governador, “para se poderem decidir os negócios que nela se tratarem com a madureza, e circunspecção que pedirem as suas diferentes naturezas”, mas os procedimentos tomados na ausência dos outros membros da junta eram matéria suscetível de discussão.²⁴³ Em 1771, o marquês do Lavradio aconselhava o governador paulista a realizar os assentos da junta sem substituir o deputado ausente. Apenas em caso de falecimento outra pessoa poderia ter voto no lugar do faltante.²⁴⁴ Com o tempo, a medida mostrou-se impraticável, admitindo-se as ausências e estabelecendo-se um número mínimo de membros, assim como regras para a substituição. Nas ordens relativas à Junta da Fazenda do Maranhão seguidas na capitania de São Paulo, indica-se, em 1792, que “a falta accidental de um ou dois deputados em qualquer sessão, não carece ser substituído, porque o presidente com dois deputados pode fazer junta, e despachar”. Também se ordenava que as substituições ocorressem apenas nos “impedimentos dilatados”. No entanto, um membro não poderia representar outro membro da junta, como, por exemplo, o contador-geral servir no lugar do tesoureiro-geral.²⁴⁵

Em 1805, a Contadoria Geral apontava que os ministros ausentes poderiam ser representados extraordinariamente por oficiais designados de forma interina. Assim, por exemplo, o contador-geral da junta, que também era considerado o inspetor do tesouro, poderia ser representado por um simples contador. Contudo, havia entre os membros da junta a dúvida se o contador teria ou não direito de voto durante as sessões. A Contadoria Geral considerou que neste caso o contador possuía voto igual aos

²⁴² DI, v. 33, p. 18-24. São Paulo, 15 jul. 1771. “Ordem [do governador da capitania] para a Junta da Real Fazenda se guiar pelo que se faz no Rio de Janeiro”. ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 175-175v. Lisboa, 17 jul. 1792. Ofício do marquês de Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda do Maranhão. A provisão para a Junta da Fazenda do Maranhão, emitida em 1792, deveria ser observada “na parte que fo[sse] aplicável” na Junta da Fazenda de São Paulo, segundo uma provisão de 12 de dezembro de 1804. Cf. ANRJ, cód. 473, fl. 97v-98. São Paulo, 19 dez. 1806. Ata da sessão da Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁴³ AHTC, cód. 4061, fl. 167-168. Lisboa, 18 jun. 1777. Provisão do marquês de Angeja, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

²⁴⁴ DI, v. 14, p. 296. Rio de Janeiro, 12 jun. 1771. Ofício do vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio, ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão.

²⁴⁵ ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 175-175v. Lisboa, 17 jul. 1792. Ofício do marquês de Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda do Maranhão.

demais membros. Portanto, na ausência de um dos membros da junta havia duas possibilidades: realizar a reunião com um número reduzido, respeitando o limite mínimo, ou substituir o membro ausente.²⁴⁶

Tem-se, amiúde, a ideia de que os governadores eram “uma força absoluta de poder”, sendo os funcionários e membros da junta “impotentes perante as arbitrariedades dos governadores”, como descreve Ruben Andresen Leitão.²⁴⁷ De forma mais sutil, Dauril Alden destaca a distância entre a teoria e a prática como fonte da preponderância dos governadores. Segundo o autor, em tese, os membros da junta possuíam parecer de peso igual nas deliberações, mas na prática as juntas eram dominadas pelos governadores.²⁴⁸ Segundo a perspectiva aqui apresentada, ainda que os vice-reis e capitães-generais assim o quisessem, havia, contudo, alguns limites e obstáculos ao seu arbítrio decorrentes tanto do próprio desenho institucional da junta, quanto das resistências oferecidas pelos outros funcionários régios.

As matérias discutidas na junta eram decididas por pluralidade de votos. O presidente iniciava a sessão apresentando o tema a ser discutido, em outros casos eram expostas, por alguns membros deputados, duas representações com visões opostas sobre as quais era necessário deliberar. Os votos dos deputados eram dados pela ordem de antiguidade de cada membro. Ao final, o presidente dava seu parecer e emitia seu voto. Em caso de empate entre os votos, exceto o do governador, poderiam ser realizados dois processos. Se não houvesse necessidade de decisão régia, o governador escolhia uma das opiniões apresentada, tendo, assim, voto de Minerva. Já antes da criação das Juntas da Fazenda, a proeminência do voto do governador era indicada nas ordens de uma junta criada em Salvador para supervisionar a arrecadação do donativo para a reedificação de Lisboa, pois se dizia que “na dita junta se decidirá por pluralidade de votos, sendo o meu [do vice-rei] de qualidade nos casos de empate”.²⁴⁹ No caso da Junta da Fazenda, se houvesse dois pareceres contrários a uma matéria e apenas um favorável, o presidente da junta poderia escolher este último, tendo força deliberativa. No caso de ser matéria grave, os pareceres eram encaminhados ao Erário Régio, onde

²⁴⁶ AHTC, cód. 4062, fl. 87-88. Lisboa, 1º mar. 1805. Ofício da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental, e Ásia Portuguesa ao príncipe regente d. João.

²⁴⁷ LEITÃO, *A importância do fundo do Real Erário para a história do Brasil*, op. cit., p. 18.

²⁴⁸ ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, op. cit., p. 282.

²⁴⁹ ABNRJ, v. 31, p. 253. Bahia, 14 set. 1757. Ofício do vice-rei conde dos Arcos para Tomé Joaquim da Costa Corte Real.

seriam dados à Sua Majestade, para resolver o que lhe parecesse mais conveniente.²⁵⁰ O grande problema era que não havia nenhuma definição da gravidade dos temas debatidos na junta. Desta forma, é provável que boa parte das decisões ficasse a cargo do governador, corroborando a opinião de Dauril Alden. No entanto, esta preponderância do governador era permitida pela própria estrutura institucional da junta, inexistindo uma divisão entre teoria e prática proposta pelo autor.

Em casos urgentes, em “resolução sobre negócio que não admit[isse] demora”, e quando o parecer do presidente redundasse em empate de votos, permitia-se que a junta adotasse o voto do governador, dando conta ao Erário Régio dos outros pareceres. Percebe-se que este conselho do Erário somente poderia ser seguido quando a junta fosse realizada com quatro membros, caso contrário, com três ou cinco deputados, o voto do governador sempre permitiria o desempate. Aliás, esta parecia ser justamente a função do voto do governador, uma vez que os oficiais da Junta da Fazenda maranhense perguntavam “se o voto do presidente deve[ria] ter vigor em outro caso que não [fosse] o de desempate”.²⁵¹

Quando as juntas foram criadas, é verdade que os governadores possuíam maior liberdade, podendo até mesmo adotar resoluções contrárias a elas, desde que o governador considerasse a medida conveniente ao “Real Serviço”. À junta caberia somente elaborar e enviar uma representação ao Erário Régio, conforme se depreende das práticas seguidas na Junta da Fazenda fluminense em 1771, a serem seguidas pela capitania de São Paulo.²⁵² Em 1784, a despeito da oposição de dois membros da Junta da Fazenda de Minas Gerais, o governador tomou resolução oposta e entregou o contrato das entradas a José Pereira Marques, acusado de não ter recursos suficientes para honrar o pagamento do contrato.²⁵³ Um dos opositores à medida do governador, Tomás

²⁵⁰ Conferir os seguintes exemplos: ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 68-68v. ANRJ, cód. 447, v. 1, fl. 47. Lisboa, 20 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras a Junta da Fazenda de São Paulo. AESP, ordem 243, cx. 16, pasta 1, doc. 16. São Paulo, 10 nov. 1804. Ata de sessão da Junta da Fazenda. ANRJ, cód. 473, fl. 24-24v. São Paulo, 9 set. 1803. Ata da sessão da Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 473, fl. 97v-98. São Paulo, 19 dez. 1806. Ata da sessão da Junta da Fazenda de São Paulo. AHTC, cód. 4062, fl. 87-88. Lisboa, 1º mar. 1805. Ofício da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental, e Ásia Portuguesa ao príncipe regente d. João.

²⁵¹ ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 175-175v. Lisboa, 17 jul. 1792. Ofício do marquês de Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁵² DI, v. 14, p. 298. Rio de Janeiro, 14 jun. 1771. “Método, que se pratica nesta Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro (...)”.

²⁵³ MAXWELL, *A devassa da devassa*, op. cit., p. 162. APARÍCIO, *Governar no Brasil colonial*, op. cit., p. 152-154.

Antonio Gonzaga, ouvidor de Vila Rica e membro da junta mineira, registrou o episódio nas *Cartas Chilenas*:

As leis do nosso reino não consentem,
que os chefes deem contratos, contra os votos
dos retos deputados que organizam a Junta da Fazenda,
e o nosso chefe
mandou arrematar ao seu Marquêsio
o contrato maior, sem ter um voto,
que favorável fosse aos seus projetos.

Gonzaga aponta ainda o conluio entre o governador e o arrematante:

Daria [o chefe] este contrato ao bom Marquêsio,
este grande contrato,
sem que houvesse
de paga equivalente ajuste expresso?²⁵⁴

Com o tempo, restringir o poder dos governadores aos limites das juntas pareceu ser a medida mais prudente aos olhos da Coroa portuguesa, alterando o ordenamento anterior de poderes existente nas juntas. Ao início do século XIX, o governador não poderia adotar uma resolução contrária ao parecer de todos os vogais da junta, ou seja, ele só poderia emitir um voto que estivesse de acordo com pelo menos um dos pareceres apresentados pelos outros membros da corporação. Também o governador não poderia adotar uma medida oposta à empregada pela junta. Em 1802, por exemplo, o governador paulista suspendera uma arrematação, anteriormente autorizada pela junta, da antiga fazenda de Arassariguama, proveniente do espólio dos jesuítas, colocando o contrato sob administração direta da Real Fazenda. O príncipe regente escrevera expressamente a Antonio Manuel de Castro e Mendonça, então capitão-general da capitania, que ele deveria se “conformar com o que se decidi[sse] pelo maior número de votos”.²⁵⁵

Mesmo em uma estrutura colegiada, que tornava coletiva a responsabilidade pelos atos da junta, a Coroa buscou proteger a responsabilidade dos outros deputados, que não o governador. Em casos sobre despachos de pagamentos, por exemplo, os membros que não estivessem de acordo sobre a sua realização poderiam realizar um

²⁵⁴ GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas chilenas*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863. p. 135-136.

²⁵⁵ AHTC, cód. 4061, fl. 427-428. Lisboa, 23 mar. 1802. Provisão régia para o governador capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

termo em separado contendo os pareceres favoráveis e desfavoráveis dos vogais da junta a respeito da resolução tomada. Este termo seria anexado às contas de despesa encaminhadas ao Real Erário.²⁵⁶

É preciso averiguar o alcance da responsabilidade dos funcionários régios na época pombalina e reformista, pois se pode incorrer em anacronismos da nossa visão contemporânea a respeito da burocracia fiscal, especialmente a separação entre a esfera privada e a pública. As extensas relações dos membros da Junta com a sociedade local, especialmente as familiares, não eram condenadas pelo Estado português. De todos os membros deputados estudados, apenas os governadores e os ouvidores não eram casados com filhas da elite local, os primeiros pela curta estadia na colônia e algum preconceito da nobreza portuguesa e os segundos pela necessidade de permissão régia para contraírem matrimônio na América. Os contadores-gerais apesar de se envolverem em milícias, câmaras e misericórdias não estabeleciam vínculos parentais diretos na capitania. Os cargos de tesoureiro-geral e de procurador da Coroa e Fazenda, por se conservarem em mãos da elite colonial paulista, eram naturalmente aqueles que apresentavam laços de parentesco bastante extensos.

Um aspecto particularmente notável era os vínculos familiares destes membros com os maiores contratadores de impostos da capitania. O procurador da Coroa e Fazenda Miguel Carlos Aires de Carvalho, por exemplo, era irmão de José Vaz de Carvalho, cunhado de Manuel Joaquim da Silva e Castro (irmão do contratador Joaquim Manuel) e de sua esposa Gertrudes Maria de Oliveira, por sua vez, filha de Salvador de Oliveira Leme e cunhada de Paulino Aires de Aguirre. Ademais, Miguel Carlos era ainda cunhado de Maria Fausta Miquelina de Araújo Azambuja, sobrinha de Manuel Antonio de Araújo e provável filha de Manuel de Araújo Gomes. Os dois tesoueiros-gerais Antonio Fernandes do Vale e Francisco Xavier dos Santos eram casados respectivamente com a filha e a neta de Gaspar de Matos e de Maria da Silva Leite. Francisco era cunhado de José Vaz de Carvalho e de Manuel Antonio de Araújo. Vale era cunhado de Escolástica Maria de Matos e Manuel de Macedo, cujas filhas eram casadas com José Vaz de Carvalho, Francisco Xavier dos Santos e Manuel Antonio de Araújo. Em suma, sob duas famílias da capitania lideradas por André Álvares de Castro e Gaspar de Matos

²⁵⁶ ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 44. Lisboa, 24 jul. 1792. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

entrelaçavam-se, mediante vínculos construídos especialmente pelas esposas, os principais contratadores e funcionários da Junta da Fazenda (GRÁFICO III.1).²⁵⁷

Os governadores foram particularmente atentos aos perigos destes laços familiares, que minavam a eficácia dos leilões de contratos de tributos. Ao possuírem membros de suas famílias na junta, os contratadores obtinham acesso a informações privilegiadas sobre os contratos, favorecendo a formação de conluíus. Em 1780, o capitão-general paulista reclamava ao presidente do Erário Régio o vazamento de informações pelo tesoureiro-geral Antonio Fernandes do Vale e pelo procurador da Coroa e Fazenda João de Sampaio Peixoto: “Não estou satisfeito com estes [Vale e Peixoto], porque tudo o que se passa na Junta se revela na cidade e como está é composta de corrompidos, que costumam corromper aos que vêm desse reino, sendo uma das coisas mais impossíveis deixar de ser assim”. O governador Martim Lopes pedia a suspensão do bacharel e a nomeação de outro sem a necessária aprovação da junta. Segundo afirmava com algum exagero o governador, a junta não aceitaria um novo tesoureiro porque Vale possuía controle sobre a corporação. Apesar da denúncia, nada foi feito e Vale continuou no cargo até o seu falecimento, em 1784.²⁵⁸

Também havia casos de relação de parentesco dentro da própria instituição fazendária. Em Minas Gerais, ao início do século XIX, três membros da junta eram parentes próximos: o contador era cunhado do tesoureiro-geral e o juiz dos feitos da Coroa era irmão deste último. O governador da capitania reclamava, com razão, que não haveria caso de votos contrários, dado que apenas um dos membros, o procurador da Coroa, não possuía vínculo de parentesco e poderia emitir parecer contrário.²⁵⁹

Outra forma mais branda de vínculo entre contratadores e funcionários da junta era atuar como procurador ou administrador de um dado contrato. Na Bahia, o tesoureiro-geral Inocêncio José da Costa foi recriminado pelo Erário Régio por assinar o termo de arrematação do contrato dos dízimos sendo procurador de um dos arrematantes, além de também ser administrador do mesmo contrato. O Erário Régio

²⁵⁷ Gen. Paul., v. 1, p. 429-430; v. 2, p. 488-494.

²⁵⁸ DI, v. 43, p. 339-341. São Paulo, 19 jun. 1780. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao marquês de Angeja.

²⁵⁹ CUNHA, *Minas Gerais, da capitania à província, op. cit.*, p. 280-281.

aceitou este caso, proibindo-o em situações futuras, e impediu o tesoureiro de continuar no cargo de administrador do contrato.²⁶⁰

Salvo em casos específicos como o mencionado, a Coroa aplicava medidas tão tênues para separar o envolvimento dos funcionários da junta nos negócios da Real Fazenda que são praticamente uma confissão de sua aquiescência na matéria. Em 1792, por exemplo, a junta maranhense inquiria a Contadoria sobre como proceder quando os assentos da junta envolvessem, de alguma maneira, os membros deputados. No entender do Erário, o funcionário envolvido simplesmente deveria ausentar-se da sessão para que os outros votassem “livremente o que entende[ssem]”.²⁶¹

Por fim, além dos conflitos internos à junta, havia também a possibilidade de oposição de interesses entre as juntas e o Erário Régio, fato admitido pelos próprios representantes da alta burocracia. Assim escreve o marquês de Vila Nova da Cerveira, então presidente do Erário, em 1792: “Que a rainha minha senhora tendo consideração a que podem haver casos em que as direções dessa Junta, posto que tomadas por pluralidade de votos sejam contrárias às ordens régias, e prejudiciais ao real serviços”.²⁶² Também a oposição poderia advir do alto escalão do Erário Régio. Em Lisboa, os contadores-gerais emitiam pareceres favoráveis ou contrários às ações das juntas. A Junta da Fazenda de Goiás, por exemplo, foi condenada por utilizar livremente os recursos do quinto do ouro para as despesas com os índios xavantes.²⁶³ Em Minas Gerais, a junta era constantemente acusada de ser conivente com as dívidas do quinto do ouro e dos contratos de tributos, agindo particularmente com “condescendência e benignidade” na cobrança das dívidas do contratador João Rodrigues de Macedo. Em 1788, o secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, dizia que a junta cuidava apenas dos “particulares interesses dos seus afilhados”.²⁶⁴

²⁶⁰ AHTC, cód. 4220, fl. 159-160. Lisboa, 21 mai. 1795. Provisão à Junta da Fazenda Real da capitania da Bahia.

²⁶¹ ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 175-175v. Lisboa, 17 jul. 1792. Ofício do marquês de Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda do Maranhão.

²⁶² ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 44. Lisboa, 24 jul. 1792. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁶³ LEITÃO, *A importância do fundo do Real Erário para a história do Brasil*, op. cit., p. 20.

²⁶⁴ APARÍCIO, *Governar no Brasil Colonial*, op. cit., p. 147. MAXWELL, *A devassa da devassa*, op. cit., p. 116, 172-174.

4. Considerações finais

Como analisado neste capítulo, o legado da época áurea da capitania paulista seria a existência de elites mercantis locais sem fortes vínculos entre si e restritas primordialmente aos espaços de poder das câmaras, irmandades de misericórdias e milícias, instituições de *status* em uma sociedade bastante desigual na distribuição das riquezas. Estas elites seriam substituídas apenas no último quartel do século com o falecimento de antigos comerciantes, o nascimento e a imigração de novos agentes. Sob as políticas pombalinas, o governo do morgado de Mateus na década de 1760 fomentaria a renovação econômica, militar e administrativa da capitania. No mosaico de partes do império, os novos tempos assinalavam outra integração de São Paulo ao tráfico marítimo no Atlântico, agora livre sem o regime de frotas, assim como outra relação na região centro-sul da América portuguesa devido à redução da importância econômica das minas e ao acréscimo do peso militar paulista no Rio da Prata.

Para além dos atributos pessoais e do gênio difícil do morgado de Mateus, os desafios externos nas fronteiras imperiais e aqueles internos decorrentes do reordenamento dos vassalos paulistas trouxeram a necessidade da formação efetiva de uma esfera regional de governo na capitania, que contrariava as tendências centrífugas existentes em períodos anteriores. O controle dos potentados locais era uma condição essencial para instauração de uma esfera regional de poder estatal na capitania. Por sua vez, entende-se que a subordinação e o direcionamento das elites locais com estratégias de nobilitação por mercês e de participação nos poderes locais eram insuficientes para a sustentação de um governo próprio da capitania.

Esta nova arquitetura institucional seguia duas linhas principais: o estabelecimento de uma nova relação entre o governo da capitania e os poderes locais, especialmente câmaras e milícias, e o estabelecimento de instituições regionais de poder. As intervenções realizadas no domínio fiscal durante o governo de d. Luís Antonio de Souza eram particularmente adequadas às transformações no sistema granular de poderes, que conservava ainda caracteres pré-estadualistas.

Conforme o modelo surgido ao início dos Setecentos, as tropas pagas e fortificações do litoral foram criadas para a defesa das minas e a ocupação meridional até a Colônia de Sacramento. O sistema militar paulista dependia das receitas fiscais da

tributação sobre o sal, no plano da própria capitania, e das consignações enviadas pelo Rio de Janeiro. A incerteza e precariedade de um e de outro recurso levaram à busca de novas formas de financiamento pelo governador quando se promulgou o reordenamento das tropas auxiliares ao início de 1766, medida que visava a uma maior disciplina da gente de guerra para os conflitos platinos. Este novo financiamento passava pelo redirecionamento e conservação do “novo imposto”, criado para a reedificação de Lisboa após o terremoto. Embora não fosse seu objetivo inicial, a manutenção do tributo agia como um fator de controle e direcionamento das câmaras, tanto no plano político, ao reduzir a atuação dos “republicanos”, quanto no plano econômico, ao sinalizar que as instituições locais deveriam contribuir para o fomento das riquezas na capitania. Desta forma, com apenas um cajado o governador interferia nos dois pilares do poder local, mitigando suas tendências centrífugas e autônomas.

Da perspectiva da lógica de negociação pré-existente, as mudanças residiam no declínio da cultura fiscal de cariz consensual constituída na primeira metade do século XVIII por intermédio do Conselho Ultramarino, no plano central, e das juntas de governo, no plano regional. Com a questão do novo imposto o governador alterou a finalidade original do tributo, impedindo que fosse extinto após dez anos, e transformara as reuniões com os procuradores das vilas nas juntas de governo em um simulacro do consentimento dos “povos”. Agindo desta forma, o morgado de Mateus indicava a substituição das práticas de negociação pelo exercício da autoridade pura e simples. Por outro lado, a ruptura destes espaços temporários e intermitentes de negociação também se daria pelo repúdio das câmaras ao acordado pelos procuradores, como mostrava o caso de Paranaguá. Para além do mero contexto regional, estas alterações só puderam ocorrer devido à anulação do Conselho Ultramarino, após a criação do Erário Régio, enquanto um espaço essencial de negociação fiscal das câmaras com o soberano na administração central do império.

As relações políticas entre o governador e as câmaras paulistas estabelecidas ao longo da questão do novo imposto constituiriam uma experiência negativa para os vassalos paulistas sob o declínio da cultura fiscal pré-estadualista. No entanto, de uma perspectiva longínqua, tratava-se de uma vivência importante na construção de uma identidade política própria, configurando relações de força antagônicas no espaço regional de poder então em formação.

Com relação ao estabelecimento de instituições regionais de poder, a criação da Junta da Fazenda paulista teria importância evidente no plano fiscal, mas seguindo algumas especificidades. A própria ideia de junta indicava a aplicação de antigas formas de governo que não haviam vingado no modelo pré-estadualista dos Seiscentos. Por sua oposição aos conselhos, as juntas eram consideradas como alternativas críticas ao antigo paradigma político. Assim, no processo de construção de um modelo estadualista de governo durante o reinado josefino, as juntas auxiliariam na difusão de uma concepção instrumental do poder, mais próxima à ideia de razão de Estado do que o antigo governo sinodal e jurisdicionalista.

Enquanto um novo espaço de distribuição de poderes nas capitanias-gerais, as juntas eram parte de um processo mais amplo, observado desde o início do reinado de d. José I, de inserção das elites mercantis em instituições colegiadas e consultivas na administração imperial. Não obstante as intenções comuns, nada era muito planejado. A própria criação e recriação das juntas de fazenda com diferentes finalidades, regimentos e composições nas capitanias indicavam o caráter não-linear da construção do poder regional. Por sua vez, este aspecto incerto estimulou um elevado grau de aprendizagem institucional do governo imperial, tornando-o permeável às especificidades e aos interesses de cada capitania e gerando, desta forma, arranjos múltiplos de poder no modelo absolutista. Ademais, contra a ideia de mudanças repentinas, observa-se que a construção institucional das juntas foi um processo de longa duração, iniciando-se em 1761 e terminando apenas em 1779 com o decreto privativo sobre as despesas e pagamentos da Real Fazenda. A ausência de muitas questões no regimento das juntas tornava-as ainda mais suscetíveis à política de acertos e erros direcionada pelo olhar atento das Contadorias-Gerais e de outras autoridades metropolitanas em Lisboa.

Com relação à composição das Juntas da Fazenda, a relativa diversidade espacial e temporal também predominou, permitindo o envolvimento de novos atores e a reconfiguração de poder de antigos agentes na gestão das capitanias. No caso paulista, os contadores-gerais tiveram um papel restrito na difusão de relações mais racionais e impessoais. Garantia-se o aprumo das contas, sua racionalidade instrumental, mas os próprios agentes envolveram-se e enraizaram-se em instituições do poder local, agindo como os antigos magistrados da colônia. Os cargos de tesoureiro-geral e procurador da Fazenda permitiram o acesso dos paulistas à administração fazendária, sendo os

tesoureiros relevantes na aquisição de informações sobre as condições econômicas dos homens de negócio locais e possíveis contratadores. Por outro lado, como era de esperar, tais cargos permitiram às elites locais obterem algum grau de controle sobre a arrematação dos contratos e outras decisões da Junta da Fazenda pela expansão de suas redes informais.

Um ponto principal da organização das juntas referia-se à atuação dos governadores como presidentes das instituições, alterando a recomendação secular que apartava o poder castrense da administração fazendária. Ademais, essa expansão também se observava no plano jurídico com a criação das Juntas de Justiça. Com o cargo de presidente, os governadores podiam definir o justo preço dos contratos e alterar os resultados dos leilões, nem sempre respeitando a regra do maior lance, mas a solvência provável dos arrematantes. Assim, os governadores tornaram-se os olhos do rei e do Erário para avaliar o "justo preço" dos contratos, em um aspecto fundamental da "boa" administração da Real Fazenda que era a atração dos melhores negociantes "mais abonados e industriais" para as arrematações. No contexto de regimentos limitados, era inevitável o surgimento de ambiguidades jurisdicionais referentes às fronteiras de poder do governador enquanto presidente da Junta da Fazenda, bem como no tocante à independência da própria instituição e dos outros membros colegiados.

Além da relação com os poderes locais e da criação da Junta da Fazenda, havia outros elementos a considerar nesta arquitetura de poderes. Como será visto no próximo capítulo, a política pombalina de arrematação dos contratos régios nas capitanias atuou como uma força contrária, fortalecendo essa mesma elite, um tanto compósita ainda, que desafiava os intentos de ordenamento do capitão-general.

Capítulo 4. Poder regional e contratadores, 1761-1789

A reforma do Erário Régio empreendida por Pombal não resultou apenas em uma maior racionalização da administração fazendária, mas igualmente em uma nova divisão imperial quanto à arrematação dos contratos. Saíam de cena o Conselho Ultramarino e a hegemonia dos contratadores reinóis. A ordem do conde de Oeiras estipulava que os leilões de arrematação pelas Juntas da Fazenda ocorreriam “no caso de não terem sido arrematados nesta corte pelo Conselho Ultramarino”.¹ Na prática, porém, a queda do número de contratos arrematados em Lisboa pela instituição foi vertiginosa, passando a maior parte dos contratos para as juntas, segundo o número total de contratos para os quinquênios: 28 (1760-1764), 13 (1765-1769) e 5 (1770-1774). Apenas o contrato do sal foi arrematado pelo Conselho entre 1774 e 1789.² É verdade que os contratadores reinóis ainda mantiveram sob controle restrito os estancos do tabaco, da pesca da baleia e do sal.

Contudo, na perspectiva pombalina, o financiamento das companhias de comércio, de manufaturas e do próprio governo deveria contar agora como prioridade para as elites mercantis do reino. Assim, a arrematação da miríade de contratos da América portuguesa passaria às mãos das elites coloniais existentes em cada capitania,

¹ ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 25v. Ofício do conde de Oeiras à Junta da Fazenda de São Paulo.

² AHU, Conselho Ultramarino, cód. 215-216. Livros de termos de arrematação de contratos reais do Conselho Ultramarino, 1744-1792. 2v. AHU, Conselho Ultramarino, cód. 219-222. Livros de assentos e fianças dos contratos reais do Conselho Ultramarino, 1671-1790. 4v.

impulsionadas pelas Juntas da Fazenda morosamente criadas nas décadas de 1760 e 1770. Além disso, a criação da Companhia Geral do Maranhão e Grão-Pará (1755) e da Companhia de Comércio e Navegação de Pernambuco e Paraíba (1759) não significou uma política comercial restritiva para toda a América portuguesa, especialmente para as capitanias meridionais. O alvará de 10 de setembro de 1765 abolia o regime das frotas e o alvará de 2 de junho de 1766 permitia o comércio entre as capitanias, que antes contavam apenas com o regime de frotas entre Lisboa e a Bahia ou entre aquela e o Rio de Janeiro.³

A política de diversificação agrícola, a maior liberdade do comércio marítimo e o amplo reordenamento militar forneceram bases renovadas para a inserção das elites coloniais no quadro imperial português. Contudo, a delimitação destes espaços de poder econômico e político não estava definida, ocasionando alianças e conflitos entre as elites regionais, elas mesmas ainda pouco formadas, na construção do seu poder e na aquisição de novas fontes de acumulação fiscal e mercantil. Em São Paulo, ao lado do crescimento das milícias, já tratado anteriormente, houve a construção de um grupo de arrematantes envolvidos com os contratos da capitania, aspecto inexistente em períodos anteriores. Com raras exceções, já analisadas no segundo capítulo, o surgimento de grupos mercantis articulados aos contratos das capitanias era um fato novo, quando muitos haviam no máximo se aventurado em contratos municipais de corte de carne, construção de obras públicas ou fornecimento de aguardente e vinhos da terra. Conforme será visto, muitos destes contratadores eram negociantes reinóis estabelecidos há longa data nas localidades, especialmente na cidade de São Paulo. É bastante provável que estes comerciantes tenham sido duplamente beneficiados pela interação entre a arrematação dos contratos em São Paulo e um maior dinamismo econômico decorrente da liberalização do comércio marítimo da capitania.

A formação de um grupo de contratadores da capitania envolvia aspectos externos relativos às disputas com outros grupos regionais, bem como internos referentes à capacidade de hierarquização do corpo mercantil paulista. Os governadores, por meio das instituições fazendárias, destacaram-se enquanto árbitros de grupos mercantis, alterando as condições de concorrência dos leilões e entrando em conflito com os setores excluídos. Ao mesmo tempo, a dimensão regional de poder do Estado

³ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, op. cit., p. 191.

imperial era também objeto e alvo das estratégias de acumulação econômica e política das elites mercantis, que construíam redes envolvendo funcionários da fazenda, da justiça e até mesmo do alto clero. Sem se proceder à análise “externa”, ou seja, entre as diferentes capitanias, deixa-se de considerar a permeabilidade entre as elites mercantis regionais, traçando um quadro distorcido do poder obtido pelos contratadores paulistas. Por sua vez, não abordar as diferenças entre os estratos mercantis atuantes dentro da capitania resultaria em indicar uma homogeneidade inexistente. Trata-se, enfim, de considerar os aspectos complexos da construção regional dos grupos mercantis, não os tomando como estruturas dadas de antemão, mas como um processo de longo prazo e pouco linear.

1. Diferenciação interna: os contratos dos dízimos

Ao final do governo de d. Luís Antonio de Sousa, o reinício dos conflitos meridionais no rio da Prata provocou o aumento dos gastos militares. Em 1774, o marquês de Pombal permitiu a utilização dos quintos do ouro e as rendas dos bens confiscados aos jesuítas, que sempre deveriam ser remetidos para Lisboa, para o pagamento das tropas.⁴ Com resultados concretos apenas no governo seguinte, uma nova promessa de ajuda da Junta da Fazenda fluminense também foi realizada. Ao novo capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha coube o reordenamento das sete companhias existentes das tropas pagas em um regimento regular. Para financiar o empreendimento a Coroa portuguesa prometeu a velha ajuda do Rio e a consignação do contrato da pesca da baleia, além dos rendimentos da provedoria. Também criou uma legião de tropas ligeiras, os “Voluntários Reais”, de mil homens em tempos de paz e 1.600 em tempos de guerra.⁵

⁴ BNRJ, Mss. 21, 3, 20, fl. 111. Lisboa, 30 jun. 1774. Ofício do marquês de Pombal a Junta da Fazenda de São Paulo.

⁵ DI, v. 43, p. 29-52. Salvaterra de Magos, 14 jan. 1775. “Instrução militar para Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania de São Paulo”.

Tabela IV.1. Despesas da capitania de São Paulo (1762-1768, 1776)

(em réis)

	1762	1763	1764	1765	1766	1767	1768	1776
Folha eclesiástica	11:508\$450	9:404\$980	7:554\$537	4:749\$338	9:984\$369	10:443\$573	7:995\$235	7:859\$120
Folha militar	15:466\$444	16:238\$514	23:316\$571	8:352\$284	11:496\$699	16:877\$413	18:182\$589	15:062\$420
Folha civil	5:066\$280	1:517\$911	551\$666	1:169\$498	3:458\$818	3:799\$515	3:520\$772	7:781\$849
Fortificações	2:128\$521	405\$718	743\$481	70\$826	780\$740	2:419\$962	3:508\$986	4:926\$480
Despesas extraordinárias	2:493\$290	1:450\$030	482\$510	782\$587	954\$576	400\$740	1:564\$441	
Despesas com arrecadação	91\$730	169\$540	95\$000	69\$637	88\$935		170\$660	
Real Casa de Fundição	5:815\$110	1:146\$059					100\$000	
Expedição do Ivaí							8:671\$145	
Praça do Iguatemi								13:800\$000
Regimentos vindos do sul								76:789\$496
	42:569\$825	30:332\$752	32:743\$765	15:194\$170	26:764\$137	33:941\$203	43:713.828	126:219\$365

(%)	1762	1763	1764	1765	1766	1767	1768	1776	1776*
Folha eclesiástica	27,0	31,0	23,1	31,3	37,3	30,8	18,3	15,9	6,2
Folha militar	36,3	53,5	71,2	55,0	43,0	49,7	41,6	30,5	11,9
Folha civil	11,9	5,0	1,7	7,7	12,9	11,2	8,1	15,7	6,2
Fortificações	5,0	1,3	2,3	0,5	2,9	7,1	8,0	10,0	3,9
Despesas extraordinárias	5,9	4,8	1,5	5,2	3,6	1,2	3,6	0,0	0,0
Despesas com arrecadação	0,2	0,6	0,3	0,5	0,3	0,0	0,4	0,0	0,0
Real Casa de Fundição	13,7	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
Expedição do Ivaí	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19,8	0,0	0,0
Praça do Iguatemi	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27,9	10,9
Regimentos vindos do sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	60,8
	100	100	100	100	100	100	100	100,0	100,0

Nota

O ano em destaque (1776*) inclui as despesas com os regimentos vindos do sul.

A classificação das despesas consta dos documentos originais e não foi alterada.

Fontes

1762-1768 – BNRJ, Mss. 21, 3, 21. Livro de registro de contas das despesas realizadas na capitania de São Paulo. 1762-1768.

1776 – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.2.3, Co. Ultr. v. 32, fls. 220v-223. São Paulo, 16 nov. 1776. "Cálculo da despesa anual da capitania de São Paulo (...)".

Contudo, não tanto a criação da legião, mas o retorno das tropas enviadas para o sul foi o verdadeiro *tour de force* para as finanças da capitania. Até então, havia a presença recorrente de déficits nas contas da capitania desde a década de 1730, com valores que nunca passaram de 10:000\$000 réis. Porém, em 1776, a despesa excedia a receita em 79:000\$000 réis, sendo que 76:000\$000 réis eram provenientes de despesas realizadas com as tropas meridionais (61% das despesas totais). Também é verdade que naquele ano os gastos da praça do Iguatemi quase atingiram o montante da despesa ordinária com a folha militar (TABELA IV.1).

A sangria dos recursos fiscais foi de tal alcance que ao final de 1777 restavam em cofre apenas 188\$000 réis, exigindo a suspensão de diversos pagamentos.⁶ Em 1780, as tropas dos dois regimentos da capitania não haviam ainda trocado de fardamento desde sua criação cinco anos antes e recebiam apenas metade dos soldos, ameaçando a disciplina e obediência dos seus oficiais. No ano seguinte, muitos soldados desertaram para outras capitanias e os que sobravam nem podiam servir devido a sua “nudez”. Até mesmo os ordenados do bispo e do vigário geral, pagos com o rendimento certo dos dízimos, estavam em perigo.⁷

As receitas da capitania não conseguiram acompanhar os novos dispêndios. O aumento de recursos só poderia ser obtido de três formas: a utilização das rendas enviadas para Lisboa, a pressão fiscal sobre as câmaras e a obtenção de preços maiores nos contratos arrematados na capitania. Restava apenas a última opção, pois a primeira dependia da boa vontade de Pombal e a segunda era politicamente pouco factível, uma vez que as câmaras já estavam sobrecarregadas com o novo imposto, tampouco era permitido aos capitães-generais criar outros tributos. Um aumento dos valores nos contratos, por sua vez, iria depender do bom êxito da política concorrencial estabelecida pelas Juntas da Fazenda com relação aos contratadores, dado que os contratos eram adjudicados em hasta pública. O governador era um elemento essencial, pois atuava como presidente da Junta e, por baixo do pano, poderia apoiar os contratadores do seu interesse, especialmente nos leilões dos contratos.

O exemplo da arrematação dos contratos dos dízimos na capitania paulista na década de 1770 é emblemático a respeito das diferentes condutas dos governadores

⁶ DI, v. 43, p. 181-184. São Paulo, 18 out. 1778. Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha a rainha d. Maria I.

⁷ DI, v. 43, p. 349-350. São Paulo, 14 set. 1780. DI, v. 43, p. 377-378. São Paulo, 10 abr. 1781. Ofícios de Martim Lopes Lobo de Saldanha a Martinho de Melo e Castro.

com relação às elites locais. A partir de 1765, o contrato dos dízimos foi arrematado pela Junta da Fazenda paulista. Até 1771, sem interrupções, Manuel de Oliveira Cardoso foi o principal contratador (ago. 1765-jul. 1766) ou atuou como fiador dos arrematantes Manuel José da Encarnação (ago. 1766-jul. 1767), Manuel Soares de Carvalho (ago. 1767-jun. 1768) e Inácio Borges da Silva (jul. 1768-jun. 1771).

Manuel de Oliveira Cardoso (1711-1795) era negociante de origem minhota, natural do Porto, veio ao Rio de Janeiro com doze anos e fixou-se por fim em terras paulistas em 1730, onde abriu uma loja de fazendas secas. De início foi caixeiro, depois teve cabedal próprio e enviava fazendas e escravos para as minas. Atuava também no Rio de Janeiro e em Rio Grande. Em 1733, casou com Manuela Angélica de Castro, filha do mercador Tomé Álvares de Castro (1685-1772), também originário da região do Minho. Iniciou sua participação na câmara da cidade a partir de 1739, como procurador do conselho, sendo depois vereador (1742 e 1751), assim como pertenceu à Irmandade do Santíssimo Sacramento (após 1733, provedor em 1751), à Ordem Terceira da Penitência de São Francisco (a partir de 1742, ministro em 1742-1743) e à Santa Casa de Misericórdia (provedor entre 1749-1750 e 1761-1762). Também foi tesoureiro da Bula da Santa Cruzada (1741-1747).

Seu pedido de habilitação à Ordem de Cristo foi realizado em 1746, obtendo êxito. Não se sabe exatamente quando entrou para as ordenanças, sendo promovido a sargento-mor e, depois, a capitão-mor em 1761. Era um dos pouquíssimos da cidade de São Paulo a possuir fortuna acima de 8:000\$000 réis, que por fim não teve destino, por não ter filhos, sendo posto seu legado em hasta pública em 1817. Na época de d. Luís Antonio de Sousa e de Martim Lopes, sua posição estava mais do que consolidada na cidade, notando este último o “eminente comerciante” Cardoso. Atrás apenas de Paulino Aires de Aguirre, arrematou 22 contratos entre 1764 e 1792 na capitania de São Paulo, segundo os cálculos de Maria Lucília Araújo.⁸

O comerciante **Manuel Soares de Carvalho** possuía negócios em Goiás e Cuiabá, onde viveu antes de se fixar em São Paulo. A partir de 1736, firmara longa sociedade com dois irmãos comerciantes, também reinóis, Matias e André Álvares Vieira de Castro,

⁸ BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 119, 139, 147, 162, 178-179, 181, 238-239, 295-297. ACMSP, v. 11 e 13. MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 211. ARAÚJO, Contratos régios e contratadores da capitania de São Paulo, op. cit., p. 19.

levando escravos e fazendas para Goiás. Foi almotacé da câmara (1756) e depois vereador (1759), também pertenceu à Ordem Terceira da Penitência de São Francisco (1757). Na época da arrematação foi classificado como sargento-mor. Seu inventário de 1772 não era dos mais opulentos, o patrimônio líquido era de 2:329\$692 réis e consta que morreu solteiro.⁹

Manuel José da Encarnação (1730-?) era proveniente do Porto e veio aos doze anos para a América, primeiro morou com parentes em um arraial na região de Mariana, depois se fixou em São Paulo. Possuía uma venda de comestíveis e pertenceu à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Pelo ofício modesto de vendeiro apenas conseguiu ser procurador da câmara paulistana. Foi fiador de José Antonio da Silva na compra do contrato da aguardente arrendado pela câmara em 1771. Em 1798, já viúvo, aparecia como morador da cidade de São Paulo e vivia de “cobranças que faz de negócio que teve”.¹⁰

Todos os arrematantes do contrato dos dízimos entre 1765 e 1771 estavam estabelecidos na cidade de São Paulo. Certamente neste caso a participação de Cardoso na arrematação dos contratos foi mais uma estratégia de diversificação dos negócios, do que propriamente uma alavanca para acumulação de cabedal. Ademais, a atuação de fiador aponta o *status* conferido ao negociante, abalizando os lances dos contratadores oficiais de menor importância econômica e social. No entanto, embora no caso de Manuel Soares de Carvalho seja factível a atuação de Cardoso como fiador, a arrematação do contrato dos dízimos por Manuel José da Encarnação, um simples vendeiro, permite levantar a hipótese de que este seria apenas um testa-de-ferro do negociante. Este aspecto é confirmado pelo relato posterior do escrivão da Fazenda que indicava ser o próprio Cardoso quem realizava os pagamentos dos contratos dos dízimos entre 1765 e 1771.¹¹

A influência de Cardoso e seus sequazes sobre o contrato dos dízimos foi abalada pelo surgimento de novos comerciantes igualmente interessados. Entre 1771 e 1774, o contrato dos dízimos foi arrematado por Manuel José Gomes, tendo Manuel Teixeira

⁹ BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 97-98, 139, 162, 166, 205, 208-209, 216, 281.

¹⁰ BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 39, 165, 168. CÂMARA, Leandro Calbente. *Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 86. AESP, Maços de População, São Paulo, 1798, fl. 14v

¹¹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 30, doc. 2680. São Paulo, 1o out. 1774. Carta do provedor da fazenda José Honório de Valadares e Aboim para d. José I.

Coelho como fiador. Segundo relato posterior de Cardoso, Manuel José da Encarnação, que haveria de dar o lance para o contrato em nome de Cardoso, desistiu de última hora de participar do leilão, deixando que o contrato fosse arrematado por Manuel José Gomes.¹²

Manuel José Gomes (1737-?) era mercador na cidade de São Paulo e compadre de Jerônimo de Castro Guimarães, que o iniciou nos negócios pelo ofício de caixeiro. Conforme aponta Pablo Mont Serrath, seguindo as informações de Laima Mesgravis, o negociante também “foi tesoureiro real da Casa de Fundição (1770 e 1774), provedor da Santa Casa de Misericórdia (1774-1775), sargento-mor de Mogi-mirim (1775), ajudante de ordenanças de São Paulo (1778) e tenente-coronel do 1º Regimento de Cavalaria, além de ter exercido cargos na câmara de São Paulo”. Aparece como fiador de Luís Manuel de Abreu na arrematação do corte do açougue da câmara paulistana em 1769. Caiu em desgraça no governo de Martim Lopes, quando foi acusado em 1781 de ser o autor da denúncia realizada pelos edis paulistanos à rainha sobre os desmandos do capitão-general. Também era acusado de ter falsificado a petição e as assinaturas dos outros oficiais da câmara, que foram considerados inocentes (o juiz ordinário alferes Antonio de Freitas Branco, o procurador José Gomes de Barros Sandim, os vereadores alferes Manuel Rodrigues Jordão e Mateus da Silva Bueno). Manuel Gomes foi enviado para uma prisão em Santos pelo governador, até que a rainha determinasse o castigo. Em 1798, menciona-se um sargento-mor Manuel José Gomes, proprietário de 17 escravos, casado com Josefa Maria do Espírito Santo e que vivia de “cobranças de negócio que teve” e de uma chácara.¹³

O contrato para o triênio 1774-1777 foi colocado em hasta pública em 25 de junho de 1774. Mais uma vez, Manuel de Oliveira Cardoso realizou os maiores lances, rebatendo o de outros arrematantes, até a quantia de 26:400\$000 réis. No entanto, Manuel José Gomes cobriu o último lance em 40\$000 réis Jerônimo de Castro

¹² AHU-SP, cx. 6, doc. 13. São Paulo, 3 out. 1775. “Traslado dos autos da averiguação que se fez por Testemunhas e documentos na Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo sobre a representação que fez o Dr. Ouvidor José Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o Contrato dos Dízimos; e de se dever ressarcir à Real Fazenda dos prejuízos que padeceu e dos Lucros que lhe pertencem”. fl. 5-5v.

¹³ BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 205. MONT SERRATH, *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada*, op. cit., p. 211. MESGRAVIS, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, op. cit., p. 87. CÂMARA, *Administração colonial e poder*, op. cit., p. 87. TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *História da cidade de São Paulo no século XVIII*. v. 2: 1765-1801. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951. 1ª parte, p. 67-68. AESP, *Maços de População*, São Paulo, 1798, fl. 39.

Guimarães¹⁴ e Manuel Teixeira Coelho, também homens de negócio estabelecidos em São Paulo, eram os sócios de Gomes na arrematação.

O português **Jerônimo de Castro Guimarães** (1717-1793), originário do Minho, havia empregado Manuel José Gomes como caixeiro. Referenciado ora como vendeiro, ora como mercador, vez ou outra viajava a negócios ao Rio de Janeiro. Estabelecer-se na cidade de São Paulo em 1735, onde iniciou como caixeiro, recebendo orientação do negociante José da Silva Ferrão. Era membro da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco (1745) e da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1752). Tentou o hábito do Santo Ofício em 1750. Depois, foi almotacé (1756) e procurador (1758) da câmara, além de obter a patente de sargento-mor. Na Santa Casa de Misericórdia foi provador no período de 1762-1763. Segundo Maria Aparecida Botelho, casou-se já idoso com Ângela da Silva Padilha, Laima Mesgravis, contudo, afirma que o negociante era casado com Margarida de Jesus, filha de Lourenço Castanho Vidigal. Arrematou o contrato de aguardente da câmara na década de 1750 e foi responsável pela construção das “casinhas”, o mercado público da cidade, recebendo seu aluguel por dois anos depois da inauguração em 1773. Martim Lopes repudiou a nomeação de Guimarães para juiz de órfãos na câmara de São Paulo em 1779, por indicação do ouvidor Estevão Gomes, dizendo ser indivíduo leigo e “do mais escuro nascimento”. Faleceu em Sorocaba no ano de 1793, deixando o patrimônio líquido elevado de 14:158\$400 réis segundo seu inventário em 1798 (a título de comparação, em 1765 constava como negociante de cabedal de 1:600\$000 réis).

Voltando ao caso da disputa do contrato dos dízimos, o porteiro da junta fechou o leilão do contrato, a despeito das reclamações do capitão Antonio Fernandes do Vale¹⁵ e

¹⁴ BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 40, 76, 81, 109, 138, 161, 164, 172-173, 175, 208. MESGRAVIS, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, op. cit., p. 83. MOURA, Denise Soares de. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822). *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 261-290, 2005, p. 270. TAUNAY, *História da cidade de São Paulo no século XVIII*, op. cit., 1ª parte, p. 64.

¹⁵ Arrematou junto com **Bernardo Gomes Costa**, importante homem de negócios do Rio de Janeiro, o contrato dos meios direitos do registro de Curitiba para o triênio de 1772-1774 (junto ainda com André Pereira de Meireles, capitão do Rio de Janeiro e sócio regular de Bernardo) e para o ano avulso de 1775. Além do registro de Curitiba, Bernardo Gomes Costa realizou ainda diversas arrematações em Minas Gerais e Rio Grande, sendo que seus primeiros contratos datam de 1768. Com relação aos contratos arrematados no Centro-Sul, estava atrás apenas do lisboeta Inácio Pedro Quintela, tendo arrematado 15 contratos entre 1768 e 1791 no valor total 952:000\$000 réis. MESGRAVIS, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, op. cit., p. 85. ARAÚJO, A política tributária na periferia do império português, op. cit., p. 4. p. 4. DH, v. 2, p. 482-486, 531-535. GUIMARÃES; PESAVENTO, Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro colonial, op. cit., p. 14-17.

de Manuel de Oliveira Cardoso que tentaram em vão lançar valores maiores, até de 28:000\$000 réis. Cardoso entrou na casa da Junta e protestou ao governador d. Luís Antonio de Sousa, porém sem conseguir desfazer a venda do contrato, posto que a Junta da Fazenda, no entender do governador, estava satisfeita com o valor lançado por Manuel José Gomes e que arcava com o prejuízo por não vender os dízimos sob o maior lance. O negociante ofendido prometeu representar a questão ao rei. A conduta do morgado de Mateus não estava completamente errada, posto que o lanço superasse a arrematação do triênio anterior em 1:640\$000 réis. Mas sem dúvida alguma, o governador interferiu na concorrência entre os lançadores, buscando paradoxalmente impedir a volta do monopólio de Manuel de Oliveira Cardoso sobre o contrato dos dízimos e com isso manter as condições de concorrência do leilão com a existência de diversos lançadores.

Ademais, segundo um atestado do escrivão da fazenda, quando fora contratador entre 1765 e 1771, Manuel de Oliveira Cardoso fazia os pagamentos com atraso, devendo por quase dois anos o pagamento de uma parcela anual do contrato e era preciso pedir recorrentemente as quantias para as cômputas dos religiosos a serem pagas.¹⁶ A conduta do ex-contratador não deixava de ser um tanto oportunista, pois o contrato ficou em praça pública por 48 dias. Os novos arrematantes ofereceram o maior lance em 14 anos. Segundo o governador, Cardoso tinha o apoio do bispo falecido “de que era muito valido” e o respeito do seu posto de capitão-mor, impedindo que outros se atrevessem a concorrer com o negociante nos lances dos contratos. Trata-se do bispo fr. Antonio da Madre de Deus Galvão, falecido em 1764. Depois o bispado foi ocupado pelo cônego Manuel José Vaz (1764-1769) e pelo arcediogo Mateus Lourenço de Carvalho (1769-1772). É bem possível que tendo o apoio de Madre de Deus, Cardoso tivesse influência sobre seus sucessores. O novo bispo, fr. Manuel da Ressurreição, assumiria o posto na capital apenas em 1774.¹⁷ A proteção do antigo bispo Galvão ao contratador Cardoso era relevante, uma vez que boa parte do rendimento dos dízimos era aplicada diretamente no pagamento da cômputa e da ajuda de custo do bispado.¹⁸

As razões apontadas por d. Luís Antonio de Sousa ao marquês de Pombal destacam a prontidão dos novos contratadores em realizarem os pagamentos, e até

¹⁶ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 30, doc. 2680. São Paulo, 1º out. 1774. Carta do provedor da fazenda José Honório de Valadares e Aboim para D. José I.

¹⁷ Apont. hist., v. 1, p. 138.

¹⁸ DI, v. 19, p. 74-76. Santos, 8 jul. 1765. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

mesmo adiantamentos à necessitada Real Fazenda, frente ao já velho negociante, amigo do bispo, devedor e rabugento – “era remisso nos seus pagamentos, pagava quando queria, e enfadava-se de lho pedirem”. Em seguida, havia a maior facilidade de arrecadação dos dízimos pelos mesmos contratadores do triênio anterior. As geadas haviam destruído parte das plantações e as expedições sobrecarregaram os moradores que permaneceram em suas localidades, havendo diversas dívidas dos dízimos ainda por serem cobradas. Ademais, arrematando-se o contrato por um valor muito alto seria muito prejudicial aos habitantes da capitania, já onerados pelo novo imposto e pelo subsídio literário, caso os novos contratadores cobrassem um valor muito elevado nas avenças (acordos) com os lavradores. As razões humanitárias do governador parecem um tanto postiças, mas se percebe claramente uma tentativa de romper com o monopólio de um único negociante sobre a arrematação do contrato dos dízimos, monopólio este obtido por meios não-econômicos, o que na prática impedia o crescimento do valor do contrato ao afastar os concorrentes nos lanços.¹⁹

A situação era ainda mais espinhosa, pois envolvia o provedor interino da Junta da Fazenda, José Gomes Pinto de Moraes. Originalmente este era ouvidor da cidade de São Paulo, mas desde o afastamento do antigo provedor da fazenda e desafeto do governador, José Honório de Valadares e Aboim, seguia como provedor interino e membro corrente da Junta da Fazenda. Segundo denúncia de d. Luís Antonio de Sousa, Moraes para obter maior influência e a licença de casamento junto ao novo bispo Fr. Manuel da Ressurreição prometeu arrendar o contrato dos dízimos ao afilhado do bispo, justamente o capitão-mor Manuel de Oliveira Cardoso. Também era acusado de buscar maior influência aos negociantes ligados à família da futura esposa, filha do coronel Francisco Pinto do Rego.

Este **Francisco Pinto do Rego** (†1775) era natural de Santos e ligado aos Leme, filho do capitão André Cursino de Matos e Ana Pinto da Silva, neto materno de Diogo Pinto do Rego, capitão-mor, governador de São Vicente e São Paulo. Foi capitão-mor (1721) e coronel dos auxiliares (1737) de Mogi das Cruzes e Jacareí, conduzindo a suas custas as tropas para o socorro da Colônia do Sacramento. Foi ordenado cavaleiro fidalgo da casa real em 1750 e provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1757-1758. Casou-se com Escolástica Jacinta Ribeiro de Góis e Moraes. No governo do morgado de

¹⁹ AHU-SP, cx. 6, doc. 6. São Paulo, 4 nov. 1774. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao marquês de Pombal. Também foram consultados os documentos anexos.

Mateus, ajudou a organizar a expedição do sertão do Tibagi e foi guarda-mor das minas de Juqueri. Em 1765, possuía o cabedal de 4:800\$000 réis. No governo de Martim Lopes, o filho e os sobrinhos de Francisco Pinto do Rego custearam as companhias de cavalos destacadas para o exército, onde tinham parentes, inclusive Rafael Pinto Bandeira. A genealogia de Silva Leme não indica os filhos do casal.²⁰

Realizada a venda do contrato dos dízimos para outros arrematantes, sem que o ouvidor reclamasse coisa alguma, o bispo se irritara, ainda mais porque todos os ramos já tinham sido vendidos, quando prometera o ramo da vila de Santos a um compadre seu, Manuel Nunes. A partir de então, o bispo e o ouvidor passaram a pedir a anulação da arrematação, bem como a serem inimigos do governador. O ouvidor, segundo o morgado, perseguiu os novos contratadores depois do seu governo, impedindo-os até mesmo de realizarem queixas no Rio de Janeiro e mandara prender um dos arrematantes. Pior ainda, colocara a Junta da Fazenda contra os negociantes. Segundo as palavras do ex-governador:

Com a minha ausência daquela capitania tanto se declarou o ódio do dito ouvidor que persuadido de que eu neste reino o poderia malquistar e fazer-lhe perder aquelas esperanças prometidas, que assentou por único remédio botar a perder aos contratadores para que se não queixassem no Rio de Janeiro e a mim para que não pudesse ser [fl. 3] ouvido neste reino, que entrou a formar na junta em que tinha toda a influência as maiores máquinas, fazendo prender no segredo ao oficial maior da mesma junta, tirando o contrato aos arrematantes, prendendo a um deles, negando-lhes todo o recurso, e até os passaportes para buscarem modo de vida em outra capitania; intimidando testemunhas, e fazendo outros excessos de que se mostra que ao ouvidor o não ocupava o zelo da utilidade da Real Fazenda, que aqueles contratadores tinham aumentado, mas sim a vingança de eles terem lançado aquele maior preço contra vontade dele ouvidor que queria que ninguém lançasse para poder dar aquele contrato ao capitão-mor seu íntimo o mesmo por diminuto preço, em obséquio do exmo. Bispo de que se capacitava estar dependente a sua fortuna.²¹

Com efeito, a perseguição expulsou os arrematantes indesejados. Constatou-se somente uma nova arrematação por Manuel José Gomes das passagens dos rios Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino para o triênio de 1775-1777, em sociedade com o capitão José Gonçalves Coelho, estabelecido na cidade de São

²⁰ Gen. Paul, v. 2, p. 189. MESGRAVIS, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, op. cit., p. 82. DI, v. 28, p. 43-47. São Paulo, 2 mar. 1776. Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha a Martinho de Melo e Castro.

²¹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 21, doc. 2767, fl. 2v-3. Lisboa, 29 jul. 1777. Carta do ex-governador d. Luís Antonio de Sousa para d. Maria I. Sobre o episódio conferir também MONT SERRATH, *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada*, op. cit., p. 212.

Paulo.²² Jerônimo de Castro Guimarães e Manuel Teixeira Coelho não constam em mais nenhuma outra arrematação posterior.

A rede estabelecida entre o negociante Cardoso, o novo bispo e o ouvidor tentava subverter a ordem “concorrencial” imposta pelo capitão-general para a arrematação dos contratos. Manuel de Oliveira Cardoso desejava manter sua posição elevada entre os negociantes paulistanos e as relações próximas com o bispado, afastando aqueles que desafiassem seu *status quo*. O novo bispo tentou demarcar firmemente sua posição entre os estratos dominantes da capitania. A articulação foi realmente rápida, pois chegara a São Paulo em março de 1774, apenas quatro meses antes da arrematação dos dízimos, sobre a qual prometera mundos e fundos a seus novos apadrinhados. Mesmo antes de chegar à cidade requisitou a Martinho de Melo e Castro o antigo Colégio dos Jesuítas para sua residência, local então ocupado pelo governador, o que já era um prenúncio das divergências seguintes.²³

Por sua vez, o ouvidor Moraes não tergiversou em sobrepor seus interesses particulares e pecuniários, afinal o casamento era também um negócio por conta do dote, à defesa dos interesses da Real Fazenda. Era muito difícil uma isenção da junta nas arrematações realizadas quando um dos seus membros mais importantes possuía vínculos tão fortes com as partes interessadas. O ouvidor foi um dos poucos amigos do novo governador Martim Lopes, o qual escrevera a Martinho de Melo e Castro para apressar a licença de casamento. Contudo, após padecer de uma inflamação no peito, o ouvidor veio a falecer em fevereiro de 1777 sendo substituído por José Carlos Pinto de Sousa, juiz de fora em Santos. Ao contrário do anterior, este ouvidor entraria em atritos com o governador Martim Lopes, sendo afastado já ao final do ano seguinte. O ouvidor seguinte Estevão Gomes Teixeira permaneceria mais tempo, ocupando o cargo até 1782. Já em 1780, o bispo e Teixeira eram aliados contra os desmandos de Martim Lopes, induzindo os oficiais da câmara paulistana a enviarem uma representação à rainha sobre os “maus” modos do governador. Bem se vê a transitoriedade destas alianças, que uma hora apoiavam e noutra repudiavam os capitães-generais.²⁴

²² DH, v. 2, p. 528-531.

²³ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, op. cit., p. 278-279.

²⁴ CAMPOS, Dulce de. O governo do capitão general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 117, p. 3-50, 1948, p. 17-18. TAUNAY, *História da cidade de São Paulo no século XVIII*, op. cit., v. 2, 1ª parte, p. 40, 65, 2ª parte, p. 84-85.

Contudo, antes de sua morte, o ouvidor Moraes realizara uma averiguação logo após a saída de d. Luís Antonio de Sousa do governo. O ouvidor pedia a anulação da arrematação do contrato dos dízimos e o ressarcimento da Real Fazenda. A cópia do auto, realizado em julho de 1775, chegaria às mãos de Martinho de Melo e Castro somente depois de fevereiro do ano seguinte. No Erário Régio, a questão, notificada pelo ouvidor, foi analisada pelos oficiais da contadoria responsável pela capitania de São Paulo. Estes aconselharam anular a arrematação dos dízimos, colocando-os sob administração direta da Real Fazenda até o final do triênio, quando se procederia a um novo leilão. Em particular, na questão da denúncia de “dolo e conluio” da arrematação realizada, os oficiais destacavam “o pouco zelo, com que a Junta passada [havia] procur[ado] evitar um contrato tão lesivo, e prejudicial à Fazenda Real, atendendo mais ao benefício particular do arrematante, que ao interesse da mesma Real Fazenda”. A despeito do parecer da contadoria, nenhuma das ações requeridas pelo ouvidor foi cumprida, pois o contrato correu normalmente, sendo arrematado novamente em junho de 1777.²⁵

O auto de averiguação mostra outra versão do ocorrido durante o governo do morgado de Mateus. Segundo o ouvidor, o governador impusera aos membros da Junta da Fazenda que aceitassem a arrematação do contrato a Manuel José Gomes e sócios, a despeito dos lances maiores dados por Cardoso. Além da falta de consentimento do ouvidor ser notória, o governador forjara uma certidão na qual o porteiro dizia que ninguém havia dado lance maior. Os depoimentos de Antonio Fernandes do Vale, Manuel de Oliveira Cardoso, João de Sampaio Peixoto (procurador da Coroa e Fazenda) e de João Pedro (porteiro da Junta) convergiam na influência decisiva do governador para que o contrato dos dízimos ficasse em mãos de Manuel José Gomes e seus sócios.

Em primeiro lugar, o edital do leilão dizia que o contrato seria arrematado em 1º de junho, porém o governador postergou o evento até o dia 25, que era um sábado, data incomum visto que a Junta sempre reunia-se às terças e sextas. Ademais, o leilão foi realizado no início da noite. Em segundo lugar, Manuel José Gomes reuniu-se com o governador e os membros da Junta em lugar fechado, enquanto Antonio Fernandes do Vale encontrava-se em uma casa defronte à praça e Manuel de Oliveira Cardoso em um salão ao lado da casa da Junta. O leilão foi realizado de forma irregular, pois os lances

²⁵ AHTC, cód. 4049, fl. 4-5. Lisboa, 23 out. 1776. Parecer dos oficiais da Contadoria Geral do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa.

maiores de Vale e Cardoso não foram aceitos pelo porteiro, seguindo ordens do morgado de Mateus e rompendo com o costume de se aceitar o maior lance. Inicialmente, Cardoso dera ao porteiro um papel escrito com o valor de 25:000\$000 réis para ser afrontado por outros lançadores. Segundo o relato do porteiro, nos lances iniciais, o contrato atingiu 26:400\$000 réis. Tendo o porteiro retornado à Junta, o governador dissera que o preço já estava muito elevado (“caro”), perguntando a Manuel José Gomes com quanto queria cobrir o lance. Tendo-se coberto com apenas 40\$000 réis, d. Luís Antonio de Sousa encerrou o leilão e ordenou ao porteiro que não aceitasse mais lances que o de Gomes. Descendo novamente à praça, Vale confrontou o porteiro, desejando dar novo lance e afirmando posteriormente que poderia arcar com um novo valor de até 28:200\$000 réis. Pouco depois, Cardoso soube do encerramento do leilão e entrou na sala da Junta contestando o procedimento do governador, o qual lhe respondeu que era justo deixar o contrato para os mesmos arrematantes do triênio anterior, quando Cardoso havia detido o contrato por 14 anos e que a Junta se dava por satisfeita com os lances dados por Gomes.

Por último, ficou patente o desacordo entre os membros da Junta e o governador quanto à arrematação ilícita. D. Luís Antonio de Sousa rejeitou uma primeira versão do termo de arrematação na qual dizia que somente ele havia ordenado o leilão, por outra na qual dizia que o governador e os demais membros da Junta haviam ordenado a arrematação. O ouvidor Moraes foi irredutível e não quis assinar de forma alguma, tampouco aceitar as propinas do contrato, tendo sido posteriormente atacado pelo governador pelo seu procedimento e conta-se mesmo que daí se originou a grave doença da qual depois veio a falecer.²⁶

Confrontadas as duas versões, nenhuma das partes era ingênua: ao negociante Cardoso foi contraposto um governador que também tinha seus meios de inibir os lançadores. Com certa razão do governador, Cardoso impediu o crescimento do valor do contrato, pois no período de 1765 a 1771 o contrato atingiu valores de 30 a 40% inferiores à última arrematação realizada em Lisboa em 1763 (34:800\$000 réis), valor que seria superado apenas em 1780. Ademais, para além das inúmeras irregularidades

²⁶ AHU-SP, cx. 6, doc. 13. São Paulo, 3 out. 1775. “Traslado dos autos da averiguação que se fez por Testemunhas e documentos na Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo sobre a representação que fez o Dr. Ouvidor José Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o Contrato dos Dízimos; e de se dever ressarcir à Real Fazenda dos prejuízos que padeceu e dos Lucros que lhe pertencem”.

praticadas pelo morgado de Mateus, que permaneceram impunes, percebe-se claramente que este atuou como um árbitro de algumas redes de comerciantes, selecionando e diferenciando o corpo mercantil paulista. Se no plano mais geral, o consulado pombalino permitiu o fortalecimento dos contratadores residentes na América portuguesa, por outro lado, os governadores pela grande influência e, neste caso, pelo controle da Junta da Fazenda, puderam distorcer os mecanismos concorrenciais inicialmente propostos por Pombal. Assim, por exemplo, embora as razões dadas por d. Luís Antonio de Sousa para afastar Manuel de Oliveira Cardoso do controle sobre o contrato dos dízimos fossem mais claras, não havia motivos suficientes para preferir os lances de Manuel José Gomes aos de Antonio Fernandes do Vale, o que somente se pode inferir pelas ligações deste último com contratadores fluminenses, imunes a qualquer controle do governador e por esta razão possivelmente indesejáveis.

O conluio dos dízimos foi tema farto para a correspondência de Martim Lopes, preocupado em reduzir o prestígio do governador anterior, sendo nem sempre uma fonte confiável. Neste caso, contudo, não foi preciso criar muitos boatos sobre as notícias que chegaram rapidamente até o Rio de Janeiro. Segundo Martim Lopes, Gomes e seus sócios revenderam os ramos do contrato, alcançando a soma de 35:732\$300 réis, ou seja, 35% de lucro sobre o valor pago pelo contrato.²⁷ O novo governador não tardou a se aliar com os poderosos locais da capitania, restabelecendo antigas redes postas em perigo pelo morgado de Mateus. Embora não se tenha maiores informações a respeito das condições do leilão, o contrato dos dízimos para o triênio de 1777-1780 foi arrematado por Manuel de Oliveira Cardoso por 32:100\$000 réis em 2 de junho de 1777. Apesar do aumento do valor do contrato comparado ao triênio anterior, a conduta de Martim Lopes não deixou de ser prejudicial às contas da capitania, justamente em um momento na qual se encontrava bastante gravada com as despesas militares no sul.

* * *

²⁷ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 26, doc. 2446. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 35, doc. 2942. DI, v. 28, p. 175-181. São Paulo, 24 fev. 1776. DI, v. 28, p. 348. São Paulo, 3 jun. 1777. Ofícios de Martim Lopes Lobo de Saldanha a Martinho de Melo e Castro.

Na década de 1780, com a arrematação do contrato por outros contratadores, haverá um novo acréscimo do valor dos dízimos, alcançando valores acima de 40:000\$000 réis. Comparando-se os valores nominais, o aumento observado apresentava a mesma razão da década anterior. Entre 1771 e 1780, o contrato elevou-se em 67% e, entre 1780 e 1789, a 65%. Contudo, o arranjo das sociedades mercantis que controlavam o contrato demonstrava outro padrão na década de 1780: igualmente acirrado entre os elementos paulistas, mas com participações de agentes mercantis de outras capitanias, conforme ocorreria com o contrato dos meios direitos, analisado mais adiante.

A partir de 1780, observa-se ainda outro aspecto curioso, resultante da participação dos homens de negócio do interior da capitania no negócio dos dízimos, até então de interesse sobretudo dos mercadores da capital. Naquele ano, o contrato foi adquirido por Cláudio de Madureira Calheiros, Vicente da Costa Taques Góis e Aranha e André de Sampaio Botelho.

Cláudio de Madureira Calheiros (1724-c.1800) foi capitão-mor das ordenanças de Sorocaba entre 1782 e 1800. Recebeu sesmarias entre 1770 e 1788 em diversas localidades paulistas. Possuía engenho de açúcar em Sorocaba e duas fazendas de criar bois e cavalos em Itapetininga e Faxina. Seu plantel em Sorocaba evoluiu de 32 escravos (1772) para 87 escravos (1790), o maior da vila. Também atuava no negócio de animais e fazendas, no comércio de fazendas secas com o Rio de Janeiro e na concessão de empréstimos em Sorocaba e Porto Alegre. Além de cunhado de Vicente da Costa Taques Góis e Aranha, Calheiros realizaria com Vicente uma sociedade para aquisição de uma propriedade em Itapetininga (1784) e um projeto, sem êxito, para a construção de uma fábrica de ferro em Sorocaba (1788).²⁸

Vicente da Costa Taques Góis e Aranha (†1825) foi juiz de medições durante o governo do morgado de Mateus, exerceu o cargo de juiz ordinário e foi capitão-mor em Itu, até ao menos 1803. Casou-se em Itu no ano de 1780 com Alda Brandina de Cerqueira Melo. Era cunhado de Cláudio de Madureira Calheiros, casado com sua irmã, Ângela de Siqueira Aranha. O pai de Vicente, João da Costa Aranha, era originário do Porto e ocuparia diversos cargos civis e militares em Itu (vereador, almotacé, alferes e capitão

²⁸ MONT SERRATH, *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada*, op. cit., p. 174. GIL, *Coisas do caminho*, op. cit., p. 106, 123, 226, 264, 287, 291-292. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001. p. 109-110.

das ordenanças). Vicente possuía engenhos de açúcar em Itu, figurando como o quinto maior produtor da vila em 1798, com 1500 arrobas. No mesmo ano, aparece como proprietário de 57 escravos, sendo, assim, detentor de um dos maiores plantéis escravistas na região de serra acima. Durante o governo de Francisco da Cunha Meneses (1782-1786), Vicente conquistou um bom espaço junto ao governador, uma vez que esteve envolvido na difusão do cultivo do linho cânhamo e no envio da produção açucareira para Santos, a fim de garantir carga suficiente para as embarcações. Estas medidas foram solicitadas pelo próprio capitão-general.²⁹

Por fim, **André de Sampaio Botelho** era juiz ordinário e capitão em Itu. Casou-se duas vezes, a primeira vez com Florência de Freitas (1770) e a segunda com Mariana Dias Paes (1777), filha de Cláudio de Godói Moreira e natural de Itu.³⁰

Além dos laços de parentesco entre Taques e Calheiros, ambos possuíam posições consolidadas em suas localidades ao ocuparem os cargos de capitão-mor de suas respectivas vilas, como também detinham engenhos de açúcar, terras e escravos. A participação de Botelho apenas acrescia forças à aliança entre as elites ituana e sorocabana, que projetava a nova riqueza fundada sobre o açúcar nas tramas dos contratos da capitania e, assim, atingia uma dimensão regional. A arrematação pelos sócios foi bem recebida no Erário Régio, pois a Junta da Fazenda certificava que Cláudio Madureira Calheiros era “uma das pessoas mais abonadas da capitania”, resultando em grande aumento, mais de 9:000\$000 réis, face ao contrato anterior. Como apontado, a sociedade mercantil entre Taques e Calheiros resultaria em outros empreendimentos não vinculados aos contratos de tributos e restritos às proximidades de Sorocaba. Em 1786, sem sócios, Cláudio ainda iria adquirir outro contrato trienal, o das passagens de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino, situadas no caminho entre Curitiba e Sorocaba. Apesar de marcar a entrada das elites do interior nos negócios fiscais da capitania, a sociedade não apresentou maiores desdobramentos.³¹

Em 1783, com uma nova arrematação do contrato dos dízimos, outro conjunto de homens de negócio iniciaria uma ampla e duradoura participação nos contratos da

²⁹ Apont. Hist., v. 2, p. 298. Gen. Paul., v. 4, p. 65-66. MONT SERRATH, *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada*, op. cit., p. 95 (nota 51), 118 e 146. ANRJ, cód. 469, v. 3, fl. 22. [Lisboa], 13 jan. 1803. Provisão régia para o capitão-mor da vila de Itu, Vicente da Costa Taques Góis e Aranha.

³⁰ Gen. Paul., v. 4, p. 74.

³¹ AHTC, cód. 4061, fl. 221. Lisboa, 25 jun. 1781. Provisão do marquês de Angeja, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

capitania. A sociedade era composta por Francisco Rodrigues de Macedo, José Vaz de Carvalho, Paulino Aires de Aguirra e Jerônimo Martins Fernandes. A aliança entre Carvalho e Aguirra estender-se-ia até meados da década seguinte, sendo finalizada em 1795 com a arrematação do contrato do novo imposto da capitania para o triênio de 1796 a 1798.

De todos, **Jerônimo Martins Fernandes** (1729/31-post.1808) é o de menor importância nas sociedades de arrematação, visto não figurar em mais nenhuma outra entre os contratos analisados. Ele aparece como coronel de milícias no recenseamento da cidade de São Paulo em 1798. Em 1804, figurava como capitão-mor da cidade de São Paulo. Natural de Trás-os-Montes, Fernandes deve ter se estabelecido na cidade na década de 1770 ou um pouco antes, pois não aparece no censo de 1765. Ele era casado com Josefa Caetana Mendes. Em 1798, Fernandes era um dos poucos comerciantes da cidade dedicados exclusivamente ao tráfico de escravos, revendidos no interior: “Vive de seu negócio de comprar negros novos no Rio de Janeiro e vendê-los em a vila de Itu e Campinas”. Jerônimo ocupou poucos cargos na câmara paulistana, apenas o de juiz ordinário em 1781. Consta que havia emprestado 900\$000 réis ao governador Melo Castro e Mendonça em data imprecisa. Não obstante, ou talvez irritado com a falta de pagamento da dívida depois ofertada como donativo em 1804, Jerônimo enviara uma representação à rainha em 1799 com fortes críticas aos destratos do capitão-general. Acusava-o de comerciar com os gêneros da capitania, de deixar o povo sem sal e de violar a correspondência endereçada à Lisboa.³²

Francisco Rodrigues de Macedo (†1794) era natural de Santa Maria de Crasto, Braga e casara-se com Teodora Maria de Sales, esta já em idade avançada em 1783. Teodora era neta de Maria Vieira da Cunha e Gaspar de Matos, este em seu primeiro casamento. Assim, por parte paterna, Teodora era prima de Escolástica Joaquina, esposa

³² AESP, Maços de População, São Paulo (1798), fl. 17, São Paulo (1808), fl. 20. AHU-SP, cx. 22, doc. 17. Lisboa, 31 out. 1804. Carta do ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao príncipe regente d. João. MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 170. ACMSP, v. 17. GARRIDO, Felipe de Moura. Mercadorias, negócios e negociantes nas vilas do norte nas duas últimas décadas da capitania de São Paulo (1788-1808). In: Simpósio Nacional de História, 26., São Paulo, 2011, Anais... Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300733433_ARQUIVO_artigo_versao3.pdf. Acesso em: 2 abr. 2012. p. 10.

de José Vaz de Carvalho. Não há indícios de que Francisco Rodrigues de Macedo fosse primo de José Vaz de Carvalho como defende Ana Paula Medicci.³³

José Vaz de Carvalho (1745-1823) era natural de Mouta, São Pedro de Castelões (vale de Cambra), região próxima a Porto. Assim como Francisco Rodrigues de Macedo, era também proveniente da região do Entre-Douro-e-Minho. O pai e avô paterno de José Vaz eram familiares do Santo Ofício, o que indicava proeminência social em suas localidades. Após formar-se em direito em Coimbra, dirigiu-se para São Paulo em 1774. Já no ano seguinte, casaria com uma das herdeiras abonadas da elite paulistana, Escolástica Joaquina de Macedo, filha de Escolástica Maria de Matos e Manuel de Macedo e neta do mercador Gaspar de Matos. Embora falecido bem antes da chegada de Carvalho, Matos era oriundo de Vila Pouca de Aguiar, Trás-os-Montes, vilarejo não tão distante da cidade do Porto. Apenas três anos após o casamento de José Vaz, seu irmão Miguel Carlos Aires de Carvalho, bacharel também formado em Coimbra, desposaria Francisca Xavier de Castro, filha de André Álvares de Castro, ligando-se assim a outra próspera família de negociantes de origem reinol estabelecidos na cidade de São Paulo.³⁴

A inserção de José Vaz de Carvalho nos altos estratos da sociedade paulistana foi bastante rápida, pois no mesmo ano de seu casamento com Escolástica Joaquina seria indicado almotacé da câmara de São Paulo, cargo que ocuparia novamente em 1786. Ademais, parecia bem cotado no próprio governo da capitania. Ao final de 1775, o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha destituiu Carvalho do posto de auditor de gente de guerra, alegando que somente poderiam ocupar o cargo o ouvidor-geral da capitania ou bacharéis que já tivessem prestado serviços em locais de primeira instância. No entanto, logo depois Carvalho serviria nas ordenanças de Guaratinguetá, onde também teria uma fazenda, e seria designado auditor de gente de guerra para a praça de Santos pelo governador em 1777. Segundo Ana Paula Medicci, Carvalho era protegido do vice-rei marquês do Lavradio, uma vez que o magistrado era afilhado de alguém próximo ao vice-rei. De acordo com a autora, Lavradio recomendava ao

³³ Gen. Paul., v. 8, p. 167. MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 83. AHU-SP, cx. 22, doc. 17. Lisboa, 31 out. 1804. Carta do ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao príncipe regente d. João.

³⁴ COUTINHO, *Castelonenses ilustres*, op. cit., v. 7, p. 57-59.

governador paulista que favorecesse Carvalho na arrematação dos ramos dos dízimos de Paraty e Ilha Grande.³⁵

Igualmente ligeira foi a iniciação de Carvalho na administração fiscal da capitania a partir de 1776, quando foi designado administrador do contrato das entradas da capitania de Minas Gerais, no ramo relativo à fronteira paulista. A indicação viera de Antonio Fernandes do Vale, tio da esposa de Carvalho, inicialmente designado para ocupar o cargo a pedido do contratador João Rodrigues de Macedo. O contrato das entradas duraria até 1782. Além de administrador da entrada, Carvalho também atuava como fiador fiscal de Macedo nos pagamentos feitos à Casa Doadá. Novamente é importante lembrar o sucesso paralelo de seu irmão, Miguel Carlos, que ocuparia o cargo de secretário de governo a partir de 1781, além de ser ministro da Junta de Justiça da capitania desde 1779.³⁶

Desta forma, em poucos anos após sua chegada do reino, dotados do forte capital simbólico decorrente da identidade regional reinol, semelhante à dos principais negociantes paulistanos, da educação jurídica coimbrã e da origem enobrecida da família, os dois irmãos acessaram os pontos nodais de poder da capitania: as elites paulistanas, a administração camarária e o próprio governo regional da capitania. No caso de José Vaz, este poder relacionava-se ainda a outra capitania, nos contatos com João Rodrigues de Macedo. Assim, o período de 1774 e 1782 representa uma acumulação de capital social, mais do que econômico, que habilitava José Vaz à condição de forte concorrente e sócio nos contratos da capitania. Ademais, cabe lembrar o papel de aprendizado institucional ao atuar como administrador das entradas, além da própria formação jurídica que permitia desvendar e esmiuçar a dimensão letrada dos contratos de impostos, tanto no processo de arrematação, quanto na gestão cotidiana das coisas do fisco.

³⁵ ACMSP, v. 16 e 17. DI, v. 28, p. 92-93. São Paulo, 28 dez. 1775. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 84. GIL, *Coisas do caminho*, op. cit., p. 294. Em 1798 e 1799, Carvalho ocuparia o cargo de juiz da câmara (ACMSP, v. 20). Sem datas mais precisas, José Vaz ocuparia o cargo de juiz de medições de sesmarias na cidade e comarca de São Paulo por 15 anos. COUTINHO, *Castelonenses ilustres*, op. cit., v. 7, p. 57-59.

³⁶ MARCONDES, Renato Leite; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. In: Seminário sobre Economia Mineira, 12., Diamantina, 2006, *Anais...* p. 15. ARAÚJO, José Vaz de Carvalho, op. cit., p. 7.

Com o tempo, os ganhos econômicos tornaram-se evidentes, assim como a herança imaterial que abria portas sociais e mercantis aos filhos de Carvalho. Em 1798, José Vaz aparecia no censo da cidade de São Paulo como vivendo do seu “negócio de comprar bestas no Rio Grande do Sul, e Curitiba, que vende na vila de Sorocaba e outros lugares da capitania e de contratos régios”. Na posse de 40 escravos, vivia com seus quatro filhos e esposa, Escolástica Joaquina de Macedo. Seus filhos também estabeleceriam vínculos com os altos estratos mercantis e burocráticos da capitania. Em 1800, sua filha, Francisca Miquelina de Macedo, casou-se com Francisco Antonio de Araújo, filho de Manuel Antonio de Araújo. O neto Joaquim Floriano de Araújo, filho de Francisca Miquelina, casaria com a prima Maria Rosa Leopoldina da Cunha, neta também de Manuel Antonio de Araújo. Outra filha de José Vaz, Jacinta Cândida de Macedo e Carvalho desposaria Francisco José de Sampaio Peixoto, bacharel e filho de João de Sampaio Peixoto, que havia sido tesoureiro da Junta da Fazenda paulista em sua formação inicial. Por fim, o único filho de José Vaz, Joaquim Roberto de Carvalho e Macedo, seria também negociante, vendendo mercadorias semoventes em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.³⁷

Por sua vez, **Paulino Aires de Aguirra** ou Aguirre (†1798) era, em muitos aspectos, a antítese de José Vaz de Carvalho. Natural de São Sebastião, provinha de uma família tradicional da vila, mas esta informação era provavelmente pouco ou nada relevante para as elites de Sorocaba, onde se estabeleceria. Nesta vila, em 1765, Paulino casara-se com Ana Maria de Oliveira Leme, filha de Salvador de Oliveira Leme, conhecido como Sarutaiá. Por meio do casamento com a filha, até mesmo com mais êxito do que os filhos naturais de Salvador, Aguirra tornara-se um dos principais agentes de conservação e expansão do poder da família Leme em Sorocaba. Assim como seu sogro, Aguirra obteve terras em Itapetininga, onde possuía uma fazenda de vacas e éguas para procriação. Em 1798, com 71 escravos, teria uma fazenda de criar animais que enviava para o Rio de Janeiro cerca de 200 animais por ano. No entanto, sua principal fonte de riqueza parece ter sido o comércio de fazenda seca com o Rio de Janeiro, revendendo as

³⁷ AESP, Maços de População, São Paulo (1798), fl. 1v. COUTINHO, *Castelonenses ilustres*, op. cit., v. 7, p. 57-59.

mercadorias em Sorocaba. Provavelmente seus contatos em São Sebastião facilitaram o contato mercantil frequente com o Rio de Janeiro.³⁸

O sogro de Paulino, **Salvador de Oliveira Leme** (1721-?) iniciou sua riqueza como negociante de fazenda seca na década de 1750, possuindo contatos comerciais na própria capitania (Itu, São Paulo, Santos e Curitiba) e adjacentes (Rio de Janeiro e Goiás). Ademais, consta que realizava empréstimos para comerciantes de tropas. Já na década de 1770, aparece principalmente no comércio de cavalos e na administração do registro de Sorocaba. Na mesma vila, possuía, em 1772, cinco casas, um sítio para plantar feijão e milho e uma chácara para pastoreio dos animais, com um bom número de rezes e éguas. Em Itapetininga, possuía uma propriedade. Com relação aos postos militares, embora Salvador tivesse provido à suas custas o restabelecimento de soldados convalescentes nas guerras do sul, durante a restauração do Rio Grande, não obteve nenhum título militar. Na década de 1760, manteve sob seu controle a passagem de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga, seja como administrador (1762, 1763 e 1767) ou arrematante da mesma (1764, 1765[?] e 1766). Também desde o ano de 1760, pelo menos, Salvador exercia a função de cobrador e recebedor do novo imposto no registro de Sorocaba, cobrado sobre o gado, bestas muares e cavalos vindos do Rio Grande de São Pedro e Curitiba. Em 1765, ainda mantinha-se no cargo. Em 1776 e 1777, Salvador foi designado inspetor do registro de Sorocaba com soldo de 200\$000 réis quando o contrato dos meios direitos foi administrado diretamente pela Real Fazenda.³⁹

Em 1765, o capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme (que não era parente de Salvador), escrevia uma carta ao governador Luís Antonio de Sousa repudiando a menção de Paulino ao cargo de sargento-mor daquela vila. Como era praxe, a câmara enviava uma lista tríplice da qual o governador escolhia um para ocupar o cargo. Dizia o capitão-mor que Salvador gabava-se de “ter rendidos aos camaristas a sua vontade”, que, por sua vez, tinham “ânimo apaixonado e interessado na proposição”. Em tudo o

³⁸ GIL, *Coisas do caminho*, op. cit., p. 231. BACELLAR, *Viver e sobreviver em uma vila colonial*, op. cit., p. 106-107.

³⁹ BACELLAR, *Viver e sobreviver em uma vila colonial*, op. cit., p. 103-105. GIL, *Coisas do caminho*, op. cit., p. 231. BNRJ, Mss. 21, 3, 21. Livro de registro de contas das despesas realizadas na capitania de São Paulo, 1762-1768. ACMSP, v. 14, p. 486-490. São Paulo, 30 mai. 1763. Ata de vereança da câmara de São Paulo. RGCMSP, v. 11, p. 186-188. São Paulo, 23 dez. 1765. “Registro de uma carta precatória de diligência passada *ex-officio* para bem da arrecadação do novo subsídio hoje imposto que se estabeleceu na vila de Sorocaba...”. ANRJ, cód. 469, v. 1, fl. 67-69. São Paulo, 5 dez. 1775. “Instruções que se deram ao inspetor do registro de Sorocaba Salvador de Oliveira Leme, para a administração, e arrecadação dos meios direitos de animais que passam pelo dito registro, sendo administrados por conta da Real Fazenda no ano de 1776”.

capitão-mor mostrava-se contrário à facção violenta liderada pelo Sarutaiá, devido especialmente às expectativas de ascensão política do genro. José de Almeida Leme denunciava ao governador que:

Paulino Aires de Aguirre é homem imérito de emprego ainda o menor. Pois é imprudente, inepto, falto de toda capacidade necessária. Porque nesta vila intenta ser sargento-mor para executar suas paixões, ódios, e vinganças mal fundadas; como em tudo protesta seguir do sogro Salvador de Oliveira; que se gaba de subordinar toda esta vila as suas máximas entendendo, que *pela sua riqueza todos lhe devem acompanhar, e obedecer*. No que já se vê a multidão de vexames, absurdos, inimizades, e maiores ruínas, como até ao presente tem padecido este por falta de pacificação.⁴⁰

Observa-se assim que o domínio de Salvador de Oliveira Leme sobre a câmara de Sorocaba e seu registro estava alicerçado na riqueza, mas também em boa dose de violência respaldada pela legitimidade do cargo de capitão-mor. Ao colocar Aguirra no cargo de sargento-mor completava-se o domínio sobre as instituições locais da vila. Salvador de Oliveira Leme intentava realizar em toda a vila o que fizera na câmara, onde trazia “aos camaristas desta vila, peitados, e inclinados a tudo aquilo, que ele tenta[va fazer], e assim ao escrivão traz[ia] também reduzido a sua vontade”. Segundo José de Almeida Leme, Salvador “consequ[ia] nesta vila [Sorocaba] este conluio, quantas insolências intenta, faz[endo]-se com isto poderoso”. O capitão-mor narra ainda o caso de um alferes que por não emprestar uma vela a Aguirra durante a procissão fora destituído do seu cargo pelo antigo governador Alexandre Luís de Sousa e Meneses.

As difíceis condições de sobrevivência no presídio de Iguatemi, sempre carente de milho, feijão, toucinho e sal, abriram espaço para que elementos do poder local ampliassem seu poder em troca da prestação de serviços ao governador cioso da expansão territorial da capitania.⁴¹ Neste ponto, Aguirra era mais um a investir seus bens e seu *status* militar tendo em vista a ampliação do poder da família em que acabara de adentrar. Sua estratégia buscava atingir várias camadas concêntricas de poder, elevando sua posição diante da família, da vila e na própria capitania. Na vila, certamente reverteria sua posição “imérita”. Ademais, esperava-se que a família Oliveira Leme saísse engrandecida com uma possível remuneração simbólica. Ao início de 1772,

⁴⁰ BNRJ, Mss. I – 30, 13, 20, n.º 1. Sorocaba, 24 nov. 1765. Carta de José de Almeida Leme, capitão-mor de Sorocaba, ao governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão. Grifos meus.

⁴¹ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, op. cit., p. 130-132.

Paulino, já feito capitão de infantaria auxiliar, partiu com 25 soldados de sua companhia e de outro regimento rumo ao porto de Araritaguaba (Porto Feliz) e daí à praça do Iguatemi. Com doze canoas carregadas de mantimentos e o dinheiro dos soldos das tropas do presídio, pouco mais de 6:000\$000 réis, a expedição gastaria sete meses nesta diligência “com notável prejuízo na saúde e nas suas casas e famílias”. A Junta da Fazenda reembolsaria Paulino com uma quantia modesta de apenas 60\$000 réis, indicando que a remuneração esperada era mais em capital simbólico do que em recursos pecuniários.⁴²

Possivelmente cientes do poder almejado pela família Oliveira Leme, os governadores d. Luís Antonio de Sousa e Martim Lopes Lobo de Saldanha mantiveram o antigo capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme, no seu posto. No entanto, a questão foi reaberta em 1780, quando o antigo dignatário veio a falecer. Em parte, buscara-se contentar a fome de insígnias militares, e seu poder decorrente, com a indicação do posto de capitão-mor de Itapetininga a Salvador de Oliveira Leme em 1776. Leme ocupou o cargo de forma transitória, arrastando a questão até 1785, quando foi finalmente provido pelo governador Francisco de Cunha e Meneses. Um aspecto interessante é a restrição de que Salvador não poderia deixar de habitar a vila, caso contrário perderia seu posto.⁴³ Agindo desta forma o governador afastava Salvador da vida política de Sorocaba, designando-o para uma câmara de menor prestígio, mas ainda satisfazia os ensejos de nobilitação militar da família Oliveira Leme.

Contudo, ainda estava aberta a possibilidade de inserção de Paulino Aires de Aguirra nos postos militares de Sorocaba. A esperança era ainda maior com a nomeação de Aguirra, que ocupava o posto de capitão da infantaria auxiliar, ao cargo de tenente-coronel do regimento da cavalaria ligeira auxiliar (miliciano) da capitania em 1777.⁴⁴ Assim, o governador Martim Lopes fizera de Paulino um tenente-coronel, mas não capitão-mor de sua própria vila, indicação que nos cálculos de Paulino provavelmente estivesse mais do que certa. A prestação de serviços ao governador não comportava garantia alguma de sua retribuição político-militar, apenas tornava mais aguda as expectativas daqueles que haviam realizado o feito. Esta ansiedade era patente pela cobrança do uso de uma canoa de propriedade de Paulino pela Real Fazenda e pelos

⁴² DI, v. 33, p. 71-73. São Paulo, 3 set. 1772. Portaria do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, à Junta da Fazenda de São Paulo.

⁴³ MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 88-89.

⁴⁴ LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 83.

soldos vencidos de capitão-auxiliar durante a expedição que comandou ao Iguatemi. As expectativas transmutavam-se em decepções de um retorno simbólico, mostrando a face terrena dos gastos monetários.⁴⁵

Na própria vila, a expedição de Paulino ao Iguatemi não trouxera a ele e à sua família o engrandecimento esperado. Pelo contrário, houve mesmo uma reversão. Após a morte de José de Almeida Leme, em 1780, os ânimos acirraram-se na vila, opondo o grupo de Salvador e Paulino aos edis. Em 1782, os oficiais argumentaram a falta de qualificações do pretendente ao cargo de capitão-mor, acusando-o de pertencer a gente de “baixa esfera”, que exercera o ofício de taberneiro público na vila. Ademais, acresciam-se os defeitos de sua personalidade: “gênio orgulhoso e intrigante (...) por vezes criminoso de vários crimes”.⁴⁶

A nomeação de Cláudio de Madureira Calheiros ao posto de capitão-mor de Sorocaba ajuda a compreender a delicada situação da família de Salvador de Oliveira Leme na vila. Em primeiro lugar, havia grupos locais concorrentes na vila, cujas rivalidades em terras, postos militares, contratos de impostos e certamente nos negócios de animais estendiam-se a outras localidades, como Itu e Itapenitinga conforme se percebe pela oposição entre o grupo Calheiros/Costa Taques e Oliveira Leme/Aguirra.⁴⁷ Em segundo lugar, a câmara sorocabana já não apoiava de forma irrestrita as atitudes de Salvador de Oliveira Leme, como ocorria em 1765, pondo-lhe freios às suas ações e aos seus métodos considerados violentos. Esta conjuntura de perda de controle sobre os poderes locais e do aumento das rivalidades entre grupos sorocabanos conduziu o grupo de Oliveira Leme a buscar outras fontes de acumulação de poder econômico e político que se vinculavam à formação de sociedades mercantis com outras elites locais da capitania para a obtenção de contratos de tributos. Assim, a concorrência local levou à busca de novas estratégias de âmbito regional que contribuíram para unir economicamente as diversas elites locais, particularmente os setores mais abastados da cidade de São Paulo.

⁴⁵ DI, v. 43, p. 181-184. São Paulo, 18 out. 1778. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha d. Maria I.

⁴⁶ GIL, *Coisas do caminho*, op. cit., p. 107. Utilizei aqui trechos da transcrição do documento efetuada por Tiago Luís Gil.

⁴⁷ Com pequenas modificações, sigo neste ponto a interpretação de Tiago Luís Gil. GIL, *Coisas do caminho*, op. cit., p. 107-108, 226.

Com relação à inserção na administração fiscal, Paulino alcançara o cargo de recebedor e cobrador dos novos impostos no registro de Sorocaba, exercendo-o entre 1777 e 1783. Desta forma, Aguirra recuperava para a família Oliveira Leme o cargo preenchido por seu sogro desde o início da década de 1760, mas que se encontrava em mãos de João Dias Vieira.⁴⁸ A própria conduta de Paulino no desempenho de suas funções contruía para a reversão dos interesses da câmara, antes favorável à sua ascensão. Cabe lembrar que a indicação de Paulino só ocorrera após o envio da lista tríplice pela câmara ao governador. Porém, em 1782, a câmara denunciava os abusos cometidos pelo inspetor na cobrança de direitos sobre os tropeiros. Além de falsificar os pesos e balanças, Paulino, ao que parece, sobretaxava os animais conduzidos no registro. Muitos, temerosos de novos prejuízos, pagavam-lhe com bestas, cavalos e reses. A atitude do inspetor, denunciavam os edis, causava enorme “prejuízo do comércio e dos mercadores” em Sorocaba.⁴⁹ Para além das denúncias, cabe observar que a atitude de Paulino alterava as condições da rota Sorocaba-Curitiba-Viamão, desequilibrando as relações entre os tropeiros e os comerciantes de animais, inclusive da própria vila, às custas da ascensão econômica da família de Oliveira Leme, cujos métodos truculentos já haviam sido denunciados na década de 1760.

Assim, as trajetórias de Paulino Aires de Aguirra e José Vaz de Carvalho, antes de formarem sociedade em 1783, mostram-se em diversos pontos dois caminhos opostos de ascensão na capitania de São Paulo: a origem em uma vila litorânea de ordem secundária e a origem no norte de Portugal (comum aos mercadores reinóis estabelecidos na América), a violência dos métodos em contraste com a formação acadêmica em direito, a origem humilde e a herança nobilitada, a exclusão e a inserção nos poderes locais, o isolamento da família de Salvador de Oliveira Leme e a expansão dos membros da família de Gaspar de Matos, até mesmo pelas bandas de outras capitanias. Sem grandes nuances, nota-se sobretudo uma oposição entre o capital econômico e o capital social, caminhos distintos, porém complementares, na construção da elite colonial paulista. Em comum, há o aprendizado fiscal como inspetor no registro ou administrador nas entradas, além do conhecimento adquirido por familiares

⁴⁸ ANRJ, cód. 469, v. 1, fl. 163-165. São Paulo, 8 fev. 1777. Portaria da Junta da Fazenda de São Paulo para o capitão Paulino Aires de Aguirra, inspetor de Sorocaba.

⁴⁹ GIL, *Coisas do caminho*, *op. cit.*, p. 103-104, 153.

próximos muito ligados à administração fiscal da capitania, particularmente Salvador de Oliveira Leme, Antonio Fernandes do Vale e Miguel Carlos Aires de Carvalho.

O ano de 1786 mostra-se como o ponto alto da construção do núcleo duro de sociedades mercantis para arrematação de contratos compostas apenas por paulistas. Naquele ano foram realizadas cinco arrematações por diferentes sociedades entre José Vaz de Carvalho, Paulino Aires de Aguirra e Manuel de Oliveira Cardoso, contando ocasionalmente com Salvador de Oliveira Leme e Francisco Rodrigues de Macedo. A participação de Manuel de Oliveira Cardoso esteve vinculada a uma tentativa de retomar seu poder sobre os contratos da capitania. Em particular, o contrato dos dízimos retornaria para suas mãos no triênio de 1789 a 1792. Na segunda metade da década de 1780, Cardoso participaria ainda de sete arrematações de contratos com valores variados, indicando o êxito de sua estratégia.

A sociedade Aguirra, Carvalho e Cardoso potencializava os poderes das famílias de Sorocaba e São Paulo, projetando-os sobre toda a capitania. Ao mesmo tempo, transformava essas famílias locais no núcleo principal da elite colonial da capitania (GRÁFICO IV.1). A Paulino Aires de Aguirra interessava os contatos de José Vaz de Carvalho com João Rodrigues de Macedo, facilitando a aquisição do contrato das entradas e sua inserção em Minas Gerais. Por sua vez, Paulino era um elemento para a inserção de Carvalho e Cardoso na rota mercantil e fiscal do comércio de animais na região meridional da capitania. Manuel de Oliveira Cardoso possivelmente percebia José Vaz de Carvalho como um agente dotado de ótimas relações dentro e fora da capitania paulista, além de dispor do seu conhecimento jurídico, permitindo ao velho capitão-mor renovar e expandir seu poderio na capitania.

É interessante observar que a ascensão deste grupo ocorre no período do governo interino do frei e marechal-de-campo José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (1786-1788).⁵⁰ Aliás, pouco se sabe sobre seu governo e do seu antecessor Francisco da Cunha Meneses (1782-1786) em comparação à farta documentação sobre o período de d. Luís Antonio de Sousa e Martim Lopes Lobo de Saldanha. Como governador interino, Chichorro provavelmente manteve uma atuação mais discreta e flexível aos interesses locais da capitania, permitindo aos estratos mercantis paulistas ampliar o escopo de atuação. Deve-se notar, ainda, que o fortalecimento deste grupo esteve vinculado à entrada de Miguel Carlos Aires de Carvalho como procurador interino da Coroa e Fazenda na Junta da Fazenda de São Paulo a partir de 1786, nomeado de forma permanente após 1789. Ademais, o tesoureiro-geral da junta, Francisco Xavier dos Santos, era cunhado de José Vaz de Carvalho, tendo sido designado para o cargo após 1784. Com um governador relativamente “fraco” e dois elementos na junta, não é de estranhar que o grupo vinculado à Carvalho tenha se destacado na arrematação dos contratos.

⁵⁰ Sobre José Raimundo Chichorro, ver MONT SERRATH, *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada*, op. cit., p. 54-55.

2. Diferenciação externa: o caso dos meios direitos

O transporte de animais dos campos meridionais para a cidade de São Paulo, e daí para as minas auríferas, ocorreria a partir do final da década de 1710 e ao longo da década de 1720, bem antes da fundação do registro de Curitiba em 1732. Em 1719, já se discutia na câmara de São Paulo os danos causados pelo gado transportado de Curitiba para as minas de ouro, que estavam naquela época “passando em quantidade”, sendo proposto um donativo sobre cada cabeça de gado para o conserto dos caminhos.⁵¹ Pouco anos depois, reclamava-se que o sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar havia conduzido 18 reses “do seu gado de Curitiba” para a vila de Santos sem licença da câmara.⁵² Em 1723, Martinho Teixeira de Azevedo, morador da vila de Curitiba, enviara uma petição ao governador paulista pedindo autorização para a condução de 370 cabeças de gado vacuum para as Minas Gerais. Além de abastecer a cidade de São Paulo, algumas reses também eram conduzidas para as vilas de Santos, Itanhaém e Guaratinguetá na mesma época.⁵³ O acesso ao gado de Laguna e da Colônia de Sacramento, por vezes muares santafecinos dos domínios de Castela, só ocorreria após a abertura do caminho destas localidades a Curitiba por Cristóvão Pereira de Abreu entre 1727 e 1730, integrando as regiões platinas às minas do ouro. Logo de início, a atividade rendeu cerca de 10.000 cruzados, ou 4:000\$000 réis, em direitos pagos à Coroa.⁵⁴

Os contratos do registro de Curitiba foram arrematados apenas três vezes entre 1743 e 1760 no Conselho Ultramarino. Todos os fiadores eram negociantes importantes e, no caso do emprego de testas-de-ferro como arrematantes, nota-se a diversificação dos seus contratos, complementando os que já possuíam no Rio de Janeiro ou Minas Gerais. Observa-se, ainda que de forma sutil, a progressiva inclusão dos contratos meridionais nas estratégias dos contratadores lisboetas. O primeiro contrato (1743-1745) foi arrematado por Feliciano Narciso, tendo por fiador à décima José Bezerra Seixas, pelo valor de 300\$000 réis o triênio, mais o que tivesse rendido por

⁵¹ ACMSP, v. 8, p. 493. São Paulo, 22 out. 1719. Ata de vereança.

⁵² ACMSP, v. 9, p. 182. São Paulo, 20 jun. 1722. Ata de vereança.

⁵³ ACMSP, v. 9, p. 289. São Paulo, [16 out. 1723]. Petição de Martinho Teixeira de Azevedo a Rodrigo César de Menezes, capitão-general da capitania de São Paulo. ACMSP, v. 9, p. 317-318. São Paulo, 8 jan. 1723. Ata de vereança.

⁵⁴ HAMEISTER, *O continente do Rio Grande de São Pedro*, op. cit., p. 129-131. GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p. 94-95.

administração no ano de maior rendimento. Os dois também haviam arrematado o contrato do tabaco do Rio de Janeiro três anos antes. Bezerra Seixas arrematou cinco contratos da capitania do Rio de Janeiro nas décadas de 1740 e 1750 (azeite doce, dízima da alfândega, dízima da chancelaria, subsídio grande e o pequeno dos vinhos).

Depois da cessão da metade dos direitos do registro a Cristóvão Pereira de Abreu, o segundo contrato (1752-1755) foi arrematado por Manuel Cordeiro, tendo por fiador Afonso Genabel, pelo valor de 10:890\$000 réis o triênio. O contrato recém-criado do registro do Viamão para o mesmo período também foi arrematado pelos mesmos contratadores pelo valor total de 21:615\$000 réis. Nota-se que os direitos do registro de Viamão apareciam bem mais valorizados do que os de Curitiba. Genabel havia arrematado também o importante contrato das entradas do caminho novo e velho do Rio de Janeiro para as Minas Gerais e São Paulo em 1750 por 719:000\$000 réis o triênio. O terceiro contrato (1755-1758) foi arrematado por Caetano Diogo Parreiras e Silva, tendo por fiador à décima João Francisco, que possuía o maior número de contratos arrematados pelo Conselho Ultramarino nas décadas de 1740 e 1750, sendo ainda fiador à décima de inúmeros outros. Bezerra Seixas, também negociante das praças do Rio de Janeiro, Bahia e Goiás, articulou-se com João Francisco (de quem era testa-de-ferro) e Calixto Rodrigues Torres (que era testa-de-ferro de Seixas).⁵⁵

Os direitos do registro serviram ainda à dinâmica das mercês pelos serviços prestados à Coroa. Cristóvão Pereira de Abreu⁵⁶ alegava ter servido, provavelmente em 1737, nas guerras do Prata com quase 180 homens montados à sua custa, sem cobrarem soldos até a chegada de José da Silva Pais, além de fornecer cavalos, gado vacum e carnes secas para suprirem as tropas que levaram o suplicante a gastar a fortuna de mais de 24:000\$000 réis. Além dos meios direitos do registro do Curitiba pelo período de doze anos, Cristóvão Pereira ainda obteve dois hábitos de Cristo para seu filho e neto.⁵⁷ Em 1760, os meios direitos foram novamente concedidos em mercê a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, antigo membro do Conselho Ultramarino e secretário de Estado dos Negócios da Marinha. A mercê serviu para cobrir as dívidas de Corte Real e ajudar seu

⁵⁵ Sobre Bezerra Seixas, ver ARAÚJO, *Em nome do rei e dos negócios*, op. cit., p. 134-137.

⁵⁶ Sobre Cristóvão Pereira de Abreu, a melhor síntese encontra-se em: HAMEISTER, *O continente de Rio Grande de São Pedro*, op. cit., p. 109-133.

⁵⁷ AHU-SP, cx. 3, doc. 9. Lisboa, 4 fev. 1747. Consulta do Conselho Ultramarino.

pai, João Álvares da Costa, que também pertencera ao Conselho Ultramarino por longo período.⁵⁸

Os direitos inteiros e os meios direitos de Curitiba renderam 321:824\$200 réis entre 1734 e 1792, resultando em uma média geral de 5:454\$647 réis por ano. Com relação a este valor, no período dos direitos inteiros entre 1734 e 1747 a média anual estava 45% abaixo da média geral, havendo um grande crescimento no período de 1748 a 1759 com uma média superior em quase 30% ao valor da média geral. No período de 1760 a 1792, a média anual era apenas 8% superior à média geral. Considerando-se o valor total dos contratos arrematados pagos à Real Fazenda entre 1752 e 1792, há uma diferença de 47% com relação ao valor arrecadado pelos contratadores entre 1748 e 1792. Assim, a despeito dos possíveis custos de administração e da evasão fiscal, o valor investido pelos contratadores era fartamente recompensado pelos direitos arrecadados. Não se poder dizer que o rei desconhecesse estas práticas, pois em 1752 o provedor da fazenda paulista alertava a grande diferença entre o valor arrecadado e o pagamento dos contratos, perfazendo 83% de ganho bruto para os arrematantes.⁵⁹

DISPUTAS ENTRE FLUMINENSES (E ALGUNS PAULISTAS)

Em 1761, a arrematação do contrato dos meios direitos foi realizada na capitania do Rio de Janeiro, sendo o contrato adquirido por João Cerqueira da Costa, que o passou por escritura para Custódio Barroso Basto, para o período de 1761 a 1764 pelo valor de 16:000\$000 réis. Nesta arrematação, uniu-se em um único contrato o registro de Curitiba e de Viamão, ocasionando que um terço do valor do contrato fosse para a Provedoria da Fazenda do Rio Grande e dois terços para a Provedoria da Fazenda de São Paulo. Contudo, a partir de 1764 o contrato seria arrematado na capitania de São Paulo, primeiro em Santos, depois na cidade de São Paulo com a transferência da administração fazendária para serra acima. A situação apontava a autonomia fazendária da capitania paulista frente aos poderes do vice-reino, recém-estabelecido no Rio de

⁵⁸ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 39, doc. 3276. Lisboa, 9 mai. 1760. Ofício do rei d. José ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, José de Godói Moreira.

⁵⁹ Cálculos com base em: AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 41, doc. 3387. São Paulo, 11 nov. 1794. Carta do escrivão da Junta da Fazenda Real da Capitania de São Paulo, João Vicente da Fonseca, para d. Maria I. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 20, doc. 1957. Santos, 23 ago. 1752. Carta do provedor da Fazenda Real da praça de Santos José de Godói Moreira para d. José I.

Janeiro. Ao contrário das capitanias de Santa Catarina e de São Pedro do Rio Grande e da praça de Colônia do Sacramento, a articulação, mas não subordinação, ao Rio de Janeiro quando muito passava pelo estabelecimento de uma atuação militar conjunta entre as capitanias. Os governadores das capitanias-gerais desfrutavam de autonomia administrativa, econômica e fiscal quanto ao vice-rei.⁶⁰ Nestas primeiras arrematações dos meios direitos em São Paulo, o capitão Francisco Cardoso de Meneses e Sousa adquiriu dois contratos consecutivos dos meios direitos entre 1764 e 1768 de um ano e de três anos por 1:624\$000 réis e 7:470\$000 réis respectivamente, valor bem abaixo à arrematação efetuada no Rio de Janeiro, mas explicável pelas condições de guerra no sul e a invasão da vila de Rio Grande em 1763.⁶¹ Os fiadores dos contratos foram Bonifácio José de Andrada, pai do patriarca da Independência José Bonifácio, e Sebastião de Alvarenga Braga.

Em outubro de 1768, ocorreu um fato inesperado. O contrato trienal dos meios direitos de Curitiba e os de Viamão foi arrematado em leilão da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro por Bernardo Gomes Costa e seu sócio André Pereira de Meireles, tendo como procurador Antonio Fernandes do Vale, pelo valor de 16:000\$000 réis. Contudo, o mesmo contrato havia sido arrematado pela Junta da Fazenda paulista a Leonardo de Araújo e Aguiar, residente em São Paulo, por 11:000\$000 réis pelo período de janeiro de 1769 a dezembro de 1771. O sócio e fiador de Aguiar era Manuel de Araújo Gomes, capitão no Rio de Janeiro, tendo como procurador em São Paulo seu irmão, Manuel Antonio de Araújo, que também aparece como fiador. Uma ordem do conde de Oeiras um ano depois resolveu a contenda a favor da capitania de São Paulo. Mais do que isso, estipulava que os contratos da capitania, e de outras capitanias-gerais, não poderiam ser arrematados no Rio de Janeiro, contribuindo para delimitação da jurisdição fiscal paulista frente ao poder vice-régio. A diferença dos valores a serem pagos pelos contratos, com notável prejuízo na arrematação em São Paulo, evidencia que a medida era sobretudo de caráter político, deixando os interesses pecuniários da Coroa, ao menos inicialmente, em segundo plano.⁶²

⁶⁰ ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, op. cit., p. 452-458.

⁶¹ Como aponta Helen Osório, os efeitos negativos das guerras sobre os contratos do Rio Grande foram ainda maiores no caso dos dízimos do que no dos meios direitos, cobrados em pontos fixos. OSÓRIO, *O império português no sul da América*, op. cit., p. 227-228.

⁶² ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 25-25v. AHTC, cód. 4061, fl. 50-51. Lisboa, 2 set. 1769. Ofício do conde de Oeiras à Junta da Fazenda de São Paulo.

A arrematação dos contratos em São Paulo não significava exatamente a preponderância do grupo mercantil paulista sobre eles. Apesar da pré-existência de cabedais nas praças de Santos, São Paulo e Sorocaba, os homens de negócios fluminenses buscariam estender seus ganhos sobre a capitania. Assim, a respeito dos meios direitos, o que se observa entre 1769 e 1786 é uma série de disputas envolvendo grupos mercantis mistos com elementos fluminenses e paulistas (em minoria). Os paulistas tenderam a controlar majoritariamente os contratos dos dízimos e das passagens, permanecendo o litígio sobre os registros meridionais.

Negociante minhoto estabelecido no Rio de Janeiro, **Manuel de Araújo Gomes** não pertencia aos grandes contratadores atuantes na própria capitania fluminense, como Bernardo Gomes Costa e André Pereira de Meireles. Sua atuação envolvia estratégias fora do Rio de Janeiro, abarcando desde Minas Gerais até o Rio Grande. Vindo de Braga, começou como caixeiro no Rio, depois passou para o Rio Grande onde possuía uma loja. Em 1755, aparece como capitão de ordenanças, recebendo uma sesmaria em um sítio da capitania do Rio Grande, próximo ao Chuí, com “fazenda de gado vacum, cavalos e mular” de três léguas. No mesmo ano, foi um dos testamenteiros de Cristóvão Pereira de Abreu, quando este faleceu. Além de estar relacionado ao detentor de metade dos direitos do registro de Curitiba, é certo que Araújo Gomes foi caixeiro e administrador do registro de Viamão em 1752. Fato é que retornou ao Rio de Janeiro antes de 1769. Também estava envolvido com o negócio de “cavalgadas” enviadas para as minas, segundo seu processo de habilitação à ordem de Cristo. Em 1794, constava no almanaque do Rio de Janeiro como capitão de auxiliares, cavaleiro da ordem de Cristo e negociante residente na rua Santa Rita, pouco comum para os comerciantes fluminenses.

Os laços familiares também ajudaram as estratégias de Araújo Gomes. Era parente de José Gomes de Araújo, ex-desembargador e provedor da fazenda de Minas Gerais. Seu irmão mais novo, João Manuel, sargento-mor com sesmaria no rio do Pinho, foi administrador do registro do Caminho Novo ou Matias Barbosa entre 1779 e 1781. Outro irmão ou primo, Domingos José, era sócio e primo de João Rodrigues de Macedo, importante contratador de Minas. Também administrou o registro do Caminho Novo entre 1776 e o início de 1777. No Rio de Janeiro, Domingos José despachava mercadorias para Minas Gerais, vendidas em sociedade com João Rodrigues de Macedo.

Sendo parente do antigo provedor da fazenda e de um importante contratador não é de estranhar que Araújo Gomes tivesse acesso ao contrato das entradas. Junto com Bernardo Gomes Costa e André Pereira de Meireles, Araújo Gomes arrematou o cobiçado contrato das entradas de Minas Gerais pela elevada quantia de 379:000\$000 réis no triênio de 1769 a 1771, de fato com alguma sorte ou influência, visto que o contrato andasse por administração direta no triênio anterior e posterior. No mesmo período foi caixa e cobrador da comarca de Vila Rica para este contrato.⁶³

Em São Paulo, o principal ponto de apoio de Araújo Gomes era seu irmão, **Manuel Antonio de Araújo** (1733-1789). Nascido em uma freguesia de Braga, São Vitor, chegou ainda pequeno ao Rio de Janeiro em 1743. Depois, passou ao Rio Grande laborando na condução de tropas do irmão para as minas durante duas décadas. Em 1764, já estabelecido na cidade de São Paulo, casou-se pela primeira vez com Ana Maria Clara de Macedo, filha de Escolástica Maria de Matos e do comerciante minhoto Manuel de Macedo. Casou-se mais duas vezes, em 1777 e 1785, com mulheres ricas e de certa nobreza entre a elite paulistana. Sua segunda esposa, Gertrudes, era filha de Francisco Pereira Mendes, também minhoto e o segundo morador mais rico da cidade de São Paulo em 1765, com cabedal de 20:000\$000 réis. Ademais, era primo de João Rodrigues de Macedo e fora seu fiador em cobranças fiscais no registro de Sorocaba ao início da década de 1780.

Manuel Antonio de Araújo serviu como almotacé da cidade de São Paulo (1765), capitão do regimento de cavalaria auxiliar da capitania de São Paulo (1774), condutor do quinto para o Rio de Janeiro (1778), mestre-de-campo do terço de infantaria auxiliar da marinha de Paranaguá (1788) e tesoureiro-geral da Bula da Santa Cruzada da capitania. Ajudado em parte por dotes polpudos, seu pequeno cabedal quintuplicou em algumas décadas: de 3:200\$000 réis (1765) para líquidos 17:549\$392 réis (1789), além de 31 escravos, imóveis urbanos, um sítio em Juqueri e três sesmarias para a criação de gado em Lajes, Itapetininga e entre o rio Piracicaba e os morros de Araraquara. Em 1778,

⁶³ AHU-RJ, Castro e Almeida, cx. 82, doc. 19128. Rio Grande de São Pedro, 25 ago. 1755. Carta pela qual o governador do Rio de Janeiro concedeu e deu de sesmaria a Manuel de Araújo Gomes três léguas de terra. HAMEISTER, *O continente de Rio Grande de São Pedro*, op. cit., p. 111, 227. OSÓRIO, *O império português no sul da América*, op. cit., p. 234, 279-280. Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794. ABNRJ, v. 59, p. 343, 347. OLIVEIRA, *Por homens e caminhos*, op. cit., p. 49, 84, 98, 107, 118. FONSECA, Paulo Miguel. João Rodrigues de Macedo: ações e transações através da prática epistolar do século XVIII. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 125, p. 31-55, 2008, ver p. 32-33.

Araújo pediu ao Conselho Ultramarino o reconhecimento de uma propriedade de três léguas comprada a Antonio Gonçalves dos Reis na vila de Curitiba, concedida a este último originalmente como sesmaria durante o governo do morgado de Mateus. Araújo também foi sócio da lavra de ouro de Apiaí em 1781. Era grande credor quando do seu falecimento, a receber quase 8:000\$000 réis de seus devedores em São Paulo, Atibaia, Sorocaba, Santos e Jundiaí, além de Mato Grosso.⁶⁴

A aliança entre Manuel de Araújo Gomes com Bernardo Gomes Costa e André Pereira de Meireles ao final da década de 1760 na arrematação das entradas de Minas não perdurou às disputas pelo contrato dos meios direitos em São Paulo nas duas décadas seguintes. Costa e Meireles recrutaram como aliado o bacharel residente em São Paulo Antonio Fernandes do Vale, já descrito anteriormente.

Outros fatores dividiram a ação de Vale, impedindo que se transformasse em mero agente de Bernardo Gomes Costa e André Pereira de Meireles. Vale possuía relação de parentesco com Manuel Antonio de Araújo, pois este foi casado em primeiro matrimônio com Ana Maria Clara de Macedo, filha da cunhada de Vale. Tanto Araújo quanto Vale ingressaram na família de Gaspar de Matos na mesma época, casando-se respectivamente com sua neta e filha em 1764 e 1763. Ademais, quando o importante contratador João Rodrigues de Macedo, primo de Manuel Antonio de Araújo e Manuel de Araújo Gomes, adquiriu o contrato das entradas de Minas entre 1776 e 1781 escolheu Vale para administrador do contrato na fronteira com São Paulo. O pedido foi recusado por Vale, talvez por seus compromissos com Costa e Meireles. É possível, também, que ao convidá-lo a família Macedo/Araújo Gomes buscasse trazer Vale para seu lado.⁶⁵

Estas articulações parentais acabaram por malograr as estratégias de Bernardo Gomes Costa e André Pereira de Meireles na capitania de São Paulo, mas também

⁶⁴ Diversamente de Maria Aparecida Borrego, Nanci Leonzo aponta que Araújo possuía sesmarias no termo da vila de Itu (1781) e na freguesia de Ipó, vila de Curitiba (1781). Ao menos esta última explica-se pela compra da sesmaria detida por Antonio Gonçalves dos Reis. DI, v. 62, p. 60. Censo da população da cidade de São Paulo (1765). BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 207, 269, 282-284. LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 77. AHU-SP, cx. 7, doc. 8. Ant. 9 set. 1778. Requerimento de Manuel Antonio de Araújo à rainha d. Maria I, solicitando conformação de carta de sesmaria no distrito da vila de Curitiba. AESP, ordem 562, cx. 85. Inventário de Manuel Antonio de Araújo (1789). fls. 23v, 57. MARCONDES; SUPRINYAK, *Movimentação de tropas no centro-sul da colônia*, op. cit., p. 16.

⁶⁵ MESGRAVIS, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, op. cit., p. 85. Gen. Paul., v. 2, p. 493-494. DI, v. 19, p. 77-79. São Paulo, 8 jul. 1768. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao conde de Oeiras, Sebastião Carvalho de Melo. DH, v. 2, p. 360, 482-486, 531-535. DH, v. 2, p. 360. São Paulo, 12 jun. 1769. Certidão de José Bonifácio Ribas. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 67. Lisboa, 16 mai. 1786. Ofício do marquês de Angeja à Junta da Fazenda de São Paulo ARAÚJO, José Vaz de Carvalho, op. cit., p. 7.

mostravam o alcance destas táticas que poderiam ter cindido os membros da família de Gaspar de Matos em duas facções rivais. Considerando-se o período de 1769 a 1786, houve um predomínio do grupo liderado por Manuel de Araújo Gomes (treze anos) sobre Costa e Meireles (três anos), com larga vantagem a partir de 1778. Após a arrematação dos meios direitos no triênio 1769-1771 para o grupo de Manuel de Araújo Gomes, houve duas arrematações sucessivas, uma trienal e outra anual, arrendadas por Bernardo Gomes Costa e companhia. Em 1776 e 1777, o contrato foi administrado diretamente pela Fazenda Real, uma vez que os negociantes se recusaram a arrematar o contrato em leilão ao final de 1775 pelo “temor das resoluções das tropas do sul”⁶⁶. Entre 1778 e 1786, os meios direitos passaram novamente às mãos da sociedade de Araújo Gomes por duas arrematações de seis e três anos. Contudo, o falecimento de Antonio Fernandes do Vale (1784) e de Manuel Antonio de Araújo (1789) resultou na ruptura dos principais pontos de articulação dos comerciantes fluminenses na capitania paulista (GRÁFICO III.1). Mesmo um pouco antes da morte de Araújo, a influência mercantil fluminense estava enfraquecida uma vez que o contrato dos meios direitos foi arrematado por Manuel de Oliveira Cardoso e Paulino Aires de Aguirra no triênio de 1787-1789. Uma nova era de alianças entre membros da elite paulistana e sorocabana iniciaria o predomínio dos paulistas sobre os contratos de Curitiba por duas décadas.

CONTENDAS MENORES NO SUL

Em 1776, ocorreu um novo conflito entre as Juntas da Fazenda paulista e fluminense quanto à arrematação de contratos. O contencioso referia-se às jurisdições dos registros de Viamão e Santa Vitória, pertencente ao Rio de Janeiro, e do registro de Lages, abarcado por São Paulo. Situada no caminho entre Curitiba e Viamão, Lages havia sido fundada uma década antes para conter a expansão espanhola pela fortificação do rio Pelotas, que junto com o rio das Canoas forma o rio Uruguai.⁶⁷ A administração do Rio de Janeiro colocou em leilão o contrato do novo registro estabelecido no rio das Canoas, distrito da vila de Lages, em território da capitania paulista a 19 léguas dos limites com a capitania do Rio Grande. O contrato de 6 anos no valor total de 720\$000

⁶⁶ AHTC, cód. 4061, fl. 152-153. Lisboa, 21 mai. 1777. Provisão do marquês de Angeja, inspetor-geral do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

⁶⁷ BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, op. cit., p. 161.

réis foi adquirido justamente por Manuel de Araújo Gomes. Reclamava a junta paulista, além da intromissão em sua jurisdição, os prejuízos na venda, posto que Bernardo Gomes Costa, por seu procurador João da Silva Souza, havia oferecido 1:000\$000 réi. pelo mesmo contrato. Além disso, Araújo Gomes, após arrematar no Rio de Janeiro o contrato do registro de Viamão e Santa Vitória por seis anos (1776-1781), transferiu o registro de Santa Vitória para o rio das Canoas, aproveitando-se de direitos que lhe não pertenciam.⁶⁸ O controle posterior do registro do Viamão aponta a predomínio dos negociantes fluminenses. Nos dois triênios seguintes, o registro seria arrematado por Bernardo Gomes Costa (1785-1787) e Anacleto Elias da Fonseca (1788-1790). Até 1805, mantinha-se ainda sob controle fluminense.⁶⁹

A questão da cobrança dos direitos foi levada à rainha, que em 1779 decidiu pela suspensão temporária da cobrança daqueles direitos pela Junta da Fazenda do Rio Grande, recém-independente da subordinação à junta fluminense, até nova resolução régia.⁷⁰ A Junta da Fazenda do Rio Grande foi criada em 1774, mantendo-se subordinada à do Rio de Janeiro até 14 de julho de 1779, quando foi vinculada diretamente ao Erário Régio. Contudo, com o fim da guerra, foi extinta após o início de 1780, sendo recriada apenas em 1802. O termo “Junta da Fazenda do Viamão” (sic, Rio Grande) foi usado mesmo após sua extinção em 1780. A Provedoria da Fazenda do Rio Grande teve vida mais longa, sendo instaurada em 1748 e abolida em 1798.⁷¹ O tema da disputa em torno da cobrança dos direitos entre as juntas paulista e fluminense não foi retomado posteriormente, caindo no esquecimento burocrático, tampouco impediu que os irmãos Araújo arrematassem na junta paulista o contrato dos meios direitos de Curitiba entre 1778 e 1786, como observado anteriormente. Ademais, prova das estratégias dos

⁶⁸ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 31, doc. 2740. São Paulo, 4 dez. 1776. Ofício n. 3 enviado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, para o ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro sobre o estabelecimento de um registro no Rio das Canoas. São Paulo, 2 jan. 1777. Certidão (cópia) do contador-geral da capitania de São Paulo, servido de escrivão da Junta da Fazenda Real, Matias José Ferreira Abreu, atestando que mandaram estabelecer no rio das Canoas um novo registro para se arrecadarem os direitos das passagens. ANRJ, cód. 469, v. 1, fl. 97-99. São Paulo, 21 ago. 1776. Instrução da Junta da Fazenda de São Paulo ao capitão-mor da vila de Lages.

⁶⁹ GIL, *Coisas do caminho*, op. cit., p. 81.

⁷⁰ AHTC, cód. 4061, fl. 188-189. ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 83-83v. Lisboa, 29 jul. 1779. Provisão do marquês de Angeja, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

⁷¹ MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; CORAG, 2000. p. 91, 93, 98, 101. ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 127v. Lisboa, 11 jul. 1782. Provisão do marquês de Angeja, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda de São Paulo.

irmãos no sul e da anuência régia, Manuel Antonio de Araújo arrematou sozinho no triênio 1784-1786 os direitos do registro da vila de Lajes por 1:550\$000 réis pagos à Junta da Fazenda de São Paulo.

Outra contenda envolveu a Junta da Fazenda paulista e a Provedoria da Fazenda do Rio Grande.⁷² As autoridades rio-grandenses e fluminenses desejavam cobrar o quinto do couro dos animais que passavam pelo registro de Lages, arrecadados desde 1772 pela junta paulista.⁷³ O arrendamento dos quintos do couro pelas autoridades de São Paulo ocorreu já a partir de 1772, pois se encontra incluso em uma ordem de arrematação ao capitão-mor de Lages que mandava “apregoar em praça pública todas as coisas pertencentes à Real Fazenda de Sua Majestade e fazê-las arrematar, como são passagens de rios, os couros dos reais quintos”.⁷⁴ É importante destacar que não se tratava do contrato dos quintos do couro arrematados a particulares pela provedoria rio-grandense após 1784, mas sim do mesmo tributo cobrado apenas no registro de Lages. Desta forma, parecia lógico à provedoria incorporar aquele rendimento ao seu contrato.

Em 1782, uma provisão do marquês de Angeja, então presidente do Erário Régio, favoreceu a junta paulista. O contrato foi arrendado ao conhecido Manuel de Oliveira Cardoso por 802\$000 réis para o triênio de 1781 a 1783. O mesmo contratador e Paulino Aires de Aguirra arremataram o triênio de 1787 a 1789 por 1:600\$000 réis pagos à junta paulista. Entre 1787 e 1792, os quintos do couro do registro de Lages foram incorporados ao contrato dos meios direitos de Curitiba, leiloado na Junta da Fazenda paulista. É provável que após este período, os quintos tenham sido finalmente colocados sob responsabilidade da provedoria rio-grandense uma vez que não consta o privilégio de receber tais rendimentos nem nos autos de arrematação, nem nos próprios contratos dos meios direitos após 1793.

As disputas entre a Junta da Fazenda de São Paulo e as instituições fazendárias do Rio de Janeiro e Rio Grande revelam certa autonomia institucional na defesa dos interesses da Real Fazenda de suas respectivas capitanias. Nem sempre os conflitos de

⁷² OSÓRIO, *O império português no sul da América*, op. cit., p. 232-233. MIRANDA, *A estalagem e o império*, op. cit., p. 91.

⁷³ ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33v. Lisboa, 23 mar. 1790. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

⁷⁴ DI, v. 33, p. 130. São Paulo, 18 jan. 1772. “Ordem para o capitão-mor regente das Lages para que mande arrematar na praça pública tudo o que é pertencente à Fazenda Real”.

jurisdição alinhavam-se aos interesses dos homens de negócio locais, quando, por exemplo, a Junta da Fazenda paulista defendia os interesses do fluminense Bernardo Gomes Costa. Por outro lado, na questão dos quintos do couro do registro de Lages, a Junta da Fazenda paulista mostrou-se particularmente ciosa dos interesses dos contratadores da capitania, alijados que estavam do contrato dos meios direitos dominado, em sua maioria, pelos fluminenses até 1786.

Assim, de um extremo a outro, havia meandros no governo das Juntas da Fazenda que não as tornavam um instrumento passivo dos interesses mercantis regionais, cabendo considerar o papel dos governadores e demais membros da corporação na seleção do que deveria ser defendido. Ademais, também se deve analisar a importância dos próprios interesses de cada instituição fazendária, que poderiam divergir ou convergir com as vantagens pretendidas pelos estratos mercantis de cada capitania.

3. Variedades do poder local: o caso das passagens

Muitas vezes, as passagens paulistas, salvo a do Cubatão de Santos, sofreram as agruras da sua reduzida importância econômica no conjunto dos contratos da capitania, sendo igualmente pouco analisadas. No entanto, não obstante sua variedade e dispersão, um olhar mais demorado revela padrões e vínculos entre potentados locais, negociantes e contratadores da capitania que merecem figurar nos estudos fiscais sobre São Paulo.

De modo geral, as passagens da capitania de São Paulo podem ser divididas em quatro grandes eixos geográficos. Com exceção do Caminho do Mar, as ligações terrestres da cidade de São Paulo com Goiás, sul de Minas, Vale do Paraíba e os campos meridionais foram auxiliadas pela existência de uma topografia plana de campos descobertos e pouca região florestal. Partindo da cidade de São Paulo, o primeiro conjunto refere-se às passagens do caminho de Goiás, passando pelas vilas de Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu e Jundiaí, e da estrada de Atibaia e Bragança, rumo à região sul de Minas. Estas passagens foram instaladas nos rios Jaguari do Ouro Fino, Mogi-Guaçu, Jaguari, Sapucaí, Pardo, Atibaia e Jaguari-Mirim. Os caminhos do vale do Paraíba paulista, que desembocavam tanto no sul de Minas quanto no Rio de Janeiro, marcavam o segundo conjunto de passagens com apenas duas estações fiscais: a passagem do rio Jacaré e a passagem do rio Piedade (freguesia de Guaratinguetá), também conhecida como Porto do Meira para diferenciá-la da homônima mineira. A estrada entre São Paulo e Santos, o célebre caminho do Mar, era marcada pela existência de duas passagens (Cubatões de Santos e Cubatões de Mogi do Pilar) unificadas em um único contrato. Como afirma Caio Prado Jr., o caminho entre o planalto e o litoral destacava-se pelo “intercâmbio intenso” que permitia uma “ação recíproca permanente” e complementar entre os dois núcleos urbanos. Por fim, o último conjunto, que se estendia entre Sorocaba e Lages, era representado por dois subconjuntos. O primeiro, entre Sorocaba e Curitiba, era permeado pelas passagens dos rios Paranapanema, Apiaí e Itapetininga. O segundo, entre Curitiba e Lages, pelas passagens do rio Curitiba, do Cubatão de Paranaguá e do rio Pelotas (rio de São Francisco).⁷⁵

⁷⁵ Sobre a divisão geográfica dos caminhos da capitania de São Paulo, adota-se aqui a proposta por Caio Prado Jr. PRADO JR., Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo (1935). In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. p. 93-110, ver principalmente p. 100-106.

No caminho de Goiás, um único contrato abrigava diferentes passagens dos rios Jaguari, Mogi, Pardo e Sapucaí. O rio Jaguari – “rio das Onças” – atravessava a vila de Bragança e junto com os rios Atibaia e Camanducaia formavam o rio Piracicaba. Os rios Pardo e Sapucaí eram afluentes da margem esquerda do rio Grande. Por sua vez, o rio Mogi-Guaçu era afluente da margem direita. Assim, não se deve confundir com este rio Pardo, com outro homônimo afluente da margem direita do Paranapanema.⁷⁶ Embora estivesse vinculada ao caminho de Goiás, passava-se também pelo rio Grande em direção às minas de Cuiabá, posto que ali haviam de “desembarcar e embarcar todos os que fo[ssem] e vie[ssem]” daquelas paragens.⁷⁷ Portanto, este conjunto de passagens estava atrelado às duas regiões auríferas, mas segundo o uso da época empregou-se o termo restrito a Goiás. Em uma ata da câmara paulistana de 1721, nota-se uma referência a respeito da passagem do rio Grande, onde eram cobrados 720 réis por cada pessoa e carga e 1\$440 réis por cada cavalo que passasse.⁷⁸

Em 1722, foi instalado um registro do rio Grande tendo por provedor Domingos da Silva Monteiro, das principais famílias da cidade de São Paulo, tido por “sujeito da muita experiência, capacidade e valor”. Desde 1699, Monteiro detinha o cargo de capitão no forte de Itapema em Santos. Monteiro enfrentou todos os riscos da viagem, inclusive de ataques indígenas, e pagou às suas custas o transporte da gente necessária ao registro. Em troca, o governador Rodrigo César de Menezes pediu ao rei que honrasse o provedor com um hábito de Cristo. Provavelmente não o obteve, uma vez que Monteiro faleceu em 1723.⁷⁹

⁷⁶ Apont. Hist., v. 2, p. 10, 122, 146 e 255.

⁷⁷ DI, v. 32, p. 25-26. São Paulo, 5 set. 1722. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, ao rei d. João V.

⁷⁸ ACMSP, v. 9, p. 64. São Paulo, 3 jun. 1721. Termo de vereança.

⁷⁹ DI, v. 32, p. 25-26. São Paulo, 5 set. 1722. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, ao rei d. João V.

A história das passagens do caminho de Goiás está intimamente vinculada à trajetória dos desbravadores das minas naquela região. Após a descoberta das primeiras lavras de ouro no Coxipó Mirim, as minas de Cuiabá começaram a ser exploradas a partir de 1722. Cabia ainda percorrer a região norte. As primeiras expedições para a futura região de Goiás iniciaram-se ainda na década de 1680 por obra da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado Anhanguera. No entanto, não tiveram êxito em localizar com exatidão a paragem das regiões auríferas, inexistindo novas bandeiras para Goiás até que o filho homônimo do Anhanguera se dispusesse a iniciar uma em 1722. Após três anos, Bartolomeu Bueno da Silva, filho, retornou a São Paulo, tendo localizado os veios de ouro. O caminho de Goiás partia de Jundiá, atravessando o rio Mogi e o rio Grande. Na parte paulista do trecho, a abertura do caminho permitiu o estabelecimento crescente de sesmarias, especialmente entre 1728 e 1735, sendo que após esta data novas sesmarias só seriam concedidas em 1800. Embora houvesse um ou outro habitante estabelecido ao longo do caminho, o tráfico regular tornou sua ocupação efetiva juntamente com a distribuição de terras.⁸⁰

A primeira arrematação da passagem do caminho de Goiás da qual se tem notícia foi realizada em 1722 pela Provedoria da Fazenda de São Paulo pelo valor de 1:200\$000 réis. Em 1729, em outra arrematação realizada na capitania, o contrato havia alcançado 2:532\$000 réis, com crescimento de 110% face ao preço registrado sete anos antes. Inicialmente, as passagens foram concedidas como retribuição de serviços efetuados por Gabriel Antunes Maciel, capitão e morador de Sorocaba, no desbravamento do caminho para Cuiabá. A concessão fora feita em 1721 segundo ordens de Rodrigo César de Menezes, indicando que àquela altura a jurisdição sobre a dita passagem já pertencia ao governo da capitania. Esta retribuição duraria cinco anos. No entanto, a arrematação do contrato da passagem a partir de 1722 indica que o suplicante havia morrido ou que o governador revogara sua ordem.⁸¹

Em 1722, quando Bartolomeu Bueno da Silva, junto com seu genro João Leite da Silva Ortiz, que também era irmão de Bartolomeu Pais de Abreu, e Domingos Rodrigues do Prado ofereceram seus serviços de “descobrimento” do sertão de Goiás ao governador de São Paulo e ao rei d. João V, pediram como remuneração a mercê das

⁸⁰ SILVA *et alii*, *História de São Paulo colonial*, *op. cit.*, p. 104-112.

⁸¹ ACMSP, v. 9, p. 64. São Paulo, 3 jun. 1721. Termo de vereança. DI, v. 32, p. 318, anexo P, ant. 28 out. 1721.

passagens dos rios daquele caminho por duas ou três vidas, sujeitas a lei mental, ou seja, só poderiam ser reivindicadas pelo filho primogênito varão. Em troca, eles obrigavam-se a apenas andarem em terras portuguesas, evitando as de Castela. Os gastos seriam realizados pelos sertanistas, que eram considerados “homens principais dessa capitania, com cabedais grandes, e grande conhecimento do sertão, principalmente o capitão Bartolomeu Bueno da Silva”. Depois da longa jornada, tendo-se notificado o Conselho Ultramarino do retorno da expedição, o rei deferiu o pedido da mercê em 1727.⁸²

Apenas em 1731, foi enviada nova ordem régia que concedia a Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz (Domingos Rodrigues do Prado não era citado) os rendimentos das passagens do caminho de Goiás.⁸³ No entanto, até 1734 nada foi entregue aos sertanistas, pois deviam à Real Fazenda “uma grande quantia de ouro procedida dos dízimos das roças que tiveram e têm os ditos descobridores nas ditas minas e seu caminho”.⁸⁴ A ordem régia de 1731 também considerava que findas as três vidas sujeitas à lei mental as passagens seriam postas em arrecadação. Ademais, previa-se que o ouvidor-geral da capitania e o procurador da fazenda deveriam fazer um exame dos rios que atravessavam o caminho, o que indica que não havia uma percepção clara da hidrografia daquelas localidades.

A despeito das ordens régias, Bartolomeu Bueno da Silva obteve sua mercê apenas em 1746. Ao final, a retribuição dos serviços do segundo Anhanguera e seu séquito foi bastante diminuída frente aos interesses da Coroa na arrematação dos contratos da passagem de Goiás pelo Conselho Ultramarino. Apenas concedeu-se mercê sobre as passagens dos rios Atibaia, Jaguari-mirim e rio Grande, provavelmente muito aquém do intento inicial dos sertanistas e seus descendentes. Os postos fiscais restantes mantiveram-se no contrato das passagens do caminho de Goiás, que não foi arrematado ao longo da década de 1750. Ao final de 1776, Bartolomeu Bueno da Silva faleceu e as passagens de Atibaia e Jaguari-mirim foram restituídas à Real Fazenda. As Juntas da Fazenda de São Paulo e de Goiás disputaram avidamente a passagem do rio Grande, dado que as divisas das duas capitanias estivessem situadas sobre este rio. O segundo

⁸² DI, v. 32, p. 308-310. Lisboa, 16 out. 1723. DI, v. 32, p. 310-311. Lisboa ocidental, 29 abr. 1727. Ofícios régios de d. João V ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes.

⁸³ DH, v. 1, p. 179-180. Lisboa ocidental, 14 mar. 1731. Ordem régia de d. João V ao provedor da Real Fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Correia de Góis.

⁸⁴ DI, v. 30, p. 138-141. São Paulo, 18 mar. 1734. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, ao rei d. João V.

titular da mercê nunca haveria de tomar posse das passagens que se conservaram nas mãos da Coroa.⁸⁵

A partir de 1762, a Provedoria da Fazenda da capitania colocaria em leilão o contrato das passagens dos rios Jaguari, Mogi, Pardo e Sapucaí. Até 1771, os contratos foram arrematados todos pelo período de apenas um ano, o que indicava a dificuldade em encontrar contratadores. Os valores alcançados eram muito baixos comparados aos últimos contratos arrematados pelo Conselho Ultramarino. O maior preço obtido na década de 1760 correspondia a apenas 15% do último contrato leilado no conselho (1742-1745). Nas duas décadas seguintes os preços apesar de crescentes não melhoraram tanto. O valor da última arrematação observada, para o triênio de 1787 a 1789, representava um quinto do preço do último contrato arrematado no Conselho Ultramarino. O quadro apresentava, contudo, algumas melhoras. Entre 1760 e 1789, o maior preço alcançado (1787-1789) representava o dobro do menor valor obtido (1766). E nas décadas de 1770 e 1780 a Junta da Fazenda conseguiu vender os contratos por períodos mais longos de três anos.

Entre 1762 e 1789, os arrematantes das passagens do caminho de Goiás, sobre os quais foi possível obter a identificação, eram em sua maioria moradores de Mogi-mirim. Mogi-mirim era termo da vila de Jundiá, tendo sido elevada a vila em 1769. Seu território, dividido entre as freguesias de Mogi-guaçu e Mogi-mirim, abrangia desde o rio Atibaia até o rio Grande, por isso não é de estranhar que a maioria dos arrematantes proviesse desta vila. Vários contratadores detinham, inclusive, cargos militares e municipais na localidade. Manuel Rodrigues de Araújo Belém foi juiz da câmara logo na sua fundação e também exercia o posto de sargento-mor. Sem sede própria, as reuniões da câmara realizavam-se inicialmente na casa de Araújo Belém, que também exercia o cargo de presidente da câmara. O fato de que os primeiros cargos da vila tenham sido nomeados pelo governador, e não eleitos como de costume, indica que Araújo Belém possuía relações com o capitão-general. Outro arrematante das passagens, Francisco José Pereira, era tenente antes da elevação da vila. O triênio de 1772 a 1774 constitui uma exceção interessante à predominância das elites locais, pois o contrato foi arrematado por José Gonçalves Coelho, capitão da cidade de São Paulo, e por Manuel

⁸⁵ DI, v. 28, p. 362-364. São Paulo, 8 jan. 1778. DI, v. 28, p. 379-380. São Paulo, 10 jan. 1778. Offícios do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro.

José Gomes, habitante da mesma localidade e envolvido nas arrematações dos dízimos como tratado anteriormente. Além da hegemonia local, outro aspecto era a alta rotatividade dos contratadores, que permaneciam por no máximo dois contratos de um ano.⁸⁶

A presença de fiadores só foi observada no período de 1766 a 1769. Eles eram um elemento importante na arrematação, pois depositavam parte do valor do contrato sob guarda da Junta da Fazenda. Este dinheiro só poderia ser utilizado caso o arrematante declarasse falência e não tivesse como pagar o contrato. Nos quatro casos de fiadores observados não se observa um padrão fixo. Em 1766, ano com o menor valor observado no contrato, o fiador foi o próprio provedor da fazenda. No ano seguinte, Manuel Caetano Zunega, capitão-mor da cidade de São Paulo seria fiador de José Gomes de Gouvêa Silva, natural de Mogi-mirim. Em 1769, um dos fiadores do mesmo arrematador foi o sargento-mor de ordenanças de Jundiaí e capitão-mor Antonio de Moraes Pedroso.⁸⁷ Desta forma, percebe-se que a necessidade de fiadores, ainda que por um curto período, reduzia um pouco o isolamento dos arrematantes das passagens do caminho de Goiás.

Como outras passagens de difícil arrematação, as do caminho de Goiás estiveram sob administração direta da Real Fazenda quando não foi possível obter compradores para os contratos. Assim, recorre-se a esta prática em 1762, 1765, 1766, tendo por administradores os já citados Manuel Rodrigues de Araújo Belém e José Gomes de Gouvêa.⁸⁸ Percebe-se que, na prática, a diferença entre arrematar a terceiros e administrar pela Real Fazenda era bastante tênue. Era necessário recorrer a administradores locais, que podiam ser os mesmos possíveis contratadores.

Embora a Coroa sempre se achasse lesada pelos administradores, a média dos rendimentos das passagens do caminho de Goiás na década de 1760 era praticamente a mesma sob os dois sistemas. A persistência desta ideia devia-se ao fato de que os administradores recebiam um terço do rendimento das passagens, repassando o

⁸⁶ SILVA, Lauro Monteiro de Carvalho e. *Mogi-mirim (subsídios para a sua história)*. Mogi-mirim: Casa Cardona, 1960. p. 39-40.

⁸⁷ DI, v. 68, p. 69-70. São Paulo, 13 mar. 1768. Ordem do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, ao capitão José Gomes de Gouvêa. Gen. Paul., v. 7, p. 52.

⁸⁸ BNRJ, Mss. 21, 3, 21. São Paulo, 1º out. 1768. Livro de registro de contas das despesas realizadas na capitania de São Paulo, 1762-1768.

restante para a Real Fazenda.⁸⁹ Outra despesa considerável era realizada com canoas e outras embarcações nas passagens.⁹⁰ Desta forma, a Provedoria e, depois, a Junta da Fazenda sempre procuravam evitar os custos da administração na esperança de que a arrematação resultasse em maiores rendimentos líquidos. Em todo caso, cumpre observar que a praxe da Coroa era sempre preferir a arrematação à administração direta. Estas observações são válidas não apenas para o caso das passagens do caminho de Goiás como também para todas as outras da capitania.

Além da administração direta, as autoridades fazendárias também buscaram outra estratégia na segunda metade da década de 1780, vinculada à divisão do contrato original em vários ramos, o que facilitava sua aquisição por particulares. No caso das passagens do caminho de Goiás, a Junta da Fazenda alegava as distâncias entre os diferentes postos fiscais, o que dificultava a cobrança, e a impossibilidade do contrato ser custeado por um único arrematante para recorrer a tal prática.⁹¹

Além disso, as passagens localizadas em sítios de fácil acesso e de relevo mais regular, como as do caminho de Goiás e as do vale do Paraíba, permitiam a existência de outros caminhos que evitavam o ônus fiscal. Assim, o parco rendimento destas passagens ou o crescimento limitado dos seus réditos não podem ser tomados como indícios de um tráfego comercial enfraquecido nestas regiões. O abandono das passagens era de tal forma preocupante que ninguém desejava arrematá-las ou mesmo administrá-las. Conforme aponta um documento escrito ao final da década de 1760, estas passagens estavam

(...) deixadas dos comerciantes, em razão de haverem outros caminhos, por diferentes lugares; pelos quais sem dependência daquelas ditas passagens podem seguir seus destinos; e por isso não h[avia] quem neles lance, e menos quem as qu[isesse] administrar pelo terço, não tendo elas rendimento algum.⁹²

Também não era incomum que moradores das margens dos rios transitassem em canoas próprias as cargas e pessoas que deveriam pagar direitos nos postos fiscais.

⁸⁹ BNRJ, Mss. 21, 3, 21. *Ibidem*, fl. 51.

⁹⁰ ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 75-76v. Lisboa, 28 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras a Junta da Fazenda de São Paulo.

⁹¹ ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 62. ANRJ, cód. 448, v. 1, fl. 20. Lisboa, 15 mai. 1786. Ofício do marquês de Angeja à Junta da Fazenda de São Paulo.

⁹² BNRJ, Mss. 21, 3, 21. São Paulo, 1º out. 1768. Livro de registro de contas das despesas realizadas na capitania de São Paulo, 1762-1768. fl. 51.

Embora esta prática estivesse sob a pena de 50\$000 réis pagos à Real Fazenda, é altamente provável que os canoieiros se sujeitassem ao risco no trânsito fluvial, impedindo que os valores dos contratos fossem maiores.⁹³

AS PASSAGENS DO VALE DO PARAÍBA

Na primeira metade do século XVIII, ao lado do contrato das passagens dos caminhos de Goiás, figurava em igual importância o contrato das passagens antigas da capitania. Há a referência de que este contrato teve início em 1710 e término em 1761.⁹⁴ Não se obteve a exata abrangência deste contrato, apenas os nomes dos arrematantes e os valores das arrematações. Infelizmente, não foi encontrado nenhum contrato completo, apenas os termos de arrematação ou documentação secundária, que não descrevem as condições do contrato. É bastante provável, embora ainda careça de fontes seguras, a hipótese de inclusão das passagens valeparaibanas neste contrato. Na documentação consultada, a primeira referência à existência de passagens no vale do Paraíba foi realizada em 1720. Nela se afirma que a passagem de Guaipacaré, depois denominada Lorena, estava arrendada por 2:000\$000 réis, valor significativo que atestava sua importância, como indicava a missiva: “se considera mais frequentada e a principal”.⁹⁵ É possível também que as passagens do caminho entre Sorocaba e Curitiba tenham pertencido inicialmente ao mesmo contrato das passagens antigas de São Paulo. Por outro lado, é certo que neste contrato das passagens antigas não estavam abarcadas nem as passagens do caminho de Goiás, nem a passagem do Cubatão de Santos, então domínio dos jesuítas.

Até 1737, as arrematações do contrato das passagens antigas seriam realizadas pela Provedoria da Fazenda da capitania, embora só se tenha observado um contrato do triênio 1731-1734. Entre 1738 e 1746, as arrematações seriam conduzidas no Conselho Ultramarino, com aumento nominal de 72% no valor do contrato. Houve a participação

⁹³ ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. 21. São Paulo, 22 dez. 1798. “Instruções que devem servir de governo ao administrador das passagens do rio de Jacaréí o capitão Miguel Martins de Siqueira no ano solto de 1799”.

⁹⁴ ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 75-76v. Lisboa, 28 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras a Junta da Fazenda de São Paulo.

⁹⁵ DH, v. 1, p. 66. Lisboa ocidental, 15 jun. 1720. Ofício do rei d. João V ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo Timóteo Correia de Góis.

de grandes contratadores, como Manuel de Araújo Viana, José da Costa Guimarães, Francisco da Silva Lisboa e João Francisco, e grandes fiadores do período, tais como Antonio Marques Gomes, José de Abreu Esteves e Calixto Rodrigues Torres. As arrematações destes contratadores estiveram articuladas ao domínio de outros contratos da capitania na mesma época. Assim, Manuel de Araújo Viana adquiriu simultaneamente em 1738 o contrato dos subsídios dos molhados em Santos e o contrato das passagens do caminho de Goiás. Na mesma época da compra do contrato das passagens antigas, José da Costa Guimarães também obteve o contrato de Goiás, Francisco da Silva Lisboa deteve o contrato dos dízimos e João Francisco o dos subsídios dos molhados. Após o termino do contrato do triênio de 1746 a 1748 não houve nenhuma outra arrematação no conselho.

Ao início da década de 1760, o contrato das passagens antigas foi desmembrado em contratos menores. No que diz respeito às passagens do vale do Paraíba, havia dois contratos importantes: o contrato da passagem da Piedade e porto do Meira e o contrato da passagem de Jacaréí. Ao contrário das passagens do caminho de Goiás, as passagens valeparaibanas mantiveram-se por longo tempo nas mãos de poucos arrematantes, ainda que compartilhassem com as passagens do noroeste da capitania a feição localista.

Em 1798, na passagem de Jacaréí cobrava-se 40 réis por cada pessoa, 80 réis por cada cavalgadura e 20 réis por cada carga. Também passageiros e animais “à toa”, isto é, sem carga, pagariam 10 réis para passarem nas canoas. No contrato da passagem de Jacaréí também se havia anexado a passagem do porto de Cachoeira.⁹⁶

Entre 1761 e 1786, a passagem de Jacaréí foi monopolizada pelos irmãos **Pedro Martins de Siqueira** (†1775) e **Miguel Martins de Siqueira** (†1798). Eles eram filhos do coronel Manuel Martins da Cunha, natural de Barcelos e falecido em 1724 na vila de Mogi das Cruzes, e de Joana Soares de Siqueira, em seu primeiro casamento. Os dois irmãos eram moradores da própria vila de Jacaréí. Miguel casou-se em 1762 na vila de Jacaréí com Francisca Leme de Siqueira, o que ligava à importante família dos Leme na capitania. Na década de 1770, pouco antes da morte de seu irmão, Miguel associou-se diretamente a **Antonio Francisco de Sá** (1731-?), que já havia sido fiador dos Martins de Siqueira em 1768 e 1769. Sá era capitão residente na cidade de São Paulo, onde

⁹⁶ ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. 21. São Paulo, 22 dez 1798. “Instruções que devem servir de governo ao administrador das passagens do rio de Jacaréí o capitão Miguel Martins de Siqueira no ano solto de 1799”.

também ocupou o cargo de juiz na câmara (1774 e 1779). Durante o governo do morgado, Sá obtivera também ascensão econômica posto que figurasse, com sua fortuna de 800\$000 réis, no estrato mais humilde dos mercadores em 1765. Seis anos depois já constava como negociante. Ainda em 1771, Sá foi responsável pela condução da receita da consignação do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo.⁹⁷

Pelas informações dos contratos observa-se a ascensão militar dos sócios no mesmo período. Miguel passara de tenente a capitão e depois a capitão-mor de Jacareí e Antonio Francisco de alferes a capitão em São Paulo. Contudo, Pedro Martins nunca passara do posto de alferes.⁹⁸ Cabe lembrar, por fim, a proximidade geográfica entre Jacareí e São Paulo, favorável à união mercantil e às alianças familiares entre as duas localidades. Os interesses de Miguel Martins também se estendiam à posse fundiária de sesmarias no caminho para o litoral. Em período anterior a 1790, ele requereu junto com Antonio Rodrigues Moreira a confirmação régia de uma carta de sesmaria notavelmente abrangente entre Paraibuna e São Sebastião.⁹⁹

O monopólio dos irmãos manteve o valor do contrato bastante baixo durante quase três décadas. Com exceção do ano de 1764, quando a existência de um concorrente levou ao aumento do preço, manteve-se a média de 135\$233 réis. Entre 1765 e 1777, o valor do contrato não ultrapassou 125\$533 réis, inexistindo qualquer crescimento real, dado que os preços nominais aumentaram apenas 0,4% no período. Apenas na década de 1780 haveria uma tendência persistente de crescimento, atingindo o valor anual de 320\$000 réis no triênio de 1790 a 1792. Não é de admirar que o contrato houvesse trocado de mãos.

Em 1799, pela falta de arrematantes, a passagem de Jacareí foi administrada diretamente pela Real Fazenda que nomeou o mesmo Miguel Martins de Siqueira como administrador.¹⁰⁰ Este fato indica, como apontado anteriormente, a proximidade entre administradores e arrematantes, que tendiam a ser a mesma pessoa em contratos de difícil colocação.

⁹⁷ DI, v. 62, p. 10. Censo da cidade de São Paulo (1765). ACMSP, v. 16, 17. BNRJ, Mss. 21, 4, 7, fl. 28. Rio de Janeiro, 22 ago. 1771. Ofício do escrivão da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, João Carlos Corrêa Lemos, ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão.

⁹⁸ Gen. Paul., v. 7, p. 532-534.

⁹⁹ AHU-SP, cx. 9, doc. 26. Ant. 26 mar. 1790. Requerimento do capitão Miguel Martins de Siqueira e Antonio Rodrigues Moreira, à rainha d. Maria I.

¹⁰⁰ ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. 21. São Paulo, 24 dez. 1798. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo ao capitão Miguel Martins de Siqueira.

O contrato da passagem da Piedade e do porto do Meira foi inicialmente adquirido pelos irmãos Martins de Siqueira em 1764, mas logo depois, entre 1766 e 1774, esteve sob domínio de Diogo Borges da Silva, morador na freguesia de Piedade, vinculada à vila de Guaratinguetá. Entre 1778 e 1786, o contrato foi detido por André Borges da Silva, certamente irmão do primeiro. André por duas vezes, em três arrematações, manteve sociedade com Jerônimo Rodrigues. Os fiadores indicam bem a importância dos dois irmãos. João Pinto da Costa, capitão-mor de Piedade, foi fiador de André em três ocasiões. O único concorrente ao domínio desta família parece ter sido o capitão-mor de Guaratinguetá, Manuel da Silva Reis, que adquiriu o contrato em duas ocasiões (1775-1777, 1787-1789) em sociedade com outros arrematantes. Com relação aos valores do contrato da passagem da Piedade, houve uma estagnação com pequeno decréscimo nas décadas de 1760 e 1770 com crescimento na década seguinte, o que corrobora uma evolução semelhante à da passagem de Jacareí.¹⁰¹

Ao contrário das passagens anteriores, a passagem do rio Piedade foi administrada, no período de 1762 a 1764, por um agente completamente alheio às arrematações posteriores, o sargento-mor Antonio Galvão de França, e obteve proventos ligeiramente maiores com o uso da administração direta.¹⁰²

AS PASSAGENS DO EIXO SOROCABA-CURITIBA E DO CUBATÃO DE SANTOS

As passagens dos rios no caminho do sul – rio Curitiba, rio Paranaguá, rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga – estavam vinculadas às disputas dos contratadores da capitania pelo contrato dos meios direitos de Curitiba. A única exceção, seguindo o padrão localista observado em outras regiões da capitania, era a passagem do Cubatão de Paranaguá e rio de São Francisco de pouco valor e dominada pelo guarda-mor Manuel Gonçalves Guimarães na década de 1780.

Entre 1762 e 1768, as passagens dos caminhos do sul estiveram nas mãos da família de Salvador de Oliveira Leme, já mencionado anteriormente. Nos anos de 1762, 1763 e 1767, Leme atuou como administrador destas passagens. Em 1764 e 1766, por sua vez, constava como o contratador dos postos fiscais. Por sua vez, em 1768, o

¹⁰¹ BNRJ, Mss. 21, 3, 21. São Paulo, 1º out. 1768. Livro de registro de contas das despesas realizadas na capitania de São Paulo, 1762-1768.

¹⁰² BNRJ, Mss. 21, 3, 21. *Ibidem*.

arrematante seria Gaspar Aires de Aguirre, irmão de Paulino, sendo este genro de Leme. É interessante observar que o fiador deste contrato foi Manuel José da Encarnação, residente em São Paulo e mencionado anteriormente nas disputas pelo contrato dos dízimos. A presença de outros agentes mercantis mais conhecidos na capitania só ocorreria novamente na arrematação para o triênio de 1772 a 1774, quando os irmãos Silva e Castro, Manuel Joaquim e Joaquim Manuel, adquiriram o contrato das passagens. No triênio seguinte, outros comerciantes da cidade de São Paulo iriam se interessar pelo contrato, entre eles Manuel Joaquim Gomes, já citado, e José Gonçalves Coelho, capitão em São Paulo (triênio de 1775 a 1777). Na década de 1780, nota-se a presença importante de Manuel Antonio de Araújo por dois triênios consecutivos entre 1781 e 1785. Somente ao final do decênio, outro agente de Sorocaba, o capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros, iria obter o contrato das passagens do caminho do sul (triênio de 1787 a 1789). Nota-se que todos os agentes mencionados disputavam o contrato dos meios direitos do registro de Curitiba, prolongando suas contendas pelo domínio das passagens meridionais.

De maior importância econômica entre todos os postos fluviais, a passagem do Cubatão de Santos foi inicialmente estabelecida pelos padres jesuítas que possuíam uma fazenda no sopé da serra do Mar e alugavam as canoas para o trânsito de mercadorias e dos viajantes pelo rio Cubatão. A partir de uma doação realizada em 1553 até 1743, a Fazenda Geral dos inacianos crescera em extensão por meio de sequestro de bens, sucessivas doações, permutas e compra de terras das sesmarias adjacentes. Boa parte deste crescimento fundiário ocorreria ao longo do século XVII. A fazenda margeava boa parte do rio Cubatão, que era utilizado para o transporte fluvial. Segundo Francisco Rodrigues Torres, o objetivo dos jesuítas era ocupar ambas as margens do rio Cubatão e implantar um serviço de transporte entre o porto geral do rio Cubatão e a vila de Santos, permitindo maiores rendimentos para os religiosos.¹⁰³

Em 1713, o segundo governador da capitania de São Paulo e Minas, d. Brás Baltazar da Silveira, informou ao rei a prática do arrendamento da passagem do Cubatão pelos jesuítas. Tendo em vista seus rendimentos, d. João V ordenou a incorporação da passagem à Coroa nos anos de 1714 e 1717. Sem o sucesso régio e com alguma

¹⁰³ TORRES, Francisco Rodrigues. *A Fazenda Geral dos jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão 1553-1748*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 33-78.

habilidade jurídica dos inacianos, a passagem permaneceria nas mãos dos jesuítas, até nova ordem régia em 1745. A câmara de Santos, buscando o livre trânsito de mercadorias, também contestava o direito dos religiosos a cobrarem taxas. Os edis alegavam que a travessia não poderia ser considerada passagem devido à proximidade do mar e do porto santista, cerca de quatro léguas.¹⁰⁴ Em 1766, a incorporação dos bens religiosos após a extinção da Companhia de Jesus trouxe novamente a questão da passagem do Cubatão, especialmente se era desejável proceder-se a seu arrendamento a particulares ou à administração direta pela Real Fazenda da capitania. Nesta última opção, cogitava-se até mesmo realizar o transporte de graça, sem nada cobrar dos transeuntes.¹⁰⁵

Entre 1766 e 1777, a passagem foi administrada diretamente pela Real Fazenda, rendendo anualmente 200\$000 réis líquidos após pagos os custos com os escravos empregados na posto fiscal.¹⁰⁶ Ao final de 1777, procedeu-se à primeira arrematação do novo contrato da passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar para o triênio de 1778 a 1780. Assim, além da passagem do rio Cubatão na vila de Santos, foi incorporada também a passagem do Pilar, situada em Mogi das Cruzes, e de menor importância. O arrematante foi Joaquim Manuel da Silva e Castro, o qual será descrito na seção sobre os meios direitos no próximo capítulo. O valor pago de 800\$000 réis equivalia a um rendimento 25% superior para a Real Fazenda comparado à administração direta.

Indicador do elevado fluxo de mercadorias que se observava na passagem do Cubatão rumo a serra do Mar, a arrematação do triênio seguinte foi realizada por 4:800\$000 réis para Bonifácio José de Andrada, pai do famoso patriarca da Independência e residente na vila de Santos. Até 1789, as arrematações foram revezadas por Joaquim Manuel da Silva e Castro e o Andrada com um crescimento não tão elevado até 5:500\$000 réis. Estas primeiras arrematações indicavam as disputas entre as elites paulistana e santista pelo controle da passagem, sem que houvesse o envolvimento de agentes mercantis de outras localidades.

¹⁰⁴ TORRES, *A Fazenda Geral dos jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão 1553-1748*, op. cit., p. 79-92. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 45, doc. 3518. São Paulo, 31 jan. 1799. “Memória sobre a comunicação da vila de Santos com a cidade de São Paulo; assim por mar, como pelo caminho projetado por terra, e sobre o principal comércio que há com a Europa, e os portos d’América por esta via”. Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. fl. 3-4.

¹⁰⁵ DI, v. 67, p. 24-25. São Paulo, 20 dez. 1766. Ofício do governador e capitão-general, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao capitão-mor da vila de Sorocaba, José de Almeida Leme.

¹⁰⁶ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 32, doc. 2819. São Paulo, 20 mar. 1778. Representação da Junta da Fazenda Real da capitania de São Paulo a d. Maria I.

Infelizmente não foi possível obter informações sobre os arrematantes da passagem do Cubatão no triênio de 1790 a 1792, mas no triênio seguinte o irmão de Castro e Silva, Manuel Joaquim, iria adquirir o contrato. A relevância deste contrato é atestada pelo fato de que mesmo sendo leilado em Lisboa, como se determinara em 1790, ele seria adquirido por um arrematante paulista, vinculado diretamente aos antigos contratadores. O valor do contrato do triênio de 1793 a 1795 também era elevado, 75% superior ao obtido em 1781.

Comparando-se as passagens do caminho de Sorocaba à Curitiba com a passagem do Cubatão de Santos nota-se a semelhança de ambas serem disputadas por agentes mercantis bem estabelecidos na capitania, muitos deles vinculados à arrematação de outros contratos, e com uma atuação mais ampla do que os contratadores das outras passagens analisadas. Também podem ser observadas disputas entre as elites mercantis de Sorocaba e São Paulo e entre Santos e a capital, indicando as aspirações da elite paulistana em abarcar um grande número de contratos na capitania, estendendo suas operações para vilas importantes na dinâmica comercial paulista.

4. Considerações finais

As transformações na administração fazendária encabeçadas por Pombal trouxeram uma nova divisão fiscal dos contratos do império, com o declínio dos antigos poderes centrais do Conselho Ultramarino e a ruptura da hegemonia dos contratadores de Lisboa sobre as arrematações da América portuguesa. Por sua vez, o fortalecimento ou mesmo construção de elites mercantis regionais nos domínios americanos foi um processo de longa duração que também fortalecia as capitanias enquanto espaços regionais de poder. Tal processo envolveu tanto aspectos externos, relativos à distribuição dos contratos entre as diferentes elites mercantis regionais em formação, quanto internos, referentes à hierarquização e seleção do corpo do comércio das diferentes vilas de cada capitania. No caso da capitania de São Paulo, foram utilizados os contratos dos dízimos e dos meios direitos do registro de Curitiba para exemplificar este processo de construção de uma elite regional, aspecto indicado pela existência de um grupo próprio de arrematantes.

Com relação ao contrato dos dízimos, observa-se que os contratadores envolvidos nas primeiras arrematações realizadas em São Paulo geralmente eram de origem reinol, haviam enriquecido com negócios para as minas de ouro, estavam estabelecidos há bastante tempo na capitania e ocupavam postos de destaque nas irmandades e milícias. Na disputa pelos contratos, os governadores atuaram como fiéis de uma balança nem sempre justa, mas adequada aos seus próprios interesses, na ascensão ou declínio de uma facção mercantil. Assim, agiram diretamente na seleção e diferenciação do corpo mercantil regional, alterando os padrões de concorrência mercantil previstos pelas novas diretrizes fazendárias. Os arrematantes, por sua vez, estabeleciam redes informais com importantes representantes da autoridade régia na capitania, como bispos, ouvidores e provedores da fazenda. A articulação e o tensionamento das relações de poder no plano da capitania trouxeram o fortalecimento da dimensão regional.

O envolvimento e transformação das diferentes elites mercantis locais em uma densa elite regional ocorreriam principalmente a partir da década de 1780, unindo os homens de negócio do capital com os do interior, especialmente das vilas de Sorocaba e Itu, representantes do poder do comércio de animais e da produção de açúcar. A despeito da inclusão de novos agentes vindos do reino ou de áreas paulistas mais

pobres, a projeção de algumas localidades no controle principal dos contratos da capitania representava evidentemente a exclusão de outras vilas, hierarquizando o corpo mercantil. Para o sucesso nas arrematações, contava-se com o envolvimento anterior direto ou indireto (via familiares) na administração fazendária, bem como o emprego de diferentes estratégias de capital econômico e social.

Os contratos dos meios direitos permitem observar como a nascente elite regional paulista conseguiu impedir que as arrematações fossem controladas pelos comerciantes fluminenses. Em um primeiro momento, entre 1769 e 1786, os comerciantes paulistas, ainda sem muita força, aliaram-se aos homens de negócios do Rio de Janeiro, como sócios e procuradores nas arrematações. A influência fluminense estendia-se até mesmo a membros da Junta da Fazenda. Entretanto, a ruptura das redes informais pelo falecimento dos agentes paulistas impediu a continuidade do êxito dos negociantes do Rio de Janeiro e abriu as portas para o predomínio dos paulistas, especialmente das elites de São Paulo e Sorocaba, a partir de 1786. Outro aspecto importante envolvendo os contratos dos tributos sobre animais nos campos sulinos dizia respeito às contendas jurisdicionais entre a Junta da Fazenda de São Paulo com a administração fazendária do Rio de Janeiro e de Rio Grande, indicando interesses próprios e relativamente autônomos face às suas respectivas elites mercantis.

Por sua vez, a análise das arrematações das passagens paulistas no período pombalino apresenta diversas combinações quanto ao poder das elites locais, resultantes tanto do poderio dos arrematantes quanto da permanência dos mesmos por períodos maiores. Nas passagens do caminho de Goiás e do vale do Paraíba, predominavam os potentados locais, gente importante no governo de suas respectivas vilas, mas sem envolvimento mercantil ou fiscal com outras regiões da capitania. À diferença do caminho de Goiás, as passagens do vale do Paraíba foram dominadas por alguns arrematantes em períodos mais duradouros. Por outro lado, as passagens do caminho dos campos meridionais e do caminho do Mar eram disputadas amiúde por grandes contratadores, no primeiro caso, ou pelas elites mercantis de São Paulo e Santos, no segundo. Portanto, na primeira divisão podem ser agrupadas as passagens que se mantiveram no domínio do poder local e na segunda divisão aquelas que envolveram arrematantes com atuação regional ou contratadores locais que se projetavam no campo de poder regional da capitania.

Capítulo 5. Novas regras, 1790-1808

A árvore, Senhor, não sente que lhe cortem um ramo; se a deceparem pela raiz, acabou a mesma árvore, porque morre a vegetação.

Edis da câmara de São Sebastião

Se as arrematações feitas em Lisboa pelo Real Erário têm alguma coisa de vantajosa às rendas do Estado nas outras capitanias, elas são sem dúvida inteiramente opostas aos seus interesses nesta.

Melo Castro e Mendonça

1. Novos rumos para a capitania

Em 1791, notava José Manuel Gonçalves, mestre confeitoiro de Vila Pouca de Aguiar, concelho próximo à cidade do Porto, a chegada de açúcar embarcado no porto de Santos diretamente para Lisboa desde os anos de 1787 e 1788. Reclamava muitíssimo de sua má qualidade, por não haver classificação do que era açúcar fino, redondo, baixo ou mascavado devido à inexistência de Mesa de Inspeção própria como no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Também observava o dito confeitoiro, que os navios só chegavam àquele porto paulista por “terem abundância de carga”, o que dito em termos modernos, significava encerrar o circuito mercantil com a oferta de um gênero exportável e a demanda suficiente por mercadorias europeias. Havia ainda a menção de que este açúcar já era produzido há um bom tempo, mas antes era conduzido ao Rio de Janeiro, onde era examinado e embarcado.¹

Do outro lado do Atlântico, na própria capitania de São Paulo, o testemunho dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba representava bem a crescente mercantilização da economia sob o impulso açucareiro, mesmo em áreas menos favorecidas da capitania

¹ ANTT, Junta do Comércio, mç. 67, cx. 213. S. I., ant. 22 ago. 1791. Ofício de José Manuel Gonçalves à rainha d. Maria I.

como a região do litoral norte. Diziam os edis, que até o ano de 1789 havia florescido a agricultura das lavouras e comércio marítimo da vila a ponto de se levantar em pouco tempo 20 engenhos, a maioria para produção de aguardente e alguns para a obtenção de açúcar. Segundo os oficiais, além de muitos forasteiros se estabelecerem na vila, “os lavradores, e mais povo se aplicavam nas lavouras *como desesperados*; mas era porque o preço dos efeitos os convidava para isso”.²

Os dois testemunhos indicam que o êxito da economia açucareira na capitania datava pelo menos do início da década de 1780. A memória escrita por Manuel Cardoso de Abreu em 1783 atesta a existência da produção açucareira em diversos pontos da capitania ao início daquela década. Os moradores do litoral, especialmente São Sebastião e Ubatuba, viviam de “fumos, pescaria e aguardentes”. Os habitantes das vilas de Parnaíba e Itu viviam de “fábricas de açúcar, de criar seus animais cavalares e vacuns e de panos de algodão”.³

Os rendimentos do subsídio literário, cobrado sobre a aguardente produzida, entre 1779 e 1789 também trazem informações pertinentes sobre a produção canavieira. Ainda que em boa parte do plantio da cana-de-açúcar fosse voltado para o mercado interno, a produção de aguardente é um indicador relevante da expansão canavieira. Em ordem decrescente, São Sebastião, Itu e Ubatuba concentraram quase metade de toda produção de aguardente do período. Paranaguá e São Paulo também produziam uma boa quantidade da bebida. Outro aspecto interessante era que a produção de 1779 só seria superada em 1786, indicando que a lavoura sofria altos e baixos, inexistindo uma tendência crescente duradoura. O alto valor registrado no ano inicial indica que já havia uma produção de vulto na capitania, especialmente no litoral norte (TABELA V.1).

² AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 1, doc. 20, fl. 4v. Ubatuba, 16 jun. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. Grifos meus.

³ ABREU, Divertimento admirável, *op. cit.*, p. 85.

Tabela V.1. Produção de aguardente na capitania de São Paulo, 1779-1789

(em medidas de aguardente)

	1779	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	Total	(%)
São Sebastião	11.088	11.161	9.148	10.416	13.482		11.592	26.586		15.888		109.361	19,8
Itu	8.906	5.776	4.914	18.141	2.443		20.229	15.157	12.590	15.201		103.357	18,7
Ubatuba	20.664	3.280	3.000	4.200		4.320	3.960	3.720	4.440	8.160		55.744	10,1
Paranaguá	3.896	15.584	1.450	2.092				10.770	7.173	3.143	9.560	53.668	9,7
São Paulo	4.756	3.016	4.931	3.426	4.598	6.644		7.398	4.993	5.875		45.637	8,3
Sorocaba	1.428	1.283	1.280	4.659	1.080		4.396	3.271	3.072	7.802		28.271	5,1
Mogi das Cruzes	1.824	3.738	2.278	3.504	5.012	3.000	2.936	4.992				27.284	4,9
Santos	7.756	1.128		4.100	2.864		4.701					20.549	3,7
Guaratinguetá	5.760	3.688	1.480	3.040	2.106	1.920	1.264	1.096		171		20.525	3,7
Atibaia	1.083	224	656	1.264			2.992	1.777	2.240	2.768	4.828	17.832	3,2
Parnaíba	3.584	1.156	688	822	2.748	96	736	1.002	1.680	1.441	720	14.673	2,7
Taubaté	960	1.424	2.324	1.587	2.472	1.760	2.144	1.104				13.775	2,5
Jundiaí			1.850	1.575			4.336			4.256		12.017	2,2
Mogi-mirim		272	1.392	584	975		1.624	1.592		1.088		7.527	1,4
São Vicente	1.246	419	199	1.840	217		504	259	123	185	412	5.404	1,0
Apiaí	521	483		465	1.147				1.910			4.526	0,8
Jacareí	1.472	672	341	256	192			64		680		3.677	0,7
São José		483	216	520	38		352	552	448			2.609	0,5
Pindamonhangá	1.728	400	448									2.576	0,5
Itapetininga	944	98	285	144	96							1.567	0,3
Cananeia	90	360	120	50								620	0,1
São Luiz do Paraitinga				400								400	0,1
Itanhaém	24	50		16						102		192	0,0
	77.730	54.695	37.001	63.101	39.470	17.740	61.766	79.340	38.669	66.760	15.520	551.791	

Notas

- (1) Valores com base nos mapas dos rendimentos do subsídio literário.
 (2) Os valores estão em medidas de aguardente e não inclui os quartilhos.
 (3) Quando havia valores apenas para três ou menos trimestres, adotou-se uma estimativa anual com base nos valores existentes.
 (4) Os valores para 1784 e 1789 parecem estar incompletos. Possivelmente, algumas vilas só recolheram o subsídio literário em 1785.

Fontes

AHU-SP, cx. 12, doc. 9 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 675). São Paulo, 5 mai. 1797. Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, à rainha d. Maria I.

Ao menos com relação ao açúcar das vilas de serra acima, o término das reformas no caminho da temerosa serra de Paranapiacaba durante o governo de Bernardo José de Lorena permitiria a redução dos elevados custos do transporte por bestas muares que também encareciam o consumo dos gêneros importados do reino.⁴ Como bem observou frei Gaspar da Madre de Deus ao início da década de 1790, a calçada do Lorena em muito beneficiara o comércio, que meio século antes testemunhava os prejuízos da perda de cargas, escravos e animais, cujas carcaças transmutavam o caminho em “mais montes de ossos, que de pedras”:

As mercadorias forasteiras podem agora vender-se em São Paulo, e vilas do sertão, mais baratas, e com igual lucro dos vendedores, por se poderem conduzir com menos despesa: pela mesma razão fará conveniência aos mercadores, comprarem os frutos por menor preço, do que dantes, resultando por este modo interesse mais crescido aos lavradores.⁵

Como ressaltado pela historiografia, a produção açucareira, tanto no centro-oeste, quanto no litoral norte, permitiu a inserção efetiva da capitania de São Paulo no comércio direto com Lisboa, a transformação de sua força de trabalho com o emprego de mão-de-obra escrava africana, o adensamento da ocupação fundiária e a melhoria das rotas terrestres e marítimas de comércio.⁶ A capitania de São Paulo conquistara um êxito econômico inaudito em sua história, mas que em comparação com as capitanias mais proeminentes não correspondia a uma alteração do conjunto econômico das distintas regiões da América portuguesa. As consequências foram maiores para a própria dinâmica mercantil da capitania do que face às outras capitanias. Em 1801, o montante exportado e importado pela capitania de São Paulo representava um sexto das exportações do Rio de Janeiro, um terço das exportações da Bahia e de Pernambuco e pouco mais da metade dos gêneros exportados pelo Grão-Pará e Maranhão juntos.⁷

⁴ MENDES, Denise. *A calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 122.

⁵ ALMEIDA, *Uma carta de Fr. Gaspar da Madre de Deus*, op. cit., p. 25.

⁶ PETRONE, *A lavoura canavieira em São Paulo*, op. cit., MONT SERRATH, *Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada*, op. cit., p. 107-134.

⁷ Para os dados de exportação e importação sobre São Paulo ver ANRJ, cód. 111 e para as outras regiões: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. p. 161.

Tabela V.2. Evolução das exportações para Lisboa a partir do porto de Santos, 1790-1801

(em réis)

	Açúcar	Aguardente	Couros	Vaquetas	Arroz	Goma	Algodão	Café	Anil	Total corrigido
1790	42:661\$080	1:770\$000	4:407\$200	158\$000	875\$520	7:540\$720	-	179\$200	640\$000	58:231\$720
1791	85:447\$294	4:968\$000	29:456\$820	2:322\$000	13:255\$040	11:518\$520	195\$000	660\$400	1:680\$000	149:503\$074
1792	104:785\$100	3:290\$000	17:829\$000	1:473\$500	19:882\$100	2:405\$500	4:588\$800	288\$000	1:260\$000	155:802\$000
1793	60:657\$510	960\$000	9:224\$600	169\$600	8:742\$400	125\$400	972\$800	38\$400	-	80:890\$710
1794	301:261\$520	4:030\$000	26:953\$920	2:280\$000	29:570\$400	394\$900	35:826\$000	1:691\$000	4:095\$000	406:102\$740
1795	127:536\$160	5:600\$000	38:550\$600	721\$000	17:184\$000	802\$400	6:391\$600	1:353\$600	1:040\$000	199:179\$360
1796	21:280\$600	525\$000	10:327\$500		1:712\$500	-	-	1:167\$000	4:352\$000	39:364\$600
1797	17:880\$000	1:190\$000	2:520\$000	490\$560	889\$600	-	-	244\$800	380\$000	23:594\$960
1798	177:676\$600	2:834\$000	18:208\$000	355\$000	7:198\$750	193\$200	14:435\$000	1:606\$400	2:112\$000	224:618\$950
1799	92:891\$760	2:550\$000	5:700\$000		37\$800	423\$000		2:550\$400		104:152\$960
1800	38:538\$000	575\$000	10:926\$400	186\$000	4:036\$800	180\$000	4:377\$600	1:050\$000		59:869\$800
1801	47:881\$400		4:732\$000		79\$200			555\$960		53:248\$560

(%)

	Açúcar e aguardente	Couros e vaquetas	Outros
1790	76%	8%	16%
1791	60%	21%	18%
1792	69%	12%	18%
1793	76%	12%	12%
1794	75%	7%	18%
1795	67%	20%	13%
1796	55%	26%	18%
1797	81%	13%	6%
1798	80%	8%	11%
1799	92%	5%	3%
1800	65%	19%	16%
1801	90%	9%	1%
Média	74%	13%	13%

Nota

Cálculos próprios a partir dos dados fornecidos por Corcino Medeiros dos Santos. Os valores totais foram corrigidos a partir dos dados desagregados. Adotou-se o valor do açúcar exportado para Lisboa em 1799 a partir dos dados coletados no “Mapa da Exportação do porto de Santos no ano de 1799”, quando se exportaram 34.201 arrobas de açúcar. Os dados de Santos parecem ser bastante baixos, apenas 4.877 arrobas.

Fontes

1790-1800: SANTOS, Corcino Medeiros dos. Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 186, p. 145-162, 1974, ver p. 160-161.

1799 (açúcar): Mapa da Exportação do porto de Santos no ano de 1799. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, 1961, p. 244.

1801: ANRJ, cód. 111, fl. 113. Ano de 1801. Mapa geral das embarcações que saíram do porto de Santos e da carga que exportavam, e conduziam para os portos abaixo declarados no referido ano.

O negócio do açúcar tornara-se a mola propulsora do comércio marítimo, estreitando os laços que uniam o porto de Santos não apenas à capital do império, como também a outros portos da América. O açúcar e a aguardente correspondiam a três quartos das exportações paulistas para Lisboa na década de 1790, seguida pela participação bastante inferior dos couros e vaquetas, com valor de apenas um quinto dos primeiros gêneros (TABELA V.2). Considerando-se as exportações para todos os portos, o açúcar representava de 55 a 74% das exportações de Santos em 1801.⁸ O fim da restrição à navegação direta com Lisboa em 1765 destruíra uma barreira institucional e fomentara algum comércio nos anos seguintes. Entre 1773 e 1782, por exemplo, 20 embarcações partiram de Lisboa rumo à capitania paulista, sendo 11 delas navios e galeras, barcos que conseguiam transportar um maior volume de carga. Por sua vez, sete embarcações partiram de Santos para Lisboa entre 1774 e 1790. Porém, a década de 1790 representaria uma alteração radical no tráfego do porto de Santos. Como afirmava frei Gaspar da Madre de Deus, “houve ano, em que se contaram cinco [embarcações para a Corte]”.⁹ Entre 1790 e 1807, saíram da barra de Santos 83 embarcações destinadas a Lisboa e algumas ao Porto. Tal cifra era inimaginável comparado aos dados recolhidos ao longo do restante do século XVIII (TABELA V.3).

Além dos portos do reino, na década de 1790, a capitania de São Paulo passou a manter um tráfico direto, mas não muito regular, com Angola tendo em vista a compra de escravos (TABELA V.4). A observação da historiografia a respeito da transformação da mão de obra, com o maior emprego de escravos africanos na lavoura canavieira, deve ser ponderada por algumas reservas. É verdade que a produção de açúcar empregava grande e crescente quantidade de mão de obra escrava. Em apenas sete anos, entre 1793 e 1799, o número de escravos dos engenhos de serra acima aumentou de 320 para 6.562 escravos, valor bem abaixo do crescimento da produção e da exportação (TABELA V.5).

⁸ ANRJ, cód. 111. Todas as estimativas do comércio de açúcar para o ano de 1801 foram realizadas adotando-se dois preços diferentes: 1\$040 réis e 1\$400 réis por arroba. O primeiro é uma média dos preços médios dos três tipos de açúcar (fino, mascavo e redondo) vendido no porto de Santos no mesmo período. O segundo é o preço médio do açúcar fino nas mesmas condições. Como não há uma discriminação do açúcar comercializado, que poderia conter diferentes proporções dos diversos tipos, adotou-se uma estimativa máxima, ao considerar todo o açúcar como sendo do melhor tipo, e outra média, contendo proporções iguais dos três tipos de açúcar a fim de reduzir as distorções da primeira estimativa.

⁹ ALMEIDA, *Uma carta de Fr. Gaspar da Madre de Deus*, op. cit., p. 22.

Tabela V.3. Embarcações saídas da vila de Santos com destino ao reino, 1789-1807

	Galera	Navio	Curveta	late	Bergantim	Sumaca	s.i.	Total
1789		1						1
1790		1						1
1791	1	4	1		2			8
1792	2	4	1		1			8
1793		2	2		1			5
1794	2	8			2	2		14
1795	1	2-1*	1		1			6
1796		1			1			2
1797					2			2
1798	1	1						2
1799			1				1	2
1800		1			1			2
1801			1		1			2
1802		1			2		2	5
1803	1	1-1*	1					4
1804	1	1	1					3
1805	2-1*	2			1*-1**			7
1806	1	1			1-1*			4
1807	1*	1			3-1**			6
								84

Notas

Todas as embarcações sem asterisco foram destinadas à cidade de Lisboa. Quando existente, adotei a data de chegada da embarcação como ano de referência.

(*) Embarcações destinadas à cidade do Porto.

(**) Embarcação destinada à vila da Figueira.

Fonte

MATTOS, *Política, administração e negócios, op. cit.*, p. 90-97, 137-139, 161-165.

Tabela V.4. Embarcações entrada e saída de Santos com destino a Angola e Benguela, 1789-1795

Embarcações saídas da vila de Santos destinadas para Angola e Benguela

	Galera	Navio	Curveta	Iate	Bergantim	Sumaca	s.i.	Total
1789	1							1
1790								0
1791			1					1
1792								0
1793								0
1794	1					1		2
1795			1					1

Embarcações saídas de Benguela destinadas ao porto de Santos

	Galera	Navio	Curveta	Iate	Bergantim	Sumaca	s.i.	Total
1791			1					1
1792								0
1793								0
1794						1		1

Nota

Quando existente, adotei a data de chegada da embarcação como ano de referência.

Fontes

1772-1807: MATTOS, *Política, administração e negócios*, op. cit., p. 90-97, 137-139, 161-165.

1791, 1794 (Angola):

AHU, Angola, cx. 76, doc. 49. São Paulo de Assunção, 28 jun. 1791. Ofício de Manuel de Almeida e Vasconcelos, governador de Angola, a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

AHU, Angola, cx. 80, doc. 28. São Filipe de Benguela, 14 mar. 1794. Ofício de Francisco Paim de Câmara e Ornelas a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Tabela V.5. Dados sobre a produção de açúcar na região de serra acima, 1793-1799

	(1) Produção (arrobas)	(2) Exportação (arrobas)	(2)/(1) Exportação /Produção	(3) Número de engenhos	(1)/(3) Produção/ Engenhos	(4) Número de escravos	(1)/(4) Produção/ Escravos
1793	41.708	33.310	0,80	78	535	320	130
1794	61.402	106.078	1,73	103	596	427	144
1795	28.126	68.384	2,43	134	210	614	46
1796	80.872	12.518	0,15	209	387	1162	70
1797	101.795	8.940	0,09	272	374	1730	59
1798	126.659	93.514	0,74	359	353	5521	23
1799	153.499	37.608	0,25	433	355	6562	23
Média	84.866	51.479	0,90	227	401	2.334	71

(1793 = Base 100)

	Produção	Escravos	Exportação	Produção/ engenho	Produção/ escravo	Exportação/ produção
1793	100	100	100	100	100	100
1794	147	133	318	111	110	216
1795	67	192	205	39	35	304
1796	194	363	38	72	53	19
1797	244	541	27	70	45	11
1798	304	1725	281	66	18	92
1799	368	2051	113	66	18	31

Fonte

Cálculos próprios a partir dos dados apresentados em: SANTOS, Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII, *op. cit.*, p. 158.

Entretanto, no conjunto e a longo prazo, a economia paulista modificou-se a passos mais lentos e de forma diferenciada em suas regiões. Tomando-se os dados apresentados por Luna e Klein, a população escrava da capitania triplicou entre 1777 e 1829, mas a participação relativa aumentou apenas de 22 para 28% da população total no mesmo período. Este aspecto tornara-se mais pungente com o crescente emprego da mão de obra escrava em algumas regiões da capitania, especialmente o Oeste Paulista, seguido do Vale do Paraíba. No Oeste Paulista, a participação relativa dos escravos elevou-se de 24 para 42% da população da região. No Vale do Paraíba, este crescimento relativo foi de 21 para 31% da população. Após meio século, o número de escravos representava o nêuplo do observado no Oeste Paulista e o quádruplo no Vale do Paraíba. Além disso, deve-se notar que já em 1777, antes do grande *boom* açucareiro, boa parte da população era escrava. Em 1804, a proporção mantivera-se praticamente a mesma do observado um quarto de século antes.¹⁰

Para os contemporâneos, a lavoura e o comércio de açúcar podia, muitas vezes, não se apresentar como uma fonte certa de lucros e ganhos. Na década de 1790, por exemplo, as exportações variavam bastante de ano para ano, sem que houvesse uma tendência contínua e crescente. Podiam ser exportadas 106 mil arrobas de açúcar em 1794, caindo para 68, 12 e 8 mil no triênio subsequente, seguida de um novo aumento para 93 mil arrobas em 1798 e outra queda para 37 mil em 1799. No entanto, a produção crescia a passos largos e contínuos, triplicando em apenas seis anos. Além disso, a lavoura canavieira exigia grandes investimentos em escravos. Na década de 1790, apesar do aumento do número de escravos não houve elevação da produtividade média. Em 1799, cada engenho paulista produzia 355 arrobas de açúcar, apenas dois terços do obtido seis anos antes. Da mesma forma, cada escravo permitia obter apenas um quinto do produzido em 1793, com a redução de 130 arrobas para apenas 23 arrobas (TABELA V.5).

Considerando-se a proporção entre exportação e produção canavieira, após 1795 houve uma forte redução na demanda pelo açúcar paulista nos anos de 1796, 1797 e 1799 (TABELA V.5). Além disso, segundo Stuart Schwartz, após atingir um pico em 1800, as exportações brasileiras de açúcar caíam abruptamente até 1804, recuperando níveis

¹⁰ LUNA; KLEIN, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*, op. cit., p. 148. Cálculos próprios com base nos dados apresentados pelos autores.

menores nos dois anos seguintes e reduzindo-se ainda mais fortemente até 1808.¹¹ Para um açúcar de má qualidade como o paulista, a redução nas vendas poderia corresponder a perdas crescentes. Por sua vez, os investimentos dos produtores, especialmente na aquisição de escravos, mantiveram-se constantes, gerando o endividamento dos fazendeiros na capitania já aos primeiros indícios de reversão das vendas coloniais. Segundo indicava o governador Melo Castro e Mendonça em 1801, que assistira em seu governo ao “numeroso estabelecimento de engenhos de açúcar”, o envolvimento de Portugal nos conflitos diretos com a Espanha, prejudicando o comércio, viria a “cortar em flor as grandes esperanças” da lavoura canavieira:

Estagna o comércio, fica sem preço o açúcar; e perdendo os escravos o valor que a conjuntura accidental lhes havia dado, apenas existem os novos engenheiros, mas sem meios para pagarem as dívidas contraídas; para que não são suficientes os mesmos escravos, que no estado atual valem menos da metade do custo primitivo.¹²

A pujança açucareira era certamente a parte mais visível do crescimento econômico da capitania paulista, mas havia setores igualmente dinâmicos. Desde o início da década de 1780, além do antigo comércio de animais cavалares e vacuns do Viamão, Manuel Cardoso de Abreu observava o cultivo de fumo, farinha de madeira, algodão, congonha (erva-mate) e extração de madeira, e até mesmo alguma pequena extração aurífera em Paranaguá, Itapetininga e Apiaí. Naquela época, contudo, indica em sua memória, grande parte da população possuía poucos recursos, alguns sendo até miseráveis, vendendo o suficiente apenas para comer, vestir e comprar sal, especialmente nas vilas do litoral norte (Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e São Luís do Paraitinga), do caminho para Goiás (Jundiaí, Atibaia, Mogi-Mirim e Bragança Paulista) e do litoral sul (São Vicente, Itanhaém, Iguape e Cananeia).¹³ Lida sem o devido cuidado, essa e outras memórias produziram uma ideia de decadência e pobreza, quando atestavam amiúde as desigualdades crescentes na sociedade paulista entre o enriquecimento de alguns

¹¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 346.

¹² DI, v. 30, p. 55. São Paulo, 2 mai. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a d. Rodrigo de Souza Coutinho.

¹³ ABREU, Divertimento admirável, *op. cit.*, p. 84-86.

mercadores e produtores e a larga massa de homens livres e pobres, “sem eira nem beira”, que habitava a capitania.¹⁴

Os dados do comércio de exportação e importação dos portos e registros permitem obter estimativas sobre o peso dos gêneros na dinâmica mercantil. Em 1801, a capitania movimentou aproximadamente 1.024:000\$000 réis. Deste total, o comércio de animais (gado, cavalos e muares), açúcar, toucinho, sal e panos de algodão representava entre 49 a 54% do total. O açúcar correspondia apenas a 13-17% das importações e exportações da capitania, enquanto que o comércio de animais alcançava 24%. O negócio do sal envolvia 6% das transações e as vendas de toucinho 5% do total. Portanto, ao início do século XIX, mesmo com o crescimento das exportações açucareiras, a dinâmica mercantil da capitania ainda estava assentada sobre o mercado interno, notadamente o comércio de animais.¹⁵

Outra comparação também indica o peso das relações mercantis na própria América portuguesa. O montante importado e exportado pelos portos do litoral representava 37% do total, enquanto que os registros movimentaram 63% das mercadorias. Pelo porto de Santos, realizou-se 27% do comércio da capitania. Quanto aos registros, deve-se destacar a importância das relações com o Rio de Janeiro pelos registros de Boa Vista (Paraty), Pirai e da Fortaleza que envolveram 24% do total. As relações com as outras capitanias também eram relevantes: Rio Grande de São Pedro (13%), Minas Gerais (10%), Goiás (12%) e Mato Grosso (2%). No conjunto, o comércio terrestre com as capitanias circunvizinhas a São Paulo representava 63% do montante de importações e exportações paulistas.¹⁶

Muito do comércio marítimo era realizado com outras praças da América portuguesa, mesmo quando se consideram os negócios do açúcar. Em 1799, apenas 23% das exportações do gênero em Santos, São Sebastião e Ubatuba eram destinadas diretamente para Lisboa, proporção que se elevaria para 33% em 1801. A praça do Rio de Janeiro importava 70% da produção açucareira daqueles portos em 1799, embora dois anos depois respondesse por somente 38% das exportações, devido ao crescimento das exportações para Lisboa e para a Bahia. É verdade que em 1801 entraram no Rio de Janeiro 15.605 arrobas pelo registro de Boa Vista, localizado em Paraty, o que elevava a

¹⁴ Para a crítica à incorporação da ideia memorialista de decadência pelos historiadores de São Paulo colonial ver: MEDICCI, *Entre a “decadência” e o “florescimento”*, op. cit.

¹⁵ Cálculos com base nos mapas de importação e exportação contidos no ANRJ, cód. 111.

¹⁶ Idem à nota anterior.

participação fluminense a 46% das exportações. Por último, exportava-se também açúcar paulista para a capitania da Bahia, que aparece em terceiro lugar, com 6% e 20% das exportações em 1799 e 1801, respectivamente. Assim, de forma geral, o açúcar paulista era direcionado para a própria América portuguesa, representando 77% (1799) e 67% (1801) das exportações. Por fim, deve ser feita a ressalva quanto à reexportação no Rio de Janeiro do açúcar de São Paulo para os portos portugueses, questão de difícil verificação devido ao envio do açúcar paulista como sendo próprio da região fluminense.¹⁷

Em particular, o litoral norte e boa parte do vale do Paraíba estavam muito mais integrados à economia fluminense do que à paulista. Uma representação da câmara de Taubaté informava que as seis vilas próximas à Paraty – São Luís do Paraitinga, Cunha, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Taubaté – sempre

(...) conduziram [do Rio de Janeiro] o sal e todos os mais gêneros da sua precisão assim como para ali comerciam todos os gêneros das suas culturas por lhes ser de grande longitude, e prejuízo, o irem à vila de Santos de onde medeiam quarenta, cinquenta e mais léguas de incultos caminhos e serras.¹⁸

Se o açúcar era o eixo do comércio marítimo, o comércio de alimentos e animais fomentava o grosso das trocas terrestres e pode-se dizer que boa parte do crescimento econômico da capitania paulista decorria dos setores de subsistência. Ademais, durante a década de 1790, a reorganização dos grupos econômicos da capitania resultou de mudanças efetuadas principalmente no comércio e produção de víveres, reordenamento cuja dinâmica não se explica unicamente pelo êxito da lavoura açucareira. Novas localidades e agentes adentravam nos circuitos mercantis da América portuguesa. Pelas regiões do litoral norte, vale do Paraíba e litoral sul da capitania, seguiam diversos gêneros em direção ao Rio de Janeiro: toucinho, fumo, arroz, farinha, queijos, galinhas, gado, cavalos e bestas muares. Para Minas Gerais, iam cavalos e bestas e para o Mato

¹⁷ Cálculos baseados nas seguintes fontes: 1799 – *Anais do Museu Paulista*, v. 15, p. 244. 1801 – ANRJ, cód. 111.

¹⁸ AHU-SP, cx. 21, doc. 14, fl. 1v. Taubaté, 10 abr. 1804. Representação dos povos das vilas do norte de São Paulo, ao príncipe regente d. João.

Grosso transportava-se feijão, farinha e porcos capados pelas monções que saíam de Porto Feliz.¹⁹

Mesmo os dados limitados sobre o comércio da capitania não captam a produção que permanecia nos limites da auto-subsistência. Muito do que era produzido mantinha-se nos limites das vilas, mantendo-se, assim, fora dos circuitos mercantis dentro da capitania e fora dela. Em São Carlos, freguesia de Campinas, apenas 8,3% do feijão e 1,4% do milho produzidos na localidade foram comercializados fora da vila em 1798. No ano seguinte, os valores respectivos eram igualmente pífios: 3,8% (feijão) e 3,6% (milho). Ainda que não seja possível realizar generalizações a partir de um caso isolado, pode-se pensar em como as vilas criaram estratégias que protegiam a produção de subsistência, mantendo uma política de segurança alimentar, como se diria nos dias de hoje.²⁰

Não obstante estes pequenos protecionismos, a sanha mercantil atentava de tempos em tempos a produção de subsistência paulista, alterando os equilíbrios locais e gerando extensas condenações das câmaras contra os atravessadores. Em momentos de falta de víveres em outras localidades, recorria-se ordinariamente à produção paulista, o que indica o quanto a capitania ainda era vista como um celeiro da América portuguesa e pouco reconhecida por sua produção açucareira, considerada de má qualidade. Em 1793, face à falta de alimentos experimentada em Pernambuco, Bahia e Angola, os edis da câmara de São Paulo reclamavam dos comerciantes “que movidos de ambição de aumentarem os seus interesses entraram a formar negociações destes gêneros, que são dos da primeira necessidade para conservação de todo o vivente”. Estes “atravessadores” enviaram pelos portos litorâneos toda a farinha, feijão e arroz que era possível, assim como expediram representantes à cidade de São Paulo e ao largo cinturão de produção de subsistência dos arredores (Nazaré, Atibaia e Jaguari) para comprarem porcos, farinha e feijão. As remessas foram elevadas a ponto de resultarem em uma considerável falta de alimentos e no aumento de preços dos víveres na cidade de São Paulo.²¹

¹⁹ Ver ANRJ, cód. 111 e AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 5, doc. 18, fl. 2v. Atibaia, 27 abr. 1793. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

²⁰ Cálculos com base nos dados apresentados por CELIA, Maria Isabel Basílico. *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. p. 85-86.

²¹ ACMSP, v. 19, p. 368-372. São Paulo, 17 abr. 1793. Termo de vereança.

No entanto, se a falta de alimentos e a carestia prejudicavam os habitantes de São Paulo, havia os ganhos dos comerciantes atravessadores, produtores de alimentos e criadores de animais de outras localidades da capitania. Em réplica à câmara de São Paulo, os oficiais de Atibaia defendiam seu direito de vender os alimentos alegando boas colheitas, sendo mal fundado o receio da falta de mantimentos. Defendiam os lucros dos produtores de alimentos que, segundo o raciocínio, eram também de interesse da Coroa:

O interesse do lucro da lavoura é que anima aos homens para irem entrando aos incultos sertões para os povoarem, e neles fazerem suas roças (...) e se se lhes dificultar esta saída deixar-se-ão de habitar nas incultas matas com grave prejuízo da Real Coroa.²²

Como visto anteriormente, o período pombalino representou uma época de ascensão e consolidação dos estratos mercantis da capitania paulista. Apesar da ausência de uma grande inovação, as últimas décadas do século apontariam um quadro ligeiramente diverso. Nos últimos anos dos Setecentos, nota-se na cidade de São Paulo o surgimento de uma camada de comerciantes envolvidos no trato com outras regiões, especialmente o Rio de Janeiro e, em menor grau, o Rio Grande de São Pedro. Os dados consultados não indicam a qualidade das relações destes agentes com a praça fluminense, impedindo maiores considerações acerca de sua dependência ou autonomia. O comentário do governador Bernardo José de Lorena, contudo, tende a ressaltar a submissão dos negociantes paulistas ao Rio de Janeiro:

Têm sido necessárias muitas providências para evitar a saída dos efeitos de comércio com a Europa, para o Rio de Janeiro (...) pelo costume em que estavam os negociantes de São Paulo, de merecerem este nome, do que o de caixeiros dos do Rio.²³

Em 1798, havia 36 comerciantes paulistanos vinculados à praça do Rio de Janeiro. Em sua maioria, viviam do negócio de fazendas secas, trazidas do Rio por si mesmos (“vai buscar no Rio de Janeiro”) ou por terceiros (“manda vir”). Poucos possuíam caixeiros, cinco negociantes tinham apenas um caixeiro cada e somente um negociante possuía quatro caixeiros. Destes comerciantes, boa parte era formada por capitães de

²² AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 5, doc. 18, fl. 2v. Atibaia, 27 abr. 1793. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

²³ DI, v. 15, p. 125. S.d. [1797?], s.l. Relatório do capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena, ao seu sucessor Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

milícias (33%) e tenentes de milícia (16%), o que indicava pertencerem aos grupos mais destacados da cidade.

O comércio com o Rio Grande de São Pedro ocupava poucos negociantes na cidade de São Paulo, apenas oito agentes, embora de grande estatura. Compravam bestas no Rio Grande, Curitiba ou Sorocaba. Metade deles era composta por capitães de milícia e um quarto ocupava o posto de tenente-coronel. Havia também o próprio comércio feito na capitania. Sete agentes realizavam o comércio com Itu e Campinas, onde compravam açúcar e alguns revendiam em Lisboa. O comércio de molhados com Santos ocupava 26 agentes de menor importância na escala social, visto que muitos eram simples soldados de milícia.

A comparação entre o comércio paulistano com o Rio de Janeiro e Santos mostra a importância econômica da primeira praça. Em 1798, importava-se do Rio de Janeiro o total de 109:808\$838 réis, enquanto de Santos provinha apenas 3:204\$492 réis, o que representava somente 3% do comércio com o Rio. Cada agente envolvido com o comércio fluminense movimentava 3:050\$246 réis e com o comércio santista 123\$250 réis. Além disso, apenas a soma administrada pelos agentes da cidade de São Paulo vinculados ao comércio com o Rio de Janeiro representava um terço do valor total dos produtos importados e exportados pela capitania em 1798.²⁴

Na mesma época, o tráfico de escravos também ocupava quatro agentes da cidade de São Paulo, sendo três deles coronéis de milícias. Os escravos eram comprados no Rio de Janeiro e em Santos e revendidos em Itu. Certamente em outras localidades da capitania, outros também se dedicavam ao comércio de escravos. No entanto, ao que parece, a maior parte dos escravos era comprada de negociantes de outras capitanias. Como afirmava em 1801 o governador Melo Castro e Mendonça, a escravatura “lha vendem os negociantes das outras capitanias, e alguns desta”.²⁵

Em Santos, no último quartel do século XVIII, os chefes de domicílio envolvidos no comércio e nas “atividades do mar” correspondiam a um quarto da população. Percebe-se na virada do século uma concentração entre os negociantes da praça. Em 1798, havia 58 domicílios cujos chefes exerciam atividades mercantis, número similar ao recenseado em 1775. Em 1802, por sua vez, havia apenas 32 domicílios vinculados ao

²⁴ AESP, Maços de População, São Paulo, 1798. ARRUDA, *O Brasil no comércio colonial, op. cit.*, p. 269-270.

²⁵ DI, v. 30, p. 55. São Paulo, 2 mai. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a d. Rodrigo de Souza Coutinho.

comércio.²⁶ No mesmo período, entre 1799 e 1801, as exportações pelo porto caíram pela metade, o que provavelmente explique esta redução.²⁷

A despeito desta redução, o porto de Santos seguia como a principal entrada e saída marítima da capitania. Mesmo quando o comércio foi franqueado a outros portos entre 1798 e 1803, cerca de 80% das exportações eram realizadas pela vila de Santos nos anos de 1799 e 1801. Quando se considera os montantes de importação e exportação de 1801, nota-se que 27% do comércio da capitania era realizado por Santos e apenas 10% por todos os outros portos restantes. No mesmo período, São Sebastião e Paranaguá, que eram os portos mais importantes depois de Santos, movimentavam cada um o décimo do valor comercializado em Santos. O relativo poder dos comerciantes santistas concedia-lhes uma posição privilegiada que permitia lucros oligopolistas sobre as outras vilas marítimas de menor porte. Os oficiais de Antonina, no litoral sul, reclamavam que havia poucos compradores em Santos para a produção daquela vila, sendo que estes poucos “se mancomuna[vam] uns com os outros, e um só compra[va] para todos, prometendo um preço módico pelos efeitos”.²⁸

Por outro lado, mesmo em períodos de proibição do livre comércio marítimo, as autoridades locais tenderam amiúde a não cumprir as diretivas dos governadores, prosseguindo a entrada e saída de embarcações destes portos, de tal forma que o predomínio dos negociantes santistas nunca foi absoluto.²⁹ Outro fator que colaborava para a sobrevivência dos portos menores era a incapacidade do comércio santista de realizar todo o abastecimento de mercadorias e víveres necessários aos habitantes do litoral, particularmente das vilas meridionais.³⁰

No entanto, apesar destas desigualdades do litoral paulista, um traço comum aos portos da capitania era sua dependência do comércio de cabotagem com o Rio de

²⁶ DI CARLO, Ricardo Felipe. *Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 266.

²⁷ Cálculos com base nas seguintes fontes: 1799 – *Anais do Museu Paulista*, v. 15, p. 244. 1801 – ANRJ, cód. 111.

²⁸ Idem à nota anterior. AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 1, doc. 17. Antonina, 31 jul. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Antonina ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta.

²⁹ Sobre a questão do monopólio do comércio marítimo no litoral paulista, ver: MATTOS, Renato de. *Política, administração e negócios: a capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do império português (1788-1808)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

³⁰ AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 1, doc. 17. Antonina, 31 jul. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Antonina ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta.

Janeiro. Em 1799, a maioria das exportações de Ubatuba (53%), Santos (61%), Paranaguá (61%) e São Sebastião (88%) era destinada ao Rio de Janeiro. Dois anos depois, Santos conseguira uma melhor distribuição, com maiores exportações para Lisboa e Bahia, e São Sebastião aumentara os vínculos com o Rio Grande. Ainda assim, Ubatuba, Paranaguá e São Sebastião prosseguiram enviando mais da metade dos seus gêneros para o Rio de Janeiro.³¹

³¹ *Anais do Museu Paulista*, v. 15, p. 244.

2. As câmaras e a negociação fiscal

A EXTINÇÃO DO ESTANCO DO SAL

Como já bastante investigado pela historiografia, após a queda de Pombal assistiu-se ao surgimento de novos projetos de integração imperial que traziam matizes fisiocratas e liberais à política mercantilista anterior. As pressões decorrentes do deflagrar da independência norte-americana, a força da industrialização inglesa, bem como os desdobramentos críticos da Revolução Francesa e da Inconfidência Mineira exigiam a redução das tensões entre Portugal e seus domínios. Ademais, como aponta Kenneth Maxwell, a revolta de escravos no Haiti em 1792 amedrontava os proprietários brasileiros ante a um desdobramento similar, conduzindo-os a uma maior aceitação da estrutura política vigente. Assim, ilustrados portugueses e luso-brasileiros, muito deles sob os auspícios da recém-fundada Academia de Ciências de Lisboa, buscavam soluções comuns e harmônicas a equilibrar uma menor interferência do governo na colônia com a recusa de projetos de possível emancipação. Na política econômica, as reformas passavam pelo incentivo à diversificação agrícola, o combate ao contrabando, a extinção das companhias de comércio e o estímulo ao comércio inter-colonial. Para a chamada “geração de 1790”, as reformas aumentariam o comércio *dentro* do sistema colonial, oferecendo benefícios mútuos que preservassem a unidade e estimulassem a interdependência entre as partes do império, especialmente no fomento da indústria metropolitana.³²

No estímulo ao crescimento econômico e principalmente na redução das tensões políticas, a tributação moderada e a reforma do sistema dos contratos constituíam eixos centrais do novo modelo imperial.³³ Apesar das revoltas recorrentes no Antigo Regime motivadas pela elevação da carga fiscal, a má gestão da fiscalidade agora era o estopim de revoltas e sedições na Europa e no Novo Mundo que rompiam a possibilidade de um retorno à ordem, levando abaixo soberanos e grupos privilegiados.

³² NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, op. cit., caps. 3-4. NOVAIS, Fernando Antonio. O reformismo luso-brasileiro: alguns aspectos. In: *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 167-182. MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 157-207.

³³ AIDAR, *A tessitura do fisco*, op. cit., p. 87-104.

Entre as principais medidas reformistas do império português, a abolição do monopólio do sal e da pesca das baleias figura como um exemplo recorrente e evidente da nova inspiração liberal e fisiocrata.³⁴ Por outro lado, resta muito a investigar sobre como estas reformas foram encaminhadas nas diversas capitanias. No tocante à capitania de São Paulo, buscou-se destacar a importância do poder regional e dos poderes locais no encaminhamento da abolição do estanco do sal.

Ao início da década de 1790, surgiram propostas dos dois lados do Atlântico favoráveis à liberalização do comércio de sal e à pesca da baleia. Estas ideias de comércio franco foram ventiladas pelos representantes de um novo projeto imperial que buscava contemplar os interesses coloniais. Este último aspecto decorria não apenas de alguns membros serem oriundos da própria colônia, mas também pela busca da modernização da economia imperial. Assim, o jovem José Bonifácio de Andrada e Silva argumentava que a pesca da baleia necessitava do “agulhão da emulação e concorrência” para seu crescimento e perfeição, lembrando dos princípios da então nascente economia política.³⁵

O estanco do sal, por sua vez, seria criticado pelo bispo Azeredo Coutinho poucos anos depois. O contrato permitia o enriquecimento de um único homem, enquanto “perd[iam], ou deixa[vam] de lucrar os colonos, e todo o comércio de Portugal os interesses incalculáveis, que aliás poderiam tirar da grande abundância dos pescados, e das carnes salgadas, dos toucinhos, dos queijos, das manteigas, etc.”. O valor recebido pelo Erário Régio pelo pagamento do contrato poderia ser compensado pelos direitos alfandegários. Também sugeria o bispo que as câmaras coloniais cobrassem novos tributos, proporcionais ao sal consumido, para ressarcir o Estado da perda do contrato. Com o comércio livre do sal e o subsequente fomento à produção e comércio dos colonos, iria Portugal “descobrir tesouros inexauríveis, mais ricos que o Potosi”.³⁶

³⁴ Apesar do tempo, os estudos de Myriam Ellis ainda permanecem como a análise mais completa sobre a questão. Cf. ELLIS, *A baleia no Brasil colonial*, op. cit. ELLIS, *O monopólio do sal no estado do Brasil*, op. cit.

³⁵ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias. In: *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790. v. 2, p. 388-412, ver p. 394.

³⁶ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias oferecido ao sereníssimo príncipe do Brasil nosso senhor e publicado de ordem da Academia Real das Ciências pelo seu sócio José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho*. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1794. p. 8-12

No próprio reino, convergiam opiniões semelhantes sustentadas pelos setores mais progressistas e doutos da Corte. Domingos Vandelli, em sua “Memória sobre o contrato do sal, e das baleias” (c.1795), maldizia os lucros exorbitantes dos contratadores do estanco do sal no Brasil, que atingiam 400% e até 700% do preço do sal, quando misturados com areia ou terra. Porém, em termos mais realistas os ganhos não eram tão extraordinários. No mesmo escrito, com base nos dados do sal embarcado para os portos de Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e Santos entre 1764 a 1767, Vandelli calculava em 52% os lucros líquidos dos contratadores, deduzidos as despesas com a importação do sal, o pagamento dos administradores e das parcelas anuais pelo contrato. O autor supunha que após três décadas, os lucros haviam dobrado pelo crescimento da pecuária e do povoamento do Brasil.

O estanco do sal, segundo Vandelli, prejudicava os criadores de gado e o desenvolvimento da salga de peixes e carnes. A proposta de Vandelli era abolir os lucros dos contratadores, reduzir o preço do sal pelo aumento da concorrência e conservar os rendimentos da Real Fazenda, pois com a introdução de um imposto sobre o gênero comercializado livremente a Coroa ganharia valor equivalente ou até superior ao recebido pelo contrato. Seguindo o exemplo de Azeredo Coutinho, para obter este rendimento Vandelli propunha cobrar direitos de entrada do sal no Brasil ou negociar com as câmaras um valor fixo a ser pago anualmente, como ocorria com o encabeçamento das sisas: “ouvindo as câmaras para obrigar-se cada uma pagar anualmente um cabeção”, conforme aponta em um escrito posterior.³⁷

No mesmo ano da proposta de Vandelli, a Coroa tomou medidas de liberalização do comércio de sal e ferro na América portuguesa. O objetivo da decisão régia era fomentar a povoação, agricultura e “indústria” das colônias, pela remoção das “restrições fiscais” do monopólio do sal, dos direitos sobre o ferro e sobre a entrada de escravos. Na medida relativa ao sal, previa-se a extinção do contrato e o estabelecimento do comércio livre e de salinas na América. Um segundo ponto, referia-se à criação de renda equivalente pelas câmaras que compensassem a perda dos contratos pela Coroa. Propunha-se tributar o próprio sal ou estabelecer “outro meio ou arbítrio” que se julgasse conveniente. Da mesma forma, dever-se-ia proceder com o ferro, assentando-se

³⁷ VANDELLI, Domingos. Memória sobre o contrato do sal, e das baleias (c.1795). In: SERRÃO, Joel (Ed.). *Domingos Vandelli. Aritmética política, economia e finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994. (Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8). p. 215-217. VANDELLI, Domingos. Memória relativa à extinção do contrato do sal (c.1796). In: SERRÃO (Ed.), *Domingos Vandelli, op. cit.*, p. 221.

com as câmaras uma tarifa moderada. Permitia-se a abertura de minas de ferro no Brasil, que estimulariam sobretudo a manufatura de instrumentos agrícolas e utensílios domésticos. Era criticada particularmente a tributação nas entradas das minas, nas quais se cobravam a mesma alíquota tanto de um quintal de ferro quanto de fazendas finas, ou seja, regulava-se apenas pelo peso das mercadorias, onerando gêneros de subsistência como se fossem de luxo.³⁸

Desta forma, as câmaras encontravam-se em uma posição central na abolição do estanco do sal com respeito à substituição dos rendimentos antes obtidos pelo contrato. A reforma do império continha, assim, elementos tradicionais, ao deixar ao arbítrio das câmaras a escolha dos meios fiscais conforme ocorria desde o século XVII. Em 1796, a câmara de São Paulo, enquanto porta-voz dos principais cidadãos paulistanos e das maiorias das câmaras das vilas, agradeceu à rainha o benefício da extinção do estanco do sal e o fim dos tributos sobre o ferro. Propuseram-se novos direitos sobre o mesmo sal para compensar o fim do contrato e direitos sobre tecidos de luxo que restituíssem a receita perdida com o término dos direitos sobre o ferro.³⁹

A ascensão de d. Rodrigo de Souza Coutinho ao cargo de secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos entre setembro de 1796 e julho de 1800 traria novo impulso reformador à questão do estanco do sal, acrescentando-se às propostas de Azeredo Coutinho e Vandelli e à medida régia de 1795. O estadista era um grande crítico dos contratadores de tributos, mesmo no seu período anterior, ainda como embaixador em Turim. No seu famoso discurso dirigido aos outros conselheiros do rei, a “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América” (1797 ou 1798), Souza Coutinho propunha, entre tantas outras coisas, a abolição do monopólio do sal. Sua leitura era bem próxima de Azeredo Coutinho e Vandelli pela denúncia do alto preço do sal, prejuízos na salga das carnes, redução do consumo e perdas da receita do Estado. A única diferença era sua afirmação de que o estanco era prejudicial não somente à América, mas também ao reino, devido à redução nas exportações de carne salgada. Para Souza Coutinho, o término do monopólio custaria apenas 120.000 cruzados (48:000\$000 réis), “renda que paga[vam] os contratadores à

³⁸ DI, v. 25, p. 133-135. DI, v. 45, p. 466-468. Palácio de Queluz, 27 mai. 1795. Ofício do secretário de Estado, Luiz Pinto de Souza, a Bernardo José de Lorena, governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

³⁹ AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 1, doc. 69. São Paulo, 6 abr. 1796. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

Fazenda Real, e pela qual receb[iam] o direito de vexarem toda a América”.⁴⁰ Para compensar as perdas da Coroa, Souza Coutinho propunha que fossem elevados os direitos de saída do sal embarcado no reino com destino ao Brasil, deixando livre a venda do gênero, embora, contraditoriamente, defendesse a fixação da quantidade de sal a ser conduzida pelos navios.⁴¹

Prova dos esforços de Souza Coutinho, em agosto de 1798 o secretário de Estado apresentou ao príncipe regente um projeto de alvará para a abolição dos estancos do sal e da pesca de baleia e de redução dos direitos sobre o vinho e ferro. Pretendia Souza Coutinho já encaminhar outro projeto para a melhoria da administração das minas de ouro e diamantes. Sem tais reformas na Real Fazenda, arguia o secretário, expunha-se o trono e o reino “ao tombo de um dado” para conservar algumas pessoas em seu “desmazelo, errados princípios e total inabilidade”.⁴² Antes de 1799, outro projeto de alvará, bastante semelhante às medidas posteriores, defendia o comércio livre do sal nas capitanias do Pará e Maranhão.⁴³ No entanto, apenas em 1801 seria possível promulgar o desejado alvará, indicando toda a sorte de resistências que havia entre os contratadores do reino. Certamente, não eram os únicos interesses que emperravam as reformas imperiais.

Os interesses do abastecimento

Na capitania de São Paulo, havia diversos fatores que contribuíam para a falta de sal, além da simples existência do estanco. O primeiro fator era a remessa insuficiente do sal pelos contratadores, abaixo da quantidade obrigatória estipulada no contrato. Até 1723, os contratadores deveriam enviar 6.000 arrobas de sal a cada ano para a capitania, quantia elevada a 20.000 arrobas no período posterior. Entre 1700 e 1723, os contratadores enviaram, em média, apenas 22% da provisão obrigatória e, no período

⁴⁰ COUTINHO, Memória sobre o melhoramento dos domínios..., *op. cit.*, p. 56.

⁴¹ COUTINHO, Memória sobre o melhoramento dos domínios..., *op. cit.*, p. 65.

⁴² COUTINHO, Rodrigo de Souza. Representação ao príncipe regente sobre o alvará para a abolição dos contratos do sal e da pescaria da baleia (S.l., 6 ago. 1798). In: SILVA, André Mansuy Diniz (Org.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2, p. 68-69.

⁴³ Projeto de alvará sobre o comércio do sal nas capitanias de Pará e Maranhão (s.l., ant. 1799). In: SILVA, André Mansuy Diniz (Org.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2, p. 66-68.

de 1724 a 1765, remeteram 40% das 20.000 arrobas necessárias (TABELA V.6). Desta forma, pode-se dizer que a carestia do sal foi provocada primordialmente pelos próprios contratadores desde o início do século XVIII até a restauração da capitania de São Paulo.

Um aspecto pouco ressaltado quanto ao preço do sal vendido em São Paulo era o peso fiscal que elevava seu preço, ao menos no contrato do estanco. O cruzado do sal equivalia a um terço do valor pago por cada alqueire. Se não houvesse tal tributo, o preço do sal seria apenas 22% superior ao pago pelo Rio de Janeiro, ao invés da diferença de 78% como ocorria. No entanto, o preço final pago pelos consumidores era bem acima ao estipulado pelo contrato, seja pela carência do gênero ou pela existência de intermediários.⁴⁴

A perspectiva da abolição do estanco não impediu que a capitania deixasse de sofrer com a falta do gênero na década de 1790. Embora as remessas de sal tenham melhorado consideravelmente após 1765, sobretudo na década de 1790, a antiga cota já não era mais suficiente para a demanda da população em crescimento. Ademais, havia críticas constantes à atuação de atravessadores de sal que atuavam na capitania. A tentativa da câmara de São Paulo de apenas fixar o preço do sal parece não ter sido frutífera para evitar a carestia, sendo necessária a intervenção direta na má circulação do gênero. As estratégias eram em grande medida locais, tendo a câmara de São Paulo importância não apenas para a própria cidade como também para as circunvizinhas.

A despeito do caráter local das ações, as repercussões eram de grande alcance. Ao interferir no comércio do sal entre Santos e São Paulo, a câmara acabava por influir em todo o tráfico do gênero na capitania, e mesmo do sal direcionado para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.⁴⁵ É importante lembrar que os atravessadores agiam na capitania de São Paulo e nas adjacentes. Em 1801, as exportações do sal para outras capitanias representavam 44% do total desembarcado em Santos naquele ano. Destas exportações, a maioria era dirigida a Minas Gerais (47%), Goiás (38%) e Mato Grosso (7%).⁴⁶ Infelizmente não há dados para o período anterior de crise de abastecimento.

⁴⁴ ANRJ, cód. 448, v. 2, fl. 24v. Lisboa, 7 out. 1787. Ofício de d. Maria I à Junta da Fazenda de São Paulo contendo as condições do contrato do sal.

⁴⁵ ACMSP, v. 19, p. 590-591. São Paulo, 9 ago. 1796. Termo de vereança.

⁴⁶ ANRJ, cód. 111.

Tabela V.6. Rendimento dos cruzados do sal da capitania de São Paulo, 1700-1804

Ano	Rendimento (em réis)	Entradas de sal (em alqueires)	Obrigação (alqueires)	%	Ano	Rendimento (em réis)	Entradas de sal (em alqueires)	Obrigação (alqueires)	%
1700	178\$100	445	6.000	7%	1732	3:087\$216	7.718	20.000	39%
1701	789\$000	1.973	6.000	33%	1733	2:344\$520	5.861	20.000	29%
1702	1.148\$500	2.871	6.000	48%	1747	1:366\$150	3.415	20.000	17%
1703	1.962\$740	4.907	6.000	82%	1748	3:650\$250	9.126	20.000	46%
1704	1.152\$400	2.881	6.000	48%	1754	4:804\$940	12.012	20.000	60%
1705	699\$400	1.749	6.000	29%	1755	4:804\$940	12.012	20.000	60%
1706	70\$740	177	6.000	3%	1757	4:858\$540	12.146	20.000	61%
1707	156\$800	392	6.000	7%	1762	3:737\$110	9.343	20.000	47%
1708	-	-	6.000	0%	1763	4:402\$400	11.006	20.000	55%
1709	-	-	6.000	0%	1764	4:461\$160	11.153	20.000	56%
1710	-	-	6.000	0%	1765	4:029\$410	10.074	20.000	50%
1711	-	-	6.000	0%	1766	6:366\$950	15.917	20.000	80%
1712	76\$000	190	6.000	3%	1767	6:033\$200	15.083	20.000	75%
1713	-	-	6.000	0%	1768	6:118\$650	15.297	20.000	76%
1714	-	-	6.000	0%	1776	7:589\$700	18.974	20.000	95%
1715	780\$800	1.952	6.000	33%	1790	9:788\$450	24.471	20.000	122%
1716	789\$800	1.975	6.000	33%	1791	9:703\$300	24.258	20.000	121%
1717	762\$400	1.906	6.000	32%	1792	9:621\$800	24.055	20.000	120%
1718	214\$600	537	6.000	9%	1793	10:421\$550	26.054	20.000	130%
1719	372\$100	930	6.000	16%	1794	9:988\$550	24.971	20.000	125%
1720	-	-	6.000	0%	1797	6:416\$150	16.040	20.000	80%
1721	266\$000	665	6.000	11%	1798	7:657\$600	19.144	20.000	96%
1722	1:568\$400	3.921	6.000	65%	1799	9:455\$400	23.639	20.000	118%
1723	1:615\$000	4.038	6.000	67%	1800	9:130\$300	22.826	20.000	114%
1724	1:684\$800	4.212	20.000	21%	1801	10:045\$850	25.115	20.000	126%
1725	4:146\$600	10.367	20.000	52%	1802	9:053\$350	22.633	-	
1726	71\$420	179	20.000	1%	1803	8:655\$550	21.639		
1731	-	-	20.000	0%	1804	15:355\$500	38.389		

Fontes:

1700-1723: AHU-SP, cx. 1, doc. 39. 1724-1756: ver tabela II.6. 1757, 1776: ver tabela III.9. 1762-1768: BNRJ, Mss. 21, 3, 21, fl. 34. 1790-1794: DI, v. 45, p. 177. 1797-1804. DI, v. 95, p. 379.

Na interpretação de Leandro Câmara, a edilidade era incapaz de dispor de mecanismos eficazes no controle e fiscalização do abastecimento de sal da cidade, recorrendo aos poderes do governador e do ouvidor-geral para garantir a execução de suas medidas. Por outro lado, como se defende aqui, estes poderes próprios ao governo da capitania também necessitavam das ramificações do poder local para exercer aquele controle e fiscalização. A indefinição de jurisdições entre a governança local e regional no tocante ao abastecimento de sal produzia um campo de poder, sujeito inclusive à influência de grupos econômicos da capitania, no qual eram tecidos alianças e conflitos entre seus agentes.⁴⁷

O próprio governador entendia a necessidade das deliberações do poder local, que, por sua vez, fortalecia sua legitimidade com o apoio do governo da capitania. Em meados de 1797, havia 7.000 alqueires de sal no armazém geral de Santos, quantia suficiente para a capitania apenas até a chegada do primeiro navio do estanco. Melo Castro e Mendonça, então capitão-general da capitania, pediu que a câmara de São Paulo tomasse medidas para a justa provisão do sal pelo preço comum, evitando que os atravessadores detivessem o pouco sal existente.⁴⁸ Como era costume, a câmara de São Paulo mandava vir o sal necessário ao povo diretamente da casa do administrador em Santos.⁴⁹

A estratégia da câmara paulistana era evitar que os taberneiros e outros comerciantes comprassem o sal do administrador em Santos. Segundo a câmara, aqueles negociantes, “cegos do seu interesse (...) [e] esquecidos da humanidade”, fomentavam a carestia do sal e estabeleciam “monopólios”. Por fim, a câmara de São Paulo aconselhava a outras câmaras de serra acima a proverem-se diretamente de sal no armazém de Santos e utilizarem guias das quantias transportadas. As guias seriam controladas por um juiz na cidade de São Paulo, o que confirmava a importância da câmara na

⁴⁷ CÂMARA, *Administração colonial e poder*, op. cit., p. 137, 139.

⁴⁸ DI, v. 87, p. 5-6. São Paulo, 11 jul. 1797. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça aos oficiais da câmara de São Paulo.

⁴⁹ ACMSP, v. 20, p. 42-43. São Paulo, 10 jul. 1797. Termo de vereança.

redistribuição do gênero pelo interior.⁵⁰ De início, a medida foi igualmente apoiada pelo governador da capitania.⁵¹

Embora a câmara desejasse controlar a jurisdição sobre a distribuição do sal, medidas de maior vulto eram vistas com grande cautela. Desde 1789, havia projetos de se criar um armazém de sal e azeite de peixe que provesse a cidade em momentos de agrura.⁵² Em meados de 1797, o governador propôs a criação de um armazém permanente que vendesse sal a varejo para o povo e destinasse metade dos lucros para a câmara e outra metade ao hospital real da cidade. Um aspecto importante do projeto era a exclusão dos negociantes particulares do negócio do sal com a criação do armazém. Alguns edis opuseram-se à proposta, alegando a proximidade do comércio franco de sal e a interferência da câmara em assuntos de Sua Majestade, pois “não parec[ia] conveniente que este Senado f[izesse] uma espécie de contrato do sal quando Sua Majestade liberalmente em benefício dos seus povos o quer franco”. Também se dizia que o sal era “artigo sagrado, imediatamente afeto a Sua Majestade”, ou seja, de competência exclusiva da autoridade régia. Por fim, a proposta de um armazém permanente foi rechaçada, mas no ano seguinte, conforme será visto, seria colocada em prática com a crise de abastecimento.⁵³

Por sua vez, o governador foi pressionado por outros interesses que se viam alijados de suas posições anteriores com as mudanças no comércio de sal. Na prática, a compra direta do gênero em Santos implicava uma redução considerável do comércio que passava pela Serra do Mar. A câmara de Santos reclamara ao governador a provável falta dos mantimentos que eram transportados pelos comerciantes que lá iam buscar sal. Sendo a principal mercadoria levada do porto, a redução do seu comércio causaria a suspensão do abastecimento da vila de Santos. Em segundo lugar, o governador era pressionado pelos contratadores da passagem do Cubatão de Santos e do subsídio literário que não desejavam ver seus rendimentos reduzidos. Por fim, havia a oposição

⁵⁰ AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 1, doc. 70. São Paulo, 10 jul. 1797. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo a Luiz Pereira Machado, administrador do contrato do sal em Santos. AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 1, doc. 70. São Paulo, 12 jul. 1797. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

⁵¹ DI, v. 87, p. 7. 14 jul. 1797. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, à câmara da cidade de São Paulo.

⁵² ACMSP, v. 19, p. 90-92. São Paulo, 18 jul. 1789. Termo de vereança.

⁵³ ACMSP, v. 20, p. 44-48. São Paulo, 21 jul. 1797. Termo de vereança.

dos próprios vendeiros da cidade de São Paulo, aos quais a câmara concedera licença para vender gêneros comestíveis, o que incluía o sal.

Segundo as palavras do próprio governador, ele deveria encontrar uma solução que “evita[sse] o vexame do povo, sem comprometer a fé dos contratos que deve[ria] ser inviolável”. A nova medida do governador confirmava o poder dos vendeiros, que não perderiam seus privilégios, ordenando que a câmara passasse bilhetes com a quantidade de sal necessária às vendas fiscalizadas pelos almotacés. Os moradores, por sua vez, deveriam apresentar à câmara a quantidade de sal necessária para a família, gado e animais que tivessem. Em posse dos bilhetes registrados pela câmara, os moradores poderiam ir ao armazém geral de Santos para efetuar suas compras. A medida deveria ser estendida às outras câmaras do planalto. Desta forma, o governador atendia aos interesses dos setores mercantis e aos da vila de Santos, como também atribuía poderes de mera supervisão à câmara de São Paulo e impedia sua interferência na circulação do sal na capitania.⁵⁴

Ante a ordem do governador, a câmara de São Paulo denunciou novamente os “sórdidos” interesses dos vendeiros. Segundo os edis, a câmara concedera em 1796 licenças aos vendeiros para disporem de quantias fixas de sacos de sal a cada mês. No entanto, os comerciantes abriam apenas alguns sacos para as vendas miúdas, sendo o restante vendido por atacado para outras localidades e a preços maiores. Os vendeiros ganhavam neste comércio entre 7\$680 réis por alqueire no comércio para a cidade de São Paulo e seu termo e de 8\$000 a 10\$000 réis por alqueire vendido para outras regiões. Em alguns casos mais extremos, o valor atingiu 12\$800 réis. Em Santos, segundo o contrato, o alqueire deveria ser vendido a 1\$280 réis. Segundo os edis, após uma remessa de 13.000 alqueires desembarcados em Santos, os atravessadores haviam armazenado quase metade desta quantidade. Os oficiais da câmara paulistana diziam ainda que os vendeiros possuíam licença apenas para a venda de bebidas e não de gêneros comestíveis. Portanto, o sal não estava contemplado nos seus direitos de venda, não constituindo infração alguma a medida anteriormente proposta pela câmara. Por fim, segundo os edis, os interesses da vila de Santos e dos contratadores da passagem do Cubatão e do subsídio literário poderiam ser preservados com a introdução de guias,

⁵⁴ DI, v. 87, p. 12-13. 1º ago. 1797. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, à câmara da cidade de São Paulo.

discriminando a quantidade de sal necessária, concedidas aos tropeiros que abasteciam a vila.⁵⁵

No entanto, se a câmara imputava toda a culpa aos taberneiros, ela própria reconhecia que havia outros agentes envolvidos. Afirmava, por exemplo, a existência de “vários que sem serem taberneiros têm aqui sal empaioado em avultado número”. Assim nem todos os atravessadores eram taberneiros, mas envolvia gente graúda que não era mencionada explicitamente na correspondência da câmara. Segundo os edis:

Não é para admirar que os vendeiros, e outras pessoas da ínfima plebe cegos do sórdido interesse, se transformassem em lobos vorazes contra os da sua espécie na pretérita, e presente carestia de sal quando *peessoas condecoradas com os primeiros postos, e que hoje em dia querem ter nome nesta cidade, caíram, e caem no mesmo absurdo, e nele continuam*, servindo o seu nome, e elevação não para amparar, e socorrer a pobreza, como devem, e são obrigados, mas sim para no meio da sua abundância se nutrirem das suas lágrimas, e clamores.⁵⁶

O ano de 1797 registrou uma brusca queda na provisão de sal pelos contratadores em comparação com os anteriores, sendo desembarcados somente 80% dos 20.000 alqueires obrigatórios (TABELA V.6). Ao início do ano seguinte a situação havia piorado devido à interferência do administrador do sal no Rio de Janeiro que meses antes havia desviado para o porto fluminense duas curvetas carregadas de sal inicialmente dirigidas a Santos. Pode-se perceber um círculo vicioso que fomentava a escassez do gênero na capitania: o contratador não provia a quantidade obrigatória do contrato, algum tempo depois os atravessadores compravam a maior parte do sal no armazém de Santos e estocavam-no na expectativa de maiores lucros, seguia-se a falta de oferta de sal e uma alta de preços ao consumidor final.⁵⁷

Com os indícios de crescente falta de sal, o governador deu ouvidos às críticas da câmara de São Paulo acerca dos taberneiros. Em um ofício do próprio governador há argumentos bastante semelhantes aos apresentados pela câmara. Dizia o governador estar “persuadido que haver[ia] sempre escassez deste gênero, enquanto a distribuição

⁵⁵ AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 2, doc. 2. São Paulo, 5 ago. 1797. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

⁵⁶ AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 2, doc. 2, fl. 1v. São Paulo, 5 ago. 1797. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. Grifos meus.

⁵⁷ DI, v. 87, p. 38-39. São Paulo, 10 nov. 1797. Ofício do secretário de governo, Luiz Antonio Neves de Carvalho, ao administrador do contrato do sal em Santos, Luiz Pereira Machado.

dele se fize[sse] pela mão dos taberneiros”. Também acusava os taberneiros de distribuírem ao povo apenas parte do sal recebido, reservando o restante para venderem por maior preço àqueles que comercializavam o sal fora da capitania. Além de concordar com os argumentos da câmara, o governador permitiu a criação de um armazém em São Paulo, que venderia sal a varejo para o povo da cidade e aplicaria o lucro para as obras públicas. As câmaras das vilas de serra acima deveriam enviar um representante ao armazém de Santos com uma guia aprovada pela secretaria de governo.

Esta medida alterava o quadro inicialmente proposto pela câmara de São Paulo que colocava sob a jurisdição do juiz ordinário da cidade a autorização da distribuição de sal pelo interior. No novo sistema, apenas o armazém de São Paulo ficaria em poder da câmara. Portanto, embora o governador aderisse aos argumentos da câmara, a intervenção na distribuição do sal foi considerada matéria do governo da capitania.⁵⁸ Ademais, outra medida que retirava do poder local a jurisdição sobre o comércio do sal era proibir ao juiz ordinário da cidade de São Paulo a concessão de novos bilhetes aos taberneiros, fato que tanto desagradava os interesses deste setor quanto a capacidade de intervenção da câmara paulistana.⁵⁹

De fato, a falta de sal era suficientemente abrangente para alcançar dimensões próprias ao governo da capitania, para além dos poderes locais. Ela afetava um ponto essencial da economia paulista ao atingir a criação dos animais. Sem sal, o gado morria nos currais e os porcos não podiam ser mortos, pois não havia sal para fazer a salga da carne. Toda a produção de toucinho estava comprometida. Para suprir estas crises de abastecimento, as câmaras de serra acima enviaram petições ao governador da capitania com as quantias de sal necessárias aos seus habitantes e animais. Estas remessas parecem ter sido destinadas principalmente aos setores mais pobres e aos pequenos produtores, uma vez que há registro de que “as casas mais possantes por si mesmas recorr[iam]” ao governador para sanar a falta de sal. No entanto, não foi possível obter maiores dados sobre estas remessas a particulares.⁶⁰

⁵⁸ DI, v. 87, p. 69-70. São Paulo, 23 abr. 1798. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao juiz ordinário da vila de Sorocaba.

⁵⁹ DI, v. 87, p. 62. São Paulo, 9 mar. 1798. Ofício do secretário de governo ao juiz ordinário da cidade de São Paulo.

⁶⁰ AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 9, doc. 35. Parnaíba, 10 jul. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Parnaíba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Por intermédio das petições registradas no primeiro semestre de 1798, foram enviadas para Jundiaí, Mogi-Mirim, Sorocaba, Bragança, Atibaia e Itapetininga remessas de sal, em geral, de 30 a 60 alqueires cada uma e retiradas diretamente do armazém geral de Santos. No segundo semestre, as agruras foram maiores, havendo remessas com carga de 80 a 200 alqueires de sal para Bragança, Jundiaí, Apiaí, Atibaia, Mogi das Cruzes e Jacareí. Em Sorocaba, chegou-se mesmo a repartir a carga de sal conduzida por dois comerciantes. As remessas no primeiro semestre totalizaram 350 alqueires e as do segundo semestre 830 alqueires.⁶¹

É verdade também que as remessas autorizadas pelo governador eram meramente paliativas, necessitando-se de provisões mais abrangentes. Estas remessas representavam apenas 6% do sal entrado no porto de Santos em 1798. Tampouco se pode pensar tais intervenções como uma panaceia contra os atravessadores. Somente entre janeiro e o início de março de 1798, os taberneiros da cidade de São Paulo haviam comprado 3.650 alqueires de sal no armazém de Santos, o que representava 19% de todo o sal desembarcado naquele ano. Ademais, pelo número e abrangência territorial

⁶¹ DI, v. 87, p. 78. São Paulo, 18 mai. 1798. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo à câmara da vila de Sorocaba. Remessas no 1º semestre de 1798: AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 6, doc. 45. Jundiaí, 19 mar. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jundiaí ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo. AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 8, doc. 19. Mogi-mirim, 20 mar. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Mogi-mirim ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo. DI, v. 87, p. 69. São Paulo, 23 abr. 1798. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo à câmara da vila de Sorocaba. DI, v. 87, p. 72-73. São Paulo, 27 abr. 1798. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo à câmara da vila de Nova Bragança. AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 5, doc. 26. Atibaia, 29 mai. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo. DI, v. 87, p. 81. São Paulo, 9 jun. 1798. Ofício do secretário de governo da capitania de São Paulo ao juiz ordinário da vila de Itapetininga, José Francisco de Aguiar. Remessas no 2º semestre de 1798: AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 2, doc. 4. Nova Bragança, 4 out. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Nova Bragança ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo. AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 6, doc. 44. Jundiaí, 27 out. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jundiaí ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo. DI, v. 87, p. 125. São Paulo, 5 nov. 1798. Ofício do secretário de governo da capitania de São Paulo aos oficiais da câmara da vila de Apiaí. AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 5, doc. 35. Atibaia, 30 nov. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo. AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 6, doc. 38A. Mogi das Cruzes, 8 dez. 1798. Representação dos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo. AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 4, doc. 31. Jacareí, 10 nov. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo. AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 6, doc. 46. Jundiaí, 4 dez. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jundiaí ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo.

das petições das câmaras havia uma rede de atravessadores atuando em toda capitania de forma mais eficaz do que as autoridades da capitania podiam agir.⁶²

Ao início de 1799, a capitania encontrava-se melhor abastecida de sal, comprado agora ao seu preço regular, sendo desnecessária a continuidade das remessas intermediadas pelo capitão-general, assim como a existência do armazém de sal em São Paulo. Na câmara de São Paulo, discutiu-se a legitimidade da administração do gênero na ausência da falta de sal, havendo divergências sobre o perigo de novas crises e quanto à atuação dos atravessadores. Embora os edis tenham se manifestado pelo fim das vendas do gênero, na prática manteve-se o armazém funcionando até alguns meses depois.⁶³

Em outubro de 1799, a continuidade do armazém foi moldada aos interesses do governador, alijando o poder camarário. A câmara poderia manter o armazém, mas seus rendimentos serviriam ao pagamento da avultada dívida da municipalidade à Junta da Real Fazenda e à realização de obras públicas, para as quais a edilidade não possuía receitas suficientes. Os lucros do armazém seriam aplicados em sua maior parte à construção de um jardim botânico na cidade à imitação do que fora realizado no Pará. O projeto era de grande interesse do governador, assim como da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, presidida por d. Rodrigo de Souza Coutinho. Se Melo Castro e Mendonça construísse o jardim botânico obteria créditos junto à alta burocracia imperial.

Ademais, a nomeação do inspetor do armazém e a prestação de contas ficariam sob jurisdição exclusiva do governador. Como todos os outros funcionários estavam subordinados ao inspetor, ao controlá-lo o governador obtinha domínio sobre todo o funcionamento da repartição. Desta forma, a câmara não possuía controle sobre a administração e as receitas do armazém de sal. A determinação do preço do sal era a única matéria que restara sob responsabilidade da câmara.⁶⁴

⁶² AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 2, doc. 7. São Paulo, 25 abr. 1798. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

⁶³ AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 2, doc. 15. São Paulo, 6 mar. 1799. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. ACMSP, v. 20, p. 178-180. São Paulo, 20 jul. 1799. Termo de vereança. ACMSP, v. 20, p. 181-182. São Paulo, 3 ago. 1799. Termo de vereança.

⁶⁴ AHU-SP, cx. 22, doc. 5. São Paulo, 5 out. 1799. Portaria do governador e capitão-general da capitania de São Paulo. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 49, doc. 3861. DI, v. 29, p. 193-196. São Paulo, 21 fev. 1800. Ofício n.º 48 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

A continuidade do armazém acarretara ainda novos problemas à câmara com os taberneiros da cidade que se recusavam a pagar as avenças, importantes rendimentos da câmara. Os taberneiros alegavam sua renúncia pela proibição de venderem sal por varejo. Ao contrário do armazém, os taberneiros argumentavam que vendiam sal a fiado e aceitavam gêneros em escambo pelo sal, formas de pagamento preferidas pelos consumidores mais pobres.⁶⁵ As receitas das avenças não eram insignificantes e eram um recurso mais estável do que as arrematações dos contratos de venda de carne e das “casinhas”, espécie de mercado popular da cidade. Em 1795, as avenças chegavam a representar um décimo das receitas da câmara paulistana.⁶⁶

O próprio corpo político da câmara tornara-se favorável aos interesses dos taberneiros. Deve-se lembrar de que a composição da câmara variava a cada ano, com a eleição de novos representantes e funcionários. Assim, não era de estranhar a mudança de posição da câmara comparada ao período anterior quando emitiu ásperas críticas aos taberneiros. Os novos oficiais da câmara consideravam ilegítima a pretensão do governador construir um jardim botânico. Melo Castro e Mendonça afirma que as resistências da câmara tinham por objetivo “condescenderem com um pequeno resto do partido contrário, que fez o suborno para a sua eleição”.⁶⁷

Os conflitos com o governador atingiram seu ápice quando a câmara propôs que se franqueasse o comércio de sal aos taberneiros, sobrepondo-se às medidas do capitão-general que a proibiam com a portaria de 5 de outubro de 1799. Em especial, o governador considerava o vereador João Gomes Guimarães como “cabeça de motim e fomentador de inobediências” dentro da câmara. Para garantir sua autoridade e calar a câmara, Melo Castro e Mendonça agiu com truculência e ordenou a prisão do vereador.⁶⁸

O governador acusava-o de ter incitado um taberneiro a escrever a representação para a câmara na qual pedia o comércio franco do sal. É provável que o vereador estivesse realmente alinhado aos interesses dos taberneiros. Nascido em 1744, **João**

⁶⁵ AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 2, doc. 20. São Paulo, 19 fev. 1800. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

⁶⁶ CÂMARA, *Administração colonial e poder*, op. cit., p. 83.

⁶⁷ DI, v. 29, p. 207. São Paulo, 16 mai. 1800. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

⁶⁸ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 49, doc. 3861. São Paulo, 10 mai. 1800. Ofício n.º 55 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

Gomes Guimarães teve longa trajetória na câmara paulistana desde a década de 1780. Ocupou os cargos de almotacé (1783, 1788, 1789, 1791, 1798 e 1799), procurador do conselho (1785) e vereador da câmara de São Paulo (1800). Em 1798, aparecia como capitão de milícias na cidade e vivia de seu negócio de fazenda seca que mandava vir do Rio de Janeiro. Naquele ano, Guimarães trouxera do Rio mercadorias no valor de 1:600\$000 réis, valor bastante abaixo da média dos comerciantes que atuavam neste ramo, de cerca de 3:500\$000 réis. Certamente entre os comerciantes da cidade de São Paulo não era dos mais abonados, estando próximo ao pequeno comércio como realizado pelos taberneiros.⁶⁹

Melo Castro e Mendonça dizia que a câmara estava dominada pelo “espírito de intriga e de partido que predomina as suas deliberações” e que fomentava “partidos, intrigas e desordens”. Além de prender o vereador, o governador desqualificou os argumentos apresentados pela câmara referentes às avenças. De acordo com Melo Castro e Mendonça, as avenças recaíam apenas sobre o comércio de vinhos e de aguardentes da terra e de fora, não existindo nenhuma relação com a venda de sal. Segundo o governador, as avenças correspondiam ao subsídio dos molhados destinado ao pagamento do ouvidor da capitania de São Paulo e estabelecido ao final do século XVII. Acusava os edis de falta de zelo na administração do tributo, por isso, dizia, seus rendimentos haviam decrescido.⁷⁰

Por fim, temerosa de novas represálias, a câmara anuiu às críticas do governador. Além disso, a perspectiva de liberação do comércio do sal possivelmente entrou nos cálculos dos edis, que preferiram esperar a ordem régia a adentrar em novos conflitos com o governador.

Conforme visto nesta seção, por meio das remessas de sal, o capitão-general atuava como um agente redistribuidor do gênero para as diversas localidades, fato que apontava a articulação do poder regional sobre as vilas, além de conferir maior poder de intervenção ao capitão-general no governo econômico da capitania. Ademais, as remessas apoiavam-se em um conjunto de interesses que reuniam os setores de

⁶⁹ DI, v. 29, p. 208. São Paulo, 16 mai. 1800. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho. ACMSP, v. 18, 19, 20. Composição da câmara de São Paulo nos anos referidos. AESP, Maços de População, São Paulo, 1798, fl. 8.

⁷⁰ DI, v. 87, p. 190-193. São Paulo, 9 mai. 1800. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos oficiais da câmara da cidade de São Paulo.

produção de subsistência, especialmente aqueles vinculados à criação e ao comércio de animais, e as populações urbanas. Se havia algum sacrifício aos poderes da câmara de São Paulo, por outro lado as câmaras restantes das vilas de serra acima apoiavam de forma veemente a atuação do governador.

Decerto entre os atravessadores atuavam em surdina grandes comerciantes, mas o criticado grupo de taberneiros era constituído pelo baixo escalão mercantil da cidade de São Paulo. Possivelmente estes últimos eram os mesmos agentes que atuavam no comércio de molhados entre Santos e a capital, setor já citado ao início de capítulo. Este setor movimentava uma quantidade bastante inferior de gêneros comparado ao comércio com o Rio de Janeiro, provavelmente com lucros na mesma proporção. Ao criticar os taberneiros a câmara de São Paulo evitava tratar dos grandes atravessadores pertencentes ao seu corpo mercantil.

Mesmo após a proibição de conceder novos bilhetes aos taberneiros em março de 1798, a carestia prosseguiu ao longo de todo o ano, agravando-se no segundo semestre. Assim, a carestia não era provocada unicamente pelos taberneiros, mas na retórica do poder, tanto da câmara de São Paulo quanto do governador, este era o grupo que deveria ser responsabilizado. Ademais, é provável que o repúdio da câmara ao projeto de um armazém permanente estivesse vinculado à exclusão de todos os negociantes particulares do negócio do sal, e não apenas dos taberneiros.

Após o ápice da crise, conforme visto, a continuidade do armazém provocou novas tensões e alinhamentos. A câmara apoiou os taberneiros, gerando conflitos com o governador que já havia tomado para si a jurisdição do armazém. Ao final, houve uma saída autoritária com a prisão do vereador, em clara demonstração do poder do governador.

A questão do abastecimento do sal revela que os poderes locais e regional atuavam como filtros de interesses explícitos e escusos da capitania. Em particular, não havia um único setor mercantil ou produtivo que coordenava essas escolhas, tampouco uma única localidade privilegiada, mas a própria política de abastecimento mostrava-se como um complexo campo de interesses e estratégias sobre o qual governadores e câmaras construíam seu poderes. Neste processo, também entrava em consideração a própria arquitetura de poderes no interior da capitania. Portanto, no cálculo dos poderes locais e regional era preciso construir estratégias que articulassem

simultaneamente as bases sociais de seu apoio político-econômico com a expansão de sua jurisdição sobre as políticas de abastecimento, que se constituíam como uma área vital de governo da capitania paulista ao final do século XVIII.

A abolição do contrato

Em 24 de abril de 1801, determinou-se por alvará a abolição do estanco do sal e da pesca da baleia.⁷¹ Pelo texto da lei, a livre importação e venda do sal nos portos da América portuguesa buscava aumentar a demanda pelo gênero abundante no reino e fomentar “vantajosos progressos na maior cultura, e manufatura das ricas produções da América, e um atendível aumento da marinha mercante”. Os habitantes próximos às salinas de Pernambuco, Cabo Frio e Rio Grande também seriam beneficiados com a livre extração do produto, antes proibida. Para compensar a perda do rendimento dos contratos arrendados, a Coroa decidiu lançar novos tributos que compensassem a Real Fazenda. Para assegurar a abundância do sal a um preço igual ou inferior ao do contrato findo, foi criada uma Junta da Administração do Sal encarregada de realizar o transporte e vender o gênero nos portos brasileiros. Os negociantes poderiam vender o sal além do embarcado na lotação, pela quantidade e preço que desejassem.

As mudanças fiscais envolviam a cobrança de novos direitos sobre o sal, a extensão do imposto sobre o papel selado para a América portuguesa e a criação do estanco do salitre e da pólvora nas capitanias. Quanto à tributação do sal, foi acrescida a cobrança de 500 réis por cada moio de sal embarcado do reino para o Brasil, como pagava o sal exportado para os reinos estrangeiros. O sal extraído das salinas de Pernambuco, Cabo Frio e Rio Grande, bem como as que fossem descobertas, pagariam 1\$000 réis por cada dez alqueires. A respeito do cruzado do sal arrecadado em Santos o alvará dizia que “fi[casse] subsistindo, e se arrecad[asse] pela forma que se acha[va] estabelecida [sic]”.

As Juntas da Fazenda deveriam administrar ou adjudicar a sociedades de negociantes o espólio dos contratadores do sal e da pesca da baleia existente nas capitanias. Em particular, as câmaras ultramarinas deveriam realizar a distribuição e a venda do sal, sob fiscalização e supervisão das Juntas da Fazenda. As câmaras não

⁷¹ CLP (1791-1801), p. 694-697. Alvará de 24 de abril de 1801.

poderiam vender por preços maiores do que os estabelecidos. Os recursos obtidos com a venda do sal nas localidades, pagas suas despesas, seriam remetidos exclusivamente à Real Fazenda. Portanto, as câmaras ficavam com o ônus da distribuição do sal, mas sem os rendimentos advindos do seu comércio. Uma provisão posterior estabelecia que os administradores do sal nas vilas prestassem fianças sob responsabilidade das câmaras. Estas, em caso de falência dos administradores, deveriam prover as quantias estipuladas do gênero.⁷²

Portanto, competia aos poderes locais e regional um papel importante na distribuição do sal, que dependia, além disso, das remessas oficiais efetuadas pela Junta da Administração em Lisboa e dos envios particulares realizados pelos negociantes. Desta forma, com a extinção do monopólio do sal passaram a existir dois circuitos de comercialização do gênero: um estatal, organizado pela Junta da Administração, Juntas da Fazenda e câmaras; e outro, particular, mantido pelos interesses dos comerciantes. Teoricamente, o circuito estatal ditava o teto de preços da comercialização privada, visto que ninguém compraria sal de particulares a um preço maior quando poderia adquiri-lo em melhores condições no circuito estatal. Assim, as reformas de cunho liberal do império português, em um dos exemplos mais citados como a abolição do estanco do sal, não conduziam diretamente a mercados auto-regulados, mas a um arcabouço institucional misto, dotado de mercados regulados e sistemas governamentais de redistribuição, tendo à margem o “livre mercado” do sal comercializado pelos negociantes. Neste novo espaço fortemente regulado de jurisdição econômica, os poderes regionais e locais da América portuguesa adquiriam uma insuspeita importância.⁷³

Havia ainda diversos aspectos relativos à nova organização do comércio do sal que não eram contemplados pelo alvará. As Juntas da Fazenda e as Mesas de Inspeção, quando existentes, seriam por este motivo espaços privilegiados para o encaminhamento das reformas nas capitanias. Ao menos na capitania de São Paulo, houve apenas propostas encabeçadas pelo governador. Em uma sessão da Junta da Fazenda em setembro de 1801, foi apresentado o alvitre de Melo Castro e Mendonça que propunha a extensão do tributo de um cruzado sobre o sal cobrado em Santos para

⁷² AHTC, cód. 4061, fl. 411. Lisboa, 22 jun. 1801. Provisão de d. Rodrigo de Souza Coutinho, inspetor geral do Erário Régio, à Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

⁷³ Para uma tipologia dos sistemas econômicos, ver POLANYI, Karl. *A grande transformação: origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

todas as vilas litorâneas da capitania. A prática também foi seguida no Rio de Janeiro, mas com outras instituições. Segundo Cláudia Chaves, as propostas encaminhadas pelo vice-rei conde de Resende à Mesa de Inspeção, referentes à compensação fiscal para o fim do estanco, foram refutadas habilmente pelos seus membros. Por meio de suas objeções ao projeto, os oficiais defenderam especialmente os interesses dos produtores de tabaco e cana-de-açúcar na capitania.⁷⁴ Na capitania de São Paulo, o governador Melo Castro e Mendonça argumentava que no seu estabelecimento original, em 1699, as câmaras haviam acordado o tributo de forma unânime, com exceção da vila de Itanhaém, o que fora repreendido pelo rei. No entanto, uma vez que todo o sal consumido na capitania adentrava pelo porto de Santos, a falta de cobrança pelas outras câmaras era vista como um mal menor.⁷⁵ Com a abertura do comércio a todas as vilas marítimas, cumpria equiparar a situação das outras vilas à de Santos. A segunda justificativa baseava-se na necessidade de financiar as futuras despesas da guerra recém-declarada contra a Espanha. Propôs-se que a vila de Paranaguá pagasse apenas 200 réis sobre cada alqueire de sal, uma vez que já contribuía com outros 200 réis para o pagamento do novo imposto da reedificação de Lisboa. A proposta do governador foi aceita por unanimidade na sessão da Junta da Fazenda.⁷⁶

Em outras duas sessões da Junta da Fazenda ao final de 1801, Melo Castro e Mendonça apresentou uma “Memória sobre o meio mais fácil da administração do contrato do sal por conta da Real Fazenda (...)”, que foi aprovada posteriormente por unanimidade de votos. Dividido em vinte e um parágrafos, trata-se de um documento bastante singular por sua extensão e detalhamento, como também por representar uma intervenção marcante do governador nos assuntos fiscais e econômicos da capitania. A proposta do capitão-general era estipular um lucro predeterminado aos administradores locais, que eram eleitos pelas câmaras para efetuar o transporte e o comércio de sal. A medida buscava compensar as despesas e quebras na condução e armazenagem do sal sob responsabilidade dos administradores.

⁷⁴ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. O mercado colonial e as reformas ilustradas: as “vantagens comparativas”. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 92-103, 2004.

⁷⁵ DI, v. 30, p. 216. São Paulo, 7 set. 1802. Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior.

⁷⁶ ANRJ, cód. 473, fl. 6v-7v. AESP, ordem 244, cx. 16-A, pasta 2, doc. 46-B, fl. 1-2. São Paulo, 22 set. 1801. Ata da Junta da Fazenda de São Paulo.

Os preços do sal eram regulados em Santos, onde deveria ser vendido pelo último preço do contrato, e nas vilas, que determinavam seus preços tendo em vista os custos de transporte. Desta forma, por exemplo, o sal era vendido a 1\$280 réis em Santos e a 2\$000 réis em São Paulo. A diferença de 720 réis era repartida entre o administrador, os transportadores, o tributo pago na passagem do Cubatão e a Real Fazenda. Os custos de ensacamento, condução e da passagem representavam 28% do preço final. O administrador receberia um prêmio equivalente a 5% (100 réis), enquanto a Real Fazenda teria um lucro de 8% (160 réis) sobre o valor pago em São Paulo.

Nas outras vilas litorâneas da capitania (por exemplo, São Sebastião, Ubatuba e Paranaguá), o sal era vendido com acréscimo de 80 réis pelo frete entre Santos e seus portos respectivos. Um aspecto despercebido no projeto inicial de Melo Castro e Mendonça era que as vilas da marinha abasteciam-se, desde longa data, de sal proveniente não apenas de Santos, mas também do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Portanto, o sal embarcado em Santos era amiúde mais caro do que o proveniente de outros portos, especialmente o Rio de Janeiro.⁷⁷

As câmaras das vilas de serra acima poderiam comprar o gênero diretamente no armazém em Santos. Em suas localidades, as câmaras estabeleceriam preços aos consumidores finais, resultando um lucro do diferencial de preços que beneficiariam as câmaras. Em um ofício posterior, o governador indicava que as câmaras em hipótese alguma poderiam alterar o preço do sal. Caso decidissem não realizar a administração direta do comércio do gênero, era permitido às câmaras conceder o privilégio da venda do sal a terceiros que estivessem interessados, mas que igualmente não poderiam efetuar modificações.⁷⁸

Percebe-se, ainda, que a venda também era regulada. O armazém de Santos só poderia fornecer sal ao administrador do gênero na própria vila, às câmaras da capitania e aos negociantes. É importante ressaltar que os comerciantes deveriam obter portaria ou despacho assinado pelo governador da capitania, aspecto que lhe dava poder na nova arquitetura da comercialização do sal. No projeto de Melo Castro e Mendonça, preços e

⁷⁷ DI, v. 30, p. 215. São Paulo, 7 set. 1802. Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior.

⁷⁸ AESP, ordem 244, cx. 16-A, pasta 2, doc. 46-B, fl. 4-4v. AHU-SP, cx. 17, doc. 8. São Paulo, 7 dez. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes.

quantidades regulados marcavam o novo arranjo do comércio de sal, que pouco ou nada podia ser considerado “livre” ou auto-regulado. Com efeito, as instituições formais da capitania ditavam sua distribuição, deixando aos negociantes espaços marginais de atuação.⁷⁹

Um ofício de Melo Castro e Mendonça ao visconde de Anadia, secretário da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, revelava as intenções reais do seu projeto. O governador pressupunha a incapacidade das câmaras em administrar e comerciar o sal, julgando-as como “impróprias para responder por qualquer cobrança, ou administração pública”. No entender do governador, o motivo devia-se à má escolha dos administradores da venda do sal nas vilas. Segundo Melo Castro e Mendonça, as câmaras haviam sobreposto seus interesses ou de pessoas a elas vinculadas na seleção dos administradores, ocasionando a falsificação do sal comercializado:

Não tardou muito que bem depressa não visse confirmada a minha opinião, de que as câmaras não são capazes do mais insignificante ramo de economia pública porque transtornam tudo, e nada obram senão conforme, ou as suas paixões, ou aos seus interesses particulares; porquanto umas obrigaram violentamente as pessoas que deviam administrar o sal, fazendo-lhes assinar termo de assim o cumprirem, e outras quiseram fazer deste artigo um ramo de interesse privativo, ou para as mesmas câmaras, ou para os seus afeiçoados que elegiam, resultando daqui representações já do povo, e já de outros pretendentes ao mesmo interesse que aqueles se propunham certamente fundado ou na falsificação do gênero, ou nas das medidas.⁸⁰

Diante deste quadro, Melo Castro e Mendonça revogou todas as nomeações feitas pelas câmaras, franqueando a qualquer cidadão de sua respectiva vila a permissão para o comércio do sal, desde que respeitasse o preço estipulado e não falsificasse as medidas. Segundo o governador, a medida foi aplaudida pelas câmaras, mas não há documentos das edilidades que comprovem essa afirmação. Porém, independentemente da reação das câmaras, importa ressaltar que a medida destituía os poderes locais da

⁷⁹ AHU-SP, cx. 22, doc. 5. AHU-SP, cx. 17, doc. 8. São Paulo, 16 nov. 1801. “Memória sobre o meio mais fácil da Administração do Contrato do Sal por conta da Real Fazenda, na qual se expõem todas as circunstâncias necessárias fazer ver a necessidade que há de se sistemar a referida Administração na forma abaixo declarada, apresentada na Junta da Real Fazenda da capitania de São Paulo pelo Presidente desta Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça Governador e Capitão General da mesma Capitania”.

⁸⁰ DI, v. 30, p. 214. São Paulo, 7 set. 1802. Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior.

nomeação dos oficiais da venda do sal, deixando-lhes apenas encargos de supervisão. Além disso, demonstrava a forte desconfiança do governador a respeito da capacidade administrativa das câmaras.

Ademais, a medida terminava por enfraquecer o próprio governo da capitania que possuía apenas sob seu controle efetivo o cargo de administrador geral do sal em Santos, a quem o governador assegurava ser “pessoa de inteira confiança, honra, e qualidade, e portanto incapaz de consentir qualquer alteração na medida deste gênero [sal]”. O meticuloso projeto de Melo Castro e Mendonça poderia soçobrar se não houvesse a colaboração dos administradores nas vilas, inexistindo qualquer garantia de que estes fossem cooperar.

Ao início de 1802, Melo Castro e Mendonça enviaria uma carta circular às câmaras das vilas de serra acima, mencionando que cada alqueire de sal lhes seria vendido a 1\$440 réis no armazém geral em Santos, resultando em lucro de 160 réis para a Real Fazenda, que dizia ser “um interesse módico mas contudo certo”. Para acalmar as câmaras, o governador assegurava que o comércio do sal pelos negociantes, paralelo às vendas efetuadas pela Real Fazenda, transcorreria normalmente. A verdade é que esta medida destoava do projeto original, transmutando o que constava como custos de transporte para um prêmio pago à Real Fazenda. Agora, as câmaras precisariam pagar tanto um como outro, elevando significativamente o preço final do sal em suas localidades. Por fim, era ordenado às câmaras que realizassem uma supervisão estrita do preço e tivessem cuidado com a falsificação dos pesos e medidas na venda do gênero, contudo sem criar obstáculos ao comércio do sal por particulares em suas vilas.⁸¹

Curiosamente, no entanto, a nomeação dos administradores ou o prêmio pago à Real Fazenda não foram as causas principais de contendas entre o poder regional e as câmaras, mas sim a cobrança generalizada dos cruzados do sal. Para efetuar a arrecadação dos cruzados nos outros portos marítimos da capitania, o governador expediu ordens às câmaras de Guaratuba, Cunha (cobrava-se o sal vindo de Paraty), Ubatuba, São Sebastião, São Sebastião, Itanhaém, Iguape, Cananeia, Paranaguá e

⁸¹ DI, v. 93, p. 63. AHU-SP, cx. 17, doc. 8. São Paulo, 7 jan. 1802. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos oficiais da câmara da vila de Jacareí e outras vilas. DI, v. 93, p. 81-82. São Paulo, 7 jan. 1802. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos oficiais da câmara da vila de Lorena e outras vilas.

Antonina ao final de 1801.⁸² Assim como ocorreria com a contribuição literária, as críticas das câmaras surgiram apenas com a mudança de governo, com a chegada de Antonio José de Franca e Horta para ocupar o cargo de capitão-general.

Os argumentos das câmaras condenando a imposição dos 400 réis sobre cada alqueire de sal destacavam os efeitos negativos sobre a produção e o comércio de suas vilas. Os edis de São Luís do Paraitinga reclamavam do peso do tributo sobre a produção de porcos, que utilizava o sal na alimentação dos animais e na conservação da carne.⁸³ Em Guaratinguetá, os criadores de porcos chegaram a abandonar o ramo devido à diminuição (“decadência”) do preço do toucinho aliada ao aumento de custos com a tributação do sal.⁸⁴ As rotas de comércio na região nordeste da capitania foram alteradas com a tributação do sal. Os comerciantes que chegavam do interior rumavam para outros portos, provavelmente fluminenses, onde não havia o ônus do cruzado. Os negociantes de Minas, que conduziam suas carregarções até Guaratinguetá, deixaram de fazê-lo face ao aumento do sal, gênero que adquiriam para sua viagem de retorno. Os próprios barcos que aportavam deixavam de vender o sal na capitania, para buscar outros portos sem o tributo, ocasionando a falta do gênero como ocorrera em São Sebastião. Em Antonina, no litoral sul, para abastecer Paranaguá e Curitiba as embarcações preferiam ir comprar sal no Rio de Janeiro a Santos, onde custava 400 réis mais caro.⁸⁵

Todas as câmaras citadas desejavam ser aliviadas da “onerosa contribuição” do cruzado sobre um gênero de primeira necessidade. Os oficiais de São Luís do Paraitinga diziam que esta cobrança não havia sido ordenada pelo príncipe regente, considerando, assim, que o governador procedera de forma contrária aos interesses da Coroa. Os edis de Guaratinguetá repetiam seus vizinhos, suplicando o alívio “deste e dos outros tributos impropriamente estabelecidos” por Melo Castro e Mendonça “sem as regularidades, e

⁸² DI, v. 93, p. 56-57. São Paulo, 22 dez. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos oficiais da câmara da vila de Guaratuba e outras vilas.

⁸³ AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 3, doc. 22. São Luís do Paraitinga, 9 jan. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Luís do Paraitinga ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

⁸⁴ AESP, ordem 232, mc. 6, pasta 1, doc. 51. Guaratinguetá, 16 jan. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Guaratinguetá [ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta]. Ver também: AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 3, doc. 31. São Sebastião, 1º mar. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

⁸⁵ AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 1, doc. 17. Antonina, 31 jul. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Antonina ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta.

decretos de Sua Alteza Real”. É interessante observar que os oficiais buscavam a restauração de sua “antiga liberdade”, compreendendo-se que o governador atingira profundamente a economia e o bem-estar da população, reduzindo a vila à “indigência, miséria [...] desolação [...] amarguras e consternações que a todos oprime”.

A câmara de Taubaté, em particular, colocou-se como porta-voz dos “povos das vilas do norte da capitania”, prefigurando uma mudança na argumentação anterior das câmaras, sempre articulada de uma perspectiva estritamente localista.⁸⁶ De forma geral, cada edilidade lutava por seus próprios interesses, sem buscar alianças com suas vizinhas, tanto nas representações endereçadas ao governador, quanto naquelas dirigidas ao rei.

Os oficiais de Taubaté destacavam a “piedade” e bondade do príncipe regente ao “demolir o pesado jugo em que jaziam [os povos da América] com o real contrato do sal”. Porém, com a imposição do cruzado do sal, elevando o preço do gênero, as vilas de São Luís do Paraitinga, Cunha, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Taubaté viram-se completamente empobrecidas, especialmente em comparação com as outras regiões da capitania. Os oficiais de Taubaté afirmavam serem “estes povos cujas vilas se contam pelas mais pobres da capitania”. No entanto, o comentário deve ser relativizado, pois o conjunto das receitas e despesas daquelas vilas em 1802 era praticamente equivalente ao da cidade de São Paulo, a mais rica da capitania.⁸⁷ Todas as vilas citadas eram próximas à Paraty, onde escoavam sua produção e compravam o sal e outros gêneros necessários, em vez de transportarem suas mercadorias até Santos. Uma vez que Paraty pertencia à capitania do Rio de Janeiro, o governador havia posto registros para a cobrança do cruzado sobre o sal proveniente daquele porto.

O sentimento da injustiça era maior quando se sabe que o preço do sal no Rio de Janeiro era bastante inferior ao de Santos. Com efeito, os aportes do gênero pelos registros do litoral norte eram significativos. Os registros de Cunha e Lorena movimentaram 22,5% do sal comercializado na capitania em 1802.⁸⁸ Como se não bastasse o ônus dos cruzados, os edis lembravam ainda o peso da contribuição

⁸⁶ AHU-SP, cx. 21, doc. 14. Taubaté, 10 abr. 1804. Representação dos povos das vilas do norte de São Paulo, ao príncipe regente d. João.

⁸⁷ DI, v. 95, p. 111. “Lista das contas originais das câmaras da capitania do seu rendimento despesa acréscimo e diminuição no ano de 1802”.

⁸⁸ ANRJ, cód. 474, v. 1, fl. 30v. São Paulo, 19 jan. 1803. “Extrato do sal que entrou na capitania de São Paulo, e pagou os seus respectivos cruzados por ano de 1802 (...)”.

literária, cuja pauta distinta ao oferecido pelas câmaras fora imposta pelo governador. Para os oficiais da vila, “apesar de que com toda a humilhação condescenderam com o que mand[ara] o dito general e est[avam] contribuindo”.

A representação dos edis de Taubaté revela-se interessante ainda por dois outros aspectos. O primeiro refere-se ao caráter paternalista em que eram compreendidas as relações entre o rei – “nosso senhor e pai” – e seus vassallos americanos. Assim, a obtenção da isenção fiscal era vista como uma “graça” concedida pelo soberano. O segundo aspecto diz respeito ao esvaziamento da Junta da Fazenda paulista enquanto espaço de apelação das câmaras – “não temos sido atendidos” –, restando aos poderes locais o antigo recurso à apelação régia pelo Conselho Ultramarino.

Não obstante as representações das câmaras criticando os cruzados do sal, assim como a contribuição literária, a Coroa manteve-se inflexível, negando a isenção pretendida. A conservação dos cruzados do sal baseava-se na ordem régia de 1699, que criara o tributo para todas as vilas da capitania. Alegava que não havia razões para tributar apenas o comércio do porto santista e isentar os restantes.⁸⁹ Nota-se que a alta burocracia percebia a extensão dos cruzados sob outra perspectiva baseada em um modelo político de cariz absolutista, mais afinado com os preceitos modernos de isonomia fiscal. Por sua vez, no entender das câmaras, o que deveria ser preservado eram justamente as relações fiscais históricas estabelecidas entre elas e o soberano de forma pontual, alteradas por uma medida arbitrária do governador. Desta forma, pode-se pensar que as câmaras compreendiam as modificações na ordem régia de 1699 como um processo “violento” de homogeneização fiscal sobre negociações seculares entabuladas com o soberano e com os governadores antecedentes, bem como sobre privilégios e costumes locais.

Nos anos posteriores, venceu a extensão dos cruzados do sal sem que se observassem novas consultas no Conselho Ultramarino com pedidos de sua isenção por parte das vilas paulistas. Neste aspecto, a ampliação dos cruzados representava uma perda para os poderes camarários na capitania quanto à sua capacidade de negociação fiscal com o rei por intermédio do Conselho. Por outro lado, o novo arranjo da comercialização do sal acabou por estimular as elites mercantis seja pela venda do gênero, seja pela cobrança dos cruzados pelo sistema de arrematação.

⁸⁹ ANRJ, cód. 469, v. 3, fl. 33v-34. [Lisboa], 29 mar. 1803. Provisão régia em resposta à representação da câmara de Pindamonhangaba.

Ao contrário do desenho institucional preconizado por Melo Castro e Mendonça, havia fortes indícios da elevada participação dos negociantes no comércio do sal da capitania. Em 1802, pelo porto de Santos, os comerciantes aportaram 36% de todo o sal entrado na capitania, valor superior aos 28% comercializados pela Real Fazenda na mesma vila. Não foi possível obter os dados para as outras vilas litorâneas uma vez que os dados são indistintos, mas Santos representava uma boa amostra, pois distribuía a maioria do sal da capitania (64%).⁹⁰ Infelizmente, não há dados para outros anos o que impede uma melhor avaliação da importância dos negociantes no comércio do sal. O sucesso dos comerciantes devia-se em boa parte por venderem o sal a menor preço do que o oficial, que pagava a sobretaxa de 160 réis destinada à Real Fazenda. Ademais, os negociantes traziam sal de outras capitanias (Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco), não dependendo das remessas de Lisboa.⁹¹

A relevância dos mercadores destacava-se ainda pela influência sobre o preço do sal. Não apenas em São Paulo, como em outras capitanias, o governo pretendia ter sob controle o preço de venda do gênero, segundo a pauta do último contrato do estanco. No entanto, por vezes, era comum escapar-lhe esse controle. A Real Fazenda sofria tanto com o excesso do gênero, como com a sua escassez. Em 1805, era tanta a abundância de sal remetido ao porto de Santos que seu preço estava abaixo do antigo valor contratual, ocasionando a estagnação do gênero nos armazéns régios que não podiam vendê-lo por preço menor do que o estabelecido. Por outro lado, no Rio de Janeiro, a força dos negociantes era tanta que disputavam o sal com o comércio oficial da Real Fazenda, elevando seu preço.⁹²

Em Santos, prevaleciam ainda outros abusos. Os negociantes do sal e seus caixeiros, assim como os mestres das embarcações, burlavam o pagamento dos cruzados na entrada e saída do gênero do comércio da vila, obrigando a Junta da Fazenda a utilizar guias entre o armazém e o destacamento do Cubatão, onde passavam rumo ao alto da serra. Na mesma época, nota-se que os “diversos comerciantes de sal se acha[vam] devendo avultada soma dos respectivos cruzados”, tornando-se necessária a

⁹⁰ ANRJ, cód. 474, v. 1, fl. 30v. São Paulo, 19 jan. 1803. “Extrato do sal que entrou na capitania de São Paulo, e pagou os seus respectivos cruzados por ano de 1802 (...)”.

⁹¹ ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 24v-26. São Paulo, 28 jun. 1803. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo à Junta da Administração e Exportação do Sal.

⁹² ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 141-141v. São Paulo, 16 out. 1805. Ofício do administrador do sal em Santos, Caetano José da Silva, à Junta da Fazenda de São Paulo. AHTC, Erário Régio, cód. 4045, fl. 165. Lisboa, 4 set. 1804. Representação da Contadoria Geral do Rio de Janeiro [ao príncipe regente].

cobrança de fianças sobre os cruzados. Ao proceder a uma devassa sobre a questão, a Junta da Fazenda descobriu que a sonegação fiscal dos cruzados eram facilitada pela conivência do ouvidor, que executara com letargia as ordens da Junta, e pela falta de escrituração dos cruzados, não constando sequer um borrador para registro dos dados.⁹³

A arrematação dos contratos dos cruzados do sal foi outra forma de inserção das elites mercantis no novo arranjo institucional. Nem todas as vilas recorreram à arrematação. Em Santos, São Sebastião, Ubatuba, Iguape e Cananeia, os cruzados eram cobrados por administração direta da Real Fazenda. Em Paranaguá, Cunha e Lorena (nestas duas últimas havia portos secos), procedeu-se à arrematação. A partir de 1806, contudo, também passaram a ser arrematados os ramos das vilas de São Sebastião, Vila Bela da Princesa, Ubatuba, Iguape e Cananeia.⁹⁴

Alguns grandes arrematantes, como José Vaz de Carvalho, acompanhado de seus sócios Francisco José de Sampaio e Ricardo Carneiro dos Santos, interessaram-se por tais contratos, no caso o ramo dos cruzados da vila de Paranaguá.⁹⁵ Em 1806, ao que parece, a Junta da Fazenda intentou aplicar o sistema de arrematação a todos os ramos dos cruzados do sal, unificando-os em um único contrato que seria leiloadado na própria capitania. A documentação apresenta um dos raros informes sobre a composição de duas sociedades mercantis que disputavam o contrato, revelando alianças entre os negociantes de serra acima e os da praça de Santos. A primeira sociedade era composta por José Vaz de Carvalho, “homem que tem trazido as rendas maiores que aqui há”,⁹⁶ e os negociantes santistas José Antonio Vieira de Carvalho e Caetano José da Silva. Aliás, Caetano figurava como administrador do sal em Santos entre 1802 e 1805 e sócio de Carvalho nas arrematações dos contratos do novo imposto, da contribuição literária e da

⁹³ ANRJ, cód. 469, v. 3, fl. 134-134v. São Paulo, 22 out. 1805. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo ao juiz da alfândega da vila de Santos. ANRJ, cód. 469, v. 3, fl. 136v-137. São Paulo, 26 nov. 1805. Ordem régia ao juiz da alfândega da vila de Santos. ANRJ, cód. 473, fl. 83v-84. São Paulo, 10 dez. 1805. Ata da sessão da Junta da Fazenda de São Paulo.

⁹⁴ ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 153v-154. São Paulo, 28 abr. 1806. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo sem destinatário. ANRJ, cód. 474, v. 3, fl. 94v-95. São Paulo, 15 set. 1809. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo sem destinatário.

⁹⁵ ANRJ, cód. 469, v. 3, fl. 141-141v. São Paulo, 16 dez. 1805. Aviso da Junta da Real Fazenda de São Paulo para o ouvidor da vila de Paranaguá, Antonio de Carvalho Fontes Henriques Pereira.

⁹⁶ DI, v. 94, p. 241-242. São Paulo, [?] nov. 1806. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, a Luís de Vasconcelos e Souza.

passagem do Cubatão de Santos na primeira década do século XIX.⁹⁷ **Caetano José da Silva** era natural de Viana. Era também comandante da fortaleza da Trincheira na praça de Santos e possuía ainda o posto de tenente-coronel. Em 1802, vivia em Santos com seus dois filhos, um caixeiro e dez escravos. No ano seguinte, aparece como um dos negociantes escolhidos pelo governador Franca e Horta para realizar o comércio direto com a cidade do Porto por intermédio da Companhia do Alto Douro. Pelo maço de população da vila de Santos, consta que vivia de negócios com a praça do Rio de Janeiro. O filho de Caetano, Cipriano da Silva Proost, tornar-se-ia negociante de gêneros, especialmente açúcar, sendo o único correspondente (espécie de comissário para beneficiamento e ensacamento do açúcar) de Antonio da Silva Prado na praça de Santos em 1817/1818.⁹⁸

A segunda sociedade era composta pelo coronel Luís Antonio de Souza, proprietário de diversos engenhos de açúcar e de um grande número de escravos, e seu cunhado João Xavier da Costa Aguiar, negociante reinol estabelecido em Santos. Além da relação de parentesco, Aguiar possuía relações creditícias com a vila de Itu desde 1796, conforme uma dívida de 36 caixas de açúcar fino, avaliadas em 2:760\$000 réis, do ituano José Florêncio de Oliveira ao comerciante santista.⁹⁹ Por intervenção do ouvidor e do escrivão na Junta da Fazenda, impediu-se a arrematação do contrato dos cruzados, alegando a existência de dívidas na Real Fazenda por parte de José Vaz de Carvalho e de Luís Antonio de Souza.¹⁰⁰

A proposta de um contrato dos cruzados do sal, assim como será visto com o da contribuição literária, revelava a capacidade da Junta da Fazenda em criar novas fontes de acumulação mercantil e fiscal na capitania após a transferência dos contratos mais importantes para Lisboa. No tocante às sociedades mercantis para arrematação de contratos, a despeito de alguns intentos fracassados na década de 1760, a união entre os negociantes de serra acima com os da praça de Santos constituía por si só uma novidade,

⁹⁷ ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 24v-26. São Paulo, 28 jun. 1803. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo à Junta da Administração e Exportação do Sal. ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 141-141v. São Paulo, 16 out. 1805. Ofício do administrador do sal em Santos, Caetano José da Silva, à Junta da Fazenda de São Paulo.

⁹⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os reinóis na população paulista às vésperas da independência. *Oceanos*, Lisboa, v. 44, p. 22-36, 2000. DI CARLO, *Exportar e abastecer, op. cit.*, p. 85-86. MATTOS, *Política, administração e negócios, op. cit.*, p. 150-151.

⁹⁹ Fundação Arquivo e Memória de Santos, Coleção Costa e Silva Sobrinho, v. 23, Escrituras, fl. 21-22. "Lançamento em 10-11-1796 de um crédito a requerimento do capitão João Xavier da Costa Aguiar".

¹⁰⁰ DI, v. 94, p. 241-242. São Paulo, [?] nov. 1806. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, a Luís de Vasconcelos e Souza.

quando haviam vigorado apenas alianças entre os comerciantes paulistanos com os de outras localidades do interior. Uma conjuntura de fatores pode ter favorecido esta aproximação. Em primeiro lugar, o fortalecimento dos negociantes santistas com o acréscimo das transações no porto desde o final da década de 1780. Em segundo, a pressão da concorrência dos negociantes lisboetas fomentava alianças entre os homens de negócio paulistas para salvaguardar os poucos contratos que permaneceram leiloados na capitania.

A CONTRIBUIÇÃO LITERÁRIA

Escrevendo ao início da década de 1790, uma pequena observação de frei Gaspar da Madre de Deus indicava as novas disposições dos habitantes da capitania. Em uma carta ao governador Bernardo José de Lorena, elogiava-o por este não consentir o lançamento de qualquer contribuição, nem mesmo as voluntárias, para a construção de um monumento em sua homenagem pelo término da estrada do caminho do Cubatão de Santos ao alto da serra. Notava o erudito frei na conduta de Lorena, “o horror, que causam tributos; e o empenho, com que procura aliviar de gravames a seus súditos”. Conforme já visto para o caso da abolição do estanco do sal, mesmo as novas políticas reformistas do império carregavam consigo novos ônus fiscais que em tudo contrariavam as aspirações crescentes de cariz liberal dos habitantes da América portuguesa.¹⁰¹

Ao final de 1798, d. Rodrigo de Souza Coutinho expedira aos governadores da América portuguesa um ofício no qual convocava os vassallos a contribuírem com fintas para a manutenção dos estudos de jovens de cada capitania na universidade de Coimbra e na Academia de Ciências de Lisboa. As áreas contempladas vinculavam-se ao programa de caráter naturalista e científico do reformismo ilustrado: eram previstos dois engenheiros topográficos, dois engenheiros hidráulicos, um contador, um médico e um cirurgião para cada comarca. Os engenheiros topográficos deveriam levantar mapas gerais das comarcas e das sesmarias dadas, a fim de evitar processos e disputas sobre as terras não demarcadas, “de maneira que se evit[assem] os litígios e processos que

¹⁰¹ ALMEIDA, *Uma carta de Fr. Gaspar da Madre de Deus, op. cit.*, p. 27.

vers[avam] sobre terras dadas ou usurpadas, com medidas incertas ou arbitrárias”. Os engenheiros hidráulicos, por sua vez, contribuiriam na construção de canais e obras mecânicas.¹⁰² Os médicos e cirurgiões adequavam-se ao propósito de erradicação dos curandeiros, que sem aprenderem “nem cirurgia, nem medicina” tratavam as moléstias da população com suas mezinhas e sangrias.¹⁰³ Assim como ocorrera com a conservação do novo imposto três décadas antes, o governador ordenou às câmaras da capitania que enviassem um procurador para o estabelecimento do tributo até o final de maio de 1799.¹⁰⁴

Algumas localidades refutaram a necessidade da criação do tributo. Os oficiais da vila de Curitiba alegavam a grande distância e o caminho tortuoso até Paranaguá, então cabeça de comarca. O estabelecimento da contribuição apenas fustigaria seus habitantes, que desanimados, exageravam os oficiais, poderiam debandar para as partes meridionais, inclusive castelhanas. Com o despovoamento, a vila seria povoada por indígenas.¹⁰⁵ A câmara de São Sebastião indicava que não havia jovens disponíveis para os estudos em Lisboa e Coimbra, uma vez que nem haviam completado seus estudos menores devido ao trabalho na agricultura. As dúvidas sobre as terras eram raras, prescindindo-se dos engenheiros topográficos, tampouco havia necessidade de engenheiros hidráulicos. Os três cirurgiões da vila bastavam para atendê-la, sendo a vila pequena e pobre para manter um médico próprio.¹⁰⁶ Em Atibaia, os edis informavam que nenhum dos seus habitantes frequentara a universidade.¹⁰⁷

Outras vilas alegaram pobreza e pediram contribuições menores. Os oficiais da vila de Antonina argumentavam que aquela localidade era recente, criada em 1798,

¹⁰² DI, v. 89, p. 90-91. Palácio de Queluz, 21 out. 1798. Ofício de d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. ABNRJ, v. 36, p. 142-143. Bahia, 1º jun. 1799. Ofício do governador d. Fernando José de Portugal para d. Rodrigo de Souza Coutinho.

¹⁰³ Para a crítica aos curandeiros e “mulheres mezinheiras” ver: AHU-SP, cx. 26, doc. 15. São Paulo, 7 mai. 1806. Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, ao príncipe regente d. João.

¹⁰⁴ DI, v. 87, p. 152-153. São Paulo, 12 mar. 1799. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes.

¹⁰⁵ AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 7, doc. 22. Curitiba, 26 abr. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Curitiba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

¹⁰⁶ AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 3, doc. 25. São Sebastião, 18 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Sebastião ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹⁰⁷ AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 5, doc. 36. Atibaia, 20 nov. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

inexistindo cadeia, açougue e casa de câmara, que deveriam ser construídos com os recursos existentes.¹⁰⁸ Em Pindamonhangaba, onde a pobreza era tanta que havia apenas “poucos habitantes que t[ínham] algum pedaço de terras”, os oficiais da câmara suplicaram para realizar os pagamentos da contribuição *in natura* devido à falta de dinheiro em circulação pelo pouco comércio realizado.¹⁰⁹ As representações serviam ainda para apresentar outras queixas, em particular aquelas referentes à falta de navegação e ao peso dos tributos anteriores. Paranaguá reclamava da falta de embarcações que conduziam madeiras da região para o Rio de Janeiro após o estabelecimento do monopólio do porto de Santos.¹¹⁰ A câmara de Ubatuba informava que a vila estava em “total decadência” após tanto anos do sobredito monopólio.¹¹¹

Em Pindamonhangaba, dizia-se que o povo “gem[ia] com gemidos tão penetrantes” sob o peso do novo imposto, do subsídio literário e dos dízimos.¹¹² Os edis da câmara de Cunha reclamavam dos direitos pagos na alfândega do Rio de Janeiro sobre toucinho, carne de porco e fumo provenientes da região.¹¹³ A câmara de Paranaguá dizia que da vila não saía nenhuma aguardente para outras localidades, “pelo muito o que esta[va] pensionada de direitos”.¹¹⁴

Em Ubatuba, argumentava-se que o povo já pagava tributos aos párocos, dízimos, subsídio literário, o novo imposto, além de uma finta para a construção da matriz da vila que recaía sobre a agricultura e a pesca. De modo geral, a crítica era acompanhada de um voto de fidelidade dos vassalos:

¹⁰⁸ AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 1, doc. 10. Antonina, 5 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Antonina ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹⁰⁹ AESP, ordem 232, mc. 6, pasta 3, doc. 36. Pindamonhangaba, 4 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Pindamonhangaba ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹¹⁰ AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 4, doc. 41. 14 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Paranaguá ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹¹¹ AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 1, doc. 22. Ubatuba, 24 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹¹² AESP, ordem 232, mc. 6, pasta 3, doc. 36. Pindamonhangaba, 4 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Pindamonhangaba ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹¹³ AESP, ordem 232, mc. 6, pasta 3, doc. 15. Cunha, 15 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Cunha ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹¹⁴ AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 4, doc. 41. Paranaguá, 14 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Paranaguá ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

(...) se acha o povo impossibilitado de poder pagar mais tributos pelo deplorável estado em que está o país sem embargo de que, a nossa vontade é condescender com a de Sua Majestade como fiéis vassalos.¹¹⁵

A crítica mais contundente foi realizada pelos edis de São Sebastião, que diziam que a vila já se achava onerada pelo novo imposto para a reedificação de Lisboa e pelo subsídio literário. O novo imposto mantivera-se para além do período inicial de dez anos e a despeito da criação do subsídio literário, não havia ainda nenhum mestre de primeiras letras na vila, que supostamente seriam financiados pelo tributo. Assim, a crítica atacava a legitimidade destes impostos, por sua duração ou finalidade, mas a reação restrita a esta localidade não indica o esgotamento completo da capacidade de estabelecer novos tributos ao final do século.¹¹⁶

Com efeito, a criação anterior de outros tributos estreitava as bases fiscais sobre as quais as câmaras poderiam extrair recursos, por maiores que fossem as pressões da Coroa portuguesa sobre os poderes locais. Uma vez que restavam poucos produtos livres de tributos, as câmaras encontravam-se diante da dificuldade de não aumentar ainda mais a carga fiscal sobre os gêneros de primeira necessidade, aspecto que onerava particularmente a população pobre. A ascensão de outros gêneros na produção e comércio das vilas representava uma nova base fiscal para algumas vilas, caso do açúcar em Parnaíba, café em Santos, toucinho, farinha de trigo, cavalos e muares em Bragança.¹¹⁷

Porém em todos os casos, as câmaras deveriam negociar com os produtores e criadores locais, que teriam gravados seus gêneros. Ademais, mesmo nos senados das câmaras é possível que houvesse divergências, questão resolvida pela adoção da pluralidade de votos em algumas localidades. Por fim, cabe considerar que embora as câmaras pudessem estabelecer as alíquotas e gêneros a serem tributados, não podiam

¹¹⁵ AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 1, doc. 22. Ubatuba, 24 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹¹⁶ AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 3, doc. 25. São Sebastião, 18 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Sebastião ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹¹⁷ AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 9, doc. 40. Parnaíba, 28 jun. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Parnaíba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 6, doc. 45. Santos, 5 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Santos ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 2, doc. 8. Nova Bragança, 22 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Nova Bragança ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

assegurar a arrecadação efetiva. Se as colheitas não fossem tão boas e se os preços não alcançassem valores suficientes para a venda não haveria gêneros em circulação, seria preciso realizar derramas para atingir a contribuição prometida ao príncipe regente.¹¹⁸

Durante a reunião com os procuradores das câmaras, o governador instruíra aqueles representantes sobre os gêneros que poderiam ser tributados tendo por base os mapas de importação e exportação das vilas, disponíveis apenas ao final do século XVIII. Pela documentação consultada, há indícios de que o governador dera a instrução, provavelmente elencando as mercadorias passíveis de tributação, mas coube às câmaras dar a palavra final sobre os gêneros a serem gravados.¹¹⁹

A TABELA V.7 apresenta os gêneros tributados em cada localidade. Algumas vilas enviaram também uma estimativa do quanto seria arrecadado com a nova contribuição. O imposto recaiu principalmente sobre o comércio de açúcar e café respectivamente em 40% e 35% das localidades. A venda de diversos animais (25%) e de fumo (20%) também foi gravada nas vilas. A tributação do sal, arroz e algodão possuía alguma importância (10% das vilas).

Mesmo quando se considera um único gênero, observa-se grande disparidade entre as localidades. Sobre o café cobrava-se de 2 a 80 réis por arroba e sobre o açúcar de 10 a 64 réis por arroba. Provavelmente, estas discrepâncias resultavam tanto da preexistência de outros tributos sobre tais gêneros quanto das negociações estabelecidas com os produtores e criadores locais.

¹¹⁸ AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 4, doc. 44. Jacareí, 27 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo. AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 4, doc. 42. Paranaguá, 7 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Paranaguá ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹¹⁹ DI, v. 29, p. 153-154. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 49, doc. 3861. São Paulo, 13 jan. 1800. Offício n.º 11 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

Tabela V.7. Contribuição literária

(valores em réis)

Atibaia	40\$000 réis/ano
160 rs.	Besta
100 rs.	Potro

Conceição de Itanhaém

20 rs.	Madeira (dúzia)
--------	-----------------

Cunha

64 rs.	Açúcar (arroba) – para produção até 10 mil arrobas na vila
32 rs.	Açúcar (arroba) – quando produção fosse superior a 10 mil arrobas
20 rs.	Algodão em rama que se colher (arroba)
200 rs.	Besta crioula vendida
64 rs.	Café (arroba)
80 rs.	Cavalo crioulo vendido
40 rs.	Gado crioulo vendido

Curitiba 100\$000 réis/ano

50 rs.	Congonha (alqueire)
100 rs.	Fumo (arroba)

Guaratinguetá

32 rs.	Açúcar (arroba)
--------	-----------------

Iguape 90\$000 réis/ano

10 rs.	Arroz de casca (alqueire)
20 rs.	Arroz pelado (alqueire)
2 rs.	Café (arroba)
40 rs.	Fumo (arroba)

Jacareí 50\$000 réis/ano

20 rs.	Algodão (arroba)
--------	------------------

Lorena

20 rs.	Açúcar (arroba)
20 rs.	Café (arroba)

Mogi das Cruzes 40\$000 réis/ano

40 rs.	Sal (alqueire)
--------	----------------

Nova Bragança

160 rs.	Animais cavalares ou muares (cabeça)
20 rs.	Farinha de trigo (arroba)

Paranaguá (1799) 400\$000 réis/ano

120 rs.	Sal (alqueire)
---------	----------------

Paranaguá (1800)

20 rs.	Arroz (alqueire)
40 rs.	Arroz socado (alqueire)
40 rs.	Beta de escota e amuros [?] (unidade)
10 rs.	Beta de aparelho [?] (unidade)
80 rs.	Café (arroba)

Tabela V.7 (continuação)

80 rs.	Congonha (alqueire)
40 rs.	Couro de vaca ou boi (unidade)
20 rs.	Fazenda [?] de mandioca (alqueire)
40 rs.	Feijão (alqueire)
80 rs.	Fumo (arroba)
40 rs.	Goma (alqueire)
80 rs.	Meio de sola (unidade)
20 rs.	Milho (alqueire)
40 rs.	Peixe de [ileg.], tainhas e pescadinhas (unidade)
40 rs.	Peixe salgado (arroba)
80 rs.	Sal (moio)
40 rs.	Virador de 6 ou 7 polegadas [?] (unidade)
Parnaíba	
	40-50\$000 réis
[ileg.]	Açúcar (arratel)
Pindamonhangaba	
	40\$50.000 réis
20 rs.	Açúcar (arroba)
20 rs.	Café (arroba)
120 rs.	Bestas (unidade)
80 rs.	Potros (unidade)
Santos	
	5\$100 réis/ano
20 rs.	Café (arroba)
São Luís do Paraitinga	
20 rs.	“Pessoa de confissão”
São Paulo	
20 rs.	Açúcar fabricado (arroba)
10 rs.	Açúcar consumido no termo da cidade (arroba)
200 rs.	Besta crioula
80 rs.	Café (arroba)
80 rs.	Fumo (arroba)
100 rs.	Potros
São Sebastião	
10 rs.	Açúcar (arroba)
São Vicente	
20 rs.	Arroz (alqueire)
Taubaté	
	200\$000 réis/ano
10 rs.	Açúcar (arroba)
20 rs.	Algodão (arroba)
20 rs.	Café (arroba)
20 rs.	Fumo (arroba)
Ubatuba	
	64\$000 réis/ano
40 rs.	“Pessoa de confissão”

Observações

(1) Quando existente, indicou-se a estimativa do valor anual esperado com a contribuição literária.

(2) Os gêneros tributados em Paranaguá no ano de 1800 referem-se às mercadorias exportadas pela barra da vila.

Fontes

Atibaia: AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 5, doc. 36. Atibaia, 20 nov. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

Conceição de Itanhaém: AESP, ordem 237, cx. 11, pasta 3, doc. 31. Conceição de Itanhaém, 11 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Conceição de Itanhaém ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Cunha: AESP, ordem 232, mç. 6, pasta 3, doc. 19. Cunha, 29 jun. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Cunha ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Curitiba: AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 7, doc. 24. Curitiba, 23 set. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Curitiba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Guaratinguetá: AESP, ordem 232, mç. 6, pasta 3, doc. 34. Guaratinguetá, 21 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Guaratinguetá ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Iguape: AESP, ordem 237, cx. 11, pasta 2, doc. 27. Iguape, 3 set. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Iguape ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Jacareí: AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 4, doc. 49. Jacareí, 23 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Lorena: AESP, ordem 232, mç. 6, pasta 3, doc. 30. Lorena, 3 mar. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Lorena ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Mogi-Guaçu: AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 6, doc. 48. Mogi das Cruzes, 25 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Nova Bragança: AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 2, doc. 9. Nova Bragança, 18 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Nova Bragança ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Parnaíba: AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 9, doc. 40. Parnaíba, 28 jun. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Parnaíba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Paranaguá: AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 4, doc. 42. Paranaguá, 7 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Paranaguá ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 4, doc. 50. Paranaguá, 7 jul. 1800. "Relação dos efeitos, e mais gêneros em que desta câmara determina estabelecer tributo para a assistência dos médicos, cirurgiões, engenheiros, hidráulicos, topográficos, e contadores, que S. Alteza Real determina mandar instruir para benefício comum desta capitania, sendo que seja aprovada pelo ilmo. e exmo. sr. gal. desta capitania de São Paulo".

Pindamonhangaba: AESP, ordem 232, mç. 6, pasta 3, doc. 36. Pindamonhangaba, 4 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Pindamonhangaba ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Santos: AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 6, doc. 42 e 42A. Santos, 27 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Santos ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 6, doc. 45. Santos, 5 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Santos ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

São Luís do Paraitinga: AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 3, doc. 19. São Luís do Paraitinga, 21 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Luís do Paraitinga ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

São Paulo: AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 2, doc. 17. São Paulo, 10 jan. 1800. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

São Sebastião: AESP, ordem 244, cx. 16-A, pasta 2, doc. 85. São Sebastião, 11 jan. 1802. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Sebastião ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

São Vicente: AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 5, doc. 20. São Vicente, 26 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Vicente ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Taubaté: AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 7, doc. 46. Taubaté, 3 fev. 1801. Carta dos oficiais da câmara da vila de Taubaté ao coronel Luís Antonio Neves de Carvalho.

Ubatuba: AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 1, doc. 26. Ubatuba, 4 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

É interessante observar que Ubatuba e São Luís do Paraitinga adotaram contribuições pessoais, configurando tributação direta. Em Ubatuba, argumentava-se a existência de um pesado ônus fiscal sobre a produção de açúcar, café e anil. Outras culturas em formação ainda não poderiam ser tributadas, devido à sua produção insuficiente.¹²⁰ Os edis de São Luís ressaltavam a inconstância de suas produções de fumo e toucinho, além dos tributos pagos em Ubatuba e as despesas de transporte, como justificativa para a adoção das contribuições sobre cada “pessoa de confissão” da freguesia.¹²¹

A contribuição literária era um elevado encargo fiscal para algumas vilas da capitania, distribuído de forma completamente desigual aos rendimentos das câmaras. A partir das estimativas do quanto seria enviado anualmente, dado fornecido pelas próprias câmaras, pode-se compará-las com as receitas das vilas paulistas para o ano de 1802. A partir de uma amostra de 11 localidades, a contribuição literária representava, em média, 36% das receitas das câmaras, sendo a mais onerada a vila de Paranaguá (78%) e a menos onerada a de Santos (1%). Jacareí (40%), Taubaté (48%) e Ubatuba (68%) também destinaram boa parte de seus rendimentos para a contribuição (TABELA V.7).¹²² Portanto, percebe-se tanto uma forma desigual de tributar gêneros, quanto de extrair recursos das localidades, resultando em um princípio de tributação completamente contrário à concepção moderna de equidade fiscal.

Em julho de 1801, o governador da capitania recebeu novo aviso do Erário Régio autorizando-o a lançar outra contribuição para financiar as despesas da fábrica de ferro a ser construída nas minas de Varaçoiava, distrito de Sorocaba. Melo Castro e Mendonça decidiu não criar outro tributo, mas aplicar os rendimentos da contribuição literária. Depois de finalizada a fábrica de ferro, a receita seria aplicada ao destino original. Ademais, o governador redefiniu os gêneros tributáveis e a forma de arrecadação do rendimento. A contribuição seria cobrada somente dos gêneros que circulassem para fora de suas vilas por via terrestre ou marítima. Segundo o governador, o tributo recairia

¹²⁰ AESP, ordem 236, cx. 10, pasta 1, doc. 26. Ubatuba, 4 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹²¹ AESP, ordem 233, cx. 7, pasta 3, doc. 19. São Luís do Paraitinga, 21 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Luís do Paraitinga ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

¹²² Foram utilizados os dados referentes a 1802, devido à inexistência de dados para os anos anteriores. DI, v. 95, p. 111. São Paulo, 15 set. 1803. “Lista das contas originais das câmaras da capitania do seu rendimento despesa acréscimo e diminuição no ano de 1802”.

sobre os compradores, poupando os agricultores que deveriam “ser animados quanto fo[sse] possível, em ordem a continuarem com toda a extensão das suas forças no aumento da agricultura e comércio”.¹²³

A criação de uma pauta comum de gêneros fundamenta-se em uma relação que paulatinamente transferia as prerrogativas das câmaras ao governo da capitania. Conforme foi visto, os edis propuseram inicialmente alguns gêneros e alíquotas para a contribuição. O governador, por sua vez, procurou criar uma nova pauta com base nas propostas das câmaras, além de beneficiar o grupo dos produtores da capitania (TABELA V.8). Em um ofício posterior, Melo Castro e Mendonça defendia sua ação argumentando que se fosse deixado às câmaras a escolha dos gêneros, seus oficiais “jamais lança[riam] um tributo, senão em gêneros que ou não [eram] do seu distrito, ou não [eram] capazes de produzir rendimento considerável”. Reclamava que o poder local assim procedia, por serem as câmaras compostas pelas pessoas mais abastadas da vila ou “das de sua facção”.¹²⁴

Por fim, com uma exceção, coube aos poderes locais aquiescer às modificações encaminhadas pelo capitão-general, mas com nenhuma margem para adiar ou recusar as alterações do governador. De forma heróica, mas completamente isolada, a câmara de São Sebastião não aceitou a proposta do governador, negando-se a reconhecer o acordo realizado por intermédio do seu procurador e alegando “decadência e atraso” na produção e nos preços dos gêneros cultivados na localidade. Os edis pediam ao governador para aliviá-los daquele tributo. A câmara tampouco obteve resposta, uma vez que enviara sua representação logo ao final do mandato do governador.¹²⁵

¹²³ DI, v. 93, p. 30-31. São Paulo, 1º dez. 1801. . Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao juiz de fora e mais oficiais da câmara da vila de Santos.

¹²⁴ DI, v. 93, p. 111. São Paulo, 11 jun. 1802. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a d. Rodrigo de Souza Coutinho.

¹²⁵ AHU-SP, cx. 27, doc. 13. AHU-SP, cx. 17, doc. 17. São Sebastião, 23 nov. 1802. Carta da câmara da vila de São Sebastião ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Tabela V.8. Nova pauta da contribuição literária (1801)

(em réis)

Gênero	Alíquota
Açúcar (arroba)	40
Algodão em pano (vara)	3
Algodão em rama (arroba)	80
Arroz (arroba)	20
Arroz com casca (alqueire)	20
Arroz descascado (alqueire)	40
Besta (unidade)	320
Boi (unidade)	160
Café (arroba)	80
Congonha (alqueire)	80
Feijão (alqueire)	30
Fumo (arroba)	80
Goma (arroba)	50
Milho (alqueire)	10
Potro (unidade)	200
Toucinho ou banha (arroba)	40

Observação

Somente os bois, potros e bestas saídos da capitania de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro que não tivessem pago o imposto no registro de Sorocaba.

Fonte

DI, v. 93, p. 32. AESP, ordem 235, cx. 9, pasta 2, doc. 29-A. São Paulo, 1º dez. 1801. “Pauta por onde se deve cobrar a nova contribuição literária tabelada nos gêneros abaixo declarados, a qual será paga quando saírem desta capitania, ou por via de mar, ou de terra”.

No limite, as ações do capitão-general atingiam as fronteiras de sua jurisdição, pois ele não criara um novo tributo como ordenado pelo Erário Régio, havia modificado o destino da contribuição literária sem aprovação das instâncias superiores e havia criado uma pauta de gêneros que solapava o antigo direito das câmaras em definir localmente as alíquotas e mercadorias tributáveis. Com outras medidas, o governador deslocou ainda mais o fiel da balança para o poder da capitania. O controle da arrecadação da contribuição literária ficaria a cargo dos capitães-mores e comandantes das vilas, que remeteriam, ao final de cada ano, as guias com os registros dos direitos pagos à Secretaria de Governo e à Junta da Fazenda da capitania. Possivelmente ciente dos conflitos entre as milícias e as câmaras, o governador enfraquecia os poderes destas últimas ao conferir competência fiscal ao braço militar dos poderes locais. Ao contrário do novo imposto e do subsídio literário, a contribuição literária seria gerida diretamente pelo governo da capitania, enquanto que nos tributos anteriores apenas os excedentes

administrados pelas câmaras eram controlados pelas instâncias superiores de poder. Ademais, conforme reclamava o governador, as câmaras não prestavam contas destes rendimentos e não cobravam de forma correta os contribuintes endividados.¹²⁶

A nova pauta da contribuição literária começou a ser cobrada no começo de 1802.¹²⁷ De início, a Junta da Fazenda deliberou que o tributo fosse administrado diretamente pela Real Fazenda.¹²⁸ A partir de 1803, no entanto, a parte dos ramos da contribuição literária referente aos portos marítimos (Santos, Paranaguá, Antonina, Iguape, São Sebastião e Ubatuba) foi agrupada em um único contrato e arrematada. Os ramos dos portos secos das vilas de Cunha e Lorena também passaram a ser arrematados, ainda que por valores não tão atraentes. De forma única, os contratos destas localidades previam que os arrematantes seriam responsáveis pelos soldos e fornecimentos aos soldados destacados naquelas vilas. Por fim, havia mais dois portos secos em Nova Bragança e Mogi-Mirim que permaneceram sob administração direta da Real Fazenda.¹²⁹

Em 1805, com exceção de Paranaguá, os ramos da contribuição literária referentes às vilas marítimas foram arrematados por dois membros da elite mercantil santista. Caetano José da Silva e seus sócios adquiriram o ramo da vila de Santos, de maior valor, enquanto que os ramos das vilas de Iguape e São Sebastião ficaram nas mãos do capitão Manuel de Alvarenga Braga. O ramo de Paranaguá foi arrematado pelo conhecido José Vaz de Carvalho.¹³⁰ No triênio de 1806 a 1808, os contratos da contribuição literária de Lorena e Cunha¹³¹ foram arrematados aos mesmos contratadores: o coronel Antonio José de Macedo, natural de Cunha, e seu sócio

¹²⁶ DI, v. 93, p. 54-56. São Paulo, 22 dez. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao comandante da vila de Paranaguá. DI, v. 93, p. 111. São Paulo, 11 jun. 1802. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a d. Rodrigo de Souza Coutinho.

¹²⁷ DI, v. 30, p. 123. São Paulo, 15 dez. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

¹²⁸ ANRJ, cód. 473, fl. 18. São Paulo, 14 dez. 1802. Ata da sessão da Junta da Fazenda de São Paulo.

¹²⁹ ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 155-155v. São Paulo, 17 abr. 1806. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo ao príncipe regente d. João.

¹³⁰ PUNTSCHART, William. *Negócios e negociantes paulistas: 1808-1822*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 100.

¹³¹ ANRJ, cód. 469, v. 3, fl. 146v-147. São Paulo, 24 jan. 1806. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo para o capitão da vila de Lorena, Manuel Domingues Salgueiro. ANRJ, cód. 469, v. 3, fl. 147-147v. São Paulo, 24 jan. 1806. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo para o capitão da vila de Cunha.

Francisco Álvares Ferreira do Amaral.¹³² Macedo aparece ainda como arrematante de um ramo dos dízimos na vila de Cunha para o triênio de 1798 a 1801.¹³³

A divisão do contrato em ramos favoreceu o envolvimento de alguns negociantes locais, que com maior ou menor sucesso arremataram outros contratos na capitania. Manuel de Alvarenga Braga e Caetano José da Silva formaram uma sociedade que arrematou o contrato do novo imposto arrecadado serra acima em 1803. Além de sócio de José Vaz de Carvalho no contrato da contribuição literária em 1803, Caetano José da Silva arrematou, em conjunto com Carvalho, o contrato do Cubatão de Santos em 1806 e no triênio de 1807 a 1809. Por sua vez, Antonio José de Macedo e Francisco Álvares Ferreira do Amaral seriam grandes contratadores na década de 1810 adquirindo no período os contratos dos ramos dos dízimos, novos impostos, subsídio literário, além do próprio contrato da contribuição literária.¹³⁴

Em 1803, a quantia arrecadada a título de contribuição literária montava a 11:212\$062 réis. As primeiras arrematações da contribuição (1803-1805 e 1806-1808 e 1809-1811) renderam respectivamente 20:999\$000 réis, 20:250\$000 réis e 23:252\$000 réis. Embora o contrato das vilas marítimas tenha crescido entre os dois primeiros triênios, os ramos de Cunha e Lorena sofreram um decréscimo que só foi compensado pela inclusão da cláusula de pagamento das tropas naquelas localidades.¹³⁵

Ao final de 1802, a vinda de um novo governador, Antonio José de Franca e Horta, suscitaria uma grande leva de queixas dos poderes locais quanto ao governo anterior. Uma das representações mais interessantes foi produzida por vinte comerciantes de Santos. No lançamento da contribuição literária, além da “nobreza, republicanos e povo” da vila, também havia sido convocado o parecer do corpo do comércio. Alguns dos signatários, como Antonio do Rego Baldaia, Bento Tomás Viana, Caetano Antonio Pereira

¹³² FAGUNDES, Joaquim Roberto. Casamentos da matriz da vila de Cunha: 1778-1803. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, v. 10, p. 1-38, 2004, ver p. 6. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/publicac/biblioteca/CasamentosViladeCunha.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

¹³³ ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. 36-36v. São Paulo, 13 nov. 1799. “Relação dos dízimos desta capitania, das pessoas a quem, e por quanto se venderam de quanto se recebeu, e do quanto se esta restan[do] [?] das escrituras, e créditos relativos aos mesmos, que principiaram no primeiro de julho de 1798, e hão de findar em 30 de junho de 1801”.

¹³⁴ MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 193-194, 200 (nota 519).

¹³⁵ ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. s.i. São Paulo, 23 mar. 1804. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo sem remetente especificado. ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 155-156v. São Paulo, 17 abr. 1806. “Relação dos contratos da contribuição literária imposta nos portos da extrema desta capitania de São Paulo, arrematados em dois ramos, os quais andaram contratados em ramos separados, mostrando-se pela presente relação os preços constantes dos autos inclusos delas”. MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 187 (nota 484).

Barros, João Xavier da Costa Aguiar e José Antonio Vieira de Carvalho, eram membros importantes da elite mercantil local, além de ocuparem postos de relevo nas milícias. No entanto, a representação do corpo mercantil santista foi uma forma isolada para exprimir insatisfações, pois as câmaras continuaram a ser as principais porta-vozes de descontentamentos direcionados tanto ao novo governador quanto diretamente ao rei, sendo julgados no tradicional Conselho Ultramarino.¹³⁶

Os negociantes reclamavam que a vila já estava bastante onerada com outros tributos, “talvez (...) a mais pensionada de toda a capitania”, colocando-se como defensores da agricultura e comércio, sem os quais “não pode[r]iam subsistir os impérios”. Argumentavam que tais atividades, especialmente o comércio, apenas haviam começado a florescer na capitania de São Paulo, requerendo proteção aos seus agricultores e alívio ao seu comércio. Neste sentido, a contribuição literária desestimulava o incentivo aos “particulares”, do qual a capitania carecia, além de prejudicar o próprio Estado pela menor riqueza gerada. Os negociantes não buscavam a isenção fiscal, reafirmando que “com mil vontades” ofereceriam tudo o que possuíam e suas próprias vidas a Sua Alteza Real, mas desejavam uma redução do tributo ou sua suspensão durante alguns anos.¹³⁷

Os oficiais da vila de Pindamonhangaba também pediram a isenção da contribuição literária, dirigindo sua súplica ao novo governador da capitania. Diziam que o governo anterior da câmara não havia consentido na cobrança daquele novo tributo, porém Melo Castro e Mendonça ordenara “despoticamente” que a arrecadação fosse cumprida. Reclamavam que o fumo, o algodão e o toucinho da vila já eram suficientemente onerados com impostos, além dos custos de frete e comissões que eram cobrados pelo transporte, bem como maldiziam os preços diminutos pelos quais os gêneros eram vendidos. Os principais prejudicados eram os lavradores que ficavam com míseros rendimentos. Havia poucos incentivos para produzir novamente e alguns dos produtores acabavam endividados.¹³⁸

¹³⁶ PUNTSCHART, *Negócios e negociantes paulistas*, op. cit., p. 42-43, 53-54.

¹³⁷ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 51, doc. 3979. AHU-SP, cx. 18, doc. 1. Santos, 13 jan. 1803. Representação dos comerciantes da vila de Santos ao príncipe regente d. João.

¹³⁸ AESP, ordem 232, mç. 6, pasta 3, doc. 47. Pindamonhangaba, 15 jan. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Pindamonhangaba ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

É interessante observar a influência de ideias fisiocratas e liberais nestas representações, alicerçando os argumentos em bases estritamente econômicas que se distanciavam dos clamores e apelos à misericórdia régia tendo em vista a alegada miséria dos povos, tão recorrente no século XVIII. Nota-se aqui alguns traços de uma mutação na cultura fiscal na base do império português, perceptível mesmo nas diversas memórias sobre as capitanias, e que faziam eco à produção no centro do império e na alta burocracia estatal.

Por outro lado, é verdade que ainda persistia de forma pronunciada uma visão de caráter mais jurídico, em alguns pontos até mesmo teológica, acerca das relações fiscais entre o rei e seus vassallos. A câmara da vila de São Sebastião foi a primeira a se pronunciar depois do fim do governo de Melo Castro e Mendonça, apenas um dia após a posse do novo governador Franca e Horta. Como era recorrente, reclamaram do peso fiscal do novo imposto para a reedificação de Lisboa e do subsídio literário. Os edis de São Sebastião afirmavam que haviam recorrido sem êxito ao antigo governador, sem obter resposta. O sentimento de injustiça era acentuado pela cobrança por militares: “mandou despoticamente cobrar, como arisca, e com violência se cobra pelo comandante desta tão leal vila de Vossa Alteza”. Além da insatisfação com a contribuição literária, somara-se o ressentimento ao tributo imposto sobre cada alqueire de sal, antes gravado somente em Santos. Ademais, ao contrário da lei original, o governador ordenara um acréscimo na cobrança do subsídio literário, aumentando a alíquota de 2\$400 réis para 3\$200 réis por pipa. Por fim, a vila não possuía professores de primeiras letras, cujos pagamentos eram efetuados com os recursos advindos do subsídio.¹³⁹

É possível perceber e contextualizar as causas do que era percebido como uma “injustiça fiscal”: o acúmulo de tributos, a cobrança por militares, os novos impostos, valores acima do costumeiro e a ausência de aplicação aos objetivos iniciais. Os fundamentos da legitimidade fiscal baseavam-se na tradição e nos costumes que vinculavam as câmaras ao soberano. Sobretudo, percebe-se a contribuição como um sinal de lealdade dos súditos ao poder régio. A ruptura deste suposto arranjo pela maior jurisdição do governador, em detrimento dos poderes camarários, era vista como um desequilíbrio a ser reparado pelo rei. Os edis referiam-se a uma época mítica de relações harmoniosas entre o soberano e seus vassallos.

¹³⁹ AHU-SP, cx. 27, doc. 13. AHU-SP, cx. 17, doc. 17. São Sebastião, 11 dez. 1802. Ofício da câmara da vila de São Sebastião ao príncipe regente d. João.

Esta configuração de poderes atrelava-se ao retorno da ideia de “justa contribuição”, a qual seria capaz de obter os recursos dos “povos” com moderação e suavidade, sem recorrer à violência e ao “vexame”. A extração fiscal deveria ser efetuada de forma a conservar a subsistência dos vassalos, remetendo inclusive a imagens bíblicas e paternas para elucidar as relações entre o rei e seus súditos. A moderação adquiria similitudes com a misericórdia divina e o amor paternal. Estas metáforas de forma alguma contestavam a legitimidade régia em cobrar tributos, mas criticavam os abusos perpetrados pelos governadores. Assim, condenavam-se os oficiais régios, mas nunca a figura régia. Devido à forma sucinta como apresenta diversos argumentos que legitimavam a fiscalidade imperial, o ofício da câmara ao príncipe regente é transcrito adiante de forma mais extensa:

Sempre, Senhor, o povo desta vila, se distinguiu no zelo do real serviço, assim como sempre se distinguiu no amor e fidelidade aos seus reis e senhores naturais, e jamais deixaria sendo necessário se empregar não só os seus bens, mas derramar o sangue, e perder a vida em defesa e aumento da Coroa de Vossa Alteza, porém o estão flagelado com imposições novas, que o obrigam e isenção delas na ilimitada e real grandeza de Vossa Alteza Real (...)

Todas as leis, Senhor, mandam, que paguem os povos conforme as suas possibilidades a justa contribuição ao seu príncipe, como devido prêmio ao cuidado do seu governo; a moderação e o modo suave de impor, é quem faz menos rigoroso o tributo, e depois que entrou a reinar a suavidade, parece não deve a violência, e vexame ter lugar entre uns homens, a quem Vossa Alteza ama como filhos cheios todos de honras e benefícios da real benignidade, e das maiores felicidades e providências, que desde a época fundação do mesmo reino, tem devido os seus vassalos aos mais monarcas. A árvore, Senhor, não sente que lhe cortem um ramo; se a deceparem pela raiz, acabou a mesma árvore, porque morre a vegetação: O pastor aproveita-se do leite, e não muge a ovelha até que lhe corra o sangue: Tosquia-lhe o velho, e deixa-lhe a pele coberta para que resista ao frio.

Senhor o povo desta vila, conhece que Vossa Alteza é o primeiro senhor das suas herdades, e que o tributo é dívida dos vassalos; porém parece natural que se exija o censo, sem os deixar escravos da miséria, e ficando eles com os lucros do seu trabalho, em qualquer aperto do reino nenhum haveria, que não pusesse patentes todos os seus bens, como muitas vezes se viu em Portugal, em Estado da Índia; Vossa Alteza imitando ao supremo rei; que de afetos por tributos, e como recebedores destes os fazem com a cobrança, e aumentos deles, mais penosos, se não houvesse providência para os moderar, cada dia inventarão novas crueldades, e novas imposições, de um povo como o desta vila, que sem exceção de pessoa, vive empenhadíssimo (...).¹⁴⁰

¹⁴⁰ AHU-SP, cx. 27, doc. 13. AHU-SP, cx. 17, doc. 17, fl. 1-3v. São Sebastião, 11 dez. 1802. Ofício da câmara da vila de São Sebastião ao príncipe regente d. João.

Se a câmara de São Sebastião recorria aos poderes do rei, os edis de Paranaguá buscavam o auxílio do seu representante mais próximo na figura do governador da capitania, designado até mesmo como “redentor” da comarca. Em um contexto de falta de gêneros na região, particularmente de farinha de mandioca, os oficiais indicavam que a contribuição literária somara-se a outros dois tributos há pouco estabelecidos (o cruzado sobre cada alqueire de sal e a cobrança da décima das madeiras). A contribuição literária em particular era vista mais como um ônus a atingir o comércio, ao reduzir o tráfico daquele porto, do que propriamente a população da vila. Os edis apontavam que a despeito do quadro de crise, o governo anterior da câmara não enviara nenhuma representação contrária ao antigo governador sobre a crítica situação de Paranaguá, criticando-se mesmo a “indolência e a frouxidão dos nossos antepassados”. Os oficiais destacavam ainda as diferenças entre Franca e Horta e seu antecessor: “um general, que não usa violências, antes sim as suas belíssimas máximas se não encaminham mais, que a ter em golpe de vista coligar os interesses régios ao sossego público, e tranquila paz, e a comodidade dos povos”. Desta forma, a redução do peso fiscal era vista como um atributo de bom governo e de engrandecimento dos governadores, libertando os “povos” de “opressões” e “vexames”.¹⁴¹

A representação da câmara de São Sebastião enviada ao rei foi acolhida no Conselho Ultramarino, que requereu ao governador Franca e Horta um parecer sobre as medidas do seu antecessor. O capitão-general destacava a legitimidade do novo imposto e do subsídio literário por “sua justa e determinada aplicação”, porém afirmava que a contribuição literária, mesmo depois de supridas as necessidades financeiras da fábrica de ferro, não era uma “ordem positiva” da Coroa às câmaras, mas uma proposição que poderia ser acatada ou não pelos poderes locais tendo em vista seus rendimentos. Ademais, o governador contestava a criação do tributo, quando boa parte das vilas ainda nem possuía mestres de primeiras letras, necessárias ao ingresso nos estudos superiores. Franca e Horta destacava que o antigo governador deturpara os intentos régios ao “oprimir com tributos a esta porção de fiéis vassalos”, sendo a contribuição “arbitrada com excesso e irregularidade”. A contribuição era vista como um obstáculo ao crescimento agrícola e mercantil da capitania, dificultando a concorrência com a

¹⁴¹ AESP, ordem 238, cx. 12, pasta 4, doc. 50. Paranaguá, 11 jun. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Paranaguá ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

produção de outras capitanias. O açúcar, em especial, era tributado de forma irregular, cobrando-se a mesma alíquota tanto do gênero branco fino quanto do açúcar mascavo, que possuía preço inferior ao refinado.¹⁴²

De início, a posição da Coroa foi favorável à conservação da contribuição literária. Em 1803, o pedido de isenção fiscal da câmara de Pindamonhangaba foi negado, alegando-se que o imposto fora criado de forma competente e com autoridade, devido à “voluntária oblação” das câmaras e por poupar a criação de um novo tributo para o financiamento da fábrica de ferro.¹⁴³

¹⁴² AESP, ordem 422, cx. 64, livro 176, fl. 11v-14. AHU-SP, cx. 27, doc. 13; AHU-SP, cx. 17, doc. 17. São Paulo, 27 nov. 1805. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, ao príncipe regente d. João.

¹⁴³ ANRJ, cód. 469, v. 3, fl. 33v-34. [Lisboa], 29 mar. 1803. Provisão do príncipe regente d. João à câmara da vila de Pindamonhangaba.

3. Conflitos entre contratadores no império

O RETORNO DAS ARREMATACÕES PARA LISBOA

O governo formado após a queda de Pombal mostrava alguns sinais de equilíbrio com o passado recente, mantendo-se de forma bastante estável até 1796. Dois homens de confiança do marquês, Martinho de Melo e Castro e Aires de Sá e Melo, foram designados respectivamente para a Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos e para a Secretaria de Negócios Estrangeiros e Guerra. O contraponto era o visconde de Vila Nova da Cerveira, d. Tomás Xavier Teles da Silva, na Secretaria dos Negócios do Reino, tido por antipombalino e conservador, em grande medida devido à prisão de seu pai, suspeito de envolvimento com os Távara e que morreria na prisão.

O visconde de Vila Nova da Cerveira também ocupou a presidência do Erário Régio de forma interina, entre 1783 e 1788, devido ao estado adoentado do seu presidente, Pedro José de Noronha, o marquês de Angeja, e de maneira efetiva após a morte deste último, entre 1788 e 1800. Em 1788, d. Tomás Xavier foi nomeado secretário da recém-criada Secretaria de Negócios da Fazenda, deixando o cargo de presidente dos Negócios do Reino. Com a união do Conselho de Fazenda ao Erário Régio, em 1790, tornou-se ainda presidente daquele conselho. Por fim, em 1788, com a criação da Secretaria de Negócios da Fazenda, ocupou o igualmente relevante posto de presidente da Junta de Comércio, como era de praxe aos presidentes do Erário, e era ministro assistente ao despacho régio após a nomeação de d. João para príncipe regente. Se o visconde de Vila Nova da Cerveira era o principal homem do governo na área de finanças, Martinho de Melo e Castro o seria na gestão dos domínios ultramarinos, ao ocupar o cargo entre 1777 e 1796, quando faleceu. Até 1796, a despeito da crise que conduziu d. João à regência, a única grande mudança de vulto na composição de governo seria a saída de Aires de Sá e Mello, substituído por José de Seabra da Silva, também de tendências pombalinas, e a nomeação de Luís Pinto de Sousa Coutinho para a Secretaria de Negócios Estrangeiros e Guerra.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Em 1790, d. Tomás Xavier Teles da Silva foi elevado ao título de 1º marquês de Ponte de Lima. SUBTIL, José. O governo da fazenda e das finanças (1750-1974). In: CRUZ, Mário Pinho da (Coord.). *Dos secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos ministros das Finanças, 1788-2006: uma iconografia*.

As aparências de continuidade não escondiam os percalços e as dificuldades daquela herança. Manter o legado pombalino não era tarefa fácil, mesmo porque este tampouco condizia com a imagem de suprema racionalidade que se depreende das leis promulgadas no tempo do marquês. Mesmo em instituições centrais de suas reformas, como o Erário Régio, havia sinais nítidos de abandono e negligência por parte dos funcionários. João Henriques de Sousa, tesoureiro-mor do Erário Régio, fora acusado de extravios vultosos na administração fazendária. Certamente ele era um dos melhores homens do governo de Pombal. Antes de entrar no Erário como escrivão, ele fora o primeiro a ocupar o cargo de professor na Aula de Comércio. Embora não se tenha encontrado provas efetivas de sua culpa, foi acusado de indolente e incapaz para o emprego, sendo demitido em 1787.¹⁴⁵

É justamente ao final da década de 1780 que se observam algumas mudanças. Em 1788, há a criação da Secretaria de Negócios da Fazenda e, em 1790, a incorporação do Conselho da Fazenda ao Erário Régio. A primeira medida buscava separar as tarefas executivas e a arrecadação das receitas, a cargo do Erário Régio, da direção política e administrativa das finanças régias, sob responsabilidade da nova secretaria.¹⁴⁶ Na prática, houve grande rotatividade dos secretários indicados, sem avanços no ordenamento da secretaria, tornando-a mais simbólica do que efetiva. Em 1801, por exemplo, com exceção do presidente, não se havia nomeado nenhum funcionário para a secretaria.¹⁴⁷ Desta forma, a maior parte das funções continuava a cargo do presidente do Erário Régio, sem alterar a configuração pombalina.

A incorporação do Conselho de Fazenda ao Erário, por sua vez, indicava a anexação e declínio do governo polissinodal na área fiscal, segundo os novos moldes de governo propostos por Pombal. É verdade que este declínio já advinha desde a criação do Erário, quando se restringiu o conselho a funções jurisdicionais, tornando-o a principal instância jurídica em matéria financeira. Portanto, pode-se dizer que o Erário Régio mantivera e expandira seu poder enquanto principal órgão administrativo das

Lisboa: Secretaria Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006. p. 49-52, p. 108-109. PAIXÃO, Judite Cavaleiro; CARDOSO, Cristina. *Do Erário Régio ao Tribunal de Contas: os presidentes*. Lisboa: Tribunal de Contas, 1999. p. 37-42.

¹⁴⁵ SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. v. 3, p. 384-385.

¹⁴⁶ SUBTIL, O governo da fazenda e das finanças (1750-1974), *op. cit.*, p. 52-53. SUBTIL, Os poderes do centro, *op. cit.*, p. 172.

¹⁴⁷ ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3802, fl. 2. Palácio de Queluz, 6 jan. 1801. s. i.

finanças régias na década de 1790, seja devido às dificuldades em organizar novas instituições concorrentes, seja pela incorporação de órgãos mais antigos.

Com relação aos grandes contratadores do reino, apenas em 1790 haverá o retorno efetivo de seu antigo poder sobre os contratos da América portuguesa, que seguiam adjudicados nas capitanias nos leilões realizados pelas Juntas da Fazenda. É verdade que vários contratos polpudos, especialmente os do sal, pesca de baleia e tabaco, continuavam nas mãos da elite mercantil portuguesa. Contudo, não era o mesmo poder hegemônico de outrora, como nos tempos do Conselho Ultramarino. Passados poucos anos depois da queda de Pombal, notava-se já alguma insatisfação dos comerciantes com a “divisão fiscal” do reino e com o monopólio das companhias mercantis. Em particular, havia a crença de que a nova composição do governo permitiria maiores ganhos com os contratos. Um texto escrito por volta de 1786 e favorável a Pombal, retomava as queixas contra o ministro:

Os negociantes acreditando uns a extinção das companhias de comércio, que o ministro havia estabelecido; *outros preocupados da preferência, que a ocorrência de tantos validos lhes promete para serem contemplados nas arrematações dos contratos, e rendas da Coroa*; e todos persuadidos, que o novo governo tão benigno fará entrar com a maior facilidade pela barra desta capital o comércio geral de Cartago, a incomputável riqueza de Tiro, e a memorável opulência de Babilônia, clamam contra o ministro, que enfurecendo o céu com a sua crueldade, lhes demorou a posse da suspirada torrente de tantas felicidades.¹⁴⁸

Não obstante tais interesses reinóis, o movimento de retorno dos contratos para Lisboa contaria com os interesses da própria Coroa portuguesa. Pode-se conjecturar duas hipóteses para este retorno. A primeira refere-se à queda nos rendimentos da Coroa na segunda metade da década de 1780, que teria contribuído para a busca de novas formas de aumentar as receitas por meio da melhora nos valores dos contratos. Deste modo, as autoridades fazendárias acreditavam que o retorno dos contratos para Lisboa permitiria a obtenção de preços maiores nos leilões. Após a criação do Erário Régio, o ano de 1784 marca o ápice das receitas nominais antes da recuperação ao final do século. Considerando-se os dados das receitas para 1777, ao final do governo pombalino, houve um aumento nominal de 27% nos rendimentos até 1784. Em 1789, o valor das receitas

¹⁴⁸ Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Col. Pombalina, cód. 676, fl. 4-4v. “Acusação e defesa d’El-Rei d. José o 1º, e do marquês de Pombal seu ministro demonstradas, e seladas com as mesmas confissões, que os portugueses fizeram desde o ano de 1777 até ao de 1786”. Grifos meus.

correspondia a 94% dos rendimentos de 1777. Somente entre 1784 e 1789 houve uma redução em 25% nas receitas nominais do Erário. A par disso, houve uma deterioração do saldo de 2.885:000\$000 réis em 1784, também o maior valor desde a criação do Erário, para 806:000\$000 réis em 1789, ou seja, apenas 28% do saldo obtido cinco anos antes (TABELA V.9, BFDUL). Desta forma, antes mesmo do envolvimento de Portugal nos conflitos com a França revolucionária, especialmente a campanha do Roussillon (1793), haveria um decréscimo das receitas do Estado, exigindo novas medidas na gestão do visconde de Vila Nova da Cerveira.

A segunda hipótese refere-se ao envolvimento dos contratadores endividados com a Real Fazenda na Inconfidência mineira. A dificuldade na cobrança destas dívidas e o fortalecimento das elites coloniais pelo acesso à arrematação dos contratos teriam conduzido à Coroa portuguesa a considerar o retorno das arrematações para Lisboa como uma solução fiscal e política. No entanto, na documentação oficial do Erário Régio, estas questões não são claramente explicitadas. Em um ofício elaborado pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro e África Oriental em 1794, argumenta-se o retorno pela desilusão com a experiência das Juntas da Fazenda, que se acreditava, haviam sido criadas para poder se dar término aos conluios nas arrematações realizadas no Conselho Ultramarino, especialmente a prática de se utilizar testas-de-ferro. Afirmava-se ainda que as Juntas da Fazenda, faltas de seu vigor inicial, haviam sucumbido aos interesses particulares, deixando de lado os da Real Fazenda. A maior vantagem para o Erário, era adjudicar os contratos a negociantes “conhecid[os], e do maior crédito, e abonação”. Também se ressaltava serem tais comerciantes distintos dos “Torres, Veigas, Campos, Bezerra”, que haviam deixado inúmeras dívidas contratuais nas arrematações realizadas no Conselho Ultramarino. Portanto, com o retorno das arrematações à capital do reino buscava-se evitar tanto os erros do período anterior à criação do Erário Régio, quanto das décadas anteriores sob sua gestão.¹⁴⁹

¹⁴⁹ AHTC, cód. 4044, fl. 142-155, ver fl. 142-144. Contadoria Geral do Rio de Janeiro e África Oriental, 22 dez. 1794. Ofício da Contadoria ao visconde de Vila Nova da Cerveira, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Erário Régio.

Tabela V.9. Receitas e despesas do Erário Régio, 1762-1833

(em contos de réis, valores nominais)

	Receitas				Despesas			
	BFDUL	ANTT	Tomaz	AHTC	BFDUL	ANTT	Tomaz	AHTC
1762	3.030	3.739	3.745		2.873	3.428	3.435	
1763	5.844	5.840	5.571		4.433	4.582	4.624	
1764	6.357	6.165	4.659		4.959	5.252	5.003	
1765	5.826	5.648	4.754		5.239	5.288	5.308	
1766	6.432	6.809	6.424		5.881	6.122	6.096	
1767	5.226	5.748	5.073		5.120	5.203	5.214	
1768	6.200	6.259	5.750		5.676	5.711	5.747	
1769	5.284	5.841	5.336		5.221	5.284	5.327	
1770	6.126	5.929	5.174		6.126	5.607	5.408	
1771	5.877	5.718	4.914		5.877	5.471	4.990	
1772	5.893	6.756	5.031		5.849	6.455	4.977	
1773	5.155	5.170	4.919		4.855	4.878	4.928	
1774	6.018	5.772	5.537		5.124	5.138	5.195	
1775	6.146	5.841	5.249		5.347	5.367	5.409	
1776	7.085	6.651	6.210		5.991	6.014	6.047	
1777	7.042	6.721			5.941	5.973		
1778	7.541	6.763			5.796	5.815		
1779	7.763	6.964			6.190	6.197		
1780	7.341	6.678			5.935	5.950		
1781	7.335	6.370			5.630	5.605		
1782	7.419	6.731			5.677	5.682		
1783	7.831	6.920			5.664	5.673		
1784	8.914	7.660			6.029	6.035		
1785	8.379	7.477			6.221	6.240		
1786	7.009	5.955			5.299	5.313		
1787	7.557	5.689			6.602	5.509		
1788	6.592	6.416			5.825	5.825		
1789	6.677	6.261			5.871	5.871		
1790	7.235	7.009			6.681	6.681		
1791	6.457	6.209			6.054	6.054		
1792	6.706				6.103			
1793	6.498				6.303			
1794	6.815				6.204			
1795	6.436				6.135			
1796	8.296				7.827			
1797	10.882			11.071	9.924			14.802
1798	12.492			12.644	11.620			16.930
1799	18.411			18.236	15.731			21.605
1800	13.262			12.027	11.151			12.251
1801	15.040			14.267	12.893			18.046
1802	11.914			11.071	10.127			12.279
1803	10.659			11.509	10.025			12.824
1804	9.682				9.676			
1805	10.038				9.980			
1806	10.029				9.837			
1807	9.988				9.860			
1808	6.179				5.483			
1809	7.657				7.195			
1810	8.675				8.370			
1811	8.396				8.242			

1812	7.854	7.817
1813	10.025	9.788
1814	9.331	9.226
1815	8.918	8.801
1816	8.525	8.457
1817	10.987	10.779
1818	7.821	7.738
1819	9.495	9.144
1820	8.189	7.440
1821	7.625	6.718
1822	7.286	6.877
1823	9.041	8.399
1824	11.815	10.713
1825	9.370	9.032
1826	8.875	8.603
1827	12.793	12.296
1828	7.536	7.312
1829	6.888	6.788
1830	6.280	6.170
1831	6.653	6.592
1832	5.466	5.395
1833	4.022	3.883

Nota

Um conto de réis equivale a 1:000\$000 réis.

Fontes

- AHTC AHTC, Cartórios Avulsos, cx. 84, doc. 39. "Resumo do mapa comparativo de todas as Receitas e Despesas do Real Erário, tanto ordinárias, como extraordinárias, e isto desde o ano de 1797 até o fim de 1o. Semestre de 1803". Obs.: estimativa para o ano de 1803, com base nos dados do 1º semestre.
- ANTT ANTT, Condes de Linhares, mç. 29/71. "Resumo das Receitas, e Despesas do Real Erário nos trinta anos do seu estabelecimento, desde 1762 até 1791".
- BFDUL Universidade de Lisboa, Biblioteca da Faculdade de Direito, Manuscritos avulsos. Mss. XVII, n. 24. "Mapa da Receita e Despesa, extraído dos livros da Tesouraria-Mor do Erário, desde 1762-01-01 a 1833-08 [24 ago. 1833]". 6 fls.
- Tomaz TOMAZ, Fernando. As finanças do Estado pombalino, 1762-1776. In: *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988. p. 355-388, ver p. 376-380.

Para além dos fundamentos políticos do retorno das arrematações a Lisboa, as dívidas dos contratadores haviam atingido montantes bastante perigosos para a reprodução de toda a estrutura administrativa imperial dependente das receitas fiscais de Minas Gerais. Em 1789, somente as dívidas acumuladas dos contratos das entradas e dos dízimos da capitania representavam 36% das receitas de todo o Estado português, ao menos aquelas sob supervisão do Erário Régio, naquele ano. Sob a perspectiva de rendimentos decrescentes dos quintos, a continuidade da insolvência dos contratadores colocava em risco a principal joia da Coroa portuguesa. Não havia muitas possibilidades de escolha ao tentar obter maiores receitas de outras capitanias, pois muitas delas, premidas por pesados gastos militares, não geravam excedentes fiscais para serem remetidos a Lisboa em um montante comparável ao de Minas Gerais.¹⁵⁰

Além disso, com relação às dívidas dos contratadores, percebe-se um grande declínio da solvência dos arrematantes. Mesmo com a queda na arrecadação dos quintos após 1744, a dívida dos contratadores não atingia níveis alarmantes, porém durante o governo pombalino e pós-pombalino a situação agravava-se profundamente. Tomando-se o exemplo dos contratos dos dízimos, as quatro arrematações realizadas entre 1750 e 1765 apresentaram dívidas equivalentes a 34% do valor total dos contratos. Nos quatro contratos seguintes, entre 1768 e 1786, esta proporção atingiu 59% do valor total das arrematações, sendo que os dois últimos contratadores, que arremataram após 1777, deviam 72% e 98% do preço dos contratos. Deve-se observar que a dívida do contrato dos dízimos arrematado para o triênio de 1762 a 1765 por João de Souza Lisboa era particularmente elevada, correspondendo a 70% do valor total do contrato e destoando, assim, da média geral para o período de 1750 a 1765. Assim, corroborava-se tanto a crença na incapacidade das Juntas da Fazenda de cobrar os devedores, quanto a falta de “crédito e abonação” dos homens de negócio da América portuguesa, conforme apontava o já citado ofício da Contadoria Geral do Rio de Janeiro e África Oriental escrito em 1794.¹⁵¹

Todos estes fatores – os interesses dos negociantes do reino nos contratos, a queda nos rendimentos da Coroa após 1784, a crítica à incapacidade das Juntas da Fazenda de agir com rigor e, implicitamente, o envolvimento dos contratadores na

¹⁵⁰ Cálculos com base nos dados apresentados em TABELA V.9, BFDUL, e CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII, op. cit.*, p. 59.

¹⁵¹ Cálculos com base nos dados apresentados por CARRARA, *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII, op. cit.*, p. 56-59.

Inconfidência mineira – contribuíram de maneira complementar para o retorno das arrematações para Lisboa. De forma mais ampla, a criação da Secretaria dos Negócios da Fazenda, a incorporação do Conselho da Fazenda ao Erário Régio e o retorno das arrematações para a capital do império foram respostas a um esgotamento das reformas pombalinas, que já não produziam os mesmos resultados de outrora. Esta solução estava alicerçada no aumento de poder da administração fazendária central e na valorização dos grupos mercantis estabelecidos em Lisboa.

O avanço dos contratadores de Lisboa sobre os negociantes locais foi visível na América portuguesa, mas houve diferenças marcantes quanto a esta evolução nas diferentes capitanias. Ao final do século XVIII, os comerciantes de Lisboa dominavam 82% dos contratos arrematados na Bahia e 66% dos contratos de Pernambuco. Com relação às rendas totais destas capitanias, percebe-se que 35% dos rendimentos baianos e 24% das receitas pernambucanas eram controlados diretamente pelos negociantes estabelecidos em Lisboa. Em São Paulo, os negociantes de Lisboa dominaram todos os contratos dos dízimos arrematados entre 1790 e 1807, perfazendo 38% do valor total dos contratos leiloados no período. No entanto, os contratos restantes foram adquiridos por negociantes residentes na capitania no mesmo período. No Pará e no Maranhão, não houve interesse dos contratadores lisboetas, conservando-se todos os contratos nas mãos do corpo mercantil local. Em Angola sobreveio resultado análogo.¹⁵²

Em todas as capitanias nas quais houve um avanço dos negociantes de Lisboa, estes tendiam a concentrar exclusivamente suas atenções nos contratos dos dízimos, deixando os contratos menores para os comerciantes nativos. Assim ocorrerá em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. O contrato dos dízimos do Rio Grande de São Pedro, dominado pelos negociantes fluminenses, era a exceção que confirmava a regra do predomínio lisboeta neste tipo de contrato. No Rio de Janeiro, João Rodrigues Caldas deteve dois contratos trienais dos dízimos por períodos consecutivos entre 1791 e 1796, seguido por Manuel de Souza Freire que adquiriu um contrato de seis anos a vigorar entre 1797 e 1802. Jacinto Fernandes Bandeira manteve-

¹⁵² Nos casos de Bahia e Pernambuco, foram considerados os valores totais das rendas e os contratos com término entre 1798 e 1801. As rendas totais das capitanias compreendem tributos em contrato e tributos sob administração direta. Os dados sobre a capitania de São Paulo estão baseados em um banco de dados dos contratos, reproduzido em anexo. AHTC, Cartórios Avulsos, cx. 116, Erário Régio, doc. 12. Contadoria Geral da África Ocidental e Bahia, 28 dez. 1799. "Relação dos rendimentos da Real Fazenda, assim contratados como administrados nas capitanias abaixo declaradas (...)". Foram considerados os contratos com término entre 1798 e 1801.

se senhor exclusivo dos dízimos da capitania de São Paulo entre 1792 e 1804. Antonio José Ferreira foi outra grande figura entre os arrematantes dos dízimos. Conservou em suas mãos os três contratos dos dízimos de Santa Catarina (1791-1802), um de Pernambuco (1792-1798) e outro da Bahia, este em sociedade com Miguel Lourenço Peres (1794-1800). Ao final de 1798, Ferreira e seus sócios arremataram novamente o contrato dos dízimos da Bahia pelo período de 1800 a 1806, mas acabaram desistindo do contrato. Em Pernambuco, também pediram a prorrogação do contrato pelo mesmo valor da arrematação anterior.¹⁵³

De forma geral, os interesses mercantis de Lisboa tenderam a concentrar-se em setores restritos: mantendo-se nos antigos estancos da pesca da baleia e do sal como ocorrera em grande parte do século XVIII, limitando-se aos contratos dos dízimos quando havia alguma inovação. Antonio José Ferreira foi um dos poucos comerciantes lisboetas que buscaram arrematar outros contratos, como o subsídio da aguardente da terra no Rio de Janeiro, sob seu controle entre 1793 e 1805.¹⁵⁴ Outra característica marcante desta expansão era a existência de fortes vínculos mercantis entre estes homens de negócio, centralizando em poucas mãos diversos contratos relevantes da América portuguesa. Além de grandes capitalistas da praça de Lisboa, João Rodrigues Caldas, Inácio Pedro Quintela, Antonio José Ferreira e Jacinto Fernandes Bandeira eram sócios no contrato do tabaco arrematado em 1792.¹⁵⁵

¹⁵³ AHTC, Cartórios Avulsos, cx. 116, Erário Régio, doc. 17. “Relação dos Contratos da América que se têm arrematado nesta Corte, e que pertencem ao expediente da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro África Ocidental, e Ásia Portuguesa”. AHTC, cód. 4220, fl. 125-126. Lisboa, 17 out. 1793. Provisão à Junta da Fazenda Real da capitania da Bahia. AHTC, cód. 4220, fl. 249. Lisboa, 20 fev. 1799. Provisão à Junta da Fazenda Real da capitania da Bahia. AHTC, cód. 4220, fl. 265-266. Lisboa, 28 nov. 1799. Provisão à Junta da Fazenda Real da capitania da Bahia. AHTC, Cartórios Avulsos, cx. 116, Erário Régio, doc. 16. Lisboa, 6 fev. 1800. Ofício da Contadoria Geral da África Oriental e Bahia.

¹⁵⁴ AHTC, Cartórios Avulsos, cx. 116, Erário Régio, doc. 17. *Ibidem*.

¹⁵⁵ COSTA, *Crise financeira, dívida pública e capitalistas*, op. cit., p. 213, 248. É verdade que muitas vezes os contratos forneciam poucas informações, aparecendo apenas os representantes capitais, e os sócios restantes com a designação genérica de “(...) e companhia”. Esta falta de informações impede, por exemplo, averiguar a composição mercantil completa de cada contrato.

Ao final de 1790, o próprio secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, o poderoso Martinho de Melo e Castro, informava ao governador de Angola que a curveta Senhor dos Passos e Santo Antonio partira de Lisboa com destino a Benguela.¹⁵⁶ De lá, a embarcação saía em meados do ano seguinte em direitura para o porto de Santos.¹⁵⁷ Ao governador de Angola foi ordenado por Sua Majestade que auxiliasse e protegesse a navegação da curveta para o litoral paulista, indicando a imbricação entre os interesses da Coroa e dos comerciantes reinóis no negócio.¹⁵⁸ Em fevereiro de 1792, 429 escravos desembarcavam na capitania de São Paulo. Deste tanto, 400 escravos eram de propriedade exclusiva de Jacinto Fernandes Bandeira, também senhorio da curveta.¹⁵⁹ Registrada como “navio”, a embarcação retornou para Lisboa poucos meses depois, carregada com 197 toneladas de mercadorias, provavelmente açúcar paulista e algumas peças de couro.¹⁶⁰

A importância dos escravos vindos de Benguela em navegação direta para a capitania de São Paulo, até então suprida com escravos provenientes do Rio de Janeiro, residia tanto no vínculo direto entre a capitania e Angola, quanto no conjunto de estratégias do comerciante lisboeta direcionadas para o controle do tráfico escravista no Atlântico Sul. Mesmo para Angola, não era comércio irrelevante uma vez que tais escravos destinados a São Paulo representavam quase 7% do total embarcado em 1791. O Rio de Janeiro e Bahia ainda eram os grandes portos importadores, recebendo respectivamente 70% e 23% dos escravos africanos direcionados por aquele porto no ano citado.¹⁶¹ Nos dois anos seguintes, o tráfico não se manteve, não havendo nenhuma

¹⁵⁶ AHU, Avulsos, Angola, cx. 75, doc. 71. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 30 dez. 1790. Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ao governador de Angola.

¹⁵⁷ AHU, Avulsos, Angola, cx. 76, doc. 49. São Paulo de Assunção, 18 ago. 1791. Ofício de Manuel de Almeida e Vasconcelos, governador de Angola, a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

¹⁵⁸ AHU, Avulsos, Angola, cx. 76, doc. 49. São Paulo de Assunção, 28 jun. 1791. Ofício de Manuel de Almeida e Vasconcelos, governador de Angola, a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

¹⁵⁹ AESP, ordem 242, cx. 15, pasta 3, doc. 11. Benguela, 28 jun. 1791. “Lista da avença dos escravos que vão carregados na curveta Senhor dos Passos, capitão Sebastião José de Vasconcelos, que deste porto parte para o de Santos”.

¹⁶⁰ MATTOS, *Política, administração e negócios*, op. cit., p. 93.

¹⁶¹ AHU, Avulsos, Angola, cx. 76, doc. 105. “Exportação de Benguela de escravos e marfim nos anos de 1791, 92 e 93”.

embarcação direta para Santos. Por sua vez, em 1794, foram despachados 384 escravos para a capitania paulista, perfazendo 4% do número total de cativos saídos de Benguela para os portos brasileiros.¹⁶² Com o tráfico direto com o porto de Santos, eram contrariados os interesses escravistas no Rio de Janeiro. Em 1791, o vice-rei e governador, conde de Resende, escreveria ao Conselho Ultramarino alertando para os prejuízos aos interesses locais, tanto para os negociantes fluminenses quanto para a Real Fazenda, que perderia os direitos arrecadados sobre o tráfico de escravos e mercadorias.¹⁶³

Além da relevância do negócio negreiro, o desembarque dos escravos de Angola em Santos envolvia gente graúda do reino. Entre 1777 e 1807, Bandeira era um dos contratadores mais ricos da praça de Lisboa com 14 contratos que no total valiam a avultada quantia de 7.103:000\$000 réis. A título de comparação, as receitas da Coroa portuguesa em 1807 alcançavam o montante de quase 10.000:000\$000 réis (TABELA V.9, BFDUL). De origem minhota e filho de um sapateiro, tivera uma ascensão social espetacular e morreria em 1806. Começara com uma cota modesta no estanco do sal e da pesca de baleias, também possuía negócios de exportação de tabaco para a Espanha. Em 1782, Jacinto Fernandes Bandeira aparecia como sócio do contratador Joaquim Pedro Quintela, arrematante do contrato do sal. Anos depois, figurava como sócio do mesmo Quintela e de Antonio José Ferreira no contrato dos dízimos de Pernambuco e da Bahia. Ademais, os três contratadores possuíam uma companhia para exploração de manufaturas régias de lanifícios em Covilhã, Fundão e Portalegre. Porém, o grande negócio era o contrato geral do tabaco e saboarias, do qual mantiveram o comando até 1816, renovado pelos membros mais jovens das suas respectivas famílias. Ao final do século XVIII, Bandeira mantinha ao lado do contrato dos dízimos paulistas, o monopólio do pau-brasil e os contratos do Paço da Madeira.¹⁶⁴

A proeminência de Fernandes Bandeira no importante contrato do tabaco permitia-lhe acesso direto a uma mercadoria essencial para o sucesso do tráfico negreiro. Bandeira não apenas era um dos grandes “tabaqueiros”, como também

¹⁶² AHU, Avulsos, Angola, cx. 80, doc. 64. 31 dez. 1794. “Relação dos navios que tem saído deste porto [Benguela] em todo o ano de 1794, número de escravos que têm exportado, e total importância dos reais direitos, na forma seguinte”. AHU, Avulsos, Angola, cx. 81, doc. 4. São Felipe de Benguela, 20 jan. 1795. [Mapa dos escravos exportados para o Brasil por Benguela].

¹⁶³ MATTOS, *Política, administração e negócios*, op. cit., p. 109-110.

¹⁶⁴ PEDREIRA, *Os homens de negócio da praça de Lisboa...*, op. cit., p. 171-172, p. 239-241.

conseguiu tornar-se senhor do contrato de fornecimento do tabaco brasileiro para a Coroa espanhola entre 1783 e 1796, com exceção dos anos de 1794 e 1795. Desprovido de concorrentes estrangeiros e monopólio do Estado português até o final do século XVIII, o tabaco brasileiro era vendido em um armazém geral da capital, denominado “jardim de Lisboa” – possivelmente na atual rua Jardim do Tabaco, na Alfama e defronte ao Tejo – para comerciantes europeus que revendiam o tabaco em seus países, destinando-o ao consumo doméstico ou ao tráfico africano de escravos. Em 1775, 41,5% do tabaco brasileiro vendido no jardim foi comprado pela Espanha, outros 45% foram vendidos aos comerciantes da Itália, França, Holanda e Hamburgo e os 13,5% restantes permaneceram em Portugal. Na Espanha, metade do tabaco era consumida no próprio país e um terço empregado no comércio de escravos. A partir de 1744, a Coroa espanhola passou a realizar contratos com comerciantes estrangeiros para o fornecimento do tabaco brasileiro, tendo grande importância os negociantes estabelecidos em Portugal, que dominaram o contrato no restante do século XVIII. Os irmãos de origem holandesa João e Daniel Gil de Meester foram os contratadores do tabaco brasileiro no período de 1744 a 1759 e José Antonio Catalão no período de 1765 a 1782, exceto no ano de 1766.¹⁶⁵ É importante ressaltar que Bandeira havia sido sócio de Catalão nas décadas de 1760 e 1770. Um agente do marquês de Pombal, a serviço da intendência de polícia, anotou duas visitas de Catalão ao cônsul da Espanha em março de 1767.¹⁶⁶ Ademais, o sobrenome advinha de ser natural da Catalunha.

Além dos lucros com o contrato, o refugo do tabaco destinado à Espanha, chamado “mangote”, podia ser embarcado e revendido pelo contratador para a costa africana, onde era empregado no tráfico de escravos. Na segunda metade da década de 1780, Fernandes Bandeira propôs a venda de mangotes a diversas casas francesas que realizavam o comércio negreiro na Costa da Mina, dando-lhes acesso a “bons tabacos”, crédito e assistência aos navios. Os navios franceses deveriam ser carregados de tabaco em Lisboa, o que era vantajoso para a Coroa portuguesa, pois, conforme se argumentava, evitava-se o contrabando francês na Costa da Mina e na Bahia. Na Bahia, os franceses conseguiam com a venda de fazendas o tabaco necessário para o tráfico, perdendo a

¹⁶⁵ TORRES SANCHÉZ, Rafael. Capitalismo internacional y política estatal. Los asientos de tabaco en España durante la segunda mitad del siglo XVIII. In: GONZÁLEZ ENCISO, Agustín; TORRES SANCHÉZ, Rafael (Eds.). *Tabaco y Economía en el siglo XVIII*. Pamplona: Euns, 1999. p. 415-456, ver p. 418-422.

¹⁶⁶ AZEVEDO, Pedro de. Notas de um agente da polícia do marquês de Pombal. *Boletim da segunda classe*, Academia de Ciências de Lisboa, Coimbra, v. 6, 1921-1922, p. 474-571, ver p. 514-515.

Coroa portuguesa os direitos alfandegários em Lisboa e na Bahia. Ademais, havia os prejuízos da praça de Lisboa com o decréscimo nas vendas de fazendas para os consumidores baianos. O objetivo da expansão do negócio de mangotes com as casas francesas era evitar o comércio ilícito de mangotes na Bahia, obrigando os navios a passarem por Lisboa.¹⁶⁷

De fato, nos anos de 1788, 1789 e 1792, Bandeira carregou com tabaco 25 navios provenientes de portos franceses destinados à Costa da Guiné com escala em Lisboa, sendo a maior parte destes navios embarcada em 1789 (19 navios). A maioria das embarcações saía de La Rochelle (10), seguida por Nantes (7), Bordeaux (5), Saint Malo (2) e Saint Valery (1). Os navios carregados para o litoral africano correspondiam à maior parte dos navios com gêneros sob responsabilidade de Bandeira nos anos de 1788 e 1789. Com exceção de um registro em 1792, não há indicações que o negócio do tabaco embarcado nos navios franceses tenha prosseguido com os desdobramentos revolucionários na França.¹⁶⁸

Ainda na segunda metade da década de 1780, Bandeira buscou ampliar sua influência no tráfico de escravos do Atlântico Sul, particularmente no fornecimento negreiro do Rio da Prata (ver MAPA V.1). A rota brasileira e a rota direta com a África eram as principais formas de acesso aos escravos. Entre 1777 e 1791, 67% dos escravos entrados no Rio da Prata eram provenientes do Brasil, especialmente Rio de Janeiro e Bahia, e o restante oriundo diretamente dos portos africanos. O contrabando brasileiro era bastante elevado, concorrendo com a Companhia das Filipinas, criada em 1785, no fornecimento de escravos no Rio da Prata. Após 1779 e até a criação da companhia, boa parte do tráfico de escravos era realizada por navios portugueses, que desembarcavam escravos em Montevideu sob o pretexto de arribadas forçadas e falta de víveres. O sucesso deste contrabando pode ser avaliado pela introdução de quase 4 mil escravos em Montevideu em apenas um ano.¹⁶⁹

¹⁶⁷ Biblioteca do Palácio da Ajuda, 54-VIII-33 (46), S.l., post. 1786. "Discurso demonstrativo da necessidade que há de se continuar a favor do contratador do tabaco de Espanha o privilégio de preferir na fatura, e exportação dos mangotes; e da utilidade que resulta a este reino da conservação do mesmo contrato com o referido privilégio". fl. 1-4v.

¹⁶⁸ ANTT, Junta do Comércio, mc. 310, cx. 620. Registro das embarcações entradas e saídas do porto de Lisboa.

¹⁶⁹ BORUCKI, Alex. Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 4., 2009, Curitiba, *Anais...*, p. 1-16. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/AlexBorucki.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2011.

Mapa V.1. Principais localidades de atuação de Jacinto Fernandes Bandeira

Fonte: Elaboração própria.

Em 1786, Bandeira propôs à Real Companhia das Filipinas o fornecimento de 3 mil escravos a serem transportados da ilha de São Tomé até Buenos Aires. É interessante notar que Bandeira atuava como intermediário no negócio (*“en calidad de comisionado”*) e conselheiro dos diretores, o que indicava seus amplos vínculos na Espanha possivelmente adquiridos graças ao contrato do tabaco brasileiro. Os diretores da companhia pediam que Bandeira indicasse qual era a melhor alternativa: o estabelecimento de uma feitoria espanhola em São Tomé ou valer-se de uma casa de negócios portuguesa. Os diretores afirmavam a existência de diversas propostas de outros traficantes europeus (ingleses, franceses e dinamarqueses) que poderiam igualmente fornecer escravos. Em especial, diziam que os ingleses *“dar[ian] los negros tan buenos y baratos como los portugueses, en cualquier parte que se les pida, sin el menor estorbo”*.¹⁷⁰

Ao início do ano seguinte, os diretores da companhia recusaram a proposta de Bandeira, que optara por indicar uma casa de negócios portuguesa. Segundo os diretores, os ingleses haviam oferecido o negócio a 155 *pesos fuertes* por cada escravo desembarcado em Buenos Aires, enquanto os portugueses pediam 180 *pesos fuertes* a serem pagos em Lisboa.¹⁷¹ Por fim, a Companhia das Filipinas contratou a sociedade inglesa Baker & Dawson, em uma operação que foi desastrosa devido ao alto índice de mortalidade – quase um quarto dos escravos falecera na viagem – e aos elevados preços de venda dos escravos em Buenos Aires.¹⁷² Os portugueses perderam não apenas os lucros do tráfico negreiro para o Rio da Prata, como também as moedas espanholas de prata, que serviam para realizar negócios com a Ásia.

A entrada de Jacinto Fernandes Bandeira no tráfico de escravos diretamente para a capitania de São Paulo vinculava-se aos seus interesses anteriores no Rio da Prata. Ademais, mesmo para um grande capitalista como Bandeira disputar o comércio de escravos de Angola com os negociantes fluminenses não era a melhor das estratégias. A capitania de São Paulo oferecia a possibilidade tanto de fornecer escravos para as necessidades locais e das capitanias adjacentes, quanto uma porta de acesso à rota

¹⁷⁰ Biblioteca do Palácio da Ajuda, 51-XII-9, fl. 409-410v. Madrid, 17 nov. 1786. Carta dos diretores da Companhia de Filipinas, a Jacinto Fernandes Bandeira, tocante ao negócio de negros em Buenos Aires.

¹⁷¹ Biblioteca do Palácio da Ajuda, 51-XII-10, fl. 19-19v. Madrid, 2 jan. 1787. Carta dos diretores da Real Companhia de Filipinas, para Jacinto Fernandes Bandeira. Biblioteca do Palácio da Ajuda, 51-XII-10, fl. 43v. Madrid, 12 jan. 1787. Carta dos diretores da Real Companhia de Filipinas, para Jacinto Fernandes Bandeira.

¹⁷² BORUCKI, Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812, *op. cit.*, p. 6.

brasileira de tráfico de escravos para o Rio de Prata, quando Bandeira já havia perdido a oportunidade da rota atlântica representada pelos negócios com a companhia das Filipinas. Segundo Elena de Studer, entre 1742 e 1806 entraram no Rio da Prata 1.255 escravos provenientes do porto de Santos, que correspondiam a um décimo dos negros traficados pelo Brasil.¹⁷³ Alex Borucki, a partir de novas fontes, afirma que 7% dos escravos desembarcados no Rio da Prata por intermédio brasileiro entre 1777 e 1812 eram provenientes de Pernambuco, Santos e Santa Catarina.¹⁷⁴

No caso dos interesses de Bandeira na capitania, há de se notar, também, que o negócio do tráfico andava de mãos dadas com o controle sobre o comércio marítimo no Atlântico. Entre 1789 e 1798, o negociante enviou nove navios e uma curveta de Santos para Lisboa. Considerando-se somente os navios destinados à capital do reino saídos da capitania de São Paulo, Bandeira deteve 37,5% do transporte marítimo no período considerado (TABELA V.3).¹⁷⁵ Uma tentativa de adentrar no comércio de couros da capitania foi estabelecida por Bandeira em 1791, na qual propunha aos comerciantes santistas uma sociedade mercantil para o transporte e venda das peças no reino. Entretanto, não foi possível verificar os resultados da empreitada. Deve-se lembrar que os couros e vaquetas paulistas representavam um quinto do montante de exportações para Lisboa em 1791, obtendo-se a média de 13% do total exportado no período de 1790 a 1801 (TABELA V.2).¹⁷⁶

Na expansão dos seus interesses, era necessário aos comerciantes lisboetas ir além da mera transação de mercadorias, exigindo a construção de vínculos com agentes sediados na própria capitania de São Paulo. É verdade que no caso de Jacinto Fernandes Bandeira, sua proteção advinha também dos altos escalões do império, como em sua relação com o secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, que dera instruções expressas ao governador de Angola para o cuidado e preferência de Bandeira no tráfico de escravos.

¹⁷³ STUDER, Elena F. S. de. *La trata de negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1958. (Publicaciones del Instituto de Historia Argentina “Emilio Ravignani”, v. 101). p. 324.

¹⁷⁴ BORUCKI, Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812, *op. cit.*, p. 10-11.

¹⁷⁵ MATTOS, *Política, administração e negócios*, *op. cit.*, p. 91-94, 137.

¹⁷⁶ DI, v. 46, p. 113. São Paulo, 5 abr. 1791. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena, ao juiz de fora da vila de Santos, Sebastião Luiz Tinoco da Silva.

Na capitania de São Paulo, a relação mais notória de Bandeira era com o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena, cuja correspondência com Bandeira foi analisada por Ana Paula Medicci. Segundo a autora, Lorena tivera participação ativa na condução dos escravos diretamente dos portos africanos. Por outro lado, o governador fora beneficiado pelo envio de navios a Santos, onde Bandeira tanto comprava um açúcar de qualidade inferior, arcando com possíveis prejuízos, quanto trazia mercadorias do reino para os consumidores paulistas, adaptando-as ao gosto e costumes da terra. Assim, por trás do sucesso político de Lorena, bem-quisto pelos colonos, estava uma arguta aliança com o negociante lisboeta.

Ademais, segundo Medicci, outros dois pontos essenciais da rede constituída por Bandeira eram o secretário de governo José Romão Jeunot, nomeado desde 1786, e Bento Tomás Viana, caixeiro de confiança de Bandeira enviado ainda jovem para Santos em 1790 para estabelecer uma casa comercial, tendo ascendido entre os negociantes locais com a proteção de Bandeira e do governador. Alguns anos depois Viana tornar-se-ia capitão-mor de São Vicente e procurador de Bandeira no contrato dos dízimos a partir de 1798. No período anterior, o procurador no contrato era o secretário Jeunot.¹⁷⁷

* * *

Estabelecendo redes extra-imperiais e intra-imperiais,¹⁷⁸ os interesses de Jacinto Fernandes Bandeira voltar-se-iam além dos escravos, navios mercantes e couros, abarcando também para o principal contrato de tributos da capitania de São Paulo. Em julho de 1792, Bandeira arremataria no Conselho Ultramarino o contrato trienal dos dízimos da capitania pelo preço de 74:000\$000 réis no período de 1792 a 1795. Segundo o ofício régio, o contrato havia sido posto em leilão ainda em maio do mesmo ano, indicando dificuldades na sua venda aos homens de negócios de Lisboa.¹⁷⁹ Ao início de 1795, quando se procedeu a uma nova arrematação, Bandeira iria adquirir novamente o contrato dos dízimos, mas desta vez com um sócio, José Pinheiro Salgado,

¹⁷⁷ MEDICCI, *Administrando conflitos*, op. cit., p. 123-134.

¹⁷⁸ PESAVENTO, *Um pouco antes da Corte*, op. cit., p. 101-102.

¹⁷⁹ ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 61. Lisboa, 11 jul. 1792. Ofício do marquês de Ponte de Lima, inspetor-geral do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 71. DI, v. 25, p. 118. Lisboa, 27 ago. 1792. Ordem régia de d. Maria I à Junta da Fazenda de São Paulo. O acréscimo de 700 mil réis entre o primeiro documento e o segundo refere-se certamente ao pagamento de um centésimo do valor do contrato destinado a obras pias e munições.

pelo valor de 76:000\$000 réis no período de 1795 a 1798.¹⁸⁰ Assim como Bandeira, Salgado também era negociante da praça de Lisboa e cavaleiro da Ordem de Cristo. Como o navio que portava a ordem do Erário Régio para a Junta da Fazenda paulista foi apresado, o contrato passou a vigorar entre 1796 e 1799.¹⁸¹ Deve-se observar que nestas duas arrematações em Lisboa não houve contestações por parte dos negociantes paulistas, aliados do controle outrora conquistado sobre os dízimos. Com relação às diferenças entre os valores das arrematações, o contrato leiloado em 1792 sofrera um acréscimo nominal de 8% face ao preço anterior, já no período seguinte, em 1795, este aumento fora de apenas 2,7%.

Os conflitos entre comerciantes reinóis e colonos ocorreriam a partir de 1797. Em meados deste ano, o término do governo de Bernardo José de Lorena possivelmente destituiu Bandeira do seu principal apoio na administração da capitania e, assim, do amortecimento de prováveis insatisfações referentes ao controle do contrato dos dízimos pelo negociante lisboeta. Por outro lado, a Coroa mostrou-se ansiosa por realizar a arrematação do contrato paulista já em 1797, dois anos antes do início do contrato, embora seja incerto dizer que esta medida estivesse atrelada às necessidades pecuniárias do crescimento das despesas ou a uma política mais pungente da arrecadação fiscal. A despeito do atraso no início do contrato devido ao apresamento do navio, a Coroa indicou que o término do contrato seria em junho de 1798, como proposto inicialmente. Desta forma, ia contra o acordado junto a Bandeira.

Em outubro de 1797, conforme ordens superiores recebidas pela Junta da Fazenda paulista, foi encaminhado um requerimento de uma sociedade de negociantes da capitania interessada na aquisição do contrato. Se em parte esta medida era permitida, por outro lado os comerciantes paulistas tentavam prescindir da necessidade de um procurador em Lisboa, pelo “empate geral da navegação, por ocasião da guerra; o risco de se remeterem dinheiros para Lisboa, se lá se fize[sse] a dita arrematação, além do pouco tempo, que resta[va] para vir a resolução até princípio de julho [de 1798]”. Esta sociedade era composta exclusivamente por homens de negócio residentes na

¹⁸⁰ ANRJ, cód. 446, v. 5, fl. 59-60. Lisboa, 19 abr. 1799. Procuração de Jacinto Fernandes Bandeira e sócios.

¹⁸¹ ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 104. ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 17. Lisboa, 19 fev. 1795. Ofício do marquês de Ponte de Lima, presidente do Real Erário, à Junta da Fazenda de São Paulo. AHTC, cód. 4061, fl. 332-333. ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 114. Lisboa, 2 dez. 1795. Provisão do marquês de Ponte de Lima, inspetor geral do Erário Régio, à Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

cidade de São Paulo, a saber José Vaz de Carvalho, José Arouche de Toledo Rendon,¹⁸² José Manuel de Sá¹⁸³ e Luís Antonio de Souza.¹⁸⁴ Estes comerciantes ofereceram no lance final a quantia de 89:200\$000 réis pelo contrato dos dízimos no triênio de 1798 a 1801, ou seja, haveria um acréscimo de 17,4% com relação ao contrato anterior, um aumento muito superior aos obtidos com Bandeira entre 1792 e 1797.¹⁸⁵

Além dos interesses dos comerciantes paulistas, há de se notar o procedimento da Junta da Fazenda que parece ter realizado a arrematação do contrato sem consulta aos lances correspondentes em Lisboa. Alegando “urgentes motivos” e o “proceder condicionalmente a arrematação”, a junta tomara uma decisão e aguardava a aquiescência régia.¹⁸⁶ Também se deve lembrar alguma tendência do novo governador em conquistar apoio entre as elites mercantis da capitania por intermédio de sua influência na junta, ainda mais conveniente quando não havia um estreitamento de interesses com o negociante lisboeta como sucedera no governo anterior. Com efeito, ao longo de 1798, o controle sobre o contrato dos dízimos parecia ter sido transferido para os arrematantes paulistas, conforme se depreende de uma ordem emitida pela Junta da Fazenda em meados daquele ano e dirigida aos arrematantes do contrato.¹⁸⁷

Ainda em 1798, houve desentendimentos entre a Junta da Fazenda paulista e a Contadoria respectiva, por um lado, e insatisfações dos contratadores lisboetas, por outro. Segundo o parecer do contador-geral do Erário Régio, a junta ignorava a prorrogação do prazo de vigência do contrato anterior, a findar apenas em 1799. O contador pedia que se consultasse Bandeira acerca desta questão. Em 16 de novembro

¹⁸² Sobre a carreira de Rendon, conferir: LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 88. MEDICCI, *Administando conflitos*, op. cit., p. 164-166.

¹⁸³ **José Manuel de Sá** (1750-?) era de origem paulista, vivendo, segundo o censo da cidade de São Paulo em 1798, dos “negócios de açúcar, e outros gêneros que manda[va] comprar na vila de Itu, e outra de fora desta paróquia que remet[ia] para Lisboa”. Tivera uma longa ascensão no corpo de auxiliares da cidade. Em 1775, ocupava o simples posto de soldado no corpo de infantaria, depois alferes (1781) e capitão (1785) na companhia de ordenanças de São Paulo. Em 1789, seria por fim agraciado com o título de tenente-coronel do regimento de cavalaria ligeira. Em 1797, foi contemplado com o hábito incomum de São Tiago da Espada. Sua participação nos negócios de contratos foi ocasional, tendo unicamente sido sócio de Miguel Martins de Siqueira no contrato da passagem de Jacaré (1784-1786). AESP, Maços de População, São Paulo (1798), fl. 12. LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 83.

¹⁸⁴ Sobre a trajetória de Luís Antonio de Souza, o melhor estudo continua sendo: LEONZO, Um empresário nas milícias paulistas, op. cit.

¹⁸⁵ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 44, doc. 3507. São Paulo, 17 out. 1797. Ofício da Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo a d. Maria I.

¹⁸⁶ ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. s.i. São Paulo, [?] jul. 1798. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo a José Vaz de Carvalho e sócios no contrato dos dízimos.

¹⁸⁷ Ver nota anterior.

de 1798, o contratador, após algumas queixas sobre as dificuldades na liquidação das contas, realizou a oferta de compra do contrato dos dízimos para um período de seis anos, entre 1798 e 1804, pelo mesmo preço oferecido pelos comerciantes paulistanos. Novamente, o sócio de Bandeira seria José Pinheiro Salgado. Poucos dias depois, o pedido de Bandeira foi deferido pelo príncipe regente em 24 de novembro. Em abril de 1799, a Junta da Fazenda foi informada da decisão pelo Erário Régio.

Estas prorrogações devem ser compreendidas dentro um quadro mais geral de profunda crise fiscal da monarquia, quando outras medidas já haviam sido igualmente tentadas, a exemplo da emissão de dívida estatal e de papel-moeda ou da tributação dos privilegiados anteriormente isentos, em particular com o lançamento da décima sobre os eclesiásticos e os bens das ordens militares. Os dados coletados sobre as receitas e despesas correntes do Erário Régio (TABELA V.9, BFDUL) parecem ser insuficientes para uma percepção acurada da dinâmica geral das finanças do governo português nos últimos anos do século XVIII. Um e outro testemunho ajuda a avaliar melhor a situação. Assim, por exemplo, o ministro da guerra e negócios estrangeiros, Luís Pinto de Souza Coutinho, apontava ao início de 1798 a falta de recursos para as despesas da Casa Real, os gastos civis e eclesiásticos devido aos elevados dispêndios com o exército e a marinha, que consumiriam, em sua previsão, 80% das receitas.¹⁸⁸ Desde 1796, os déficits resultaram em um montante um pouco superior a estes recursos.

Fernando Dores Costa aponta como a prorrogação destes contratos representava uma espécie de contrapartida de empréstimos efetuados pelos homens de negócio portugueses. Em 1794, os contratadores do tabaco haviam emprestado 800:000\$000 réis à Coroa em troca da prorrogação do contrato por mais seis anos, a partir de 1797. Além dos juros dos empréstimos, os tabaqueiros ainda teriam os lucros do contrato sob condições privilegiadas que lhes permitiriam ganhar o triplo do valor do empréstimo após alguns anos.¹⁸⁹

Ademais, como ressaltou Costa, esta prorrogação dos contratos articulava-se às estratégias de doação régia temporária que conduziam à patrimonialização dos contratos e à ausência de candidatos alternativos, o que permitiria avaliar a margem de lucro dos arrematantes. Como indicava um parecer da Contadoria Geral da África

¹⁸⁸ S.l., 24 mar. 1798. Ofício de Luís Pinto de Souza a d. João de Almeida. In: SORIANO, Simão José da Luz. *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*. 1ª época. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 192.

¹⁸⁹ COSTA, *Crise financeira, dívida pública e capitalistas*, op. cit., p. 217-219.

Ocidental e Bahia, a prorrogação tornara-se “matéria de graça” régia, solapando o disposto nos regimentos da fazenda e impedindo o crescimento do preço dos contratos. O lucro dos contratadores era tão certo que estes podiam se permitir a concessão de vultosos “donativos” em agradecimento às prorrogações.¹⁹⁰

Desta forma, Fernando Dores Costa nota como a Coroa era usualmente “‘prisoneira’ dos seus capitalistas”.¹⁹¹ Embora a interpretação do autor seja atraente, no caso paulista citado pelo autor ela não é completamente confirmada por ocorrer em meio a concorrentes ultramarinos que obrigaram Bandeira a oferecer um valor superior pelo contrato. Assim, seria mais correto pensar nas tensões existentes entre a conservação de mecanismos concorrenciais mínimos e a lógica de mercês que parece ter vigorado nestas prorrogações de contratos da década de 1790, cujos outros exemplos foram destacados acima. Se os capitalistas lisboetas conseguiam mobilizar recursos e influências na Corte, não era irrelevante a capacidade dos comerciantes da América portuguesa em veicular seus interesses por intermédio da administração fazendária e dos governadores das capitanias.

Para além da questão da posse dos contratos, um aspecto central disputado pelos contratadores do reino e da capitania parece ter sido os lucros com a venda dos “ramos” (partes) do contrato original dos dízimos a terceiros. Conforme a cláusula quinta do contrato de arrematação, os contratadores poderiam “trespassar este contrato, e dividi-los em ramos se lhe parecer”. Os rendeiros escolhidos teriam os mesmos privilégios dos contratadores originais, contidas nas ordenações do reino e no regimento da Fazenda, inclusive a dispensa de “serviço militar involuntário”, exceto para os cargos de oficiais.¹⁹² O interesse dos comerciantes paulistas era evidente já na proposta de arrematação em sociedade: “entregando-se-lhe [o contrato] em maio do ano futuro, por ser o tempo competente em que se venderá os diversos ramos de que é composto”.¹⁹³ Também na procuração de Bandeira e Salgado aos caixas e administradores do contrato

¹⁹⁰ COSTA, *Crise financeira, dívida pública e capitalistas*, op. cit., p. 240-241.

¹⁹¹ COSTA, *Crise financeira, dívida pública e capitalistas*, op. cit., p. 243-245. COSTA, *Capitalistas e serviços*, op. cit., p. 457-459.

¹⁹² ANRJ, cód. 446, v. 5, fl. 50v. Lisboa, 5 abr. 1799. Ofício do marquês de Ponte de Lima à Junta da Fazenda de São Paulo. “Condições com que Sua Majestade foi servida por decreto de 24 de novembro de 1798 mandar arrematar a Jacinto Fernandes Bandeira, e José Pinheiro Salgado o contrato dos dízimos reais da capitania de São Paulo por tempo de seis anos...”.

¹⁹³ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 44, doc. 3507. São Paulo, 17 out. 1797. Ofício da Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo a d. Maria I.

em Santos permitia-se que os procuradores cobrassem quitações e termos de autos na divisão dos ramos.¹⁹⁴

Segundo relato do governador Melo Castro e Mendonça, era prática corriqueira na capitania a revenda das partes do contrato original tão logo encerrado o leilão:

Era, e foi sempre costume haver uma sociedade cujos membros se uniam entre si para um deles por todos lançar, e arrematar os dízimos juntos, e tanto que solenemente se concluía esta arrematação da massa total, passavam a fazer vendas particulares dos ramos parciais dos diferentes distritos (...).¹⁹⁵

Fica claro por esta informação que a arrematação dos dízimos envolvia sociedades mercantis mais amplas do que as oficialmente divulgadas, havendo grande lucro com o comércio dos ramos parciais. Ainda de acordo com o governador, estas vendas eram realizadas

(...) com tal segredo que raras vezes se percebia o preço da venda particular, porquanto ajustavam os dízimos de uma vila por certo preço, e além disto, por uma determinada quantia de dinheiro à vista, a que chamavam luvas, e que recebiam logo sem delas se fazer trato público.¹⁹⁶

Desta forma, o lucro obtido com a revenda era assimilado pelos contratadores e não pela Junta da Fazenda em São Paulo. Também o Estado era prejudicado posto que a fiança do contrato referia-se ao valor pago à Real Fazenda, abaixo do montante total obtido com a venda dos ramos. A arrematação do contrato dos dízimos em Lisboa por Jacinto Fernandes Bandeira não alterou o antigo sistema, apontava Melo Castro e Mendonça.¹⁹⁷

O governador seguinte, Franca e Horta, também indicava que a prática de revenda dos ramos pelos contratadores era apoiada pelos próprios governadores, que “patrocina[vam] afilhados” em vez de buscarem o aumento no valor do contrato: “Os grandes contratadores arrematam este contrato para vender cada ramo de *per si* com

¹⁹⁴ ANRJ, cód. 446, v. 5, fl. 59v. Lisboa, 19 abr. 1799. Procuração de Jacinto Fernandes Bandeira e sócios.

¹⁹⁵ DI, v. 29, p. 177-178. São Paulo, 30 jan. 1800. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

¹⁹⁶ DI, v. 29, p. 178. *Ibidem*.

¹⁹⁷ DI, v. 29, p. 178. *Ibidem*.

vantajosa utilidade; e os pequenos negociantes que lhos comprem, e lhe dão esses excessos (...).¹⁹⁸

O valor dos ganhos de revenda dos ramos pelos contratadores não era completamente desconhecido pelas autoridades fazendárias. Junto com a entrega do contrato a Bandeira, os negociantes paulistas deveriam indicar os dados referentes à venda dos ramos, o que constitui um documento precioso sobre este aspecto. Até novembro de 1799, havia-se recebido apenas um quinto do montante da venda dos ramos. No total, esperava-se alcançar o valor de 110:697\$000 réis, o que representava um ganho de 24,1 % face ao valor original a ser pago à Junta da Fazenda de 89:200\$000 réis. O contrato original havia sido dividido em 26 ramos que cobriam a capitania de São Paulo, sendo dezoito deles concedidos na forma de escrituras e sete como créditos. Com relação ao valor total, apenas um quinto era representado pelos créditos, sendo o restante transferido por meio de escrituras. Sete escrituras somavam 60% do valor total dos ramos: Ilha Grande, Paraty, vilas da marinha, Itu, Curitiba e Sorocaba, estas duas últimas com anexos.¹⁹⁹

A situação dos ramos era bastante diversificada, dificultando uma percepção mais geral. Por vezes, tratava-se de um negócio familiar, como no caso da aquisição do ramo de Sorocaba por João de Almeida Cunha, seu sogro Manuel Ferraz de Araújo e José Manuel Ferraz, filho deste último. O ramo de Atibaia e Nova Bragança foi adquirido pelos irmãos Pereira de Araújo, Francisco e Antonio, em sociedade com Francisco de Paula Barreto. A origem dos ramistas era igualmente diversificada. O fiador do ramo de Itu era José Manuel de Mesquita, maior produtor de açúcar de Itu e o segundo maior proprietário de escravos da vila em 1798. O já citado Francisco Pereira de Araújo vivia na cidade de São Paulo do “seu negócio de fazenda seca e mais efeitos que compra[va] e remet[ia] para o Rio de Janeiro de que tira[va] comissão”, também possuía o plantel de 31 escravos.

Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha, que havia adquirido o ramo da freguesia de Santo Amaro, é um dos poucos que aparece claramente vinculado ao “negócio de

¹⁹⁸ DI, v. 94, p. 221-222. São Paulo, 27 out. 1804. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, a Luís de Vasconcelos e Souza, presidente do Erário Régio.

¹⁹⁹ Cód. 469, v. 2, fl. 36-36v. São Paulo, 13 nov. 1799. “Relação dos dízimos desta capitania, das pessoas a quem, e por quanto se venderam de quanto se recebeu, e do quanto se esta restan[do] [?] das escrituras, e créditos relativos aos mesmos, que principiaram no primeiro de julho de 1798, e hão de findar em 30 de junho de 1801”.

dízimos” nos maços de população da capital em 1798. Ali, se informa que Salvador, com seus sete escravos, “traz presentemente negócio de díizimos, planta para sustento de sua casa tem 40 cabeças de gado de que teve este ano 12 crias, éguas de que teve duas crias, e vendeu na terra nove bois a 3\$200 réis”.²⁰⁰ Nas vilas da marinha, o ramo dos díizimos foi adquirido pelo comerciante de origem reinol estabelecido em Santos, pelo menos desde 1773, João Xavier da Costa Aguiar.²⁰¹ No ramo de Curitiba e anexos, nota-se a presença de Manuel Gonçalves Guimarães, que na década de 1780 detivera o controle sobre as passagens de Paranaguá e Curitiba. Também havia o envolvimento de ramistas de outras capitanias, embora só tenha sido possível verificar com clareza a participação do importante comerciante fluminense Anacleto Elias da Fonseca, comprador do ramo de Ilha Grande.

A despeito desta grande variedade, um ponto em comum aos ramistas era a ocupação de postos militares superiores nas tropas auxiliares da capitania. Entre os 47 agentes relacionados, 37 estavam arrolados em diversos cargos castrenses, representando 79% dos ramistas. Dentro deste último conjunto, boa parte era composta por capitães (43%), tenentes (16%) e tenentes-coronéis (11%). Em algumas ocasiões, a Junta da Fazenda expediu ordens para que os rendeiros dos díizimos de algumas vilas – São Sebastião, Ubatuba, Nova Bragança, Mogi-mirim e Paranaguá – assistissem com soldo, municiação e fornecimento de quartéis das tropas pagas. Estas ajudas eram descontadas dos pagamentos a serem feitos pelos ramos dos díizimos aos arrematantes originais.²⁰² Certamente para os rendeiros envolvidos, estas operações conferiam alguma influência social e econômica para além das tropas auxiliares, ao abarcarem também as tropas pagas.

²⁰⁰ Gen. Paul., v. 2, p. 546; v. 5, p. 31. MONT SERRATH, *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada*, op. cit., p. 118. AESP, Maços de População, São Paulo (1798), fl. 2, 25.

²⁰¹ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 61, doc. 4632. S.l., Ant. 27 jan. 1807. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 61, doc. 4632. S.l., Ant. 27 jan. 1807. Requerimento do capitão da 8ª companhia, João Xavier de Costa Aguiar, por seu procurador Alexandre Pereira Dinis, ao príncipe regente d. João.

²⁰² ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. s.i. São Paulo, 22 abr. 1800. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo para o caixa e administrador do contrato dos díizimos, capitão-mor Bento Tomás Viana. ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. s.i. São Paulo, 3 jan. 1800. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo para o caixa e administrador do contrato dos díizimos, capitão-mor Bento Tomás Viana. ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. s.i. São Paulo, 20 set. 1798. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo ao capitão-mor Bento Tomás Viana, procurador e caixa do contrato dos díizimos da capitania de São Paulo. ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. s.i. São Paulo, [s.d.] jul. 1798. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo a José Vaz de Carvalho e sócios no contrato dos díizimos. ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. 3-3v. São Paulo, 3 abr. 1798. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo ao arrematante do ramo dos díizimos da vila da Nova Bragança, Aleixo Correia da Cunha.

Por fim, outros aspectos não foram passíveis de verificação na documentação consultada, tais como os ganhos dos rendeiros na cobrança direta dos habitantes da capitania, a presença de lucros ocasionais decorrente da venda de gêneros às tropas ou a forma de pagamento dos dízimos (*in natura*, em espécie ou sob a forma de créditos).

Tentativas de reforma

Apesar das aparências de união, as prorrogações dos contratos dos dízimos aos homens de negócio lisboetas fomentavam descontentamentos entre a alta burocracia régia. O destino dos dízimos parecia espelhar os conflitos entre dois caminhos a serem seguidos quanto ao financiamento do Estado português ao final do século XVIII. De um lado, o já citado aprofundamento do antigo sistema, a depender cada vez mais dos recursos dos grandes contratadores, sob perdas que se tornavam crescentemente evidentes para a Coroa. Por outro, a expansão da administração fazendária, suprimindo os lucros “exorbitantes” dos contratadores, em uma viragem do pensamento que norteara até então a Coroa portuguesa, para a qual a administração direta era sempre o último recurso. Pode-se mesmo dizer que esta segunda vertente seria auxiliada pelo aprofundamento do sistema dos contratos ao final dos Setecentos, tornando o pacto entre a Coroa e os grandes comerciantes lesivo ao Estado em claro contraste à época pombalina e mesmo durante o reinado de d. João V.

As críticas iniciam-se ainda em 1794 por ocasião do empréstimo dos contratadores de tabaco ao rei. Martinho de Melo e Castro refere-se à negociação como um engano dissimulado e pernicioso devido às condições extraordinárias do acordo, que “só servem de um disfarçado véu para se ocultarem a [Sua] Alteza as nunca até agora cogitadas extorsões que se fazem ao seu Real Erário”. Neste primeiro momento não se cogita transferir estas rendas para a administração régia, concentrando-se na denúncia das condições aviltantes e dos tremendos ganhos dos arrematantes. A crítica de Melo e Castro, já ao final de sua vida, é ainda mais interessante por não se tratar de um homem de ideias novas, mas um herdeiro do governo pombalino.²⁰³

²⁰³ ANRJ, cód. 807, v. 2, fls. 118-125. S.l., 1794. “Relatório sobre a arrematação de diferentes contratos, apresentado ao Príncipe Regente por Martinho de Mello e Castro”, fl. 118-118v.

No ano seguinte, Domingos Vandelli contribuiria para o fortalecimento daqueles que propunham mudanças drásticas na administração fazendária. Em uma memória atribuída a 1795, defende claramente a abolição dos contratos. Vandelli atribuía a grandeza e riqueza de muitos contratadores à ruína dos povos, o que fomentava ódio ao governo. Os contratadores, “gravosos ao rei e ao povo”, deveriam ser empregados o menos possível. O argumento de Vandelli era que os leilões dos contratos eram sempre disputados pelos mesmos concorrentes, que não raro formavam conluios entre si, impedindo o crescimento do valor do contrato. A crítica aos contratadores só era possível pela análise dos seus lucros efetivos ou estimados, lamentando-se que a própria Coroa não auferisse estes ganhos. Vandelli condenava os grandes contratos: o contrato do tabaco e do sabão, o contrato do pau-brasil e da urzela, a pescaria das baleias e o contrato do sal.²⁰⁴

Muitas vezes as críticas de Vandelli não se dirigiam à substituição do sistema de contratos, mas à busca de arrematações que não fossem desfavoráveis à Coroa. Neste sentido, o autor se colocava frontalmente contra a prorrogação dos contratos, que impediam sua arrematação em leilões públicos. Assim, os mesmos contratadores poderiam conservar-se, juntamente com seus elevados lucros, durante dois, três ou quatro triênios consecutivos. Vandelli recorria à ideia de contrato lesivo e oneroso, que podia ser rescindido pelo rei, no caso de ser prejudicial à Real Fazenda e ao Estado. O autor citava as Ordenações Filipinas que permitia que os contratos de compra e venda estabelecidos entre particulares fossem desfeitos quando um dos envolvidos fosse enganado além da metade do preço justo. Esta medida também se aplicava aos contratos de arrendamentos.²⁰⁵ Assim, pelo raciocínio de Vandelli, se os contratadores obtivessem de lucro uma quantia superior à metade do valor pago pelo contrato estariam lesando o príncipe, bem como seus vassalos.²⁰⁶

²⁰⁴ VANDELLI, Domingos. Memória sobre o modo de aliviar, ou abolir os tributos sobre os gêneros de primeira necessidade, e no mesmo tempo aumentar as rendas reais (c.1795). In: SERRÃO, Joel (Ed.). *Domingos Vandelli. Aritmética política, economia e finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994. (Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8). p. 187-209, ver p. 189-198.

²⁰⁵ Ord. Fil., liv. IV, tit. 13. “Do que quer desfazer a venda, por ser enganado em mais da metade do justo preço”.

²⁰⁶ VANDELLI, Domingos. Memória sobre os contratos lesivos (c.1797). In: SERRÃO, Joel (Ed.). *Domingos Vandelli. Aritmética política, economia e finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994. (Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8). p. 227-228. Para uma perspectiva comparada das posições no debate económico da época, ver a preferência pela administração direta em d. Rodrigo de Souza Coutinho em: AIDAR, *A tessitura do fisco, op. cit.*, p. 87-92.

Desta forma, as críticas aos contratadores dirigiam-se primordialmente à dinâmica das arrematações realizadas no reino. Apenas em um momento posterior, divulga-se esta ideia também para a América portuguesa, sendo de importância notória neste aspecto a discussão sobre os contratos dos dízimos. Antes de abordar este tópico, é necessário observar se havia algum uso da administração direta na América portuguesa.

Na segunda metade do século XVIII, a extinção dos arrendamentos e a passagem dos contratos para administração direta notam-se com maior força na América espanhola, especialmente no tocante aos tributos de *almojarifazgo* e *alcabalas*. Segundo o *Diccionario de la Lengua Española*, entende-se *almojarifazgo* por “*derecho que se pagaba por los géneros o mercaderías que salían del reino, por los que se introducían en él, o por aquellos con que se comerciaba de un puerto a otro dentro de España*”. As *alcabalas* eram “*tributo del tanto por ciento del precio que pagaba al fisco el vendedor en el contrato de compraventa y ambos contratantes en el de permuta*”.²⁰⁷

No vice-reino do Peru, a arrecadação do *almojarifazgo* e das *alcabalas* foram transferidos para administração direta em 1725. A alfândega de Lima, autorizada em 1769, contava apenas com funcionários régios. Na Nova Espanha, as *alcabalas* deixam de ser encabeçadas em 1752, mas somente em 1764, com avanços e recuos, é que se completa o processo de transferência para a administração direta. Em épocas distintas, outros rendimentos também passaram para a responsabilidade dos oficiais da *Real Hacienda*: o meio real dos ministros (1751), os doze reais sobre o *pulque* (1763), os tributos indígenas (1781), os dízimos e novenos eclesiásticos, as bulas da Santa Cruzada e os estancos do tabaco, pólvora, cartas de jogar e papel selado.

Na América espanhola, uma grande diferença com relação à América portuguesa, que contava apenas com os contratadores, era a presença dos consulados na cobrança das rendas, sobretudo das *alcabalas* conforme ocorria no Peru e na Nova Espanha. Dizia-se que as rendas eram encabeçadas, e não arrendadas como aos contratadores. O encabeçamento era semelhante ao sistema de cobrança do quinto em Minas Gerais ou das sisas no reino, pois se estabelecia uma quantia fixa a ser alcançada e encarregava-se

²⁰⁷ Real Academia Española. *Diccionario de la Lengua Española*. 22. ed. Disponível em: <http://buscon.rae.es/drae/>. Acesso em: 10 out. 2011.

uma corporação mercantil (*consulado*), diversamente dos costumes portugueses, ou câmara municipal (*ayuntamiento*) da distribuição e arrecadação destas quantias.²⁰⁸

Antes das críticas aos lucros abusivos dos contratadores de impostos na década de 1790, houve avanços na administração direta dos tributos em muitas partes do império português. Angola era o exemplo mais notável e o mais antigo, pondo-se sob gestão da Real Fazenda 91% dos rendimentos ao final do século XVIII, sendo 82% representados unicamente pelos valiosos direitos de escravos e marfins. Apenas continuavam arrendados a particulares o estanco do sal e os dízimos, mas parte deste último também seguia administrada. Na mesma época, Pernambuco, Bahia e Maranhão apresentavam mais da metade de suas rendas sob tutela direta da Coroa, com valores respectivos de 64%, 57% e 56% das receitas. No Pará, os avanços haviam sido menores, sendo administrados apenas 31% dos rendimentos.²⁰⁹

No Rio de Janeiro, a dízima da alfândega passou para administração direta a partir de 1772. Em Minas Gerais, houve a transferência dos contratos das entradas e dos dízimos para administração direta a partir de 1787 (de fato, em 1788) e 1789, respectivamente. Este último contrato demorou a ser alterado devido à sua arrematação em 1787, permitindo-se ao contratador cobrar o tributo até o final do triênio. Ao contrário das crenças dos dirigentes da Coroa, a administração direta não representava exatamente melhores ganhos para a Real Fazenda. Considerando-se períodos iguais, antes e depois da introdução da administração direta, os resultados foram bastante variados, impedindo observar tendências gerais. Além disso, é difícil considerar a influência da mudança do sistema de gestão, quando havia outros fatores igualmente relevantes, como os condicionantes das disputas bélicas e do comércio marítimo e terrestre. No Rio de Janeiro, houve uma redução nominal de 6% na média da dízima da alfândega para os períodos considerados (1757-1771, 1772-1786).²¹⁰ Em Minas Gerais, o rendimento das entradas manteve-se estável, com um ligeiro decréscimo de 2% (1775-1787, 1788-1800), os maiores ganhos foram nas receitas dos dízimos, com um

²⁰⁸ CÉSPEDES DE CASTILLO, Reorganización de la Hacienda virreinal peruana..., *op. cit.*, p. 349. JÁUREGUI, *La Real Hacienda de Nueva España*, *op. cit.*, p. 67-75.

²⁰⁹ AHTC, Cartórios Avulsos, cx. 116, Erário Régio, doc. 12. Contadoria Geral da África Ocidental e Bahia, 28 dez. 1799. "Relação dos rendimentos da Real Fazenda, assim contratados como administrados nas capitânias abaixo declaradas (...)".

²¹⁰ RIHGB, v. 65, parte I, p. 92, 115. Rendimento da dízima da alfândega do Rio de Janeiro, 1757-1761. AHTC, cód. 4057. Rendimento da dízima da alfândega do Rio de Janeiro, 1762-1791.

aumento de 19% (1777-1788, 1789-1800).²¹¹ Se fossem considerados valores reais, certamente os ganhos nos rendimentos seriam menores e as reduções maiores. Ademais, há de se considerar para um cálculo exato os valores despendidos com o pagamento dos oficiais da fazenda, que anteriormente eram pagos pelos próprios contratadores.

As primeiras inquirições sobre uma mudança na arrematação dos dízimos ocorreram por ocasião da venda malograda aos comerciantes paulistas. Assim, as sugestões de d. Rodrigo de Souza Coutinho, então secretário da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, eram direcionadas aos resultados desta arrematação. No conjunto de respostas aos ofícios do capitão-general Melo Castro e Mendonça em 1798, Souza Coutinho argumentava que, apesar do aumento do valor de contrato para o triênio anterior de 76:000\$000 réis para 89:000\$000 réis dito pelo governador paulista, os dízimos deveriam ser administrados pela Junta da Fazenda, em vez de os arrematar, por causa do aumento dos preços dos gêneros decorrente do crescimento comercial e da regularização da navegação por comboios. Para Souza Coutinho, “seria mais útil a sua Real Fazenda administrar os mesmos dízimos, do que arrematá-los, e que fazendo-se esta administração por meio do abonamento, ou de paróquias, ou dos senhores de fazendas, resultaria a um tempo o lucro da Fazenda Real, e o interesse dos particulares”. Já nesta resposta, o secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos pedia ao governador um exame rigoroso sobre o assunto.²¹² Em correspondência posterior, Melo Castro e Mendonça refere-se ao ofício de d. Rodrigo datado de novembro de 1798 perguntando-lhe se seria mais útil administrar ou arrematar os dízimos da capitania, sendo que dentro deste último caso se era preferível arrematar total ou parcialmente o contrato, dividindo-o em ramos.²¹³

Novamente em maio de 1799, após a prorrogação do contrato a Jacinto Fernandes Bandeira e José Pinheiro Salgado em novembro anterior, d. Rodrigo de Souza Coutinho pedia ao governador da capitania de São Paulo extensas informações sobre o

²¹¹ AHTC, Cartórios Avulsos, cx. 116, Erário Régio, Contadoria do Rio de Janeiro, doc. 20. S.l., s.d. MAXWELL, *A devassa da devassa*, op. cit., p. 358. Percebe-se pelos dados de Maxwell que a mudança efetiva das entradas para administração régia ocorreu em 1788, um ano depois da decisão de alteração do sistema de cobrança.

²¹² DI, v. 89, p. 99. s.d. (c. 1798). Ofício de d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, em resposta aos ofícios números 1 a 37 do governador.

²¹³ DI, v. 29, p. 176-177. São Paulo, 30 jan. 1800. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a d. Rodrigo de Souza Coutinho.

contrato dos dízimos. O preâmbulo do ofício indicava que as prorrogações sucessivas dos contratos encontrariam cada vez menor espaço na alta burocracia régia, não sendo bem vistas a despeito das necessidades financeiras:

Tendo Sua Majestade presentes os graves inconvenientes, e diminuição de renda que resultam à Fazenda Real do atual sistema que se segue em todo o Brasil de arrendar a uma única corporação de negociantes todos os dízimos em grosso de cada capitania por uma série de anos, sacrificando Sua Majestade a renda fixa que recebe, o grande aumento que teria uma arrecadação das rendas da capitania por uma exata, fiel, e ativa administração, ou interessada, ou composta de pequenos arrendamentos (...).²¹⁴

Souza Coutinho encarregara o governador de investigar a viabilidade de duas propostas. Antes de tudo era necessário saber o valor arrecadado dos dízimos em cada freguesia ou distrito da capitania e a soma total paga pelos contratadores atuais. A primeira proposta dizia respeito à divisão do contrato dos dízimos em freguesias ou distritos, cada qual com um administrador ou rendeiro e fiador respectivos. Os fiadores deveriam ser “bons” para evitar “demora ou falência” no pagamento dos quartéis do contrato. A segunda proposta era verificar se havia na capitania “sociedade de abonados negociantes” que se responsabilizassem pela arrecadação dos dízimos e apresentassem boas fianças, “com a condição de assegurar a Sua Majestade a mesma renda que dão os atuais contratadores, e dividir o mais que ganhassem, ficando metade do lucro à Sua Majestade e metade a eles contratadores”.²¹⁵

O ofício continha mais informações do que apresentava de forma um tanto lacônica. As propostas do ministro conduziam à tentativa de superação dos problemas surgidos com os grandes comerciantes reinóis, controlando o lucro dos futuros arrematantes pela “justa” divisão com o rei. Ficava patente que o retorno das arrematações a Lisboa, após o crescimento inicial do valor dos contratos ao início da década de 1790, não produzira melhores resultados, conduzindo à estagnação dos preços dos contratos face aos comerciantes reinóis cada vez mais fortalecidos sob a crise fiscal do Estado português ao final do século. Assim, como na época pombalina, propunha-se um retorno ao predomínio das arrematações nas capitanias, cujas elites mercantis parecem mais moldáveis aos interesses da Coroa do que os grandes homens

²¹⁴ DI, v. 89, p. 155. Palácio de Queluz, 9 mai. 1799. Ofício de d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

²¹⁵ DI, v. 89, p. 155-156. *Ibidem*.

de negócio da capital. Em segundo lugar, a Coroa procurava trazer para si os ganhos auferidos pelos arrematantes originais com a venda dos ramos do contrato, ao dividi-lo em freguesias, caso fossem concedidos aos rendeiros. No limite, pretendia incorporar os lucros dos contratadores pela introdução da administração direta. Assim, administração direta ou a venda em pequenos ramos eram as duas opções colocadas pelas novas diretrizes fazendárias tanto no caso da arrematação aos comerciantes paulistas quanto posteriormente no caso da prorrogação do contrato aos arrematantes reinóis.

Em janeiro de 1800, Melo Castro e Mendonça escreve a resposta esperada por d. Rodrigo, indicando se era mais útil à Real Fazenda administrar ou arrematar os dízimos da capitania, sendo que no último caso se era melhor fazê-lo total ou parcialmente. Decorreu mais de um ano até que o capitão-general tomasse as providências expedidas pelo estadista. Indicava Melo Castro e Mendonça, os “sempre danosos prejuízos que sofre a Real Fazenda com o pernicioso abuso das arrematações por uma longa série de anos, e em massa”.²¹⁶

No tocante à reforma da arrecadação dos dízimos, o governador descartava o recurso à administração direta, pois a natureza e a forma de cobrança dos dízimos impossibilitavam este método. Segundo o governador, a administração direta envolveria muitos administradores, sendo provável que os desmazelos de boa parte deles reduzissem os lucros que os bons agentes conseguissem. Na observação de Melo Castro e Mendonça, nota-se como ainda vigorava uma percepção negativa acerca da administração direta entre os representantes da Coroa. Restava, portanto, o emprego das arrematações parciais.

A partir dos dados fornecidos pelos contratadores paulistas da venda dos ramos, o governador pode calcular uma estimativa das perdas com a prorrogação do contrato a Jacinto Fernandes Bandeira por mais dois triênios. O primeiro fator relevante era o crescimento da agricultura na capitania acima dos valores contratuais, contabilizando 60:000\$000 réis no sexênio. O segundo montante correspondia aos possíveis ganhos com a revenda dos ramos do contrato, equivalente a quase 43:000\$000 réis nos seis anos. Desta forma, ao proceder à prorrogação a Coroa perdia um total de 103:000\$000 réis para os contratadores reinóis. Importa ressaltar aqui que as reformas indicadas pelo

²¹⁶ DI, v. 29, p. 177. São Paulo, 30 jan. 1800. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

governador pretendiam atualizar o valor contratual e absorver os ganhos com a venda dos ramos: “se Sua Alteza Real mandasse dividir os dízimos nos pequenos ramos parciais lucraria (...) [o] que os novos arrematantes lucraram nas mesmas arrematações parciais”.²¹⁷

Na impossibilidade de se proceder à arrematação por ramos parciais, tal como defendido pelo governador, dever-se-ia preferir a arrematação em massa em São Paulo. Desta forma, raciocinava Melo Castro e Mendonça, os ganhos com a venda dos ramos ficariam na própria capitania:

Se as arrematações feitas em Lisboa pelo Real Erário têm alguma coisa de vantajosa às rendas do Estado nas outras capitanias, elas são sem dúvida inteiramente opostas aos seus interesses nesta (...) quando por qualquer princípio, ou razão que me seja desconhecido, se dê preferência à arrematação em massa total, não convém aos interesses da capitania que os lucros provenientes desta arrematação saiam dela, o que deve necessariamente demover a Sua Alteza Real a abolir o praticado sistema de se afrontarem na Corte os lanços aqui recebidos mandando se conclua efetivamente nesta Junta a arrematação, ou arrematações, que para o futuro se fizerem.²¹⁸

Assim, o conselho de Melo Castro e Mendonça vinculava-se à defesa dos interesses da capitania, existentes na própria esfera estatal, pressionada ademais por um grande déficit, e nos membros de sua elite mercantil, que perderiam os lucros de venda dos ramos. A proposta final do governador era o término do contrato de Bandeira ao final do primeiro triênio em 1801, procedendo-se à arrematação dos ramos parciais em São Paulo. Melo Castro e Mendonça não desconhecia os inimigos que poderia ter no Erário Régio, pois pedia que d. Rodrigo não enviasse o ofício com seus comentários àquele tribunal, “sendo assaz para o meu desassossego os que já tenho granjeado por querer zelar os interesses reais”.²¹⁹

* * *

²¹⁷ DI, v. 29, p. 178. *Ibidem*.

²¹⁸ DI, v. 29, p. 179-180. *Ibidem*.

²¹⁹ DI, v. 29, p. 180. *Ibidem*.

Por melhores que fossem as intenções de Souza Coutinho, ainda na Secretaria da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, não estava em suas mãos a administração fazendária, dependente das decisões do Erário Régio e do Conselho de Fazenda. Também com outras medidas institucionais procurava o príncipe regente alguma solução paliativa para as agruras financeiras da monarquia. Ao final de 1799, seria criada a Junta Provisional para uma apuração das dívidas ativas e passivas do Erário Régio, a melhoria das rendas reais e a redução ou eliminação de despesas. A junta era presidida pelo mordomo-mor do rei e presidente do Erário Régio, o marquês de Ponte de Lima, e composta por deputados membros do Conselho de Estado, revitalizado em 1796. A crise financeira assumia relevância absoluta enquanto questão de Estado, mostrando-se os limites do Erário Régio e da Secretaria da Fazenda para conter a situação cada vez mais catastrófica sob a emissão contínua de papel-moeda. A junta propunha uma série de medidas, tais como a suspensão de novas despesas, tomada do dinheiro dos cofres dos órfãos, o controle do papel-moeda e a criação de uma caixa de desconto. A maioria das propostas fracassaria por falta de apoio institucional, especialmente do Erário Régio, e pelo próprio caráter provisório e ambíguo da junta. No entanto, algumas parecem ter tido resultado. Entre elas, estava a melhoria da arrecadação, que implicava justamente rever a política de prorrogação dos contratos que se vinha efetuando, buscando restabelecer condições mais justas na arrematação dos contratos.²²⁰

Por consultas à junta, a anulação de contratos considerados lesivos à “causa pública” tomaria forma tanto no reino quanto no ultramar. Como já notado em Vandelli, a legitimidade da Coroa em suspender contratos era matéria nova e suscetível a controvérsias nas instituições fazendárias. Não apenas o Estado estava sendo prejudicado, mas também os setores mercantis alijados dos ganhos contratuais. Fernando Dores Costa nota de forma arguta que a lesão só se tornara explícita pela presença de concorrentes aos arrematantes.²²¹ No tocante ao governo do Estado do Brasil, um dos contratos rescindidos referia-se aos dízimos da Bahia nas mãos de Antonio José Ferreira e Miguel Lourenço Peres desde 1794. Estipulava-se que o contrato rendesse 200:000\$000 réis, quando fora arrematado por 80:000\$000 réis. Descobertas

²²⁰ CLP (1791-1801), p. 592-593. Alvará de 6 nov. 1799. Sobre o funcionamento da junta, ver COSTA, *Crise financeira, dívida pública e capitalistas*, op. cit., p. 112-129.

²²¹ COSTA, *Crise financeira, dívida pública e capitalistas*, op. cit., p. 236-239.

as perdas para a Real Fazenda, Ferreira e Peres desistiram da prorrogação do contrato em setembro de 1799, ordenando a Coroa a administração direta dos dízimos pela Real Fazenda no ano seguinte. Logo a medida tornar-se-ia geral.²²² Por influência explícita da junta, o alvará de 12 de junho de 1800 procurava restaurar “a exata arrecadação e cobrança das rendas reais” ordenando que os contratos reais sempre fossem arrematados em hasta públicas, “em concurso de licitantes”, e proibindo novas prorrogações, bem como suspendia aquelas que houvessem ainda iniciado. Importa destacar que esta medida era de amplo escopo, válida para o reino e os domínios ultramarinos.²²³

O falecimento do marquês de Ponte de Lima ao final de 1800 resultou no término da Junta Provisional, extinta em 6 de janeiro do ano seguinte. No mesmo dia, d. Rodrigo de Souza Coutinho seria empossado no cargo de presidente do Erário Régio. A ascensão de Souza Coutinho prometia o aprofundamento das reformas fiscais. No entanto, suas medidas indicavam uma forte linha de continuidade com relação às ações anteriores. No caso paulista, as diretrizes apontavam em direção ao combate dos lucros com a venda dos ramos, mas não à opção mais radical de adoção da administração direta. Uma diferença entre a Junta Provisional e as novas medidas do Erário Régio residia na maior especificidade para o governo do ultramar. Em março de 1801, foi redigida uma provisão régia para os governadores de todas as capitanias do Estado do Brasil recomendando a suspensão dos contratos que tivessem incorrido em lesão enorme ou enormíssima, como também naqueles em que houvera conluio contra a Real Fazenda. Estes contratos deveriam ser postos novamente a leilão, “divididos em frações, e pequenas porções”, a serem adquiridos por arrematantes com bons fiadores. A provisão é ambígua acerca da administração direta. Embora retome o exemplo dos dízimos da Bahia, no qual a administração direta é vista como vantajosa à Real Fazenda, a medida não parece indicar claramente esta forma de arrecadação, dizendo apenas a possibilidade de “administrações interessadas”.²²⁴

²²² AHTC, cód. 4220, fl. 265-266. Lisboa, 28 nov. 1799. AHTC, Erário Régio, cód. 4220, fl. 276-278. Lisboa, 25 jan. 1800. Provisões do Erário Régio à Junta da Fazenda da Bahia.

²²³ CLP (1791-1801), p. 632. Alvará de 12 jun. 1801.

²²⁴ AHTC, cód. 4061, fl. 407-408. ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3802, fl. 27-28. ANRJ, cód. 446, v. 5, fl. 171-171v. Palácio de Queluz, 18 mar. 1801. Provisão régia para o governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. Poucos meses depois, a medida seria reiterada por Souza Coutinho: ANRJ, cód. 446, v. 5, fl. 139. Lisboa, 13 jun. 1801. Ofício de d. Rodrigo de Souza Coutinho, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

Assim, o alvará de 12 de junho de 1800 e a provisão régia de 18 de março de 1801 formavam um novo campo de ação para os governadores e as Juntas da Fazenda, pois colocavam sob seu controle a avaliação dos casos de lesão contratual e os ganhos da revenda dos dízimos. Por outro lado, a possível retomada do poder das elites coloniais sobre a arrematação dos contratos não se apresentava tão claramente. Com base no alvará de 1800, a Junta da Fazenda paulista tomaria a decisão de suspender a prorrogação do contrato dos dízimos a Jacinto Fernandes Bandeira e realizar novo leilão em abril de 1801, mas em ramos separados, tal como desejado pelo governador. Anteriormente, estava acordado que o segundo triênio do contrato de Bandeira deveria iniciar-se em julho do mesmo ano. No mesmo aviso, indica-se o caráter quase ilegal da medida tomada pela junta, posto que d. João talvez permitisse a continuação do contrato a Bandeira, devendo ser os arrematantes dos ramos escolhidos “a contento” do procurador do arrematante, Bento Tomás Viana.²²⁵

A nova arrematação não trouxera a paz desejada, pois se avolumaram os conflitos entre o governador e o procurador dos contratadores em torno do controle sobre as vendas dos ramos. Melo Castro e Mendonça dizia que o procurador queria “deliberar sobre a escolha dos arrematantes [dos ramos parciais], querendo que ninguém lançasse, senão quem ele quisesse; o que em certo era fazer irrisório aquele ato de arrematação”. Ademais, Viana tentara influenciar os membros da Junta da Fazenda, buscando obter medidas contrárias à rescisão do contrato de Bandeira e Salgado.

Com exceção do escrivão João Vicente da Fonseca, toda a junta mostrara-se contrária à ação planejada pelo governador. Seriam realizadas seis sessões da junta até vencer as resistências dos vogais, favoráveis aos interesses dos antigos contratadores. Entre os membros, o mais renitente era o procurador da Coroa e Fazenda, Miguel Carlos Aires de Carvalho, a quem o governador acusava de se deixar arrastar pelos “interesses dos particulares, sacrificando os do Estado, por ser homem venável, e inteiramente estúpido, e ignorante”. Ao cabo, Miguel Carlos seria destituído pelo governador, sendo substituído por José Arouche de Toledo Rendon, o mesmo que participara da sociedade interessada no contrato dos dízimos em 1797. A posição de Miguel Carlos é ainda mais instigante por ser irmão de José Vaz de Carvalho, também um dos sócios interessados na aquisição do contrato. Curiosamente, o antigo procurador não se colocou como defensor

²²⁵ AESP, ordem 356, cx. 106, s.f. São Paulo, 21 fev. 1801. Aviso da Junta da Fazenda de São Paulo.

dos interesses do irmão, mas dos negociantes lisboetas. Com uma composição favorável na junta, o governador pode finalmente “aprovar” sua medida de arrematação dos ramos parciais, ainda assim somente após um voto de Minerva, devido à igual quantidade de votos favoráveis e contrários à decisão.

O cerne da questão, e que certamente incomodara o procurador, residia na alegação frágil de lesão enorme à Real Fazenda. Mesmo o próprio governador indicava que “se não d[ava] lesão enorme, sempre h[avia] uma lesão grande”. Segundo os cálculos de Melo Castro e Mendonça, os lucros dos contratadores atingiam um terço do valor do contrato, mas não a razão superior à metade do valor do contrato necessária para caracterizar um caso de lesão enorme. Notava-se, assim, como mesmo em um contexto de forte crise financeira, a Coroa ainda protegia os ganhos dos contratadores, impedindo que os governadores tomassem medidas “arbitrárias” e “despóticas”.²²⁶

Fomentada pelos alvarás e provisões, a avaliação dos casos de lesão nos contratos régios era matéria ambígua e perigosa, que tanto poderia fortalecer os governadores face aos interesses dos contratadores reinóis, quanto condená-los ao purgatório da administração imperial. No caso da capitania de São Paulo, observa-se o desenrolar da segunda situação. Ao início de 1802, o governador seria severamente repreendido por usar “arbitrárias e despóticas resoluções contra o parecer dos vogais da mesma Junta”, quando mandara leiloar o contrato dos dízimos “estando ainda correndo o tempo da arrematação”. O governador desrespeitara a decisão da junta por pluralidade de votos, querendo impor sua vontade. No entanto, Melo e Castro Mendonça não era condenado por avaliar mal o caso de lesão. O próprio discurso das autoridades metropolitanas havia mudado. Segundo a provisão régia, o contrato não havia sequer sido prorrogado, pois logo ao seu início “se havia arrematado por seis anos em virtude de um real decreto”. Logo, o contrato não se enquadrava nas prorrogações e não poderia ser rescindido. Outra acusação que pesava sobre o governador era que não havia respeitado a arrematação da fazenda de Arassariguama, proveniente do espólio dos bens dos jesuítas, pela Junta da Fazenda.²²⁷

²²⁶ AHU-SP, cx. 15, doc. 8. São Paulo, 15 jun. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

²²⁷ AHTC, cód. 4061, fl. 427-428. Lisboa, 23 mar. 1802. Provisão régia para o governador capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. Ofício com o mesmo conteúdo em: ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3802, fl. 279-280. Palácio de Queluz, 23 mar. 1802. “Carta régia dirigida a Antonio Manuel de Melo e Castro, e Mendonça a respeito dos contratos dos dízimos, para ser posto a

Com efeito, o contrato havia sido originalmente arrendado pelo período de seis anos. Em sua defesa, Melo Castro e Mendonça alegou o alto valor alcançado pela venda dos ramos parciais, 119:000\$000 réis, realizada sob aprovação e contento do administrador do contrato. Desta forma, o contrato não foi rescindido e manteve-se sob controle dos arrematantes reinóis.²²⁸ A Coroa, por sua vez, manteve a situação em suspenso, ordenando em outubro de 1802 que o contrato ficasse com os antigos contratadores até resolução régia, que nunca veio.²²⁹ Para além do comportamento do governador, é importante destacar a alteração na conduta da administração reinol com relação aos grandes contratadores de Lisboa. A principal hipótese é que esta mudança decorria das necessidades de financiamento do governo português. Ainda que breve, a Guerra das Laranjas, com a Espanha aliada de Napoleão, trouxera uma paz custosa ao exigir, entre outras coisas, o pagamento de uma indenização ao governo francês no valor de 20 milhões de libras tornesas, parte em dinheiro, parte em pedras preciosas, pelo tratado de 29 de setembro de 1801. Estas condições tornaram-se ainda mais penosas quando os franceses cobraram, em novembro daquele ano, o pagamento integral em espécie. Para cumprir tais obrigações, o governo português recorreu a empréstimos internos e externos no mesmo período. Posteriormente, em um novo acordo realizado com a França em 1804, este montante desta indenização seria reduzido para 16 milhões, com a inclusão de facilidades comerciais aos tecidos e jóias franceses.²³⁰

Ao final de 1801, no segundo grande lançamento de um empréstimo interno do governo português, entre os maiores contribuintes figuravam diversos negociantes envolvidos nos contratos ultramarinos com prazos mais amplos ou prorrogados: Jacinto Fernandes Bandeira (1º), Antonio José Ferreira (3º), José Pinheiro Salgado (10º), Manuel de Sousa Freire (14º) e Miguel Lourenço Peres (15º).²³¹ Com relação ao empréstimo externo, a Coroa portuguesa recorreu à intermediação de Joaquim Pedro Quintela e Jacinto Fernandes Bandeira junto à casa bancária londrina Baring & Co. e a

lanços, e ser decidido por pluralidade de votos, e para propor em Junta o objeto que diz respeito à suspensão do arrendamento da fazenda de Arassariguama”.

²²⁸ DI, v. 93, p. 103-106. São Paulo, 10 jun. 1802. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a d. Rodrigo de Souza Coutinho.

²²⁹ AHTC, cód. 4061, fl. 470-471. ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 44. Lisboa, 1º out. 1802. Provisão de d. Rodrigo de Souza Coutinho, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

²³⁰ DAMAS, Carlos Alberto. Os pedidos de empréstimo do Estado às casas bancárias Sir Francis Baring & Co. e Henry Hope & Co. (1797-1802). *Negócios Estrangeiros*, Lisboa, n. 14, p. 177-210, 2009, ver p. 184-185, 188, 197.

²³¹ COSTA, *Crise financeira, dívida pública e capitalistas*, op. cit., p. 191. Os números ordinais referem-se às posições relativas no segundo empréstimo quanto aos montantes concedidos pelos credores.

firma de origem holandesa Hope & Co. Desde 1796, os dois negociantes eram articuladores da Coroa nas praças internacionais, tentando, sem sucesso, obter um empréstimo ao governo em Amsterdam e Londres, com as mesmas Hope e Baring. No empréstimo de 1801, no valor de 13 milhões de florins, a participação dos “tabaqueiros” era necessária para garantir a hipoteca das rendas do tabaco, além dos diamantes brasileiros e das propriedades da Coroa, nas praças de Londres e Amsterdam.²³² Os próprios banqueiros estrangeiros haviam exigido do príncipe regente a prorrogação do contrato do tabaco ao mesmo grupo de arrematantes por mais nove anos (1804-1812), sem que fosse posto em leilão. Além de Quintela e Bandeira, figuravam entre os sócios do contrato prorrogado João Pereira Caldas e Antonio José Ferreira, também envolvidos com os contratos ultramarinos.²³³

Desta forma, as necessidades financeiras do Estado português, mais agudas a partir de 1801, barravam a reforma fiscal na América portuguesa, mantendo o predomínio dos comerciantes reinóis, mesmo com perdas evidentes para a Coroa. Além dos empréstimos maiores, Bandeira, em particular, atuaria em uma gama variada em ações financeiras para o governo português em toda Europa no período de 1801 a 1803: intermediação financeira nas praças de Hamburgo e Amsterdam, compra de cobre ao Arsenal Real do Exército, pagamento de naus no Mediterrâneo, pagamento das despesas do exército e de prisioneiros portugueses na Espanha. Em 1803, por exemplo, a Coroa finalmente pagou a Bandeira a quantia de 192:000\$000 réis despendidos na Espanha com a assistência ao exército na Guerra das Laranjas.²³⁴

²³² DAMAS, Os pedidos de empréstimo do Estado às casas bancárias Sir Francis Baring & Co. e Henry Hope & Co. (1797-1802), *op. cit.*, p. 197-200.

²³³ ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3802, fl. 233-239. Palácio de Queluz, 8 fev. 1802. “Decreto para a arrematação do contrato geral do tabaco e saboarias por tempo de nove anos que hão de principiar em janeiro de 1804 e findar no último de dezembro de 1812 a Anselmo José da Cruz Sobral, Joaquim Pedro Quintela, Jacinto Fernandes Bandeira, Gerardo Vescenlau Braamcamp de Almeida Castelo Branco, João Pereira Caldas, Francisco Pedro Quintela, Antonio Francisco Machado, Antonio José Ferreira, e Jacinto Fernandes da Costa Bandeira”.

²³⁴ ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3802, fl. 21. Palácio de Queluz, 28 mar. 1801. “Decreto para Joaquim Pedro Quintela, e Jacinto Fernandes pagarem as letras, sacadas pelos seus correspondentes, destinadas a particulares do serviço”. ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3802, fl. 137. Palácio de Queluz, 2 out. 1801. “Decreto para pagamento de 44:275\$374 réis a Jacinto Fernandes Bandeira, custo do cobre que entregou no Arsenal Real do Exército”. ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3802, fl. 163. Mafra, 9 nov. 1801. “Decreto para pagamento de 9:058\$064 réis a Jacinto Fernandes Bandeira pelas despesas da nau comandada por Jaime Scarnichia”. ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3803, fl. 14. Palácio de Queluz, 23 ago. 1802. “Decreto para pagamento do que Jacinto Fernandes Bandeira dispender na satisfação dos socorros subministrados pela Corte de Espanha aos prisioneiros durante a última guerra”. ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3803, fl. 24-25. Palácio de Queluz, 4 set. 1802. “Decreto para se pagar a Jacinto Fernandes Bandeira, Joaquim Pedro Quintela, e Antonio José Ferreira, uma letra da quantia de

As questões relativas ao contrato de Bandeira e Salgado no triênio de 1801 a 1804 tomaram algum encaminhamento, sem contudo alcançar uma resolução. Salvaguardaram-se por fim os direitos dos antigos contratadores, nem a administração metropolitana foi favorecida, nem o governo da capitania. As dificuldades de financiamento da Coroa persistiam, o que provavelmente conduziu à antecipação dos leilões de diversos contratos da América portuguesa. No caso de São Paulo, os procedimentos para a venda dos dízimos da capitania iniciar-se-iam ainda em meados de 1802, dois anos antes do término do contrato. Mais uma vez ordenava-se a venda dos ramos parciais, mas que fosse realizada na Corte. Os negociantes da capitania deveriam arrumar procuradores que os representassem em Lisboa. A situação era em parte uma vitória para o antigo governador, que mostrara “a grande utilidade que resultava à Real Fazenda de ser a sua arrematação dividida em pequenos ramos”, em parte uma derrota para os interesses locais.²³⁵

A medida seria depois generalizada para outras capitanias, como Rio de Janeiro e administrações subordinadas, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, conforme um ofício de setembro de 1802 que ordenava a arrematação dos contratos por ramos e com épocas certas para os pagamentos, no menor prazo possível.²³⁶ Embora não seja explícito, não é pouco provável que esta medida contivesse algum desespero financeiro da Coroa, ansiosa por arrecadar os lucros da venda dos ramos. Ademais, mostra como as autoridades fazendárias tentavam persistentemente contornar sua dependência financeira dos grandes contratadores.

Ao início de 1803, a Junta da Fazenda paulista enviou uma representação ao Erário Régio criticando as arrematações em Lisboa. Pelo novo arranjo, o contrato seria

663\$343 rs. procedida de despesas feitas em Sicília por Jaques Scarnichia, comandante da nau Vasco da Gama”. ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3803, fl. 142. Palácio de Queluz, 20 abr. 1803. “Decreto ao Erário para que se entregue a Jacinto Fernandes Bandeira o valor de 4:803:846 reales de *vilhon* e 31 maravedis que por ajuste de conta se deve à Real Fazenda de Espanha procedendo das assistências que fez ao exército português”.

²³⁵ ANRJ, cód. 448, v. 10, fl. s.i. AHTC, cód. 4061, fl. 439. Lisboa, 21 jul. 1802. Ofício de d. Rodrigo de Souza Coutinho, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo. Em anexo: Lisboa, 21 jul. 1802. Ofício de d. Rodrigo de Souza Coutinho, presidente do Erário Régio, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

²³⁶ ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 39. Palácio de Queluz, 22 set. 1802. Ofício do príncipe regente ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça. ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3083, fl. 39-40. Palácio de Queluz, 22 set. 1802. Carta Régia a d. Fernando José de Portugal para se proceder à arrematação dos contratos reais.

dividido em “trinta e tantos” ramos, no valor de 300\$000 réis a 400\$000 réis cada um. Os arrematantes da capitania eram prejudicados pela falta de procuradores em Lisboa e pelas “avultadas despesas” para a aquisição dos ramos. Também havia a “incerteza do cálculo”, fruto da diferença entre o que poderiam oferecer em São Paulo ou Lisboa.²³⁷ Em um ofício posterior, o governador comentava que muitos lançadores não possuíam parentes na capital para dirigirem suas procurações, sendo pouco provável que os ganhos com os pequenos ramos compensassem tal ônus. A junta alegava o sucesso do contrato anterior da venda dos ramos na própria capitania, quando havia dúvidas de que na Corte se obtivesse valor semelhante. Outro aspecto que afastava os contratadores paulistas era a nova obrigação de realizar pagamentos semestrais do contrato, quando anteriormente se esperava um ano até efetuar o primeiro pagamento. No novo sistema, antes do tempo das colheitas, os contratadores seriam obrigados a tomar empréstimos para saldar seus pagamentos, quando anteriormente contavam com recursos arrecadados.²³⁸

A junta tentava manter algum controle sobre a venda dos ramos. No mesmo ofício, encaminhara uma proposta de realizar a venda dos ramos inferiores a 10:000\$000 réis, conforme previa a provisão de 1792 que obrigava a proceder às arrematações em Lisboa nos contratos com valores superiores a este montante.²³⁹ O parecer da Contadoria respectiva da capitania de São Paulo foi completamente contrário, por entender que as arrematações do contrato inteiro ou em ramos deveriam ser efetuadas em uma única estação.²⁴⁰

As ações subsequentes indicam uma maior divergência de opiniões entre as diferentes instituições fazendárias, antes mediadas pela questão dos direitos dos contratadores lisboetas em caso de rescisão. Em março de 1803, a Junta da Fazenda paulista colocaria em leilão na capitania 48 ramos do contrato dos dízimos, nenhum deles excedendo o valor de 10:000\$000 réis. Os ramos vendidos produziram o montante de 138:770\$000 réis, excedendo o valor anterior pago por Bandeira e Salgado em 35,7%. Os oficiais da junta notavam que houvera “emulação [concorrência] dos

²³⁷ ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 4v-5v. São Paulo, 7 mar. 1803. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo ao [Erário Régio].

²³⁸ AHU-SP, cx. 19, doc. 3. Santos, 10 mai. 1803. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, ao príncipe regente d. João.

²³⁹ AHU-SP, cx. 19, doc. 3. *Ibidem*.

²⁴⁰ AHTC, cód. 4063, fl. 11-13. [Lisboa], 16 dez. 1803. Ofício da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa ao [presidente do Erário Régio?].

diferentes lançadores que hastearam alguns dos ramos parciais”, especialmente Ilha Grande e Paraty, áreas de interesse dos comerciantes do Rio de Janeiro conforme apontado anteriormente.²⁴¹

Em dezembro do mesmo ano, a Coroa reiterava a proeminência de Lisboa na arrematação dos contratos, especialmente aqueles que “a experiência t[inha] mostrado não progredirem na América por causas particulares”. Deveriam ser arrematados no Erário Régio os contratos das capitanias que sofressem “abatimento de preço, por falta de lançadores, ou por algum vício ou desordem de que p[udesse] haver fundada desconfiança”.²⁴² Assim em abril de 1804, com base nas novas diretrizes, foram leiloados em Lisboa os dízimos da capitania para o triênio de 1804 a 1807. Os arrematantes eram todos negociantes lisboetas: Teotônio José da Silva, Bento José Pacheco e Pedro Xavier Ferreira. Os contratadores ofereceram apenas 119:000\$000 réis, valor 14% inferior ao obtido em São Paulo. Talvez por conta dos aborrecimentos que tivera na capitania paulista, nota-se o desinteresse de Bandeira em continuar no contrato dos dízimos, uma vez que iria falecer apenas em 1806.²⁴³

Na capitania de São Paulo, as críticas carregavam tons variados de insatisfação. Pela arrematação por um valor menor ao obtido pela junta, a venda do contrato em Lisboa evidenciava “a lesão, o conluio, e o dolo”, no entender do procurador da Coroa e Fazenda, Miguel Carlos Aires de Carvalho. Ainda segundo o procurador, as autoridades abandonavam os ganhos certos que seriam obtidos pela venda dos ramos aos seus donos na capitania. O bacharel também indicava que qualquer um destes rendeiros poderia alegar dolo na ruptura desta venda, gerando litígios jurídicos na Junta da Fazenda. Em sua argumentação, Miguel Carlos enfatizava os cuidados e zelos da junta na realização dos leilões, sem atacar diretamente as diretrizes metropolitanas.²⁴⁴ A representação do procurador era respaldada por uma longa carta da Junta da Fazenda ao príncipe regente, com um histórico das disputas em torno das arrematações.²⁴⁵

²⁴¹ ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 73-73v. São Paulo, 6 abr. 1804. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo ao [príncipe regente d. João].

²⁴² ANTT, Ministério das Finanças, liv. 3804, fl. 36-37. Palácio de Queluz, 23 dez. 1803. Provisão do presidente do Erário Régio, Luiz de Vasconcelos e Souza.

²⁴³ ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 119. Lisboa, 27 abr. 1804. Ofício de Luís de Vasconcelos e Sousa, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁴⁴ ANRJ, cód. 474, v. 2, Anexo, doc. 7, fl. 88-89. São Paulo, 12 out. 1804. Representação do doutor procurador da Coroa e Real Fazenda, Miguel Carlos Aires de Carvalho, ao príncipe regente.

²⁴⁵ ANRJ, cód. 474, v. 2, fl. 85-88. São Paulo, 19 out. 1804. Representação da Junta da Fazenda de São Paulo ao príncipe regente.

O governador Franca e Horta, por sua vez, seria menos diplomático em suas reclamações dirigidas ao secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, João Rodrigues de Sá e Melo, visconde de Anadia, e ao presidente do Erário Régio, Luís de Vasconcelos e Souza. Ao primeiro, o governador alegava o “gravíssimo prejuízo” da arrematação em Lisboa, tanto na diferença face aos ramos vendidos na capitania quanto nas perdas das propinas auferidas pelos membros da Junta da Fazenda paulista, inclusive o próprio governador, sobre os leilões realizados. O pior, em sua avaliação, era o descrédito da própria administração fazendária na capitania. Com a anulação do leilão, os possíveis arrematantes paulistas também deixavam de investir futuramente na aquisição de contratos da capitania pelo temor de novas alterações institucionais. Os rendeiros dos ramos parciais também eram prejudicados, pois já haviam iniciado a cobrança dos dízimos. Ademais, sobrecarregada de despesas militares e eclesiásticas, as finanças da capitania eram igualmente lesadas, posto que a junta receberia do contrato dos dízimos o mesmo montante pago no triênio anterior, sendo a diferença tomada pelo Erário Régio.²⁴⁶

O ofício dirigido ao presidente do Erário Régio pelo governador era bastante claro sobre a importância do contrato dos dízimos para as finanças da capitania. Segundo o governador, as receitas não cobriam as despesas ordinárias, sob o peso crescente dos déficits. Principal fonte de renda da capitania, o contrato dos dízimos servia ao “pagamento da tropa, do clero, e de quase todos os filhos da folha”, sendo “indispensável” para “balancear as suas despesas”. Assim como o governador anterior, Franca e Horta defendia as arrematações parciais, alegando como “a arrematação dos dízimos prejudica[va] a Real Fazenda”. Outro ponto ressaltado era o prejuízo às Juntas da Fazenda com a realização das arrematações em Lisboa. Segundo o governador, havia no Brasil “muitos homens abonados, e com bons estabelecimentos, que por falta de negócios, não t[inham] correspondentes nessa Corte”. O governador citava até mesmo o caso de um contratador paulista que desistiu do contrato da passagem de Curitiba por saber que sua arrematação ocorreria em Lisboa. Com a falta de arrematantes, não havia concorrentes. Sem disputas, os preços dos contratos acabavam sendo os mesmos do período anterior. Por fim, com a redução de sua influência, a própria junta perdia

²⁴⁶ DI, v. 94, p. 137. São Paulo, 27 out. 1804. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, ao visconde de Anadia.

credibilidade, permanecendo diversos contratos, que podiam ser leiloados em São Paulo, sem arrematantes correspondentes.²⁴⁷

Em resumo, parece evidente pelas críticas endereçadas pelo procurador da Coroa e Fazenda e pelo governador da capitania que, para além da defesa dos interesses dos contratadores locais, estava em jogo o declínio dos poderes da administração fazendária regional, em claro contraponto ao modelo político pombalino, bem como a própria sustentação econômica das finanças da capitania. Assim, o retorno das arrematações para Lisboa trazia insatisfações para as elites mercantis e para os agentes da administração colonial.

As considerações e medidas dos membros do Erário Régio apenas reforçariam o sentimento de clara perda dos poderes institucionais da capitania. No parecer da Contadoria Geral respectivo, a junta paulista incorrera em uma desobediência administrativa, sendo um “fato casual e extraordinário” os ganhos obtidos pela venda dos ramos parciais na capitania acima do alcançado pelo contrato em Lisboa. Estes ganhos haviam nascido da “emulação entre os lançadores, e não da utilidade que conheciam haver na substância do contrato”. Estranhando a “falta de cumprimento” das ordens dirigidas pelo Erário à junta, o contador aconselhava que esta fosse advertida a “não tornar a exceder as suas faculdades quando estas lhe fo[ssem] limitadas expressamente por ordens do Erário”.²⁴⁸ Segundo provisão posterior do presidente do Erário Régio, a junta procedera de forma contrária às “positivas e claras” ordens de arrematar o contrato em Lisboa, lamentando-se que a junta “tivesse a equivocação de as entender tão opostamente”.²⁴⁹ Obviamente, esta análise camuflava a própria mudança na conduta do Erário com relação aos contratadores lisboetas, bem como a questão de que a junta, longe de agir indiscriminadamente, atuara com base em uma interpretação de medidas fomentadas pelo próprio Erário.

Ao final de 1806, procedeu-se aos preparativos de uma nova arrematação do contrato dos dízimos da capitania de São Paulo, para o triênio a iniciar em julho de 1807. Nenhum contratador animou-se a se habilitar para o contrato, tampouco para oferecer

²⁴⁷ DI, v. 94, p. 221-222. São Paulo, 27 out. 1804. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, a Luís de Vasconcelos e Souza, presidente do Erário Régio.

²⁴⁸ AHTC, cód. 4063, fl. 73-74. AHTC, cód. 4061, fl. 513. [Lisboa], 31 jan. 1805. Ofício da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa ao [presidente do Erário Régio?]. AHTC, cód. 4061, fl. 513.

²⁴⁹ ANRJ, cód. 446, v. 7, fl. 11-11v. Lisboa, 27 mar. 1805. Provisão de Luís de Vasconcelos e Sousa, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

algum lance na junta em São Paulo, para posterior leilão em Lisboa. A solução encontrada, diversa ao até então ocorrido, residia na associação de interesses lisboetas e paulistas da sociedade mercantil de Manuel de Souza Freire, homem de negócio de Lisboa, e Manuel Rodrigues Jordão, residente em São Paulo. O contrato foi adquirido por 120:000\$000 réis, apresentando um crescimento pífio com relação ao contrato anterior. O contratador paulista também era coronel de milícias e seria nomeado comissário pagador das tropas de São Paulo em 1806, além de solicitar ao príncipe regente a mercê do cargo de escrivão da Junta da Fazenda e uma comenda da Ordem de Cristo.²⁵⁰

CONFLITOS NO CONTRATO DOS MEIOS DIREITOS

A trajetória dos contratos vinculados aos meios direitos mostra um caminho diverso ao observado nas disputas dos dízimos, permitindo uma avaliação mais completa da situação na capitania de São Paulo tanto no tocante às mudanças no poder da administração fazendária quanto no poder detido pelos contratadores de tributos locais.

Em 1773, os arrematantes do contrato dos meios direitos solicitaram à Junta da Fazenda uma permissão para cobrarem tributos sobre os animais criados ao longo do caminho entre Curitiba e o registro de Santa Vitória. Esta última estava vinculada à criação pecuária na região dos Campos de Cima da Serra ou Campos de Vacaria, uma área distinta dos centros produtores mais antigos do Viamão e das fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo. Anteriormente isentas, a expansão das fazendas de criação ao longo do trajeto entre Curitiba e os Campos de Vacaria, especialmente enquanto área de invernada, estimulou a sanha dos cobradores que até então contavam apenas com os direitos dos animais criados nos campos de São Pedro de Rio Grande.²⁵¹ Com efeito, os dados do registro de Sorocaba apontam que 30% dos animais entrados naquele registro entre 1779 e 1782 eram provenientes das regiões dos Campos Gerais, Curitiba e Lages, embora 55% das tropas ainda viessem do Viamão.²⁵² Com a sanção da Junta da Fazenda paulista ao pedido dos contratadores dos meios direitos, muitos produtores

²⁵⁰ PUNTSCHART, *Negócios e negociantes paulistas*, op. cit., p. 76. Este contrato foi transcrito pelo autor no anexo I, p. 117-119.

²⁵¹ GIL, *Coisas do caminho*, op. cit., p. 61-91.

²⁵² MARCONDES; SUPRINYAK. Movimentação de tropas no centro-sul da colônia, op. cit., p. 12.

abandonaram a região, indo estabelecer-se até mesmo em outras capitanias, onde estivessem livres daquele ônus fiscal. Além dos arrematantes dos meios direitos, os administradores da Casa Doadada também passaram a cobrar tributos sobre os animais criados naquela região sem que houvesse determinação régia que lhes conferisse tal direito, fato alertado pela Junta da Fazenda em 1785.²⁵³

A questão foi encaminhada ao Erário Régio, que não reconheceu os direitos de cobrança da Casa Doadada, uma vez que constasse de sua mercê emitida em 1760 apenas os animais vindos do Rio Grande, mas não aqueles que haviam sido criados “nos limites da capitania sem que v[iessem] do mencionado continente”.²⁵⁴ Um ofício posterior encaminhado pelo governador Bernardo José de Lorena apontava que a cobrança daqueles direitos pela Casa Doadada constituía uma nova mercê, mas “mercês novas só as pod[ia] fazer [Sua] Majestade”.²⁵⁵ Em 1787, o oficial da Contadoria da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Índia portuguesa, responsável pelas contas da capitania de São Paulo, pedia que os administradores da Casa Doadada ressarcissem a Real Fazenda, medida posteriormente adotada.²⁵⁶ A cobrança indevida cessaria apenas ao final de 1789. Até que se efetuasse o pagamento à Real Fazenda, os bens do administrador da Casa Doadada, possivelmente o do registro de Curitiba, foram confiscados pela Coroa.²⁵⁷ Em 1803, Pedro Álvares da Costa Corte Real, que detinha a mercê da Casa Doadada, pagou a quantia devida ao Erário Régio, pouco mais de 37:000\$000 réis, e os bens do administrador foram reavidos.²⁵⁸ Por fim, em 1808, devido às “urgentes precisões” da Real Fazenda, o rendimento dos meios direitos da Casa Doadada foi incorporado à receita régia.²⁵⁹

Para evitar problemas futuros, a Coroa resolveu proceder à formação de um contrato dos direitos dos animais que vinham de cima da serra. Este contrato, de pouco

²⁵³ ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 56-56v, 65. São Paulo, 21 mai. 1785. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo à rainha d. Maria I.

²⁵⁴ AHTC, cód. 4064, fl. 18-20. [Lisboa], 12 jul. 1787. Ofício da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa.

²⁵⁵ AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 41, doc. 3387. São Paulo, 18 nov. 1794. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena para d. Maria I.

²⁵⁶ AHTC, cód. 4064, fl. 18-20. *Ibidem*.

²⁵⁷ ANRJ, cód. 469, v. 2, fl. 4. São Paulo, 16 jun. 1798. Ordem da Junta da Fazenda de São Paulo para o administrador e caixa dos meios direitos pertencentes à Casa Doadada, capitão Antonio Manuel Fernandes da Silva.

²⁵⁸ AHTC, cód. 4061, fl. 453-454. Lisboa, 28 mai. 1803. Provisão de d. Rodrigo de Souza Coutinho, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

²⁵⁹ ANRJ, cód. 469, v. 4, fl. 77-77v. [Lisboa], 17 out. 1808. Provisão régia para o ouvidor e juiz executor da Real Fazenda na cidade de São Paulo, Miguel Antonio de Azevedo Veiga.

valor, foi arrematado no Conselho Ultramarino em 1792 pelo preço de 1:650\$000 réis. Os primeiros arrematantes do contrato foram Joaquim José dos Santos e Joaquim Manuel da Silva e Castro que, além de possuírem laços importantes de parentesco na capitania, arremataram contratos relevantes. É interessante notar que não houve concorrentes no leilão.²⁶⁰

Joaquim Manuel da Silva e Castro (†1794) era filho de André Álvares de Castro (†1752), homem de negócio de origem reinol estabelecido na cidade de São Paulo, onde exercera cargos de almotacé (1768-9) e juiz (1772) na câmara e de provedor na Misericórdia. Em 1777, Joaquim Manuel foi nomeado coronel de milícias do regimento da cavalaria ligeira auxiliar da capitania. Um ano antes de sua morte, em 1793, foi agraciado com o hábito da ordem de São Bento de Avis, embora tivesse feito escudeiro fidalgo e cavaleiro fidalgo em 1750.

O primeiro contrato arrematado por Joaquim Manuel, em sociedade com seu irmão Manuel Joaquim, foi o da passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga, situada no caminho entre Sorocaba e Curitiba. Este contrato era válido para o triênio de 1772 a 1774. Depois, sozinho, Joaquim Manuel arremataria dois contratos da passagem do Cubatão em Santos e Mogi do Pilar (1778-1780 e 1784-1786). A mãe de Joaquim Manuel possuía vínculos familiares com gente ligada aos homens de negócio de Santos e antigas famílias vicentinas. Quando seu pai André Álvares de Castro faleceu, deixara um sítio na vila de Santos.²⁶¹

Além dos laços com o comércio litorâneo, vínculos familiares ligavam Joaquim Manuel ao comércio e tributação de animais vindos do Rio Grande de São Pedro e dos Campos Gerais. Seu irmão Manuel Joaquim havia desposado a filha de Salvador de Oliveira Leme, Gertrudes Maria de Oliveira, e era cunhado de Paulino Aires de Aguirra. Paulino havia arrematado junto com Manuel de Oliveira Cardoso o contrato dos meios direitos de Curitiba no triênio de 1787 a 1789. Posteriormente, com sócios desconhecidos, arremataria o mesmo contrato entre 1793 e 1795.

De certa forma, a sociedade mercantil entre Joaquim Manuel e Joaquim José dos Santos replicava a aliança paulistana-sorocabana de Aguirra e Cardoso, indicando o estreitamento dos laços entre as famílias mercantis de serra acima. No entanto, o que

²⁶⁰ ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 61. Lisboa, 11 jul. 1792. Ofício do marquês Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁶¹ ACMSP, v. 15 e 16. LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 81. BORREGO, *A teia mercantil*, op. cit., p. 150, 192 (nota 419), 281 (nota 625).

destoava desta “pureza” paulista era o casamento de Joaquim Manuel com a filha de Manuel de Araújo Gomes, no qual aquele recebera 8:000\$000 réis como polpudo dote. Pode-se cogitar que, após a morte do irmão de Gomes em 1789, o casamento de Joaquim Manuel tornara-se uma abertura ainda possível aos interesses do negociante fluminense nos contratos dos meios diretos pelos quais lutara nas duas décadas anteriores. Em todo caso, seria uma estratégia de curto prazo, devido à morte de Joaquim Manuel em 1794, encerrando de vez as pretensões de Manuel de Araújo Gomes na capitania paulista.²⁶²

Joaquim José dos Santos (1746/50-1820/28), por sua vez, afigurava-se como um representante seleta da elite paulistana. Filho do negociante de origem reinol estabelecido em São Paulo, Lopo dos Santos Serra, teria uma longa carreira nos órgãos locais: primeiro capitão e sargento-mor das ordenanças da cidade de São Paulo, depois almotacé (1770), vereador (1775, 1777 e 1778) e juiz ordinário (1788) na câmara paulistana e até mesmo fiscal da Casa de Fundição. Em 1797, seria nomeado coronel do regimento da infantaria miliciana de Paranaguá. Na lista nominativa de 1798, consta que Joaquim vivia do “negócio de escravos que manda vir do Rio e vila de Santos para os vender na vila de Itu e de açúcar que na dita vila compra para remeter para Lisboa”. Com 18 escravos próprios, era um dos quatro traficantes de escravos que negociavam na cidade de São Paulo naquele período. Ele casou-se com Antonia Joaquina Mendes da Silva, filha do rico Francisco Pereira Mendes, a primeira fortuna paulistana no recenseamento de 1765. Através deste casamento Joaquim José tornou-se cunhado de Manuel Antonio de Araújo, casado em segundas núpcias com outra filha de Francisco Pereira. Além disso, era irmão de Francisco Xavier dos Santos, tesoureiro-geral da Junta da Fazenda de São Paulo e cunhado dos contratadores José Vaz de Carvalho e Manuel Antonio de Araújo, irmão de Manuel de Araújo Gomes.²⁶³

Entre 1790 e 1792, Joaquim Manuel e Joaquim José dos Santos arremataram quatro contratos em conjunto e de uma forma bastante fechada, pois não realizaram sociedade com outros negociantes. Adquiriram o contrato dos novos impostos (1790-

²⁶² AESP, ordem 562, cx. 85, fl. 20. Inventário de Manuel Antonio de Araújo (1789).

²⁶³ As datas de nascimento e morte de Joaquim José dos Santos são bastante díspares. Não foi possível verificar a origem geográfica da esposa de Joaquim. LEONZO, *Defesa militar e controle social...*, op. cit., p. 190. ACMSP, v. 15, 16 e 17. *Gen. Paul.*, v. 8, p. 171. AESP, Maços de População, São Paulo (1798), fl. 9. ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Rede de casamentos de negociantes de São Paulo. In: Seminário de História do Açúcar, 2., 2007, Itu, *Anais...* CD-Rom, p. 373-391, ver p. 383.

1792), do subsídio literário (1790-1792), dos direitos do registro da vila de Lages (1793-1795) e o já mencionado contrato dos direitos dos animais de cima da serra (1793-1795). Todos estes contratos eram contratos novos, nos quais provavelmente os outros arrematantes não desejavam se arriscar. Além dos vínculos de parentesco, não foi possível averiguar a influência direta ou explícita de outros homens de negócio da capitania paulista, especialmente Paulino Aires de Aguirra e José Vaz de Carvalho, ou mesmo do comerciante fluminense Manuel de Araújo Gomes nos contratos arrematados por Joaquim Manuel e Joaquim José dos Santos.

Porém a despeito dos limites desta análise, importa ressaltar que a existência de múltiplas influências sobre esta sociedade mercantil apresentava-se como um campo de forças de alianças e conflitos entre as facções de homens de negócio seja da própria capitania, seja entre capitanias. Mesmo um contrato de menor importância, como o dos direitos dos animais de serra acima, agregava-se ao conjunto de forças que circundavam o eixo mercantil e fiscal do comércio de animais entre Sorocaba e Viamão. A própria Coroa, antevendo que a concorrência favorecia melhores preços nos leilões, fortalecia essas potencialidades ao agrupar no contrato dos meios direitos do registro de Curitiba contratos que poderiam ser considerados “adjacentes”. Desta forma, em 1795, procedeu-se à união dos contratos dos novos impostos da capitania, dos meios direitos dos animais criados nas fazendas do Rio Grande de São Pedro até cima da serra (o antigo contrato dos meios direitos) e dos direitos inteiros dos animais criados nas fazendas de cima da serra até o registro de Curitiba.²⁶⁴

A evolução dos direitos dos animais criados na região entre Curitiba e Viamão é exemplar a respeito da aprendizagem institucional da administração fazendária da Coroa portuguesa e dos agentes mercantis da capitania paulista, estabelecendo uma distribuição de jurisdições fiscais e de ganhos privados entre as partes envolvidas. Inicialmente, houve a expansão da própria criação de animais em áreas anteriormente sem aquela cultura. Em seguida, os contratadores dos meios direitos peticionaram o privilégio de cobrarem direitos sobre estes animais e os administradores da Casa Doadora o fazem sem renovação da mercê original. A Coroa reivindicou aos administradores a cobrança indevida e o ressarcimento dos direitos à Real Fazenda, além de criar um contrato para aquele tributo a fim de evitar problemas futuros. Uma sociedade mercantil

²⁶⁴ AHTC, cód. 4061, fl. 328-330. Lisboa, 5 out. 1795. Provisão do marquês de Ponte de Lima, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

composta por dois agentes vinculados aos arrematantes dos meios direitos dispersos entre Sorocaba, São Paulo e Rio de Janeiro iria adquirir este novo contrato. Por fim, após esta experiência inicial, a Coroa decide agrupar este contrato ao dos meios direitos.

* * *

Entre 1786 e 1804, o contrato dos meios direitos de Curitiba manteve-se nas mãos de negociantes paulistas de forma contínua, destacando-se principalmente os nomes de Paulino Aires de Aguirra, entre 1786 e 1798, e de José Vaz de Carvalho, entre 1795 e 1804. Cabe averiguar as razões deste êxito, seja com relação aos contratadores concorrentes na América portuguesa ou no reino, seja pelo retorno das arrematações para Lisboa.

O contrato dos meios direitos envolvia uma participação maior dos arrematantes lisboetas do que o contrato dos dízimos, sem os correspondentes ganhos de revenda dos ramos. Os contratadores dos meios direitos estavam envolvidos diretamente nas redes de crédito e débito dos tropeiros, seja com relação ao pagamento das dívidas fiscais, conforme estudado por Tiago Luís Gil, seja com relação ao fornecimento de crédito, sal e fazendas aos próprios viajantes. Esta forma de atuação dependia de uma supervisão mais circunstanciada das rotas mercantis, além de imobilizar por longos períodos os recursos dos contratadores conforme se depreende do comentário do governador Melo Castro e Mendonça:

Há também um contrato das passagens dos animais do sul para esta capitania que devendo ser afrontado em Lisboa na conformidade das ordens do Erário por passar de 10:000\$000 réis nunca se pôde a este respeito por em plena observância ordem do mesmo Erário, na parte em que manda administrar os contratos quando não houver quem cubra o antigo lance, porquanto há neste mesmo contrato certo mecanismo nos que o costumam arrematar e vem a ser de assistirem em Curitiba aos tropeiros com fazendas, dinheiro e sal para os animais, e além disso a esperarem por parte do dinheiro 6, 9, e 12 meses, e às vezes mais de ano, o que é muito interessante, e necessário para animar este ramo do comércio, e que por esta razão nunca pode ser administrado senão por pessoas acostumadas a girar com ele, e que tenham os precisos estabelecimentos e correspondências para esse fim (...) ²⁶⁵

²⁶⁵ Entretanto, notadas estas diferenças fica ainda por explicar as razões do envolvimento direto dos negociantes lisboetas no período anterior, especialmente entre 1723 e 1761. DI, v. 29, p. 181. São Paulo, 30 jan. 1800. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel

Ao contrário de outros contratos, como os dízimos ou a passagem de Cubatão próxima a Santos, o contrato dos meios direitos foi arrematado em Lisboa apenas em 1795 e, depois, em 1805. Entre 1786 e 1804, o contrato seria leiloado cinco vezes pela Junta da Fazenda paulista. O caso é ainda mais curioso quando se nota que o contrato dos meios direitos estava incluso entre os que deveriam ser arrematados em Lisboa a partir de 1790. A despeito da ordem, dois anos depois a própria Coroa recomendava e aprovava a arrematação do contrato pela Junta da Fazenda de São Paulo a Paulino Aires de Aguirra e seus sócios.²⁶⁶ A manutenção deste contrato na capitania até 1795 parece ter sido uma solução indesejada pelo Erário Régio. A ausência de contratadores portugueses interessados, bem como de outras capitanias da América portuguesa, foi a maior causa para esta conduta. Quando Paulino adquiriu o contrato, não havia quem afrontasse seus lances. Além dos fatores citados acima, a dificuldade da cobrança dos direitos, o extenso conhecimento das condições locais pelos contratadores paulistas e o tráfico incerto dos animais, ocasionando uma alta variabilidade nos ganhos, devem ter afastado os negociantes de Lisboa na década de 1790. Prova disso é que mesmo no leilão realizado em Lisboa pelo Erário em 1795, o contrato acabou sendo adquirido pelos paulistas.²⁶⁷ Com relação à elevada variação do negócio de animais, considerando-se o período de 1793 a 1801, houve altos e baixos no número total de animais conduzidos pelo registro de Curitiba. As variações face ao ano anterior foram as seguintes: 1794 (+50%), 1795 (+24%), 1796 (-54%), 1797 (+73%), 1798 (+90%), 1801 (-38%, com relação ao valor de 1798) (TABELA V.10).

de Melo Castro e Mendonça, ao secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

²⁶⁶ ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 187-188. Lisboa, 16 mai. 1792. Provisão do marquês de Ponte de Lima, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁶⁷ ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 34-34v. Lisboa, 20 mar. 1795. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira, presidente do Real Erário, à Junta da Fazenda de São Paulo.

Tabela V.10. Animais entrados no registro de Curitiba, 1734-1801

	1734/49	1751	1765	1766	1767	1769	1770	1771	1779/80*
Gado	39	520	-	2.610	1.958	2.174	2.337	2.437	5.720
Cavalos	786	6.559	252	1.731	1.505	5.617	5.174	5.404	2.365
Muare	270	2.380	1.848	1.162	1.430	1.912	2.140	3.074	6.330
Éguas	11	43	24	495	177	67	-	-	
Total	1.106	9.502	2.124	5.998	5.069	9.770	9.651	10.915	14.415
1751=100	12	100	22	63	53	103	102	115	152

	1780/81*	1781/82*	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1801
Gado	6.486	8.476	1.886	3.492	3.063	1.662	4.485	6.654	4.584
Cavalos	2.584	3.079	2.214	3.100	2.817	1.606	2.971	4.037	2.148
Muare	5.875	4.223	3.860	5.380	8.983	3.610	4.465	11.948	7.010
Éguas		-	-	-	-	-	-	-	248
Total	14.945	15.778	7.960	11.972	14.863	6.878	11.921	22.639	13.990
1751=100	157	166	84	126	156	72	125	238	147

Notas

(*) Valores do registro de Sorocaba, que apresentavam cifras mais elevadas do que o registro de Curitiba devido à criação de animais entre os dois postos fiscais.

1734-1749: valores médios. 1765: estimativa com base nos valores do mês de dezembro. 1766: estimativa com base nos valores dos meses de janeiro a setembro.

Fontes

1734-1782: MARCONDES; SUPRINYAK, Movimentação de tropas no centro-sul da colônia, *op. cit.*

1793-1798: Mapa dos animais que entraram nesta capitania de São Paulo pelo registro de Curitiba vindos do continente do sul nos dois triênios, que principiaram em janeiro de 1793, e findaram em dezembro de 1798. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, p. 247.

1801: ANRJ, cód. 111, fl. 111. "Mapa comparativo da Importação, e Exportação da Capitania de São Paulo no ano de 1801".

Nem por isso a Coroa deu-se por satisfeita, procurando a todo custo centralizar as arrematações na capital do império. Novamente, em 1799, tentou-se leiloar o contrato em Lisboa. No entanto, não se conseguiu arrematar os meios direitos no Erário Régio pela inexistência de lances suficientemente elevados que cobrissem o preço do contrato anterior. A expectativa de novos conflitos entre os impérios ibéricos no Prata desencadeou perspectivas de prejuízo no contrato dos meios direitos, afastando os prováveis contratadores. Assim, o contrato foi posto sob administração direta da Real Fazenda.²⁶⁸ Os temores provaram-se certos. De fato, entre 1798 e 1801, houve uma redução em 38% no número total de animais conduzidos pelo registro de Curitiba. A maior queda foi na quantidade de cavalos tributados (-46%), seguido dos muares (-41%) e do gado (-31%) (TABELA V.10).

No entanto, em um segundo momento, a falta de lançadores em Lisboa mostrou-se como uma oportunidade aos arrematantes paulistas, mesmo sob as condições adversas dos conflitos bélicos. Assim, a Junta da Fazenda paulista conseguiu realizar os leilões de arrematação do contrato dos meios direitos por dois triênios consecutivos (1799-1801 e 1802-1804). Os contratadores de São Paulo, por sua vez, pagaram valores bastante baixos alegando “os temores da guerra declarada com Espanha, que havia de transtornar o comércio do sul”.²⁶⁹ O valor pago para o triênio de 1799 era o mesmo de 1795 (34:000\$000 réis). Em 1801, pagou-se apenas um conto (1:000\$000 réis) a mais do que o preço do contrato em 1795. É verdade também que, ao contrário do pressupunha a Coroa, não houve grande acréscimo no volume de animais transportados. Em 1801, o número total de animais passados no registro de Curitiba era ligeiramente inferior à quantidade observada seis anos antes (TABELA V.10).

Ainda que as expectativas fossem ruins, o conflito entre Portugal e Espanha pouco durou: apenas quatro meses, encerrando-se ainda em junho de 1801 com a assinatura do Tratado de Badajoz. Ao término do contrato dos meios direitos do triênio de 1801 a 1803, as autoridades do Erário Régio procuraram mais uma vez conduzir a arrematação para Lisboa, declarando expressamente que ela só ocorreria “com a condição de serem arrematados [os contratos dos meios direitos e dos novos impostos] nesta corte”. A Junta da Fazenda resistiu o quanto pode aos intentos centralizadores.

²⁶⁸ ANRJ, cód. 446, v. 5, fl. 56. Lisboa, 25 abr. 1799. Ofício do marquês de Ponte de Lima à Junta da Fazenda de São Paulo.

²⁶⁹ AHTC, cód. 4062, fl. 77-78. Lisboa, 14 ago. 1804. Ofício da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa ao príncipe regente d. João.

Seis meses antes, a junta leiloara pela última vez o contrato dos meios direitos por apenas um ano a José Vaz de Carvalho. Também procurou atrasar o leilão em Lisboa ao postergar o envio das condições dos contratos. A demora foi tamanha que o Erário Régio cogitou colocar o tributo sob administração direta em 1805, iniciando o triênio apenas no ano seguinte. A despeito do sucesso parcial destas medidas, nota-se o quanto a junta tomara para si a defesa dos interesses dos contratadores paulistas na questão dos meios direitos. A Coroa, por sua vez, tanto desejava proceder a estas arrematações na capital que até incorria em prejuízo ao aceitar lances baixos de uma sociedade mercantil encabeçada por José Diogo de Bastos, que oferecera apenas 36:000\$000 réis pelo contrato do triênio de 1805 a 1807. A medida parecia irracional até mesmo aos contadores do Erário Régio, que alertaram o rei sobre o prejuízo deste negócio.²⁷⁰

²⁷⁰ AHTC, cód. 4062, fl. 77-78. Lisboa, 14 ago. 1804. Ofício da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental, e Ásia Portuguesa ao príncipe regente d. João. AHTC, cód. 4061, fl. 493-494. Lisboa, 4 set. 1804. Provisão de Luís de Vasconcelos e Sousa, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.

4. Considerações finais

Como observado neste capítulo, nota-se um aprofundamento da dinâmica mercantil na capitania de São Paulo na última década do século XVIII, perceptível pelo grande crescimento do tráfico marítimo quando comparado aos períodos anteriores. Houve uma maior integração com Lisboa e o Rio de Janeiro, mas também foram revigorados os laços econômicos com as antigas regiões auríferas e com os campos meridionais. Em São Paulo e Santos, a renovação dos agentes mercantis ocorreria antes, já nos primeiros anos da década de 1780, quando já não existiam mais os comerciantes enriquecidos no trato com as minas auríferas. O ouro branco do açúcar transportado nos navios, galeras e bergantins era a parte mais reluzente deste crescimento, mas não a mais verdadeira. O comércio interno de animais ainda constituía o grosso das trocas ao início do século XIX, aspecto ressaltado pelo maior volume de mercadorias conduzido pelos registros terrestres do que pelos portos marítimos.

À primeira vista, a bonança paulista enquadrava-se bem nas novas reformas do império, em uma visão harmônica, luminosa e congruente dos interesses do reino e dos domínios. No entanto, quando se observam as transformações na fiscalidade da capitania, a riqueza incitava a cobiça e suscitava disputas em torno da sua apropriação. A arquitetura institucional pombalina a favorecer os contratadores e a administração fazendária da capitania tornara-se um empecilho ao progresso do império. Como na época do Conselho Ultramarino, os contratos interessavam também aos reinóis, assim como as rotas comerciais antigas e novas que conectavam São Paulo ao Rio da Prata e a Angola. Por sua vez, os projetos para um império renovado tinham custos. Sob as agruras financeiras crescentes da velha Europa contra os franceses, a Coroa não desejava perder os ganhos fiscais com o contrato do estanco do sal, tampouco podia arcar com os gastos dos estudos científicos e naturalistas dos colonos. A defesa teórica da tributação moderada não significava uma desoneração fiscal na prática administrativa. Assim, se observadas as dimensões mercantis das reformas pretendidas pela “geração de 1790”, houve certamente abertura aos colonos com o concomitante crescimento econômico. No entanto, uma visão mais lúgubre surge quando analisadas as novas diretrizes fiscais. Neste aspecto, em especial no tocante à arrematação dos contratos, a perspectiva foi mais próxima a uma retração das portas anteriormente

abertas de acumulação fiscal. Esta nova configuração trazia tensões à conservação das posições estabelecidas no plano regional na capitania.

Por sua vez, a concepção, condução e implementação das reformas traziam novos campos de atuação para os poderes locais e regional, bem como alteravam os interesses pré-existentes, a exemplo do abastecimento do sal. As reformas de cunho liberal, como a abolição de monopólios, pouco tinham de naturais ou automáticas e raramente conduziam a mercados auto-regulados, tal como conhecemos hoje. O caso do comércio do sal aponta a existência de sistemas mistos com mercados regulados, sistemas estatais de redistribuição e um mercado auto-regulado marginal dominado pelos negociantes. Assim, na construção de novas instituições econômicas, a indefinição de jurisdições entre a governança local e regional produzia um campo de poder com suas respectivas alianças e conflitos, sujeito à influência de diversos grupos de interesse da capitania. Por outro lado, no cálculo dos poderes institucionalizados era preciso construir estratégias que articulassem simultaneamente as bases sociais de seu apoio político-econômico com a expansão de sua jurisdição. Não raro, as instituições também podiam atuar como filtros de interesses explícitos e escusos da capitania, mas não se pode dizer que houvesse um único setor ou localidade privilegiado nestas políticas.

Quanto aos processos de negociação fiscal envolvendo os poderes locais, foram estudados os casos da abolição do contrato do sal e da instauração da contribuição literária. A extensão da cobrança generalizada dos cruzados do sal, para compensar financeiramente a Coroa pela perda do contrato do sal, e a implementação da contribuição literária suscitaram sentimentos de injustiça fiscal entre os vassalos paulistas, que veicularam suas insatisfações por intermédio das câmaras. Em um processo duplo, as câmaras precisavam negociar novos tributos ou alíquotas com produtores, criadores e comerciantes das vilas, que também apontavam indiretamente suas insatisfações à Coroa. Assim, as reformas imperiais carregavam contradições, uma vez que as pulsões extrativas da Coroa eram contestadas pelos interesses materiais locais na defesa da produção e do comércio, eles mesmos estimulados pelas novas políticas de crescimento econômico.

Ao expressarem um sentimento generalizado de repúdio aos novos tributos, denúncia do excessivo peso fiscal e insatisfação com a falta de retorno dos impostos já criados, as câmaras produziram um novo discurso que empregava argumentos de cunho

mais econômico do que jurídico. A exemplo da produção memorialista, a nascente economia política tornava-se uma arma para a defesa dos interesses dos colonos. Ademais, o “horror” aos tributos, como dizia fr. Gaspar da Madre de Deus, estimulava certa tendência liberal nos súditos paulistas. Por outro lado, muitos argumentos apresentados pelas câmaras retomavam antigas representações de governo, que se podia denominar de pré-estadualistas, buscando restaurar uma utópica ordem “perdida” na qual o soberano atuava de maneira paternalista com os diferentes povos da monarquia. Esta argumentação vinculava-se ainda ao saber jurídico, e até mesmo teológico, para fundamentar as relações fiscais entre o rei e seus vassallos. Para os edis, os direitos historicamente conquistados pelas câmaras deveriam ser preservados, inclusive, por exemplo, a isenção tributária quanto à cobrança dos cruzados do sal. Para a Coroa, seguindo os moldes absolutistas, cabia derrubar privilégios locais e estabelecer um grau mínimo de isonomia fiscal. Assim, apenas ao final do século, esgotam-se as últimas tentativas das câmaras de sensibilizar a Coroa com argumentos fundados sobre a antiga cultura fiscal de caráter consensual. Desta forma, os sentimentos de injustiça fiscal dos vassallos paulistas eram expressos na antiga linguagem jurídico-teológica e na nova linguagem da economia política.

No plano institucional, as tendências apontavam para o declínio completo dos espaços de negociação fiscal, bem como no esfacelamento derradeiro da ideia de imposto justo. As próprias câmaras, salvo Taubaté, eram incapazes de articular sua defesa de forma ampla e coletiva para além do limitado plano local. O Conselho Ultramarino, por sua vez, mostrava-se inoperante nesta matéria, aquiescendo os direitos da Coroa em exigir tributos. Na dimensão regional de poder, a Junta da Fazenda era surda às reclamações dos “povos”. Como mostrava o caso da contribuição literária, o governador avançara sobre as prerrogativas seculares das câmaras na definição dos meios fiscais e invalidara as reuniões com os procuradores das vilas, dois passos além do que fizera o morgado de Mateus na década de 1760. As formas de arrecadação da contribuição também deslocavam o fiel do poder a favor do governo da capitania em detrimento das câmaras.

A experiência negativa na tributação não impediu que alguns mercadores da capitania e a própria Junta da Fazenda fossem beneficiados pelo acesso a novas fontes de acumulação fiscal abertas pelos contratos dos cruzados do sal e da contribuição

literária, além do próprio comércio do sal. Com relação à elite mercantil regional, completava-se o longo processo de adensamento e congregação das elites locais pela união entre os comerciantes de serra acima com os santistas na arrematação dos novos contratos.

Conforme visto, esta expansão de novas fontes de acumulação fiscal era importante em um momento crítico do retorno das arrematações para Lisboa, motivado pelos interesses dos contratadores reinóis, pelas agruras financeiras da Coroa, pelas dificuldades das Juntas da Fazenda em cobrar dívidas contratuais e pelo notório exemplo da Inconfidência mineira. O retorno era uma solução para o esgotamento das reformas pombalinas baseada no aumento de poder da administração fazendária central e na valorização dos grupos mercantis estabelecidos em Lisboa. O exemplo de Jacinto Fernandes Bandeira indica que os interesses na expansão sobre os contratos da América Portuguesa andavam lado a lado com os negócios no transporte marítimo e no tráfico de escravos não apenas no império português, mas também no espanhol. Para obter êxito, era necessária a construção de redes informais que vinculavam os comerciantes de Lisboa aos governadores e agentes mercantis nas capitanias.

O avanço dos comerciantes lisboetas sobre os colonos variou em cada capitania e conforme os interesses pecuniários dos primeiros nos contratos da terra. A facilidade ou dificuldade dos ganhos contribuía para resultados diferentes nas distintas partes da América portuguesa. Os contratos dos dízimos eram procurados pelos reinóis especialmente pelos lucros mercantis com a revenda dos ramos. Contratos menores, de difícil cobrança ou com empate elevado de capital circulante permitiam a conservação dos contratadores residentes na colônia. No caso de São Paulo, os contratadores paulistas mantiveram seu domínio sobre os contratos dos meios direitos entre 1786 e 1804 especialmente por conta da liquidez necessária para as redes de crédito e débito com os tropeiros. No contrato dos dízimos, os arrematantes principais transferiam para os ramistas as dificuldades e custos de arrecadação, angariando os lucros líquidos obtidos com as vendas dos ramos. Apesar do sucesso dos paulistas, não foram diminutas as tentativas da Coroa de reverter o contrato para Lisboa, nem tampouco a defesa da Junta da Fazenda em preservar os interesses regionais.

Não houve solução pacífica e harmônica nos contratos efetivamente transferidos para o reino, gerando tal reordenamento múltiplos conflitos e alianças entre os poderes

privados e públicos nos dois lados do Atlântico. A situação tornava-se ainda mais complexa com os avanços e recuos das tentativas de reforma da arrecadação por contratos empreendidas pela Coroa. No caso dos dízimos, foram apresentados três encaminhamentos possíveis: a administração direta, a arrematação em ramos e a arrematação em massa sob um único contrato. De forma geral, o Estado buscava transferir para si os ganhos auferidos pelos arrematantes principais com a revenda dos ramos do contrato.

Mesmo com fortes críticas aos contratadores, a alta burocracia régia era muitas vezes refém dos interesses dos capitalistas do reino nos momentos de dificuldades financeiras, especialmente na obtenção de empréstimos internos e externos. Desta forma, as necessidades de financiamento do Estado português, mais agudas a partir de 1801, barravam a reforma fiscal na América portuguesa, inclinando as ações da Coroa ao favorecimento dos comerciantes lisboetas. Na última tentativa de reforma empreendida pela Coroa, com a medida de anulação dos contratos considerados lesivos, abriu-se um novo espaço de atuação para o poder estatal regional, pois colocavam sob o controle dos governadores e das juntas a avaliação dos casos de lesão contratual. Os membros da Junta da Fazenda e o governador dividiam-se quanto à defesa dos ganhos dos contratadores de São Paulo e do reino com a revenda dos ramos, o que não impediu, ao final, um conflito acirrado entre a administração fazendária central e regional. Com as perdas para esta última e a consolidação de Lisboa como local privilegiado das arrematações, a solução paliativa seria uma aliança entre negociantes lisboetas e paulistas no contrato dos dízimos para o triênio de 1807 a 1809.

Conclusão

Vereda. Qualquer caminho estreito, pouco trilhado. (...) O adágio português diz: quem deixa o caminho real pela vereda, cuida atalhar, e rodear.

[Atalhar: impedir alguém de chegar a um lugar, rodear: colocar-se ao redor de alguém, por vezes, com cavalos ou gente armada]

Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino*

Como analisado nos capítulos anteriores, a hipótese principal sustentada por este estudo refere-se ao poder explicativo da fiscalidade colonial enquanto lócus privilegiado para a análise da construção e desenvolvimento do poder regional na América portuguesa, tomando-se o caso particular da capitania de São Paulo. Este poder seria entendido em sua dupla dimensão estatal, a construção de uma esfera regional de governo, e privada, a formação de uma elite colonial propriamente regional. Esta análise considerou aspectos informais (redes) e formais (instituições), bem como dimensões cognitivas expressas por distintas culturas fiscais. Foram privilegiados três eixos de investigação, bastante interligados: os processos de negociação fiscal, as instituições de administração fazendária e a arrematação dos contratos. Adotando-se um ponto de vista complementar e intermediário das diferentes posições no debate contemporâneo sobre o governo político na América portuguesa, a preocupação principal voltou-se para os diferentes arranjos, com conflitos e negociações, entre a Coroa portuguesa e as elites mercantis do reino e dos domínios.

Todas estas conclusões estão contidas nos limites da minha experiência e compreensão historiográfica. Seguramente existiram outros encaminhamentos possíveis para as capitanias restantes, com aspectos que não foram contemplados pelas fontes e bibliografia consultadas. E mesmo para o caso paulista, outros historiadores poderão

discordar da interpretação aqui divulgada. Não obstante tais limites, como há muito defendido por Sergio Buarque de Holanda, longe de uma irreduzível especificidade, o estudo da capitania de São Paulo é tão válido para a compreensão dos diferentes aspectos da colonização portuguesa quanto outras regiões, consideradas, muitas vezes, como mais representativas. Certamente uma interpretação geral sobre o tema deverá abranger o maior número possível de experiências, não somente uma ou outra capitania. Enquanto não se atinge tal estágio de conhecimento, espera-se ter contribuído para este caminho com algumas respostas, e outras perguntas, oferecidas pela trajetória paulista.

A primeira resposta indica como a construção do poder regional seria marcada por dificuldades e limitações na primeira metade do século XVIII. Em parte, a formação das capitanias-gerais surgiu como uma solução para os impasses do modelo político pré-estadualista face aos desafios para a ordem externa e interna colocados pelas descobertas auríferas. Se no século XVII, a colonização requer a expansão dos poderes locais, no século XVIII ela exige a expansão dos poderes regionais. Ao mesmo tempo, fortalecia-se o Conselho Ultramarino, cuja ampla atuação limitaria bastante a extensão das atividades de governo nas capitanias seja na arrematação dos contratos, seja nas práticas de negociação fiscal. Na capitania paulista, observam-se redes informais pouco densas e instituições formais sem grande poder. Assim, o poder regional era marcado por uma estruturação enfraquecida. Os processos de negociação fiscal, ainda que estabelecidos no Conselho Ultramarino, permitiram a construção de laços de fidelidade dos vassalos paulistas ao rei e à Coroa, mas também ao seu próprio território por meio da defesa dos seus interesses. Deste modo, as práticas de negociação fiscal eram um campo privilegiado para a construção real de subjetividades políticas, apenas indicadas pelo espaço territorial criado nas capitanias.

O reinado de d. José I iniciaria a construção efetiva de um paradigma absolutista no governo da América portuguesa. Construção lenta e morosa, sujeita aos interesses e conjunturas locais, bem como a antigas soluções que não haviam vingado no governo polissinodal e jurisdicionalista. Neste ponto, as capitanias foram elevadas a um espaço privilegiado na condução das novas regras do modelo. Seriam construídas configurações de poder relativamente estáveis no plano regional, com o respectivo fortalecimento das instituições estatais e das redes mercantis informais. Como já apontava o estudo pioneiro de Kenneth Maxwell, ao contrário do império espanhol, o absolutismo

português foi bastante inclusivo e aberto às elites coloniais. Assim, o fortalecimento estatal no plano regional exigia o fortalecimento de grupos sociais, reforçando-se mutuamente. Pelo lado do Estado imperial, tal processo contribuía para solidificar a legitimidade do governo português, porém como uma via de mão dupla, tornou-o também mais suscetível à expansão e ao adensamento das redes informais detidas pelas elites em transformação. A construção dos vassalos paulistas como sujeitos históricos em um plano regional foi igualmente permeada pela experiência negativa do declínio de negociação fiscal, observado no caso do novo imposto, e pela experiência positiva da arrematação dos contratos e da administração fazendária.

Desta forma, o período pombalino corresponderia a um pacto não-intencional entre o Estado imperial e as elites coloniais. Este arranjo mostrava sinais de desgaste, com resultados imprevistos para a Coroa portuguesa após a queda de Pombal, especialmente quanto à supervisão dos contratos e ao fortalecimento das elites coloniais. Cada uma delas entabulara suas relações com o governo, sem olhar para as capitanias adjacentes. No entanto, o que até então era o caminho real, pavimentado com luminosos princípios, transmutara-se em um sombrio emaranhado de veredas transitadas pelos colonos. A alteração de um destes pactos regionais era capaz de transformar todos os vínculos estabelecidos, como de fato ocorreria com o deflagrar da Inconfidência Mineira.

Na década de 1790, a nova arquitetura institucional para a reestruturação do modelo absolutista distanciava-se dos ventos aparentemente liberais presentes nos projetos econômicos. No tocante à fiscalidade, as capitanias enquanto espaços de poder seriam pressionadas de alto a baixo pelo novo quadro, marcando o desenrolar das tensões entre o centro e as partes do império, renovadas em 1808 e 1820. Além de trazer insatisfações aos contratadores locais, o retorno das arrematações a Lisboa colocava em xeque os poderes conferidos às juntas da fazenda, reduzindo drasticamente o arcabouço jurisdicional formado no período pombalino. Para as elites mercantis e a administração fazendária regionais, as perdas só não seriam maiores pelo desinteresse dos arrematantes reinóis por alguns contratos e pela criação de outros campos de acumulação fiscal, mas não tão importantes quanto os contratos arrematados em Lisboa. Não apenas entre o centro e as partes do império podiam ser observadas tensões, como

também entre o governo das próprias capitanias e os poderes locais, conflitos não raro instigados pelas próprias políticas reformistas.

Os resultados para o poder regional foram mais lesivos para as autoridades estatais do que para as elites coloniais, pois estas adensaram ainda mais suas redes nas arrematações de contratos. A despeito da experiência negativa nas negociações fiscais, estas resultaram em efeitos construtivos para a formação de identidades políticas das elites regionais. Desta forma, as medidas empreendidas pela Coroa portuguesa não foram capazes de reverter o processo mais profundo de formação de elites regionais com interesses próprios, ainda que tenham sacrificado as instituições estatais no governo das capitanias. De maneira exemplar, este quadro distanciava-se das intenções fomentadas ao final do século XVIII na busca por um sistema político unificado e consolidado, que congregasse solidamente as diferentes partes da monarquia, como tanto desejava d. Rodrigo de Souza Coutinho. Ainda segundo o estadista, o governo da Real Fazenda decidia em última instância os destinos da “grandeza dos soberanos” e a “felicidade dos povos”.¹ Deve-se acrescentar que a ruína da Coroa e a insatisfação dos colonos também eram um caminho possível e bastante provável. Ainda que não conduzissem à derradeira crise, as tensões fiscais furtivamente segregavam e arruinavam a formação de interesses mútuos e harmônicos na arquitetura imperial luso-brasileira.

¹ COUTINHO, Memória sobre o melhoramento dos domínios..., *op. cit.*, p. 54.

Fontes

1. Documentos manuscritos

ARQUIVOS BRASILEIROS

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

Coleção Diversos Códices – SDH

Cód. 807: Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos (1762-1827). v. 2.

Coleção Junta da Fazenda da Província de São Paulo

Cód. 446: Provisões do Real Erário (1769-1805). 7v.

v. 1: 1769-1774 v. 5: 1798-1801

v. 3: 1782-1788 v. 6: 1802-1804

v. 4: 1789-1797 v. 7: 1805

Cód. 447: Registro de cartas e provisões régias ao Real Erário e ao Conselho da Fazenda (1769-1791). 2v.
v. 2: 1774-1791

Cód. 448: Provisões do inspetor e presidente do Real Erário (1781-1808). v. 1-14.

v. 2: 1781-1786 v. 10: 1802

v. 5: 1793-1795 v. 14: 1807

Cód. 469: Registro de avisos e ordens da Junta da Real Fazenda de São Paulo (1775-1809). 4v.

v. 1: 1775-1781 v. 3: 1803-1806

v. 2: 1798-1801 v. 4: 1807-1809

Cód. 473: Assentos e determinações da Junta da Real Fazenda de São Paulo (1801-1807). v. único.

Cód. 474: Relação dos ofícios da Junta da Real Fazenda de São Paulo ao Tribunal do Tesouro e do Erário Régio (1784-1817). v. 1-3.

v. 1: 1784-1828

v. 2: 1803-1806

v. 3: 1806-1817

Coleção Provedoria da Fazenda Real de Santos

Cód. 456: Registro de cartas e provisões régias, ordens do Real Erário, cartas do vice-rei, portarias dos governadores de Santos, requerimentos, etc à Provedoria da Fazenda Real da praça de Santos (1761-1774). v. único.

Coleção Vice-reinado

Cx. 750, pacote 1: Provedoria da Fazenda. Rio de Janeiro – Real Fazenda (1641-1832).

Cx. 486, pacote 2: Correspondência da Real Fazenda (1790-1795).

Arquivo Público do Estado de São Paulo (São Paulo)

Maços de População

São Paulo (1798). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>. Acesso em: 1º dez. 2012.

Manuscritos – Seção Colonial

Ordem 232, mc. 6 – Ofícios das câmaras de Guaratinguetá, Taubaté, Lorena, Cunha e Areias, 1721-1822.

Pasta 1

doc. 51. Guaratinguetá, 16 jan. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Guaratinguetá [ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta].

Pasta 3

doc. 15. Cunha, 15 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Cunha ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 19. Cunha, 29 jun. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Cunha ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 30. Lorena, 3 mar. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Lorena ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 34. Guaratinguetá, 21 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Guaratinguetá ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 36. Pindamonhangaba, 4 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Pindamonhangaba ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 47. Pindamonhangaba, 15 jan. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Pindamonhangaba ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

Ordem 233, cx. 7 - Câmara Municipal - Ofícios (1721-1822) - S. José, Jacareí, S. Luiz, Taubaté, Bragança, Atibaia, Mogi das Cruzes.

Pasta 2

doc. 4. Nova Bragança, 4 out. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Nova Bragança ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 8. Nova Bragança, 22 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Nova Bragança ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 9. Nova Bragança, 18 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Nova Bragança ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Pasta 3

doc. 19. São Luís do Paraitinga, 21 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Luís do Paraitinga ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 22. São Luís do Paraitinga, 9 jan. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Luís do Paraitinga ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

Pasta 4

doc. 21. Jacareí, 20 fev. 1734. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 31. Jacareí, 10 nov. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 44. Jacareí, 27 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 49. Jacareí, 23 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jacareí ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Pasta 5

doc. 18. Atibaia, 27 abr. 1793. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 26. Atibaia, 29 mai. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 35. Atibaia, 30 nov. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 36. Atibaia, 20 nov. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Atibaia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

Pasta 6

doc. 38A. Mogi das Cruzes, 8 dez. 1798. Representação dos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 48. Mogi das Cruzes, 25 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Pasta 7

doc. 46. Taubaté, 3 fev. 1801. Carta dos oficiais da câmara da vila de Taubaté ao coronel Luís Antonio Neves de Carvalho.

Ordem 235, cx. 9 - Offícios das câmaras de Mogi-mirim, Parnaíba, Campinas e capital, 1721-1822.

Pasta 1

doc. 35-A. Procurações de 14 vilas da capitania de São Paulo.

doc. 69. São Paulo, 6 abr. 1796. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

Pasta 2

doc. 2. São Paulo, 5 ago. 1797. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 7. São Paulo, 25 abr. 1798. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 15. São Paulo, 6 mar. 1799. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 17. São Paulo, 10 jan. 1800. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 20. São Paulo, 19 fev. 1800. Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 29-A. São Paulo, 1º dez. 1801. "Pauta por onde se deve cobrar a nova contribuição literária tabelada nos gêneros abaixo declarados, a qual será paga quando saírem desta capitania, ou por via de mar, ou de terra".

doc. 44. Jundiaí, 27 out. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jundiaí ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo.

doc. 45. Jundiaí, 19 mar. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jundiaí ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo.

doc. 46. Jundiaí, 4 dez. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Jundiaí ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo.

Pasta 8

doc. 19. Mogi-mirim, 20 mar. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Mogi-mirim ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

Pasta 9

doc. 35. Parnaíba, 10 jul. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Parnaíba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça

doc. 40. Parnaíba, 28 jun. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Parnaíba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Ordem 236, cx. 10 - Offícios das câmaras de Vila Bela, Santos, São Vicente, São Sebastião e Ubatuba, 1721-1822.

Pasta 1

doc. 20. Ubatuba, 16 jun. 1798. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 22. Ubatuba, 24 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 26. Ubatuba, 4 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Pasta 3

doc. 25. São Sebastião, 18 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Sebastião ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 31. São Sebastião, 1º mar. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Ubatuba ao governador da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

Pasta 5

doc. 20. São Vicente, 26 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Vicente ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Pasta 6

doc. 42 e 42A. Santos, 27 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Santos ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 45. Santos, 5 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Santos ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Ordem 237, cx. 11 – Avulsos

Pasta 2

doc. 27. Iguape, 3 set. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Iguape ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Pasta 3

doc. 31. Conceição de Itanhaém, 11 ago. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Conceição de Itanhaém ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Ordem 238, cx. 12 - Câmara Municipal - Offícios (1721-1822) - Curitiba, Príncipe, Castro, Lages, Paranaguá, Guaratuba, Antonina.

Pasta 1

doc. 10. Antonina, 5 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Antonina ao capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 17. Antonina, 31 jul. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Antonina ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta.

Pasta 4

doc. 21. S. l., s. d. “Rendimento que tem as câmaras desta comarca de Paranaguá cada um ano com o de 1732 com pouca diferença aos demais anos atrasados”.

doc. 41. Paranaguá, 14 mai. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Paranaguá ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 42. Paranaguá, 7 jul. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Paranaguá ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

doc. 50. Paranaguá, 11 jun. 1803. Carta dos oficiais da câmara da vila de Paranaguá ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

doc. 50. Paranaguá, 7 jul. 1800. “Relação dos efeitos, e mais gêneros em que desta câmara determina estabelecer tributo para a assistência dos médicos, cirurgiões, engenheiros, hidráulicos, topográficos, e contadores, que S. Alteza Real determina mandar instruir para benefício comum desta capitania, sendo que seja aprovada pelo ilmo. e exmo. sr. gal. desta capitania de São Paulo”.

Pasta 7

doc. 22. Curitiba, 26 abr. 1799. Carta dos oficiais da câmara da vila de Curitiba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

doc. 24. Curitiba, 23 set. 1800. Carta dos oficiais da câmara da vila de Curitiba ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Ordem 242, cx. 15 - Provedor da Real Fazenda - Offícios - Santos (1721-1814).

Pasta 1

doc. 53. Santos, 18 ago. 1724. Carta do provedor da Real Fazenda da capitania de São Paulo, Timóteo Corrêa de Góis, ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses.

Pasta 3

doc. 11. Benguela, 28 jun. 1791. “Lista da avença dos escravos que vão carregados na curveta Senhor dos Passos, capitão Sebastião José de Vasconcelos, que deste porto parte para o de Santos”.

Ordem 243, cx. 16 - Portarias Atos da Real Fazenda de São Paulo – Offícios do procurador da Coroa – Contadoria 1772-1822.

Pasta 1

doc. 16. São Paulo, 10 nov. 1804. Ata de sessão da Junta da Fazenda.

Ordem 244, cx. 16-A - Portarias Atos da Real Fazenda de São Paulo – Offícios do procurador da Coroa – Contadoria, 1772-1813.

Pasta 2

doc. 46-B, fl. 1-2. São Paulo, 22 set. 1801. Ata da Junta da Fazenda de São Paulo.

doc. 46-B, fl. 4-4v. São Paulo, 7 dez. 1801. Offício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes.

doc. 85. São Sebastião, 11 jan. 1802. Carta dos oficiais da câmara da vila de São Sebastião ao governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Ordem 355, cx. 105 - Offícios - Parnaíba (1770-1779).

doc. s.i. São Paulo, 25 fev. 1700. Termo do subsídio dos vinhos e aguardentes para pagamento do ouvidor-general da capitania.

Ordem 356, cx. 106 - Offícios diversos de Parnaíba, 1800-1822.

doc. s.i. São Paulo, 21 fev. 1801. Aviso da Junta da Fazenda de São Paulo.

Ordem 422, cx. 64 - Avisos, Cartas Régias e Real Erário (livros 174-177), 1801-1814.

livro 175, fl. 93. Lisboa, 12 dez. 1804. Offício do presidente do Erário Régio, Luís de Vasconcelos e Sousa, ao governador da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

livro 176, fl. 11v-14. São Paulo, 27 nov. 1805. Offício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, ao príncipe regente d. João.

Ordem 562, cx. 85 – Inventários e testamentos não-publicados.

Inventário de Manuel Antonio de Araújo (1789).

Fundação Arquivo e Memória de Santos (Santos)

Coleção Costa e Silva Sobrinho

v. 23, Escrituras, fl. 21-22. [Santos], 10 nov. 1796. “Lançamento em 10-11-1796 de um crédito a requerimento do capitão João Xavier da Costa Aguiar”.

Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Seção de Manuscritos

21, 3, 20. Ordens recebidas por Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, relativas à administração das finanças da capitania de São Paulo, 1769-1775.

fl. 111. Lisboa, 30 jun. 1774. Ofício do marquês de Pombal a Junta da Fazenda de São Paulo.

21, 3, 21. doc. 1. Livro de registro de contas das despesas realizadas na capitania de São Paulo. 1762-1768.

21, 4, 7. Correspondência do marquês do Lavradio dirigida ao morgado de Mateus, 1770-1775.

fl. 28. Rio de Janeiro, 22 ago. 1771. Carta do escrivão da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, João Carlos Corrêa Lemos, a d. Luís Antonio de Sousa.

fl. 34-35v. Rio de Janeiro, 2 jan. 1771. Carta do vice-rei marquês do Lavradio a d. Luís Antonio de Sousa.

I – 29, 18, 12. São Paulo, 24 abr. 1782. “Comportamento de Martim Lopes Lobo de Saldanha, sendo governador de São Paulo”.

I – 30, 13, 20, n. 1. Sorocaba, 24 nov. 1765. Carta de José de Almeida Leme, capitão-mor de Sorocaba, ao governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão.

II – 35, 26, 11. Lisboa, 23 jul. 1766. Ofício do conde de Oeiras ao conde de Azambuja.

Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo (São Paulo)

Coleção Alberto Lamago – Manuscritos

Col. ML, 136.22, doc. 41. Lisboa, 21 mar. 1747. Ofício de Alexandre de Gusmão ao governador de Angola.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)

Fundo Arquivo do Conselho Ultramarino

Arq. 1.2.3, Co. Ultr. v. 32, fls. 220v-223: “Cálculo da despesa anual da capitania de São Paulo (...)”. São Paulo, 16 nov. 1776.

Arq. 1.2.6, Co. Ultr. v. 32, fl. 277v-280. Lisboa, 14 out. 1761. “Pede o provedor da Fazenda Real de São Paulo, que da Provedoria de Goiás, se lhe remetam cada ano duas arrobas de ouro”.

Arq. 1.2.6, Co. Ultr. v. 32, fl. 285-288v. Lisboa, 6 out. 1764. “Sobre a representação dos oficiais da câmara da vila de Santos a respeito de não poder aquele povo contribuir para a reedificação das obras públicas desta corte”.

ARQUIVOS PORTUGUESES

Academia de Ciências de Lisboa (Lisboa)

Códices Manuscritos – Série Vermelha

Cód. 483, fl. 2-50v. “Lembranças oficiosas a respeito do pagamento das dívidas reais; e da reforma da administração da Real Fazenda. Por João Henriques de Sousa Tesoureiro-Mor do Real Erário”. S.l., [1777]. Cópia.

Cód. 483, fl. 45-45v. s.l., s.d. “Método, que El Rei dom José Primeiro de gloriosa memória mandou praticar no exercício do Erário Régio para o seu governo econômico; e para estar sempre instruído no seu real gabinete das forças, e estado do mesmo Erário. Seu autor o marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho, e Melo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino”.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (Lisboa)

Cartórios Avulsos

Cx. 84, doc. 39. “Resumo do mapa comparativo de todas as Receitas e Despesas do Real Erário, tanto ordinárias, como extraordinárias, e isto desde o ano de 1797 até o fim de 1o. Semestre de 1803”.

Cx. 116, Erário Régio, doc. 12. Contadoria Geral da África Ocidental e Bahia, 28 dez. 1799. “Relação dos rendimentos da Real Fazenda, assim contratados como administrados nas capitanias abaixo declaradas (...)”.

Cx. 116, Erário Régio, doc. 16. Lisboa, 6 fev. 1800. Ofício da Contadoria Geral da África Oriental e Bahia.

Cx. 116, Erário Régio, doc. 17. “Relação dos Contratos da América que se tem arrematado nesta Corte, e que pertencem ao expediente da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro África Ocidental, e Ásia Portuguesa”.

Cx. 116, Erário Régio, doc. 20. Contadoria do Rio de Janeiro, s.d., s. i.

Fundo Erário Régio

cód. 4044. Livro de registro de representações pertencentes à capitania do Rio de Janeiro, 1784-1800.

cód. 4049. Livro de registro das representações feitas ao Inspetor Geral do Erário Régio, 1776-1777.

cód. 4057. Livro de registro dos rendimentos da alfândega do Rio de Janeiro, 1762-1792.

cód. 4061. Livro de registro das ordens expedidas à capitania de São Paulo, 1766-1806.

cód. 4062. Livro de informações da capitania de São Paulo, 1784-1810.

cód. 4063. Livro de representações respeitantes à capitania de São Paulo, 1803-1807.

cód. 4064. Livro da Provedoria da capitania de São Paulo, 1779-1789.

cód. 4220. Livro de registro de ordens expedidas para a Bahia, 1789-1803.

Arquivo Histórico Ultramarino – Fundo Conselho Ultramarino (Lisboa)

Códices do Conselho Ultramarino

cód. 239, fl. 44v. Lisboa Ocidental, 29 mai. 1733. Consulta do Conselho Ultramarino.

cód. 239, fl. 61-61v. Lisboa Ocidental, 4 nov. 1735. Consulta do Conselho Ultramarino.

cód. 239, fl. 107. Lisboa Ocidental, 25 fev. 1743. Consulta do Conselho Ultramarino. “Sobre a conta, que dá o governador da capitania de São Paulo da oposição em que se acham o ouvidor daquela comarca e o juiz de fora da vila de Santos, e da necessidade que há de se mandarem famílias deste reino para povoação daquelas minas”.

cód. 215-216. Livros de termos de arrematação de contratos reais do Conselho Ultramarino, 1744-1792. 2v.

cód. 219-222. Livros de assentos e fianças dos contratos reais do Conselho Ultramarino, 1671-1790. 4v.

cód. 337, fl. 1-4v. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 jul. 1771. Carta do rei d. José para João Pereira Caldas, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Avulsos – Angola

cx. 75, doc. 71. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 30 dez. 1790. Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ao governador de Angola.

cx. 76, doc. 49. São Paulo de Assunção, 18 ago. 1791. Ofício de Manuel de Almeida e Vasconcelos, governador de Angola, a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

cx. 76, doc. 49. São Paulo de Assunção, 28 jun. 1791. Ofício de Manuel de Almeida e Vasconcelos, governador de Angola, a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

cx. 76, doc. 105. “Exportação de Benguela de escravos e marfim nos anos de 1791, 92 e 93”.

cx. 80, doc. 28. São Filipe de Benguela, 14 mar. 1794. Ofício de Francisco Paim de Câmara e Ornelas a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

cx. 80, doc. 64. 31 dez. 1794. “Relação dos navios que tem saído deste porto [Benguela] em todo o ano de 1794, número de escravos que têm exportado, e total importância dos reais direitos, na forma seguinte”.

cx. 81, doc. 4. São Felipe de Benguela, 20 jan. 1795. [Mapa dos escravos exportados para o Brasil por Benguela].

Avulsos – Bahia (Coleção Luísa Fonseca)

cx. 17, doc. 1952. Bahia, 29 ago. 1663. Carta dos oficiais da câmara da Bahia para Sua Majestade, sobre a junta que se fez em presença do vice-rei conde de Óbidos acerca de se diminuir a imposição dos vinhos e se extinguirem as bebidas da terra.

Avulsos – Goiás

cx. 13, doc. 818. Vila Boa, 20 dez. 1756. Carta do juiz ordinário e presidente da câmara da Vila Boa de Goiás, Brás Seixo de Brito, ao rei d. José, remetendo cópia do termo da Junta e conferência feita pelos oficiais da câmara e vogais sobre a contribuição literária na capitania de Goiás.

Avulsos – Pernambuco

cx. 11, doc. 1042. Olinda, 7 dez. 1675. Carta dos oficiais da câmara de Olinda ao príncipe regente d. Pedro sobre o recebimento da carta régia, aliviando aquela capitania de cobrança das livranças do vinho, e da ordem para formar uma junta, com presença de várias autoridades, a fim de se resolver o subsídio dos vinhos de cada convento.

Avulsos – Rio de Janeiro (Coleção Castro e Almeida)

cx. 82, doc. 19128. Rio Grande de São Pedro, 25 ago. 1755. Carta pela qual o governador do Rio de Janeiro concedeu e deu de sesmaria a Manuel de Araújo Gomes três léguas de terra.

Avulsos – São Paulo

cx. 1, doc. 39 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 50). [Santos], 9 mar. 1725. “Conta do sal que tem metido os contratadores nesta vila de Santos; rendimento, e falta desde a era de 1700, até 1724”.

cx. 1, doc. 45. S.l., 1726-27. Relação das vilas litorâneas desde o Rio Grande de São Pedro até a praça de Santos, feita pelo tenente de mestre de campo, David Marques Pereira por ordem do governador e capitão general da capitania de São Paulo, d. Rodrigo César de Meneses.

cx. 2, doc. 33. Santos, 20 nov. 1734. Carta do provedor da Fazenda da praça de Santos, Antonio Francisco Lustosa, ao rei d. João V.

cx. 2, doc. 35 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 2, D. 131). Anterior a 3 jan. 1735. Requerimento de José Godói Moreira ao rei d. João V.

cx. 3, doc. 3 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 3, D. 170). Lisboa Ocidental, 12 nov. 1740. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei d. João V sobre o limitado rendimento da Provedoria da Fazenda Real de São Paulo, depois da criação das Provedorias de Goiás e de Cuiabá.

cx. 3, doc. 9 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 5, D. 307). Lisboa, 4 fev. 1747. Consulta do Conselho Ultramarino.

cx. 4, doc. 18 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 4, D. 269). Santos, 15 out. 1753. Representação do provedor da fazenda de Santos, José Godói de Moreira, ao rei d. José I.

cx. 4, doc. 40 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 5, D. 298). Santos, 15 jun. 1757. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira, para o rei d. José I.

cx. 5, doc. 28. São Paulo, 22 fev. 1769. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

cx. 5, doc. 28. São Paulo, 22 fev. 1769. Ofício do Morgado de Mateus a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

cx. 5, doc. 35. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 mar. 1765. Ordem régia estabelecendo uma Junta da Fazenda Real na capitania de São Paulo.

cx. 6, doc. 6. São Paulo, 4 nov. 1774. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa ao marquês de Pombal e documentos anexos.

cx. 6, doc. 13 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 429). São Paulo, 7 dez. 1775. Representação da câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha.

cx. 6, doc. 13 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 429). São Paulo, 3 out. 1775. “Traslado dos autos da averiguação que se fez por Testemunhas e documentos na Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo sobre a representação que fez o Dr. Ouvidor José Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o Contrato dos Dízimos; e de se dever ressarcir à Real Fazenda dos prejuízos que padeceu e dos Lucros que lhe pertencem”.

cx. 7, doc. 8 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 9, D. 484). Ant. 9 set. 1778. Requerimento de Manuel Antonio de Araújo à rainha d. Maria I, solicitando conformação de carta de sesmaria no distrito da vila de Curitiba.

cx. 8, doc. 18 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 10, D. 499). São Paulo, 9 out. 1780. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha d. Maria I.

cx. 9, doc. 26 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 546). Ant. 26 mar. 1790. Requerimento do capitão Miguel Martins de Siqueira e Antonio Rodrigues Moreira, à rainha d. Maria I.

cx. 12, doc. 9 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 675). São Paulo, 5 mai. 1797. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, à rainha d. Maria I.

cx. 15, doc. 8 (AHU, CU_023, Cx. 17, D. 860). São Paulo, 15 jun. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, d. Rodrigo de Souza Coutinho.

cx. 17, doc. 8. São Paulo, 7 dez. 1801. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes.

cx. 18, doc. 1 (AHU_ACL_CU_023, cx. 19, D. 937). Santos, 13 jan. 1803. Representação dos comerciantes de Santos ao príncipe regente d. João.

cx. 19, doc. 3 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 20, D. 972). Santos, 10 mai. 1803. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, ao príncipe regente d. João.

cx. 21, doc. 14. Taubaté, 10 abr. 1804. Representação dos povos das vilas do norte de São Paulo, ao príncipe regente d. João.

cx. 22, doc. 5 (ou AHU-SP, cx. 17, doc. 8). São Paulo, 16 nov. 1801. “Memória sobre o meio mais fácil da Administração do Contrato do Sal por conta da Real Fazenda, na qual se expõem todas as circunstâncias necessárias fazer ver a necessidade que há de se sistemar a referida Administração na forma abaixo declarada, apresentada na Junta da Real Fazenda da capitania de São Paulo pelo Presidente desta Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça Governador e Capitão General da mesma Capitania”.

cx. 22, doc. 5. São Paulo, 5 out. 1799. Portaria do governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

cx. 22, doc. 9 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1068). Ant. 7 set. 1804. Requerimento de Manuel Rodrigues Sette, procurador do coronel João Vicente da Fonseca, ao príncipe regente d. João.

cx. 22, doc. 17 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1084). Lisboa, 31 out. 1804. Carta do ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao príncipe regente d. João.

cx. 24, doc. 2278. Santos, 8 dez. 1765. Ofício de d. Luís Antonio de Sousa para o conde de Oeiras.

cx. 26, doc. 15. São Paulo, 7 mai. 1806. Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, ao príncipe regente d. João.

cx. 27, doc. 13 (ou AHU-SP, cx. 17, doc. 17). São Sebastião, 23 nov. 1802. Carta da câmara da vila de São Sebastião ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

cx. 27, doc. 13 (ou AHU-SP, cx. 17, doc. 17). São Sebastião, 11 dez. 1802. Ofício da câmara da vila de São Sebastião ao príncipe regente d. João.

cx. 27, doc. 13 (ou AHU-SP, cx. 17, doc. 17). São Paulo, 27 nov. 1805. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, ao príncipe regente d. João.

Avulsos – São Paulo (Coleção Mendes Gouvêa)

cx. 4, doc. 491. São Paulo, 15 mai. 1725. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, a d. João V.

cx. 4, doc. 510. Santos, 30 jan. 1726. Carta do provedor da fazenda da vila de Santos, Timóteo Correia de Góis, a d. João V.

cx. 5, doc. 598. Santos, 8 jul. 1727. Carta do provedor da fazenda da vila de Santos, Timóteo Correia de Góis, a d. João V.

cx. 7, doc. 815. Santos, 20 fev. 1732. Carta do provedor da fazenda da vila de Santos, Timóteo Correia de Góis, a d. João V.

cx. 8, doc. 902. Lisboa ocidental, 27 out. 1734. Parecer do Conselho Ultramarino.

cx. 8, doc. 916. Santos, 15 ago. 1733. Carta do provedor da Fazenda Real da praça de Santos, Antonio Francisco Lustosa.

cx. 8, doc. 919. Santos, 20 ago. 1733. Carta do provedor da Fazenda Real da praça de Santos, Antonio Francisco Lustosa, enviando a d. João V a relação da receita e despesa da Fazenda Real dessa praça.

cx. 9, doc. 979. Santos, 24 fev. 1734. Relação feita pelo escrivão da Fazenda Real, José Ribeiro de Andrada, dos rendimentos da Provedoria da vila e praça de Santos, no ano de 1733.

cx. 12, doc. 1148. São Paulo, 16 ago. 1736. Carta do ouvidor-geral da comarca de São Paulo, João Rodrigues Campelo, para d. João V.

cx. 12, doc. 1152. Santos, 26 out. 1736. Carta do mestre de campo e governador da praça de Santos, João dos Santos Ala, para d. João V.

cx. 19, doc. 1831. Santos, 23 fev. 1749. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira a d. João V.

cx. 19, doc. 1922. Santa Ana das Cruzes de Mogi, 12 abr. 1751. Representação dos oficiais da câmara de Santa Ana das Cruzes de Mogi a d. José I.

cx. 20, doc. 1924. Guaratinguetá, 25 abr. 1751. Representação dos oficiais da câmara da vila de Guaratinguetá, também em nome dos das câmaras vizinhas a d. José I.

cx. 20, doc. 1957. Santos, 23 ago. 1752. Carta do provedor da Fazenda Real da praça de Santos José de Godói Moreira para d. José I.

cx. 20, doc. 1958. Santos, 23 ago. 1752. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira, a d. José I.

cx. 21, doc. 2047. Santos, 8 mai. 1755. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira para d. José I.

cx. 21, doc. 2084. Santos, 24 jul. 1756. Carta do provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godói Moreira para d. José I.

cx. 21, doc. 2767. Lisboa, 29 jul. 1777. Carta do ex-governador d. Luís Antonio de Sousa para D. Maria I.

cx. 22, doc. 2116. Santos, ca. 15 mar. 1759. Relação dos contratos pertencentes à Provedoria da Fazenda Real de Santos.

cx. 23, doc. 2172. Santos, 8 jun. 1762. Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José de Godói Moreira, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo.

cx. 23, doc. 2174. Santos, 25 jun. 1762. Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José de Godói Moreira, para o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

cx. 23, doc. 2186. Santos, 15 jun. 1757. Representação dos oficiais da câmara de Santos a d. José I.

cx. 23, doc. 2239. Santos, 4 ago. 1765. Ofícios n. 3-4 de d. Luís Antonio de Sousa para o conde de Oeiras.

cx. 24, doc. 2312. São Paulo, 4 nov. 1766. Devassa sobre furto do dinheiro do novo imposto na vila de Santos.

cx. 24, doc. 2354. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 22 mar. 1766. Carta régia de d. José.

cx. 24, doc. 2354. São Paulo, 14 nov. 1767. Ofício n.º 3 de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

cx. 24, doc. 2354. São Paulo, 20 jan. 1767. Carta circular de d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão às câmaras da capitania.

cx. 25, doc. 2367, item 4. São Paulo, 19 dez. 1767. Representação n.º 4 dos oficiais da câmara de São Paulo a d. José I.

cx. 25, doc. 2367, item 15. São Paulo, 19 dez. 1767. Representação dos oficiais da câmara de São Paulo a d. José I.

cx. 25, doc. 2371. Lisboa ocidental, 27 jul. 1725. Provisão de d. João V a Rodrigo César de Meneses.

cx. 25, doc. 2371. São Paulo, 2 jan. 1768. Ofício n. 1 de d. Luís Antonio de Sousa para o conde de Oeiras.

cx. 25, doc. 2371. S.l., s.d. “Relação do sal que tem entrado para o estanco desta vila de Santos do primeiro de Janeiro até, o último de Dezembro do presente ano de 1766 remetido dos estancos dos contratos de Pernambuco Bahia e Rio de Janeiro”.

cx. 25, doc. 2371. São Paulo, 15 mar. 1765. “Extrato do rendimento dos cruzados do sal no estanco da vila de Santos nos anos de 1763 // 1764 // 1765 // e 1766 tirado depois do exame geral, que se está fazendo para as contas do Erário”.

cx. 25, doc. 2373. São Paulo, 5 jan. 1767. Ofício n. 4 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras.

cx. 25, doc. 2419. São Paulo, 7 jul. 1768. Ofício n. 7 de d. Luís Antonio de Sousa ao conde de Oeiras.

cx. 26, doc. 2446. São Paulo, 24 fev. 1776. Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha a Martinho de Melo e Castro.

cx. 27, doc. 2522. São Paulo, 14 nov. 1770. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro.

cx. 27, doc. 2549. São Paulo, 21 jan. 1771. Ofício de d. Luís Antonio de Souza a Martinho de Melo e Castro.

cx. 28, doc. 2619. São Paulo, 20 out. 1772. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro.

cx. 30, doc. 2672. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jul. 1774. Carta de D. José I para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ordenando a criação de uma Junta de administração e arrecadação da Real Fazenda para a capitania

cx. 31, doc. 2740. São Paulo, 18 dez. 1776. Relação do Estado da Fazenda, assinada pelo secretário do governo da capitania de São Paulo, José Inácio Ribeiro Ferreira, constando de cinco ofícios enviados pelo governador e capitão-general da mesma, Martim Lopes Lobo de Saldanha, para o ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro.

cx. 31, doc. 2740. São Paulo, 4 dez. 1776. Ofício n. 3 enviado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, para o ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro sobre o estabelecimento de um registro no Rio das Canoas.

- cx. 31, doc. 2740. São Paulo, 2 jan. 1777. Certidão (cópia) do contador-geral da capitania de São Paulo, servido de escrivão da Junta da Fazenda Real, Matias José Ferreira Abreu, atestando que mandaram estabelecer no rio das Canoas um novo registro para se arrecadarem os direitos das passagens.
- cx. 32, doc. 2795. Guaratinguetá, 8 dez. 1777. Representação dos oficiais da Câmara de Guaratinguetá a d. Maria I.
- cx. 32, doc. 2819. São Paulo, 20 mar. 1778. Representação da Junta da Fazenda Real da capitania de São Paulo a d. Maria I.
- cx. 33, doc. 2894. Lisboa, 6 jul. 1774. Provisão do marquês de Pombal, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo.
- cx. 35, doc. 2942. Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha a Martinho de Melo e Castro.
- cx. 37, doc. 3077. São Paulo, 31 out. 1783. Representação da Junta da Fazenda de São Paulo à Junta da Fazenda do Rio de Janeiro.
- cx. 39, doc. 3276. Lisboa, 9 mai. 1760. Ofício do rei d. José ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, José de Godói Moreira.
- cx. 41, doc. 3387. São Paulo, 11 nov. 1794. Carta do escrivão da Junta da Fazenda Real da Capitania de São Paulo, João Vicente da Fonseca, para D. Maria I.
- cx. 41, doc. 3387. São Paulo, 18 nov. 1794. Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena para d. Maria I.
- cx. 44, doc. 3507. São Paulo, 17 out. 1797. Ofício da Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo a d. Maria I.
- cx. 45, doc. 3518. São Paulo, 31 jan. 1799. “Memória sobre a comunicação da vila de Santos com a cidade de São Paulo; assim por mar, como pelo caminho projetado por terra, e sobre o principal comércio que há com a Europa, e os portos d’América por esta via”. Autoria de Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.
- cx. 45, doc. 3518. [São Paulo], 1781. Ofício dos comerciantes da cidade de São Paulo ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha.
- cx. 45, doc. 3518. [Santos], 1781. Ofício dos negociantes e moradores da vila de Santos ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha.
- cx. 49, doc. 3861. São Paulo, 10 mai. 1800. Ofício n.º 55 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.
- cx. 49, doc. 3861. São Paulo, 13 jan. 1800. Ofício n.º 11 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.
- cx. 49, doc. 3861. São Paulo, 21 fev. 1800. Ofício n.º 48 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Souza Coutinho.
- cx. 51, doc. 3979. AHU-SP, cx. 18, doc. 1. Santos, 13 jan. 1803. Representação dos comerciantes da vila de Santos ao príncipe regente d. João.
- cx. 61, doc. 4632. S.l., Ant. 27 jan. 1807. Requerimento do capitão da 8ª companhia, João Xavier de Costa Aguiar, por seu procurador Alexandre Pereira Dinis, ao príncipe regente d. João.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa)

Habilitações da Ordem de Cristo

Francisco Xavier dos Santos - letra F, mç. 20, n. 4

José Bezerra Seixas - letra J, mç. 13, n. 6

Miguel Carlos Aires de Carvalho - letra M, mç. 30, n. 59

Habilitações do Santo Ofício

Claro Francisco Nogueira – doc. 1121

Francisco Xavier dos Santos – mç. 109, dilig. 1698

José Álvares de Mira – mç. 44, dilig. 707
José Godói Moreira – mç. 50, dilig. 797
Pedro Gomes Moreira – mç. 28, doc. 513

Junta do Comércio

Liv. 74. “Livro de lembrança das entradas e saídas das frotas portuguesas, e de outros navios para a América e Estados da Índia”. S. l., s. d. [1739-1763]. 158 fls.
Mç. 50, cx. 165-166. Licenças concedidas pela Junta de Comércio às embarcações saídas de Lisboa.
Mç. 67: Consultas, pareceres e requerimentos sobre os contratos de comércio, 1757-1832.
cx. 213. S. l., ant. 22 ago. 1791. Ofício de José Manuel Gonçalves à rainha d. Maria I.
cx. 215. Lisboa, 27 out. 1768. “Balanço das contas do contrato da pesca das baleias no Rio de Janeiro, e suas anexas (...)”.
Mç. 310, cx. 620. Registro das embarcações entradas e saídas do porto de Lisboa (1775, 1779, 1781, 1782, 1788, 1789, 1792 e 1793).

Condes de Linhares

Mç. 29, doc. 57. Post. 29 jan. 1800. Relação de todos os oficiais e praticantes de que se compõe a Contadoria Geral dos territórios da relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia portuguesa com a declaração das suas antiguidades, ciência, préstimo, actividade e efectiva assistência de cada um deles. 4 fls.
Mç. 29, doc. 71. “Resumo das receitas, e despesas do Real Erário nos trinta anos do seu estabelecimento, desde 1762 até 1791”.

Ministério das Finanças

liv. 3802, 3803 e 3804. Registro de decretos, portarias e cartas régias, 1788-1812.

liv. 3802

fl. 2. Palácio de Queluz, 6 jan. 1801. s.i.
fl. 21. Palácio de Queluz, 28 mar. 1801. “Decreto para Joaquim Pedro Quintela, e Jacinto Fernandes pagarem as letras, sacadas pelos seus correspondentes, destinadas a particulares do serviço”.
fl. 27-28. Palácio de Queluz, 18 mar. 1801. Provisão régia para o governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.
fl. 137. Palácio de Queluz, 2 out. 1801. “Decreto para pagamento de quarenta e quatro contos duzentos setenta e cinco mil trezentos setenta e quatro réis a Jacinto Fernandes Bandeira, custo do cobre que entregou no Arsenal Real do Exército”.
fl. 163. Mafra, 9 nov. 1801. “Decreto para pagamento de 9:058\$064 réis a Jacinto Fernandes Bandeira pelas despesas da nau comandada por Jaime Scarnichia”.
fl. 233-239. Palácio de Queluz, 8 fev. 1802. “Decreto para a arrematação do contrato geral do tabaco e saboarias por tempo de nove anos que hão de principiar em janeiro de 1804 e findar no último de dezembro de 1812 a Anselmo José da Cruz Sobral, Joaquim Pedro Quintela, Jacinto Fernandes Bandeira, Gerardo Vescenlau Braamcamp de Almeida Castelo Branco, João Pereira Caldas, Francisco Pedro Quintela, Antonio Francisco Machado, Antonio José Ferreira, e Jacinto Fernandes da Costa Bandeira”.
fl. 279-280. Palácio de Queluz, 23 mar. 1802. “Carta régia dirigida a Antonio Manuel de Melo e Castro, e Mendonça a respeito dos contratos dos dízimos, para ser posto a lanços, e ser decidido por pluralidade de votos, e para propor em Junta o objeto que diz respeito à suspensão do arrendamento da fazenda de Arassariguama”.

liv. 3803

fl. 14. Palácio de Queluz, 23 ago. 1802. “Decreto para pagamento do que Jacinto Fernandes Bandeira dispender na satisfação dos socorros subministrados pela Corte de Espanha aos prisioneiros durante a última guerra”.

fl. 24-25. Palácio de Queluz, 4 set. 1802. “Decreto para se pagar a Jacinto Fernandes Bandeira, Joaquim Pedro Quintela, e Antonio José Ferreira, uma letra da quantia de 663\$343 rs. procedida de despesas feitas em Sicília por Jaques Scarnichia, comandante da nau Vasco da Gama”.

fl. 39-40. Palácio de Queluz, 22 set. 1802. Carta Régia a d. Fernando José de Portugal para se proceder à arrematação dos contratos reais.

fl. 142. Palácio de Queluz, 20 abr. 1803. “Decreto ao Erário para que se entregue a Jacinto Fernandes Bandeira o valor de 4:803:846 reales de vilhon e 31 maravedis que por ajuste de conta se deve à Real Fazenda de Espanha procedendo das assistências que fez ao exército português”.

liv. 3804

fl. 36-37. Palácio de Queluz, 23 dez. 1803. Provisão do presidente do Erário Régio, Luiz de Vasconcelos e Souza.

Biblioteca da Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa (Lisboa)

Manuscritos avulsos

Mss. XVII, n. 24. “Mapa da Receita e Despesa, extraído dos livros da Tesouraria-Mor do Erário, desde 1762-01-01 a 1833-08 [24 ago. 1833]”. 6 fls.

Biblioteca do Palácio da Ajuda (Lisboa)

51-XII-9, fl. 409-410v. Madrid, 17 nov. 1786. Carta dos diretores da Companhia de Filipinas, a Jacinto Fernandes Bandeira, tocante ao negócio de negros em Buenos Aires.

51-XII-10, fl. 19-19v. Madrid, 2 jan. 1787. Carta dos diretores da Real Companhia de Filipinas, para Jacinto Fernandes Bandeira.

51-XII-10, fl. 43v. Madrid, 12 jan. 1787. Carta dos diretores da Real Companhia de Filipinas, para Jacinto Fernandes Bandeira.

54-VIII-33 (46), fl. 1-4v. S.l., post. 1786. “Discurso demonstrativo da necessidade que há de se continuar a favor do contratador do tabaco de Espanha o privilégio de preferir na fatura, e exportação dos mangotes; e da utilidade que resulta a este reino da conservação do mesmo contrato com o referido privilégio”.

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

Coleção Reservados

Cód. 10631, fl. 103. Rio de Janeiro, 25 abr. 1777. Carta do marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Coleção Pombalina

Cód. 676, fl. 4-4v. S.l., s.d. “Acusação e defesa d’El Rei d. José o 1º, e do marquês de Pombal seu ministro demonstradas, e seladas com as mesmas confissões, que os portugueses fizeram desde o ano de 1777 até ao de 1786”.

2. Documentos impressos

ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL. *Arquivo do Distrito Federal*: revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: A. J. Melo Moraes Filho, 1897. v. 4.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: diversas editoras, 1895-1990, v. 11-95.

v. 12: Bandos e portarias de Rodrigo César de Menezes.

v. 13: Bandos e portarias de Rodrigo César de Menezes.

v. 14: Correspondências diversas.

v. 15: Diversos (1766-1816).

v. 18: Avisos e cartas régias (1714-1729).

v. 19: Correspondência do capitão-general dom Luís Antonio de Sousa (1767-1770).

v. 20: Correspondência interna do governador Rodrigo César de Menezes (1721-1728).

v. 22: Bandos, regimentos e ordens dos capitães-generais conde de Sarzedas e d. Luís Mascarenhas (1732-1748).

v. 23: Correspondência do capitão-general dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão (1766-1768).

v. 24: Cartas régias e provisões (1730-1738).

v. 25: Patentes, provisões e ordens régias (1786-1796).

v. 28: Correspondência do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1778).

v. 29: Correspondência do capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1800).

v. 30: Correspondência do capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Parte II (1800-1802).

v. 31: Diversos.

v. 32: Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo César de Menezes (1721-1728).

v. 33: Bandos, ordens e portarias de d. Luís Antonio de Souza (1771-1775).

v. 34: Correspondência do capitão-general d. Luís Antonio de Souza (1772-1775).

v. 35: Correspondência do capitão-general d. Luís Antonio de Souza (1772-1775).

v. 40: Correspondência do conde de Sarzedas (1732-1736).

v. 41: Correspondência do conde de Sarzedas (1732-1736).

v. 43: Correspondência do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha (1774-1781).

v. 45: Correspondência recebida e expedida pelo general Bernardo José de Lorena, governador da capitania de São Paulo, durante o seu governo (1788-1797).

v. 46: Ofícios do general Bernardo José de Lorena aos diversos funcionários da capitania (1788-1795).

v. 50: Documentos relativos ao “bandeirismo” paulista e questões conexas (1721-1740).

v. 62: Recenseamentos (1765-1767).

v. 65: Ofícios do capitão-general d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão aos diversos funcionários da capitania (1765-1771).

v. 67: Ofícios do capitão-general d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão (morgado de Mateus) aos diversos funcionários da capitania (1766-1767).

v. 68: Ofícios do capitão-general d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão (morgado de Mateus) aos diversos funcionários da capitania (1767-1768).

v. 69: Ofícios do capitão-general d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão (morgado de Mateus) aos vice-reis e ministros (1771-1772).

v. 72: Ofícios do capitão-general d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão (morgado de Mateus) (1765-1766).

v. 73: Ofícios do capitão-general d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão (morgado de Mateus) (1765-1766).

- v. 81: Offícios do general Martim Lopes Lobo de Saldanha (governador da capitania).
- v. 84: Offícios do general Martim Lopes Lobo de Saldanha (governador da capitania) (1782-1786).
- v. 87: Offícios do capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça (governador da capitania) (1797-1801).
- v. 89: Correspondência do então governador e capitão-general de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802).
- v. 93: Offícios do general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1801-1802). Partes II e III.
- v. 94: Offícios do general Horta aos vice-reis e ministros (1802-1808).
- v. 95: Offícios do general Horta aos vice-reis e ministros (1802-1807).

ARQUIVO MUNICIPAL DE CURITIBA. *Boletim do Archivo Municipal de Curytiba*. Direção de Francisco Negrão. Curitiba: Diversas Editoras, 1906-1924.

- v. 1: Fundação da vila de Curitiba (1668-1721).
- v. 7: Fundação da vila de Curitiba (1668-1745).
- v. 9: Resoluções, ordens e provisões (1721-1733).
- v. 10: Resoluções, ordens e provisões e [sic] termos de vereanças (1721-1736).

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Actas da camara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1916-1921.

- v. 8: Atas de 1701 a 1719.
- v. 9: Atas de 1720 a 1729.
- v. 10: Atas de 1730 a 1736.
- v. 14: Atas de 1756 a 1764.
- v. 15: Atas de 1765 a 1770.
- v. 16: Atas de 1771 a 1776.
- v. 17: Atas de 1777 a 1782.
- v. 18: Atas de 1783 a 1788.
- v. 19: Atas de 1788 a 1796.
- v. 20: Atas de 1797 a 1809.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Registo geral da camara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917-1920.

- v. 3: 1661-1709.
- v. 11: 1764-1795.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: diversas editoras, 1905-1940.

- v. 27: Registro da Folha Geral do Estado do Brasil (1627).
- v. 31: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida [I]. Bahia (1613-1762).
- v. 32: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida (II). Bahia (1763-1786).
- v. 36: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida (IV). Bahia (1798-1800).
- v. 39: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida (VI). Rio de Janeiro (1616-1729).
- v. 46: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida (VII). Rio de Janeiro (1729-1747).
- v. 59: Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: diversas editoras, 1928-1952.

v. 1: Provedoria da Fazenda Real de Santos. Leis, provisões, alvarás – Cartas e ordens régias – Coleção n. 445, vols. I-XIII. Volume editado pelo Arquivo Nacional.

v. 2: Provedoria da Fazenda de Santos. I – Leis, provisões, alvarás, cartas e ordens reais. Coleção n. 445, vols. XIII-XX. II – Livro da Junta de Arrecadação da Fazenda Real. Volume editado pelo Arquivo Nacional.

v. 3: Correspondência dos Governadores-gerais: conde de Castello Melhor, conde de Atouguia, Francisco Barreto, 1648-1661.

v. 4: Correspondência dos Governadores-gerais: conde de Castello Melhor, conde de Atouguia, Francisco Barreto, 1648-1672.

v. 6: Correspondência dos Governadores-gerais: conde de Óbidos, Alexandre de Souza Freire, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. Regimento dado ao governador Roque Barreto, 1663-1677.

v. 18: Provisões, alvarás e sesmarias, 1639-1655.

v. 64: Registro do Conselho da Fazenda, 1670-1699.

v. 78: Provisões, portarias e nomeações, 1732-1733. Livro 1º de regimentos, 1548-1673.

v. 80: Livro 1º de regimentos, 1684-1725. Registro de provisões da Casa da Moeda da Bahia, 1775.

v. 93: Consultas do Conselho Ultramarino. Rio de Janeiro, 1687-1710.

v. 94: Consultas do Conselho Ultramarino. Rio de Janeiro, 1726-1756.

v. 98: Consultas do Conselho Ultramarino. Rio de Janeiro – Bahia, 1721-1725. Pernambuco e outras capitanias, 1712-1716.

Legislação

ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.). *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I*. 14. ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870.

Projeto de alvará sobre o comércio do sal nas capitanias de Pará e Maranhão (s.l., ant. 1799). In: SILVA, André Mansuy Diniz (Org.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho*. Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2, p. 66-68.

Recopilación de las Leyes de las Indias. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/ntley/LeyIndiaP.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SILVA, António Delgado da (Org.). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828-1844.

SILVA, José Justino de Andrade e (Comp.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-1859. 11v.

SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho (Comp.). *Systema ou Collecção dos Regimentos Reais*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783-1791. 6 v.

Dicionários

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8v.

COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Edusp, 1980. 2v.

POMEY, François. *Dictionnaire Royale des Langues Françoise et Latine...* Lyon: chez Antoine Molin, 1664.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana....* Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1734. Letras G-N.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la Lengua Española*. 22. ed. Disponível em: <http://buscon.rae.es/draeI/>. Acesso em: 10 out. 2011.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de um dicionário jurídico, teórico, e prático...* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825. v. 1.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. v. 3.

UNIVERSITY OF CHICAGO. Department of Romance Languages and Literatures. *Dictionnaires d'autrefois*. French dictionnaires of the 17th, 18th, 19th and 20th centuries. Disponível em: <http://artfl-project.uchicago.edu/node/17>. Acesso em: 22 mar. 2012.

Genealogias e recenseamentos

COUTINHO, Adolfo Tavares. *Castelonenses ilustres*. Vale de Cambra: Ed. do autor, 2010. v. 7.

FAGUNDES, Joaquim Roberto. Casamentos da matriz da vila de Cunha: 1778-1803. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, v. 10, p. 1-38, 2004. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/publicac/biblioteca/CasamentosViladeCunha.pdf>.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva e. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat, 1903-1905. 9v.

RICHA, Lênio Luiz. Estado de São Paulo: os títulos perdidos. Disponível em: http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptfreitas.htm. Acesso em: 3 abr. 2012.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. S. Paulo: Typographia Piratininga, 1922. v. 3, p. 5-88 [censo da vila de Santos, 1765]

Escritos políticos e jurídicos

AFRICANO, António de Freitas. *Primores políticos e regalias do nosso rei (1641)*. Lisboa: Instituto de História do Direito e do Pensamento Político, 2005.

AMZALAK, Moses Bensabat (Ed.). *Frei Pantaleão Rodrigues Pacheco e o seu "Tratado da justa exacção do tributo"*. Lisboa: s.ed., 1957.

FREIRE, Pascoal de Mello. Instituições de direito civil e criminal português (1789). In: *Antologia de textos sobre finanças e economia*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais, 1966. (Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, 40).

FREIRE, Pascoal de Melo. Resposta que deu o desembargador Pascoal José de Melo Freire dos Reis às censuras, que sobre o seu plano do novo código de direito público de Portugal fez, e apresentou na Junta da Revisão o dr. Antonio Ribeiro dos Santos. In: *Notas ao plano do novo código de direito público de Portugal, do dr. Pascoal José de Melo, feitas e apresentadas na Junta da Censura e Revisão pelo dr. Antonio Ribeiro em 1789*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1844. p. 62-100.

SAMPAIO, Francisco Coelho de Souza e. *Preleções de direito pátrio particular, oferecidas ao sereníssimo senhor d. João príncipe do Brasil, e compostas por...* 3a. parte. Em que trata do livro segundo das Ord. Filipinas pelo método sintético compedioso demonstrativo. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1794.

Memórias e escritos econômicos

ABREU, Manoel Cardoso de. Divertimento admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso (1783). In: CLETO, Marcelino Pereira et alii. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977. (Coleção paulística, v. 1), p. 53-87.

CLETO, Marcelino Pereira. Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la (25 out. 1782). In: *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado, 1977. (Coleção Paulística, 1). p. 11-52.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias oferecido ao sereníssimo príncipe do Brasil nosso senhor e publicado de ordem da Academia Real das Ciências pelo seu sócio José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho*. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1794.

COUTINHO, Rodrigo de Souza. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798). In: SILVA, André Mansuy Diniz (Org.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho*. Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2, p. 47-66.

COUTINHO, Rodrigo de Souza. Representação ao príncipe regente sobre o alvará para a abolição dos contratos do sal e da pescaria da baleia (S.l., 6 ago. 1798). In: SILVA, André Mansuy Diniz (Org.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho*. Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2, p. 68-69.

SERRÃO, Joel (Ed.). *Domingos Vandelli*. Aritmética política, economia e finanças. Lisboa: Banco de Portugal, 1994. (Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8).

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias. In: *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790. v. 2, p. 388-41.

SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e coisas mais notáveis da capitania de Goiás (1812). RIHGB, 2. sér., v. 5, n. 16.

MENDONÇA, Antônio Manoel de Mello Castro e. Memória econômico-política da capitania de S. Paulo. 1ª parte. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, p. 81-247, 1961.

Correspondência

ALMEIDA, M. Lopes de. *Uma carta de Fr. Gaspar da Madre de Deus*. Coimbra: Coimbra Editora, 1952. (Separata de "Biblos", v. 28).

LISANTI FILHO, Luís (Ed.). *Negócios coloniais* (uma correspondência comercial do século XVIII). Brasília; São Paulo: Ministério da Fazenda; Visão Editorial, 1973. 5v.

Ofícios do conde de Resende. Rio de Janeiro, 12 mai. 1797, 25 e 29 nov. 1800. In: *Ofícios dos vice-reis do Brasil (1763-1808)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1970. v. 2.

Ofício de Luís da Cunha Meneses à rainha d. Maria I. Vila Rica, 19 abr. 1784. In: APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil Colonial: a administração de Luís da Cunha Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788)*. Dissertação (Mestrado em História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1998. p. 384-386.

Ofício de Luís da Cunha Meneses a Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 6 mar. 1788. In: APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil Colonial: a administração de Luís da Cunha Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788)*. Dissertação (Mestrado em História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1998. p. 430.

Ofício de Luís Pinto de Souza a d. João de Almeida. S.l., 24 mar. 1798. In: SORIANO, Simão José da Luz. *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*. 1ª época. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 192.

Ofício do marquês do Lavradio ao brigadeiro José Custódio. Rio de Janeiro, 6 nov. 1772. In: D'ALMEIDA, d. José. *Vice-Reinado de D. Luiz D'Almeida Portugal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Brasiliense, 214). p. 170.

Outros documentos impressos

AZEVEDO, Pedro de. Notas de um agente da polícia do marquês de Pombal. *Boletim da segunda classe*, Academia de Ciências de Lisboa, Coimbra, v. 6, 1921-1922, p. 474-571.

COELHO, João José Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais. RIHGB, v. 15, 3ª sér., 1852, p. 257-476.

DUMOURIEZ, Charles-François. *État présent du royaume de Portugal, en l'année MDCCLXVI*. Lausanne: François Grasset & Comp., 1775.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas chilenas*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

FREIRE, Antonio de Oliveira. *Descrição corográfica do reino de Portugal...* Lisboa Ocidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.

Instituição da Companhia Geral de Pernambuco, e Paraíba. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1759.

Instituição da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1755.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 25).

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. v. 1.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Erário Régio no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Serviço de Documentação, 1968.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a história do município de Lisboa*. v. 16. Lisboa: Typographia Universal, 1908.

RAU, Virgínia; SILVA, Maria Fernandes Gomes da Silva (Eds.). *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1956. 2v.

Relação da viagem, que fez o conde de Azambuja, d. Antonio Rolim, da cidade de São Paulo para vila de Cuiabá em 1751. RIHGB, v. 7, p. 469-697, 1866.

Rendimento da dízima da alfândega do Rio de Janeiro, 1757-1761. RIHGB, v. 65, parte I, p. 92, 115.

SALGADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (Eds.). *Livro 1º do governo do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de História e Documentação Diplomática/Ministério de Relações Exteriores, 2001.

SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memoria Historica Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu município*. 3. ed. (1. ed., 1850). Curitiba: Secção de História do Museu Paranaense, 1952. v. 1.

Termos de Junta, 1734-1753. *Publicações do Archivo Publico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 7, 1907, p. 117-234.

Voto de José da Cunha Brochado no Conselho da Fazenda sobre impostos e Corte. Lisboa, 4 dez. 1720. In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. O absolutismo de d. João V. In: *Páginas dispersas*. Estudos de história moderna de Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1995. p. 205-206.

Bibliografia

ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza: contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

AIDAR, Bruno. *A tessitura do fisco: a política ilustrada de d. Rodrigo de Souza Coutinho e a administração fiscal da capitania de São Paulo, 1797-1803*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico – Área de História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press, 1968.

_____. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: a Preliminary Study. *Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, 1963.

ALMEIDA, Aluísio de. Estradas e impostos do sul do Brasil. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 153, p. 73-83, 1952.

_____. Os caminhos do Sul e a feira de Sorocaba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, p. 96-173, 1946.

_____. Abertura da estrada São Paulo–Curitiba. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 85, p. 197-204, 1942.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. O absolutismo de d. João V. In: *Páginas dispersas*. Estudos de história moderna de Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1995. p. 183-207.

ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. *Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas Setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil Colonial: a administração de Luís da Cunha Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788)*. Dissertação (Mestrado em História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1998.

ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: direitos e tributos régios nas minas setecentistas (1730-1789)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

_____. Contratos na América Portuguesa: o reinado de d. João V. Congresso Latino-americano de História Econômica, 1., Montevideu, 2007, *Anais...* CD-Rom.

_____. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. A política tributária na periferia do império português. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 8., Campinas, 2009, *Anais...* CD-Rom.

_____. Contratos régios e contratadores da capitania de São Paulo, 1765-1808. Seminário Interno, Núcleo de Pesquisa Hermes & Clio, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 28 set. 2009. Disponível em: http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/Maria_28.09.09.pdf. Acesso em: 15 nov. 2009.

_____. José Vaz de Carvalho, contratador da capitania de São Paulo. In: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, 4., São Paulo, 2008, *Anais...* Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Araujo_Maria_Lucilia_Viveiros.pdf. Acesso: jul. 2009.

- _____. Rede de casamentos de negociantes de São Paulo. In: Seminário de História do Açúcar, 2., 2007, Itu, *Anais...* CD-Rom, p. 373-391.
- _____. Rede de negócios no registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX. In: Simpósio Nacional de História, 24., São Leopoldo, 2007, *Anais...* CD-Rom.
- ARPINI, Paula Dombkowitsch. *Do provedor à rede de sociabilidade: trajetória de Inácio Osório Vieira (1760-1798)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. O império tripolar: Portugal, Angola, Brasil. In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars (Orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009. p. 509-531.
- _____. O sentido da colônia: revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru; São Paulo; Portugal: Edusc; Ed. Unesp; Instituto Camões, 2000. (Coleção História). p. 169-187.
- _____. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.
- _____. Os reinóis na população paulista às vésperas da independência. *Oceanos*, Lisboa, v. 44, p. 22-36, 2000.
- BARROS, Henrique de Gama. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. v. 1.
- BEIK, William. The absolutism of Louis XIV as social collaboration. *Past and Present*, Oxford, n. 188, p. 195-224, 2005.
- _____. *Absolutism and Society in Seventeenth-Century France*. State Power and Provincial Aristocracy in Languedoc. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.
- _____. A administração fazendária no Brasil colonial: a Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo (1762-1808). In: Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 3., São Paulo, 1984, *Anais...*, p. 121-124.
- BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2009. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/57505>. Acesso em: 24 abr. 2012.
- _____. Une siècle de réformes dans l'administration des finances aux Amériques: rationalisation et professionalisation (XVII^e-XVIII^e siècles). In: DUBET, Anne (Coord.). *Les finances royales dans la monarchie espagnole (XVI^e-XIX^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires des Rennes, 2008. (Collection "Histoire"). p. 159-212.
- _____. De la família a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, México DF, v. 61, n. 2, p. 107-135, 1999.
- BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 343-372.
- _____. Inflexões na política imperial no reinado de d. João V. *Anais de História do Além-Mar*, Lisboa, v. 8, p. 37-56, 2007.
- _____. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Coord.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. (Estudos e investigações; 36). p. 73-97.

_____. As câmaras ultramarinas e o governo do império. In: FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 189-221.

_____. Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial. *Leituras*, Lisboa, 3ª sér., n. 6, p. 17-39, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João Luís; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, Lisboa, v. 23, p. 67-88, 2000.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002.

BLOCKMANN, Wim. Les origines des états modernes en Europe, XIII^e-XVIII^e siècles: état de la question et perspectives. In: BLOCKMANN, Wim; GENET, Jean-Pierre (Orgs.). *Visions sur le développement des États européens*. Théories et historiographies de l'État moderne. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990). Roma: École Française de Rome, 1993. p. 1-14. (Publications de l'École française de Rome, 171).

BONCIANI, Rodrigo. *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico: da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493-1615)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BORUCKI, Alex. Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 4., 2009, Curitiba, *Anais...*, p. 1-16. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/AlexBorucki.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2011.

BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. *Tempo*, Niterói, v.7, n. 13, p. 79-109, 2002.

BOSHER, J. F. *French Finances 1770-1795: From Business to Bureaucracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 31, p. 2-3, 1980.

BOXER, Charles Ralph. *Portuguese Society in the Tropics: the Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Memória Receita Federal. Administração Fazendária. *Alfândega – Santos*. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/catalogo/letraA/alfandegas/alf_s.htm. Acesso em: 27 fev. 2010.

_____. *Provedorias da Fazenda Real*. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/provedfazreal.asp>. Acesso em: 3 abr. 2012.

_____. *Juntas da Fazenda*. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/juntas_realfazenda.asp. Acesso em: 26 jun. 2009.

BRAUN, Rudolf. Taxation, Sociopolitical Structure, and State-Building: Great Britain and Brandenburg-Prussia. In: TILLY, Charles (Org.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975. p. 243-327.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009.

CÂMARA, Leandro Calbente. *Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAMPOS, Dulce de. O governo do capitão general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 117, p. 3-50, 1948.

CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767 (1972). In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Unesp; ABPHE, 2005. p. 169-202.

CARBONELL, Charles-Olivier. Les origines de l'État moderne: les traditions historiographiques françaises (1820-1990). In: BLOCKMANN, Wim; GENET, Jean-Pierre (Orgs.). *Visions sur le développement des États européens*. Théories et historiographies de l'État moderne. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990). Roma: École Française de Rome, 1993. p. 297-312. (Publications de l'École française de Rome, 171).

CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. *Tempo*, Niterói, v. 7, n. 13, p. 13-58, 2002.

_____. Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. *Nação e Defesa*, Lisboa, 2. sér., n. 87, p. 129-158, 1998.

_____. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

_____. D. Filipe III (1621-1640). Do consenso à rebelião; D. João IV (1640-1656). A luta por uma causa rebelde; D. Afonso VI (1656-1668). A "privação" do conde de Castelo Melhor. In: HESPAÑA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 401-410.

CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII* (Minas Gerais, Bahia e Pernambuco). Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

_____. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

_____. Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1808. Congresso Latinoamericano de Historia Económica, 1., Montevideu, 2007. *Anais...* Cd-rom.

_____. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. Historia Tributaria do Brasil. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 78, parte I, p. 7-283, 1915.

CELIA, Maria Isabel Basilio. *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Período Colonial. Porto Alegre: Globo, 1970. (Coleção Província).

CÉSPEDES DE CASTILLO, Guillermo. Reorganización de la Hacienda virreinal peruana en el siglo XVIII. *Anuario de Historia del Derecho Español*, Madrid, v. 23, n. 1, p. 329-369, 1953.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. O mercado colonial e as reformas ilustradas: as "vantagens comparativas". *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 92-103, 2004.

COSANDEY, Fanny; DESCIMON, Robert. *L'absolutisme en France*. Histoire et historiographie. Paris: Seuil, 2002. (L'Histoire en débats).

COSENTINO, Francisco Carlos. Governo-Geral do Estado do Brasil: governação, jurisdição e conflitos (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 401-430.

COSTA, Fernando Dores. Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII. *Análise Social*, Lisboa, v. 27, n. 116-117, p. 441-460, 1992.

_____. *Crise financeira, dívida pública e capitalistas (1796-1807)*. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia Históricas) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992.

- COSTA, Fernando Dores; OLIVAL, Fernanda. Elites económicas. In: LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Orgs.). *História económica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. v. 1, p. 323-343.
- COSTA, Grasiela Fragoso da. *A Casa da Moeda do Rio de Janeiro: a instituição e seus membros, c.1694 a c.1750*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994. Disponível em: <http://historia-demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm>. Acesso: 30 nov. 2012.
- COSTA, Wilma Peres. Revisitando a questão da centralização fiscal no século XIX. In: Congresso Latinoamericano de Historia Económica, 1., Montevideu, 2007. *Anais...* CD-Rom.
- _____. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 143-193.
- COSTA FILHO, Miguel. Engenhos e produção de açúcar em Minas Gerais. *Revista de História da Economia Brasileira*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 42-50, 1953.
- CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- DAMAS, Carlos Alberto. Os pedidos de empréstimo do Estado às casas bancárias Sir Francis Baring & Co. e Henry Hope & Co. (1797-1802). *Negócios Estrangeiros*, Lisboa, n. 14, p. 177-210, 2009.
- DI CARLO, Ricardo Felipe. *Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DIAS, Camila Baptista. *A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- ELLIS JR., Alfredo; ELLIS, Myriam. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do muar, o ciclo do açúcar*. 2. ed. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979. (Biblioteca Academia Paulista de Letras, v. 11).
- ELLIS, Myriam. Comerciantes e contratadores do passado colonial: uma hipótese de trabalho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 24, p. 97-122, 1982.
- _____. São Paulo, de capitania à província. Pontos de partida para uma história político-administrativa da capitania de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 147-191, 1975.
- _____. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- _____. *O monopólio do sal no estado do Brasil (1631-1801)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1955.
- ESCOBEDO MANSILLA, Ronald. *Control fiscal en el virreinato peruano*. El Tribunal de Cuentas. Madrid: Alhambra, 1986. p. 16.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 237-250, 2009.
- FERREIRA, Letícia dos Santos. *Amor, sacrifício e lealdade*. O donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a paz de Holanda (Bahia, 1661-1725). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- FERRO, Carolina Chaves. *Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia: um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa (1755-1757)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Tensões e rebeliões: a nobreza da terra à sombra do Novo Mundo. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, Lisboa, 2011, *Atas...*, p. 1-9.

_____. Derrama e política ilustrada em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 41, p. 5-20, 2005.

_____. Equilíbrio distante: o Leviatã dos Sete Mares e as agruras da Fazenda real na província fluminense, séculos XVII e XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 32, p. 144-175, 2004.

_____. Narrativas das rebeliões: linguagem política e ideias radicais na América Portuguesa. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 6-27, 2003.

_____. O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Diálogos oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 197-254.

_____. Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 81-95, 2000.

_____. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa* – Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1540-1761. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FONSECA, Paulo Miguel. João Rodrigues de Macedo: ações e transações através da prática epistolar do século XVIII. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 125, p. 31-55, 2008.

FONSECA, Teresa. *Absolutismo e municipalismo*. Évora 1750-1820. Lisboa: Colibri, 2002.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 11-35, 2003.

_____. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122, 2000.

FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-1840. 3 ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 49-63, 2010.

_____. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – De *O Antigo Regime nos trópicos* a *Na trama das redes*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes*: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-40.

_____. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João et alia. *Nas rotas do império*: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória; Lisboa: Edufes; ICT, 2006. p. 25-72.

FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes*: Histórias de elites no Antigo regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GAMA, José Mário. *O patrimônio da Companhia de Jesus na Capitania de São Paulo*: da formação ao confisco, 1750-1775. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*: 1500-1810. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975. (Documentos brasileiros, v. 84).

GARRIDO, Felipe de Moura. Mercadorias, negócios e negociantes nas vilas do norte nas duas últimas décadas da capitania de São Paulo (1788-1808). In: Simpósio Nacional de História, 26., São Paulo, 2011, Anais... Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300733433_ARQUIVO_artigo_versao3.pdf. Acesso em: 2 abr. 2012.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GODOY, José Eduardo Pimentel de; MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. *Tributos, obrigações e penalidades pecuniárias de Portugal Antigo*. Brasília: Escola de Administração Fazendária, 1983.

GOLDSCHIED, Rudolf. A sociological approach to problems of public finance (1925). In: MUSGRAVE, Richard A.; PEACOCK, Alan T. (Eds.). *Classics in the Theory of Public Finance*. London; New York: MacMillan; St. Martin's Press, 1967. p. 202-213.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c.1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 155-202.

_____. O impacto do terramoto de Lisboa na governação da América portuguesa. In: ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (Orgs.). *O terramoto de 1755: impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 247-255.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O rendimento da capitania das Minas Gerais no período 1795-1800: uma comparação com as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Seminário sobre a Economia Mineira, 11., Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 2004, *Anais...* Acesso em: 9 mar. 2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A032.pdf>.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PESAVENTO, Fábio. Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro colonial, 1769-1779: estudo de uma sociedade mercantil. In: Congresso Latinoamericano de Historia Económica, 1., Montevideu, 2007. *Anais...* CD-Rom.

GUIMARÃES, Vitorino. *As finanças na guerra da Restauração (1640-1658)*. Lisboa: s.ed., 1941. (Separata da "Revista Militar").

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino (1791-1850)*. 2. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HAUSBERGER, Bernd. La conquista del empleo público en la Nueva España. El comerciante gaditano Tomás Tuiz de Apodaca y sus amigos, siglo XVIII. *Historia Mexicana*, México DF, v. 56, n. 3, p. 725-778, 2007.

HERMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 5, p. 55-66, 2007.

_____. O debate acerca do Estado moderno. *Working Paper*, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, n. 1, 1999.

_____. A fazenda. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 181-213.

_____. A punição e a graça. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 213-226.

_____. O direito. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4, p. 173-176.

_____. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: colectânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 9-89.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

_____. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

ISENMANN, Eberhard. Les théories du Moyen Age et de la Renaissance sur les finances publiques. In: BONNEY, Richard (Dir.). *Systèmes économiques et finances publiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. p. 3-35.

JAGO, Charles J. Tributes and political culture in Castile, 1590-1640. In: KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey (Ed.). *Spain, Europe, and the Atlantic world: essays in honour of John H. Elliot*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 48-72.

JÁUREGUI, Luis. *La Real Hacienda de Nueva España: su administración en la época de los intendentes 1786-1821*. México D.F.: Universidad Autónoma de México, 1999.

JOYCE JR., Joseph Newcombe. *Spanish Influence of Portuguese Administration: a Study of the Conselho da Fazenda and Habsburg Brazil, 1580-1640*. Tese (Doutorado em História) – University of Southern California, Los Angeles, 1974.

KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004. (Estudos Históricos, 56).

KRIEKEN, Robert van. Norbert Elias and Process Sociology. In: RITZER, George; SMART, Barry (Eds.). *Handbook of Social Theory*. London: Sage, 2001. p. 353-367.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. The role of merchants in the economic development of São Paulo 1765-c.1850. *The Hispanic American Historical Review*, v. 60, n. 4, p. 571-592, 1980.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LEITÃO, Ruben Andresen. *A importância do fundo do Real Erário para a história do Brasil*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1972. (Subsídios para a história portuguesa, v. 11).

LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada, área de História Econômica), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LEONZO, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luís Antonio de Souza. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 30, p. 241-254, 1980/81.

_____. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

LUÍS, Washington. *Capitania de São Paulo*. Governo de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typ. Casa Garraux, 1918.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil colonial (1640-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1750. *Tempo*, v. 14, n. 27, Rio de Janeiro, p. 135-149, 2009.

MAGRO, Osmar Simões. A Legião de São Paulo e o Regimento de Infantaria nas Campanhas do Sul. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 24, p. 3-113, 1936.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2000.

MARCONDES, Renato Leite; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 47-69, 2007.

_____. Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. In: Seminário sobre Economia Mineira, 12., Diamantina, 2006, *Anais...*

MARICHAL, Carlos; SOUTO MANTECÓN, Matilde. Silver and Situated: New Spain and the Financing of the Spanish Empire in the Caribbean in the Eighteenth Century. *Hispanic American Historical Review*, v. 74, n. 4, p. 587-614, 1994.

MARIUTTI, Eduardo; DANIELI NETO, Mário; NOGUEROL, Luiz Paulo. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 15-41, 2006.

_____. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. *Penélope*, Lisboa, n. 27, p. 7-35, 2002.

MATTOS, Renato de. *Política, administração e negócios: a capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do império português (1788-1808)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 157-207.

MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. *Entre a “decadência” e o “florescimento”*: a capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MEISEL, Adolfo. *Crecimiento a traves de los subsidios: Cartagena de Indias y el situado, 1751-1810*. Cuadernos de Historia Económica y Empresarial, Centro de Estudios Económicos Regionales – Banco de la Republica, Cartagena, n. 9, abr. 2002.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

- MENDES, Denise. *A calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba (1647-1755)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas, 3).
- MEUVRET, Jean. Comment les Français du XVII^e siècle voyaient l'impôt. In: *Études d'histoire économique: recueil d'articles*. Paris: Armand Colin, 1971. (Cahiers des Annales, 32). p. 295-308.
- MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2009. (Estudos Históricos, 71).
- _____. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; CORAG, 2000.
- MONNIER, François. L'administration des finances au XVIII^e siècle. In: HAMON, Philippe *et alia*. *L'administration des finances sous l'Ancien Régime*. Colloque tenu à Bercy les 22 et 23 février 1996. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière, Ministère de l'Économie et des Finances, 1997. p. 31-42.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MONTEIRO, John Manuel. Sal, justiça social e autoridade régia. São Paulo no início do século XVIII. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 23-40, 1999.
- _____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008. (Reis de Portugal).
- _____. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 93-115.
- _____. *Elites e poder: o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- _____. Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino. *Análise Social*, Lisboa, v. 35 (157), p. 961-987, 2001.
- _____. D. Pedro II regente e rei (1688-1706). A consolidação da dinastia de Bragança; D. João V (1706-1750). O ouro, a Corte e a diplomacia. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 410-415.
- _____. Temas e problemas. In: OLIVEIRA, César (Dir.). *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates, 1996. p. 19-27.
- MOURA, Denise Soares de. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822). *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 261-290, 2005.
- NOVAIS, Fernando Antonio. O reformismo luso-brasileiro: alguns aspectos. In: *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 167-182.
- _____. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. (Thesis, 3).

- OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990.
- OLIVEIRA, Felipe Rodrigues de. *Por homens e caminhos: o contrato das entradas e o comércio nas Minas, 1762-1789*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- OSTONI, Marco. *Il tesoro del Re*. Uomini e istituzioni della finanza pubblica milanese fra Cinquecento e Seicento. Napoli: Istituto Italiano per Gli Studi Filosofici, 2010. (Ricerche di Storia Economica, 10).
- PAIXÃO, Judite Cavaleiro; CARDOSO, Cristina. *Do Erário Régio ao Tribunal de Contas: os presidentes*. Lisboa: Tribunal de Contas, 1999.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. Costs and Financial Trends in the Portuguese Empire, 1415-1822. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Ed.). *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 49-87.
- _____. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Tese (Doutoramento em Sociologia e Economia Históricas) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.
- PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. (Série Teses).
- PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- PETRONE, Maria Thereza Schörrer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Nacional, 1976. (Coleção Brasileira, 361).
- _____. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968.
- _____. Considerações sobre a tributação do açúcar e da aguardente paulista (1765-1851). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 5, p. 23-30, 1968.
- PEZZOLO, Luciano. La storiografia più recente sulla finanza italiana della prima età moderna: gli studi sulla fiscalità. *Rivista di Storia Finanziaria*, Napoli, v. 10, p. 33-77, 2003.
- PIZA, Antonio de Toledo. *Chronicas dos tempos coloniaes. O militarismo em São Paulo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 4, p. 296-320, 1899.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PONCE LEIVA, Pilar; AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio de poder em la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, v. 34, p. 15-42, 2008.
- POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- _____. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo (1935). In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. p. 93-110.

PUNTONI, Pedro. "Como coração no meio do corpo": Salvador, capital do Estado do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 371-387.

_____. Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 68, p. 107-126, 2004.

_____. O conchavo da farinha: espacialização do sistema econômico e o Governo Geral na Bahia do século XVII. In: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, 2., São Paulo, 2008, *Anais...*

_____. O Estado do Brasil: poderes médios e administração na periferia do Império Português. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão. (Org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru; São Paulo: Edusc; Fapesp, 2001. p. 251-269.

_____. O governo-geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720). In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars (Orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009. p. 39-73.

PUNTSCHART, William. *Negócios e negociantes paulistas: 1808-1822*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RABELO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980.

RIBEIRO, Mônica da Silva. "*Se faz preciso misturar o agro com o doce*": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. "*Razão de Estado*" e administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 1.

RODRIGUES, José Wasth. *Tropas paulistas de outrora*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Paulística, 10).

RUIGÓMEZ GÓMEZ, Carmen; RAMOS GÓMEZ, Luis. Rivalidades en la Junta de Real Hacienda de Quito ante la elaboración del quinquenio de 1727 a 1731. *Boletín Americanista*, Barcelona, v. 59, p. 239-264, 2009.

RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. Logiques et espaces de la négociation fiscale dans la monarchie espagnole (XVIe-XVIIe siècles). In: DUBET, Anne (Coord.). *Les finances royales dans la monarchie espagnole (XVIe-XIXe siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006. p. 245-257.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998. v. 3, p. 169-192.

SABATINI, Gaetano. La fiscalità d'Antico Regime tra assolutismo regio e processi di negoziazione. Il caso di Napoli spagnola (secc. XVI-XVII). *Illes i Imperis*, Barcelona, v. 13, p. 27-49, 2010.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985. (Publicações históricas, v. 86).

SANCHEZ BELLA, Ismael. *La organización financiera de las Indias (siglo XVI)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1968.

SANTOS, Catarina Madeira. Os refluxos do império, numa época de crise. A câmara de Lisboa, a armadas da Índia e as armadas do Brasil: quatro tempos e uma interrogação (c. 1600-1640). *Anais de História do Além-Mar*, Lisboa, v. 7, p. 81-105, 2006.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. (Brasiliense, 379).

_____. Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 186, p. 145-162, 1974.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAVAGE, Mike. Space, networks and class formation. In: KIRK, Neville (Ed.). *Social class and Marxism: defences and challenges*. Aldershot; Brookfield: Scholar Press; Ashgate, 1996. p. 58-86.

SCHAUB, Jean-Frédéric. Novas aproximações ao Antigo Regime português. *Penélope*, Lisboa, n. 22, p. 119-140, 2000.

SCHIERA, Pierangelo. Sociedade por categorias. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília; São Paulo: Ed. UnB; Imprensa Oficial do Estado, 2000. v. 2, p. 1213-1217.

SCHUMPETER, Joseph Alois. The Crisis of the Tax State (1917/1918). In: SWEDBERG, Richard (Org.). *Joseph A. Schumpeter: the Economics and Sociology of Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 99-140.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte na Bahia e seus juízes, 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Lauro Monteiro de Carvalho e. *Mogi-mirim (subsídios para a sua história)*. Mogi-mirim: Casa Cardona, 1960.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da et alii. *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

SILVA, Marilda Santana. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SMITH, John. *Memoirs of the Marquis of Pombal*. London: Longman, Brown, Green and Longmans, 1843. v. 1.

SOARES, Lucas Jannoni. *Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América portuguesa: São Paulo (1765-1775)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOETBEER, Adolf. *Edelmetall-Produktion und Werthverhältniss zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerika's bis zur Gegenwart*. Gotha: Justus Perthes, 1879.

SOUZA, Paulo Silveira e. O lugar dos arquipélagos da Madeira e dos Açores no espaço político e administrativo português durante o Antigo Regime. In: OLIVEIRA, César (Dir.). *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates, 1996. p. 105-113.

SOUZA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas: Bahia século XVIII*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STUDER, Elena F. S. de. *La trata de negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1958. (Publicaciones del Instituto de Historia Argentina "Emilio Ravignani", v. 101).

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SUBTIL, José. *O terramoto político (1755-1759)*. Memória e poder. Lisboa: Ed. Universidade Autónoma de Lisboa, 2007.

_____. O governo da fazenda e das finanças (1750-1974). In: CRUZ, Mário Pinho da (Coord.). *Dos secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos ministros das Finanças, 1788-2006: uma iconografia*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006. p. 36-59.

_____. Os poderes do centro: governo e administração. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4, p. 141-173.

TAUNAY, Affonso d'Escragno. Um capitão general estatista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, p. 41-80, 1961.

_____. *História da cidade de São Paulo no século XVIII*. v. 2: 1765-1801. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951.

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses (1965). In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 75-179.

TILLY, Charles (Org.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

TOMAZ, Fernando. As finanças do Estado pombalino, 1762-1776. In: *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988. p. 355-388.

TORRES, Francisco Rodrigues. *A Fazenda Geral dos jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão 1553-1748*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TORRES SANCHÉZ, Rafael. Capitalismo internacional y política estatal. Los asientos de tabaco en España durante la segunda mitad del siglo XVIII. In: GONZÁLEZ ENCISO, Agustín; TORRES SANCHÉZ, Rafael (Eds.). *Tabaco y Economía en el siglo XVIII*. Pamplona: Euns, 1999. p. 415-456.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006. (Estudos Históricos, 58).

VEGA BOYRIE, Wenceslao. Junta de Hacienda del 1661 en Santo Domingo para el pago de los lanceros del 1655. *Clío*, Santo Domingo, n. 165, p. 87-102, 2003.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 113-132.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990. (Estudos Históricos, 19).

ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

Anexo: Relação de contratos da capitania de São Paulo (1700-1808)

Número 1
 Contrato Dízimos da capitania de S. Vicente
 Local PFSP
 Data da arrematação 11/09/1700
 Início do contrato 01/08/1701
 Término do contrato 31/07/1704
 Contratador João Ferreira de Carvalho
 Valor total do contrato 5:000\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 7-10

Número 2
 Contrato Subsídio velho e novo imposto das bebidas
 Local PFSP
 Data da arrematação 15/01/1704
 Período 3 anos
 Valor total do contrato 3:450\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 367

Número 3
 Contrato Dízimos
 Local PFSP
 Início do contrato 1716
 Término do contrato 1718
 Contratador José Ramos da Silva
 Valor total do contrato 20:000\$000 réis
 Fonte Blaj (2002, p. 282).

Número 4
 Contrato Dízimos
 Local PFSP
 Início do contrato 1719
 Término do contrato 1721
 Contratador Sebastião Fernandes do Rego
 Valor total do contrato 22:400\$000 réis
 Fonte Blaj (2002, p. 282).

Número 5
 Contrato Dízimos
 Local PFSP
 Data da arrematação 1722
 Início do contrato 1722
 Término do contrato 1725
 Valor total do contrato 24:500\$000 réis
 Fonte DI, v. 32, p. 42

Número 6
 Contrato Dízimos das minas de Cuiabá
 Local PFSP
 Data da arrematação 1722
 Valor total do contrato 18:000\$000 réis
 Fonte DI, v. 32, p. 42

Número 7
 Contrato Passagem do Rio Grande
 Local PFSP
 Data da arrematação 1722
 Valor total do contrato 1:200\$000 réis
 Fonte DI, v. 32, p. 42

Número 8
 Contrato Dízimos
 Local PFSP
 Início do contrato 1725
 Término do contrato 1728
 Valor total do contrato 32:400\$000 réis
 Fonte DI, v. 32, p. 122-123

Número 9
 Contrato Direitos do subsídio das aguardentes da praça de Santos
 Local CULX
 Data da arrematação 13/11/1726
 Início do contrato 1727
 Período 3 anos
 Contratador André Alves de Castro
 Fiador Antonio Ribeiro da Silva
 Valor total do contrato 10:800\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 219, fl. 338

Número 10
 Contrato Dízimos das minas do Cuiabá
 Local CULX
 Data da arrematação 13/11/1726
 Início do contrato 01/08/1728
 Período 3 anos
 Contratador Agostinho Pinheiro
 Fiador Pedro Neto Palhares
 Valor total do contrato 17:400\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 219, fl. 340

Número 11
 Contrato Dízimos de Santos e São Paulo
 Local CULX
 Data da arrematação 1726
 Início do contrato 13/11/1726
 Contratador Agostinho Pinheiro
 Fiador Pedro Neto Palhares
 Período 3 anos
 Valor total do contrato 33:000\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 219, fl. 341v

Número 12
 Contrato Passagens de São Paulo para as minas de Cuiabá
 Local CULX
 Data da arrematação 1727
 Início do contrato 17/01/1727
 Término do contrato 01/01/1730
 Período 3 anos
 Contratador Agostinho Pinheiro
 Fiador Pedro Neto Palhares
 Valor total do contrato 3:630\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 219, fl. 351

Número 13
 Contrato Subsídio das aguardentes da praça de Santos
 Local CULX
 Data da arrematação 1727
 Início do contrato 01/01/1728
 Término do contrato 31/12/1730
 Fonte DH, v. 1, p. 152

Número 14
 Contrato Dízimos
 Local CULX
 Data da arrematação 1728
 Início do contrato 01/08/1728
 Término do contrato 31/07/1731
 Fonte DH, v. 1, p. 152

Número 15
 Contrato Passagem dos rios Atibaia, Jaguari, Mogi, rio Pardo e Sapocaí
 Local PFSP
 Data da arrematação 02/06/1729
 Início do contrato 01/01/1730
 Término do contrato 31/12/1732
 Valor total do contrato 2:532\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 169

Número 16
 Contrato Pesca da baleia SP
 Início do contrato 1729
 Término do contrato 1731
 Contratador Domingos Gomes da Costa
 Valor total do contrato cedido
 Fonte Pesavento (2009, p. 47)

Número 17
 Contrato Dízimos
 Local CULX
 Data da arrematação 02/07/1730
 Início do contrato 01/08/1731
 Término do contrato 31/07/1734
 Contratador Gastão da Silva de Oliveira
 Valor total do contrato 21:015\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 172

Número 18
 Contrato Passagens de São Paulo para Cuiabá
 Local CULX
 Início do contrato 01/01/1731
 Término do contrato 31/12/1733
 Contratador Gastão da Silva de Oliveira
 Valor total do contrato 3:660\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 171

Número 19
 Contrato Subsídio das bebidas da praça de Santos
 Local PFSP
 Data da arrematação ??/10/1731
 Início do contrato 01/10/1732
 Período 3 anos
 Contratador Tomé Teixeira de Carvalho
 Valor total do contrato 4:400\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 8, doc. 916

Número 20
 Contrato Dízimos das minas de Goiás
 Local PFSP
 Data da arrematação ??/10/1731
 Início do contrato 01/01/1733
 Período 3 anos
 Contratador Joaquim Lopes
 Valor total do contrato 16:950\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 8, doc. 916

Número 21
 Contrato Dízimos da capitania de Santos e São Paulo
 Local PFSP
 Data da arrematação ??/10/1731
 Início do contrato 01/08/1732
 Período 3 anos
 Contratador Antonio Batista
 Valor total do contrato 22:830\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 8, doc. 916

Número 22
 Contrato Passagens antigas
 Local PFSP
 Data da arrematação ??/10/1731
 Início do contrato 01/11/1734
 Período Período
 Contratador Antonio Batista
 Valor total do contrato 3:670\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 8, doc. 916

Número 23
 Contrato Dízimos da comarca de Cuiabá
 Local CULX
 Data da arrematação 21/02/1738
 Início do contrato 01/01/1739
 Período 3 anos
 Contratador José Álvares da Silva
 Fiador José Bezerra Seixas
 Valor total do contrato 18:630\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 220, fl. 55

Número 24
 Contrato Dízimos
 Local CULX
 Data da arrematação 15/02/1738
 Início do contrato 01/08/1738
 Término do contrato 31/07/1741
 Contratador Cosme Damião de Gouvêa
 Fiador Manuel de Moura
 Valor total do contrato 30:150\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 12, doc. 1193

Número 25
 Contrato Passagens antigas de São Paulo
 Local CULX
 Data da arrematação 08/04/1738
 Início do contrato 01/08/1738
 Término do contrato 31/12/1741
 Contratador Manuel de Araújo Viana
 Valor total do contrato 3:600\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 324

Número 26
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local CULX
 Data da arrematação 08/04/1738
 Início do contrato 01/10/1738
 Término do contrato 30/09/1741
 Contratador Manuel de Araújo Vianna
 Valor total do contrato 6:615\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 326-327

Número 27
 Contrato Passagem das minas dos Goias
 Local CULX
 Data da arrematação 08/04/1738
 Início do contrato 01/01/1739
 Término do contrato 31/12/1741
 Contratador Manuel de Araujo Vianna
 Valor total do contrato 6:105\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 325-326

Número 28
 Contrato Passagens antigas de São Paulo
 Local CULX
 Data da arrematação 29/10/1740
 Início do contrato 01/08/1741
 Término do contrato 31/07/1744
 Contratador José da Costa Guimarães
 Fiador Antonio Marques Gomes
 Valor total do contrato 4:230\$000 réis
 Fontes DH, v. 1, p. 408
 AHU-SP, MGo, cx. 13, doc. 1322

Número 29
 Contrato Pesca da baleia SP, RJ
 Início do contrato 1740
 Término do contrato 1742
 Contratador Brás de Pina
 Fonte Pesavento (2009, p. 47)

Número 30
 Contrato Dízimos da comarca de Cuiabá
 Local CULX
 Data da arrematação 22/10/1740
 Início do contrato 1741
 Período 3 anos
 Contratador Estevão da Silva Castelo Branco
 Fiador José Ferreira da Veiga
 Valor total do contrato 18:690\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 220, fl. 96v

Número 31
 Contrato Passagens das minas de Goiás
 Local CULX
 Data da arrematação 29/10/1740
 Início do contrato 01/01/1742
 Período 3 anos
 Contratador José da Costa Guimarães
 Fiador Antonio Marques Gomes
 Valor total do contrato 6:450\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 220, fl. 98

Número 32
 Contrato Dízimos SP RS
 Local CULX
 Data da arrematação 15/11/1740
 Início do contrato 01/08/1741
 Término do contrato 31/07/1744
 Contratador João Francisco
 Fiador Antonio Ribeiro da Silva
 Valor total do contrato 30:180\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 96
 DH, v. 1, p. 410-411

Número 33
 Contrato Passagem das minas dos Goias
 Local CULX
 Data da arrematação 13/02/1741
 Início do contrato 01/06/1742
 Período 3 anos
 Contratador José da Costa Guimarães
 Valor total do contrato 6:450\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 411-412

Número 34
 Contrato Pesca da baleia SC, SP, RJ
 Local CULX
 Data da arrematação 28/03/1742
 Início do contrato 01/01/1743
 Término do contrato 31/12/1748
 Contratador Tomé Gomes Moreira
 Valor total do contrato 170:490\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 430

Número 35
 Contrato Direitos do registro de Curitiba
 Local CULX
 Data da arrematação 04/04/1743
 Início do contrato 1743
 Término do contrato 1746
 Contratador Feliciano Narciso
 Fiador José Bezerra Seixas
 Valor total do contrato 100\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 129
 AHU-SP, MGo, cx. 15, doc. 1437

Número 36
 Contrato Passagens antigas de São Paulo
 Local CULX
 Data da arrematação 30/03/1743
 Início do contrato 01/08/1744
 Término do contrato 31/07/1747
 Contratador Francisco da Silva Lisboa
 Fiador José de Abreu Esteves
 Valor total do contrato 6:195\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 3-4

Número 37
 Contrato Contrato do estanco do sal do Brasil
 Local CULX
 Data da arrematação 17/09/1743
 Início do contrato 01/01/1744
 Término do contrato 31/12/1749
 Contratador Luiz de Abreu Barbosa
 Fiador Estevão Martins Torres
 Valor total do contrato 216:000\$000 réis
 Fonte DH, v. 1, p. 461-463

Número 38
 Contrato Dízimos SP, RS
 Local CULX
 Data da arrematação 30/03/1743
 Início do contrato 01/08/1744
 Término do contrato 31/07/1747
 Contratador Francisco da Silva Lisboa
 Fiador José de Abreu Torres
 Valor total do contrato 36:015\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 149
 DH, v. 2, p. 6-7

Número 39
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local CULX
 Data da arrematação 26/03/1744
 Início do contrato 01/10/1744
 Término do contrato 30/09/1747
 Contratador João Francisco
 Fiador Manuel de Jesus
 Valor total do contrato 5:550\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 153
 DH, v. 2, p. 7-11

Número 40
 Contrato Passagens antigas de São Paulo
 Local CULX
 Início do contrato 1746
 Término do contrato 1748
 Contratador João Francisco
 Fiador Calixto Roiz [Rodrigues] Torres
 Valor total do contrato 6:195\$000 réis
 Fonte Araújo (2007), quadro IV

Número 41
 Contrato Dízimos
 Local CULX
 Data da arrematação 23/04/1747
 Início do contrato 01/08/1747
 Término do contrato 31/07/1750
 Contratador Pedro Gomes Moreira
 Fiador João de Souza
 Valor total do contrato 31:800\$000 réis
 Fontes AHU-SP, MGo, cx. 17, doc. 1668
 DH, v. 2, p. 63-64

Número 42
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local CULX
 Data da arrematação 19/07/1747
 Início do contrato 01/10/1747
 Término do contrato 30/09/1750
 Contratador Pedro Gomes Moreira
 Fiador João Francisco
 Valor total do contrato 4:810\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 222
 DH, v. 2, p. 73-74

Número 43
 Contrato Pesca da baleia SP, RJ
 Local CULX
 Data da arrematação 08/08/1748
 Início do contrato 01/01/1748
 Término do contrato 31/12/1753
 Contratador Pedro Gomes Moreira
 Fiador Antonio da Silva de Abreu
 Valor total do contrato 22:880\$829 réis
 (Somente o valor de São Paulo)
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 223
 DH, v. 2, p. 70-71

Número 44
 Contrato Dízimos SP, RS, SC
 Local CULX
 Data da arrematação 27/09/1749
 Início do contrato 01/08/1750
 Término do contrato 31/07/1753
 Contratador Pedro Gomes Moreira
 Fiador Caetano do Couto Pereira
 Valor total do contrato 32:445\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 250
 DH, v. 2, p. 97-98

Número 45
 Contrato Contrato do estanco do sal do Brasil
 Local CULX
 Data da arrematação 17/10/1749
 Início do contrato 01/01/1750
 Término do contrato 31/12/1755
 Contratador Baltazar Simões Viana
 Valor total do contrato 98:280\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 92

Número 46
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local CULX
 Data da arrematação 27/11/1750
 Início do contrato 01/10/1750
 Término do contrato 30/09/1753
 Contratador José Vieira Torres
 Fiador Caetano do Couto Peirera
 Valor total do contrato 4:650\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 102-103

Número 47
 Contrato Direitos do registro de Curitiba
 Local CULX
 Data da arrematação 06/11/1751
 Início do contrato 01/10/1752
 Término do contrato 30/09/1755
 Contratador Manuel Cordeiro
 Fiador Afonso Genabel
 Valor total do contrato 10:890\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 318v
 DH, v. 2, p. 132

Número 48
 Contrato Direitos do registro de Viamão
 Local CULX
 Data da arrematação 06/11/1751
 Início do contrato 01/10/1752
 Período 3 anos
 Contratador Manuel Cordeiro
 Fiador Afonso Genabel
 Valor total do contrato 21:615\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 220, fl. 320v

Número 49
 Contrato Dízimos SP, RS, SC
 Local CULX
 Data da arrematação 02/03/1753
 Início do contrato 01/08/1753
 Término do contrato 31/07/1756
 Contratador Pedro Gomes Moreira
 Fiador João Francisco
 Valor total do contrato 32:460\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 220, fl. 250
 DH, v. 2, p. 151

Número 50
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local CULX
 Data da arrematação 13/03/1753
 Início do contrato 02/10/1753
 Término do contrato 30/09/1756
 Contratador Francisco Freire da Costa
 Fiador Caetano do Couto Pereira
 Valor total do contrato 4:515\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 221, fl. 14
 DH, v. 2, p. 157

Número 51
 Contrato Pesca da baleia SC, SP, RJ (sem efeito)
 Local CULX
 Data da arrematação 13/10/1754
 Início do contrato 01/01/1754
 Período do contrato 6 anos
 Contratador Pedro Gomes Moreira
 Fiador Caetano do Couto Pereira
 Valor total do contrato 144:000\$000 réis
 (Somente o valor de São Paulo)
 Fonte AHU, CU, cód. 221, fl. 20

Número 52
 Contrato Pesca da baleia SC, SP, RJ
 Local CULX
 Data da arrematação 12/10/1754
 Início do contrato 01/01/1755
 Término do contrato 31/12/1760
 Contratador Francisco Peres de Souza
 Fiador Caetano do Couto Pereira
 Valor total do contrato 144:000\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 221, fl. 35v
 DH, v. 2, p. 172-180

Número 53
 Contrato Direitos - registro de Viamão e Curitiba
 Local CULX
 Data da arrematação 08/03/1755
 Início do contrato 01/10/1755
 Término do contrato 30/09/1758
 Contratador Caetano Diogo Parreiras e Silva
 Fiador João Francisco
 Valor total do contrato 40:845\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 222, fl. 60
 DH, v. 2, p. 211

Número 54
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local CULX
 Data da arrematação 22/12/1755
 Início do contrato 01/01/1757
 Período do contrato 3 anos
 Contratador Claro Francisco Nogueira
 Fiador Tomé de Castro Moreira
 Valor total do contrato 4:560\$000 réis
 Fonte AHU, CU, cód. 222, fl. 58v

Número 55
 Contrato Contrato do estanco do sal do Brasil
 Local CULX
 Data da arrematação 29/10/1755
 Início do contrato 01/01/1756
 Término do contrato 31/12/1761
 Contratador José Alves de Sá
 Valor total do contrato 293:400\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 191-210

Número 56
 Contrato Dízimos SP, RS, SC
 Local CULX
 Data da arrematação 08/01/1756
 Início do contrato 01/08/1757
 Término do contrato 31/07/1760
 Contratador Manuel Gil
 Fiador José Bezerra Seixas
 Valor total do contrato 32:835\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 222, fl. 88v
 DH, v. 2, p. 236-237

Número 57
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local CULX
 Início do contrato 1757
 Término do contrato 1759
 Contratador Claro Francisco Nogueira
 Fiador Tomé de Castro Nogueira
 Fonte Araújo (2008, p. 269-294)

Número 58
 Contrato Contrato do estanco do sal do Brasil
 Local CULX
 Data da arrematação 31/03/1758
 Início do contrato 01/01/1758
 Término do contrato 31/12/1763
 Contratadores Domingos Gomes da Costa
 José Ferreira da Veiga
 João Henriques Martins
 Valor total do contrato 292:800\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 249-250

Número 59
 Contrato Dízimos SP
 Local CULX
 Data da arrematação 12/01/1760
 Início do contrato 01/08/1760
 Término do contrato 31/07/1763
 Contratador Domingos Dias da Silva
 Fiador José Álvares de Mira
 Valor total do contrato 32:865\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 222, fl. 151v
 DH, v. 2, p. 290-292

Número 60
 Contrato Pesca da baleia SC, SP, RJ
 Local 1760
 Início do contrato 1765
 Término do contrato
 Contratador Francisco Peres de Souza
 Valor total do contrato 11:216\$667 réis
 Fonte Pesavento (2009, p. 47)

Número 61
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFRJ
 Início do contrato 01/10/1761
 Término do contrato 30/09/1764
 Contratador João Cerqueira da Costa (que passou o contrato por escritura a Custódio Barroso Basto)
 Valor total do contrato 16:000\$000 réis
 Fonte BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 39v

Número 62
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local JFRJ
 Data da arrematação 05/12/1761
 Início do contrato 01/01/1762
 Término do contrato 31/12/1764
 Contratador João Cerqueira da Costa
 Valor total do contrato 3:475\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 299-300

Número 63
 Contrato Passagem de Jacareí
 Início do contrato 01/11/1761
 Término do contrato 30/10/1762
 Contratador Pedro Martins de Siqueira
 Valor total do contrato 160\$000 réis
 Fonte BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 51

Número 64
 Contrato Passagem de Jaguari, Mogi, Pardo e Sapucaí
 Início do contrato 01/01/1763
 Término do contrato 31/12/1763
 Contratador Marcos da Costa Teixeira
 Valor total do contrato 300\$000 réis
 Fonte BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 51

Número 65
 Contrato Passagem de Jacareí
 Início do contrato 01/11/1762
 Término do contrato 30/10/1763
 Contratador Miguel Martins de Siqueira
 Valor total do contrato 130\$000 réis
 Fonte BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 51

Número 66
 Contrato Passagem de Jaguari, Mogi, Pardo e Sapucaí
 Início do contrato 01/01/1764
 Término do contrato 31/12/1763
 Contratador Marcos da Costa Teixeira
 Valor total do contrato 276\$000 réis
 Fonte BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 51

Número 67
 Contrato Passagem de Jacareí
 Início do contrato 01/11/1763
 Término do contrato 30/10/1764
 Contratadores Miguel Martins de Siqueira
 João Lourenço Bicudo de Brito
 Valor total do contrato 130\$500 réis
 Fonte BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 51

Número 68
 Contrato Passagem de Paranapanema
 Início do contrato 01/01/1764
 Término do contrato 31/12/1764
 Contratador Marçal Ferreira dos Santos
 Valor total do contrato 60\$000 réis
 Fonte BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 51

Número 69
 Contrato Dízimos [sem efeito?]
 Local CULX
 Data da arrematação 01/07/1763
 Início do contrato 01/08/1763
 Término do contrato 31/07/1766
 Contratadores José Álvares de Mira
 Manuel Francisco Cruz
 João Teixeira de Macedo
 Valor total do contrato 33:000\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 29, doc. 2631

Número 71
 Contrato Subsídios dos molhados e novo imposto
 Local CULX
 Data da arrematação 13/08/1763
 Início do contrato 01/01/1764
 Término do contrato 31/12/1766
 Contratadores Claro Francisco Nogueira
 João Luiz de Oliveira
 Fiador José de Águas Cordeiro
 Valor total do contrato 4:575\$000 réis
 Fontes AHU, CU, cód. 222, fl. 210v
 AHU-SP, MGo, cx. 24, doc. 2321

Número 73
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 21/10/1764
 Início do contrato 01/10/1764
 Término do contrato 30/09/1765
 Contratador Cap. Francisco Cardoso de Menezes e Souza
 Fiador Bonifácio José de Andrada
 Valor total do contrato 1:624\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 374-377

Número 75
 Contrato Passagem de Jacareí (inclui a de Cachoeira)
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/10/1764
 Início do contrato 01/11/1764
 Término do contrato 31/10/1765
 Contratadores Miguel Martins de Siqueira
 Pedro Martins de Siqueira
 Fiador José Anastácio de Oliveira
 Valor total do contrato 355\$554 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 369-371

Número 77
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 14/07/1765
 Início do contrato 01/08/1765
 Término do contrato 31/07/1766
 Contratadores Cap.-mor Manuel de Oliveira Cardoso
 Sarg.-mor João Ferreira de Olivera (Santos)
 Fiador José Anastácio de Oliveira
 Valor total do contrato 7:625\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 379-382

Número 70
 Contrato Dízimos
 Local CULX
 Data da arrematação 28/07/1763
 Início do contrato 01/08/1764
 Término do contrato 31/07/1767
 Contratadores Claro Francisco Nogueira
 Manuel Gomes de Campos e Faria
 Antonio Rodrigues Feijó
 José das Águas Cordeiro
 Fiador 34:800\$000 réis
 Valor total do contrato 34:800\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 26, doc. 2446

Número 72
 Contrato Contrato do estanco do sal do Brasil
 Local CULX
 Data da arrematação 08/08/1763
 Início do contrato 01/01/1764
 Término do contrato 31/12/1769
 Contratadores José Álvares de Mira
 2 sócios sem nome
 Fonte DH, v. 2, p. 313

Número 74
 Contrato Passagem da Piedade (chamada do Meira)
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/10/1764
 Início do contrato 01/11/1764
 Término do contrato 31/10/1765
 Contratadores Miguel Martins de Siqueira
 Pedro Martins de Siqueira
 Cap. Caetano Francisco Santiago
 Fiador 320\$000 réis
 Valor total do contrato 320\$000 réis
 Fontes DH, v. 2, p. 371-373
 BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 55

Número 76
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/10/1764
 Início do contrato 01/01/1765
 Término do contrato 31/12/1765
 Contratador Salvador de Oliveira Leme
 Valor total do contrato 50\$000 réis
 Fontes DH, v. 2, p. 374
 BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 55

Número 78
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 24/09/1765
 Início do contrato 01/10/1765
 Término do contrato 30/09/1768
 Contratador Cap. Francisco Cardoso de Menezes e Souza
 Fiador Sebastião de Alvarenga Braga
 Valor total do contrato 7:470\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 382-386

Número 79
 Contrato Passagem da Piedade (chamada do Meira)
 Local JFSP
 Data da arrematação 04/11/1765
 Início do contrato 01/11/1765
 Término do contrato 31/10/1766
 Contratador Francisco Soares da Silva
 Fiador Carlos Ferreira Gomes
 Valor total do contrato 200\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 388-391

Número 80
 Contrato Passagem de Jacareí (inclui a de Cachoeira)
 Local JFSP
 Data da arrematação 04/11/1765
 Início do contrato 01/11/1765
 Término do contrato 31/10/1766
 Contratador Miguel Martins de Siqueira
 Fiador Fabião Soares Carneiro
 Valor total do contrato 125\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 386-388

Número 81
 Contrato Subsídios dos molhados
 Local JFSP
 Data da arrematação 08/01/1765
 Início do contrato 01/01/1765
 Término do contrato 31/12/1765
 Contratador Bonifácio José de Andrada
 Fiador José Anastácio de Oliveira
 Valor total do contrato 1:210\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 379-379

Número 82
 Contrato Pesca da baleia BA, SC, SP, RJ
 Início do contrato 1765
 Término do contrato 1777
 Contratadores Inácio Pedro Quintela e Cia.
 Valor total do contrato 32:000\$000 réis
 Fonte Pesavento (2009, p. 47)

Número 83
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 05/08/1766
 Início do contrato 01/08/1766
 Término do contrato 31/07/1767
 Contratador Manuel José da Encarnação (São Paulo)
 Fiador Cap.-mor Manuel de Oliveira Cardoso
 Valor total do contrato 7:625\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 395-398

Número 84
 Contrato Passagem do rio Piedade e porto do Meira
 Local JFSP
 Data da arrematação 28/10/1766
 Início do contrato 01/11/1766
 Término do contrato 31/10/1767
 Contratador Diogo Borges da Silva
 Fiador Dr. José Corrêa da Silva (juiz de órfãos)
 Valor total do contrato 370\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 403-405

Número 85
 Contrato Passagem do rio Jacareí
 Local JFSP
 Data da arrematação 28/10/1766
 Início do contrato 01/11/1766
 Término do contrato 31/10/1767
 Contratador Miguel Martins de Siqueira
 Fiador Pedro José Tavares (São Paulo)
 Valor total do contrato 125\$000-145\$835 réis
 Fontes DH, v. 2, p. 406-407
 BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 55

Número 86
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga
 Local JFSP
 Data da arrematação 02/01/1766
 Início do contrato 01/01/1766
 Término do contrato 31/12/1766
 Contratador Salvador de Oliveira Leme
 Fiador Cap. Caetano Francisco Santiago
 Procurador José Anastácio de Oliveira
 Valor total do contrato 57\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 393-395

Número 87
 Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu, Jaguari, Sapocaí e Rio Pardo
 Local JFSP
 Data da arrematação 05/09/1766
 Início do contrato 05/09/1766
 Término do contrato 05/09/1767
 Contratador David Antunes
 Fiador Provedor da Fazenda
 Valor total do contrato 206\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 399-401

Número 88
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 11/08/1767
 Início do contrato 01/08/1767
 Término do contrato 30/06/1768
 Contratador Sarg.-mor Manuel Soares de Carvalho (São Paulo)
 Fiador Cap.-mor Manuel de Oliveira Cardoso
 Valor total do contrato 7:000\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 410-413

Número Contrato	89 Passagem do rio da Piedade e porto do Meira	Número Contrato	90 Passagem do rio Jacaré
Local	JFSP	Local	JFSP
Data da arrematação	1767	Data da arrematação	1767
Início do contrato	01/01/1768	Início do contrato	01/01/1768
Término do contrato	31/12/1768	Término do contrato	31/12/1768
Contratador	Diogo Borges da Silva (freguesia de Piedade)	Contratador	Pedro Martins de Siqueira (vila de Jacaré)
Fiador	João Pinto da Costa (Piedade)	Fiador	Antonio Francisco de Sá (alferes, São Paulo)
Valor total do contrato	370\$000 réis	Valor total do contrato	125\$300 réis
Fonte	DH, v. 2, p. 419-422	Fonte	DH, v. 2, p. 417-419
Número Contrato	91 Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga	Número Contrato	92 Passagem dos rios Mogi-guaçu, Jaguari, Sapocaí e Rio Pardo
Local	JFSP	Local	JFSP
Data da arrematação	1767	Data da arrematação	1767
Início do contrato	01/01/1768	Início do contrato	01/01/1768
Término do contrato	31/12/1768	Término do contrato	31/12/1768
Contratador	Gaspar Aires de Aguirre (Sorocaba)	Contratador	José Gomes de Gouvêa Silva (Mogi-mirim)
Fiador	Manuel José da Encarnação (São Paulo)	Fiador	Manuel Caetano Zunega (cap.-mor, São Paulo)
Valor total do contrato	57\$000 réis	Valor total do contrato	306\$000 réis
Fonte	DH, v. 2, p. 422-424	Fonte	DH, v. 2, p. 414-416
Número Contrato	93 Subsídios dos molhados e novo imposto	Número Contrato	94 Dízimos da capitania de São Paulo e anexas
Local	CULX	Local	CULX
Início do contrato	01/01/1768	Data da arrematação	12/08/1768
Término do contrato	31/12/1770	Início do contrato	01/07/1769
Contratadores	José Álvares de Mira, João Batista de Oliveira Costa	Período do contrato	3 anos
Valor total do contrato	4:605\$000 réis	Contratadores	José Álvares de Mira
Fuentes	Araújo (2008, p. 269-294)		Manuel Inácio Ferreira
	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, misc. 693, n. 11604	Valor total do contrato	José de Souza e Abreu
		Fonte	33:000\$000 réis
			AHU, CU, cód. 216, fl. 119
Número Contrato	95 Dízimos	Número Contrato	96 Dízimos (distrito de Lajes)
Local	JFSP	Local	JFSP
Data da arrematação	19/07/1768	Data da arrematação	19/07/1768
Início do contrato	01/07/1768	Início do contrato	01/07/1769
Término do contrato	30/06/1768	Término do contrato	30/06/1769
Contratador	Inácio Borges da Silva	Contratador	Inácio Borges da Silva
Fiador	Cap.-mor Manuel de Oliveira Cardoso	Fiador	Cap.-mor Manuel de Oliveira Cardoso
Valor total do contrato	7:910\$000 réis	Valor total do contrato	202\$000 réis
Fonte	DH, v. 2, p. 425-428	Fonte	DH, v. 2, p. 428-431
Número Contrato	97 Meios direitos - Registro de Curitiba	Número Contrato	98 Meios direitos - Registro de Curitiba
Local	JFRJ	Local	JFSP
Início do contrato	01/10/1768	Data da arrematação	31/12/1768
Término do contrato	31/12/1768	Início do contrato	01/01/1769
Contratadores	Bernardo Gomes da Costa	Término do contrato	31/12/1771
	André Pereira de Meireles	Contratadores	Leonardo de Araújo e Aguiar (São Paulo)
Procurador	Antonio Fernandes do Vale		Manuel de Araújo Gomes (sócio e fiador)
Valor total do contrato	830\$000 réis		Manuel Antonio de Araújo (São Paulo)
Fonte	BNRJ, Ms. 21, 3, 21, fl. 42v	Fiador	
		Valor total do contrato	11:000\$000 réis
		Fonte	DH, v. 2, p. 441-446

Número 99
 Contrato Passagem do rio da Piedade e porto do Meira
 Local JFSP
 Data da arrematação 31/12/1768
 Início do contrato 01/01/1769
 Término do contrato 31/12/1769
 Contratador Diogo Borges da Silva (Guaratinguetá)
 Fiador João Pinto da Costa (capitão-mor, freguesia de Piedade termo de Guaratinguetá)
 Valor total do contrato 370\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 438-440

Número 100
 Contrato Passagem de Jacaré (inclui o porto da Cachoeira)
 Local JFSP
 Data da arrematação 31/12/1768
 Início do contrato 01/01/1769
 Término do contrato 31/12/1769
 Contratador Miguel Martins de Siqueira (Jacaré)
 Fiador Antonio Francisco de Sá (alferes)
 Valor total do contrato 125\$300 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 446-449

Número 101
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga
 Local JFSP
 Data da arrematação 30/12/1768
 Início do contrato 01/01/1769
 Término do contrato 31/12/1769
 Contratador Demétrio Furtado Ribeiro (Registro de Itapetininga)
 Fiador Cap. Francisco Cardoso de Menezes e Souza
 Valor total do contrato 90\$500 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 432-434

Número 102
 Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu, Jaguari, Sapocaí e Rio Pardo
 Local JFSP
 Data da arrematação 30/12/1768
 Início do contrato 01/01/1769
 Término do contrato 31/12/1769
 Contratador Ten. Francisco José Pereira (arraial de Mogi-mirim no termo da vila de Jundiaí)
 Fiador Alferes Ignacio Preto de Moraes (arraial de Mogi-guaçu no termo da vila de Jundiaí)
 Valor total do contrato 334\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 434-437

Número 103
 Contrato Direitos do registro de Viamão
 Local JFSP
 Data da arrematação 02/01/1769
 Início do contrato 01/01/1769
 Término do contrato 31/12/1771
 Contratadores Mateus Inácio da Silveira
 Manuel Bento da Rocha
 Fiador Cap.-mor Manuel de Oliveira Cardoso
 Valor total do contrato 8:400\$000 réis
 Fonte DI, v. 69, p. 155-156.

Número 104
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 30/06/1769
 Início do contrato 01/07/1769
 Término do contrato 30/06/1770
 Contratador Inácio Borges da Silva (São Paulo)
 Fiador Cap.-mor Manuel de Oliveira Cardoso
 Valor total do contrato 8:112\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 449-452

Número 105
 Contrato Passagem do rio da Piedade e porto do Meira
 Local JFSP
 Data da arrematação 29/12/1769
 Início do contrato 01/01/1770
 Término do contrato 31/12/1770
 Contratador Diogo Borges da Silva (Guaratinguetá)
 Valor total do contrato 370\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 460-463

Número 106
 Contrato Passagem de Jacaré (inclui o porto da Cachoeira)
 Local JFSP
 Data da arrematação 22/12/1769
 Início do contrato 01/01/1770
 Término do contrato 31/12/1770
 Contratador Pedro Martins de Siqueira (Jacaré)
 Valor total do contrato 125\$300 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 455-457

Número 107
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga
 Local JFSP
 Data da arrematação 29/12/1769
 Início do contrato 01/01/1770
 Término do contrato 31/12/1770
 Contratador Demétrio Furtado Ribeiro (Registro de Itapetininga)
 Valor total do contrato 90\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 458-460

Número 108
 Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu, Jaguari, Sapocaí e Rio Pardo
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/12/1769
 Início do contrato 01/01/1770
 Término do contrato 31/12/1770
 Contratador Francisco José Pereira (tenente, arraial Mogi-mirim)
 Fiadores Sgto.-mor Antonio de Moraes
 Pedroso
 João José Afonso
 Valor total do contrato 334\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 452-455

Número 109
 Contrato Entradas de Minas Gerais
 Local JFMG
 Data da arrematação 12/06/1769
 Contratadores Manuel de Araújo Gomes
 Bernardo Gomes da Costa
 Cap. André Pereira de Meireles
 (todos do Rio de Janeiro)
 Procuradores Cap. Antonio Fernandes do Vale
 Paulo Pereira de Sousa (Vila Rica)
 Fonte DH, v. 2, p. 360

Número 110
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/06/1770
 Início do contrato 01/07/1770
 Término do contrato 30/06/1771
 Contratador Inácio Borges da Silva (São Paulo)
 Fiador Manuel de Oliveira Cardoso
 Valor total do contrato 8:112\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 463-466

Número 111
 Contrato Passagem do rio da Piedade e porto
 do Meira
 Local JFSP
 Data da arrematação 02/01/1770
 Início do contrato 01/01/1771
 Término do contrato 31/12/1771
 Contratador Diogo Borges da Silva
 Valor total do contrato 372\$500 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 475-477

Número 112
 Contrato Passagem do rio Jacaré (inclui o
 porto de Cachoeira)
 Local JFSP
 Data da arrematação 19/12/1770
 Início do contrato 01/01/1771
 Término do contrato 31/12/1771
 Contratador José Franco de Vasconcelos (São
 Paulo)
 Valor total do contrato 125\$300 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 472-474

Número 113
 Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu,
 Jaguari, Sapocaí e Rio Pardo
 Local JFSP
 Data da arrematação ??/12/1770
 Início do contrato 01/01/1771
 Término do contrato 31/12/1771
 Contratador Manuel José Tavares da Cunha
 (Jundiaí)
 Valor total do contrato 334\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 467-469

Número 114
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 12/06/1771
 Início do contrato 01/07/1771
 Término do contrato 30/06/1774
 Contratador Manuel José Gomes (São Paulo)
 Fiador Manuel Teixeira Coelho
 Valor total do contrato 24:800\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 479-482

Número 115
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 06/12/1771
 Início do contrato 01/01/1772
 Término do contrato 31/12/1774
 Contratadores Cap. André Pereira de Meireles (Rio
 de Janeiro)
 Bernardo Gomes da Costa (Rio de
 Janeiro)
 Dr. Antonio Fernandes do Vale (São
 Paulo)
 Fiador Gabriel Antunes da Fonseca (homem
 de negócio, São Paulo)
 Valor total do contrato 16:750\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 482-486

Número 116
 Contrato Passagem de Jacaré
 Local JFSP
 Data da arrematação 09/12/1771
 Início do contrato 01/01/1772
 Término do contrato 31/12/1774
 Contratadores Miguel Martins de Siqueira
 (tenente, Jacaré)
 Antonio Francisco de Sá (alferes,
 São Paulo)
 Valor total do contrato 376\$600 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 490-493

Número 117
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema,
 Apiaí e Itapetininga
 Local JFSP
 Data da arrematação 02/01/1771
 Início do contrato 01/01/1771
 Término do contrato 31/12/1771
 Contratador Antonio José da Costa (freguesia da
 Piedade)
 Valor total do contrato 91\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 469-472

Número 118
 Contrato Passagem dos rios de
 Paranapanema, Apiaí e Itapetininga
 Local JFSP
 Data da arrematação 10/12/1771
 Início do contrato 01/01/1772
 Término do contrato 31/12/1774
 Contratadores Manuel Joaquim da Silva e Castro
 (sgto.-mor, São Paulo)
 Joaquim Manuel da Silva e Castro
 (São Paulo)
 Valor total do contrato 273\$500 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 493-497

Número 119
 Contrato Passagem do rio Jaguari do Ouro Fino
 Local JFSP
 Data da arrematação 11/12/1771
 Início do contrato 01/01/1772
 Término do contrato 31/12/1774
 Contratadores Ignacio Preto de Moraes
 João de Oliveira de Moraes
 Valor total do contrato 10\$020 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 497-499

Número 120
 Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu,
 Jaguari, Sapocaí e Rio Pardo
 Local JFSP
 Data da arrematação 09/12/1771
 Início do contrato 01/01/1772
 Término do contrato 31/12/1774
 Contratadores José Gonçalves Coelho (cap. São Paulo)
 Manuel José Gomes (São Paulo)
 Valor total do contrato 1:166\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 487-490

Número 121
 Contrato Passagem do rio da Piedade
 Local JFSP
 Data da arrematação 09/01/1772
 Início do contrato 01/01/1772
 Término do contrato 31/12/1774
 Contratador Diogo Borges da Silva (freguesia de Piedade)
 Fiador João Pinto da Costa (capitão-mor, freguesia de Piedade)
 Valor total do contrato 1:030\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 500-504

Número 122
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 25/06/1774
 Início do contrato 01/07/1774
 Término do contrato 30/06/1777
 Contratadores Manuel José Gomes (São Paulo)
 Jerônimo de Castro Guimarães (homem de negócio, São Paulo),
 Manuel Teixeira Coelho (homem de negócio, São Paulo)
 Valor total do contrato 26:440\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 506-513

Número 123
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 29/12/1774
 Início do contrato 01/01/1775
 Término do contrato 31/12/1775
 Contratadores Antonio Fernandes do Vale (dr., São Paulo)
 Bernardo Gomes Costa (Rio de Janeiro)
 Valor total do contrato 5:583\$333 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 531-535

Número 124
 Contrato Passagem da Piedade
 Local JFSP
 Data da arrematação 17/12/1774
 Início do contrato 01/01/1775
 Término do contrato 31/12/1777
 Contratadores João Francisco de Abreu Guimarães
 Manuel da Silva Reis (cap.-mor, Guaratinguetá)
 Valor total do contrato 1:030\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 522-525

Número 125
 Contrato Passagem de Jacareí
 Local JFSP
 Data da arrematação 17/12/1774
 Início do contrato 01/01/1775
 Término do contrato 31/12/1777
 Contratadores Antonio Francisco de Sá (capitão, São Paulo)
 Miguel Martins de Siqueira (tenente, Jacareí)
 Valor total do contrato 376\$600 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 525-528

Número 126
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino
 Local JFSP
 Data da arrematação 17/12/1774
 Início do contrato 01/01/1775
 Término do contrato 31/12/1777
 Contratadores José Gonçalves Coelho (cap. São Paulo)
 Manuel José Gomes (São Paulo)
 Valor total do contrato 283\$520 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 528-531

Número 127
 Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu, Jaguari, Sapocaí e Rio Pardo
 Local JFSP
 Data da arrematação 14/12/1774
 Início do contrato 01/01/1775
 Término do contrato 31/12/1777
 Contratadores João Bonifácio de Gouveia (Mogi-mirim)
 Silvestre Machado (Mogi-mirim)
 Valor total do contrato 1:268\$000 réis
 Fonte DH, v. 2, p. 519-522

Número 128
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 02/06/1777
 Início do contrato 01/07/1777
 Término do contrato 30/06/1780
 Contratador Manuel de Oliveira Cardoso (capitão-mor, São Paulo)
 Valor total do contrato 32:100\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 32, doc. 2798

Número 129
 Contrato Passagem do rio Curitiba, porto do Pinto, rios Paranaguá e rio de São Francisco
 Local JFSP
 Data da arrematação 23/07/1777
 Início do contrato 01/01/1777
 Término do contrato 31/12/1779
 Contratador Inácio Antonio da Silveira
 Valor total do contrato 50\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 65

Número 131
 Contrato Pesca da baleia BA, SC, SP, RJ
 Data da arrematação 1777
 Início do contrato 1789
 Contratador Joaquim Pedro Quintela e companhia
 Valor total do contrato 40:000\$000 réis
 Fonte Pesavento (2009, p. 47)

Número 133
 Contrato Passagem da Piedade
 Local JFSP
 Data da arrematação 11/03/1778
 Início do contrato 01/12/1778
 Término do contrato 31/12/1780
 Contratadores André Borges da Silva
 Jerônimo Rodrigues
 Valor total do contrato 1:613\$500 réis
 Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 83

Número 135
 Contrato Passagem do rio Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 06/03/1778
 Início do contrato 01/01/1778
 Término do contrato 31/12/1780
 Contratador Manuel Antonio de Araújo (capitão)
 Valor total do contrato 121\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 79-79v

Número 137
 Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu, Jaguari, Sapocaí e Rio Pardo
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/11/1779
 Início do contrato 01/01/1778
 Término do contrato 31/12/1780
 Contratador Manuel Rodrigues de Araújo Belém (sargento-mor)
 Valor total do contrato 1:298\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 88v

Número 130
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar
 Local JFSP
 Data da arrematação 24/12/1777
 Início do contrato 01/01/1778
 Término do contrato 31/12/1780
 Contratador Joaquim Manuel da Silva e Castro (coronel auxiliares)
 Valor total do contrato 800\$000 réis
 Fontes AHU-SP, MGo, cx. 32, doc. 2797
 ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 94-94v

Número 132
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 03/03/1778
 Início do contrato 01/01/1778
 Término do contrato 31/12/1783
 Contratadores Manuel de Araújo Gomes
 Manuel Antonio de Araújo (cap.)
 Valor total do contrato 34:010\$000 réis
 Fontes Leonzo (1979, p. 79)
 ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 78v-79

Número 134
 Contrato Passagem de Jacareí
 Local JFSP
 Data da arrematação 10/03/1778
 Início do contrato 01/01/1778
 Término do contrato 31/12/1780
 Contratadores Antonio Francisco de Sá
 Miguel Martins de Siqueira (capitão)
 Valor total do contrato 450\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 83

Número 136
 Contrato Passagem dos rios de Parapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino
 Local JFSP
 Data da arrematação 09/03/1778
 Início do contrato 01/01/1778
 Término do contrato 31/12/1780
 Contratadores Joaquim Duarte do Rego
 Joaquim Ferreira
 Valor total do contrato 290\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 83-83v

Número 138
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 30/05/1780
 Início do contrato 01/07/1780
 Término do contrato 30/06/1783
 Contratadores Cláudio de Madureira Calheiros (Sorocaba)
 Vicente da Costa Taques Góis e Aranha (cap.-mor Itu)
 André de Sampaio Botelho
 Valor total do contrato 41:500\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 35, doc. 2942

Número 139
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino
 Local JFSP
 Início do contrato 01/01/1781
 Término do contrato 31/12/1783
 Contratador Manuel Antonio de Araújo (capitão)
 Valor total do contrato 200\$000 réis
 Fonte AHTC, cód. 4061, fl. 238

Número 140
 Contrato Direito do quinto dos animais - Registro da vila de Lages
 Local JFSP
 Início do contrato 01/01/1781
 Término do contrato 31/12/1783
 Contratador Manuel de Oliveira Cardoso
 Valor total do contrato 802\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 447, v. 2, fl. 127v
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 17

Número 141
 Contrato Passagem do rio da Piedade
 Local JFSP
 Data da arrematação 14/05/1781
 Início do contrato 01/01/1781
 Término do contrato 31/12/1783
 Contratador André Borges da Silva
 Valor total do contrato 1:613\$500 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 240
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 28

Número 142
 Contrato Passagem de Jacareí
 Local JFSP
 Data da arrematação 02/05/1781
 Início do contrato 01/01/1781
 Término do contrato 31/12/1783
 Contratadores Antonio Francisco de Sá (capitão, São Paulo) e sócio desconhecido
 Valor total do contrato 400\$500 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 237
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 23

Número 143
 Contrato Passagem do rio Curitiba, porto do Pinto, rios Paranaguá e rio de São Francisco
 Local JFSP
 Data da arrematação 28/06/1781
 Início do contrato 01/01/1779
 Término do contrato 31/12/1781
 Contratadores Manuel Gonçalves Guimarães (guarda-mor)
 Valor total do contrato 114\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 116v-117

Número 144
 Contrato Passagem do rio Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 14/05/1781
 Início do contrato 01/01/1781
 Término do contrato 31/12/1783
 Contratador Manuel Antonio de Araújo (cap.)
 Valor total do contrato 240\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 239
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 24

Número 145
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar
 Local JFSP
 Data da arrematação 24/04/1781
 Início do contrato 01/01/1781
 Término do contrato 31/12/1783
 Contratador Bonifácio José de Andrada (capitão)
 Valor total do contrato 4:800\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 16

Número 146
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino
 Local JFSP
 Data da arrematação 09/04/1781
 Início do contrato 01/01/1783
 Término do contrato 31/12/1785
 Contratador Manuel Antonio de Araújo (capitão)
 Valor total do contrato 200\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 18

Número 147
 Contrato Passagem do rio das Pelotas (vila de Lajes)
 Local JFSP
 Início do contrato 01/01/1782
 Término do contrato 31/12/1783
 Contratador Domingos Rodrigues Vidigal
 Valor total do contrato 25\$000 réis
 Fonte AHTC, cód. 4061, fl. 239

Número 148
 Contrato Direitos do registro da vila de Lajes
 Local JFSP
 Data da arrematação 11/05/1783
 Início do contrato 01/01/1784
 Término do contrato 31/12/1786
 Contratador Manuel Antonio de Araújo
 Valor total do contrato 1:550\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 251
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 74

Número 149
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 28/05/1783
 Início do contrato 01/07/1783
 Término do contrato 30/06/1786
 Contratadores Francisco Rodrigues de Macedo
 José Vaz de Carvalho
 Jerônimo Martins Fernandes
 Paulino Aires de Aguirra (ten.-cel.)
 Valor total do contrato 46:510\$000 réis
 Fontes AHU-SP, MGo, cx. 36, doc. 3072
 AHTC, cód. 4061, fl. 253-254.

Número 151
 Contrato Passagem do rio Piedade e porto do Meira
 Local JFSP
 Data da arrematação 05/03/1783
 Início do contrato 01/01/1784
 Término do contrato 31/12/1786
 Contratadores Jerônimo Rodrigues
 André Borges da Silva
 Valor total do contrato 1:851\$000 réis
 Fontes AHU-SP, MGo, cx. 36, doc. 3072;
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 73

Número 153
 Contrato Passagem do rio Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 16/03/1783
 Início do contrato 01/01/1784
 Término do contrato 31/12/1786
 Contratador Manuel Antonio de Araújo (cap.)
 Valor total do contrato 250\$000 réis
 Fontes AHU-SP, MGo, cx. 36, doc. 3072
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 68

Número 155
 Contrato Passagens de Paranaguá
 Local JFSP
 Data da arrematação 04/05/1783
 Início do contrato 01/01/1783
 Término do contrato 31/12/1785
 Contratador Manuel Gonçalves Guimarães (guarda-mor)
 Valor total do contrato 150\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 448, v. 1, fl. 17

Número 157
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino
 Local JFSP
 Data da arrematação 01/03/1784
 Início do contrato 01/01/1784
 Término do contrato 31/12/1786
 Contratador Francisco Pinto Ferraz (alferes)
 Valor total do contrato 343\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 36, doc. 3072
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 68

Número 150
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 20/08/1783
 Início do contrato 01/01/1784
 Término do contrato 31/12/1786
 Contratadores Manuel Antonio de Araújo (cap.),
 Manuel de Araújo Gomes (irmão)
 Valor total do contrato 25:400\$000 réis
 Fontes AHU-SP, MGo, cx. 36, doc. 3072
 AHTC, cód. 4061, fl. 248

Número 152
 Contrato Passagem do rio Jacareí
 Local JFSP
 Data da arrematação 21/06/1783
 Início do contrato 01/01/1784
 Término do contrato 31/12/1786
 Contratadores José Manuel de Sá
 Miguel Martins de Siqueira (capitão)
 Valor total do contrato 561\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 254
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 23

Número 154
 Contrato Passagem dos Cubatões de Paranaguá e Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 04/05/1783
 Início do contrato 01/01/1783
 Término do contrato 31/12/1785
 Contratador Manuel Gonçalves Guimarães (guarda-mor)
 Valor total do contrato 150\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 55

Número 156
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar
 Local JFSP
 Data da arrematação 20/07/1783
 Início do contrato 01/01/1784
 Término do contrato 31/12/1786
 Contratador Joaquim Manuel da Silva e Castro (cel. Auxiliares)
 Valor total do contrato 5:290\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 36, doc. 3072
 AHTC, cód. 4061, fl. 252-253.

Número 158
 Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu, Jaguari, Sapocaí, Rio Pardo, Atibaia e Jaguari-mirim
 Local JFSP
 Data da arrematação 16/02/1784
 Início do contrato 01/01/1784
 Término do contrato 31/12/1786
 Contratadores Passagens foram separadas a diversos arrematantes não especificados
 Valor total do contrato 1:303\$000 réis
 Fonte AHTC, cód. 4061, fl. 248-249

Número 159
 Contrato Entradas de SP para MG
 Local JFSP
 Data da arrematação 14/05/1785
 Início do contrato 01/01/1785
 Término do contrato 31/12/1787
 Contratadores José Vaz de Carvalho (dr.)
 Paulino Aires de Aguirra
 Salvador de Oliveira Leme
 Valor total do contrato 4:250\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 263
 ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 103
 Medici (2010, p. 85).

Número 160
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 01/07/1786
 Término do contrato 30/06/1789
 Contratadores Francisco Rodrigues de Macedo
 (capitão)
 José Vaz de Carvalho
 Paulino Aires de Aguirra (tenente-
 coronel)
 Valor total do contrato 61:100\$000 réis
 Fonte DI, v. 31, p. 137

Número 161
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 01/01/1787
 Término do contrato 31/12/1789
 Contratadores Manuel de Oliveira Cardoso (cap. São
 Paulo)
 Paulino Aires de Aguirra (tenente-
 coronel)
 Valor total do contrato 31:220\$000 réis
 Fonte DI, v. 31, p. 138

Número 162
 Contrato Passagem do rio Piedade chamada
 do porto do Meira
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 01/01/1787
 Término do contrato 31/12/1789
 Contratadores Manuel da Silva Reis (capitão-mor;
 Guaratinguetá)
 José Rodrigues dos Santos (alferes)
 Valor total do contrato 1:865\$000 réis
 Fontes DI, v. 31, p. 139-140
 ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33

Número 163
 Contrato Passagem do rio Jacareí
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 01/01/1787
 Término do contrato 31/12/1789
 Contratadores Antonio José Vaz (capitão)
 Modesto Antonio
 Valor total do contrato 890\$000 réis
 Fonte DI, v. 31, p. 139

Número 164
 Contrato Passagem do rio Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 01/01/1787
 Término do contrato 31/12/1789
 Contratadores Manuel de Oliveira Cardoso
 (capitão-mor; S. Paulo)
 Paulino Aires de Aguirre (tenente-
 coronel)
 Valor total do contrato 270\$000 réis
 Fonte DI, v. 31, p. 140

Número 165
 Contrato Passagem do Cubatão de Paranaguá e
 rio de São Francisco
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 01/01/1786
 Término do contrato 31/12/1788
 Contratador Manuel Gonçalves (guarda-mor)
 Valor total do contrato 1:270\$000 réis
 Fonte DI, v. 31, p. 141

Número 166
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e
 Mogi do Pilar
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 01/01/1787
 Término do contrato 31/12/1789
 Contratador Bonifácio José de Andrada (coronel)
 Valor total do contrato 5:560\$000 réis
 Fontes DI, v. 31, p. 140-141
 ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33

Número 167
 Contrato Passagem dos rios de Parapanema,
 Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro
 Fino
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 01/01/1787
 Término do contrato 31/12/1789
 Contratador Cláudio de Madureira Calheiros
 (capitão-mor Sorocaba)
 Valor total do contrato 500\$000 réis
 Fonte DI, v. 31, p. 139

Número 168
 Contrato Direitos dos animais - Registro do
 Rio das Canoas
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 1786
 Término do contrato 1789
 Contratadores Manuel de Oliveira Cardoso
 (capitão-mor, São Paulo)
 Paulino Aires de Aguirra
 Valor total do contrato 1:600\$000 réis
 Fonte DI, v. 31, p. 138

Número 169
 Contrato Entradas para Minas da capitania de São Paulo
 Local JFSP
 Data da arrematação 15/04/1786
 Início do contrato 1786
 Término do contrato 1789
 Contratadores José Vaz de Carvalho (dr.)
 Paulino Aires de Aguirra
 Valor total do contrato 4:250\$000 réis
 Fonte DI, v. 31, p. 141-142

Número 170
 Contrato Pesca da baleia BA, SC, SP, RJ
 Local ERLX
 Data da arrematação 05/03/1788
 Início do contrato 01/04/1789
 Término do contrato 31/03/1801
 Contratadores Joaquim Pedro Quintela
 João Ferreira
 Valor total do contrato 576:000\$000 réis
 Fontes ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 134
 AHTC, cód. 4061, fl. 273

Número 171
 Contrato Dízimos
 Local JFSP
 Data da arrematação 23/07/1789
 Início do contrato 01/07/1789
 Término do contrato 30/06/1792
 Contratador Manuel de Oliveira Cardoso
 Valor total do contrato 68:510\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 474, v. 1

Número 172
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 23/07/1789
 Início do contrato 01/01/1790
 Término do contrato 31/12/1792
 Contratadores Manuel de Oliveira Cardoso
 Antonio Teixeira (cap.)
 Valor total do contrato 31:220\$000-33:090\$000 réis
 Fontes ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33
 Medicci (2010, p. 76)

Número 173
 Contrato Direitos do registro de Lages
 Data da arrematação 17/04/1789
 Contratadores Manuel de Oliveira Cardoso,
 Antonio Teixeira (cap.)
 Valor total do contrato 1:600\$000 réis
 Fonte Medicci (2010, p. 77)

Número 174
 Contrato Passagem do rio Curitiba
 Data da arrematação 17/04/1789
 Contratadores Manuel de Oliveira Cardoso
 Antonio Teixeira (cap.)
 Valor total do contrato 270\$000 réis
 Fonte Medicci (2010, p. 77)

Número 175
 Contrato Novos impostos e subsídio literário
 Local JFSP
 Data da arrematação 01/01/1789
 Início do contrato 31/12/1791
 Período do contrato 3 anos
 Valor total do contrato 2:251\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 45

Número 176
 Contrato Passagem do rio Piedade chamada do porto do Meira
 Local JFSP
 Data da arrematação 20/07/1789
 Início do contrato 01/01/1790
 Término do contrato 31/12/1792
 Contratador Joaquim Manuel da Silva e Castro
 Valor total do contrato 2:900\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33
 Medicci (2010, p. 93)

Número 177
 Contrato Passagem do rio Jacareí
 Local JFSP
 Data da arrematação 23/07/1789
 Início do contrato 01/01/1790
 Término do contrato 31/12/1792
 Valor total do contrato 960\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33

Número 178
 Contrato Passagem do Cubatão de Paranaguá e rio de São Francisco
 Local JFSP
 Data da arrematação 23/07/1789
 Início do contrato 01/01/1789
 Término do contrato 31/12/1791
 Contratadores Manuel Gonçalves Guimarães
 Agostinho da Silva Vale
 Valor total do contrato 1:050\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 474, v. 1

Número 179
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar
 Local JFSP
 Data da arrematação 23/07/1789
 Início do contrato 01/01/1790
 Término do contrato 31/12/1792
 Contratadores Antonio Luis da Piedade (cap.-mor)
 Antonio da Cunha Lobo (sarg.-mor)
 Caetano José da Silva (Santos)
 Valor total do contrato 7:000\$000 réis

Número 180
 Contrato Passagem dos rios de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino
 Local JFSP
 Data da arrematação 27/07/1789
 Início do contrato 01/01/1790
 Término do contrato 31/12/1792
 Valor total do contrato 700\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33

Fontes ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33
Medicci (2010, p. 235)

Número 181
Contrato Passagem dos rios Mogi-guaçu,
Jaguari, Sapocaí, Rio Pardo, Atibaia e
Jaguari-mirim
Local JFSP
Data da arrematação 23/07/1789
Início do contrato 01/01/1787
Término do contrato 31/12/1789
Valor total do contrato 1:306\$420 réis
Fonte ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 41

Número 182
Contrato Novos impostos
Local JFSP
Data da arrematação 26/01/1790
Início do contrato 01/01/1790
Término do contrato 31/12/1792
Contratadores Joaquim Manuel da Silva e Castro
(coronel)
Joaquim José dos Santos (capitão-
mor de SP)
Valor total do contrato 13:870\$000 réis
Fonte ANRJ, cód. 447, v. 1

Número 183
Contrato Subsídio literário
Local JFSP
Data da arrematação 23/01/1790
Início do contrato 01/01/1790
Término do contrato 31/12/1792
Contratadores Joaquim Manuel de Silva e Castro
Joaquim José dos Santos (capitão-
mor)
Valor total do contrato 5:080\$000 réis
Fonte AHU, Avulsos, cx. 12, doc. 9
(AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 675)

Número 184
Contrato Dízimos
Local ERLX
Data da arrematação 11/07/1792
Início do contrato 01/07/1792
Término do contrato 30/06/1795
Contratador Jacinto Fernandes Bandeira
(Lisboa)
Valor total do contrato 74:700\$000 réis
Fonte ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 61

Número 185
Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
Local JFSP
Data da arrematação 16/05/1792
Início do contrato 01/01/1793
Término do contrato 31/12/1795
Contratadores Paulino Aires de Aguirra (tenente-
coronel) e 3 sócios desconhecidos
Valor total do contrato 31:230\$000 réis
Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 187v

Número 186
Contrato Direitos dos animais de cima da
serra
Local JFSP
Data da arrematação 16/05/1792
Início do contrato 01/01/1793
Término do contrato 31/12/1795
Contratadores Joaquim José dos Santos
Joaquim Manuel da Silva e Castro
(São Paulo)
Valor total do contrato 1:650\$000 réis
Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 187

Número 187
Contrato Passagem do rio Curitiba
Local ERLX
Data da arrematação 16/05/1792
Início do contrato 01/01/1793
Término do contrato 31/12/1795
Contratadores Paulino Aires de Aguirra (tenente-
coronel) e 2 sócios desconhecidos
Valor total do contrato 271\$000 réis
Fonte ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 187v

Número 188
Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e
Mogi do Pilar
Local ERLX
Data da arrematação 18/07/1792
Início do contrato 01/01/1793
Término do contrato 31/12/1795
Contratadores Manuel Joaquim da Silva e Castro
(sgto.-mor, S. Paulo)
José Nunes de Aguiar
Valor total do contrato 8:100\$000 réis
Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 309
ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 64

Número 189
Contrato Subsídio literário - São Paulo, São
Sebastião e Ubatuba
Local JFSP
Data da arrematação 28/11/1792
Início do contrato 01/01/1793
Término do contrato 31/12/1795
Contratadores Luís Antonio de Sousa (capitão) e
sócio desconhecido
Valor total do contrato 1:863\$000 réis
Fonte AHU, Avulsos, cx. 12, doc. 9
(AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 675)

Número 190
Contrato Direitos do registro da vila de Lajes
Local ERLX
Data da arrematação 11/07/1792
Início do contrato 01/01/1793
Término do contrato 31/12/1795
Contratadores Joaquim Manuel da Silva Castro (cel.
Auxiliares)
Joaquim José dos Santos
Manuel de Sousa Freire
Valor total do contrato 1:650\$000 réis
Fonte ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 61

Número 191
 Contrato Subsídio literário - Santos
 Local JFSP
 Data da arrematação 28/11/1793
 Início do contrato 01/01/1793
 Término do contrato 31/12/1795
 Contratadores Francisco Pereira de Araújo (capitão)
 Modesto Antonio Coelho Neto (tenente coronel)
 Antonio José Ribeiro Barbosa
 Bernardo José de Sousa (tenente)
 Valor total do contrato 601\$000 réis
 Fonte AHU, Avulsos, cx. 12, doc. 9
 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 675)

Número 192
 Contrato Dízimos
 Local ERLX
 Data da arrematação 19/02/1795
 Início do contrato 01/07/1795
 Término do contrato 30/06/1798
 Contratadores Jacinto Fernandes Bandeira (Lisboa)
 José Pinheiro Salgado
 Valor total do contrato 76:000\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 324-325
 ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 17

Número 193
 Contrato Dízimos
 Local ERLX
 Data da arrematação 02/12/1795
 Início do contrato 01/07/1796
 Término do contrato 30/06/1799
 Contratadores Jacinto Fernandes Bandeira (Lisboa)
 José Pinheiro Salgado
 Valor total do contrato 76:000\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 114

Número 194
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local ERLX
 Data da arrematação 14/10/1795
 Início do contrato 01/01/1796
 Término do contrato 31/12/1798
 Contratadores José Vaz de Carvalho (mestre de campo)
 Paulino Aires de Aguirra (tenente-coronel)
 Francisco José de Sampaio Peixoto (dr.)
 Manuel da Silva Reis (cap.-mor)
 Valor total do contrato 34:000\$000 réis
 Fontes AHU-SP, MGo, cx. 43, doc. 3477
 ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 112v
 ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 24-24v

Número 195
 Contrato Novos impostos
 Local ERLX
 Data da arrematação 14/08/1795
 Início do contrato 01/01/1796
 Término do contrato 31/12/1798
 Contratadores José Vaz de Carvalho (mestre de campo)
 Paulino Aires de Aguirra (tenente-coronel)
 Francisco José de Sampaio Peixoto (dr.)
 Manuel da Silva Reis (cap.-mor)
 Valor total do contrato 18:000\$000 réis
 Fontes AHU-SP, MGo, cx. 43, doc. 3477
 ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 112v
 ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 24-24v

Número 196
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar
 Local JFSP
 Data da arrematação 16/10/1795
 Início do contrato 01/01/1796
 Término do contrato 31/12/1798
 Contratadores José de Arouche de Toledo (capitão)
 Antonio Pinto da Silva
 Valor total do contrato 12:800\$000 réis
 Fonte AHU-SP, MGo, cx. 43, doc. 3489

Número 197
 Contrato Subsídio literário
 Local JFSP
 Data da arrematação 17/10/1795
 Início do contrato 01/01/1796
 Término do contrato 31/12/1798
 Contratadores José Novais Dias (cap.)
 Francisco José de Carvalho (tenente)
 Fonte AHU, MGo, cx. 43, doc. 3486

Número 198
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar
 Local ERLX
 Data da arrematação 24/11/1798
 Início do contrato 01/01/1799
 Término do contrato 31/12/1801
 Contratador João Teixeira de Barros
 Valor total do contrato 13:200\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 369
 ANRJ, cód. 446, v. 5, fl. 41

Número 199
 Contrato Dízimos
 Local ERLX
 Data da arrematação 05/04/1799
 Início do contrato 01/07/1799
 Término do contrato 30/06/1804
 Contratadores Jacinto Fernandes Bandeira (Lisboa)
 José Pinheiro Salgado
 Valor total do contrato 89:200\$000 réis (por triênio)
 Fonte AHTC, cód. 4061, fl. 369

Número 201
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 20/12/1801
 Início do contrato 01/01/1802
 Término do contrato 31/12/1804
 Contratadores José Vaz de Carvalho e 2 sócios desconhecidos
 Valor total do contrato 35:000\$000 réis
 Fontes ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 43
 AHTC, cód. 4062, fl. 77

Número 203
 Contrato Novos impostos
 Local JFSP
 Data da arrematação 08/11/1803
 Início do contrato 01/01/1802
 Término do contrato 31/12/1804
 Valor total do contrato 14:910\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 160

Número 205
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 05/02/1804
 Início do contrato 01/01/1805
 Término do contrato 31/12/1805
 Contratadores José Vaz de Carvalho e 2 sócios desconhecidos
 Valor total do contrato 11:668\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 7, fl. 35

Número 207
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local ERLX
 Data da arrematação 16/10/1805
 Início do contrato 01/01/1806
 Término do contrato 31/12/1808
 Contratadores Antonio José da Costa Barbosa (Rio de Janeiro)
 João Rodrigues Pereira de Almeida (Rio de Janeiro)
 Procurador Joaquim Pereira de Almeida (negociante Lisboa)
 Valor total do contrato 39:500\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 7, fl. 40

Número 200
 Contrato Meios direitos - Registro de Curitiba
 Local JFSP
 Início do contrato 01/01/1799
 Término do contrato 31/12/1801
 Valor total do contrato 34:000\$000 réis
 Fonte AHTC, cód. 4062, fl. 77

Número 202
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar
 Início do contrato 01/01/1802
 Término do contrato 31/12/1802
 Administrado pela Real Fazenda - Administrador: Caetano José da Silva
 Fonte ANRJ, cód. 473, fl. 10

Número 204
 Contrato Dízimos
 Local ERLX
 Data da arrematação 21/04/1804
 Início do contrato 01/07/1804
 Término do contrato 30/06/1807
 Contratadores Teotônio José da Silva (negociante Lisboa)
 Bento José Pacheco (negociante Lisboa)
 Pedro Xavier Ferreira (negociante Lisboa)
 Valor total do contrato 119:000\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 484-485
 ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 121

Número 206
 Contrato Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar; Passagens dos rios de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino
 Local JFSP
 Data da arrematação 09/11/1803
 Início do contrato 01/01/1803
 Término do contrato 31/12/1805
 Valor total do contrato 13:906\$000 réis
 Fonte ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 156

Número 208
 Contrato Passagem do rio Curitiba
 Local JFSP
 Data da arrematação 23/03/1805
 Início do contrato 01/01/1805
 Término do contrato 31/12/1805
 Contratadores José Vaz de Carvalho e sócios
 Valor total do contrato 92\$000 réis
 Fontes AHTC, cód. 4061, fl. 534
 ANRJ, cód. 446, v. 7, fl. 55

Número Contrato	209	Número Contrato	210
Local	Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar	Local	Passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar
Data da arrematação	JFSP	Data da arrematação	JFSP
Início do contrato	20/05/1806	Início do contrato	30/07/1806
Término do contrato	01/01/1806	Término do contrato	01/01/1807
Contratadores	31/12/1806	Contratadores	31/12/1809
	José Vaz de Carvalho		Manuel Martins dos Santos Rego
	Caetano José da Silva		Francisco de Paula Martins
	José de Andrade e Vasconcelos		Bernardino Antonio Vieira Barbosa
Valor total do contrato	4:450\$000 réis	Valor total do contrato	16:510\$000 réis
Fonte	ANRJ, cód. 473, fl. 97v-98	Fonte	ANRJ, cód. 474, v. 3, fl. 28v-29

Abreviaturas utilizadas:

CULX – Conselho Ultramarino (Lisboa)
ERLX – Erário Régio (Lisboa)
JFMG – Junta da Fazenda de Minas Gerais
JFRJ – Junta da Fazenda do Rio de Janeiro
JFSP – Junta da Fazenda de São Paulo
PFSP – Provedoria da Fazenda de São Paulo

Observações (número do contrato):

35 – 100\$000 réis, mais o que tivesse rendido por administração.
43 – Valor inclui apenas São Paulo, 110:400\$000 réis pelo contrato inteiro.
51 – Pedro Gomes Moreira havia arrematado o contrato em 18 de maio de 1753, cujo termo de arrematação não teve efeito.
52 – Valor inclui apenas São Paulo, 115:800\$000 réis pelo contrato inteiro.
58 – Encampamento do contrato anterior.
61 – 1/3 para a Provedoria do Rio Grande (parte do Viamão) e 2/3 para a provedoria de São Paulo (10:666\$666 réis). Mesmas condições da arrematação no Conselho Ultramarino.
77, 83, 88, 95 – Inclui dízimos das vilas de Paraty, Ilha Grande e rio de São Francisco.
87 – Sobre o fiador ser o provedor da Fazenda, ver a explicação no documento citado: “(...) e ofereceu o arrematante por seu fiador à arrematação e seu produto a Manuel José Gomes desta cidade (...) e duvidando o dito Almojarife André Alves da Silva no dito fiador, o houve por aprovado o Provedor da Fazenda Real na forma da faculdade que para isso tem de Sua Majestade”.
94 – Contém apenas termo de arrematação, sem o contrato no livro de assento do Conselho Ultramarino. Talvez não tenha tido efeito.
98 – Ver DH, v. 2, p. 353-354, a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro pretendia arrematar o mesmo contrato no triênio.
104, 114 – Inclui dízimos das vilas de Paraty, Ilha Grande, rio de São Francisco e Lajes.
122 – Contratadores pediram para manter o preço do contrato anterior devido aos alegados prejuízos com a guerra e com as geadas na capitania.
137 – Inclui as passagens dos rios Atibaia e Jaguari-mirim.
150 – Segundo documento citado do AHTC: “(...) ter excedido às arrematações dos dois triênios antecedentes, em 8:395\$000 réis”.
165 – Aparece 1:420\$000 réis em ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 33
178 – Aparece 1:200\$000 réis em ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 27; ANRJ, cód. 448, v. 5, fl. 37.
194 – Contrato foi arrematado junto com o contrato dos novos impostos.
200 – Ficou sob administração direta da Real Fazenda.
208 – Contrato arrematado junto com o contrato dos meios direitos de Curitiba.